ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 66 Brasília - DF, sexta-feira, 5 de abril de 2019 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 10
Ministério da Defesa 41
Ministério do Desenvolvimento Regional 42
Ministério da Economia 44
Ministério da Educação 94
Ministério da Infraestrutura 100
Ministério da Justiça e Segurança Pública 118
Ministério do Meio Ambiente 119
Ministério de Minas e Energia 119
Ministério da Saúde 137
Ministério Público da União 158
Tribunal de Contas da União 160
Poder Judiciário 171
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 185

..... Esta edição completa do DOU é composta de 191 páginas .....

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 218, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a realização de acordos ou transações nas ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e a Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas Previdenciárias (ETR-Regressivas) ficam autorizados a realizar acordo ou transação nas ações regressivas previdenciárias nos termos desta Portaria.

§ 1º O acordo ou transação poderá ser efetivado antes ou após a propositura da ação regressiva previdenciária.

§ 2º O acordo ou transação poderá dispor sobre:

I - desconto sobre o valor do ressarcimento das parcelas vencidas, incluídos juros e correção monetária, e das parcelas vincendas;

II - parcelamento do valor total da dívida.

§ 3º Havendo rateio do benefício entre mais de um dependente, será considerado para a realização do acordo ou transação o valor total arcado pela Previdência Social.

Art. 2º Devem ser obedecidos os seguintes limites de alçada, concernentes ao valor das parcelas vencidas, incluídos juros e correção monetária, e das parcelas vincendas, sobre as quais poderão ser aplicados descontos:

I - até R$ 100.000,00 (cem mil reais) a análise caberá exclusivamente aos Procuradores Federais responsáveis pela causa, integrantes ou não da ETR-Regressivas;

II - acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a análise será conjunta dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com as chefias das respectivas unidades ou, no caso da ETR-Regressivas, dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com o Procurador Responsável pela coordenação da Equipe;

III - acima de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a análise será conjunta dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com as chefias das respectivas unidades seccionais, estaduais e regionais ou, no caso da ETR-Regressivas, dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com o Procurador Responsável pela Coordenação da Equipe e com o Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF;

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a análise conjunta será realizada pelas autoridades previstas no inc. III e dependerá ainda de prévia e expressa autorização do Procurador-Geral Federal, observado o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II a IV o processo administrativo deverá ser instruído com:

I - cópia dos documentos mais relevantes juntados na ação regressiva previdenciária;

II - minuta da proposta do acordo ou transação;

III - manifestação jurídica elaborada pelo Procurador Federal responsável pela causa acerca da conveniência e oportunidade do acordo ou transação.

Art. 3º Nas hipóteses de co-responsabilidade ou litisconsórcio passivo, o acordo ou transação poderá ser efetivado com a participação de quaisquer dos devedores, desde que se obrigue pela totalidade da dívida.

Parágrafo único. O acordo firmado nos termos do *caput* não afasta a solidariedade dos devedores.

Art. 4º Para as parcelas vencidas, acrescidas de juros e correção monetária, aplicam-se os seguintes descontos (ANEXO I):

I - até 20% (vinte por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do ajuizamento;

II - até 15% (quinze por cento) nos acordos ou transações celebradas antes da apresentação da contestação;

III - até 10% (dez por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da publicação da sentença;

IV - até 5% (cinco por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do julgamento em segunda instância.

Art. 5º Para as parcelas vincendas aplicam-se os seguintes descontos (ANEXO II):

I - até 25% (vinte e cinco por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do ajuizamento;

II - até 20% (vinte por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da apresentação da contestação;

III - até 15% (quinze por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da publicação da sentença;

IV - até 10% (dez por cento) nos acordos ou transações celebradas antes do julgamento em segunda instância.

Art. 6º É possível a concessão concomitante de descontos e de parcelamento, hipótese na qual os percentuais previstos nos arts. 5º e 6º serão reduzidos em:

I - 2,5% (dois e meio por cento) se o valor for pago em até 18 (dezoito) prestações mensais;

II - 5% (cinco por cento) se o valor for pago em até 36 (trinta e seis) prestações mensais;

III - 7,5% (sete e meio por cento) se o valor for pago em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais.

IV - 10% (dez por cento) se o valor for pago em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Art. 7º O parcelamento das parcelas vincendas, caso possível fixar a data de cessação do benefício, não poderá ultrapassar esta data.

Art. 8º A realização do acordo ou transação implica em confissão irrevogável e irretratável dos débitos por eles abrangidos, nos termos dos arts. 289 e 395 do Código de Processo Civil.

Art. 9º É cláusula essencial ao acordo ou transação a previsão de rescisão automática do parcelamento caso haja o inadimplemento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não.

Parágrafo único. Deverá constar do termo firmado entre as partes que a rescisão acarreta a perda do desconto anteriormente concedido, devendo a cobrança continuar pelo valor original, acrescido de juros e correção monetária, abatidos os valores já pagos.

Art. 10. Fica permitido o reparcelamento da dívida por apenas mais uma vez, hipótese em que não haverá aplicação de qualquer desconto.

Art. 11. Os acordos ou transações celebrados nos termos desta Portaria devem ser informados à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e os respectivos termos devem constar dos sistemas informatizados utilizados pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Fica revogada a Portaria AGU nº 6, de 6 de janeiro de 2011.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

ANEXO I

	ATÉ AJUIZAMENTO	ATÉ CONTESTAÇÃO	ATÉ SENTENÇA	ATÉ ACÓRDÃO	NA EXECUÇÃO
À VISTA	20%	15%	10%	5%	-
18 VEZES	17,5%	12,5%	7,5%	2,5%	-
36 VEZES	15%	10%	5%	-	-
48 VEZES	12,5%	7,5%	2,5%	-	-
60 VEZES	10%	5%	-	-	-

ANEXO II

	ATÉ AJUIZAMENTO	ATÉ CONTESTAÇÃO	ATÉ SENTENÇA	ATÉ ACÓRDÃO	NA EXECUÇÃO
À VISTA	25%	20%	15%	10%	-
18 VEZES	22,5%	17,5%	12,5%	7,5%	-
36 VEZES	20%	15%	10%	5%	-
48 VEZES	17,5%	12,5%	7,5%	2,5%	-
60 VEZES	15%	10%	5%	-	-

AVISO

Foi publicada em 4/4/2019 a Edição Extra nº 65-A do DOU.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 276, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Altera a Portaria nº 916, de 31 de outubro de 2011, que disciplinam a Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no art. 12 e art. 3º-A, da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, e considerando o entendimento consignado nos autos dos processos administrativos nº 00407.021461/2017-08 e nº 00407.009297/2016-71, resolve:

Art. 1º Os artigos 2º e 3º da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A autorização prevista no artigo 3º, caput, da Portaria AGU nº 377, de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018, não se aplica aos créditos que tenham por objeto ressarcimento ao erário decorrente de ato ilícito, ressalvadas as ações regressivas previdenciárias que se submeterão ao limite nele previsto. (NR)

.....

§ 3º Não deverão ser ajuizadas execuções fiscais para cobrança de créditos quando o valor da causa for inferior aos limites previstos no artigo 3º da Portaria AGU 377, de 25 agosto de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018. (NR)

.....

Art. 3º A verificação do patamar mínimo para a propositura da ação prevista no artigo 3º, caput, da Portaria AGU nº 377, de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018, deve ser realizada por meio de consulta aos sistemas informatizados da entidade credora, se existentes, ou no sistema Sapiens Dívida da PGF, quando possível, a partir do número relativo ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou ao Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF)." (NR)

Art. 2º Revoga-se o art. 4º da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 89, DE 29 DE MARÇO DE 2019

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Habilitar a médica veterinária, Giseli Leoratto, inscrita no CRMV/SC Nº 8462 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.001344/2019-39, no Estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de nº 049 de 13/02/2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 87, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.02704/2019-10, resolve:

Art. 1º Credenciar sob o nº BR-SC716, a empresa PBG S.A. , CNPJ 83.475.913/0002-72, situada na BR-101, km 163, Tijucas/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TERMICO - HT.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria será provisório por um ano e em não constatada nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo por mais quatro (04) anos, mantido o mesmo número do credenciamento provisório, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE JACINTO CALIXTO

PORTARIA Nº 88, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.1950/2019-54

Art. 1º Credenciar, sob o número BR-SC717, a empresa MULTI MADEIRA RM LTDA, CNPJ 26.186.200/0001-74, situada na Rod. SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TÉRMICO (HT) e SECAGEM EM ESTUFA (KD).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria será provisório por um ano e em não constatada nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo por mais quatro (04) anos, mantido o mesmo número do credenciamento provisório, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66/2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 23, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins, considerando a Portaria MAPA N° 1354, de 16 de agosto de 2018, publicada no DOU em 23 de agosto de 2018, que regulamenta a realização de teletrabalho no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e considerando o passivo de processos protocolados anteriormente à implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, resolve:

1. Considerar-se-ão aptos para análise de técnicos em regime de teletrabalho apenas os pleitos de registro de produtos técnicos, pré-misturas e formulados de agrotóxicos e afins que contenham a integra dos seus documentos aportados em meio eletrônico.

2. Quanto aos pleitos de registro de produtos técnicos, pré-misturas e formulados de agrotóxicos e afins protocolados anteriormente a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, em papel, em empresas requerentes deverão reapresentar através de um aditamento a integra dos documentos apresentados apenas em meio físico, devendo ser citado o número do processo original nesta nova submissão de documentos.

3. Processos referentes a pleitos de registro de produtos técnicos, pré-misturas e formulados de agrotóxicos e afins que contenham documentos apresentados apenas em meio físico serão analisados por Auditores Fiscais Federais Agropecuários em regime regular de jornada de trabalho.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO

ATO Nº 21, DE 3 ABRIL DE 2019

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

1. Motivo da solicitação: Registro (13/09/2016)
Requerente: Tide do Brasil Ltda.
Marca comercial: TRICLOPIR TÉCNICO TIDE
Nome comum: Triclopir-butotílico (triclopyr-butotyl)
Nome químico: butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.044923/2016-19

2. Motivo da solicitação: Registro (15/09/2016)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: DIMETOMORFE TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Dimetomorfe (dimethomorph)

Nome químico: (EZ)-4-[3-(4-chlorophenyl)-3-(3,4-dimethoxyphenyl)acryloyl]morpholine
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.045444/2016-10

3.Motivo da solicitação: Registro (22/02/2017)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil Importador e Exportador de Produtos Agrícolas Ltda.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Marca comercial: INDOXACARBE TÉCNICO SULPHUR MILLS
Nome comum: Indoxacarbe (indoxacarb)
Nome químico: methyl(S)-N-[7-chloro-2,3,4a,5-tetrahydro-4a-(methoxycarbonyl) indeno[1,2-e] [1,3,4]oxadiazin-2-ylcarbonyl]-4'-(trifluoromethoxy)carbanilate
Classe de uso: Inseticida, Cupinicida e Formicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.009133/2017-78

4. Motivo da solicitação: Registro (23/02/2018)
Requerente: ProRegistros Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: TRICHLOPYR-BUTOTYL TÉCNICO LIER
Nome comum: Triclopyr-Butotyl (triclopyr-butotyl)
Nome químico: Butoxietil 3,5,6-tricloro-2-piridiloxiacetato
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006514/2018-86

5. Motivo da solicitação: Registro (31/08/2018)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas
Marca comercial: PIRIPROXIFEM TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Piriproxifem (pyriproxyfen)
Nome químico: 4-phenoxyphenyl (RS)-2-(2-pyridyloxy)propyl ether
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.033595/2018-97

6. Motivo da solicitação: Registro (17/12/2018)
Requerente: Pilarquim BR Comercial Ltda.
Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO PILARQUIM
Nome comum: Lambda-Cialotrina (lambda-cyhalothrin)
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-a-cyano-3-phenoxybenzyl (1 S,3S)-3-[(Z)-2- chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-acyano-3- phenoxybenzyl (1 R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.054455/2018-52

7. Motivo da solicitação: Registro (26/12/2018)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA SOGP
Nome comum: Benzoato de Emamectina (emamectin benzoate)
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19- trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6- dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabinohexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.055980/2018-95

8. Motivo da solicitação: Registro (30/01/2019)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: IPRODIONA TRADECORPTÉCNICO K
Nome comum: Iprodiona (iprodione)
Nome químico: 3-(3,5-dichlorophenyl)-N-isopropyl-2,4-dioxo imidazolidine-1-carboxamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005140/2019-62

9.Motivo da solicitação: Registro (30/01/2019)
Requerente: Partner Agroservice Consultoria em Agronegócio Ltda. - EPP
Marca comercial: PROTIOCONAZOL TÉCNICO JZ
Nome comum: Protioconazol (protioconazole)
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005184/2019-92

10. Motivo da solicitação: Registro (31/01/2019)
Requerente: CCAB Agro S.A.
Marca comercial: MESOTRIONE TÉCNICO CCAB III
Nome comum: Mesotriona (mesotrione)
Nome químico: 2-(4-mesyl-2-nitrobenzoyl)cyclohexane-1,3-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005360/2019-96

11. Motivo da solicitação: Registro (31/01/2019)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUAZINAM TÉCNICO GENBRA
Nome comum: Fluazinam (fluazinam)
Nome químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-μ,μ,μ-trifluoro-2,6-dinitro-ptoluidine
Classe de uso: Fungicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005503/2019-60

12. Motivo da solicitação: Registro (31/01/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: BOSCALID TÉCNICO AGROGILL
Nome comum: Boscalida (boscalid)
Nome químico: 2-chloro-N-(4'-chlorobiphenyl-2-yl)nicotinamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005505/2019-59

13. Motivo da solicitação: Registro (05/02/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: CLETODIM TÉCNICO ADA 2
Nome comum: Cletodim (clethodim)
Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-enone
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006276/2019-90

14. Motivo da solicitação: Registro (07/02/2019)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Benzoato de Emamectina (emamectin benzoate)
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19- trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa -L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabinohexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006942/2019-90

15. Motivo da solicitação: Registro (07/02/2019)
Requerente: Gilmore Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: ARTABIN TÉCNICO
Nome comum: Azoxistrobina (Azoxystrobin)
Nome químico: methyl(E)-2-{2-[6-(2- cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.006944/2019-89

16. Motivo da solicitação: Registro (11/02/2019)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO NG
Nome comum: Piraclostrobina (pyraclostrobin)
Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(Nmethoxy)carbamate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.007362/2019-10

17. Motivo da solicitação: Registro (13/02/2019)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO TÉCNICO ALBAUGH
Nome comum: Glufosinato-sal de amônio (Glufosinate-ammonium)
Nome químico: Ammonium DL-Homoalanin-4-yl(methyl)phosphinate
Classe de uso: Herbicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.008186/2019-33

18. Motivo da solicitação: Registro (15/02/2019)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: AZOXISTROBINA TÉCNICA ALBAUGH
Nome comum: Azoxistrobina (azoxystrobin)
Nome químico: methyl (E)-2-{2-[6-{2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.008206/2019-76

19. Motivo da solicitação: Registro (15/02/2019)
Requerente: Cropchem Ltda.
Marca comercial: EMAMECTINA TÉCNICO CROPCHEM
Nome comum: Benzoato de Emamectina (emamectin benzoate)
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19- trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'Hpyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxohexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl-2- oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'- dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-Llyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.008815/2019-25

20. Motivo da solicitação: Registro (19/02/2019)
Requerente: Cropchem Ltda.
Marca comercial: ABAMECTINA TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Abamectina
Nome químico: (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S, 13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-secbutyl]- 21,24-dihydroxy5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16, 22- tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'Hpyran)- 12-yl 2,6-dideoxy-4-O-(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-Larabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-Larabino- hexopyranoside (i) mixture with (10E,14E,16E,22Z)- (1R,4S,5'S,6S, 6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5',11,13,22-tetramethyl2-oxo-3,7,19- trioxatetra cyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'- dihydro-2'Hpyran)- 12-yl 2,6-dideoxy-4-O-(2,6- dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-Omethyl-alfa-Larabino- hexo pyranoside (ii) (4:1)
Classe de uso: Inseticida, Nematicida e Acaricida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.009474/2019-13

21. Motivo da solicitação: Registro (19/02/2019)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: GLIFOSATO TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.009477/2019-49

22. Motivo da solicitação: Registro (20/02/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: TEMBOTRIONA TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Tembotriona

Nome químico: 2-{2-chloro-4-mesyl-3-[(2,2,2-trifluoroethoxy)methyl]benzoyl}cyclohexane-1,3-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.009679/2019-91

23. Motivo da solicitação: Registro (20/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TEBUCONAZOLE TÉCNICO AGROGIL
Nome comum: Tebuconazol

Nome químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.009828/2019-11

24. Motivo da solicitação: Registro (22/02/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: EPOXICONAZOLE TÉCNICO ADA
Nome comum: Epoxiconazol
Nome químico: (2RS,3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4- triazole
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010330/2019-00

25. Motivo da solicitação: Registro (22/02/2019)
Requerente: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ISOXAFLUTOL TRADECORP TÉCNICO II
Nome comum: Isoxaflutol
Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl µ,µ,µ-trifluoro-2-mesyl-p-tolyl ketone
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010459/2019-18

26. Motivo da solicitação: Registro (25/02/2019)
Requerente: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: DIAFENTIUROM TÉCNICO PROVENTIS II
Nome comum: Diafentiurom
Nome químico: 1-tert-butyl-3-(2,6-di-isopropyl-4-phenoxyphenyl) thiourea
Classe de uso: Acaricida e Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.10780/2019-94

27. Motivo da solicitação: Registro (25/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: THIAMETOXAM TÉCNICO UNITED
Nome comum: Tiametoxam
Nome químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro)amine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010826/2019-75

28. Motivo da solicitação: Registro: (25/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PROTHIOCONAZOLE TÉCNICO UNITED
Nome comum: Protioconazol (protioconazole)
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3- thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010827/2019-10

29. Motivo da solicitação: Registro (25/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: S-METOLACHLOR TÉCNICO UNITED
Nome comum: S-Metolacloro (S-metolachlor)
Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010830/2019-33

30. Motivo da solicitação: Registro (25/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ACETAMIPRID TÉCNICO UNITED
Nome comum: Acetamiprido (acetamiprid)
Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.010831/2019-88

31. Motivo da solicitação: Registro (26/02/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: ACETAMIPRID TÉCNICO ADAMA BR
Nome comum: Acetamiprido
Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011003/2019-67

32. Motivo da solicitação: Registro (26/02/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: IPRODIONA TÉCNICO ADAMA BR
Nome comum: Iprodiona (iprodione)

Nome químico: 3-(3,5-dichlorophenyl)-N-isopropyl-2,4-dioxo imidazolidine-1-carboxamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011005/2019-56

33. Motivo da solicitação: Registro (26/02/2019)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOL TÉCNICO ALBAUGH
Nome comum: Protioconazol (protioconazole)
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011012/2019-58

34. Motivo da solicitação: Registro (27/02/2019)
Requerente: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Marca comercial: TEBUTIUROM TÉCNICO NUFARM II
Nome comum: Tebutiurom (tebuthiuron)
Nome químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011327/2019-03

35. Motivo da solicitação: Registro (27/02/2019)
Requerente: Oxon Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOLE TÉCNICO OXON III
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3- thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011508/2019-21

36. Motivo da solicitação: Registro (28/02/2019)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO Y TÉCNICO HELM
Nome comum: Glufosinato
Nome químico: 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalanine ou DL-homoalanin-4-yl(methyl)phosphinic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011682/2019-74

37. Motivo da solicitação: Registro (28/02/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: THIACLOPRID TÉCNICO UNITED
Nome comum: Tiacloprido
Nome químico: (Z)-3-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-1,3-thiazolidin-2-ylidenecyanamide
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011800/2019-44

38. Motivo da solicitação: Registro (28/02/2019)
Requerente: Tecnomyl Brasil distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LAMBDA CIALOTRINA TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Lambda-Cialotrina
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)- -cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)- - cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.011837/2019-72

39. Motivo da solicitação: Registro (01/03/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: IMIDACLOPRIDO TÉCNICO ADAMA BRASIL BR
Nome comum: Imidacloprido
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.012091/2019-14

40. Motivo da solicitação: Registro (01/03/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: ESPIRODICLOFENO TÉCNICO ADA
Nome comum: Espirodiclofeno
Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate
Classe de uso: Inseticida e Acaricida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.012106/2019-44

41. Motivo da solicitação: Registro (07/03/2019)
Requerente: Lemma Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócio, Importação e Exportação Ltda.
Marca comercial: PROTHIOCONAZOLE TÉCNICO LBR
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.012508/2019-49

42. Motivo da solicitação: Registro (08/03/2019)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: METALAXIL METÍLICO TÉCNICO BRA
Nome comum: Metalaxil-M
Nome químico: methyl N-methoxyacetyl-N-2,6-xylyl-D-alaninate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013093/2019-21

43. Motivo da solicitação: Registro (11/03/2019)
Requerente: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: HEXAZINONA TÉCNICO UPL
Nome comum: Hexazinona
Nome químico: 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013241/2019-15

44.Motivo da solicitação: Registro (11/03/2019)
Requerente: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: ISOXAFLUTOL TÉCNICO UPL BR
Nome comum: Isoxaflutol
Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl µ,µ,µ-trifluoro-2-mesyl-p-tolyl ketone
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013246/2019-30

45. Motivo da solicitação: Registro (11/03/2019)
Requerente: CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO CHD'S
Nome comum: Imidacloprido
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013401/2019-18

46. Motivo da solicitação: Registro (22/03/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: AMETRINA TÉCNICO ADAMA BR
Nome comum: Ametrina
Nome químico: N2 -ethyl-N4 -isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016708/2019-71

47. Motivo da solicitação: Registro (22/03/2019)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: IPRODIONA TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Iprodiona
Nome químico: 3-(3,5-dichlorophenyl)-N-isopropyl-2,4-dioxo imidazolidine-1-carboxamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016711/2019-94

48. Motivo da solicitação: Registro (22/03/2019)
Requerente: ProRegistros Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO ZS
Nome comum: Flumioxazina
Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2- dicarboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016870/2019-99

49. Motivo da solicitação: Registro (25/03/2019)
Requerente: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: METOXIFENOZIDE TÉCNICO GSP
Nome comum: Metoxifenozida

Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.017177/2019-33

50. Motivo da solicitação: Registro (27/03//2019)
Requerente: Hy-Green Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRICYCLAZOLE TÉCNICO HY-GREEN
Nome comum: Triciclazol
Nome químico: 5-methyl-1,2,4-triazolo[3,4-b][1,3]benzothiazole
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.017918/2019-86

51. Motivo da solicitação: Registro (29/03/2019)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: PROTIOCONAZOLE AJ TÉCNICO HELM
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.018325/2019-37

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No D.O.U de 11 de fevereiro de 2019, seção 1, em Ato nº 05, de 04 de fevereiro de 2019, página 12, item 05, onde se lê: Requerente: Trifloxistrobina Técnico Técnomyl, leia-se: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.

No DOU de 11 de fevereiro de 2019, seção 1, em Ato nº 05, de 04 de fevereiro de 2019, página 14, item 64, onde se lê: Processo nº 21000.55087/2018-60, leia-se: 21000.055087/2018-60.

No DOU de 11 de fevereiro de 2019, seção 1, em Ato nº 05, de 04 de fevereiro de 2019, página 15, item 69, onde se lê: Processo nº 21000.002749/2018-80, leia-se: 21000.002749/2019-80.

No D.O.U de 11 de fevereiro de 2019, seção 1, em Ato nº 05, de 04 de fevereiro de 2019, página 15, item 76, onde se lê: Marca Comercial: ABAMECTIN TÉCNICO RTM, leia-se: ABAMECTIN TÉCNICO TIDE

No D.O.U de 11 de fevereiro de 2019, seção 1, em Ato nº 05, de 04 de fevereiro de 2019, página 13, item 45, onde se lê: Marca Comercial: PROTIOCONAZOL TÉCNICO RAINBOW, leia-se: PROTIOCONAZOL TÉCNICO BL

ATO Nº 22, DE 2 DE ABRIL DE 2019

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Mancozeb CCAB 800 WP, registro nº 12418, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de abóbora Pseudoperonospora cubensis, Cladosporium cucumerinum, Colletotrichum orbiculae; alho Puccinia allii, Alternaria porri, Peronospora destructor, amendoim Phoma arachidicola, Sphaceloma arachidis; arroz Cercospora oryzae, banana Mycosphaerella fijiensis; berinjela Alternaria solani, Colletotrichum gloesporioides, Puccinia pampeana, Septoria lycopersici, Stemphylium solani; beterraba Cercospora parasitica, brócolis Peronospora parasitica, Alternaria brassicae; café Colletotrichum coffeanum, Cercospora coffeicola, cebola Alternaria porri Peronospora destructor, cenoura Peronospora destructor, Alternaria dauci, Cercospora carotae, cevada Drechslera teres, citros Phyllosticta citricarpa, couve Peronospora parasitica, Alternaria brassicae, cravo Uromyces dianthi, Septoria dianthi, Alternaria dianthi, crisântemo Puccinia chrisanthemi, Alternaria alternata, Septoria chrysanthemella, ervilha Ascochyta pisi, Ascochyta pinodes, Colletotrichum pisi, Peronospora pisi, Uromyces pisi-sativi, feijão Phytophtora phaseoli, Peronospora manshurica, Alternaria alternata, feijão-vagem Colletotrichum lindemuthianum, Peronospora manshurica, Phaseoisariopsis griseola, Uromyces appendiculatus, figo Cerotelium fici, Colletotrichum gloeosporioides, fumo Peronospora tabacina, gladíolo Botrytis gladiolorum, maçã Entomosporium mespili, Monilinia fructicola, Glomerella cingulate, mamão Asperisporium caricae, manga Colletotrichum gloeosporioides, melancia Colletotrichum orbiculae, Pseudoperonospora cubensis, Cladosporium cucumerinum, melão Colletotrichum orbiculae, Pseudoperonospora cubensis, Cladosporium cucumerinum, pepino Colletotrichum orbiculae, Pseudoperonospora cubenis, Cladosporium cucumerinum, pera Entomosporium mespili, Monilinia fructicola, Venturia inaequalis, pêssego Tranzschelia prunispinosae, Taphrina deformans, Tranzshelia discolor, pimentão Phytophtora capsici, Colletotrichum gloesporioides, Cercospora melongenae, Alternaria solani, Cercospora capsici, Puccinia pampeana, Stemphylium solani, repolho Peronospora parasitica, Alternaria brassicae, rosa Diplocarpon roase Sphaceloma rosarum, Cercospora rosicola, Mycosphaerella rosicola,, Peronospora sparsa, tomate Colletotrichum coccodes, Stemphylium solani, trigo Puccinia graminis, Septoria tritici, uva Phomopsis vitícola, Botrytis cinérea, Colletotrichum gloeosporioide; e a inclusão dos manipuladores Oxiquímica Agrociência Ltda - Jaboticabal/SP, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP, Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP conforme processo nº 21000.019010/2018-26.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 16 de junho de 2014, no produto Fusão registro nº 5717, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de algodão, cana-de-açúcar, cevada, feijão, milho, sorgo e trigo CSFI - sorgo e cevada - cultura representativa: milho e trigo conforme processo nº 21000.014920/2017-31.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial 2,4-D Técnico DVA registro nº 11208, para a marca comercial 2,4-D Técnico Brasil, conforme processo nº 21000.018217/2019-64.

4. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Bispyribac Técnico DVA registro nº 11116, para a marca comercial Bispyribac Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018219/2019-53.

5. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Radika 700 WG processo nº 21000.008373/2012-41, solicitação feita através do processo nº 21000.017574/2019-13.

6. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Taffeta HS 200 SP registro nº 28017 para a marca comercial Rodolia 200 SP, conforme processo nº 21000.017980/2019-78.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas de Eucalipto e Pinus no produto Kennox registro nº24518, conforme processo nº 21000.017677/2019-75.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da cultura de Eucalipto no produto Kroll registro nº 12718, conforme processo nº 21000.017679/2019-64.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Enlist Solo registro nº 10719 para a marca comercial Enlist Colex-D, conforme processo nº 21000.017715/2019-90.

10. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP, a importar o produto Soyaclean Xtra, registro nº 14518, conforme processo nº 21000.017355/2019-26.

11. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - CNPJ nº 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP, a importar o produto Atralhida, registro nº 05117, conforme processo nº 21000.017356/2019-71.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Carbendazim Técnico Wynca, registro nº 25017, no produto formulado Carbomax 500 SC registro nº 04602, conforme processo nº 21000.035586/2018-31.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Nicosulfuron Técnico DVA BR registro nº 0316 para a marca comercial Nicosulfuron Técnico UPL BR, conforme processo nº 21000.018261/2019-74.

14. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Nicosulfuron Técnico DVA registro nº 13109 para a marca comercial Nicosulfuron Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018257/2019-14.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Thidiazuron Técnico DVA registro nº 7016 para a marca comercial Thidiazuron Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018268/2019-96.

16. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Picloram Técnico DVA registro nº 00311 para a marca comercial Picloram Técnico UPL BR, conforme processo nº 21000.018266/2019-05.

17. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Metribuzim Técnico DVA registro nº 07712 para a marca comercial Metribuzim Técnico UPL BR, conforme processo nº 21000.018238/2019-80.

18. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Mepiquat Chloride Técnico DVA registro nº 7417 para a marca comercial Mepiquat Chloride Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018237/2019-35.

19. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Metsulfuron Técnico Condax registro nº 04606 para a marca comercial Metsulfuron Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018240/2019-59.

20. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Imazapic Técnico DVA registro nº 13416 para a marca comercial Imazapic Técnico UPL BR, conforme processo nº 21000.018235/2019-46.

21. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Imazethapyr Técnico Condax registro nº 010506 para a marca comercial Imazethapyr Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018236/2019-91.

22. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Hexazinone Técnico DVA registro nº 15208 para a marca comercial Hexazinone Técnico UPL BR, conforme processo nº 21000.018232/2019-11.

23. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Haloxyfop-P-Methyl Técnico DVA registro nº 12214 para a marca comercial Haloxyfop-P-Methyl Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018230/2019-13.

24. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Glyphosate Técnico DVA registro nº 03411 para a marca comercial Glyphosate Técnico UPL Brasil, conforme processo nº 21000.018228/2019-44.

25. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Glufosinate Ammonium Técnico DVA registro nº 11115 para a marca comercial Glufosinate Ammonium Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018227/2019-08.

26. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Cleaner Xtra, registro nº 36817, conforme processo nº 21000.052259/2018-43.

27. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Soyaclean Xtra, registro nº 14518, conforme processo nº 21000.052260/2018-78.

28. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Clorimuron Técnico Condax registro nº 06206 para a marca comercial Clorimuron Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018221/2019-22.

29. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Glifosato DVA Agro Técnico registro nº 14918 para a marca comercial Glifosato UPL Agro Técnico, conforme processo nº 21000.018224/2019-66.

30. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Nufarm Americas Inc. 11901 S. Austin Avenue 60803, Alsip Illinois, EUA no produto Cottonquik registro nº 05204, conforme processo nº 21000.019290/2018-72.

31. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Proclaim 50 registro nº 29817, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Spodoptera eridania* na cultura da soja conforme processo nº 21000.054330/2018-22.

32. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Calaris registro nº 9419, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Digitaria insularis* e *Amaranthus hybridus* na cultura do milho conforme processo nº 21000.014854/2019-61.

33. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial Fomesafen Técnico DVA registro nº 9416 para a marca comercial Fomesafem Técnico UPL, conforme processo nº 21000.018222/2019-77.

34. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do produto Sorba registro nº 6019; da empresa Plurie Soluções Regulatórias Ltda. - CNPJ nº 09.374.891/0001-10 sito à Avenida das Nações Unidas 18801, conj. 1418, Vila Almeida, CEP nº 04795-100 - São Paulo/SP, para a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ nº 60.744.463/0001-90 sito à Avenida Nações Unidas 18.001 CEP: 04795-900 - São Paulo/SP conforme processo nº 21000.018418/2019-61.

35. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do produto Fuoro registro nº 5919; da empresa Plurie Soluções Regulatórias Ltda. - CNPJ nº 09.374.891/0001-10 sito à Avenida das Nações Unidas 18801, conj. 1418, Vila Almeida, CEP nº 04795-100 - São Paulo/SP, para a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ nº 60.744.463/0001-90 sito à Avenida Nações Unidas 18.001 CEP: 04795-900 - São Paulo/SP conforme processo nº 21000.018414/2019-83.

36. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chemdesign Corporation, para a razão social Chemdesign Products Inc. mantendo o mesmo endereço - 2 Stanton Street Marinette, WI 54143 - USA, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.018412/2019-94.

37. De acordo com o Artigo 22, §1º, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do produto Epimec registro nº 38318; da empresa Plurie Soluções Regulatórias Ltda. - CNPJ nº 09.374.891/0001-10 sito à Avenida das Nações Unidas 18801, conj. 1418, Vila Almeida, CEP nº 04795-100 - São Paulo/SP, para a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ nº 60.744.463/0001-90 sito à Avenida Nações Unidas 18.001 CEP: 04795-900 - São Paulo/SP conforme processo nº 21000.018411/2019-40.

38. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Totem processo nº 21000.002203/2010-91, solicitação feita através do processo nº 21000.018405/2019-92.

39. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Rey processo nº 21000.002985/2009-24, solicitação feita através do processo nº 21000.018404/2019-48.

40. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Rocks 300 FS processo nº 21000.009308/2011-51, solicitação feita através do processo nº 21000.018403/2019-01.

41. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Karis 25 CS processo nº 21000.010201/2013-18, solicitação feita através do processo nº 21000.018399/2019-73.

42. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente cancelamos o pleito de registro do produto Karapa 25 CS processo nº 21000.010424/2013-85, solicitação feita através do processo nº 21000.018397/2019-84.

43. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Ouro Fino Química Ltda. - CNPJ nº 09.100.671/0001-07 - Uberaba/MG, a importar o produto Cipermethrin Técnico Gharda, registro nº 1314, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto BritBR registro nº 8214 conforme processo nº 21000.018562/2019-06.

44. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Atrazina Técnica Ciba Geigy, registro nº 178500, no produto formulado Atrazina Nortox 500 SC registro nº 00596, conforme processo nº 21000.027678/2018-47.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 28 de março de 2019, em Ato nº 19 Seção 1 pág. 4, item 3, onde se lê: ... no produto Metomil Técnico Sinon registro nº 10818, leia-se: ... no produto Metomil Técnico Sinon registro nº 10118.

No DOU de 28 de março de 2019, em Ato nº 19 Seção 1 pág. 4, item 10, onde se lê: ... no produto Paicer WG registro nº 1871, leia-se: ... no produto Paicer WG registro nº 18718.

No DOU de 15 de março de 2019, em item Retificação, Seção 1 pág. 4, onde se lê: ... em Ato nº 03, leia-se: ... em Ato nº 02.

No DOU de 28 de março de 2019, em Ato nº 19, Seção 1 item 6, pág. 4 onde se lê: ... foi aprovada a inclusão do formulador AgBitech LLC 14401 Sovereign Rd Suite 111 76155 Fort Worth - Texas - EUA e a inclusão do manipulador Laboratório de Bio Controle Farroupilha Ltda. - Patos de Minas/MG no produto Crysogen, registro nº 15418, leia-se: ... foi aprovada a inclusão do manipulador Laboratório de Bio Controle Farroupilha Ltda. - Patos de Minas/MG no produto Chrysogen, registro nº 15418.

No DOU de 11 de fevereiro de 2019, em Ato nº 7, Seção 1 item 18, pág. 18, onde se lê: ... d. fabricante: Anhui Guangxin Agrochemical - endereço - Caijashan Pengcun Village, Xinhang Town 242235 Guangde Couty, Anhui - China, leia-se: ... d. fabricante: Anhui Guangxin Agrochemical - endereço - Caijiashan Pengcun Village, Xinhang Town 242235 Guangde County, Anhui China no produto Tiofanato-Metílico Técnico Fersol registro nº 02819.

No DOU de 10 de janeiro de 2019, em Ato nº 1, Seção 1 item 10, pág.15, onde se lê: ... d. fabricante: Yancheng South Chemicals Co. Ltd. - endereço - Chejiagang Chemicals District of Xiangshui, Yangshui, Yancheng City, 224631, Jiangsu Province China, leia-se: ... Yancheng South Chemicals Co. Ltd. - endereço - Chen Jiagang Chemicals District of Xiangshui, Yancheng City, Jiangsu 224631, P.R. China no produto Imazetapir Técnico Proventis registro nº 43318.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 1.527, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições constantes das Resoluções n° 4.675, de 26 de junho de 2018 e n° 4.701, de 19 de dezembro de 2018, do Conselho Monetário Nacional - CMN resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de abril de 2019 a 09 de maio de 2019, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentam o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

Art. 2º Os preços de mercado e os bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de março de 2019, têm validade para o período de 10 de abril de 2019 a 09 de maio de 2019, em atendimento ao estabelecido nas Resoluções n° 4.675, de 26 de junho de 2018 e n° 4.701, de 19 de dezembro de 2018, do CMN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de ABRIL de 2019
Com base nos preços de MARÇO de 2019

Produto	UF	Unidade	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid)	Bônus de Garantia de Preço (%)
AÇAÍ (FRUTO)	AC	kg	1,60	1,27	20,63
AÇAÍ (FRUTO)	AM	kg	1,60	1,47	8,13
AÇAÍ (FRUTO)	AP	kg	1,60	1,11	30,63
ARROZ EM CASCA NATURAL	SE	60 kg	43,21	38,46	10,99
BABAÇU (AMÊNDOA)	TO	kg	3,04	1,50	50,66
BABAÇU (AMÊNDOA)	CE	kg	3,04	2,90	4,61
BABAÇU (AMÊNDOA)	MA	kg	3,04	2,05	32,57
BABAÇU (AMÊNDOA)	PI	kg	3,04	1,94	36,18
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	MA	kg	2,16	2,00	7,41
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	MT	kg	2,16	2,15	0,46
CACAU (AMÊNDOA)	AM	kg	5,94	4,50	24,24
CASTANHA DE CAJU	PB	kg	2,44	2,22	9,02
FEIJÃO CAUPI	PA	60 kg	147,97	120,40	18,63
FEIJÃO CAUPI	TO	60 kg	147,97	45,94	68,95
FEIJÃO CAUPI	MA	60 kg	147,97	126,43	14,56
FEIJÃO CAUPI	MT	60 kg	147,97	99,66	32,65
LEITE	PE	l	0,98	0,82	16,33
MARACUJÁ	CE	kg	1,46	1,15	21,23
MEL	BA	kg	8,00	5,83	27,12
MEL	PI	kg	8,00	6,00	25,00
MEL	MG	kg	8,00	7,57	5,37
MEL	PR	kg	8,00	6,76	15,50
MEL	RS	kg	8,00	7,34	8,25
MEL	SC	kg	8,00	6,44	19,50
RAIZ DE MANDIOCA	AL	t	231,89	194,76	16,01
RAIZ DE MANDIOCA	CE	t	231,89	190,87	17,69
RAIZ DE MANDIOCA	PB	t	231,89	200,00	13,75
RAIZ DE MANDIOCA	ES	t	210,71	191,97	8,89
CESTA DE PRODUTOS*	PE	NSA	NSA	NSA	4,08
CESTA DE PRODUTOS*	AL	NSA	NSA	NSA	4,00
CESTA DE PRODUTOS*	CE	NSA	NSA	NSA	4,42
CESTA DE PRODUTOS*	PB	NSA	NSA	NSA	3,44
CESTA DE PRODUTOS*	ES	NSA	NSA	NSA	2,22

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Notas:
NSA - Não se aplica.
* Média ponderada dos bônus dos produtos feijão, leite, mandioca e milho.

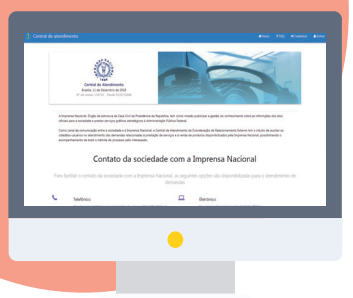
Diário Oficial da União Digital

Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão

O portal da Imprensa Nacional oferece:

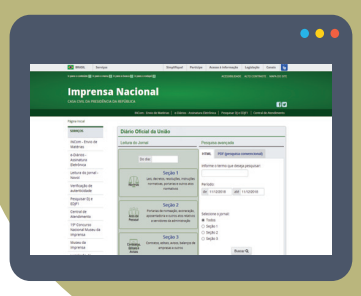
Acesso livre e gratuito às edições do DOU publicadas desde 1990

Versão eletrônica certificada desde agosto de 2009, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital

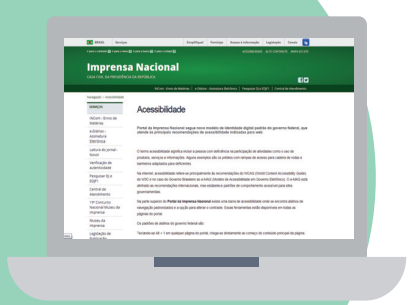


Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas

Filtros por data, órgão e tipo de ato na busca por matéria



Aquisição das edições completas em PDF, pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir da publicação, ou, gratuitamente, das 12h às 23h59



IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial
www.IN.gov.br

Ministério da Cidadania

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Pauta de Reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada no DOU nº 61, de 29 de março de 2019, Seção 1, página 14,
onde se lê: GT Tipificação Nacional do Serviço da Primeira Infância do SUAS,
leia-se: GT de Tipificação Nacional do Programa Primeira Infância no SUAS.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 205, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180016 - Invernada DTG Porteira Aberta
ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO GRUPO HERVAL
CNPJ/CPF: 93.242.998/0001-11
Cidade: Dois Irmãos - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
182629 - Manancial Cultural da Expo São Luiz 2019
EXPO SAO LUIZ
CNPJ/CPF: 29.954.771/0001-08
Cidade: São Luiz Gonzaga - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
182793 - Misery - Louca Obsessão
WB Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.775.812/0001-10
Cidade: Vitória - ES;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
183697 - Olé! É Sempre Tempo de Música!
POLOBH PROMOCOES EIRELLI EPP
CNPJ/CPF: 07.128.230/0001-80
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
184435 - Plano Anual de Atividades e Manutenção 2019 - CASA HOMEM DE NAZARE
CASA HOMEM DE NAZARE
CNPJ/CPF: 18.274.167/0001-06
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
185934 - ZORRO - O MUSICAL
ATUAL CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.320.351/0001-30
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
183328 - Mamãe e Eu (TÍTULO PROVISÓRIO)
Centro Judaico Educacional e Beneficente Novo Horizonte
CNPJ/CPF: 07.867.628/0001-38
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 01/11/2019
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
182135 - Nas Trilhas da Cidadania
ONG Parceiros Voluntários
CNPJ/CPF: 01.704.771/0001-22
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
182332 - Robot Zoo
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
185145 - Casa do Povo - Plano Anual 2019
Instituto Cultural Israelita Brasileiro
CNPJ/CPF: 62.778.576/0001-31
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
182545 - Plano Anual Museu de Arte Brasileira - MAB 2019
Fundação Armando Alvares Penteado
CNPJ/CPF: 61.451.431/0001-69
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
184560 - Plano Anual Intermuseus 2019
Intermuseus
CNPJ/CPF: 13.383.059/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
185011 - Museu Catavento Â- Plano Anual de Atividades 2019
CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL
CNPJ/CPF: 08.698.186/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
178678 - Feira Literária Itinerante
SILAS PEREIRA DE ANDRADE 38528380106
CNPJ/CPF: 20.434.689/0001-70
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 02/03/2019 à 31/12/2019
184488 - Tinkering - Arte e Tecnologia
FERNANDO MONTEIRO DA CUNHA - ME
CNPJ/CPF: 14.363.140/0001-39
Cidade: Adamantina - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
184745 - Plano Anual Casa da Memória Italiana 2019
Instituto Casa da Memória Italiana
CNPJ/CPF: 19.748.501/0001-89
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
185225 - Plano Anual de Atividades 2019 ACAM Portinari
Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari
CNPJ/CPF: 01.845.656/0001-78
Cidade: Brodowski - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 5, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81 do Anexo I do Decreto nº 9674, de 2 de janeiro de 2019, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 13, de 17 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado dos recursos interpostos conforme Anexo I (resultados dos recursos interpostos) e o resultado da 6ª reunião de qualificação conforme Anexo II (projetos qualificados em caráter preliminar), Anexo III (projetos qualificados em caráter final) e Anexo IV (projetos não analisados por falta de recurso).

Art. 2º - Abrir prazo de recurso a ser enviado nos 10 (dez) dias corridos seguintes à data da publicação desta portaria, o qual deverá ser realizado exclusivamente mediante o envio de formulário específico (Anexo X do edital) disponibilizado no portal da Secretaria Especial da Cultura, no portal do Centro Técnico Audiovisual e na plataforma Mapas Culturais, para o endereço eletrônico: formacao.ctav@cultura.gov.br.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO HENRIQUE MACIEL PEIXOTO

ANEXO I

Resultado dos recursos interpostos:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Faixa de investimento aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Pontuação diferenciada	Nota Final	Observações
on-676802047	Marahu LAB - Formação de Profissionais do Audiovisual da Região Norte	Clarté Serviços de Foto e Cinema Ltda.	PA	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$350.000,00	7	3	22,5	2,5	35	Recurso deferido. Qualificado em caráter preliminar.
on-2106793502	Aperfeiçoamento em cinema	Rizoma Produção Audiovisual Ltda ME	AM	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$450.000,00	10	3	29	2,5	44,5	Recurso deferido. Qualificado em caráter preliminar.
on-1563821747	CINEMA NO INTERIOR	ANTONIO M G DE CARVALHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS	PE	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$500.000,00	5	3	20	2,5	30,5	Recurso deferido. Qualificado em caráter preliminar.

ANEXO II

Projetos qualificados em caráter preliminar:

Número de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Faixa de investimento aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Pontuação diferenciada	Nota Final
on-653422573	Projeto Objetiva Capacitação Online	IPANEMA ENTERTAINMENT CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE OBRAS AUTORAIS LTDA	SP	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$600.000,00	5	3	25		33
on-1037125077	MOVIMENTO AUDIOVISUAL - Cinema, Formação e Mercado	Balaio Produções Culturais e Cinematográficas Ltda	GO	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$600.000,00	5	3	21,5	4,5	34
on-154735735	Polo Audiovisual Ponto Cine	Ponto das Artes de Anchieta / Ponto Cine	RJ	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$400.000,00	5	3	22		30
on-1492869431	Pátio Digital	sol editoração ltda	MG	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$450.000,00	5	7	26,75	1,5	40,25

ANEXO III

Projetos qualificados em caráter final:

Número de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF	Faixa de investimento aprovada	Valor aprovado pela Comissão	Nota Critério A	Nota Critério B	Nota Critério C	Pontuação diferenciada	Nota Final
on-548209919	Formação e Qualificação Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bulbul: Cinema e Pensamento, Narrativas Negras.	ODUN PRODUÇÃO DE BENS CULTURAIS LTDA	SP	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$500.000,00	5	3	25	2	35
on-427191346	LAB Cinema Expandido - Rio de Janeiro: fantasmas, corpos e máscaras	DM Filmes e Produções Artisticas Ltda.	RJ	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$ 600.000,00	10	3	22,5	-	35,5
on-212284005	AnimaPro - Curso de Qualificação Audiovisual com foco em stop motion	REALIZART PRODUCAO AUDIO VISUAL LTDA.	SC	I R$300.000,00 até R$600.000,00	R$580.000,00	10	7	30	3,5	50,5

ANEXO IV

Projetos não analisados por falta de recurso:

Nº de inscrição	Nome do Projeto	Empresa Proponente	UF
on-907219200	CÂMERA VIAJANTE: FORMAÇÃO EM AUDIOVISUAL	Maya Filmes LTDA	AM
on-1802507669	Curso de Desenvolvimento de Jogos Digitais	Player 8 Games Studio Desenvolvimento Ltda	SP
on-985888299	Estudos de Roteiro	Dédalo Produções Artísticas Ltda ME	RJ
on-807299735	Formação em Jogos Digitais para Todo o Brasil	Infnet Educação SA	RJ
on-249916858	Estúdio Escola Polo Audiovisual da Zona da Mata	Cocriativa Conteúdos Audiovisuais Ltda	MG
on-1328625805	FORMAÇÃO AUDIOVISUAL CINEMA NO INTERIOR	MONT SERRAT FILMES -ANTONIO M G DE CARVALHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS	PE
on-2092194498	Projeto Célia Helena de Formação Audiovisual	Produções Menezes Ltda. ME	SP
on-5255844	Formação em Criação e Roteiro, Gestão e Direção Audiovisual	Kinobras Produções Artísticas e Cinematográficas	RJ

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Divulga a relação dos municípios que concluíram o processo de aditivar o termo de aceite do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria SNPDH nº 17, de 22 de agosto de 2018, entre os dias 01 e 31 de março de 2019.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34 do anexo I do Decreto nº8.949, de 29 de dezembro de 2016 e da Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social, e

Considerando a Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que instituiu o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução nº 20, de 24 de novembro de 2016, do CNAS, que aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios 2016 e 2017;

Considerando a Resolução nº 7, de 22 de maio de 2017, do CNAS, que aprova a readequação dos critérios de partilha do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS para os exercícios de 2016 e 2017;

Considerando a Portaria nº2.496, de 17 de setembro de 2018, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social; resolve:

Art. 1 Divulgar, conforme anexo desta Portaria, a relação dos municípios que concluíram o processo de aditivar o termo de aceite do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, nos termos da Portaria SNPDH nº 17, de 22 de agosto de 2018, entre os dias 01 e 31 de março de 2019.

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUANA KONZEN NUNES

ANEXO

TEM	UF	NOME	DATA DE PREENCHIMENTO	METAS ADITIVADAS
1	AL	Cajueiro	07/03/2019	300
2	AL	Igreja Nova	09/03/2019	100
3	AL	Tanque d'Arca	01/03/2019	100
4	BA	Conceição do Almeida	29/03/2019	100
5	BA	Queimadas	21/03/2019	150
6	BA	Igaporã	19/03/2019	50
7	BA	Nilo Peçanha	01/03/2019	100
8	BA	Biritinga	22/03/2019	100
9	BA	Antas	12/03/2019	100
10	BA	Fátima	27/03/2019	100
11	BA	Xique-Xique	12/03/2019	300
12	BA	Cachoeira	01/03/2019	150
13	BA	Itiúba	21/03/2019	150
14	BA	São José do Jacuípe	15/03/2019	100
15	BA	Macajuba	29/03/2019	100
16	BA	Ipupiara	11/03/2019	100
17	BA	Barrocas	15/03/2019	100
18	BA	Uauá	29/03/2019	150
19	CE	Ipu	18/03/2019	150
20	CE	Jaguaretama	18/03/2019	100
21	CE	Trairi	21/03/2019	200
22	CE	Croatá	28/03/2019	100
23	CE	Tururu	21/03/2019	100
24	CE	Itapipoca	18/03/2019	500
25	CE	Deputado Irapuan Pinheiro	27/03/2019	50
26	CE	Reriutaba	29/03/2019	100
27	CE	Ererê	13/03/2019	50
28	GO	Piranhas	01/03/2019	50
29	MA	Bom Jardim	21/03/2019	150
30	MA	São Francisco do Maranhão	14/03/2019	100
31	MA	Santa Filomena do Maranhão	28/03/2019	100
32	MG	Mata Verde	14/03/2019	100
33	MT	Poconé	07/03/2019	150
34	PA	São Domingos do Araguaia	01/03/2019	150
35	PA	Água Azul do Norte	06/03/2019	100
36	PA	Tucuruí	20/03/2019	400
37	PA	Capitão Poço	29/03/2019	200
38	PA	Irituia	07/03/2019	150
39	PA	Vitória do Xingu	20/03/2019	100
40	PA	São Caetano de Odivelas	25/03/2019	100
41	PA	Porto de Moz	07/03/2019	300
42	PB	Malta	13/03/2019	50
43	PB	Capim	01/03/2019	100
44	PB	Arara	14/03/2019	100
45	PB	Catingueira	07/03/2019	50
46	PB	Mataraca	15/03/2019	100
47	PB	São Miguel de Taipu	11/03/2019	50
48	PB	Paulista	07/03/2019	100
49	PB	Seridó	01/03/2019	100
50	PB	Campina Grande	20/03/2019	1000
51	PB	Congo	13/03/2019	50
52	PB	Caaporã	12/03/2019	300
53	PB	São João do Tigre	13/03/2019	50
54	PE	Poção	20/03/2019	100
55	PE	Itacuruba	13/03/2019	50
56	PE	Alagoinha	22/03/2019	100
57	PE	Bonito	11/03/2019	150
58	PE	Belém de Maria	11/03/2019	100
59	PI	Pavussu	26/03/2019	50
60	PI	Jerumenha	08/03/2019	50
61	PI	Sebastião Barros	11/03/2019	50
62	PI	Landri Sales	07/03/2019	50
63	PI	Matias Olímpio	25/03/2019	100
64	PI	Bonfim do Piauí	08/03/2019	100
65	PI	Guadalupe	07/03/2019	100
66	PI	Picos	12/03/2019	200
67	PI	Curralinhos	15/03/2019	50
68	PI	Santa Cruz do Piauí	28/03/2019	50
69	PI	Campinas do Piauí	25/03/2019	50
70	PI	Bertolínia	11/03/2019	50
71	PI	Paes Landim	12/03/2019	50
72	PI	Castelo do Piauí	07/03/2019	100
73	PI	Alvorada do Gurguéia	01/03/2019	50
74	PI	Conceição do Canindé	12/03/2019	50
75	PI	Coivaras	18/03/2019	50
76	PI	São Francisco do Piauí	07/03/2019	50
77	RN	Pureza	18/03/2019	100
78	RR	Rorainópolis	18/03/2019	150
79	RR	Amajari	29/03/2019	100
80	RR	Caroebe	03/03/2019	100
81	RR	Alto Alegre	08/03/2019	100
82	RR	São Luiz	15/03/2019	100
83	RR	Iracema	15/03/2019	100
84	SE	Nossa Senhora das Dores	25/03/2019	100
85	SP	Registro	06/03/2019	200
86	SP	Barra do Turvo	06/03/2019	50
87	TO	Silvanópolis	06/03/2019	50

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA N° 87, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera a Portaria nº 70 de 22 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a regulamentação de diretrizes para a preservação do Conjunto Rural de Testo Alto, no município de Pomerode, no estado de Santa Catarina, com o estabelecimento de parâmetros para novas intervenções nas áreas tombadas e de entorno.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, V do Anexo I do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e

CONSIDERANDO a previsão de revisão da Portaria nº 70/2013, estabelecida no parágrafo único do art. 25 do referido instrumento, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01510.000580/2017-02, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 70, de 22 de fevereiro de 2013, passa a vigorar acrescido dos incisos V e VI, com a seguinte redação:

V - Visadas preferenciais: pontos estratégicos de visualização e apreensão dos bens tombados e de sua relação com a paisagem protegida, privilegiando o ponto de vista do observador a partir das estradas principais (Rua Testo Alto e Rua Progresso) e os enquadramentos dos bens arquitetônicos protegidos individualmente ou de maior relevância cultural dentro da área tombada e sua relação com a paisagem envoltória;

VI - Falso Histórico: utilização de composições volumétricas e de elementos decorativos em novas construções, ou em intervenções em edificios existentes, inspirados em tipologias ou estilos históricos, locais ou estrangeiros e que estejam desassociados dos processos construtivos tidos como tradicionais e que tendem a falsear a leitura do conjunto autêntico, comprometendo sua compreensão."

Art. 2º A Portaria nº 70, de 22 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8° .....

§ 3° .....

I- Setor de Preservação Paisagística Rigorosa - Setor onde estão incluídas as áreas verdes de encosta (zonas de aclive, da cota 200 até topo dos morros que envolvem o Vale do Rio do Testo) que emolduram a paisagem do Vale do Rio do Testo;

II - Setor de Preservação Paisagística - Setor rural, onde os valores etnográficos e paisagísticos do conjunto encontram sua maior expressão, caracterizado pelos lotes coloniais, ainda cultivados até meia encosta, onde a topografia é predominantemente plana ou pouco acidentada. Os lotes caracterizam-se pela linearidade, (de pequena testada e grande profundidade), estendendo-se perpendicularmente às estradas principais (margem esquerda e direita do rio) em direção à cumeada dos morros que encerram a bacia visual de todo o Vale do Rio do Testo. O modelo de ocupação tradicional dos lotes coloniais ainda se mantém na maior parte desse setor;

III- Setor Urbano com Proteção - Setor de transição urbano/ rural, onde o perímetro de tombamento se interpola com a zona de expansão urbana do município. Possui características predominantemente rurais, onde ainda preponderam lotes rurais e áreas de cultivo."

"Art. 9° .....

Parágrafo Único.....

I- Setor de Preservação Paisagística de Entorno - Setor rural com características paisagísticas e de ocupação similares ao Setor de Preservação Paisagística da área tombada;

II - Setor Urbano de Entorno - Setor com características similares ao Setor Urbano com Proteção, mas que já possui ocupação urbana marcante, em detrimento do uso rural, caracterizada pela existência de loteamentos, maior fracionamento territorial e maior densidade construtiva ao longo das estradas;

III - Setor Industrial de Entorno - Setor urbano onde predomina a atividade industrial;"

"Art. 15.....

I - O desenho urbano dentro dos loteamentos e/ou condomínios horizontais deverá configurar sequências de espaços de características diversificadas, evitando traçados retilíneos continuos ou ocupações marcadamente regulares perceptiveis a partir de qualquer ponto das ruas Progresso e Testo Alto;

II - Em novos loteamentos e/ou condomínios horizontais, as Áreas de Tratamento Paisagístico de Uso Comunitário deverão ser locadas de forma a minimizar o impacto do novo empreendimento na percepção e compreensão dos atributos no SÍTIO TOMBADO e na sua relação com o ENTORNO".

....." (NR)

"Art. 19. .....

I - Paredes externas com altura máxima de 6 (seis) metros e cumeeiras com altura máxima de 10 (dez) metros, ambos contados a partir do nível do solo;

II - Telhados com no mínimo duas águas, inclinação mínima de 50% e cobertura com telhas nas cores marrom, verde escuro ou terracota, e acabamento não brilhoso;

III - Nas paredes externas são vedadas tonalidades vibrantes, acabamentos brilhosos e revestimentos cerâmicos;

IV - Nas esquadrias externas são vedados vidros fumês, refletivos e/ou coloridos. Nas áreas das visadas preferenciais, próximas às vias principais e de bens de interesse, as esquadrias devem ter caixilhos;

V - Os volumes destinados ao abrigo de reservatórios ou caixas d'água deverão estar abrigados sob os planos do telhado ou posicionados de forma que a sua visualização seja a menor possível a partir das visadas preferenciais;

VI - São vedados projetos que resultem em falsos históricos.

"Art. 20.....

I - Paredes externas com altura máxima de 10 (dez) metros e cumeeiras com altura máxima de 15 (quinze) metros, ambos contados a partir do nível do solo;

II - Telhados com no mínimo duas águas, inclinação mínima de 40% e cobertura com telhas nas cores marrom, verde escuro ou terracota, e acabamento não brilhoso;

III - Nas paredes externas são vedadas tonalidades vibrantes, acabamentos brilhosos e revestimentos cerâmicos;

IV - Nas esquadrias externas são vedados vidros fumês, refletivos e/ou coloridos. Nas áreas das visadas preferenciais, próximas às vias principais e de bens de interesse, as esquadrias devem ter caixilhos;

Parágrafo Único - No Setor Industrial de Entorno serão permitidas inclinações de telhado menores que 40%".

"Art. 21.....

I - .....

II - Se construídos com materiais opacos (tijolos, blocos de pedra ou outro material similar), a altura máxima será de 100 centímetros;

III - Se construídos com elementos mistos (embasamento em materiais opacos e porção superior com elementos vazados), a altura máxima será de 180 centímetros, com embasamento de, no máximo, 100 centímetros de altura".

....."(NR)

Art. 3º Os anexos I e II da Portaria nº 70 de 22 de fevereiro de 2013 passa a vigorar na forma dos anexos I e II desta Portaria.

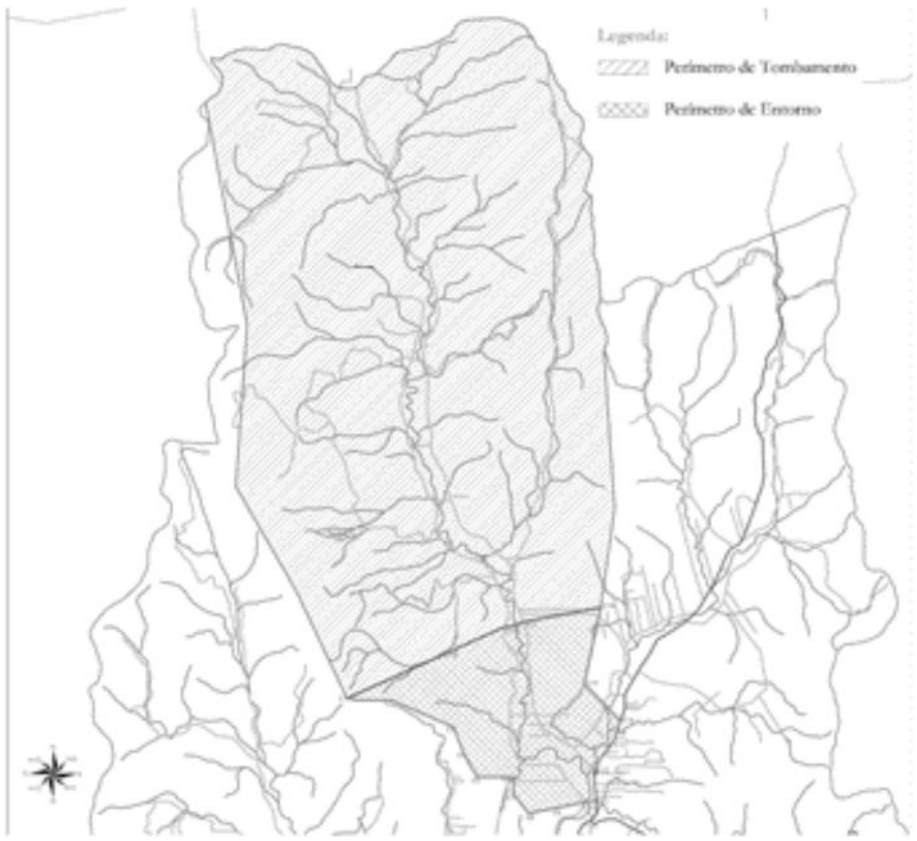
Art. 4º Ficam revogados o inciso I do art.15 e o parágrafo único do art.19 da Portaria nº 70, de 22 de fevereiro de 2013.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

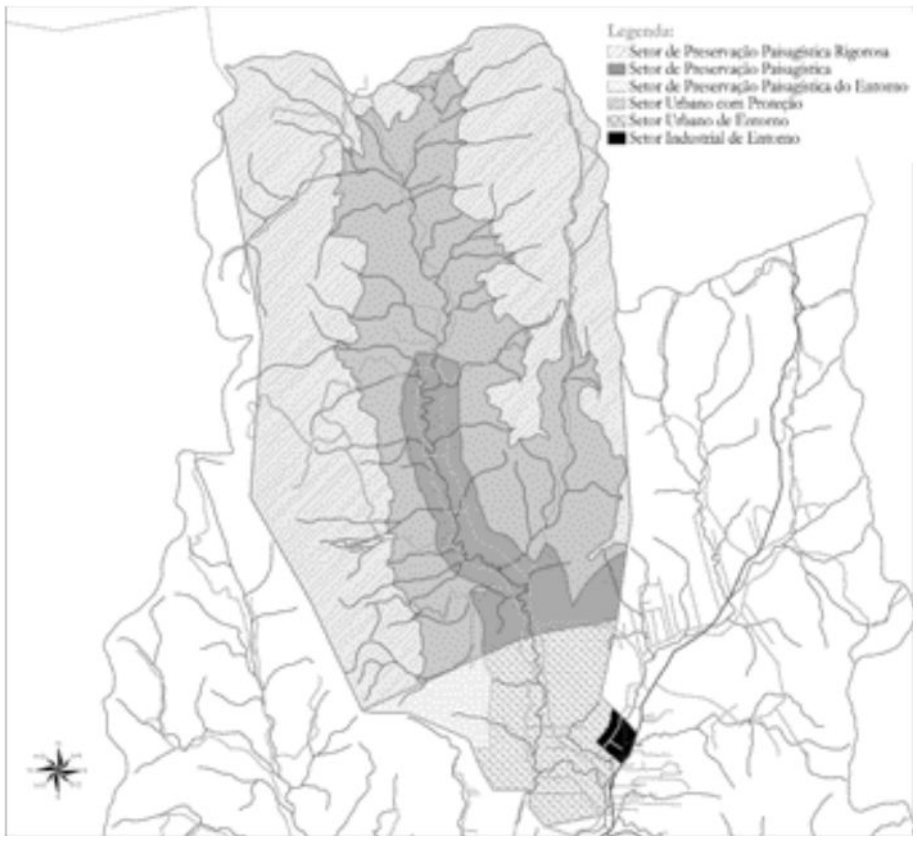
KÁTIA SANTOS BOGÉA

ANEXO I

POLIGONAL DE TOMBAMENTO E DE ENTORNO
MAPA 1



MAPA 2



(Mapa 1 - SEI nº 0981609 e Mapa 2 - SEI nº 0981621 - Processo 01510.000580/2017-02)

DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE ENTORNO

A delimitação da área de entorno do Núcleo Rural de Testo alto inicia no Ponto E1, de coordenadas 26°41'51.34"S| 49°11'57.52"O, localizado no divisor de águas do bairro de Testo Alto com o bairro Ribeirão Areia; deste ponto segue 627,90m em sentido este-sudeste (ESE) pelo nível do terreno, definindo o Ponto E2, de coordenadas 26°41'53.22"S| 49°11'34.93"O. A partir de então, desce 930,40m em sentido sudeste, pelo nível mais alto, onde define o Ponto E3, de coordenadas 26°42'05.89"S| 49°11'04.39"O. Pelo eixo do terreno, atravessando um pequeno vale entre dois morros, a poligonal segue 534,19m em sentido sul, até onde o terreno começa a subir de nível, onde se define o Ponto E4, de coordenadas 26°42'21.18"S| 49°10'56.62"O. A partir de então, segue 210,30m em sentido sul, onde se define o Ponto E5, de coordenadas 26°42'27.69"S| 49°10'52.29"O. A poligonal segue em direção leste por 494,25m até terminar o conjunto de árvores, onde define-se o Ponto E6, de coordenadas 26°42'28.04"S| 49°10'34.44"O. A partir de então a poligonal segue em sentido sul, por 231,41m até a mudança de nível no terreno definindo o Ponto E7, de coordenadas 26°42'27.66"S| 49°10'52.80"O. Neste ponto o perímetro sobe o nível do terreno em sentido sudeste por 337,42m, até chegar no topo do morro, no qual o Ponto E8 está localizado, de coordenadas 26°42'27.66"S| 49°10'52.80"O. A partir de então, a poligonal segue do topo do morro na direção da Rua Ricardo Bar, em sentido sudeste por 511,35m, até encontrar o eixo da Rua Luiz Abry, definindo o Ponto E9, de coordenadas 26°42'48.03"S|49°10'9.67"O. O traçado segue em sentido nordeste, pelo eixo da Rua Luiz Abry, até se encontrar com a Rua Progresso, onde se define o Ponto E10, de coordenadas 26°42'39.38"S 49°09'56.79"O. A partir deste ponto, a poligonal continua a leste pelo eixo da Rua Gustav Weber, até a SC-416, onde se define o Ponto E11, de coordenadas 26°42'38.82"S|49° 9'51.07"O. A partir deste, a poligonal segue 402m a norte, no eixo da SC-416, até o cruzamento com a Rua Testo Alto, onde está o ponto E12, de coordenadas 26°42'25.42"S | 49°9'52.41"O. A poligonal segue em direção nordeste pelo eixo da SC-416, até o cruzamento da Rua Carlos Müller, onde está o Ponto E13, de coordenadas 26°42'11.69"S | 49°9'42.69"O. Segue, então, pelo eixo da SC-416, em sentido nordeste por 175m até o Mercado Bahr, onde se encontra o ponto E14, de coordenadas 26°42'6.39"S | 49°9'40.63"O. A partir deste, a poligonal sai do eixo da SC- 416 e segue o nível do terreno, em sentido noroeste por 849,05m, até o cume do morro, onde se encontra o Ponto E15, de coordenadas 26°41'43.41"S | 49° 9'57.89"O. Deste ponto, segue em direção nordeste por 983,56m, até o limite do Setor Urbano com Proteção, onde está o Ponto E16, de coordenadas 26°41'12.26"S | 49° 9'51.19"O. A poligonal segue no sentido sudoeste por 1.063,41m, encontrando a Rua Testo Alto, onde se encontra o Ponto E17, de coordenadas 26°41'19.67"S |

49°10'29.09"O. Segue, então, no sentido sudoeste por 255,11m, no eixo da Rua Gustav Krahn, até se encontrar com a Rua Progresso, onde se encontra o Ponto E18, de coordenadas 26°41'22.35"S | 49°10'37.66"O. A partir deste, segue em direção sudoeste por 770,48m, até a Estrada Morro do Príncipe, onde se encontra o Ponto E19, de coordenadas 26°41'32.62"S | 49°11'3.43"O. A poligonal segue sentido sul por 1.603,40m, ligando-se novamente ao Ponto E1, e delimitando assim o entorno do Núcleo Rural de Testo, município de Pomerode, Santa Catarina.

ANEXO II

TABELA A - PARÂMETROS DE PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Setores	L Mín [m2]	UA Mín [m²]	Te Mín [m]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]	AC Máx [m]
Setores de Tombamento										
SPPR	20.000	20.000	30	10	6,0	5,0	30	70	6	10
SPP	20.000	5.000	30	10	6,0	5,0	30	70	6	10
SUP	2.000	2.000	25	20	6,0	5,0	30	70	6	10
Setores de Entorno										
SPPE	20.000	5.000	25	10	6,0	5,0	30	70	6	15
SUE	1.000	1.000	20	30	6,0	3,0	25	60	10	15
SIE	2.000	2.000	30	80	6,0	3,0	20	20	15	15

TABELA B - PARÂMETROS DIFERENCIADOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO PARA LOTES JÁ EXISTENTES ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA

Setores	Tamanho do Lote [m2]	TO Máx [%]	AF Mín [m]	AL Mín [m]	TA Mín [%]	TP Mín [%]	APE Máx [m]
SUP	até 450	35	6,0	1,5	30	55	6
	451 a 1.000	30	6,0	2,0	30	60	6
	1.001 a 2.000	25	6,0	5,0	30	65	6
SUE	Até 450	35	4,0	1,5	15	55	6
	451 a 999	30	6,0	1,5	20	60	6

L Mín - Tamanho mínimo do lote
UA Mín - Tamanho mínimo da unidade autônoma
Te Mín - Testada mínima do lote
TO Máx - Taxa de ocupação máxima das edificações dentro do lote
AF Mín - Afastamento frontal mínimo das edificações dentro do lote
AL Mín - Afastamento lateral mínimo das edificações dentro do lote
TA Mín - Taxa de arborização mínima
TP Mín - Taxa de permeabilidade mínima
APE Máx - Altura máxima das paredes externas
AC Máx - Altura de cumeeira máxima
SPPR - Setor de Preservação Paisagística Rigorosa
SPP - Setor Urbano com Proteção
SPPE - Setor de Preservação Paisagística do Entorno
SUE - Setor Urbano de Entorno
SIE - Setor Industrial de Entorno

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 346/SEI, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.045225/2009-06, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 268E (duzentos e sessenta e oito educativo), classe A3, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 400/SEI, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.011544/2015-12, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados o canal 261E (duzentos e sessenta e um educativo), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Rondonópolis/MT, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

PORTARIA Nº 401/SEI, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.011582/2015-67, resolve:

Art. 1º Consignar à Câmara dos Deputados o canal 225E (duzentos e vinte e cinco educativo), classe B1, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de Itabuna/BA, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 402/SEI, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.011578/2015-07, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ nº 00.530.352/0001-59, o canal 256E (duzentos e cinquenta e seis educativo), classe A4, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de BARREIRAS/BA, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 403/SEI, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, considerando o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.018050/2012-51, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 268E (duzentos e sessenta e oito educativo), classe A3, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de MACEIÓ/AL, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 404/SEI, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.023604/2013-13, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 15D (quinze digital), classe B, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, no município de Campina Grande/PB para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens com Tecnologia Digital (TVD), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

PORTARIA Nº 1.515, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Altera a Portaria nº 6.072, de 23 de novembro de 2018, que institui grupo de trabalho para a elaboração de proposta de Política Nacional para a Ciência Aberta.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições e considerando o disposto no art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 6.072, de 23 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - Secretaria Executiva - SEXEC;
II - Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle - SEPLA;
III - Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas - SEFAE;
IV - Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI;
V - Secretaria de Tecnologias Aplicadas - SETAP;
VI - Departamento de Governança Institucional - DGI;
VII - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT;
VIII - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
IX - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; e
X - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP.

.....

....."(NR).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

DESPACHO Nº 57/SEI, DE 28 DE MARÇO DE 2019

Acolho a Nota Técnica nº 25417/2018/SEI-MCTIC e o Parecer nº 00003/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para determinar a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE da EMPRESA RADIODIFUSÃO ÁGUA DOCE LTDA., na concorrência nº 006/2001, para a localidade de Mazagão/AP, conforme anexo único, com arrimo nos artigos 43, § 5º, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro

ANEXO ÚNICO

Conc. nº	UF	Localidade	Serviço	Proponente	Processo nº
006/2001 - SSR/MC	AP	Mazagão	FM	Empresa Radiodifusão Água Doce Ltda.	53720.000428/2001-82

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 493/SEI, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de CONCHAL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), reúso do canal de ARARAS, estado de SÃO PAULO, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.004687/2018-19 e da Nota Técnica 2175/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

PORTARIA Nº 1.444/SEI, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de BELO HORIZONTE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 40 (quarenta), reúso do canal de BETIM, estado de MINAS GERAIS, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.056964/2018-61 e da Nota Técnica 4229/2019/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

PORTARIA Nº 1.465/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, do Capítulo IV, da Portaria 217, de 25 de janeiro de 2019, publicada no D.O.U. de 28/01/2019, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº: 01250.069859/2018-91, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DE GOIÁS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Bom Jesus de Goiás/GO, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do serviço de RTV em caráter secundário na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 1.271/SEI, DE 25 DE MARÇO DE 2019

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.010319/2019-82, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação dos Pais de Alunos e Moradores do Bairro Caixa D'Água - PE, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Praça da Matriz, s/n° - Alto da Caixa D'Água para a Praça da Matriz, n° 02 - Centro, na localidade de Parnamirim / PE. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 32 / 2009 publicada no Diário Oficial da União em 10 de março de 2009, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 426 / 2010, publicado no Diário Oficial da União em 02 de julho de 2010, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53103.000120/2002.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 08°05'25"S e longitude 39°34'38"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 1.772/SEI, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.022608/2018-43, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 22099/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 19 de abril de 2018, da frequência 1350 KHz, outorgada à RÁDIO BORBOREMA S/A, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Campina Grande, estado da Paraíba.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 194-SEI-MCTIC, de 28 de janeiro de 2019, referente ao Processo nº 01250.076299/2018-21, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de março de 2019, Seção 1, página 17, onde se lê: "...em caráter secundário...", leia-se: "...em caráter primário...".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 165, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 53500.010031/2019-12
Recorrente/Interessado: CIDADÃO COM PEDIDO DE INFORMAÇÃO NO E-SIC
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 47/2019/VA (SEI nº 3990644), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso interposto no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) nº 01390000470201916.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 1º DE ABRIL DE 2019

Nº 2.117 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO, CNPJ nº 33.131.541/0001-08, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.118 - Outorga autorização de uso de radiofrequência à CIAFAL - COMERCIO E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E ACO S/A, CNPJ nº 20.146.676/0003-67, associada à autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.119 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a CELULOSE NIPO BRASILEIRA S.A - CENIBRA, CNPJ nº 42.278.796/0001-99, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.120 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a GEOSOL GEOLOGIA E SONDAGEM S/A, CNPJ nº 83.646.547/0001-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.121 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a MINAS MAIS ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.701.319/0001-60, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.122 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A, CNPJ nº 23.524.952/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.123 - Outorga autorização de uso de radiofrequências à MINERACAO RIACHO DOS MACHADOS LTDA., CNPJ nº 08.832.667/0001-62, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.124 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a SETE LAGOAS CÂMARA MUNICIPAL, CNPJ nº 19.781.236/0001-30, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.125 - Outorga autorização de uso de radiofrequências à BELGO BEKAERT ARAMES LTDA, CNPJ nº 61.074.506/0001-30, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.126 - Outorga autorização para uso de radiofrequência ao SISTEMA DE COMUNICACAO CENTRAL DE IPUIUNA LTDA, CNPJ nº 03.850.454/0001-40, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 2.127 - Outorga autorização de uso de radiofrequência à SPSP - SISTEMA DE PRESTACAO DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.346.665/0002-93, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.128 - Outorga autorização de uso de radiofrequências à MAXIMILI COSTA ALMEIDA, CPF nº 954.861.784-68, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.129 - Outorga autorização de uso de radiofrequências à Q PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 01.525.415/0001-41, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.149 - Outorga autorização para uso de radiofrequências a MUNICIPIO DE ANDRADAS, CNPJ nº 17.884.412/0001-34, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.150 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RÁDIO VOZ DO SÃO FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 21.453.485/0001-49, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 2.153 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à PARAÍSO FM LTDA, CNPJ nº 21.322.565/0001-65, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 2.206, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Torna sem efeito a extinção, por cassação, da OLHO VIVO SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA EPP, CNPJ 01782498000154, Fistel 50001128655, constante no Ato nº 7.914 (SEI nº 3392046), de 23 de outubro de 2018.

WANDERSON MOREIRA BRITO

Gerente

Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 3 DE ABRIL DE 2019

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 2.203 - Processo nº 53516.000997/2019-72: ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU S/S LTDA, CNPJ nº 76.534.924/0001-30.

Nº 2.204 - Processo nº 53516.001174/2019-64: MARIZA MARIA WLADYKA MARINHO EIRELI, CNPJ nº 79.794.921/0005-57.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente

ATO Nº 2.239, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 53516.001130/2019-34: Expede à CONDOMINIO DO SHOPPING CIDADE DOS LAGOS, CNPJ nº 30.712.938/0001-03, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente

ATOS DE 4 DE ABRIL DE 2019

Expede autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à:

Nº 2.230 - REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 81.554.065/0001-80;

Nº 2.231 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SÃO LOURENCO, CNPJ nº 09.285.816/0001-83;

Nº 2.232 - SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ELDORADO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 83.649.798/0001-24;

Nº 2.233 - RÁDIO JARAGUÁ LTDA, CNPJ nº 84.432.897/0001-12.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à:

Nº 2.235 - EMPRESA CATARINENSE DE ELETRICIDADE LTDA, CNPJ/CPF: 06.195.776/0001-90;

Nº 2.237 -CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO, CPF/CNPJ 85.665.990/0001-30;

Nº 2.238 - SIMÃO INÁCIO PAGNO, CPF/CNPJ 022.689.999-39.

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à:

Nº 2.240 - ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE ARABUTÃ, CNPJ nº 80.623.077/0001-57;

Nº 2.241 - FLORESTAL RIO MAROMBAS LTDA, CNPJ nº 04.651.702/0001-96;

Nº 2.254 - CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS S.A., CNPJ Nº 2.7.844.178/0001-75.

CELSO FRANCISCO ZEMANN

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 2.058, DE 28 DE MARÇO DE 2019

Expede autorização à SLC AGRICOLA S.A., CNPJ nº 89.096.457/0052-03 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

ATO Nº 2.219, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Expede autorização à REPRESSAO VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 04.923.655/0001-92 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA

Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 29 DE MARÇO DE 2019

Nº 2.079 Processo nº 53500.012091/2019-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LUNO TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA, CNPJ 00.741.808/0001-20, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Nº 2.080 Processo nº 53500.012110/2019-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ 27.906.734/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itaperuna/RJ.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA

Superintendente

Interino

ATOS DE 4 DE ABRIL DE 2019

Nº 2.247 Autoriza ROBY SERVIÇOS E COMPETIÇÕES LTDA, CNPJ nº 11.673.047/0001-32, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 05/04/2019 a 07/04/2019.

Nº 2.248 Autoriza MUCA - ASSESSORIA E PROMOCOES LTDA, CNPJ nº 01.318.702/0002-61, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 05/04/2019 a 07/04/2019.

Nº 2.249 Autoriza F. G. EVENTOS ESPORTIVOS S/C LTDA, CNPJ nº 96.493.978/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 05/04/2019 a 07/04/2019.

Nº 2.250 Autoriza WOGEL MOTORSPORTS , CNPJ nº 04.388.367/0001-85, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 05/04/2019 a 07/04/2019.

Nº 2.251 Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 05/04/2019 a 07/04/2019.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA

Superintendente

Interino

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA IRD Nº 19, DE 20 DE MARÇO DE 2019, publicada no DOU DE nº 55, de 21 de março de 2019, Seção 1, página 18:

Onde se lê: internamente

Leia-se: interinamente

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

CNPJ Nº 00.336.701/0001-04
NIRE: 5330000223/1

BALANÇO PATRIMONIAL TELEBRAS EXERCÍCIO 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2018

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1
Companhia Aberta

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Consolidação estrutural e operacional. Esses foram os pilares estratégicos da Telebras em 2018. Durante o ano, focamos nossa atuação no fortalecimento da infraestrutura satelital e no gerenciamento de desempenho econômico-financeiro para garantir a rota de estabilidade e de qualidade em nossos serviços. Diante dos bons resultados conquistados ao fim do exercício, esse alinhamento mostrou-se assertivo, o que não significa que tenha sido um ano fácil.

A conclusão da infraestrutura terrestre dos Centros de Operações Espaciais (em Brasília e no Rio de Janeiro) e mais três Estações de Acesso Gateways passa a permitir a ativação da plena capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) em todo o território brasileiro.

A Telebras vivenciou embates nas mais diversas instâncias da justiça brasileira alcançando, por fim, o reconhecimento legal da parceria estratégica com a Viasat Brasil, viabilizando em larga escala comercial e social a operação do SGDC.

Num salto estratégico por novas competências e oportunidades de negócios, a Telebras substituiu sua participação societária pelo direito de uso irrevogável de parte da capacidade do cabo submarino, que se tornará realidade na interligação direta entre o Brasil e a Europa.

Dois dos principais projetos da Telebras passam a formar a mais moderna e abrangente rede de telecomunicações do Brasil: o projeto SGDC e a rede terrestre de fibras ópticas, que conta com a infraestrutura em seus 1,6 terabites para cobrir o território nacional com seus 26 mil quilômetros, oferecem soluções integradas para garantir segurança nas comunicações estratégicas do Estado, consolidar as políticas públicas e sociais e promover a inclusão digital, preenchendo lacunas de conectividade nas regiões mais remotas e carentes que não são atendidas com acesso à internet. A iniciativa prevê o atendimento a milhares de pontos de interesse público, como escolas públicas, postos de saúde, postos de fronteira, órgãos públicos federais, comunidades indígenas e quilombolas.

Essa base estratégica permite à Telebras, hoje, prover conectividade, diretamente e através de parceiros, a uma população superior a 130 milhões de habitantes, de norte a sul do Brasil. Alcançamos o número de 3.654 circuitos instalados e em operação: 111% a mais do que os 1.731 circuitos em operação no ano de 2017. São 195 os provedores parceiros nas 27 unidades da Federação que chegam junto aos cidadãos por meio da rede de fibra óptica da Telebras, estruturada em cinco anéis geográficos, distribuídos no norte, nordeste, sudeste, centro oeste e sul do país.

As Políticas Públicas de Telecomunicações (Decreto n° 9.612/18) tiram de cena o Decreto n° 7175/10 e, por consequência, o Programa Nacional de Banda Larga. Ao mesmo tempo, reafirmam e revigoram as configurações de nossa missão e cada uma das diretrizes e fundamentos de nossa atuação.

Em paralelo, o surgimento da Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto 9.637/18) estabelece à Telebras a demanda por novas competências e oportunidades, além de desafios futuros no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação em nível nacional.

Hoje, a Companhia soma um Patrimônio Líquido de R$ 370 milhões. Sua receita operacional líquida passou de R$ 73 milhões, em 2017, para R$ 199 milhões, em 2018, o que representa um expressivo aumento de 172%.

O quadro da Telebras é composto por 379 colaboradores e mais de 500 prestadores de serviços indiretos, distribuídos em cerca de 50 empresas contratadas.

Ao longo de 2018, presenciamos uma grande evolução na governança corporativa, pautada por princípios de transparência, prestação de contas e responsabilidade empresarial, e na gestão da estratégia da Telebras, com a consolidação da aplicação de políticas de gestão empresarial no dia a dia. As práticas de *compliance* também estão em constante aprimoramento, com a intenção de zelar pela atuação ética em todas as instâncias da empresa.

Prova disso é a performance apresentada pela Telebras no Indicador de Governança IG-Sest, da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST, do Ministério da Economia. Entre 2017 e 2018 a Telebras cresceu 300% no IG-Sest, estando hoje, no grupo das 30 melhores estatais federais do Brasil.

Em suas escolhas estratégicas até aqui, a Telebras tem dado passos importantes sempre em busca da geração de valor e do crescimento da sociedade e do país. Todos os dias, somos movidos ao trabalho pelo compromisso de construir um futuro cada vez melhor. Trabalhamos pela integração de soluções para cumprir a agenda de programas sociais do país, na criação de diferenciais para garantir a segurança estratégica do Brasil e o acesso dos desconectados à internet e a um novo mundo de conhecimentos.

A Administração

2 PERFIL DE ATUAÇÃO

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (adiante mencionada simplesmente como "Telebras" ou "Companhia"), sediada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF, endereço eletrônico www.telebras.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011; rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a TELEBRAS tem direcionado seus esforços no sentido de:

- Intensificar a implantação da infraestrutura necessária à consecução da Política Pública de Telecomunicações (decreto nº 9.612/2018);
- Atender, cada vez com mais efetividade, às determinações da Política Nacional de Segurança da Informação (decreto nº 9.637/2018);
- Ampliar sua carteira de clientes do setor governo;
- Aumentar sua participação em projetos de governo.

Além do exposto, são prioridades da empresa os projetos estratégicos previstos nas Ações Orçamentárias do Governo Federal; de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); e, do Cabo Submarino Brasil-Europa, detalhados no sumário executivo a seguir.

3 SUMÁRIO EXECUTIVO

Ao longo de 2018 a Telebras obteve as seguintes principais conquistas:

- Inauguração dos Centros de Operações Espaciais em Brasília e no Rio de Janeiro e de mais três Estações de Acesso Gateways em Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Campo Grande (MT).
- Permuta da participação societária no projeto do cabo submarino Brasil-Europa pelo direito de uso irrevogável de uma parcela da capacidade.
- Aumento de 111% do número de circuitos instalados ativos, totalizando 3.654 circuitos instalados ativos.
- Aumento em 172% da receita operacional líquida da empresa, que ultrapassou R$ 199 milhões.
- Estruturação da Diretoria de Governança, com atribuições específicas relacionadas ao Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Gestão de Projetos, Gestão de Processos, Gestão Documental e Integridade da Companhia, além de outras atividades previstas na Lei 13.303 (Lei das Estatais).

4 FINANÇAS

4.1 Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2016 a 2018 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

TABELA 1 – Síntese do Balanço Patrimonial[1]

R$ mil	Exercícios findos em:							
	2018		2017			2016		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
Ativo Circulante	347.786	9,7%	365.926	10,7%	-5,0%	413.355	13,5%	-15,9%
Ativo Não Circulante	3.237.483	90,3%	3.059.300	89,3%	5,8%	2.646.573	86,5%	22,3%
Realizável a Longo Prazo	336.906	9,4%	287.429	8,4%	17,2%	275.112	9,0%	22,5%
Investimentos	74.086	2,1%	69.193	2,0%	7,1%	77.145	2,5%	-4,0%
Imobilizado	2.806.288	78,3%	2.683.307	78,3%	4,6%	2.275.655	74,4%	23,3%
Intangível	20.203	0,6%	19.371	0,6%	4,3%	18.661	0,6%	8,3%
Ativo Total	**3.585.269**	**100,0%**	**3.425.226**	**100,0%**	**4,7%**	**3.059.928**	**100,0%**	**17,2%**
Passivo Circulante	191.679	5,3%	230.354	6,7%	-16,8%	97.490	3,2%	96,6%
Passivo Não Circulante	3.023.156	84,3%	2.605.051	76,1%	16,0%	3.462.541	113,2%	-12,7%
Passivo Exigível	3.214.835	89,7%	2.835.405	82,8%	13,4%	3.560.031	116,3%	-9,7%
Patrimônio Líquido	370.434	10,3%	589.821	17,2%	-37,2%	(500.103)	-16,3%	174,1%
Passivo Total	**3.585.269**	**100,0%**	**3.425.226**	**100,0%**	**4,7%**	**3.059.928**	**100,0%**	**17,2%**

TABELA 2 – Indicadores Financeiros[2]

Indicadores Financeiros	Medida	2018	2017	2016
Liquidez Corrente	Índice	1,8144	1,5885	4,24
Liquidez Geral	Índice	0,84	0,73	0,84
Composição do Endividamento	%	23,60%	25,60%	11,90%
Grau de Endividamento	%	22,60%	26,20%	26,70%
Participação de Capital de Terceiros	%	29,30%	35,60%	36,50%

4.1.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante no final do ano de 2018 apresentou redução de 5,0% e de 15,9% em relação aos anos de 2017 e 2016, respectivamente. A redução em relação a esses exercícios é justificada, basicamente, pela redução da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, devido aos fluxos de pagamentos serem maiores que os de recebimentos. No final de 2018, essa rubrica totalizou R$ 156,1 milhões (R$ 198,9 em 2017 e R$ 282,7 milhões em 2016). As demais rubricas não apresentaram variações relevantes.

4.1.2 Ativo Não Circulante

O grupo apresentou crescimento constante na comparação entre o exercício de 2018 e os exercícios de 2017 e 2016. As principais variações ocorreram nas rubricas de Realizável a Longo Prazo e Imobilizado, conforme segue:

No Realizável a Longo Prazo, a variação positiva é explicada pelo adiantamento feito pela Telebras à Viasat no valor de R$ 50,0 milhões, conforme acordo de parceria para exploração do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

No Imobilizado, na comparação entre o exercício de 2018 e os exercícios de 2017 e 2016 o crescimento foi de 4,6% e 23,3%, respectivamente. Tal aumento é explicado principalmente pelos gastos aplicados no projeto SGDC.

4.1.3 Passivo Circulante

O comportamento dessa rubrica na comparação entre os exercícios de 2018 e 2017 demonstrou uma variação negativa de 16,8%, justificada, principalmente, pela redução das obrigações com fornecedores de R$ 38,4 milhões, ou 31,2%. Com relação ao exercício de 2016, houve um crescimento de 96,6% explicado pelo aumento da conta fornecedores de R$ 40,1 milhões para R$ 84,3 milhões em 2018, e também pela transferência do Passivo não Circulante para o Circulante da parcela das Receitas Diferidas (Ministério da Defesa – Banda X), que começaram a ser realizadas em julho de 2018, com a entrada em operação do Satélite SGDC. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessas receitas no Circulante era de R$ 36,5 milhões.

4.1.4 Passivo Não Circulante

O Passivo não Circulante apresentou variação positiva de 16,0%, na comparação com o exercício de 2017, e uma variação negativa de 12,7% em relação ao exercício de 2016. As principais rubricas responsáveis por essas variações foram:

i. **Empréstimo de Financiamentos**: Crescimento de 20,5% na comparação entre 2018 e 2017, resultado da renegociação junto à FINEP do prazo para início da amortização do principal, que no contrato original está previsto para dezembro de 2017, e com a renegociação a amortização do principal passou para junho de 2020. Os juros do contrato também foram suspensos até novembro de 2019 e neste período serão capitalizados ao saldo devedor.

[1] A análise horizontal dos anos de 2017 e 2016 está em relação ao ano de 2018.

[2] Para fins de cálculo dos indicadores financeiros, as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Na renegociação não houve alteração dos indexadores do financiamento, mas houve a inclusão ao saldo devedor de uma compensação financeira no valor de R$ 26,9 milhões.

ii. **Adiantamentos para futuro aumento de Capital (AFAC)**: Na comparação entre o exercício de 2018 e 2017, a rubrica apresentou crescimento de 41,0% ou R$ 544,8 milhões, que inclui novos aportes realizados pela União em 2017 (R$ 450,0 milhões) e atualização monetária do período, no valor de R$ 94,8 milhões. Com relação a 2016, houve uma redução de 16,1% em função do aumento de capital realizado em 2017, no valor de R$ 1,3 bilhão.

iii. **Receitas Diferidas**: Apresentou redução de 18,9% e 3,1% em relação aos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente. A variação negativa é explicada pela transferência para o Circulante em função da realização por competência.

4.1.5 Patrimônio Líquido

O exercício de 2018, quando comparado ao de 2017, demonstrou variação negativa de 37,2%. Essa variação é justificada basicamente pelo prejuízo apurado em 2018, no valor R$ 224,9 milhões. Com relação a 2016, houve uma variação positiva de 174,1%, refletindo o aumento de capital realizado em 2017 no montante de R$ 1,3 bilhão.

4.2 ESTRUTURA ECONÔMICA DA COMPANHIA – PRINCIPAIS RUBRICAS

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2018, comparado com os exercícios de 2017 e 2016, está apresentado a seguir, com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

TABELA 3 – Demonstração do Resultado dos Exercícios

R$ mil	2018	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**260.002**	**105.851**	**81.489**
Serviços de Comunicação Multimídia	169.442	98.758	74.486
Locação de Capacidade Satelital	78.240	-	-
Alugueis e Locações	12.320	7.093	7.003
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**(60.350)**	**(32.558)**	**(25.435)**
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(59.743)	(31.937)	(23.712)
Descontos Incondicionais	(607)	(621)	(1.723)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**199.652**	**73.293**	**56.054**
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	**(262.459)**	**(224.067)**	**(200.559)**
Meios de Conexão	(77.709)	(26.782)	(10.267)
Pessoal (Exclui PISP)	(76.075)	(66.535)	(65.051)
Serviços de Terceiros	(67.351)	(62.883)	(63.694)
Compartilhamento de Infraestrutura	(42.983)	(43.430)	(39.713)
Alugueis, Locações e Seguros	(10.419)	(7.516)	(8.696)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)	(248)
Tributos	(2.386)	(1.597)	(1.642)
Equivalência Patrimonial	(1.716)	23.899	(3.964)
Material	(865)	(754)	(136)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(220)	(16.922)	(5.756)
Outras Despesas Operacionais	(13.498)	(12.489)	(6.325)
Outras Receitas Operacionais	33.811	15.476	4.933
EBITDA	**(62.807)**	**(150.774)**	**(144.505)**
Margem EBITDA	**-31,46%**	**-205,71%**	**-257,80%**
Depreciação e Amortização	(126.688)	(60.795)	(49.311)
EBIT	**(189.495)**	**(211.569)**	**(193.816)**
Resultado Financeiro	(35.356)	(32.248)	(77.067)
PREJUIZO DO EXERCÍCIO	**(224.851)**	**(243.817)**	**(270.883)**
Margem Líquida	**-112,62%**	**-332,66%**	**-483,25%**

4.2.1 Receita Operacional Líquida

TABELA 4 – Receita Operacional Líquida

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Serviços de Comunicação Multimídia	169.442	98.758	74.486	71,6%	127,5%
Locação de Capacidade Satelital	78.240	-	-	100,0%	100,0%
Alugueis e Locações - Outras	12.320	7.093	7.003	73,7%	75,9%
Receita Operacional Bruta	**260.002**	**105.851**	**81.489**	145,6%	219,1%
Deduções da Receita	(60.350)	(32.558)	(25.435)	85,4%	137,3%
Receita Operacional Líquida	**199.652**	**73.293**	**56.054**	172,4%	256,2%

Em 2018 a Receita Operacional Liquida atingiu R$ 199,7 milhões, crescimento de 172,4%, ou R$ 126,4 milhões em relação ao exercício de 2017 (R$ 73,3 milhões). Na comparação com 2016, o aumento foi de 256,2% ou R$ 143,6 milhões (R$ 56,1 milhões). O avanço da Receita entre os períodos comparados é explicado pelos seguintes eventos:

i. maior volume faturado em decorrência de novos contratos;

ii. crescimento da banda ativada;

iii. incremento dos circuitos geradores de receita (faturados e não faturados), principalmente os vinculados aos contratos da DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

iv. início do reconhecimento da receita de Locação de Capacidade Satelital para o Ministério da Defesa (Banda X). O valor deste serviço foi recebido antecipadamente pela Telebras e a receita será reconhecida ao longo de 15 anos, que é o prazo da prestação do serviço firmado em contrato entre a Telebras e Ministério da Defesa; e,

v. reconhecimento da receita antecipada no exercício de 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no valor de R$ 60,0 milhões, referente à entrega da reserva de banda satelital para execução do programa GESAC.

4.2.2 Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

TABELA 5 – Custos e Despesas Operacionais (exceto depreciação e amortização)

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Meios de Conexão e Transmissão	(77.709)	(26.782)	(10.267)	190,2%	656,9%
Pessoal (exclui PISP)	(76.075)	(66.535)	(65.051)	14,3%	16,9%
Serviços de Terceiros	(67.351)	(62.883)	(63.694)	7,1%	5,7%
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)	(39.713)	-1,0%	8,2%
Alugueis, Locações e Seguros	(10.419)	(7.516)	(8.696)	38,6%	19,8%
PECLD[3]	(3.048)	(24.534)	(248)	-87,6%	1129,0%
Tributos	(2.386)	(1.597)	(1.607)	49,4%	48,5%
Materiais	(865)	(754)	(136)	14,7%	536,0%
PISP[4]	(220)	(16.922)	(5.756)	-98,7%	-96,2%
Outras Despesas	-	-	(18)	100,0%	100,0%
Total	**(281.056)**	**(250.953)**	**(195.186)**	**12,0%**	**44,0%**

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R$ 281,1 milhões em 2018 (R$ 251,0 milhões em 2017 – R$ 195,2 milhões em 2016), crescimento de 12,0% e 44,0%, respectivamente. O aumento entre os períodos comparados é explicado, basicamente, pelo reconhecimento dos custos com Meios de Conexão e Transmissão, principalmente, aquisição de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), em virtude de novas demandas de serviços de internet, sobretudo, para atendimento aos contratos da DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBio.

As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Meios de Conexão e Transmissão: Em 2018, os custos com Meios de Conexão e Transmissão totalizaram R$ 77,7 milhões (R$ 26,8 milhões em 2017 – R$ 10,3 milhões em 2016). O crescimento é explicado pelo aumento dos custos com aquisição de EILD para atendimento às novas demandas de serviços, principalmente, os contratos de prestação e serviços de internet para a DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBIo. No exercício de 2018, os custos com EILD totalizaram R$ 66,4 milhões (R$ 11,3 milhões em 2017 – R$ 1,5 milhão em 2016), aumento de 487,6% e 4.327,7% em relação a 2017 e 2016, respectivamente.

Pessoal: no ano de 2018 esses custos e despesas totalizaram R$ 76,1 milhões (R$ 66,5 milhões em 2017 e R$ 65,1 milhões em 2016), variação de 14,3% e 16,9% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. Esse crescimento é explicado pelos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial devido às promoções por mérito e antiguidade concedidas em dezembro de 2018 e 20017; ii) aumento do quadro de colaboradores; e iii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho de 2018 eram capitalizados como custo de construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados. A variação efetiva, desconsiderando o custo de pessoal, que antes era capitalizado entre o ano de 2018 e 2017, foi de 10,4%.

Serviços de Terceiros: Em 2018, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 7,1% e 5,7%, respectivamente em relação aos exercícios de 2017 e 2016. O aumento é justificado pela elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão de rede e reajustes contratuais e pelo aumento dos custos de energia em decorrência da expansão da rede e instalação das estações de acesso (gateways) do projeto SGDC.

Alugueis, Locações e Seguros: Apresentou aumento de 38,6% e 19,8% na comparação com os exercícios de 2017 e 2016. Esse crescimento é explicado, basicamente, pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao satélite SGDC. O valor reconhecido de competência do exercício de 2018 foi de R$ 2,1 milhões.

Compartilhamento de Instalações: Na comparação entre o exercício de 2018 e 2017, os custos com compartilhamento apresentaram estabilidade. Já com relação ao ano de 2016, tais custos tiveram crescimento de 8,2% em função de novas parcerias.

Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): Apresentou diminuição de 98,7% e 96,2% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. Essa redução é explicada pela revisão da base de provisão do programa e pela baixa de valores a receber, que estavam provisionados no ativo da Companhia referente aos colaboradores cedidos à ANATEL. O valor baixado foi de R$ 16,5 milhões e a justificativa para a baixa foi a de que esse ativo não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, conforme CPC 00(R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, pois não havia expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que havia incerteza quanto ao recebimento de tais valores pela Telebras. Ambos os eventos ocorreram no exercício de 2017.

4.2.3 Depreciação e Amortização

TABELA 6 – Depreciação e Amortização

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Depreciação e Amortização	(126.688)	(60.795)	(49.311)	108,4%	156,9%

Em 2018, a rubrica Depreciação e Amortização totalizou R$ 126,7 milhões, crescimento de 108,4% e 156,9% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. O aumento é justificado pelo aumento da base de bens sujeitos à depreciação/amortização, principalmente devido à mudança do "status" do Artefato Satelital, que saiu da condição de "em andamento" para "em serviço" no terceiro trimestre de 2018. Essa alteração gerou um acréscimo médio mensal na depreciação de R$ 10,8 milhões. O valor do custo reconhecido da depreciação do Artefato Satelital e dos equipamentos terrestres no período de julho a dezembro de 2018 foi de R$ 65,1 milhões, e sua vida útil foi estimada em 17 anos, conforme informação dos especialistas (engenheiros) da área responsável pelo projeto SGDC.

A amortização do direito de exploração do satélite SGDC pago a ANATEL, totalizou, no período de julho a dezembro de 2018 o valor de R$ 0,2 milhão.

4.2.4 Resultado de Equivalência Patrimonial

TABELA 7 – Resultado de Equivalência Patrimonial

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.716)	23.899	(3.964)	-107,2%	-56,7%

[3] Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

[4] Programa de Indenização por Serviços Prestados

O Resultado negativo de Equivalência Patrimonial em 2018, no valor de R$ 1,7 milhão, foi influenciado pelos resultados negativos gerados pelas coligadas da Telebras no exercício. Com relação ao exercício de 2017, a redução de 107,2% é explicada pelo resultado positivo (Lucro) obtido pela coligada Visiona em 2017, no valor de R$ 52,3 milhões. Com relação ao ano de 2016, ocorreu redução de 56,7%.

4.2.5 Outras Receitas / Despesas Operacionais

TABELA 8 – Outras receitas / despesas operacionais

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Outras Receitas Operacionais					
Ganhos sobre o Passivo	16.352	16.112	-	1,5%	100,0%
Receita de Alienação de Ativos	9.547	-	-	100,0%	100,0%
Reversão. Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	6.350	104	4.809	6005,8%	32,0%
Recuperação de Tributos	2.485	-	-	100,0%	100,0%
Outras Receitas Operacionais	601	737	124	-18,5%	384,7%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.524)	(1.477)	-	3,2%	100,0%
Total	**33.811**	**15.476**	**4.933**	118,5%	585,4%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(4.879)	(705)	(353)	592,1%	1282,2%
Tributos	(4.259)	(10)	-	42490,0%	100,0%
Multas - Fornecedores	(2.694)	(168)	(325)	1503,6%	728,9%
Multas sobre Tributos	(820)	(479)	(3.497)	71,2%	-76,6%
Baixas de Ativos (Perdas/Doação)	(194)	(10.105)	(268)	-98,1%	-27,6%
Outras Despesas Operacionais	(652)	(1.020)	(1.900)	-36,1%	-65,7%
Total	(13.498)	(12.487)	(6.343)	8,1%	112,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	**20.313**	**2.989**	**(1.410)**	579,6%	-1540,6%

No ano de 2018, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R$ 20,3 milhões (R$ 3,0 milhões em 2017 e R$ 1,4 milhão negativo em 2016). Na comparação com 2017, houve um aumento de R$ 17,3 milhões, explicado pela baixa de passivo vinculado ao processo de cisão do Sistema Telebras no valor do principal de R$ 15,9 milhões no quarto trimestre de 2018. A baixa foi suportada por parecer dos advogados da Companhia, demonstrando que a possibilidade de decisão desfavorável para a Telebras no litigio é considerada de risco possível.

Esse valor se refere a depósitos judiciais levantados pela Telebras após o processo de cisão e que não foram repassados à Telesp (atual Telefônica), beneficiária desses depósitos quando da elaboração do laudo de cisão da Telebras. Com a baixa, a Companhia passou a tratar este passivo dentro do escopo do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Outro evento que contribuiu para o resultado positivo dessa rubrica foi o reconhecimento da receita de alienação das participações societárias das coligadas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink S.A. Essa alienação faz parte da operação de permuta entre as participações societárias nessas coligadas e a aquisição do Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Irlanda (subsidiária integral da Eulalink S.L.), e que interligará diretamente o Brasil a Portugal. O valor dessa receita foi de R$ 9,5 milhões.

4.2.6 Resultado Financeiro

TABELA 9 – Resultado Financeiro

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicação Financeira	4.967	7.340	603	-32,3%	723,7%
Juros sobre Tributos	4.186	14.342	1.790	-70,8%	133,9%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.511	2.478	536	1,3%	368,5%
Outras Receitas	528	939	135	-43,8%	291,1%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(577)	(2.127)	(216)	-72,9%	167,1%
Total	**11.615**	**22.972**	**2.848**	-49,4%	307,8%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento/ Cauções e Retenções	(52.964)	(34.548)	(342)	53,3%	15386,5%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(16.124)	(15.620)	(4.412)	3,2%	265,5%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.924)	(4.962)	(1.216)	19,4%	387,2%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(3.840)	-	-	100,0%	100,0%
Reversão de Encargos Financeiros	32.733	-	-	100,0%	100,0%
Outras Despesas	(852)	(90)	(16)	846,7%	5225,0%
Total	**(46.971)**	**(55.220)**	**(5.986)**	-14,9%	684,7%
Resultado Financeiro	**(35.356)**	**(32.248)**	**(3.138)**	9,6%	1026,7%

Em 2018, o Resultado Financeiro foi negativo no valor de R$ 35,4 milhões (R$ 32,2 milhões em 2017 e R$ 3,1 milhões em 2016). O comportamento entre os períodos comparados é justificado pelo seguintes eventos: i) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros dos Adiantamentos para Futuro aumento de Capital (AFAC) e dos empréstimos e financiamentos a partir do 3º trimestre de 2018, em virtude da entrada em operação do Satélite SGDC (até o 2º trimestre de 2018 estes encargos eram capitalizados como custo do Satélite e a partir do 3º trimestre de 2018, passaram a impactar o resultado da Companhia); e ii) reconhecimento da reversão de encargos financeiros (juros) provisionados, que estavam vinculados ao passivo baixado referente ao processo de cisão do Sistema Telebras, conforme citado no item de "Outras Receitas/Despesas Operacionais". O valor da baixa destes encargos foi de R$ 32,7 milhões.

4.2.7 Prejuízo do Exercício Ajustado

TABELA 10 – Prejuízo do Exercício Ajustado

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Prejuízo do Exercício	**(224.851)**	**(243.817)**	**(270.883)**	**-7,8%**	**-17,0%**
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Baixa Passivo Cisão STB - Principal	(15.949)	-	-	100,0%	100,0%
(-) Baixa de Passivo (CPC 00(R1))	-	(15.967)	-	-100,0%	n.d
(-) Baixa Passivo Cisão STB - Encargos Financeiros	(32.733)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	194	10.105	-	-98,1%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	(9.547)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	16.475	-	-100,0%	n.d
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	22.437	-	-11,0%	n.d
Prejuízo do Exercício Ajustado	**(282.886)**	**(210.767)**	**(270.883)**	**34,2%**	**4,4%**
Margem Líquida	-141,70%	-287,60%	-483,3%	-50,7%	-70,7%
Prejuízo por Ação (R$)	-5,7027	-4,2489	-5,4607	34,2%	4,4%

No ano de 2018, o Prejuízo do Exercício foi de R$ 224,9 milhões (R$ 243,8 milhões em 2017 e R$ 270,9 em 2016). Esse prejuízo, ajustado por eventos não recorrentes no valor líquido de R$ 58,0 milhões (negativo) em 2018 (R$ 33,1 positivo em 2017) gerou um prejuízo ajustado no exercício de 2018 de R$ 282,9 milhões (R$ 210,8 milhões em 2017), aumento de 34,2%.

O aumento do Prejuízo Ajustado de 34,2% é explicado pelos seguintes eventos: i) aumento dos custos com Meios de Conexão e Transmissão, principalmente EILD; ii) aumento do custo com depreciação devido à entrada em operação do Satélite SGC; e iii) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros dos AFAC e empréstimos e financiamentos, que eram capitalizados e com a entrada em operação do satélite passaram a impactar o resultado. O impacto negativo destes eventos no período foi parcialmente amortizado pelo aumento da Receita Operacional Líquida no período.

Os eventos considerados para fins de ajuste do Prejuízo do Exercício se referem a: i)baixa de passivo vinculados à cisão do Sistema Telebras; ii) perda na baixa de ativos (imobilizado e investimentos); iii) receita de alienação de investimentos; iv) constituição de PECLD do contrato vinculado à Copa do Mundo de 2014; v) baixa de contas a receber de colaborares cedidos à ANATEL; e VI) baixa de passivos com base no CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.46, pois estes não apresentavam capacidade de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia e não havia a expectativa de desembolso financeiro para liquidar tal passivo.

4.2.8 EBITDA/LAJIDA

TABELA 11 – Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

R$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Prejuízo do Período	(224.851)	(243.817)	(270.883)	-7,8%	-17,0%
(+/-) Resultado Financeiro	35.356	32.248	77.067	9,6%	-54,1%
(+) Depreciação e Amortização	126.688	60.795	49.311	108,4%	156,9%
EBITDA	**(62.807)**	**(150.774)**	**(144.505)**	**-58,3%**	**-56,5%**
Ajustes:					
(-) Ganho sobre Passivos	(15.949)	(15.967)	-	-0,1%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	(9.547)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	194	10.105	268	-98,1%	-27,6%
(+/-) Equivalência Patrimonial	1.716	(23.899)	3.964	-107,2%	-56,7%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	16.475	-	-100,0%	n.d
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	22.437	-	-100,0%	n.d
EBITDA Ajustado	**(86.393)**	**(141.623)**	**(140.273)**	**-39,0%**	**-38,4%**
Margem EBITDA	**(31,5%)**	**(205,7%)**	**(257,8%)**	**-84,7%**	**-87,8%**
Margem EBITDA Ajustado	**(43,3%)**	**(193,2%)**	**(250,2%)**	**-77,6%**	**-82,7%**

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* ou em português - Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA) não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro/ (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012. Esses ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa de Passivos e Perdas na Baixa de Ativos, Receita de Alienação de Investimentos, Baixa de Ativos Vinculados a Colabores Cedidos e PECLD vinculada ao contrato de prestação de serviço durante a realização da Copa do Mundo de 2014), para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi negativo no valor de R$ 86,4 milhões (R$ 141,6 milhões em 2017 e R$ 140,3 milhões em 2016), demonstrando uma redução na insuficiência de geração operacional de caixa de 39,0% e 38,4%, respectivamente. O resultado negativo de 2018 é reflexo do aumento dos custos e despesas operacionais (12,0%), principalmente, dos Custos com Meios de Conexão e Transmissão (190,2% em relação a 2017 e 656,9% em relação a 2016), apesar do crescimento da Receita Operacional Liquida (172,4%). A Margem EBITDA Ajustada em 2018 foi de -43,3% (-193,2% em 2017 e -250,2% em 2016), redução de 77,6% e 82,7% em relação a 2017 e 2016, respectivamente.

A melhora do EBITDA Ajustado de 2018 em relação aos anos de 2017 e 2016 está ligada ao aumento da Receita Operacional Líquida em função dos novos contratos, principalmente, DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBio e do reconhecimento da receita de capacidade Satelital por serviços prestados ao MCTIC e Ministério de Defesa (Banda X do satélite SGDC).

4.2.9 Execução Orçamentária

Dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2018, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 381, de 23/11/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

TABELA 12 – Execução Orçamentária com Base no PDG/2018

Fontes e Usos (Em R$ milhões)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
Fontes de Recursos	**791,24**	**695,57**	**114%**
Receita	341,24	245,57	139%
Aumento de Capital	450,00	450,00	100%
Usos de Recursos	**646,88**	**976,21**	**66%**
Dispêndios Correntes	433,05	501,49	86%
Dispêndios de Capital	213,83	474,72	45%

Orçamento de Investimento (OI) da TELEBRAS. Versão final aprovada pela Lei 13.587/2018, Portaria nº 318, de 15/10/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Lei nº 13.764/2018, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

TABELA 13 – Orçamento de Investimento Realizado x Aprovado

Dispêndios de Capital (Em R$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Investimentos	**212,84**	**462,22**	**46%**
12OF - Projeto PNBL	33,16	102,00	33%
146Z - Projeto SGDC	175,12	347,00	50%
4101 - Bens Imóveis	-	-	0%
4102 - Bens Móveis	0,06	0,60	10%
4103 - Tecnologia da Informação	4,50	12,62	36%
Inversão Financeira - Cabo Submariono	**0,99**	**1,00**	**99%**
Total	**213,83**	**463,22**	**46%**

Segue detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

TABELA 14 – Orçamento de Investimento na Ação 12OF por região

Região (Em R$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Norte	4,31	18,74	23%
Nordeste	4,42	18,14	24%
Sudeste	16,03	21,74	74%
Sul	2,66	18,14	15%
Centro-Oeste	5,74	25,24	23%
Total	**33,16**	**102,00**	**33%**

4.2.10 Fundação SISTEL de Seguridade Social

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – Telebras, Telebras-PREV, e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

5 MERCADO

As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sob os símbolos TELB3 e TELB4.

Em 2018, no mercado à vista, foi registrado um total de 7.015 negócios, envolvendo uma quantidade de 1,7 milhões de ações e volume de recursos na ordem de R$ 38,65 milhões.

O preço médio de fechamento durante o ano de 2018 foi de aproximadamente R$ 28,71 por ação ON e de R$ 20,03 por ação PN.

As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

6 ATIVIDADES COMERCIAIS

A Telebras, no período entre 2016-2018, partiu de um faturamento de 80,35 milhões em 2016, fechando 2017 com um faturamento de 99,64 milhões (crescimento de 24%) e atingindo a marca de crescimento de mais de 100% em 2018, tudo isso em um período de crise econômica no Brasil e de quedas nos preços dos serviços de telecomunicações, tanto no mercado nacional como internacional. Nesse aspecto, deve-se registrar que os resultados apenas não foram ainda maiores em 2018 em virtude de litigância de empresas concorrentes contra a parceria estratégica firmada pela Telebras com a ViaSat, que se arrastou ao longo de todo esse ano e atrasou a instalação e o faturamento dos circuitos satelitais.

Um dos motivos desse aumento exponencial de faturamento foi o foco em atendimento à administração pública e médios provedores, os quais atuam como multiplicadores da banda larga para pequenos provedores e usuários finais. Essa estratégia comercial levou a números expressivos na quantidade de circuitos: 44 novos contratos com Administração Pública Federal.

Em 2018, a Telebras completou o Plano de Negócios do SGDC, promoveu uma redução inteligente de despesas de seus Escritórios Regionais, realizou chamamento público, com aprovação prévia do TCU e, em virtude de não ter havido propostas das empresas do setor, promoveu uma parceria estratégica com a ViaSat, nos termos da Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais"), possibilitando a sustentabilidade do projeto SGDC da Telebras, garantindo banda para a estatal atender a seus clientes, por meio de parâmetros claros para inclusão digital, incluindo planos de WiFi comunitário.

Adicionalmente, 2018 foi o ano em que o projeto de cabo submarino entre o Brasil e a Europa tomou sua forma definitiva, a partir da conclusão de seu plano de negócios, com previsão de início das operações em 2020, com altas capacidades reservadas para a Telebras que, portanto, poderá reduzir custos, oferecer novos produtos e realizar novas permutas.

A Telebras foi, ainda, a empresa escolhida, como única capaz de atendimento em altas capacidades em Banda Ka, abrangendo 100% do território nacional, para Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), possibilitando ativações de circuitos em 2018, destacando-se a disponibilização de banda larga em escolas públicas anteriormente sem conectividade ou com conexões de baixa velocidade.

Em resumo, 2018 foi um ano de aumento exponencial de faturamento, êxitos em batalhas judiciais, conclusão de planos de negócios importantes, inclusão digital, atendimento de provedores com altas capacidades de transporte e definição de uma perspectiva vencedora para 2019.

6.1.1 Planejamento e Marketing

Em 2018, a Telebras concluiu os planos de negócios de comercialização do SGDC e o plano de negócios do cabo submarino. O novo modelo de cálculo de custos, com objetivo de aperfeiçoar a precificação da empresa foi aprofundado em 2018 e terá sua formulação reforçada pela criação de um comitê de precificação e planejamento, que visa a um maior controle de custos, debates em torno das estratégicas e controles da Telebras e agilidade de negócios da empresa, com decisões mais rápidas e aderentes à realidade sempre dinâmica do mercado de telecomunicações.

Os produtos satelitais demandaram um modelo de precificação com flexibilidades que atendam às necessidades de customização dos clientes e potenciais clientes da Telebras, em termos de, por exemplo, franquia e relação entre download e upload.

A Gerência de Planejamento e Marketing, junto com a Gerência Financeira e Orçamentária, também realizou os estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos especiais, destacando-se atendimentos a clientes de Estado com muitos pontos de atendimento, tanto com rede terrestre quando com circuitos satelitais.

A Telebras buscou, durante o ano de 2018, participar de eventos que promovessem a valorização e o conhecimento da marca Telebras e, sobretudo, possibilitassem networking que viabilizassem novos negócios, tanto com novos clientes quando com ampliações dos contratos já estabelecidos. Nesse aspecto, a Telebras participou dos eventos Expo TIC, Congresso Latino-americano de Satélites, Greenk Tech Show, Abranet (Associação Brasileira de Internet), Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações), Futurecom, Fórum Global Virtual Educa e CBTIMAM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente Municipal).

6.1.2 Vendas

O ano de 2018 foi marcado pelo início da execução do contrato com o MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) para atender ao programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Acesso ao Cidadão), com o objetivo de levar banda larga de alta qualidade para os mais distantes e carentes pontos do País, em escolas, postos de saúde, postos de fronteira, aldeias indígenas, quilombolas, e outros grupos sociais de vulnerabilidade. O contrato supera R$ 660 milhões de reais em 5 anos de prestação de serviços.

O Acordo de Compartilhamento de Receitas e Equipamentos com a Viasat, julgado pelo TCU em 2018, foi considerado lícito e inovador, gerando condições para a Telebras implementar diversos projetos, como o Programa Internet Para Todos (MCTIC), além de gerar receitas significativas para a Companhia pelo uso da capacidade do SGDC. A conjugação de resultados desse Acordo coloca cifras de patamares bilionários durante todo o tempo de vigência, e foi substancialmente incrementado com as modificações sugeridas pelo TCU.

Entretanto, por força de inúmeras batalhas no âmbito judicial, o contrato GESAC foi questionado e suspenso. Assim como o Acordo de Parceria. Somente no final de 2018, houve o encaminhamento e a liberação pela Corte de Contas dos referidos contratos. O reflexo nas receitas foi sentido. A Telebras precisou investir seus melhores recursos profissionais em toda a discussão com a instância judicial, para conseguir superar um dos seus maiores desafios.

Paralelamente, as equipes de vendas se desdobraram nas atividades de renovação dos principais contratos, na ampliação de serviços (upgrades) e também na conquista de novos contratos. Foi um esforço muito trabalhoso, mas recompensador. Foram mais de R$ 100 milhões oriundos da contratação de novos serviços, ampliação dos contratos atuais e renovações. Esse esforço está bem alinhado com o desafio de dar sustentabilidade econômico-financeira para a Companhia nos próximos anos.

Cumprindo a missão de recriação da Companhia, a Telebras celebrou novos contratos, parcerias, e atuou junto aos maiores e mais relevantes grupos de provedores de acesso de internet do País, aproveitando a infraestrutura de transporte da sua rede (*backbone*), oferecendo alternativas viáveis para a massificação da banda larga no Brasil. Os volumes negociados foram significativos e alinhados à nova estratégia comercial da Companhia.

Ampliamos também a nossa oferta de produtos, no sentido de atender aos órgãos da administração federal voltados para a proteção e defesa de fronteiras, da segurança pública, da segurança institucional. Nesse sentido, fechamos contratos significativos, que marcam o posicionamento estratégico da Telebras.

O esforço coordenado de diversas áreas da Diretoria Comercial, e também de outras diretorias da empresa, foram determinantes para consolidar o faturamento de 2018 como o maior resultado da história da Telebras. Superamos os números colocados no orçamento pelo acionista controlador e colocamos a Companhia, definitivamente, no patamar de Empresa Estatal de Grande Porte.

6.1.3 Escritórios Regionais

Os Escritórios Regionais obtiveram resultados significativos no atendimento aos provedores regionais de Internet, oferecendo produtos de transporte e produtos IP.

A Telebras possui ao todo seis Escritórios Regionais. Eles estão assim localizados: (i) Brasília, que atende o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins; (ii) Belém, que atende os Estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima; (iii) Fortaleza, que atende os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; (iv) Rio de Janeiro, que atende os Estados de Espirito Santo, Minas Gerais, e Rio de Janeiro; (v) São Paulo, que atende o Estado de São Paulo e; (vi) Porto Alegre, que atende os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

6.1.4 Operações Comerciais

Em busca de eficiência operacional e no aprimoramento do relacionamento com os clientes, a Gerência de Operações Comerciais – GOC, envidou esforços na melhorias e readequações de seus processos e controles internos, no aperfeiçoamento do tratamento informatizado das informações cadastrais de clientes e fluxo de demandas para atendimento da área técnica, visando garantir conformidade, celeridade, transparência e rastreabilidade.

Em 2018, foi iniciado o aprimoramento da gestão de informações gerenciais, destinadas à disponibilização de ferramentas informatizadas para coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações, que ofereçam suporte a gestão de negócios, dentro do conceito de Business Intelligence – BI;

Além disso, atuou no aprimoramento contínuo dos processos e recursos voltados ao gerenciamento do relacionamento com os clientes (CRM - *Customer Relationshp Managment*), com foco tanto no negócio quanto na busca da satisfação dos clientes.

7 EVOLUÇÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

7.1 Rede Terrestre

A Telebras possui atualmente um backbone nacional de 26.000 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do país. Essas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia, mas, também, em gasodutos e rodovias estaduais e federais. O mapa a seguir ilustra essa rede nacional e a as empresas parceiras no backbone:

FIGURA 1 – Rede Nacional Telebras



No ano de 2018, a Telebras atuou principalmente na ampliação da capacidade de seu *backbone*, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias às estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram efetuadas diversas ampliações, focando na substituição de canais de 40Gbps por canais de 100Gbps em partes específicas da rede. Outro ponto importante foi a continuação de projetos focados na melhoria continuada da rede, entre eles a ampliação do núcleo de rede IP/MPLS com capacidade de até 25,6Tbps, com conclusão prevista para o início de 2019. Foram também concluídos projetos, visando à melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim o aumento da disponibilidade e confiabilidade da sua rede.

Ainda em 2018, destaca-se também a ativação da rede de serviço satelital terrestre do SGDC que interconecta todas as estações de monitoramento, Teleportos e Centros de Operação Espacial. Todos esses dados são transportados pelo mesmo backbone que atende o PNBL. Essas estações estão presentes em todas as cinco regiões do país e em estações terrestres presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2018 e passou a ter um potencial de atendimento de 490 municípios diretamente, e 1158 municípios atendidos indiretamente por provedores clientes, com abrangência de aproximadamente 64% da população brasileira.

7.2 Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

O SGDC é o único satélite de alta capacidade (HTS – *High Throughput Satellite*) com cobertura em todo território nacional. Lançado em maio de 2017, sua avançada tecnologia permite à Telebras massificar o acesso à internet em banda larga via satélite em todo o Brasil. O satélite possui duas bandas de frequência, uma de uso exclusivo militar (banda X) e outra civil (banda Ka), a qual possibilita o atendimento de comunidades desconectadas e isoladas digitalmente, escolas, centros de saúde, postos de fronteira, aldeia indígenas e outros pontos de interesse coletivo. Cumpre ressaltar que o SGDC é o único satélite operado e controlado por empresa totalmente brasileira, sem controle acionário estrangeiro.

A Telebras é executora das principais políticas públicas de telecomunicações e de inclusão digital, tais como o Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), e o Internet para Todos, ambos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Destaca-se a participação da Telebras durante a crise humanitária que resultou na Operação Acolhida, em Roraima, fronteira com a Venezuela. A Telebras ativou mais de 70 pontos de acesso à Internet, envolvendo postos de fronteira, abrigos humanitários e outras instalações dos agentes governamentais envolvidos. Tal experiência mostrou que a Telebras está preparada para atuar em qualquer situação, em âmbito nacional, provendo rapidamente conectividade onde se fizer necessário.

7.3 Cabo submarino Brasil-Europa

O principal motivo para a construção do cabo submarino, que irá interligar diretamente o Brasil a Portugal, é o interesse em uma rota alternativa para a saída internacional de dados no país. Além disso, o tráfego de dados entre o Brasil e a Europa depende, necessariamente, da passagem pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o Cabo EllaLink é uma solução estratégica, com rota única e baixa latência para a comunicação entre os dois continentes.

A Telebras e a Eulalink, empresa espanhola, detinham uma sociedade nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A, que seriam responsáveis por construir o Cabo. Em 12 de setembro de 2018, a Telebras celebrou contratos para permutar a totalidade de sua participação acionária nessas empresas, por Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland S.L., que é subsidiária integral da Eulalink S.L.

A operação foi formalizada em dois contratos: (1) o SPA, que formaliza a alienação da totalidade das ações da Telebras para a EulaLink S.L. e (2) o contrato de IRU do espectro, celebrado com a EllaLink Ireland S.L., que prevê a compra de 200Gbs entre Lisboa e Fortaleza, entregues 100Gbps no primeiro ano e 100Gbps no segundo ano, mantendo sua vigência por 15 anos. Ainda fazem parte do contrato de IRU (i) a opção de compra de mais 800Gbps, entregues à taxa de 100Gbps por ano a partir do terceiro ano; (ii) a extensão do prazo do IRU por mais 10 anos; e (iii) a opção de recepção do sinal em Praia Grande em vez de Fortaleza.

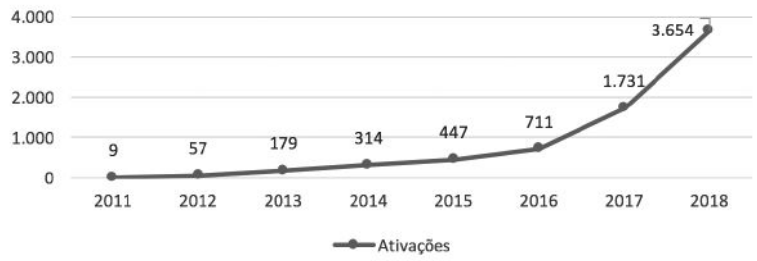
A concretização da operação estava condicionada à entrada em vigor do contrato de fornecimento de cabo entre a EllaLink Ireland e a ASN (Alcatel Submarine Networks), fornecedora do Cabo, o que ocorreu em 31 de dezembro de 2018. Tal condição visava conferir à Telebras a garantia de que apenas permutaria suas ações nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A após a certeza de que o Cabo seria construído.

7.4 Instalação de Circuitos

A instalação de circuitos comercializados pela Telebras consiste na entrega física e lógica da rede de telecomunicações contratada por seus clientes. Este processo é composto por um planejamento prévio visando à entrega do serviço contratado de modo tempestivo, dentro do custo e escopo desejado, e posteriormente a execução da instalação propriamente dita.

Em 31/12/2017, a Telebras possuía 1731 circuitos instalados em operação e encerrou o ano de 2018 com 3654 circuitos em sua planta, uma evolução de 111%.

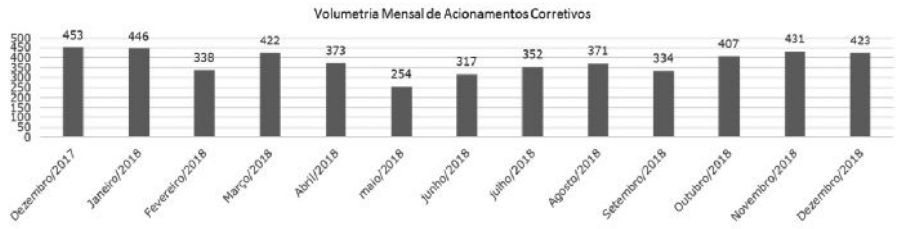
GRÁFICO 1 – Quantitativo de circuitos instalados



7.5 Operação e Manutenção

A Operação e Manutenção da rede nacional de telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e a operação centralizada no Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

GRÁFICO 2 – Volumetria mensal de acionamentos corretivos



O volume de equipamentos atualmente gerenciados na rede da Telebras é de 4.527 elementos (dados de dezembro de 2018), um crescimento de 83,57% em relação ao ano anterior, o que demonstra o grande crescimento da planta em operação e a complexidade operacional da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas.

7.6 Tecnologia da Informação

No ano de 2018 deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), buscando a evolução dos processos de governança e gestão, visando às ações preditivas, não reativas, e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se as ações nos três grandes blocos sistêmicos que atendem a companhia:

- Sistema SAP CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente), sistema de gestão que envolve as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até à Central de Relacionamento, gerindo solicitações, reclamações e metas comerciais entre outros. Sistema que entrou em operação em 2017, teve vários aperfeiçoamentos, destaque para as Ordens de Serviço que automatizam o processo de instalação e traz maior transparência ao processo.
- Sistema OSS (*Operations Support Systems* ou Sistemas de Suporte à Operação), sistema de gestão que integra um conjunto de frentes que auxiliam no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da TELEBRAS. Este projeto possuiu as seguintes disciplinas: Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes/Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. Sistema que entrou em operação no final de 2016 com alguns poucos módulos, teve em 2018 a implantação da maioria das disciplinas e é previsto em 2019 a finalização desta implantação.
- Sistema SAP ERP (*Enterprise Resource Planning* ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial), sistema que realiza a integração de toda a gestão administrativa da TELEBRAS. Este possui as seguintes disciplinas: Finanças, Contabilidade, Fiscal, Compras, Recursos Humanos e Logística. Sistema que estreou em operação no final de 2013, teve em 2018 melhorias nas mais diversas áreas, podendo destacar a Contabilidade, Compras e Recursos Humanos. Nessas frentes tivemos duas novas obrigações legais, ambas atendidas nos prazos:
  - ◊ O e-Social, elaborado pelo Governo Federal, para a administração de informações relativas aos trabalhadores. São diversas obrigações exigidas neste processo, que foi desenvolvido na Telebras em 2017. O Governo iniciou a obrigação de envio das informações em janeiro de 2018 e este trabalho foi realizado conforme previsto no cronograma.
  - ◊ O EFD-REINF, um braço do eSocial com a finalidade preponderante de tratar algumas questões fiscais, tem como funcionalidade principal receber as escriturações de rendimentos pagos e as retenções do Imposto de Renda.

Outra ação importante foi a evolução do Portal de Clientes. Inicialmente, por meio dessa ferramenta, os clientes podiam acompanhar apenas a disponibilidade dos seus circuitos e os protocolos do callcenter. No ano de 2018 foram adicionadas várias funcionalidades, como medições de desempenho e outras. Esta solução agrega valor e qualidade aos serviços prestados pela Telebras aos seus clientes.

7.7 Segurança da Informação e Comunicações

Em 2018, focamos na conscientização interna, utilizando pílulas por e-mail e informações na intranet sobre algumas medidas de segurança. A Equipe de Tratamento a Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

8 CONTENCIOSO JURÍDICO E GESTÃO DE RISCOS PROCESSUAIS

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise dos processos judiciais e administrativos da Companhia, na revisão dos valores de contingência, nos prognósticos de perda, na readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, na redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos em que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Companhia deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela subárea constituída no exercício de 2014 – Gestão de Riscos Processuais –, que tem como objetivo: (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de

tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo; (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

8.1 Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos

No fechamento do mês de dezembro de 2018, a Telebras atuava no polo passivo perante 1.304 ações judiciais de natureza, cível/societária, trabalhista e tributária, nos diversos tribunais do país, com redução em relação às 1.527 ações auferidas em 31 de dezembro de 2017.

O acompanhamento e gestão dos respectivos processos são realizados pelas áreas "Cível/Societário" (trabalhos consolidados pelos núcleos cível estratégicos, cível de massa e cível trabalhista), "Trabalhista" (trabalhos consolidados pelo núcleo trabalhista) e "Tributário" (trabalho consolidado pelo núcleo tributário), conforme destacado a seguir:

TABELA 15 – Quadro resumo de contingências passivas

	posição em 31.12.2017	posição em 31.12.2018
EXPECTATIVA DE PERDA	QTDE PROC	QTDE PROC
PROVÁVEL	**98**	**110**
ATÉ UM ANO	**53**	**54**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	44	43
DIREITO DO TRABALHO	7	9
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
MAIS DE UM ANO	**45**	**56**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	25	31
DIREITO DO TRABALHO	18	23
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
POSSÍVEL	**1118**	**850**
ATÉ UM ANO	**320**	**270**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	313	265
DIREITO DO TRABALHO	4	2
DIREITO TRIB. FEDERAL	3	3
MAIS DE UM ANO	**798**	**580**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	721	531
DIREITO DO TRABALHO	73	45
DIREITO TRIB. FEDERAL	4	4
REMOTO	**311**	**344**
ATÉ UM ANO	**182**	**177**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	175	170
DIREITO DO TRABALHO	7	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0
MAIS DE UM ANO	**129**	**167**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	109	121
DIREITO DO TRABALHO	19	45
DIREITO TRIB. FEDERAL	1	1
TOTAL GERAL	**1527**	**1304**

8.2 Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais

Atualmente, a Companhia possui provisão apenas para os valores relativos aos processos que estão classificados no critério de expectativa de perda "provável", conforme normativos contábeis. Durante o ano de 2018, foram registradas movimentações nas contingências da Companhia, que estão demonstradas na tabela abaixo:

TABELA 16 – Quadro geral de contingências passivas

Em milhares de R$

	posição em 31.12.2017								posição em 31.12.2018
EXPECTATIVA DE PERDA	CONTINGÊNCIA	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	AJUSTE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	JUROS	CONTIGÊNCIA
PROVÁVEL	**48.787**	**3.747**	**7.433**	**0**	**6.265**	**1.132**	**1.390**	**4.534**	**45.892**
ATÉ UM ANO	**19.735**	**2.631**	**4.141**	**0**	**6.265**	**-24**	**656**	**1.726**	**14.318**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	15.566	2.603	4.007	0	6.265	-24	652	1.431	9.955
DIREITO DO TRABALHO	3.252	28	134	0	0	0	0	292	3.438
DIREITO TRIB. FEDERAL	918	0	0	0	0	0	4	4	926
MAIS DE UM ANO	**29.052**	**1.115**	**3.292**	**0**	**0**	**1.157**	**734**	**2.808**	**31.574**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	22.195	97	7	0	0	24	734	2.190	25.234
DIREITO DO TRABALHO	6.764	1.018	3.285	0	0	1.132	0	618	6.248
DIREITO TRIB. FEDERAL	92	0	0	0	0	0	0	0	92
POSSÍVEL	**70.798**	**59.854**	**31.009**	**0**	**13**	**-1.132**	**1.489**	**4.944**	**104.930**
ATÉ UM ANO	**52.016**	**2.929**	**24.972**	**0**	**7**	**0**	**890**	**2.295**	**33.151**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	27.696	2.929	24.952	0	7	0	720	2.121	8.506
DIREITO DO TRABALHO	40	0	19	0	0	0	0	4	24
DIREITO TRIB. FEDERAL	24.280	0	0	0	0	0	171	171	24.621
MAIS DE UM ANO	**18.782**	**56.925**	**6.037**	**0**	**7**	**-1.132**	**599**	**2.649**	**71.779**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	10.717	56.204	1.377	0	0	0	600	1.659	67.803
DIREITO DO TRABALHO	6.929	721	4.660	0	7	-1.132	2	993	2.846
DIREITO TRIB. FEDERAL	1.135	0	0	0	0	0	-3	-3	1.129
REMOTO	**45.905**	**114.390**	**117.864**	**0**	**0**	**0**	**3.372**	**9.623**	**55.426**
ATÉ UM ANO	**2.358**	**366**	**177**	**0**	**0**	**0**	**68**	**216**	**2.832**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	2.295	93	177	0	0	0	68	208	2.487
DIREITO DO TRABALHO	63	273	0	0	0	0	0	9	344
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAIS DE UM ANO	**43.547**	**114.024**	**117.687**	**0**	**0**	**0**	**3.304**	**9.406**	**52.594**
DIREITO CÍVEL/SOCIET	40.278	103.510	110.648	0	0	0	3.299	9.147	45.586
DIREITO DO TRABALHO	2.161	10.515	7.039	0	0	0	0	254	5.890
DIREITO TRIB. FEDERAL	1.108	0	0	0	0	0	5	5	1.118
TOTAL GERAL	**165.489**	**177.991**	**156.306**	**0**	**6.279**	**0**	**6.251**	**19.101**	**206.247**

As análises detalhadas anteriormente têm como objetivo demonstrar a evolução da provisão jurídica (expectativa de perda provável) referente aos processos judiciais e/ou administrativos da Companhia.

Do acompanhamento total da provisão realizada pela Gerência Jurídica, observou-se uma redução na expectativa de perda provável, entre os meses de dezembro/2017 e dezembro/2018 na importância líquida de R$ 2.895 mil.

No que diz respeito aos depósitos, a companhia possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. As composições dos depósitos vinculados (expectativa de perda provável) e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2018, estão assim distribuídas:

TABELA 17 – Quadro geral de depósitos judiciais

Em milhares de R$

	posição em 31.12.2017							posição em 31.12.2018
EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R$	BAIXA (-) R$	AJUSTE (+) R$	RESGATE (-) R$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO	**36.140**	**7.453**	**6.415**	**0**	**827**	**0**	**2.364**	**38.716**
CIRCULANTE	**7.943**	**7.412**	**6.407**	**0**	**827**	**0**	**624**	**8.745**
VINCULADO	3.659	7.412	6.356	0	827	0	367	4.255
NÃO VINCULADO	4.284	0	51	0	0	0	257	4.490
NÃO CIRCULANTE	**28.196**	**41**	**8**	**0**	**0**	**0**	**1.740**	**29.971**
VINCULADO	38	24	8	0	0	0	3	58
NÃO VINCULADO	28.158	17	0	0	0	0	1.737	29.913
DIREITO DO TRABALHO	**2.864**	**128**	**1.083**	**-4**	**805**	**0**	**63**	**1.164**
CIRCULANTE	**318**	**15**	**1**	**-4**	**47**	**0**	**18**	**299**
VINCULADO	285	15	1	-4	47	4	15	267
NÃO VINCULADO	32	0	0	0	0	-4	3	32
NÃO CIRCULANTE	**2.547**	**113**	**1.082**	**0**	**758**	**0**	**45**	**865**
VINCULADO	2.252	28	1.082	0	758	95	26	561
NÃO VINCULADO	295	84	0	0	0	-95	19	304
DIREITO TRIBUTÁRIO	**1.411**	**26**	**0**	**0**	**0**	**0**	**88**	**1.525**
CIRCULANTE	**38**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**	**41**
VINCULADO	38	0	0	0	0	0	2	41
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	**1.372**	**26**	**0**	**0**	**0**	**0**	**86**	**1.484**
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.372	26	0	0	0	0	86	1.484
TOTAL GERAL	**40.415**	**7.607**	**7.497**	**-4**	**1.632**	**0**	**2.516**	**41.404**

Os depósitos judiciais e/ou recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da Telebras.

Diante de todo o exposto, conclui-se que no fechamento do mês de dezembro/2018, a Companhia possuía registrado no seu passivo, provisão no montante de R$ 45.892 mil, sendo que 31,2% (R$ 14.318 mil) estavam classificados com expectativa de encerramento de curto prazo e 68,8% (R$ 31.574 mil) no longo prazo.

Por fim, ressalta-se, ainda, que no fechamento do mês em referência, a Companhia possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R$ 41.404 mil, dos quais, 12,5% (R$ 5.182 mil) referem-se aos depósitos vinculados à provisão, e 87,5% (R$ 36.222 mil) estão relacionados aos depósitos não vinculados à provisão, ou seja, depósitos judiciais e/ou recursais referentes aos processos classificados na expectativa de perda possível ou remota.

9 GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou o exercício de 2018 com um Quadro de Pessoal composto por 436 (quatrocentos e trinta e seis) empregados distribuídos conforme segue:

TABELA 18 – Quantitativo de pessoal em 31/12/2018

Quantitativo de Pessoal - Posição em 31/12/2018			
Empregados (Sede + Escritórios Regionais)	Quadro Efetivo	299	379
	Livre Provimento	74	
	Requisitados	6	
Empregados Cedidos	Anatel	44	57
	Demais Órgãos	13	
Total de empregados			**436**

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre a posição em de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

TABELA 19 – Comparativo do quantitativo de pessoal por vínculo

Quantitativo de Pessoal por Vínculo	2017	2018
Quadro Efetivo (inclui 57 cedidos)	341	356
Livre Provimento	71	74
Requisitados	5	6
Total	**417**	**436**

O quantitativo de pessoal referente ao exercício de 2018 sofreu um acréscimo de 4,5% em relação ao exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2018, as admissões e desligamentos ocorreram conforme segue:

TABELA 20 – Admissões em 2018

Admissões em 2018	Quantidade
Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT	27
Técnicos em Gestão de Telecomunicações - TGT	0
Livre Provimento	15
Requisitados	1
Total	**43**

TABELA 21 – Desligamentos em 2018

Desligamentos em 2018			Quantidade
Quadro Efetivo	Sede + Ers	11	12
	Cedidos	1	
Livre Provimento			12
Requisitados			0
Total			**24**

9.2 Remuneração de Dirigentes

A remuneração paga aos dirigentes durante o exercício de 2018 observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, bem como na orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao disposto no Art. 40, inciso VI, alínea i e inciso XII, do Decreto nº 8.818/2016 e Art. 27, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.945/2016.

No exercício, a maior remuneração paga aos Dirigentes relativa a dezembro/2018 foi de R$38.748,78 (trinta e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Em 2018, a maior e a menor remuneração paga aos empregados do quadro de pessoal da empresa, relativa ao mês de dezembro, foi de R$ 27.572,42 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) e R$ 2.391,46 (dois mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), e a remuneração média foi de R$ 11.074,66 (onze mil, setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

9.3 Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT referente ao período de 01/11/2017 a 30/10/2018 (ACT 2017-2018) se encontra em fase de julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho, em virtude de Dissídio Coletivo instaurado pelo SINTTEL/DF.

O ACT 2018-2019 referente ao período de 01/11/2018 a 30/10/2019 encontra-se em fase de negociações entre a Telebras e o SINTTEL-DF.

9.4 Concurso Público

O 2º Concurso Público realizado pela Telebras em 2013 teve vigência até 06/05/2017 para o provimento de 75 vagas declaradas, sendo 27 Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT, para admissão em Brasília, e 44 vagas para os Escritórios Regionais, além de 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, para Brasília.

No total foram admitidos 189 (cento e oitenta e nove) candidatos classificados, sendo que até o final do exercício de 2018, 66 (sessenta e seis) se desligaram da empresa.

O 3º Concurso Público da Telebras foi realizado em 2015 para o provimento de 41 vagas declaradas, sendo 37 Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, sendo todas as vagas destinadas para Brasília.

Durante o exercício de 2015 até o final de 2018 foram admitidos 120 (cento e vinte) candidatos classificados, dos quais 11 (onze) eram cotistas negros e 2 (dois) candidatos de pessoa com deficiência. Dos 120 admitidos, 20 (vinte) se desligaram da empresa até o final de 2018.

Em resumo, considerando os mencionados concursos públicos realizados pela Telebras, foram admitidos 309 (trezentos e nove) dos quais 86 já se desligaram da empresa (28%).

O Concurso Público de 2015 foi prorrogado por mais 02 (dois) anos, com vencimento em 16-02-2020.

9.5 Avaliação de Desempenho

O processo de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados, realizado em 2018, teve como objetivo diagnosticar o desempenho do colaborador no período de maio a outubro de 2018 e promover o seu desenvolvimento na carreira.

No exercício de 2018 foram concedidas promoções por antiguidade e por mérito.

Participaram do processo de avaliação 378 (trezentos e setenta e oito) empregados, sendo 307 (trezentos e sete) elegíveis. Ao final, 9 (nove) empregados foram contemplados com progressão por antiguidade e 91 (noventa e um) por mérito.

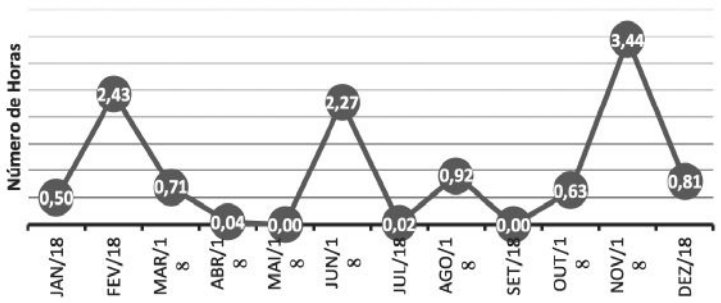
Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 75 (setenta e cinco) foram contemplados com dois níveis salariais e os demais com um nível salarial.

9.6 Capacitação

O indicador de capacitação de 2018 resultou em uma média de 11,77 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de janeiro a dezembro em relação à média de empregados do ano.

O gráfico abaixo apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2018:

GRÁFICO 3 – Quantidade média de horas de capacitação de empregados por mês



10 LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2018, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R$ 40,4 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

TABELA 22 – Contratos de aquisição e serviços por modalidade

Contratos de Aquisição e Serviços por Modalidade		R$ Mil	%
Adesão Ata de Registro de Preço	R$	2.620.840	6,51%
Cotação Eletrônica	R$	39.045	0,10%
Dispensa	R$	449.213	0,78%
Inexigibilidade	R$	4.254.112	10,44%
Pregão Eletrônico	R$	28.524.208	70,85%
Sistema de Registro de Preços	R$	4.560.740	11,33%
Total		**40.448.157**	**100%**

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica.

11 GOVERNANÇA CORPORATIVA

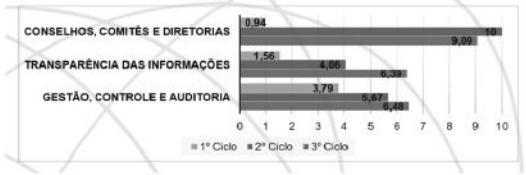
A Diretoria de Governança – DG foi criada em 08 de março de 2018 na 432ª Reunião do Conselho de Administração da Telebras e sua estrutura e atribuições foram estabelecidas no Regimento Interno vigente a partir de 09 de março de 2018. A DG é composta por duas Gerências, instaladas em 07 de maio de 2018: a Gerência de Governança e a Gerência de Gestão Empresarial.

O destaque da Diretoria de Governança – e maior demonstração da evolução da importância do trabalho realizado – é a evolução da Telebras na avaliação dos Indicadores de Governança – IG-SEST estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

No 3º Ciclo, a Telebras ampliou a sua média em relação aos dois Ciclos anteriores, obtendo crescimento de 300% em relação ao 1º Ciclo, o que garantiu à empresa a permanência no 2º nível (de 4), empatada com a segunda colocada desse grupo. Importante salientar a evolução da Telebras no IG-SEST: Médias 2,41 no 1º Ciclo; 6,10 no 2º e 7,24 no último Ciclo, acima da média geral que foi de 7,0.

GRÁFICO 4 – Evolução da Telebras no IG-Sest

Ciclo	Nota	Nível
3º Ciclo	**7,24**	**2º**
2º Ciclo	6,10	2º
1º Ciclo	2,41	4º





No terceiro ciclo a **Telebras** obteve nota 7,24, superior à média geral **7,00**. Estamos a frente de empresas como **Codesp**, **Chesf**, **Caixa Participações** e **Embrapa**.

As ações realizadas para o desenvolvimento do Plano Estratégico da Telebras são um trabalho interno que possui relevância ainda maior. Em 2018, o Mapa Estratégico da Telebras, elaborado com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

FIGURA 2 – Mapa Estratégico Telebras



A seguir apresentamos as ações da Diretoria de Governança que merecem destaque:

Na área de Integridade destacam-se aprovação da Política e do Programa de Integridade da Telebras, as ações de planejamento do Plano de Integridade, cujas ações serão desenvolvidas a partir de janeiro de 2019 e a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

No campo da Conformidade, a revisão do processo de aprovação de instrumentos normativos (Prática 37) e o acompanhamento da elaboração de instrumentos normativos pelas diversas áreas de Telebras.

Já a área de Gestão do Conhecimento realizou a consolidação e envio dos relatórios mensais da administração aos diretores e conselheiros, além da elaboração dos relatórios a todas as partes interessadas, em que se destacam a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança, o Relatório Anual CVM, o Relatório Anual do TCU e o Relatório de Sustentabilidade. Muitos desses documentos são novas exigências da Lei das Estatais e possibilitam maior transparência e accountability por toda a sociedade.

A implantação do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), a revisão das iniciativas, projetos e indicadores estratégicos e a ação estruturante de desenho do processo de acompanhamento da Gestão Estratégica foram, também, iniciativas de grande relevância.

Em termos de Gestão de Projetos, com acompanhamento de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, definiu-se a a metodologia de Gestão de Projetos a ser utilizada na empresa, o método Canvas Project. Foi elaborada a Diretriz de Gestão de Projetos e realizado o treinamento de 50 colaboradores da Telebras em Gestão de Projetos.

Foi, também, desenvolvida e aprovada a Política de Gestão de Riscos da Companhia. Além disso, desenvolveu-se a metodologia de Gestão de Riscos com o método Canvas, semelhante ao método utilizado na Gestão de Projetos.

Por fim, foi revista a Cadeia de Valor da Telebras, a ser apresentada à administração no início de 2019. Como parte das ações de Escritório de Processos, foi realizado o treinamento de 50 colaboradores da Telebras em Gestão de Processos. Também foi implantada a ferramenta de Gestão de Fluxo de Trabalho – GFT, cedida sem ônus para a Telebras pela Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

12 AUDITORIA EXTERNA

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2018, contratou a empresa Maciel Auditores S/S, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

13 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(I) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Maciel Auditores S/S, emitido em 1 de fevereiro de 2019, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(II) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais demonstrações refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

14 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Na contratação dos serviços de auditoria independente, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses

princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Maciel Auditores S/S declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

15 CONCLUSÃO

Conforme apresentamos ao longo deste documento, o ano de 2018 foi um ano de aumento exponencial de faturamento, êxitos em batalhas judiciais, conclusão de planos de negócios importantes, inclusão digital, atendimento de provedores com altas capacidades de transporte e definição de uma perspectiva vencedora para 2019.

Conseguimos concretizar muitos objetivos, dos quais podemos destacar o total êxito do início das operações Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), a concretização dos Centros de Operações Espaciais (COPEs) e das *gateways* (unidades em solo que asseguram a distribuição do sinal em banda larga), a definição de um plano de negócios e de parceria estratégica com a Viasat que garantissem a viabilidade econômico-financeira do SGDC, o qual, ao mesmo tempo, atendesse em sua completude as aspirações nacionais em segurança e inclusão digital, bem como os desenvolvimentos necessários para que a Telebras se adaptasse ao novo cenário iniciado pela "Lei das Estatais" (Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016), ressaltando-se, nesse âmbito, a criação da Diretoria de Governança, o desenvolvimento do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e a atualização o Regimento Interno da Telebras. As impactantes mudanças realizadas na Governança Corporativa da Companhia resultaram no crescimento superior a 300% na avaliação IG-SEST realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

Os resultados não tardaram a evidenciar-se, tudo isso em um período de crise econômica no Brasil e de quedas nos preços dos serviços de telecomunicações no mercado nacional e internacional. Nesse aspecto, deve-se registrar que os resultados apenas não foram ainda mais impressionantes em 2018 em virtude da litigância de empresas concorrentes contra a parceria estratégica firmada pela Telebras com a Viasat, que se arrastou ao longo de todo esse ano e atrasou a instalação e o faturamento dos circuitos satelitais.

As expectativas para o próximo ano são positivas. Em seu conjunto, as conquistas obtidas em 2018 nos levam a crer que este foi um ano significativo para o futuro da Telebras. A consolidação da infraestrutura plena do SGDC deixa a empresa pronta para colher os benefícios de sua estratégia focada em ações resilientes, com larga escala operacional e dotados de oportunidades, via satélite, para cumprirmos as agendas do Estado e de programas sociais do Brasil. Os desafios conjunturais seguem presentes em 2019 e, apesar disso, continuaremos empenhados em ampliar as conquistas econômico-financeiras e concretizar a contínua geração de valor da companhia.

Estamos preparados para manter investimentos e continuar contribuindo para o desenvolvimento do país e dos brasileiros. O que nos mantém confiantes nessa trajetória é poder caminhar ao lado de colaboradores, fornecedores, governo, acionistas e usuários, aos quais sempre agradecemos pela confiança no sucesso de nosso trabalho.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	156.119	198.922
Contas a Receber de Clientes	5	57.314	32.965
Tributos a Recuperar	6	81.000	97.013
Depósitos Judiciais	7	9.085	8.398
Dividendos a Receber	9	11.547	11.547
Aplicações Financeiras	10	1.985	2.015
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	4.786	5.607
Outros Ativos Realizáveis	8.2	25.950	9.459
Total do Circulante		**347.786**	**365.926**
Não Circulante			
Aplicações Financeiras	10	57.965	55.572
Tributos a Recuperar	6	196.622	199.676
Depósitos Judiciais	7	32.319	32.017
Outros Ativos Realizáveis	8.2	50.000	164
		336.906	**287.429**
Investimentos	11	74.086	69.193
Imobilizado	12	2.806.288	2.683.307
Intangível	13	20.203	19.371
Total do Não Circulante		3.237.483	3.059.300
Total do Ativo		**3.585.269**	**3.425.226**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	12.500	10.562
Fornecedores	17	84.280	122.641
Receitas Diferidas	23	36.481	-
Tributos Indiretos	18	15.275	14.008
Empréstimos e Financiamentos	22	-	39.003
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	14.318	19.735
Credores por Perdas Judiciais	20	16.008	14.851
Outras Obrigações	24	12.817	9.554
Total do Circulante		**191.679**	**230.354**
Não Circulante			
Tributos Indiretos	18	-	434
Empréstimos e Financiamentos	22	255.937	212.475
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	31.574	29.052
Credores por Perdas Judiciais	20	307.277	316.247
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	47.431	48.254
Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão	25	-	48.682
Grupamento de Ações	16	13.998	13.097
Receitas Diferidas	23	492.488	607.209
Recursos Capitalizáveis	21	1.874.451	1.329.601
Total do Não Circulante		**3.023.156**	**2.605.051**
Patrimônio Líquido	26		
Capital Social		1.594.667	1.594.667
Prejuízos Acumulados		(1.238.288)	(1.013.437)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		14.166	8.702
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
Total do Patrimônio Líquido		**370.434**	**589.821**
Total do Passivo		**3.585.269**	**3.425.226**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	**199.652**	**73.293**
Custos dos Serviços Prestados	28	(317.886)	(193.246)
Lucro Bruto		**(118.234)**	**(119.953)**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**(71.261)**	**(91.616)**
Comercialização dos Serviços	28	(26.173)	(44.278)
Despesas Gerais e Administrativas	28	(63.684)	(74.224)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(1.716)	23.899
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	29	20.312	2.987
Outras Receitas Operacionais		33.811	15.476
Outras Despesas Operacionais		(13.499)	(12.489)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		**(189.495)**	**(211.569)**
Resultado Financeiro	30	**(35.356)**	**(32.248)**
Receitas Financeiras		11.615	22.972
Despesas Financeiras		(46.971)	(55.220)
Prejuízo do Exercício		**(224.851)**	**(243.817)**
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	26.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(4,5329)	(4,9153)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(4,5329)	(4,9153)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Prejuízo do Exercício	**(224.851)**	**(243.817)**
Outros Resultados Abrangentes	**5.660**	**2.219**
Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:	**5.690**	**1.835**
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	5.690	1.809
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	26
Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:	**(30)**	**384**
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(30)	384
Resultado Abrangente Total	**(219.191)**	**(241.598)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**263.145**	**(769.620)**	**6.483**	**(111)**	**(500.103)**
Transações de Capital com Acionistas:					
Aumento de Capital	**1.331.522**				**1.331.522**
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(243.817)	-	-	**(243.817)**
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.809	-	**1.809**
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	384	-	**384**
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	26	-	**26**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.594.667**	**(1.013.437)**	**8.702**	**(111)**	**589.821**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.594.667**	**(1.013.437)**	**8.702**	**(111)**	**589.821**
Resultados Abrangentes Total:					
Prejuízo do Exercício	-	(224.851)	-	-	**(224.851)**
Outros Resultados Abrangentes:					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	5.690	-	**5.690**
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(30)	-	**(30)**
Efeito da Baixa de Investimentos - Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A	-	-	(196)	-	**(196)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.594.667**	**(1.238.288)**	**14.166**	**(111)**	**370.434**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017 Reapresentado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(224.851)**	**(243.817)**
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	126.688	60.795
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.471)	601
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.924	4.962
Receita Diferida	(78.240)	-
Equivalência Patrimonial	1.716	(23.899)
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	45.325	27.861
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	220	16.292
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	15.993	15.620
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.511)	(2.478)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.048	24.534
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(105)	(87)
Ganho na Baixa de Passivo	(15.949)	(15.607)
Perda na Baixa de Ativo	-	10.105
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros Credores Empresas de Telecom	(32.733)	-
Receita da Alienação de Investimentos	(9.547)	-
Baixa de Ajuste de Avalição Patrimonial - Baixa de Investimentos	(253)	-
Baixa de Valor Contábil de Investimentos	297	-
	58.402	**118.699**
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(27.397)	(13.342)
Tributos a Recuperar	19.067	(43.234)
Depósitos Judiciais	1.522	(152)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.938	1.263
Fornecedores	27.508	54.362
Receita Recebida Antecipadamente	-	98.763
Outras Contas Ativas e Passivas	(51.780)	10.572
	(29.142)	**108.232**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	105	87
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(3.114)	(7.511)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas e Cíveis	(7.348)	(83)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(5.344)	(5.746)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(18.592)	(15.180)
	(34.293)	**(28.433)**
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	**(229.884)**	**(45.319)**

	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(262.825)	(256.131)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(164)
Integralização de Capital em Coligada	(995)	(1.174)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(263.820)**	**(257.469)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	450.000	218.980
Recebimento de Acionistas - Leilão de Fração de Grupamento de Ações	906	-
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(5)	(5)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	**450.901**	**218.975**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(42.803)**	**(83.813)**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	156.119	198.922
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	198.922	282.735
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(42.803)**	**(83.813)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017 Reapresentado
Receitas	**217.551**	**110.657**
Prestação de Serviços	168.834	98.136
Outras Receitas	32.595	16.913
Construção de Ativo Próprio	19.170	20.142
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(154.835)**	**(102.674)**
Custos dos Serviços Vendidos	(127.381)	(73.752)
Materiais	(614)	(119)
Serviços de Terceiros	(7.778)	(6.932)
Serviços Técnicos Administrativos	(10.722)	(10.174)
Perdas	(36)	(10.130)
Outras Despesas	(8.304)	(1.567)
Valor Adicionado Bruto	**62.716**	**7.983**
Retenções	**(126.688)**	**(60.795)**
Depreciação	(125.226)	(58.403)
Amortização	(1.462)	(2.392)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**(63.972)**	**(52.812)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**97.107**	**41.790**
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(1.716)	23.899
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre AAP	253	-
Receitas Financeiras	7.904	10.711
Aluguéis	90.561	7.093
Dividendos	105	87
Valor Adicionado Total a Distribuir	**33.135**	**(11.022)**
Distribuição do Valor Adicionado	**33.135**	**(11.022)**
Empregados	**82.845**	**92.247**
Remuneração Direta	50.419	46.791
FGTS	5.301	4.579
Benefícios Sociais	11.551	10.482
Outros Encargos Sociais	14.354	13.364
Programa de Indenização por Serviços Prestados	220	16.292
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.000	739
Impostos, Taxas e Contribuições	**75.545**	**34.453**
Federais	24.629	6.076
Estaduais	50.541	28.128
Municipais	375	249
Remuneração de Capitais de Terceiros	**99.596**	**106.095**
Remuneração do Capital de Terceiros	46.137	55.131
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	51.051	50.954
Seguros	2.408	10
Remuneração de Capitais Próprios	**(224.851)**	**(243.817)**
Prejuízos do Exercício	(224.851)	(243.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Companhia ou Telebras"), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018

No Diário Oficial da União (DOU) do dia 18 de dezembro de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que define novas disposições referentes às políticas públicas de telecomunicações.

O novo Decreto revoga o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Entretanto, no art. 12, a Telebras mantém todas as atribuições estabelecidas no art. 4º do Decreto nº 7.175/2010. São elas:

(i) Implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;

(ii) Prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público;

(iii) Provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e

(iv) Prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

A Telebrás continua, também, usufruindo da autorização de usar, fruir, operar e manter a infraestrutura e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal. Além de ter o poder de firmar contratos de cessão na hipótese de uso de infraestrutura detida por entidade da administração pública federal indireta.

O art. 5º prevê o credenciamento de prestadoras de serviços de telecomunicações pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para atendimento às localidades remotas, às localidades com prestação inadequada e à população em situação de vulnerabilidade social.

O art. 6º faz referência à implantação de cidades digitais e inteligentes.

O Decreto também destaca que ações executadas ou em execução com fundamento no Programa Nacional de Banda Larga e no Programa Brasil Inteligente não serão prejudicadas pela entrada em vigor do novo ato.

1.3 Projeto SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Atualmente, o satélite SGDC está totalmente operacional, tanto na banda X quanto na banda Ka. Os equipamentos de banda base na banda Ka já estão na sua fase final de instalação nas 5 (cinco) estações de acesso (gateways). A Telebras está realizando os ajustes e alinhamentos finais para complementar a cobertura de 100% do território brasileiro.

As obras de infraestrutura das estações de controle do SGDC (COPE-P e COPE-S), localizadas em Brasília e Rio de Janeiro, já estão na fase final de implementação, de modo que a migração definitiva dos equipamentos para os prédios novos se dará no primeiro trimestre de 2019.

As Forças Armadas iniciaram suas atividades operacionais em banda X no mês de julho de 2018. A Telebras iniciou a operação comercial em abril de 2018, em parte do território brasileiro. O mês de dezembro de 2018 fechou com 65 VSAT instaladas em clientes da Telebras.

1.4 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional, para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.

O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação

Em 25 de julho de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) deferiu cautelarmente o pedido de liminar em favor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTelebrasil, suspendendo a execução do contrato firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Telebras para a prestação dos serviços destinados ao programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac, por meio do Contrato MCTIC 02.0040.00/2017.

Em 19 de setembro de 2018, o TCU reuniu-se em sessão ordinária com o objetivo de realizar a revisão de medida cautelar proferida em 25 de julho de 2018. Como resultado, os ministros do Tribunal de Contas da União acordaram com os seguintes pontos:

(i) reformar a cautelar adotada por meio do acórdão 1.692/2018, de maneira a diminuir a abrangência de seus efeitos e possibilitar, caso necessário, a ativação de 98 pontos, no âmbito do contrato MCTIC 02.0040.00/2017, nas localidades que fazem fronteira com a Venezuela e se encontram nas áreas de concentração Amajari, Pacaraima e Uiramutã, do estado de Roraima, e São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, do estado do Amazonas; e

(ii) manter a cautelar do acórdão 1.692/2018, para os demais pontos a serem ativados no âmbito do contrato MCTIC 02.0040.00/2017.

Em 31 de outubro de 2018, o plenário do TCU julgou o mérito do contrato e considerou lícito, de forma unânime, os termos e a modalidade de licitação aplicado ao contrato. Na decisão o TCU recomendou que as partes realizassem ajustes nas cláusulas econômico-financeiras.

Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações para alteração das cláusulas econômico-financeiras, atendendo à solicitação do TCU, e assinaram termo aditivo ao acordo de compartilhamento da receita de capacidade Satelital. Em ato contínuo protocolaram o aditivo no TCU para que este realize análise das alterações realizadas.

1.5 Homologação do aumento de capital da Telebras

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado o aumento de capital da Telebras. Assim o capital social passou de R$ 263.145 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R$ 1.594.667 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), conforme aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017.

Com o aumento de capital, a Companhia emitiu 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

1.6 Contrato estratégico para uso comercial da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) – Telebras e Viasat

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US$ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.

Os equipamentos da Viasat começaram a ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018.

1.6.1 Eventos subsequentes a assinatura do contrato

No dia 04 de abril de 2018, a Telebras foi citada e intimada sobre a decisão proferida pela 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, nos autos do processo n° 1001079-05.2018.4.01.3200, determinando que fosse suspensa a execução do contrato de parceria estratégica celebrado com a Viasat. A ação foi ajuizada pelas empresas Via Direta Telecomunicações por Satélite e Internet Ltda. e Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.

Ato contínuo, a Telebras suspendeu as instalações em curso, que estavam sendo realizadas em Pacaraima/RR, em atendimento ao contrato GESAC, celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações.

A suspensão da execução do contrato por determinação judicial perdurou até 16 de julho de 2018, ocasião em que a Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, nos autos da Suspensão de Liminar n° 1.157/AM. A Telebras tomou ciência dessa decisão no dia 17 de julho de 2018.

Os prejuízos sofridos pela Telebras durante o período em que a decisão liminar produziu efeitos serão apurados e oportunamente cobrados judicialmente, em atenção ao disposto na legislação brasileira. Em 31 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo TC n° 022.981/2018-7, julgou, após profunda análise, que o contrato de parceria estratégica é legal, atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei n° 13.303/2016. Nesta decisão a Corte de Contas determinou apenas que as partes realizassem ajustes em cláusulas econômico-financeiras do contrato. Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações para alteração das cláusulas econômico-financeiras, atendendo à solicitação do TCU, e assinaram termo aditivo ao acordo de compartilhamento da receita de

capacidade Satelital. Em ato contínuo protocolaram o aditivo no TCU para que este realize análise das alterações realizadas.

1.7 Permuta de participação societária nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S/A por Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil à Portugal.

A Telebras assinou em 12 de setembro de 2018, contratos de promessa de permuta da totalidade de sua participação acionária nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A por Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

A concretização da operação estava condicionada à assinatura e entrada em vigor do contrato de fornecimento de cabo entre a EllaLink Ireland e a ASN (Alcatel Submarine Networks), fornecedora do Cabo. A entrada em vigor do contrato de fornecimento ocorreu em 31 de dezembro de 2018, data em que foi cumprida a condição precedente para a operação de alienação das participações societárias nas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A.. O valor a receber pela Telebras referente à alienação das participações societárias é de R$ 9.547, sendo R$ 8.702 pela participação societária na empresa Cabos Brasil Europa S.A e R$ 845 pela participação na empresa EllaLink Spain S.A..

A operação foi oficializada em dois contratos: (1) o SPA, que formalizava a alienação das ações nas duas empresas por US$ 2.449, sendo US$ 2.232 correspondentes à Cabos Brasil Europa S.A e US$ 217 correspondentes à EllaLink Spain S.A. (esta primeira fase foi finalizada em 31 de dezembro de 2018 com a remessa dos valores correspondente a alienação das ações); e (2) o contrato de IRU do espectro, que prevê a compra de 200Gbs entre Lisboa e Fortaleza, entregues 100Gbps por ano, por US$ 1.577, e que se realizará ainda no primeiro trimestre de 2019.

Ainda faz parte da operação, a opção de compra de mais 800Gbps, por US$ 5.020, entregues à taxa de 100Gbps por ano a partir do terceiro ano. O IRU terá a vigência de 15 anos, mas pode ser estendido por mais 10 anos, por opção da Telebras.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2017.

2.1.1 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 22 de fevereiro de 2019.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 5 e 10)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é elaborado de acordo com critérios que a Administração entende serem adequados para cobrir possíveis perdas. (Nota Explicativa 5)

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando, diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 12)

2.2.8 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

(i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
(ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
(iii) Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
(iv) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
(v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 13).

2.2.9 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração *(Impairment test)*

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "The Capital Asset Pricing Model" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil

que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

(i) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

(ii) Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;

Custos e despesas operacionais: os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.10 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.11 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 20), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

2.2.11.1 Nova Classificação

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que o CPC 48 – Instrumentos Financeiros alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

2.2.11.2 Ativos financeiros

2.2.11.2.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.11.2.2 Categorias

2.2.11.2.2.1 Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9) e Aplicações Financeira – Garantia (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.11.2.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

2.2.11.2.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.11.3 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.11.4 Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22); fornecedores (Nota Explicativa 17); e outras contas a pagar.

2.2.12 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.13 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17).

2.2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22)

2.2.15 Provisões

2.2.15.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 30)

2.2.15.2 Benefícios a empregados

2.2.15.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.15.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.15.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações

brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligarem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

i) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;

ii) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;

iii) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e

iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

2.2.16 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.17 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.17.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.17.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

2.2.17.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.18 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.19 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.20 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 30)

2.2.21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

2.2.22 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 26.5).

2.2.23 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.24 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente. As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios a pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 31)

2.4 Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Telebras adotou inicialmente a IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

2.4.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

Ativos / Passivos Financeiros	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Equivalentes de Caixa	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado
Caixa e Bancos	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Contas a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Dividendos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações Financeiras - Garantia	Mantidas até o Vencimento	Custo Amortizado
Aplicações Financeiras (Ações)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Fornecedores	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado
Credores por Acordos Judiciais	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado

2.4.2 IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Sociedade fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço.

2.5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

2.5.1 IFRS 16 – Operações de arrendamentos mercantil

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da aplicação desta norma.

3 GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 Fatores de risco

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1 Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança; política de negociação de débitos; interrupção dos serviços e negativação do cliente; inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e cobrança Judicial.

3.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nessa Resolução. Neste sentindo, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	84.280	84.280	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos [i]	282.806	0	29.547	151.956	101.303
Acordo Judicial FUNCEF	59.258	4.660	7.930	11.894	34.774
Acordo Judicial PREVI	128.478	11.478	21.392	32.088	63.520
Total	**554.822**	**100.418**	**58.869**	**195.938**	**199.597**

[i] Valor total dos empréstimos e financiamentos sem considerar a conta retificadora de custos da transação no valor de R$ 26.869.

3.1.4 Risco de mercado

3.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros: Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

3.1.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhado para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) com vistas a ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento Satelital com a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual vai potencializar a geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebrás o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

3.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois, quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, o INPC será de 3,94%, conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil com data base de 02 de janeiro de 2019. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

			Cenários Projetados – 31/12/2019		
		Valor	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Contábil	3,94%	5,01%	6,02%
Credores por Acordos Judiciais					
PREVI	INPC	128.478	133.540	134.918	136.206
FUNCEF	INPC	59.258	61.593	62.228	62.822
Passivo Exposto		**187.736**	**195.133**	**197.146**	**199.028**
Efeito da Variação do INPC			**(7.397)**	**(9.410)**	**(11.292)**

3.3 Valor justo

3.3.1 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.2 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non-performance risk*"), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativos e Passivos Financeiros	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2018 Valor Justo	31/12/2018 Valor Contábil	31/12/2017 Valor Justo	31/12/2017 Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	VJR [i]	Nível 2	155.564	155.564	198.113	198.113
Caixa e Bancos	VJR [i]	Nível 1	555	555	809	809
Custo Amortizado						
Contas a Receber	Custo Amortizado		57.314	57.314	32.965	32.965
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	11.547	11.547
Aplicações Financeiras - Garantia	Custo Amortizado		57.965	57.965	55.572	55.572
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA [ii]	Nível 1	1.985	1.985	2.015	2.015
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores	Custo Amortizado		84.280	84.280	122.641	121.974
Empréstimos e Financiamentos [iii]	Custo Amortizado		255.937	255.937	251.478	251.478
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		323.285	323.285	331.098	331.098

[i] VJR – Valor justo por meio do resultado.
[ii] VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
[iii] Valor total dos empréstimos e financiamentos sem considerar a conta retificadora de custos da transação no valor de R$ 26.869.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Banco Conta Movimento	555	809
Aplicações Financeiras	155.564	198.113
Total	**156.119**	**198.922**

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramecado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 6,69%.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Prestação de Serviços - Copa 2014 [i]	22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	63.450	36.053
Total a Receber Bruto	**85.887**	**58.490**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(28.573)	(25.525)
Total a Receber Líquido	**57.314**	**32.965**

[i] Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste Contas a Receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

5.1 Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	**36.569**	**14.580**
Vencidos	**49.318**	**43.910**
Até 30 dias	15.267	9.877
31 a 60 dias	1.488	2.633
61 a 90 dias	421	696
91 a 120 dias	1.164	732
121 a 150 dias	39	311
151 a 180 dias	246	381
Acima de 180 dias	30.693	29.280
Contas a Receber - Bruto	**85.887**	**58.490**
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(28.573)**	**(25.525)**
Contas a Receber - Líquido	**57.314**	**32.965**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2 Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa de acordo com o critério de constituição é apresentada a seguir:

Vencimentos:	31/12/2018	31/12/2017
Faixa de 150 dias	576	504
Faixa de 330 dias	27.997	25.021
Total	**28.573**	**25.525**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R$ 28.573 (R$ 25.525 em 31 de dezembro de 2017). Do total das perdas reconhecidas, R$ 22.437 teve origem no contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(991)**
Adições	(24.690)
Reversão de Provisão	156
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(25.525)**
Adições	(3.601)
Reversão de Provisão	553
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(28.573)**

6 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar [i]	126.453	158.611
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.594	6.849
PIS	5.415	5.003
COFINS	24.134	23.007
FUST	19	19
FUNTELL	24	24

	31/12/2018	31/12/2017
INSS	28	-
Tributos Federais:	**181.210**	**216.056**
ICMS a Recuperar	96.412	80.633
Tributos Estaduais:	**96.412**	**80.633**
Total	**277.622**	**296.689**
Circulante	**81.000**	**97.013**
Não Circulante	**196.622**	**199.676**

(i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VTUM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

6.1 Movimento do período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no período.

		Ocorrências no Período						
		Ingressos						
Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Retenções	Transferências	Compensações de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos	Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Pagamento a maior ou Indevido	98.832	-	-	-	-	1	-	98.833
Retenções de Órgãos Públicos	6.014	-	4.462	(6.014)	-	-	-	4.462
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.971	-	1.893	(8.790)	-	-	-	2.074
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.550	-	13	(7)	-	-	-	22.556
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	44.788	-	-	14.811	(41.048)	-	2.521	21.072
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	**181.154**	-	**6.368**	-	**(41.048)**	**1**	**2.521**	**148.996**
Pagamento a maior ou Indevido	327	-	-	-	-	-	-	327
Retenções de Órgãos Públicos	1.253	-	929	(1.253)	-	-	-	929
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	5.268	-	-	1.253	(5.399)	-	216	1.338
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	**6.848**	-	**929**	-	**(5.399)**	-	**216**	**2.594**
Retenções de Órgãos Públicos	5.003	-	41	-	(56)	-	259	5.247
Retenções sobre Serviços		-	91	-	-	-	-	91
Retenções sobre Ativo Imobilizado		-	77	-	-	-	-	77
Subtotal - PIS	**5.003**	-	**209**	-	**(56)**	-	**259**	**5.415**
Retenções de Órgãos Públicos	23.007	-	202	-	(261)	-	1.186	24.134
Subtotal - COFINS	**23.007**	-	**202**	-	**(261)**	-	**1.186**	**24.134**
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	19
Subtotal - FUST	**19**	-	-	-	-	-	-	**19**
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	24
Subtotal - FUNTTEL	**24**	-	-	-	-	-	-	**24**
Pagamento a maior ou Indevido	-	-	28	-	-	-	-	28
Subtotal - INSS	-	-	**28**	-	-	-	-	**28**
Pagamento a maior ou Indevido	254	-	-	-	(2.522)	3.468	-	1.200
Pagamento Antecipado	66	-	-	-	(66)	-	-	-
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	957	27.433	-	-	(23.121)	-	-	5.269
Sobre Aquisições do Imobilizado	79.289	11.385	-	(809)	-	-	-	89.865
Outras - Operações	68	10	-	-	-	-	-	78
Subtotal - ICMS	**80.634**	**38.828**	-	**(809)**	**(25.709)**	**3.468**	-	**96.412**
TOTAL	**296.689**	**38.828**	**7.736**	**(809)**	**(72.473)**	**3.469**	**4.182**	**277.622**

6.2 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	**(224.851)**	**(224.851)**	**(243.817)**	**(243.817)**
Adições/(Exclusões) Permanentes:	**(5.757)**	**(5.757)**	**(12.945)**	**(12.945)**
Adições permanentes	**2.737**	**2.737**	**12.871**	**12.871**
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.716	1.716	1.748	1.748
Outras Adições	1.021	1.021	11.123	11.123
Exclusões permanentes	**(8.494)**	**(8.494)**	**(25.816)**	**(25.816)**
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	-	-	(25.647)	(25.647)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(7.347)	(7.347)	-	-
Dividendos Recebidos	(105)	(105)	(87)	(87)
Outras Exclusões	(1.042)	(1.042)	(82)	(82)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	**17.960**	**17.960**	**51.250**	**51.250**
Adições temporárias:	**24.863**	**24.863**	**51.510**	**51.510**
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.879	4.879	5.666	5.666
Provisão PISP	220	220	16.790	16.790
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	3.601	3.601	24.690	24.690
Provisões - Custeio	10.239	10.239	4.364	4.364
Outras Adições	5.924	5.924	-	-
Exclusões temporárias:	**(6.903)**	**(6.903)**	**(260)**	**(260)**
Reversão de Provisão PISP	-	-	(104)	(104)
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.350)	(6.350)	(156)	(156)
Outras Exclusões	(553)	(553)	-	-
Base de Cálculo Negativa (Prejuízo Fiscal)	**(212.648)**	**(212.648)**	**(205.512)**	**(205.512)**

6.3 Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	50.816	53.021	17.812	18.606
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	7.143	6.381	2.572	2.297
Provisão PISP	26.990	27.195	9.327	9.401
Provisões - Custeio	4.151	1.591	1.494	573
Prejuízo fiscal/base negativa	450.897	397.735	160.301	141.163
Total	**539.997**	**485.923**	**191.506**	**172.040**

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

	31/12/2018			31/12/2017		
Natureza	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	4.313	34.403	38.716	3.698	32.443	36.141
Trabalhista	828	335	1.163	2.537	326	2.863
Tributária	41	1.484	1.525	38	1.373	1.411
Total	**5.182**	**36.222**	**41.404**	**6.273**	**34.142**	**40.415**
Circulante	**4.563**	**4.522**	**9.085**	**4.081**	**4.317**	**8.398**
Não Circulante	**619**	**31.700**	**32.319**	**2.192**	**29.825**	**32.017**

7.1 Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.273**
Adições	7.480
Transferências entre vinculados e não vinculados	98
Baixas	(9.082)
Atualização Monetária	413
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**5.182**
Circulante	**4.563**
Não Circulante	**619**

7.2 Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**34.142**
Adições	127
Transferências entre vinculados e não vinculados	(98)
Baixas	(51)
Atualização Monetária	2.102
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**36.222**
Circulante	**4.522**
Não Circulante	**31.700**

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total de R$ 36.222 em 31 de dezembro de 2018, R$ 29.824 (R$ 21.005 valor original quando do acordo parcial com a PREVI) refere-se a depósito realizado em litígio com a PREVI, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao valor total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, à época, que o valor cobrado pela PREVI era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial no valor corresponde à diferença apurada (R$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.

8 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

8.1 Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Órgãos/Entidades:	31/12/2018	31/12/2017
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	1.077	2.337
Órgãos Governamentais	3.709	3.270
Total	**4.786**	**5.607**
Circulante	**4.786**	**5.607**

8.2 Outros valores realizáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção [i]	52.113	2.107
Cauções e Retenções	9.853	6.649
Alienação de Ativos	9.547	-
Despesas Pagas Antecipadamente	3.709	-
Adiantamento a Empregados	728	703
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	164
Total	**75.950**	**9.623**
Circulante	**25.950**	**9.459**
Não Circulante	**50.000**	**164**

[i] inclui o valor de R$ 50.000 correspondente ao valor adiantado a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.) com objetivo de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga conforme acordo contratual firmado entre as Companhias.

9 DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R$ 11.547 (R$ 11.547 em de dezembro de 2017).

10 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil [i]	30.814	29.327
Fundo BB Extramercado FAE FI RF [ii]	27.151	26.245
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) [iii]	1.985	2.015
Total	**59.950**	**57.587**
Circulante	**1.985**	**2.015**
Não Circulante	**57.965**	**55.572**

[i] A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).

[ii] Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

[iii] Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

11 INVESTIMENTOS

11.1 Informações das investidas

A Companhia detém participação societária na coligada, cuja informação é apresentada a seguir:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), Constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R$ 3.430 (R$ 1.470 em 2012), totalizando R$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R$ 65.000 (R$ 10.000 em 31 de dezembro de 2015), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

Em novembro de 2018, a coligada realizou novo aumento capital social no montante de R$ 10.000, com a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. A Telebras subscreveu o valor de R$ 4.900 e consequentemente teve a emissão em seu favor de 4.900.000 (quatro milhões e novecentas mil) ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da coligada totalizou R$ 75.000 (R$ 65.000 em 31 de dezembro de 2017), com um total de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 (trinta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil) ações.

11.2 Alienação de participações societárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alienou suas participações societárias nas empresas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A.. A alienação destas participações faz parte da operação de permuta entre a Telebras e a EulaLink S.L, em que, a Telebras aliena suas participações societárias nestas empresas e adquire o Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Irlanda (subsidiária integral da Eulalink S.L.), e que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

O valor da alienação destas participações societárias totalizou R$ 9.547, sendo, R$ 8.702 pela participação societária na empresa Cabos Brasil Europa S.A e R$ 845 pela participação na empresa EllaLink Spain S.A.. (Nota Explicativa 1.7)

A Telebras detinha participação societária de 35% no capital social de cada empresa.

11.3 Composição dos investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	74.086	69.193

11.4 Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil 31/12/2018	Valor Contábil 31/12/2017
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	156.196	49,00	49,00	31.850.000	74.086	68.715
Cabos Brasil Europa S.A	-	-	35,00	35,00	-	-	189
EllaLink Spain S.A	-	-	35,00	35,00	-	-	289
Total						**74.086**	**69.193**

11.5 Informações econômicas e financeiras resumidas

	31/12/2018			31/12/2017		
Investidas	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	191.672	40.476	21.849	176.261	36.026	25.213
Cabos Brasil Europa S.A	-	-	-	688	148	-
EllaLink Spain S.A	-	-	-	1.650	823	-

11.6 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	31/12/2018		31/12/2017	
Investidas	Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(651)	(319)	52.341	25.647
Cabos Brasil Europa S.A [i]	(3.819)	(1.337)	(4.907)	(1.733)
EllaLink Spain S.A [i]	(173)	(60)	(44)	(15)
Total		**(1.716)**		**23.899**

[i] Resultado de 2018 refere-se ao apurado de janeiro a novembro de 2018, período anterior a alienação das participações societárias.

11.7 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**68.715**	**189**	**289**	**69.193**
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(319)	-	(60)	(379)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	47	47
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	5.690	-	-	5.690
Aumento de Capital Social	-	-	165	165
Transferência para Constituição de Passivo	-	(189)	-	(189)
Baixa por Alienação de Investimento			(441)	(441)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**74.086**	**-**	**-**	**74.086**

11.8 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – Passivo a descoberto

	Cabos Brasil Europa S.A
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**-**
Transferência para Constituição de Passivo	36
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(400)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(236)
Aumento de Capital Social	210
Variação de Percentual de Participação	246
Baixa por Alienação de Investimento	144
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**

11.9 Informações contábeis das coligadas

11.9.1 Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	**83.011**	**24.633**
Não Circulante	**108.661**	**151.628**
Realizável a Longo Prazo	14.390	16.203
Investimento	85.335	131.619
Imobilizado	3.092	3.410
Intangível	5.844	396
Total	**191.672**	**176.261**
Passivo		
Circulante	40.355	35.910
Não Circulante	121	116
Patrimônio Líquido	151.196	140.235
Total	**191.672**	**176.261**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	**21.849**	**25.213**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(14.153)	(19.118)
Lucro Bruto	**7.696**	**6.095**
Receitas/(Despesas) Operacionais	(11.587)	(19.953)
Equivalência Patrimonial	665	69.703
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(3.226)**	**55.845**
Resultado Financeiro	2.577	1.424
Resultado antes dos Tributos	**(649)**	**57.269**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(4.928)
Prejuízo/Lucro do Período	**(651)**	**52.341**

11.9.2 Cabos Brasil Europa S.A

Balanço Patrimonial	30/11/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	**436**	**635**
Não Circulante	**47**	**53**
Imobilizado	47	53
Total	**483**	**688**
Passivo		
Circulante	524	148
Não Circulante	372	
Patrimônio Líquido	(413)	540
Total	**483**	**688**

Demonstração do Resultado do Exercício	30/11/2018	31/12/2017
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.604)	(3.499)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.159)	(1.428)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(3.763)**	**(4.927)**
Resultado Financeiro	(56)	20
Resultado antes dos Tributos	**(3.819)**	**(4.907)**
Prejuízo do Exercício	**(3.819)**	**(4.907)**

As informações de 2018 estão apresentadas até 30 de novembro de 2018, data até a qual a Telebras possuía participação societária na coligada.

11.9.3 EllaLink Spain S.A

Balanço Patrimonial	30/11/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	**2.096**	**1.634**
Não Circulante	**-**	**16**
Realizável a Longo Prazo	-	16
Total	2.096	1.650
Passivo		
Circulante	835	823
Patrimônio Líquido	1.261	827
Total	**2.096**	**1.650**

Demonstração do Resultado do Exercício	30/11/2018	31/12/2017
Receitas/(Despesas) Operacionais	(177)	(64)
Resultado antes do Resultado Financeiro	**(177)**	**(64)**
Resultado Financeiro	22	5
Resultado antes dos Tributos	**(155)**	**(59)**
Tributos Diferidos	**(16)**	**15**
Prejuízo do Exercício	**(173)**	**(44)**

As informações de 2018 estão apresentadas até 30 de novembro de 2018, data até a qual a Telebras possuía participação societária na coligada.

12 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 era de R$ 2.806.288 (R$ 2.683.307 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R$ 40.878 (R$ 157.054 em 31 de dezembro de 2017), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R$ 3.948 (R$ 26.363 em 31 de dezembro de 2017).

No terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia entendeu que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC), já atendia a todas as condições para entrada em operação. Desta forma, foi realizado a mudança do "status" do satélite de "Em andamento" para "Em serviço". Como consequência, a Telebras, através dos seus especialistas (Engenheiros), estabeleceu que a vida útil econômica do satélite será de 17 anos. O valor reconhecido do Artefato Satelital e dos equipamentos terrestres e sujeitos a depreciação até 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 2.059.815. O valor da depreciação reconhecida no período de julho a dezembro de 2018 foi de R$ 65.086.

12.1 Movimentação do imobilizado no exercício

	Imobilizado								
	Bens e Instalações em Serviço								
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Custo de Aquisição									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**66.365**	**4.344**	**88.523**	**3.118**	**11.982**	**323.673**	**1.850**	**2.415.679**	**2.915.534**
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	588.720	588.720
Transferências Internas no Imobilizado	3	48	745	-	3.403	2.092.246	-	(2.096.445)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(2.230)	(2.230)
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(335.081)	(335.081)
Baixas	(1.149)	-	(324)	-	-	(2.022)	-	-	(3.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**65.219**	**4.392**	**88.944**	**3.118**	**15.385**	**2.413.897**	**1.850**	**570.643**	**3.163.448**
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(41.804)**	**(2.458)**	**(27.396)**	**(520)**	**(7.261)**	**(151.042)**	**(1.746)**	-	**(232.227)**
Depreciação e Amortização	(10.938)	(438)	(7.627)	(624)	(1.386)	(105.912)	(104)		(127.029)
Baixas	1.015	-	64	-	-	1.017	-		2.096
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(51.727)**	**(2.896)**	**(34.959)**	**(1.144)**	**(8.647)**	**(255.937)**	**(1.850)**	-	**(357.160)**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018	13.492	1.496	53.985	1.974	6.738	2.157.960	-	570.643	2.806.288
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	24.561	1.886	61.127	2.598	4.721	172.631	104	2.415.679	2.683.307
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%		

Em 31 de dezembro de 2018, estes ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável. A Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP.

Com relação à penhora ou aval em defesa de processos judiciais não há bens dados em garantia.

12.2 Bens totalmente depreciados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem reconhecido no imobilizado o valor de R$ 97.062 referente a bens totalmente depreciados. Estes bens estão registrados nos seguintes grupos:

Ativos:	31/12/2018
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	55.307
Equipamentos de Tecnologia da Informação	6.873
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	33.084
Outros Equipamentos	1.798
Total	**97.062**

12.3 Seguros

A Telebras tem contratado seguro para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O valor contratado é USD 395.471 e tem vigência de 1 (um) ano. O valor negociado do prêmio de seguro foi de R$ 5.134.

13 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2018 era de R$ 20.203 (R$ 19.371 em 31 de dezembro de 2017), conforme quadro abaixo.

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**21.114**	**3.946**	**6.878**	**31.938**
Aquisições	298	-	-	298
Transferências	2.230	-	-	2.230
Baixas	(234)	-	-	(234)
Saldo em 30 de setembro de 2018	**23.408**	**3.946**	**6.878**	**34.232**
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(12.567)**	**-**	**-**	**(12.567)**
Amortização	(1.298)	(164)		(1.462)
Saldo em 30 de setembro de 2018	**(13.865)**	**(164)**	**-**	**(14.029)**
Valor Contábil em 30 de setembro de 2018	**9.543**	**3.782**	**6.878**	**20.203**
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	**8.547**	**3.946**	**6.878**	**19.371**
Taxa de Amortização	**20,0%**			

Em 31 de dezembro de 2018, estes ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável.

Na rubrica "Direitos sobre Autorizações" está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem reconhecido no intangível o valor de R$ 12.575 referente à licença de uso de software totalmente amortizada.

14 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Pagar	12.490	10.551
Benefícios Sociais a Pagar	10	10
Mão-de-Obra Temporária	-	1
Total	**12.500**	**10.562**
Circulante	**12.500**	**10.562**

15 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R$ 47.431 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do PISP nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**47.938**
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.254**
Atualização de Provisão	643
Reversão de Provisão	(205)
Baixas por Pagamento no Período	(1.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**47.431**

16 GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o grupamento das mesmas. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R$ 13.998 (R$ 13.097 em 31 de dezembro de 2017) é composto pelos seguintes valores:

(i) R$ 13.097 referente ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item "d" divulgado em 3 de dezembro de 2010);

(ii) R$ 906 arrecadado na realização do leilão das sobras (frações) de ações referente ao grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 2 de março de 2016. O valor arrecado será creditado aos acionistas detentores dos direitos sobre estas sobras; e

(iii) R$ 5 referente a pagamentos realizados aos acionistas durante os nove meses de 2018.

17 FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de Operação	53.336	69.285
Fornecedores de Expansão	30.944	53.356
Total	**84.280**	**122.641**
Circulante	**84.280**	**122.641**

18 TRIBUTOS INDIRETOS

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	1.402	343
PIS	302	72
FUST	131	58
FUNTTEL	66	29
Taxas Federais	-	1.903
Outros Tributos Federais	-	434
Tributos Federais	1.901	2.839
ICMS	13.274	11.571
Tributos Estaduais	**13.274**	**11.571**
ISS	100	32
Tributos Municipais	**100**	**32**
Total	**15.275**	**14.442**
Circulante	**15.275**	**14.008**
Não Circulante	**-**	**434**

19 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

19.1 Provisão para riscos prováveis

19.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

	31/12/2018			31/12/2017		
Natureza	Valor Provisionado (A)	Depósitos Judiciais Vinculados (B)	Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)	Valor Provisionado (A)	Depósitos Judiciais Vinculados (B)	Provisão Líquida dos Depósitos (A-B)
Cível	35.189	4.313	30.876	37.762	3.698	34.064
Trabalhista	9.686	828	8.858	10.015	2.537	7.478
Tributária	1.017	41	976	1.010	38	972
Total	**45.892**	**5.182**	**40.710**	**48.787**	**6.273**	**42.514**
Circulante	**14.318**	**4.563**	**9.755**	**19.735**	**4.081**	**15.654**
Não Circulante	**31.574**	**619**	**30.955**	**29.052**	**2.192**	**26.860**

19.1.2 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

	31/12/2018			31/12/2017
Natureza/Objeto das Ações	Provisões (A)	Depósitos Judiciais (B)	Provisões Líquidas (A-B)	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais (Saldo)
Cíveis				
Ilegalidade na Venda de Ações (fraude)	4.037	3.221	816	1.195
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	19.890	-	19.890	16.623
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	406	128	278	160
Outros Processos	10.855	963	9.892	16.086
Total	**35.188**	**4.312**	**30.876**	**34.064**
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	2.771	30	2.741	2.522
Readmissão de Pessoal	-	-	-	338
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	211	-	211	194
Responsabilidade Subsidiária	1.416	356	1.060	1.111
Outros Processos	5.289	442	4.847	3.313
Total	**9.687**	**828**	**8.859**	**7.478**
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.017	42	975	972
Total	**1.017**	**42**	**975**	**972**
TOTAL GERAL	**45.892**	**5.182**	**40.710**	**42.514**
Circulante	**14.318**	**4.563**	**9.755**	**15.654**
Não Circulante	**31.574**	**619**	**30.955**	**26.860**

19.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2017	**48.787**
Adições Líquidas	4.879
Reversão de Provisões	(6.350)
Juros Incorridos	4.534
Atualização Monetária	1.390
Baixas	(7.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**45.892**
Circulante	**14.318**
Não Circulante	**31.574**

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

19.2 Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Cível	76.308	38.359
Trabalhista	2.870	7.023
Tributária	25.750	25.415
Total	**104.928**	**70.797**

19.2.1 Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis		
VPA´S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	7.919	8.570
Ilegalidade na Venda de Ações	3.915	3.682
Execução Fiscal	-	20.890
Processo de Cisão Sistema Telebras	18.402	
Cancelamento de Contrato Implementação PNBL	38.371	-
Outros Processos	7.701	5.217
Total	76.308	38.359
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	420	560
Progressão Salarial	809	746
Outros Processos	1.641	5.717
Total	2.870	7.023
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.621	24.279
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	29	28
Diversas Origens	1.100	1.108
Total	**25.750**	**25.415**
Total Geral	**104.928**	**70.797**

20 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Credores:	31/12/2018	31/12/2017
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	128.479	134.477
Acordo Judicial FUNCEF	59.257	61.072
Total	**323.285**	**331.098**
Circulante	**16.008**	**14.851**
Não Circulante	**307.277**	**316.247**

20.1 Movimentação do período

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**336.404**
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**331.098**
Juros e Variação Monetária	16.123
Amortização de Principal	(5.344)
Pagamento de Juros	(18.592)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**323.285**

20.2 Cronograma de pagamento da dívida

Anos:	PREVI	FUNCEF	Total
2019	11.348	4.660	16.008
2020	10.696	3.965	14.661
2021	10.696	3.965	14.661
2022	10.696	3.965	14.661
2023	10.696	3.965	14.661
2024 em diante	74.346	38.738	113.084
Total	**128.478**	**59.258**	**187.736**

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R$ 135.549 estar suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

20.3 Descrição resumida dos termos acordados

20.3.1 VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda ("VT UM") celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados "TV Interativa", Globo Economia" e "Globofax".

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou, dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativos a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2018, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial da Telebras no montante de R$ 135.549 (R$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

20.3.2 Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

20.3.3 Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos à Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R$ 66.080 de principal e R$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição, e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê, que em caso de atraso das parcelas semestrais, incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

21 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R$ 1.874.451 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 1.329.601 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e estava atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 e setembro de 2017 esse valor foi transferido para o patrimônio

líquido por atender aos critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial e, em dezembro de 2017, o valor foi incorporado ao capital social da Companhia.

No exercício de 2018, a Companhia recebeu aportes da União no valor de R$ 450.000.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em 31 de dezembro de 2018 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reatiavação da Telebras S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.817.877**	**238.663**	**155.586**	**5.624**	**15.903**	**2.233.653**
Adiantamentos Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Valor Residual da Capitalização - Atualização Monetária	11.802	3.578	2.187	-	-	17.567
Atualização Monetária	162.444	16.479	10.212	558	1.230	190.923
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.256.155**	**65.037**	**2.227**	**6.182**	**-**	**1.329.601**
Adiantamentos Recebidos	329.000	121.000	-	-	-	450.000
Atualização Monetária	87.696	6.614	143	397	-	94.850
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.672.851**	**192.651**	**2.370**	**6.579**	**-**	**1.874.451**

22 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Principal	267.249	240.380
Atualização Monetária	10.459	10.459
Juros	5.098	639
Total - Bruto	**282.806**	**251.478**
Custo de Transação	(26.869)	-
Total - Liquido do Custo de Transação	**255.937**	**251.478**
Circulante	-	**39.003**
Não Circulante	**255.937**	**212.475**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	249.514
Variação Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**251.478**
Adição	26.869
Juros Incorridos no Período	7.573
Juros Pagos	(3.114)
Custo de Transação	(26.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**255.937**

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 é apresentado a seguir:

Anos:	
2020	29.547
2021	50.652
2022	50.652
2023	50.652
2024	50.652
2025	50.651
Total	**282.806**

22.1 Contrato original

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

22.2 Aditivos contratuais

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias. As modificações estão assim definidas:

(i) suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018;

(ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos;

(iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados;

(iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R$ 5.471 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato; e

(v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

(i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspensa no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020;

(ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019;

(iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos;

(iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025; e

(v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R$ 21.397 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

22.3 Covernants

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

22.4 Garantias

A Telebras estabeleceu como garantia ao financiamento, bens do ativo imobilizado e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

23 RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha registrado o montante de R$ 528.969 (R$ 607.209 em 31 de dezembro de 2017), que foi repassado pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC).

A partir do terceiro trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R$ 3.040.

O adiantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), no valor de R$ 60.000, recebido no ano de 2017 como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) para prestação de serviço no âmbito do Programa GESAC foi totalmente realizado pela entrega da garantia de banda satelital no ano de 2018.

A movimentação das receitas diferidas no exercício de 2018 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCTIC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**547.209**	**60.000**	**607.209**
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(18.240)	-	(18.240)
Baixa de Receita Vinculada ao Contrato GESAC	-	(60.000)	(60.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**528.969**	**-**	**528.969**
Circulante	**36.481**	**-**	**36.481**
Não Circulante	**492.488**	**-**	**492.488**

24 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2018	31/12/2017
Retenções Passivas Tributárias	12.540	9.311
Retenções Passivas não Tributárias	48	14
Outras Obrigações	229	229
Total	**12.817**	**9.554**
Circulante	**12.817**	**9.554**

25 CREDORES EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES – PROCESSO DE CISÃO

Em dezembro de 2018, a Administração da Companhia decidiu pela baixa de passivo, cujo objeto era obrigação originada do processo de cisão do Sistema Telebras. Este passivo representava obrigação constituída em decorrência do recebimento de depósitos judiciais revertidos (creditados) em favor da Telebras. O registro como passivo justificava-se tendo em vista que tais depósitos foram transferidos contabilmente para a holding (Telesp atual Telefônica) que foi criada quando do processo de cisão do Sistema Telebras mediante certas condições. Tais valores foram creditados à Telebras devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Estes valores foram creditados entre os anos de 1998 e 2008 e foram atualizados com base na variação da taxa Selic até o ano de 2014, sendo que o montante do principal recebido totalizou R$ 15.949 e o valor provisionado de encargos financeiros foi de R$ 32.733, totalizando R$ 48.682.

O motivo para a baixa de tal passivo deve-se ao fato de que este assunto vem sendo tratado na esfera judicial e de a Telebras ter obtido decisão favorável em duas instâncias sobre processos que tratam deste passivo. A Telebras defende em juízo a tese da prescrição ou de inexigibilidade da obrigação por meio de supressio (perda do direito em razão do não exercício de uma pretensão gerando a expectativa na outra parte de que não será exigida). Além do mais, a Companhia alega também a inexecução da obrigação a cargo da Telesp (atual Telefônica) no prazo de 90 dias da desestatização, que era de substituir as garantias prestadas pela Telebras à época da cisão.

A Gerência Jurídica emitiu um parecer informando a existência de decisão favorável à tese da Telebras em duas instâncias e avaliou o risco de perda da ação, qualificando-o como possível. Desta forma, a Administração da Companhia optou pela baixa do passivo e o consequente tratamento deste como um passivo contingente (Nota Explicativa 19.2), dentro do escopo do CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingente.

Os efeitos da baixa deste passivo serão reconhecidos da seguinte forma: i) o valor principal de R$ 15.949 será reconhecido como receita na rubrica de Outras Receitas Operacionais; e II) o valor dos encargos financeiros provisionados no valor de R$ 32.73

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R$ 1.594.667, representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

Em 11 de janeiro de 2018, a 103ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento de capital da Telebras, que passou de R$ 263.145 para R$ 1.594.667, com os efeitos considerados em 31 de dezembro de 2017. O aumento representou a emissão de 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

26.1.1 Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2018 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	35.130.273	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.446	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP	0	0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	**39.272.779**	**100,00%**	**Total**	**10.332.711**	**100,00%**	**Total**	**49.605.490**	**100,00%**

26.1.2 Valor Patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2018	31/12/2017
Capital total em ações		
Ordinárias	39.272.779	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
Total (A)	**49.605.490**	**49.605.490**
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	**193**	**193**
Ações em circulação		
Ordinárias	39.272.586	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
Total (A-B)	**49.605.297**	**49.605.297**
Patrimônio Líquido (R$ mil)	**370.434**	**589.821**
Valor Patrimonial por ação em circulação (R$ 1,00)	**7,4676**	**11,8903**

26.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e de forma direta sobre o investimento na coligada EllaLink Spain S.A, em que a Telebras detinha uma participação societária de 35%.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores reconhecidos nesta rubrica referente às participações societárias nas coligadas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A foram baixados contra o resultado da Companhia, tendo em vista a alienação destas participações.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(139)**	**8.645**	**170**	**26**	**8.702**
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	(30)	-	-	-	(30)
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa	-	5.690	(236)	-	5.454
Equivalência Patrimonial sobre Variação de Percentual de Participação	-		245	-	245
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior	-	-	-	48	48
Baixa por Alienação de Investimentos			(179)	(74)	(253)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(169)**	**14.335**	**-**	**-**	**14.166**

26.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2017. A reapresentação ocorre em função de o valor apresentado no exercício de 2017 ter sido divulgado considerando o cálculo proporcional da quantidade de ações emitidas, quando do aumento de capital. A reapresentação considera a quantidade total de ações emitidas e em circulação em 31 de dezembro de 2018 e tem por objetivo estabelecer uma comparação entre os períodos apresentados

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Componentes do Cálculo:	31/12/2018	31/12/2017 Divulgado	31/12/2017 Reapresentado
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	**(224.851)**	**(243.817)**	**(243.817)**
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação			
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(178.017)	(198.501)	(193.032)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(46.834)	(45.316)	(50.785)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	39.272	12.204	39.272
Ações preferenciais – básicas e diluídas	10.332	2.786	10.332
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,5329)	(16,2656)	(4,9153)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,5329)	(16,2656)	(4,9153)

27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Origem:	31/12/2018	31/12/2017
Serviço de Comunicação e Multimídia [i]	169.442	98.758
Locação de Capacidade Satelital [ii]	78.240	-
Alugueis e Locações [iii]	12.320	7.093
Receita Operacional Bruta	**260.002**	**105.851**
Tributos sobre Receita	(59.743)	(31.937)
Descontos Concedidos	(607)	(621)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(60.350)**	**(32.558)**
Receita Operacional Líquida	**199.652**	**73.293**

[i] O crescimento da receita de Serviço de Comunicação e Multimídia é explicado pelo reconhecimento da receita de novos contratos, principalmente DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

[ii] A partir do terceiro trimestre de 2018, a Telebras passou a reconhecer no resultado da Companhia a receita de locação de capacidade Satelital pela utilização da Banda X pelo Ministério da Defesa. O valor será reconhecido mensalmente por um período de 15 (quinze) anos, que representa o período de utilização do satélite SGDC conforme contrato firmado entre as partes. O valor mensal a ser reconhecido é de R$ 3.040. Também está incluso nesta rubrica, o valor de R$ 60.000 referente à realização de receita do contrato firmado entre a Telebras e o MCTIC para prestação de serviços no âmbito do programa GESAC. Este valor se refere à entrega da reserva de banda Satelital conforme cláusula contratual. (Nota Explicativa 23)

[iii] A receita de alugueis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores. O crescimento é justificado pelo aumento da receita de locação de roteadores em função dos novos contratos, principalmente DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

28 CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação e Amortização	(124.400)	(58.324)
Meios de Conexão e Transmissão	(77.709)	(26.782)
Serviços de Terceiros	(49.403)	(46.330)
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)
Pessoal	(16.316)	(13.809)
Alugueis, Locações e Seguros	(4.641)	(2.513)
Tributos	(2.166)	(1.416)
Material	(268)	(642)
Total	**(317.886)**	**(193.246)**

Despesas Comerciais	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(18.788)	(16.559)
Serviços de Terceiros	(3.280)	(2.812)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)
Alugueis, Locações e Seguros	(944)	(300)
Material	(77)	(44)
Depreciação e Amortização	(29)	(20)
Tributos	(7)	(9)
Total	**(26.173)**	**(44.278)**

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(40.971)	(36.167)
Serviços de Terceiros	(14.668)	(13.741)
Alugueis, Locações e Seguros	(4.834)	(4.703)
Depreciação e Amortização	(2.259)	(2.451)
Material	(520)	(68)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(220)	(16.922)
Tributos	(212)	(172)
Total	**(63.684)**	**(74.224)**

Aglutinado	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação e Amortização [i]	(126.688)	(60.795)
Meios de Conexão e Transmissão [ii]	(77.709)	(26.782)
Pessoal [iii]	(76.075)	(66.535)
Serviços de Terceiros [iv]	(67.351)	(62.883)
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)
Alugueis, Locações e Seguros [v]	(10.419)	(7.516)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa [vi]	(3.048)	(24.534)
Tributos	(2.385)	(1.597)
Material	(865)	(754)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP) [vii]	(220)	(16.922)
Total	**(407.743)**	**(311.748)**

[i] Depreciação e Amortização: O aumento é explicado pela entrada em operação no mês de julho de 2018 do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O montante do custo sujeito a depreciação em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 2.059.815 e inclui o custo do Artefato Satelital, os equipamentos e a infraestrutura terrestre. A depreciação reconhecida no período de julho a dezembro de 2018 totalizou R$ 65.076.

[ii] Meios de Comunicação e Transmissão: O acréscimo é justificado pela contratação de meios de conexão e transmissão (EILD) para atendimento da demanda de serviços, principalmente, aqueles vinculados aos contratos da DATAPREV e Ministério do Trabalho. No exercício de 2018, os custos com EILD totalizaram R$ 66.369 (R$ 11.342).

[iii] Pessoal: A variação é explicada pelos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial devido às promoções por mérito e antiguidade concedido em dezembro de 2018; ii) aumento do quadro de colaboradores; e iii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho/18 eram capitalizados como custo de construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados.

[iv] Serviços de Terceiros: O crescimento é explicado pelo aumento das seguintes rubricas: i) custos com manutenção da planta (R$ 37.411 em 2018 - R$ 33.479 em 2017), que ocorreu em decorrência de reajustes contratuais e expansão da rede; e ii) custos com energia elétrica (R$ 7.580 em 2018 - R$ 4.946 em 2017), em decorrência da expansão da rede e instalação das estações de acesso (gateways). Estes custos foram parcialmente amortizados pela redução dos custos com serviços de internet ligados à prestação dos serviços, que tiveram uma diminuição de R$ 3.445 em relação aos valores reconhecidos em 2017.

[v] Alugueis, Locações e Seguros: O aumento é explicado pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao satélite. O valor reconhecido de competência do ano de 2018 foi de R$ 2.140.

[vi] Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa: A redução é justificada pela constituição em dezembro de 2017 de perdas estimadas no valor de R$ 22.437. Este valor teve origem no contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5)

[vii] Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): A diminuição é explicada pela baixa em dezembro de 2017 de valores a receber que estavam provisionados no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL. O valor baixado foi de R$ 16.475 e a justificativa para a baixa foi que este ativo não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, conforme CPC 00(R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, pois não havia expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que havia incerteza quanto ao recebimento de tais valores pela Telebras.

29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas Operacionais		
Ganho sobre Passivo	16.352	16.112
Receita da Alienação de Ativos [i]	9.547	-
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.350	104
Recuperação de Tributos	2.485	-
Multas sobre Contas a Receber	65	77
Recuperação de Depósitos Judiciais	16	620
Outras Receitas Operacionais	520	40
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.524)	(1.477)
Total	**33.811**	**15.476**
Outras Despesas Operacionais		
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.879)	(705)
Tributos [ii]	(4.223)	(9)
Multas sobre Passivos	(2.733)	(200)
Multas sobre Tributos	(820)	(479)
Patrocínios	(479)	(648)
Perda na Baixa de Ativo Fixo	(194)	-
Pessoal	(116)	(300)
Baixa de Ativos por Perdas [iii]	(36)	(10.105)
Outras Despesas Operacionais	(19)	(43)
Total	**(13.499)**	**(12.489)**
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	**20.312**	**2.987**

[i] Representa o valor recebido pela alienação das participações societárias nas empresa Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A em operação de permuta, que envolveu a alienação das participações societárias nestas empresas e a aquisição de Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil a Portugal. (Nota Explicativa 1.7)

[ii] Refere-se a pagamentos de tributos devidos em função de autuações realizadas pelos fisicos estaduais e regularizações em função de reescrita fiscal.

[iii] A redução é explicada pela baixa de ativos no exercício de 2017, pelo fato de que tais ativos não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento destes ativos. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Os principais valores baixados tiveram origem em valores a receber de colaboradores cedidos a órgãos governamentais (R$ 1.881) e a ANATEL (R$ 8.150).

30 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos [i]	4.186	14.342
Juros sobre Aplicações Financeiras Temporárias	2.760	2.630
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.512	2.478
Juros sobre Disponibilidades – Aplicações Financeiras [ii]	2.207	4.710
Juros sobre Contas a Receber	402	617
Juros sobre Capital Próprio	103	46
Descontos Financeiros sobre Passivo	23	276
Tributos sobre Receitas Financeiras	(578)	(2.127)
Subtotal	**11.615**	**22.972**
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções [iii]	(52.965)	(34.548)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(16.124)	(15.620)
Juros sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.534)	(4.186)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos [iv]	(3.840)	-
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.390)	(776)
Juros sobre Tributos	(835)	(76)
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros - Processo de Cisão Sistema Telebrás [v]	32.733	-
Outras Despesas Operacionais	(16)	(14)
Subtotal	**(46.971)**	**(55.220)**
Resultado Financeiro	**(35.356)**	**(32.248)**

[i] A diminuição é explicada pelo reconhecimento no exercício de 2017 dos juros e variação monetária sobre tributos federais a compensar e/ou a recuperar.

[ii] A redução justifica-se pela diminuição dos recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras.

[iii] A partir do mês de julho de 2018, o encargo financeiro gerado com a atualização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com base na taxa SELIC, deixou de ser capitalizado e passou a impactar o resultado da Telebras. Esta mudança no tratamento dos encargos de AFAC ocorreu pela entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

[iv] Representa os juros que deixaram de ser capitalizados em função da entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) a partir de julho de 2018.

[v] Trata-se da baixa da provisão de encargos financeiros vinculados ao passivo originado do processo de cisão do Sistema Telebras. (Nota Explicativa 25)

31 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em "**Plano PBS-A**" e "**Planos de Patrocinadoras**". A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

31.2 Planos patrocinados pela Telebras

31.2.1 Plano PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição, que estão sendo negociadas entre as partes interessadas. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da Telebras com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento (Regulamento do PBS-A), estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;

(ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;

(iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;

(iv) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;

(v) Dotações das patrocinadoras; e

(vi) Receitas de aplicação do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano contava com 453 assistidos, conforme apresentado abaixo:

Assistidos:	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade	453	440
Idade média (anos)	74,30	73,06
Benefício médio (R$)	7.841,67	8.321,64

31.2.1.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 M desagravada em 10%
Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,54%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2026, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,39%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,04% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 9,39%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,04% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 98,20%
Fator de Capacidade para benefícios: 98,20%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa de inflação para 2019.
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

31.2.1.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Valor dos Ativos a Mercado [i]	12.654.633	11.599.815
Exigível Operacional[ii]	(29.882)	(23.442)
Exigível Contingencial [ii]	(702.685)	(659.083)
Fundos [ii]	(2.750.576)	(2.215.840)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**9.171.490**	**8.701.450**

[i] Valor informado pela Telebrás, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.
[ii] Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2018	31/12/2017
Renda Variável	0,72%	1,44%
Renda Fixa	94,24%	92,83%
Investimentos Estruturados	0,03%	0,19%
Investimentos em Imóveis	4,26%	4,66%
Empréstimos a Participantes	0,75%	0,88%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**749.444**	**752.359**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	70.363	82.871
Benefícios Pagos pelo Fundo	(51.944)	(50.957)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	22.091	(34.829)
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**789.954**	**749.444**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**602.773**	**578.207**
Custo dos Juros	56.593	63.689
Benefícios Pagos pelo Fundo	(51.944)	(50.957)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	89.314	11.834
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**696.736**	**602.773**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	(89.314)	(11.834)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos dos Plano	22.091	(34.829)
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**(67.223)**	**(46.663)**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos Juros	(56.593)	(63.689)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	70.363	82.871
Resultado	**13.770**	**19.182**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos do Plano	789.954	749.444
Valor Presente da Obrigação	(699.736)	(602.773)
Superávit	**90.218**	**146.671**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2018	31/12/2017
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	146.671	174.152
Despesas do ano	13.770	19.182
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(67.223)	(46.663)
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**93.218**	**146.671**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

Receita/Despesas Estimadas	31/12/2018
Juros sobre Obrigações Atuariais	(61.641)
Rendimento esperado dos Ativos	69.888
Resultado	**8.247**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$696.736 e ativo líquido de R$789.954, tendo como resultado o excedente atuarial de R$93.218, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

31.2.2 Plano PBS - Telebras

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da Telebras e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da Telebras.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-Telebras, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-Telebras passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da Telebras, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, é realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
(ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
(iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
(iv) Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
(v) Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
(vi) Dotação da patrocinadora; e
(vii) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2018 com 16 participantes ativos e 100 assistidos, conforme apresentado abaixo.

	Participantes			
	31/12/2018		31/12/2017	
Participantes/Assistidos	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	16	100	18	98
Idade média (anos)	61,44	68,4	61,37	66,71
Tempo de serviço médio (anos)	38,25	-	38,35	-
Salário médio (R$)	10.488,78	-	11.250,24	-
Benefício médio (R$)	-	14.098,27	-	8.091,81

31.2.2.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,89%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 9,81%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,44% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa nominal do custo dos juros: 9,81%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,44% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa de Rotatividade: 0,00%
Taxa real de crescimento salarial: 1,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00
Fator de Capacidade para salários: 98,20%
Fator de Capacidade para benefícios: 98,20%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa para 2019.
Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

31.2.2.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Valor dos Ativos a Mercado	451.054	408.928
Exigível Operacional[(i)]	(265)	(237)
Exigível Contingencial [(i)]	(11.530)	(11.765)
Fundos [(i)]	(214.021)	(194.847)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**225.238**	**202.079**

[(i)] Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2018	31/12/2017
Renda Fixa	98,10%	98,29%
Investimentos Estruturados	1,73%	1,50%
Empréstimos a Participantes	0,17%	0,21%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**202.079**	**191.287**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	19.814	20.809
Benefícios Pagos pelo Fundo	(13.161)	(11.869)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	16.506	1.852
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**225.238**	**202.079**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**169.905**	**167.077**
Custo dos Juros	16.659	18.176
Custo dos Serviços	3	4
Benefícios Pagos pelo Fundo	(13.161)	(11.869)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	25.208	(3.483)
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**198.614**	**169.905**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	(25.208)	3.483
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	16.506	1.852
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**(8.702)**	**5.335**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Custo do Serviço Corrente	(3)	(3)
Custo dos Juros	(16.659)	(18.176)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	19.814	20.809
Resultado	**3.152**	**2.630**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação	(198.614)	(169.605)
Valor Justo dos Ativos do Plano	225.238	202.079
Superávit	**26.624**	**32.474**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2018	31/12/2017
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**32.175**	**24.210**
Despesas do ano	3.152	2.630
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(8.702)	5.335
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**26.625**	**32.175**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2018
Juros sobre Obrigações Atuariais	(18.295)
Custo do Serviço Corrente	(3)
Rendimento esperado dos Ativos	20.748
Resultado	**2.450**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 198.614 e ativo líquido de R$ 225.238, tendo como resultado o excedente atuarial de R$ 26.624, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

31.2.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

O plano não foi objeto de avaliação atuarial por parte da Telebras em 31 de dezembro de 2018, sendo que os valores foram extraídos do balancete da SISTEL datado de 31 de dezembro de 2018.

Resultado do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas e Fundos	3.833.019	3.665.050
Outros Exigíveis	77.101	73.373
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	**3.910.120**	**3.738.423**
(-) Total dos Ativos do Plano	3.946.183	3.772.311
(=) Superávit Acumulado	**36.063**	**33.888**

31.2.4 Plano Telebras PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a: (i) Auxílio-doença; (ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão; e (iii) Pensão por morte de participante.

Os benefícios programados se referem a: (i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão; e (ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições de Participante;

- **a)** Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
- **b)** Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
- **c)** Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
- **d)** Contribuições para os benefícios de risco.

(ii) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2018, com 330 participantes ativos e 223 assistidos.

	Participantes			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	330	223	285	218
Idade média (anos)	47,33	65,7	48,58	65,7
Tempo de serviço médio (anos)	19,52	-	19,32	-
Salário médio (R$)	8.853,07	-	9.381,83	-
Benefício médio (R$)	-	5.801,20	-	5.525,73

31.2.4.1 Premissas atuariais

i) Premissas Biométricas:
Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
ii) Premissas Econômicas:
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,89%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 10,16%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
Taxa nominal do custo dos juros: 10,16%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício

Taxa de Rotatividade: 0%
Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios: 1,00%
Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%
Fator de Capacidade para salários: 98,20%
Fator de Capacidade para benefícios: 98,20%
Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa de inflação para 2019.
iii) Outras Premissas:
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

31.2.4.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Valor dos Ativos a Mercado	915.611	767.979
Exigível Operacional[(i)]	(489)	(466)
Exigível contingencial [(i)]	(27.803)	(11.540)
Fundos [(i)]	(375.017)	(335.911)
Valor Justo dos Ativos do Plano	**512.302**	**420.062**

[(i)] Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

Investimentos	31/12/2018	31/12/2017
Renda Variável	0,00%	0,07%
Renda Fixa	98,11%	98,11%
Investimentos Estruturados	1,50%	1,38%
Empréstimos a Participantes	0,39%	0,44%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	**420.062**	**348.515**
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	42.676	37.914
Contribuições Recebidas pelo Fundo	4.437	3.925
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.574)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	61.770	46.282
Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício	**512.302**	**420.062**

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício	**366.805**	**346.006**
Custo dos Juros	37.265	37.641
Custo dos Serviços	109	90
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.574)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	45.309	(358)
Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício	**432.845**	**366.805**

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	(45.309)	358
Ganhos(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	61.770	46.282
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	**16.461**	**46.640**

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Custo do Serviço Corrente	(109)	(90)
Custo dos Juros	(37.265)	(37.641)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	42.676	37.914
Resultado	**5.302**	**183**

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação	(432.845)	(366.805)
Valor Justo dos Ativos do Plano	512.302	420.062
Superávit	**79.457**	**53.257**

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2018	31/12/2017
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	**53.257**	**2.509**
Despesas do ano	5.302	183
Pagamento de Contribuições	4.437	3.925
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	16.461	46.640
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício	**79.457**	**53.257**

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2018
Juros sobre Obrigações Atuariais	(39.871)
Custo do Serviço Corrente	(119)
Rendimento esperado dos Ativos	47.190
Resultado	**7.200**

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R$ 432.845 e ativo líquido de R$ 512.302, tendo como resultado o excedente atuarial de R$ 79.457, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

31.3 Taxas de descontos

As taxas de descontos para os planos no início do exercício (custo dos juros) e as taxas de rendimento esperada sobre os ativos dos planos estão apresentadas a seguir:

Taxas:	Telebras PBS-A	PBS-Telebras	Telebras PREV
Taxa de Desconto no Início do Exercício (Custos dos Juros)	9,39%	9,81%	10,16%
Taxa de Rendimento Esperada sobre os Ativos do Plano no Início do Exercício	9,39%	9,81%	10,16%

32 PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 89,45% das ações ordinárias da Companhia (Nota Explicativa 26).

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

32.1 Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	2.877	2.184
Benefícios de Curto Prazo	852	455
Total	**3.729**	**2.639**

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatuários, mas não concede aos conselheiros.

32.2 Transações com partes relacionadas

Balanço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado
Ativo	**108.272**	**1.504.077**
a) Contas a Receber de Serviços	**63.910**	**40.862**
Entidades Governamentais:	45.890	38.726
Ministérios	34.804	29.538
Demais Entidades [(i)]	11.086	9.188
Petróleo Brasileiro S.A	188	76
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	3	6
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	93	616
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.709	1.333
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	15.027	105
b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(22.468)**	**(22.478)**
Ministérios e Demais Entidades (i)	(22.453)	(22.463)
Petróleo Brasileiro S.A	(15)	(15)
c) Cauções	**9.853**	**6.624**
Ministérios e Demais Entidades (i)	9.853	6.624
d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	**-**	**164**
EllaLink Spain	-	164
e) Dividendos a Receber	**11.547**	**11.547**
VISIONA	11.547	11.547
Imobilizado	**45.430**	**1.467.522**
f) Capitalização Encargos de AFAC	**41.886**	**173.942**
União Federal	41.886	173.942
g) Capitalização Encargos de Empréstimos	**3.544**	**9.475**
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	3.544	9.475
h) Adiantamento a Fornecedores	**-**	**1.284.105**
VISIONA	-	1.284.105
Passivo	**2.131.700**	**1.582.254**
i) Fornecedores	**1.312**	**1.175**
Centrais Elétrica de Rondônia S.A	17	10
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	478	480
Fundação Sistel de Seguridade Social	811	673
Imprensa Nacional	6	12
j) Empréstimos	**255.937**	**251.478**
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	255.937	251.478
k) Recursos Capitalizáveis - AFAC	**1.874.451**	**1.329.601**
União Federal	1.874.451	1.329.601

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado
Despesas	**(102.194)**	**(55.213)**
l) Compartilhamento de Instalações	**(30.938)**	**(31.659)**
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(6.345)	(6.445)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(5.741)	(9.141)
Eletrobras Furnas	(7.686)	(8.222)
Petróleo Brasileiro S. A	(11.166)	(7.851)
m) Meios de conexão e Transmissão	**(14.433)**	**(11.440)**
Amazonas Distribuidora de Energia S. A	(27)	(37)
Centrais Elétrica de Rondônia S. A	(63)	(87)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(8.577)	(8.667)
Eletrosul Centrais Elétricas S. A	(5.766)	(2.649)
n) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	**(18)**	**22.434**
Ministérios	(10)	22.441
Petróleo Brasileiro S. A	-	(15)
Entidade Governamentais	(8)	8
o) Despesas financeiras - AFAC	**(56.805)**	**(34.548)**
União Federal	(52.965)	(34.548)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(3.840)	-
Receitas	197.024	45.527
p) Receitas de Serviços - SCM	**113.619**	**45.448**
Entidades Governamentais:	83.595	34.458
Ministérios	32.812	12.361
Demais Entidades [i]	50.783	22.097
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	18.536	631
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	8.708	8.000
Petróleo Brasileiro S. A	283	86
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1.477	866
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	29	5
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	991	1.402
q) Alugueis e Locações	**83.405**	**79**
Entidades Governamentais:	78.297	78
Ministérios	78.274	30
Demais Entidades (i)	23	48
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	5.105	-
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	3	1

[i] Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas as Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Alugueis e Locações de equipamentos a ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União seja o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado;

b) Trata-se de estimava de perdas com crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM) e Alugueis e Locações de Equipamentos. Do montante estimado, R$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços conforme contratos. Dentre os valores caucionados encontra-se o montante de R$ 5.604 retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014;

d) Refere-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital na coligada EllaLink Spain, realizado em dezembro de 2017 no valor de 42 (R$ 164) e incorporado ao capital no primeiro trimestre de 2018;

e) Trata-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA;

f) Representa encargo financeiro capitalizado dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados à construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Este encargo tem como indexador a SELIC e é apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados. O valor corresponde apenas à capitalização do exercício em curso.

g) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), conforme item "j" apresentado abaixo. O valor dos encargos está apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados.

h) Refere-se a adiantamentos realizados à VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC);

i) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços e entidade de previdência privada;

j) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no valor original de R$ 240.380 (R$ 282.806 em 31 de dezembro de 2018, devido a aditivos acordados entre as partes) cujo objetivo foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC));

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano;

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano;

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se refere a alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação; (Nota Explicativa 22)

k) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

l) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos e estão vinculados a prestações dos serviços;

m) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Condutos e Backbone;

n) Refere-se à constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber pela prestação de serviços e alugueis e locações de equipamento e que não foram pagas e atendem aos critérios estabelecidos para constituição de perdas;

o) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC;

p) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

q) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Alugueis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

32.3 Compartilhamento de espaço físico

A Telebras e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP firmaram acordo de compartilhamento de espaço físico nos imóveis localizados nas cidades de Fortaleza (locado em nome da Telebras) e Rio de Janeiro (locado em nome da FINEP). O acordo assinado em 25 de agosto de 2018 prevê a cessão de espaço físico para acomodação de seus escritórios regionais, que considera a equivalência de espaços, serviços e toda a infraestrutura disponibilizada por uma parte à outra, sem contrapartidas adicionais. O acordo teve a anuência dos respectivos proprietários dos imóveis, que não se opuseram e não fizeram restrições quando da cessão. O acordo não prevê remuneração entre as partes pelos espaços cedidos.

33 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações:	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado
Pagamento de Tributos Federais através da Compensação de Tributos Federais Retidos	46.764	12.622
Encargos Financeiros Capitalizados [i]	45.619	183.417
Rendimentos Financeiros Capitalizados [i]	(4.606)	(26.363)
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S. A	-	28.769

[i] A capitalização dos encargos financeiros, líquidos dos rendimentos vinculados aos recursos que financiaram o projeto SGDC, cessaram em junho de 2018, quando a Administração entendeu que o satélite já se encontrava em condições de operação.

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações a respeito das alterações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 31 de outubro de 2018, quando foi julgado o mérito do Acordo entre as partes. Na decisão, o TCU solicitou mudanças nas cláusulas econômico-financeiras estabelecidas no Acordo. Após a conclusão das negociações, as partes assinaram o Termo Aditivo ao Acordo de Compartilhamento de Receitas de Capacidade Satelital e protocolaram a documentação que instruiu o Termo Aditivo junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise das alterações realizadas.

A Companhia manterá informados seus acionistas, o mercado e o público em geral acerca do fato acima relatado.

Brasília DF, 22 de fevereiro de 2019
WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Presidente
LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO
Diretoria Técnico-Operacional
JOSE ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores
ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHAES
Diretoria Comercial
RÔMULO BARBOSA
Diretoria de Governança
PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA
Contador CRC/DF 009658/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF
OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*)

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R$ 2.806.288 mil, conforme nota explicativa 12. A Administração avalia anualmente o risco de impairment de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico financeiras como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise da receita projetada, validação da taxa de desconto utilizada e recálculo do Fluxo de Caixa Descontado contido no Plano de Negócios do Satélite.

ÊNFASE

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebrás. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018, o valor de R$ 47.431 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis", saldo de R$ 1.874.451 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 1.331.522, autorizado pelo decreto presidencial s/nº de 19 de outubro de 2016. Ainda, de acordo com a Nota Explicativa nº 1.5, em 11 de janeiro de 2018, através da AGE 103, foi homologado o referido aumento de capital. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

Conforme Nota Explicativa nº 6 a companhia possui ICMS a recuperar no montante de R$ 96.412 mil. A companhia realizou contratação de consultoria especializada para conclusão do mapeamento dos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2018 encontra-se pendente de conciliação o montante de R$ 4.773 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2018 e não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda extinguir a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS 71.505/O-3 – T - SP
Sócio Responsável Técnico
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS – 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 54, inciso VII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2018). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S.S), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2019.
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Presidente do Conselho
Representante do MCTIC
WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Conselheiro Nato
Presidente da Telebras
RENATO RODRIGUES VIEIRA
Conselheiro Representante do MPDG
HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA
Conselheiro Independente
MÁRCIO BARREIRA CAMPELLO
Conselheiro Representante dos Acionistas Preferencialistas
LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas
ANDRÉ MÜLLER BORGES
Conselheiro Representante do MCTIC
FABRÍCIO DE SOUZA DUARTE
Conselheiro Representante dos Empregados da Telebras

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2018.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2018, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - **MACIEL AUDITORES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Adicionalmente, por unanimidade manifesta-se favorável a submissão da proposta de destinação do resultado do exercício à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.
MARCELO SENNA VALLE PIOTO
Presidente
Representante do Tesouro Nacional
FRANCKLIN ANDRADE MATTAR FURTADO CONSELHEIRO
Representante do MCTIC
AMIR GEORGE FRANCIS MATTA
Conselheiro Representante dos Acionistas Preferencialistas
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO
Conselheiro
Representante dos Acionistas Ordinaristas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes Maciel Auditores S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília-DF, 22 fevereiro de 2019.
WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Diretor Presidente
LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO
Diretor Técnico-Operacional
JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Diretor Administrativo-Financeiro
RÔMULO BARBOSA
Diretor de Governança
ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHÃES
Diretor Comercial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da - **MACIEL AUDITORES S.S.**, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Brasília/DF, 22 fevereiro de 2019.
WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Diretor Presidente
LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO
Diretor Técnico-Operacional
JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Diretor Administrativo-Financeiro
RÔMULO BARBOSA
Diretor de Governança
ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHÃES
Diretor Comercial

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2018.

O Comitê de Auditoria da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em consonância ao disposto no art. 71 do Estatuto Social da Companhia e art. 12, incisos II e III do Regimento Interno deste Comitê, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2018, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, este Comitê de Auditoria solicitou maior detalhamento sobre o plano de negócios no que tange ao assunto relativo ao *Impairment* Test para o ativo imobilizado, no parágrafo de Principais Assuntos de Auditoria – PAA, do relatório dos auditores independentes, o que foi atendido e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes - **MACIEL AUDITORES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.
MIGUEL DA SILVA NEUBERN JR
Presidente
LOURIVANA LIMA
Membro
ANDRÉ LUIS AMARAL OLIVEIRA
Membro

Brasília, 4 de abril de 2019
WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Presidente

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

UNIDADE SEDE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial - Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de Reais)

ATIVO CIRCULANTE	2018	2017
Disponibilidades	263.084	196.915
Clientes	36.850	28.193
Estoques	98.632	103.096
Impostos a Recuperar	3.782	6.821
Despesas Antecipadas	2.976	1.936
Outros Créditos	8.293	9.076
	413.617	346.037
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	2.034	3.386
Investimentos	2.303	2.303
Imobilizado	119.376	121.254
Intangível	1.672	2.120
	125.385	129.063
TOTAL DO ATIVO	539.002	475.100

PASSIVO CIRCULANTE	2018	2017
Fornecedores	2.294	3.661
Obrig.Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	3.837	9.716
Adiantamentos de Clientes	6.038	4.984
Provisões para Contingências	41.649	43.680
Provisões Diversas	10.412	10.772
Obrigações Societárias	15.557	3.372
Outras Obrigações	17.459	9.630
	97.246	85.815
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrig. Trab., Tributárias e Contribuições	-	-
Precatórios Judiciais	2.525	-
	2.525	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	378.460	378.460
Reservas	60.771	10.825
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-
	439.231	389.285
TOTAL DO PASSIVO	539.002	475.100

Demonstração dos Resultados dos Exercícios - Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de Reais).

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2018	2017
Mercado Interno	117.570	73.494
Mercado Externo	938	-
Prestação de Serviços e Revenda	16.768	21.652
	135.276	95.146
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		
Vendas Canceladas	(1.178)	(1.532)
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços	(43.331)	(28.594)
	(44.509)	(30.126)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	90.766	65.020
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	(58.118)	(45.174)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	32.648	19.846
Manutenção da Capacidade Estratégica	(34.762)	(32.030)
Despesas Administrativas	(74.143)	(66.115)
Despesas Comerciais	(2.865)	(5.296)
Despesas Tributárias	(2.704)	(2.778)
Despesas Diversas	(24.842)	(6.901)
Receitas Diversas	16.440	8.227
RESULTADO OPERACIONAL	(90.228)	(85.047)
Despesas Financeiras	(1.043)	(1.307)
Receitas Financeiras	17.083	17.450
Outras Despesas	(147)	(47)
Outras Receitas	4.893	7.083
Receita Orçamentária	152.157	168.142
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	82.715	106.274
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.873)	(23.077)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	64.842	83.197

Obs.: O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis completas, as Notas Explicativas, e os pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, estão à disposição dos interessados na sede da empresa e no site da IMBEL, www.imbel.gov.br

CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente

INGRID TIANE PIMENTEL DOS SANTOS
Contadora

CRC -DF 012551/0-9
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER Nº 01-CA, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, em sua 316ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.142, da Lei nº 6.404/76, e disposições estatutárias contidas no inciso IV, do Art. 56 do Estatuto Social, aprovado em 14/12/2017, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018 e, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres da TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES Registro CRC 2SP0 2123/0-9 "S" DF, de 07/03/2018 e da Auditoria Interna da IMBEL Nº 004-AI/2019 de 21/03/2018, Parecer do Conselho Fiscal, constante na ata nº 36, de 20 de março de 2019, manifesta-se favoravelmente, ao encaminhamento da Prestação de Contas da IMBEL e a Proposta de Destinação para Reserva de Lucros, à Assembleia Geral de Acionistas, referente ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2018.

Brasília, DF, 21 de março de 2019.

GENERAL DE EXÉRCITO SINCLAIR MAYER
Presidente do Conselho de Administração da IMBEL

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 135/DPC, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Reconhece, em caráter provisório, a Certificadora CBS LTDA. como entidade especializada na realização de vistorias, emissão de Certificados e outros em nome da Autoridade Marítima.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da competência que lhe confere o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e na conformidade da delegação outorgada pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em caráter provisório, a Certificadora CBS LTDA como entidade especializada na realização de vistorias, emissão de Certificados e outros em nome da Autoridade Marítima, nos termos do documento denominado "Serviços Autorizados" que segue em anexo a presente Portaria.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, na conformidade do documento anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC (1ª Revisão), e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 1º de março de 2019 a 31 de março de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 140/DPC, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria n o 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) (SP) - ZP-16, do Sr. CARLOS HERMANN GUILHERME MARTINS, número da CIR 403P2001009928, de acordo com o previsto na subalínea 6, da alínea a, do item 0236 (por decisão do prático em requerimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão), aprovadas pela Portaria no 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 946, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera o prazo da Consulta Pública da revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, estabelecido pela Portaria n. 561, de 26 de fevereiro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e o inciso VIII do artigo 1º do Anexo I do Decreto n. 9.666, de 2 de janeiro de 2019;

Considerando a relevância da etapa de divulgação e debate da proposta de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, previsto no parágrafo único do art. 51 da Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, além do inciso II do art. 26 e do parágrafo único do art. 61 do Decreto n. 7.217, de 21 de junho de 2010; e

Considerando o disposto na Portaria n. 561, de 26 de fevereiro de 2019, que tornou pública a realização de Consulta Pública sobre a revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Portaria n. 561, de 26 de fevereiro de 2019, para possibilitar o encaminhamento ao Ministério do Desenvolvimento Regional, até o dia 22 de abril de 2019, de sugestões que possam contribuir para o aperfeiçoamento da revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO H. RIGODANZO CANUTO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 933, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Marechal Thaumaturgo - AC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Marechal Thaumaturgo - AC, no valor de R$ 607.903,20 (seiscentos e sete mil, novecentos e três reais e vinte centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.002947/2019-19.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5 º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 939, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Diamante D'Oeste - PR, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Diamante D'Oeste - PR, no valor de R$ 1.972.852,98 (um milhão, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.001381/2018-17.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2018NE000464, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012 e 2018NE000465, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas, nos termos do art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5 º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6 º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7 º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 942, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Laguna - SC, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Laguna - SC, no valor de R$ 148.622,01 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e um centavo), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000223/2017-51.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2017NE000407, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5 º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6 º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7 º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 943, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ceres/GO, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ceres/GO, no valor de R$ 181.273,48 (cento e oitenta e um mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.001901/2018-83.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2018NE000227 e n. 2018NE000589, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100 e 0144; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 955, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Novo Aripuanã	Inundações -1.2.1.0.0	014	15/03/2019	59051.006710/2019-17
BA	Santa Cruz da Vitória	Tempestade Local Convectiva/Vendaval - 1.3.2.1.5	014	18/02/2019	59051.006682/2019-20
MG	Riachinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	05	28/01/2019	59051.006722/2019-33
PA	Novo Progresso	Enxurradas - 1.2.2.0.0	011	06/03/2019	59051.006703/2019-15
PR	Ivaiporã	Enxurradas - 1.2.2.0.0	12.603	21/03/2019	59051.006699/2019-87
RJ	Mangaratiba	Tempestade Local Convectiva/Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	4024	05/02/2019	59051.006543/2019-04
SC	Guaramirim	Tempestade Local Convectiva/Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1046	27/02/2019	59051.006680/2019-31
SC	Penha	Tempestade Local Convectiva/Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	3373	17/02/2019	59051.006698/2019-32

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 1º DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º da Resolução ANA nº 74, de 1º/10/2018, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e nº 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 435 - DECSON BEZERRA DE MEDEIROS FILHO, Rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 436 - JOSE WAGNER DE SOUSA ALMEIDA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 437 - CLAUDENILDO ALENCAR NOBREGA, rio Piancó, Município de Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 438 - HUGO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 439 - JOSE MANOEL DE SOUZA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 440 - RONALDO FARIAS DE LACERDA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 441 - MARCOS TAVARES FORMIGA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 442 - PEDRO CELESTINO DANTAS FILHO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 443 - FRANCINALDO GREGORIO ROCHA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 444 - ORISVALDO MOURA LIRA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 445 - VALERIANOARNAUD NETO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 446 - JOSE NILSON DA SILVA, Rio Muriaé, Município de ITALVA/RJ, irrigação.

Nº 447 - LUIZ LUZIEL ROSADO PEREIRA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 448 - JOSE ALVESFEITOSA FILHO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 449 - MANUEL MARREIRO NETO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 450 - ROBERTO BENIGNO DE SOUZA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 451 - ADRIANA CUNHA DE OLIVEIRA ASSIS, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 452 - MARINALDO QUEIROGA DE MOURA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 453 - FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 454 - FRANCISCO LACERDA DE MOURA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 455 - ESTEVAM DA SILVA PEREIRA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 456 - FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 457 - ERIEUDES FRANCISCO DINIZ, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 458 - CARLOS ANTONIO MARTINS FERNANDES, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 459 - JOSE JOCIVALDO PEREIRA MOURA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 460 - LUIZ MARTINS FILHO, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 461 - NELSON MOURA NOBRE, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 462 - JOSE MENDES DE ALMEIDA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 463 - GERALDO DE SOUSA SILVA, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 464 - LAZARO LACERDA ALVES, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 465 - GERALDO BRILHANTE DE SOUTO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 466 - ESPEDITO LOURENCO BATISTA, Rio Piancó, Município de CAJAZEIRINHAS/PB, irrigação.

Nº 467 - JEAN CARLOS DE SOUZA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 468 - JOSE VIEIRA GOMES, rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 469 - JOSEVALDO LEITE FERNANDES, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 470 - GERALDO LACERDA DE MOURA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 471 - ADONIAS ALVES FEITOSA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 472 - FRANCISCO DE ASSIS LUNGUINHO CAETANO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 473 - MARIA DO SOCORRO E SOUSA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 474 - MANOEL JOSE DE SOUSA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 475 - FRANCISCO BELCHIOR DE SOUSA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 476 - JOSE DA SILVA LIMA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 477 - EVERALDO MEDEIROS DE ALMEIDA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 478 - SEVERINO JOAO DA SILVA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 479 - FRANCISCA MARIA DA SILVA, Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 480 - VALDENOR JOSE DA SILVA, Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 481 - MARIA DO CARMO DE MOURA SOUSA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 482 - ANTONIO WANDERLEY FORMIGA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 483 - SEVERINO MARQUES NETO, Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 484 - WALDEMAR LACERDA DA SILVA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 485 - ANTONIO LIMA DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 486 - SEVERINO GOMES FERREIRA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 487 - ANTONIO DA SILVA VIEIRA FILHO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 488 - JOSE JANDILSON DOS SANTOS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 489 - JOSE MARCOS RODRIGUES DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 490 - HELIANE DE SOUSA ASSIS ALMEIDA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 491 - DAILSON ALVES DA SILVA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 492 - JOSE JUNIO DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 493 - CICERO MOURA DE LIMA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 494 - JOAO MOURA PEREIRA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 495 - JOSE FERREIRA CALADO NETO, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 496 - ARTEFIO FERREIRA DA SILVA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 497 - FRANCISCO AMANCIO DOS SANTOS FILHO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 498 - JOAO FERREIRA DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 499 - FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 500 - JOSE DA NOBREGA COSTA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 501 - KERLIS LACERDA DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 502 - RITA LIMA DE OLIVEIRA SILVA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 503 - JOAO ALVES DA SILVA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 504 - FRANCISCO JOSIAS NETO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 505 - JERCER JERONIMO PEREIRA DA SILVA, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 506 - JOSE ALVES DE ARAUJO, Rio Piranhas, Município de RIACHO DOS CAVALOS/PB, irrigação.

Nº 507 - GERALDO PEREIRA DE FARIAS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 508 - JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO, Rio Piancó, Município de CAJAZEIRINHAS/PB, irrigação.

Nº 509 - MANUEL JOSE DOS SANTOS, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 510 - ARLINDO MANOEL DE SOUSA, Rio Piancó, Município de CAJAZEIRINHAS/PB, irrigação.

Nº 511 - FRANCISCO DE ASSIS P DE SANTANA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 512 - MANOEL MOURA CAETANO, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 513 - EXPEDITO GOMES DE FARIAS, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 514 - FRANSUERES GERALDO DE QUEIROGA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 515 - FLEURIVAL DANTAS DE ASSIS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 516 - JOAO ALMEIDA ALVES, rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 517 - OTACILIO JOSE DE FREITAS, Rio Piranhas, Município de RIACHO DOS CAVALOS/PB, irrigação.

Nº 518 - MARIA MORAIS DA SILVA ALVES, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 519 - MANOEL SEVERINO DA SILVA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 520 - FRANCISCO DUTRA DA SILVA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 521 - HILDO FERREIRA DE ASSIS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 522 - HILDO FERREIRA DE ASSIS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 523 - LUCIENE BARBOSA FELINTO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 524 - EVILASIO DUTRA DOS SANTOS, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 525 - FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS, Rio Piancó, Município de CAJAZEIRINHAS/PB, irrigação.

Nº 526 - JOSE ANTONIO DE SOUSA, Rio Piranhas, Município de PAULISTA/PB, irrigação.

Nº 527 - JOSE CARLOS DE QUEIROZ SILVA, Rio Piancó, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 528 - GERALDO GOMES DANTAS, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 529 - ABRAAO ARAUJO MARREIRO, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 530 - WENDELL DE ASSIS NOBREGA, Rio Piranhas, Município de POMBAL/PB, irrigação.

Nº 531 - RANILSON DE SOUSA GALDINO, Rio Piancó, Município de CAJAZEIRINHAS/PB, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 141, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.804, de 20 de outubro de 1965 e os elementos que integram o Processo nº 19952.100024/2019-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a demolição dos acessórios com área de 113,12m² existentes no imóvel de propriedade da União, localizado na Rua Plácido Damiani, nº 30, Bairro Guadalupe, Município de Lages, Estado de Santa Catarina, objeto da Matrícula n.º 11.730, Livro 2, do 4º Oficio de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião; e

3) O julgamento do Processo nº 11831.005647/2008-27 (item 43) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 44 a 47. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 44 a 47, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
1 - Processo nº: 11080.721503/2016-61 - Recorrente: ESTIMAPAR INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: APURAÇÃO INCORRETA / REFLEXA
2 - Processo nº: 10935.005282/2009-91 - Recorrente: COUFORT - COMERCIO DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
TEMA 3: INTEMPESTIVIDADE
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
4 - Processo nº: 13116.721701/2013-53 - Embargante: DELEGADO DA DRF ANÁPOLIS-GO (Interessados: GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e FAZENDA NACIONAL)
TEMA 4: CUSTOS/DESPESAS
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
5 - Processo nº: 10830.005383/2003-44 - Recorrente: ITAIQUARA ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
6 - Processo nº: 10670.001061/2010-35 - Recorrente: CIPOL COMERCIO E INDUSTRIA PERES ARTACHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: CUSTOS/DESPESAS
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
7 - Processo nº: 10580.720002/2016-64 - Recorrentes: FUNDACAO ESCOLA DE ADMINISTRACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15586.720289/2017-77 - Recorrente: IZ! MARKETING COMUNICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 16682.720193/2014-31 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 16682.721535/2015-11 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16682.723002/2015-73 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
12 - Processo nº: 12448.727645/2012-65 - Recorrente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
13 - Processo nº: 16327.720875/2016-54 - Recorrente: BANCO ORIGINAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: DECADÊNCIA
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
14 - Processo nº: 10380.003837/2002-15 - Recorrente: SAGANOR S/A NORDESTE AUTOMOVEIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13709.000346/2002-52 - Recorrente: AMBIENT AIR AR CONDICIONADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: PAGAMENTOS/ANTECIPAÇÃO
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
16 - Processo nº: 13362.720388/2016-77 - Recorrente: RISA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: DEPÓSITO BANCÁRIO
17 - Processo nº: 10980.724526/2015-31 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: ÁGIO
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
18 - Processo nº: 10580.729192/2011-71 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
19 - Processo nº: 16561.720081/2017-07 - Recorrente: CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA PAULISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: SUBVENÇÃO INVESTIMENTO
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
20 - Processo nº: 10166.731074/2014-66 - Recorrente: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
21 - Processo nº: 10920.722089/2016-14 - Recorrente: MALWEE MALHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
22 - Processo nº: 12448.903849/2013-90 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 12448.903850/2013-14 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 12448.903847/2013-09 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 12448.903846/2013-56 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 12448.903845/2013-10 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 12448.903848/2013-45 - Recorrente: BNY MELLON PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
28 - Processo nº: 10980.909332/2008-84 - Recorrente: COMPANHIA DE INFORMATICA DO PARANA CELEPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10510.902377/2008-64 - Recorrente: FRISUL ALIMENTOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
30 - Processo nº: 10680.901222/2008-59 - Recorrente: INSTITUTO EFIGENIA VIDIGAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10680.912628/2009-48 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10880.934146/2008-10 - Recorrente: FABRICA DE MAQUINAS WDB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 16403.000262/2009-18 - Recorrente: AFEPON - AG. DE FOMENTO ECONOMICO DE PG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 15374.907565/2008-12 - Recorrente: METALAK COMERCIO INDUSTRIA DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: PER/DCOMP
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
35 - Processo nº: 13851.900249/2006-41 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL)
36 - Processo nº: 15374.971452/2009-43 - Recorrente: BR MALLS PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10855.903554/2009-18 - Recorrente: ALBA ADESIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
38 - Processo nº: 16306.000047/2007-53 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE
39 - Processo nº: 10070.001529/2002-41 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: NULIDADE
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
40 - Processo nº: 16306.000046/2007-17 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: IPI - REFLEXO
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
41 - Processo nº: 10980.724528/2015-20 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: SOLIDARIEDADE
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
42 - Processo nº: 10855.724560/2014-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SAFERPAK SERVICOS LTDA
TEMA 17: EFEITOS / OUTROS
Relator(a): ALLAN MARCEL WARWAR TEIXEIRA
43 - Processo nº: 11831.005647/2008-27 - Recorrente: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
44 - Processo nº: 11831.005643/2008-49 - Recorrente: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11831.005644/2008-93 - Recorrente: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11831.005645/2008-38 - Recorrente: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11831.005646/2008-82 - Recorrente: INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL SANTA MARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13896.000442/2004-01 - Recorrente: ROSENBAUM ORGANIZACAO DE FEIRAS E EVENTOS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13896.000624/2004-73 - Recorrente: HAGADE SERVICOS DE LOCACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 10680.913407/2009-97 (item 61) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 62 a 71. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 62 a 71, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

4) O julgamento do Processo nº 10825.906642/2009-11 (item 72) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 73 a 76. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 73 a 76, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNO DE PAUTA
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
1 - Processo nº: 12448.729486/2015-86 - Recorrentes: PEG CRED PROMOTORA DE VENDAS E PARTICIPACOES S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS - PASSIVO FICTÍCIO
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
2 - Processo nº: 10880.722254/2013-09 - Recorrentes: INBRANDS S.A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
3 - Processo nº: 19311.720082/2016-01 - Recorrentes: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 19311.720365/2017-25 - Recorrente: DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
5 - Processo nº: 10980.723507/2014-14 - Recorrente: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
6 - Processo nº: 10073.001574/2005-18 - Recorrente: GARCIA ATACADISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
7 - Processo nº: 13746.000094/2007-20 - Recorrente: INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: IRRF - PAGAMENTOS A BENEFÍCIÁRIOS NÃO IDENTIFICADO OU SEM CAUSA
8 - Processo nº: 10972.720010/2014-35 - Recorrente: ELETROZEMA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10166.725726/2015-12 - Recorrente: PAR A PAR PATRIMONIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: COFINS - APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
10 - Processo nº: 15586.001603/2008-28 - Recorrentes: FRIGOPAN FRIGORIFICO ABATEDOURO FUNDAO LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13116.722113/2015-07 - Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: PEDIDO DE INCLUSÃO EM PARCELAMENTO
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
12 - Processo nº: 10480.013490/2001-00 - Recorrente: CLINICA DO RIM DO CARPINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: EXIGÊCIA DE IRRF
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
13 - Processo nº: 10314.721501/2016-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARGILL AGRICOLA S A

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: REGIME DE TRIBUTAÇÃO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
14 - Processo nº: 10920.723057/2017-17 - Recorrente: TAIPA SECURITIZADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 12571.720014/2017-12 - Recorrente: BENEFICIADORA DE CEREAIS YAMAMOTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: IRRF - PAGAMENTOS A BENEFÍCIÁRIOS NÃO IDENTIFICADO OU SEM CAUSA
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
16 - Processo nº: 10280.720388/2010-01 - Recorrente: FLUMINENSE TRANSPORTADOR REVENDEDOR RE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13896.720457/2015-33 - Recorrente: CONCESSIONARIA SPMAR SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
18 - Processo nº: 13971.720051/2016-91 - Recorrente: ZONI SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: PER/DCOMP
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
19 - Processo nº: 13656.900572/2013-51 - Recorrente: GONCALVES SALLES S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13656.900573/2013-03 - Recorrente: GONCALVES SALLES S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
21 - Processo nº: 19679.000975/2004-25 - Recorrente: DFV-SERVICO DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
22 - Processo nº: 10580.720086/2006-64 - Recorrente: ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTE DE PRESUNÇÃO
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
23 - Processo nº: 19311.720226/2015-30 - Recorrente: RS CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
24 - Processo nº: 10920.002489/2006-20 - Recorrente: CLINICA DE REABILITACAO FISIOVILLE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: SUSPENSÃO DE ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
25 - Processo nº: 19515.720764/2017-08 - Recorrente: SAO PAULO FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: OMISSÃO DE RECEITAS - DIFERENÇAS ENTRE O declaraDO PARA OS FISCOS FEDERAL E ESTADUAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
26 - Processo nº: 19515.722815/2013-02 - Recorrente: COBRENET COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE METAIS E ELETROELETRONICOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 19515.722816/2013-49 - Recorrente: COBRENET COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE METAIS E ELETROELETRONICOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: OMISSÃO DE RECEITAS E IRRF
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
28 - Processo nº: 12448.729439/2015-32 - Recorrente: LUBRU CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 12448.729440/2015-67 - Recorrente: LUBRU CONSTRUCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: OMISSÃO DE RECEITAS
30 - Processo nº: 10314.720031/2017-57 - Recorrente: NOBELPACK EMBALAGENS E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15586.720009/2016-40 - Recorrente: LAVIGA COMERCIO ATACADISTA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
32 - Processo nº: 10950.723642/2016-71 - Recorrentes: ORIGINAL INDUSTRIA COMERCIO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
33 - Processo nº: 10945.001674/2008-81 - Recorrente: UNICON UNIAO DE CONSTRUTORAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 16: IRRF - PAGAMENTOS A BENEFÍCIÁRIOS NÃO IDENTIFICADO OU SEM CAUSA
Relator(a): NELSO KICHEL
34 - Processo nº: 13896.723151/2014-58 - Recorrente: TCE TRIUNFO COMERCIO E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 19515.721127/2014-06 - Recorrente: NIVEL A GINASTICA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: IPI - EXIGÊNCIA REFLEXA
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
36 - Processo nº: 11634.000538/2008-40 - Recorrente: MACEDONIA MOVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10882.001431/2007-43 - Recorrente: TOP LEATHER SINTETICOS IND. E COM. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: IRRF - RESTITUIÇÃO
Relator(a): CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
38 - Processo nº: 13502.000232/99-71 - Recorrente: ACRINOR ACRILONITRILA DO NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10166.015909/2007-16 - Recorrente: CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11610.005830/2001-51 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): NELSO KICHEL
41 - Processo nº: 16643.000387/2010-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SKF DO BRASIL LTDA
TEMA 20: PER/DCOMP
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
42 - Processo nº: 10783.905595/2010-65 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: LUCROS NO EXTERIOR
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
43 - Processo nº: 16561.000165/2007-41 - Recorrentes: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: IRRF - PAGAMENTOS A BENEFÍCIÁRIOS NÃO IDENTIFICADO OU SEM CAUSA
44 - Processo nº: 19515.000434/2010-18 - Recorrente: CARDIO MEDICAL COMERCIO REPRESENTACAO E IMPORTACAO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
45 - Processo nº: 11080.004828/2007-95 - Recorrente: AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 23: PER/DCOMP
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
46 - Processo nº: 10665.902283/2013-99 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10665.721687/2014-64 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10665.902310/2013-23 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10665.902281/2013-08 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10665.902278/2013-86 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10665.902279/2013-21 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10665.721672/2014-04 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10665.902280/2013-55 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10665.902284/2013-33 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10665.902309/2013-07 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10665.720754/2014-23 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10665.721688/2014-17 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10665.721673/2014-41 - Recorrente: SIDERURGICA ALTEROSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 24: RECURSO DE OFÍCIO - CONHECIMENTO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
59 - Processo nº: 13807.010403/2001-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL ELECTROHEAT LTDA
TEMA 25: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
60 - Processo nº: 10925.000920/2009-04 - Embargante: COMPEF COMERCIO DE PNEUS E FILTROS LTDA
TEMA 26: PER/DCOMP
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
61 - Processo nº: 10680.913407/2009-97 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
62 - Processo nº: 10680.912508/2009-41 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10680.912509/2009-95 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10680.912510/2009-10 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10680.912511/2009-64 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.912513/2009-53 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10680.912514/2009-06 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10680.912516/2009-97 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10680.913406/2009-42 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10680.913408/2009-31 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.915652/2009-39 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GIOVANA PEREIRA DE PAIVA LEITE
72 - Processo nº: 10825.906642/2009-11 - Recorrente: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
73 - Processo nº: 10825.902505/2009-15 - Recorrente: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10825.902506/2009-51 - Recorrente: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10825.902507/2009-04 - Recorrente: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10825.902509/2009-95 - Recorrente: UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13749.720339/2012-76 (item 32) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 33 a 43. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 33 a 43, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 13888.900876/2012-11 (item 52) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 53 a 67. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 53 a 67, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10880.687517/2009-31 (item 68) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 69 a 76. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 69 a 76, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 11080.904043/2014-43 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 a 81. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 a 81, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13888.722205/2014-67 (item 93) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 94 a 105. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 94 a 105, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
1 - Processo nº: 16561.720219/2016-89 - Recorrentes: QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A. e FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 16561.720221/2016-58 - Recorrentes: QUALICORP CORRETORA DE SEGUROS S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
3 - Processo nº: 15504.722697/2011-31 - Recorrentes: INFORMATICA NACIONAL S.A e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 15504.731281/2012-94 - Recorrentes: INFORMATICA NACIONAL S.A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: INCENTIVOS FISCAIS
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
5 - Processo nº: 10380.723251/2012-34 - Recorrentes: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
6 - Processo nº: 10380.732638/2012-81 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
7 - Processo nº: 10120.011004/2007-95 - Recorrente: BANCO BEG S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10120.011005/2007-30 - Recorrente: BANCO BEG S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10120.011006/2007-84 - Recorrente: BANCO BEG S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
10 - Processo nº: 10530.725245/2014-12 - Recorrente: DDA DINAMICA DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE ALIMENTOS E TRANSPORTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10530.725244/2014-78 - Recorrentes: DDA DINAMICA DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA DE ALIMENTOS E TRANSPORTES S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
12 - Processo nº: 10830.726291/2017-05 - Recorrente: S A PAULISTA DE CONSTRUCOES E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: GLOSA DE PREJUÍZOS FISCAIS
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
13 - Processo nº: 16561.720182/2017-70 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: ARBITRAMENTO DE LUCROS
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
14 - Processo nº: 16095.720026/2017-52 - Recorrente: COPPER 100 INDUSTRIAL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
15 - Processo nº: 12448.731034/2014-83 - Recorrente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
16 - Processo nº: 16707.006999/2008-49 - Recorrente: MARIA DAS NEVES RICARDO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
17 - Processo nº: 10215.720633/2009-12 - Recorrente: LIRA & LIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
18 - Processo nº: 10675.721289/2017-71 - Recorrente: CDR SERVICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
19 - Processo nº: 10380.008589/2005-33 - Recorrente: REGISTER PUBLICIDADE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
20 - Processo nº: 19647.004205/2004-29 - Recorrente: SERVITTIUM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19647.004207/2004-18 - Recorrente: SERVITIUM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10480.729370/2016-04 - Recorrente: SERVITIUM EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
23 - Processo nº: 10980.726765/2011-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: O BOTICARIO FRANCHISING LTDA
24 - Processo nº: 10980.723835/2014-11 - Embargante: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA
25 - Processo nº: 10903.720016/2015-15 - Embargante: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA
TEMA 10: PENALIDADES
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
26 - Processo nº: 11020.722524/2011-02 - Recorrente: CHOCOLATE CASEIRO MERCOSUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
27 - Processo nº: 11030.000201/2009-12 - Recorrente: COMERCIAL ZAFFARI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11030.001554/2007-78 - Recorrente: COMERCIAL ZAFFARI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13005.002190/2008-67 - Recorrente: REAL TABACOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
30 - Processo nº: 10183.720027/2012-17 - Recorrente: AGROPECUARIA LILIANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10070.001785/2007-42 - Recorrente: WEBB NEGOCIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
32 - Processo nº: 13749.720339/2012-76 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
33 - Processo nº: 13749.720327/2012-41 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13749.720328/2012-96 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13749.720329/2012-31 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13749.720330/2012-65 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13749.720331/2012-18 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13749.720332/2012-54 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13749.720333/2012-07 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13749.720334/2012-43 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13749.720335/2012-98 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13749.720336/2012-32 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13749.720337/2012-87 - Recorrente: IGREJA BATISTA CENTRAL EM MAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PENALIDADES
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
44 - Processo nº: 10240.001453/2005-05 - Recorrente: R. FREIRE DA SILVA C. LTDA-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10283.001726/2008-50 - Recorrente: J.TOLEDO DA AMAZ.IND. E COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10680.010645/2005-15 - Recorrente: JC ASSISTENCIA TECNICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11080.010187/2007-16 - Recorrente: ALIBEM COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11543.000464/2007-80 - Recorrente: MB CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13817.001169/2008-90 - Recorrente: INSTITUTO IDIOMAS E COMERCIO MAT.DIDATICOS JOURNEY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16327.000286/2006-84 - Recorrente: BANCOCIDADE CORR. DE VAL. MOBILIARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 19679.009494/2005-66 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
52 - Processo nº: 13888.900876/2012-11 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
53 - Processo nº: 13888.002723/2009-01 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.900877/2012-58 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.901544/2012-46 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13888.901891/2008-92 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.902277/2012-24 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.902279/2012-13 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.902280/2012-48 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.902281/2012-92 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13888.903950/2009-48 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13888.910279/2009-91 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13888.910346/2011-92 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13888.911720/2011-77 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13888.911721/2011-11 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13888.911724/2011-55 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13888.911725/2011-08 - Recorrente: C P A PRESTACAO DE SERVICOS RADIOLOGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
68 - Processo nº: 10880.687517/2009-31 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
69 - Processo nº: 10880.910052/2009-28 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.910053/2009-72 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.910054/2009-17 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.910055/2009-61 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.910056/2009-14 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.910057/2009-51 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.910058/2009-03 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.910059/2009-40 - Recorrente: CITICORP TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
77 - Processo nº: 11080.904043/2014-43 - Recorrente: CLV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
78 - Processo nº: 11080.903590/2017-54 - Recorrente: CLV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11080.904040/2014-18 - Recorrente: CLV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11080.904041/2014-54 - Recorrente: CLV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 11080.904042/2014-07 - Recorrente: CLV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
82 - Processo nº: 13811.726552/2012-91 - Recorrente: ITATIAIA BERCARIO E RECREACAO INFANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
83 - Processo nº: 10880.913898/2009-10 - Recorrente: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10120.913745/2012-70 - Recorrente: DJALMA REZENDE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13971.001856/2004-07 - Recorrente: POSTHAUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA LUCIA MICELI
86 - Processo nº: 10880.909571/2013-20 - Embargante: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
87 - Processo nº: 15578.720025/2012-16 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 15578.720052/2012-81 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 15578.720051/2013-17 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 15578.720050/2013-72 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 15578.720048/2013-01 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 15578.720049/2013-48 - Recorrente: BRAZIL TRADING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
93 - Processo nº: 13888.722205/2014-67 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13888.722207/2014-56 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13888.722216/2014-47 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13888.722239/2014-51 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13888.722245/2014-17 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13888.722272/2014-81 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13888.722277/2014-12 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13888.722374/2014-05 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13888.722375/2014-41 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13888.900812/2014-74 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13888.902691/2014-03 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 13888.902750/2014-35 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13888.902751/2014-80 - Recorrente: WEIDMANN TECNOLOGIA ELETRICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
106 - Processo nº: 10435.902669/2011-42 - Recorrente: LIBER CONSERVACAO E SERVICOS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10725.903060/2009-19 - Recorrente: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 10480.902672/2013-82 (item 53) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 54 a 58. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 54 a 58, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 15374.964373/2009-86 (item 68) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 69 a 72. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 69 a 72, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 15374.963787/2009-98 (item 73) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 74 a 82. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 74 a 82, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 10730.900175/2012-70 (item 83) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 84 a 90. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 84 a 90, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo

II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
1 - Processo nº: 10120.722762/2017-12 - Recorrente: RIO NORTE AGRO PASTORIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
2 - Processo nº: 10510.724763/2011-12 - Recorrentes: ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
3 - Processo nº: 10882.722147/2015-14 - Recorrente: LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO BERGAMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
4 - Processo nº: 10600.720048/2016-06 - Recorrente: SAMARCO MINERACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
5 - Processo nº: 11065.720392/2012-31 - Embargante: VONPAR REFRESCOS S A
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
6 - Processo nº: 16682.721130/2017-44 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: SOCIEDADES COOPERATIVAS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
7 - Processo nº: 15504.732104/2013-14 - Recorrente: COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DE MINAS GERAIS LTDA-COOPANEST MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
8 - Processo nº: 11012.000089/2002-61 - Recorrente: HOFFMANN AGROCOMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 14041.720065/2016-79 - Recorrente: UNIMED FEDERACAO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MEDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
10 - Processo nº: 19515.720223/2017-71 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
11 - Processo nº: 19515.003680/2003-01 - Recorrente: ITAUTEC.COM SERVICOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: LUCRO ARBITRADO
12 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16151.720094/2017-08 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
14 - Processo nº: 10660.002864/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARCELO OLIVEIRA DE SOUZA
TEMA 8: PROVA
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
15 - Processo nº: 10880.004749/2002-91 - Recorrente: BBV CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: SUSPENSÃO DA ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
16 - Processo nº: 15983.720003/2016-90 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: PER/DCOMP
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
17 - Processo nº: 10283.902992/2008-00 - Recorrente: L. PARISOTTO PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
18 - Processo nº: 10410.900573/2009-11 - Recorrente: CENTRAL ENERGETICA JITITUBA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
19 - Processo nº: 10660.906698/2009-03 - Recorrente: INDUSTRIA METALURGICA FRUM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
20 - Processo nº: 13603.900378/2006-61 - Recorrente: NANSEN SA INSTRUMENTOS DE PRECISAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13603.900662/2010-14 - Recorrente: NANSEN SA INSTRUMENTOS DE PRECISAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
22 - Processo nº: 13005.906692/2009-40 - Recorrente: UNIMED COOP SERV SAUDE VALES TAQUARI E RIO PARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
23 - Processo nº: 10650.002176/99-08 - Recorrente: USINA DELTA S/A ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ANDRE SOARES NOGUEIRA
24 - Processo nº: 13502.900136/2009-59 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
25 - Processo nº: 10467.901035/2010-14 - Recorrente: UNIMED NORTE NORDESTE - CONFEDERACAO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10467.901036/2010-69 - Recorrente: UNIMED NORTE NORDESTE - CONFEDERACAO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO MORGADO RODRIGUES
27 - Processo nº: 10384.900335/2008-81 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10384.900353/2008-63 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10384.900357/2008-41 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10384.900362/2008-54 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10384.900363/2008-07 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10384.900364/2008-43 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10384.900365/2008-98 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10384.900387/2008-58 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10384.900636/2008-13 - Recorrente: CONSTRUTORA HAB-FACIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PER/DCOMP
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
36 - Processo nº: 15374.922839/2009-76 - Recorrente: MAGUS INVESTIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15374.922838/2009-21 - Recorrente: MAGUS INVESTIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDUARDO MORGADO RODRIGUES
38 - Processo nº: 10580.901391/2014-65 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10580.901392/2014-18 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10580.901394/2014-07 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.901395/2014-43 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10580.901396/2014-98 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10580.901397/2014-32 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10580.901398/2014-87 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10580.901399/2014-21 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10580.901400/2014-18 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10580.901401/2014-62 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10580.901402/2014-15 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10580.901403/2014-51 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10580.901404/2014-04 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10580.901405/2014-41 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10580.901406/2014-95 - Recorrente: LOG EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
53 - Processo nº: 10480.902672/2013-82 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
54 - Processo nº: 10480.902668/2013-14 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
55 - Processo nº: 10480.902669/2013-69 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
56 - Processo nº: 10480.902671/2013-38 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
57 - Processo nº: 10480.902674/2013-71 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
58 - Processo nº: 10480.902675/2013-16 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do CARF (Interessados: ARMAZEM CORAL LTDA e FAZENDA NACIONAL)
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
59 - Processo nº: 10380.900253/2008-77 - Recorrente: FAE - FERRAGENS E APARELHOS ELETRICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10380.904561/2008-71 - Recorrente: FAE - FERRAGENS E APARELHOS ELETRICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
61 - Processo nº: 13896.904381/2008-78 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
62 - Processo nº: 10880.684045/2009-65 - Recorrente: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
63 - Processo nº: 13531.000087/2003-10 - Recorrente: EDINHO SUPERMERCADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
64 - Processo nº: 10880.904535/2009-93 - Recorrente: CLARIANT S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
65 - Processo nº: 11060.000335/2009-86 - Recorrente: POSTO DE COMBUSTIVEIS BISCHOFF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
66 - Processo nº: 13052.000120/2007-28 - Recorrente: SEIXAL PRATICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
67 - Processo nº: 10680.720188/2010-38 - Recorrente: CONSTRUTORA ZAG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
68 - Processo nº: 15374.964373/2009-86 - Recorrente: QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
69 - Processo nº: 15374.964375/2009-75 - Recorrente: QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15374.970625/2009-14 - Recorrente: QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15374.970630/2009-19 - Recorrente: QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 15374.970631/2009-63 - Recorrente: QUALITY VIDA COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
73 - Processo nº: 15374.963787/2009-98 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
74 - Processo nº: 15374.969885/2009-39 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15374.969886/2009-83 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15374.969887/2009-28 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15374.969888/2009-72 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15374.969889/2009-17 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15374.969890/2009-41 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15374.969891/2009-96 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 15374.969892/2009-31 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15374.969893/2009-85 - Recorrente: EPANOR S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
83 - Processo nº: 10730.900175/2012-70 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
84 - Processo nº: 10730.902361/2013-24 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10730.902362/2013-79 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10730.902363/2013-13 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10730.912193/2016-28 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10730.912194/2016-72 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10730.912195/2016-17 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10730.912196/2016-61 - Recorrente: CLINICA DE HEMOTERAPIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
91 - Processo nº: 10120.725456/2015-68 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
92 - Processo nº: 13502.720592/2019-99 - Recorrente: BRASKEM S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: CONHECIMENTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
93 - Processo nº: 10183.727784/2015-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO EIRELI
TEMA 16: DECADÊNCIA/PRECRIÇÃO
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
94 - Processo nº: 13819.001290/2004-78 - Recorrente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
95 - Processo nº: 13807.004012/2007-54 - Recorrente: AGRICOLA JANDELLE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
96 - Processo nº: 19679.000235/2005-70 - Recorrente: PLANSERVI ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 17: PENALIDADES
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
97 - Processo nº: 16682.720233/2010-11 - Recorrente: TERMOPERNAMBUCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CLAUDIO DE ANDRADE CAMERANO
98 - Processo nº: 10183.100027/2009-09 - Recorrente: CANDIDO GUIMARAES RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
99 - Processo nº: 11543.002472/2009-22 - Recorrente: SOLIDDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: OUTROS
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
100 - Processo nº: 13807.013028/99-69 - Recorrente: METALCAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
101 - Processo nº: 10980.723579/2009-96 - Recorrente: TAISA BERNADETE BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10980.723641/2010-83 - Recorrente: TAISA BERNADETE BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
103 - Processo nº: 11543.002473/2009-77 - Recorrente: SOLIDDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10980.004211/2007-63 - Recorrente: IMOBILIARIA PUPPI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião; e

3) O julgamento do Processo nº 10882.903738/2010-86 (item 48) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 49 a 52. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 49 a 52, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
1 - Processo nº: 16682.721600/2017-70 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
2 - Processo nº: 16561.720031/2016-31 - Recorrentes: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: GLOSAS DE CUSTOS OU DESPESAS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
3 - Processo nº: 10980.724310/2016-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ZANOTTI S.A.
4 - Processo nº: 12963.720056/2016-51 - Recorrente: TOGNI S/A MATERIAIS REFRATARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 12963.720063/2017-33 - Recorrente: TOGNI S/A MATERIAIS REFRATARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
6 - Processo nº: 10882.723438/2016-19 - Recorrentes: SUPER MIX COMERCIO DE PRODUTOS DE PERFUMARIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
7 - Processo nº: 10410.724906/2015-30 - Recorrente: VAGNER DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10410.724905/2015-95 - Recorrente: VAGNER DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
9 - Processo nº: 16561.720171/2016-17 - Recorrente: RAIZEN ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
10 - Processo nº: 19515.720434/2015-42 - Recorrente: BANCO BRADESCO BBI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
11 - Processo nº: 14098.720160/2016-17 - Recorrente: AGROPESA AGROPECUARIA PORTO DOS GAUCHOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
12 - Processo nº: 10315.000117/2010-83 - Recorrente: RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
13 - Processo nº: 13005.721719/2014-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALLIANCE ONE BRASIL EXPORTADORA DE TABACOS LTDA.
TEMA 6: PER/DCOMP
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
14 - Processo nº: 13894.000823/2002-30 - Recorrente: PUBLICIDADE EXIBIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10875.901301/2006-11 - Recorrente: PUBLICIDADE EXIBIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
16 - Processo nº: 13804.000929/2002-03 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13804.000764/2003-42 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: GLOSAS DE CUSTOS OU DESPESAS
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
18 - Processo nº: 19515.722297/2011-57 - Recorrentes: R.P.L.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
19 - Processo nº: 10882.002015/2008-43 - Recorrentes: LOPESCO INDUSTRIA DE SUBPRODUTOS ANIMAIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 16327.000525/2005-15 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: PERC
21 - Processo nº: 10073.720423/2011-19 - Embargante: ARCELORMITTAL SUL FLUMINENSE S.A.
22 - Processo nº: 10980.004435/2007-75 - Recorrente: BANCO BANESTADO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: SIMPLES
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
23 - Processo nº: 11070.002408/2004-41 - Recorrente: J.L. UTZIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10580.730142/2011-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VISAO TURISMO LTDA
25 - Processo nº: 10640.720649/2012-19 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS FERRARI LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
26 - Processo nº: 10600.720097/2016-31 - Recorrente: SNC-LAVALIN PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: GLOSAS DE CUSTOS OU DESPESAS
27 - Processo nº: 10600.720136/2015-19 - Recorrente: SNC-LAVALIN PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
28 - Processo nº: 19515.003650/2007-10 - Recorrentes: NOVELTY MODAS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
29 - Processo nº: 10314.728585/2014-50 - Recorrentes: UNIVERSO ONLINE S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
30 - Processo nº: 15956.720345/2013-94 - Recorrente: VIANORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
31 - Processo nº: 11610.007067/2003-64 - Recorrente: 1770 PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13888.904199/2008-16 - Recorrente: UNITIKA DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
33 - Processo nº: 15374.907215/2008-48 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13706.003003/2001-99 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: MATÉRIAS DIVERSAS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
35 - Processo nº: 16062.720180/2016-21 - Recorrentes: ICOMON TECNOLOGIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
36 - Processo nº: 10980.728274/2012-76 - Recorrente: ELEMEC IND MEC.MET.MONT.MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
37 - Processo nº: 19515.720442/2016-70 - Recorrente: CAVO SERVICOS E SANEAMENTO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 19515.720443/2016-14 - Recorrente: CAVO SERVICOS E SANEAMENTO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
39 - Processo nº: 15578.000116/2010-61 - Recorrente: ELKEM PARTICIPACOES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
40 - Processo nº: 18470.902096/2013-02 - Recorrente: ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
41 - Processo nº: 10680.903678/2008-53 - Recorrente: ELA TRANSPORTES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 15374.987169/2009-33 - Recorrente: EMPRESA CINEMAS SAO LUIZ S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
43 - Processo nº: 10166.725113/2013-13 - Recorrente: DAMASCO MATERIAL ELETRICO HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: MATÉRIAS DIVERSAS
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
44 - Processo nº: 10980.012844/2006-64 - Recorrente: HSBC SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
45 - Processo nº: 10930.720282/2011-89 - Recorrente: NEGA VA COMERCIO DE CALCADOS LTDA (ME) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10670.722008/2011-52 - Recorrente: JOAO DOMINGUES OLIVEIRA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10932.000141/2008-21 - Recorrente: TUBANDT INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PER/DCOMP
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
48 - Processo nº: 10882.903738/2010-86 - Recorrente: RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
49 - Processo nº: 10882.903739/2010-21 - Recorrente: RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10882.903741/2010-08 - Recorrente: RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10882.903742/2010-44 - Recorrente: RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10882.909527/2011-38 - Recorrente: RR DONNELLEY EDITORA E GRAFICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

EDELI PEREIRA BESSA
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

3ª SEÇÃO
4ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DIA 26 DE MARÇO DE 2019 A 28 DE MARÇO DE 2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz e Waldir Navarro Bezerra (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.

Processo: 10980.723963/2014-56 - AMBEV S/A. - Acórdão: 3402-006.313
Processo: 10140.720806/2010-57 - EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S/A ENERSUL - Acórdão: 3402-006.314
Processo: 13971.721985/2016-41 - FADEL FABRIL EIRELI - Acórdão: 3402-006.315
Processo: 17747.000493/2009-01 - LG ELECTRONICS DE SÃO PAULO LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 13807.006272/2001-79 - NOVELL DO BRASIL SOFTWARE LTDA. - Resolução: 3402-001.796
Processo: 11020.001595/2007-83 - POLITORNO MOVEIS LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 10882.907109/2012-97 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.797
Processo: 10882.907107/2012-06 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.798
Processo: 10882.907108/2012-42 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.799
Processo: 10882.907110/2012-11 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.800
Processo: 10882.907111/2012-66 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.801
Processo: 10882.907112/2012-19 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.802
Processo: 10882.907113/2012-55 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.803
Processo: 10882.907114/2012-08 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.804
Processo: 10882.907115/2012-44 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.805
Processo: 10882.907116/2012-99 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.806
Processo: 10882.907117/2012-33 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.807
Processo: 10882.907118/2012-88 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.808
Processo: 10882.907119/2012-22 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.809
Processo: 10882.907120/2012-57 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.810
Processo: 10882.907121/2012-00 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.811
Processo: 10882.907122/2012-46 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.812
Processo: 10882.907123/2012-91 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.813
Processo: 10882.907124/2012-35 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.814
Processo: 10882.907125/2012-80 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.815
Processo: 10882.907126/2012-24 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.816
Processo: 10882.907127/2012-79 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.817
Processo: 10882.907128/2012-13 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.818
Processo: 10882.907129/2012-68 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.819
Processo: 10882.907130/2012-92 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.820
Processo: 10882.907131/2012-37 - EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A - Resolução: 3402-001.821
Processo: 11128.720333/2015-23 - BRASKEM S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10880.724058/2017-94 - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - Retirado de pauta.
Processo: 11762.720046/2014-57 - BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. - Acórdão: 3402-006.316

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz e Waldir Navarro Bezerra (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.

Processo: 15374.901650/2008-69 - CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A - Acórdão: 3402-006.317
Processo: 15374.902013/2008-18 - CERVEJARIA PETRÓPOLIS S/A - Acórdão: 3402-006.318
Processo: 12452.000002/2007-44 - ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA. - Acórdão: 3402-006.319
Processo: 10830.720101/2005-02 - ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA. - Acórdão: 3402-006.320
Processo: 16366.000602/2010-38 - INDUSTRIA DE CARROCERIAS METÁLICAS IBIPORA LTDA. - Acórdão: 3402-006.321
Processo: 10880.664978/2009-36 - DOW BRASIL S.A. - Acórdão: 3402-006.322
Processo: 10480.722541/2013-13 - BOMPRECO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA - Acórdão: 3402-006.323
Processo: 13204.000077/2002-13 - ALBRAS ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A - Acórdão: 3402-006.324
Processo: 10907.720220/2014-15 - BLUE SKY DISTRIBUIDOR ATACADISTA - EIRELI - EPP - Acórdão: 3402-006.325

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz, Waldir Navarro Bezerra (Presidente) e Márcio Robson Costa (Suplente convocado para eventuais impedimentos), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.

Processo: 13804.006523/2002-26 - CARGILL AGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3402-006.326
Processo: 10675.001746/00-25 - CARGILL AGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3402-006.327
Processo: 13811.001165/2001-95 - CARGILL AGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3402-006.328
Processo: 13877.000159/00-11 - CARGILL AGRÍCOLA S/A - Acórdão: 3402-006.329
Processo: 10380.009929/2004-62 - M DIAS BRANCO S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS - Acórdão: 3402-006.330
Processo: 12466.001951/2008-73 - MICHELIN ESPÍRITO SANTO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Pedido de vista.
Processo: 12466.001952/2008-18 - MICHELIN ESPÍRITO SANTO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.331
Processo: 12466.720936/2015-57 - MICHELIN ESPÍRITO SANTO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.332
Processo: 12466.721489/2014-72 - MICHELIN ESPÍRITO SANTO COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.333
Processo: 10711.000983/2010-00 - LIBRA TERMINAL RIO S/A - Acórdão: 3402-006.334
Processo: 15374.720012/2008-49 - ATLAS AIR INC - Resolução: 3402-001.822
Processo: 16561.720126/2014-92 - BROSE DO BRASIL LTDA. - Acórdão: 3402-006.335
Processo: 10166.721520/2014-24 - BRASAL REFRIGERANTES S/A - Acórdão: 3402-006.336
Processo: 16327.720521/2011-03 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Acórdão: 3402-006.337
Processo: 16327.900076/2011-55 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Resolução: 3402-001.823
Processo: 16327.900077/2011-08 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Resolução: 3402-001.824
Processo: 16327.000135/2009-79 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Acórdão: 3402-006.338
Processo: 11080.100631/2003-52 - BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. - Acórdão: 3402-006.339

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz e Waldir Navarro Bezerra (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.

Processo: 15987.000210/2007-01 - YAMATEA INDUSTRIA E EXPORTAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.340
Processo: 10909.721559/2011-68 - EDITORA VALE DAS LETRAS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10768.005719/2001-16 - BRASIL PLURAL S.A. BANCO MÚLTIPLO - Acórdão: 3402-006.341
Processo: 13855.720907/2017-36 - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. - Resolução: 3402-001.825
Processo: 10480.721362/2016-10 - ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A - Acórdão: 3402-006.342
Processo: 10980.905734/2008-18 - GARAGEM MODERNA LTDA. - Acórdão: 3402-006.343
Processo: 10980.905735/2008-54 - GARAGEM MODERNA LTDA. - Acórdão: 3402-006.344
Processo: 10384.723819/2017-91 - NORSA REFRIGERANTES S.A - Resolução: 3402-001.826
Processo: 10380.905874/2015-76 - NORSA REFRIGERANTES S.A - Resolução: 3402-001.827

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz e Waldir Navarro Bezerra (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.
Processo: 10855.720508/2015-15 - SUPERMERCADO T.L. CONTI EIRELI - Resolução: 3402-001.828
Processo: 16349.000306/2010-45 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.829

Processo: 16349.000301/2010-12 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.830
Processo: 16349.000302/2010-67 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.831
Processo: 16349.000303/2010-10 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.832
Processo: 16349.000307/2010-90 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.833
Processo: 16349.000308/2010-34 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.834
Processo: 16349.000309/2010-89 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.835
Processo: 16349.000310/2010-11 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.836
Processo: 16349.000311/2010-58 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.837
Processo: 16349.000313/2010-47 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.838
Processo: 16349.000316/2010-81 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.839
Processo: 16349.000317/2010-25 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.840
Processo: 16349.000318/2010-70 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.841
Processo: 16349.000320/2010-49 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.842
Processo: 16349.000321/2010-93 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.843
Processo: 16349.000322/2010-38 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.844
Processo: 16349.000323/2010-82 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.845
Processo: 16349.000324/2010-27 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.846
Processo: 16349.000325/2010-71 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.847
Processo: 16349.000326/2010-16 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.848
Processo: 16349.000327/2010-61 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.849
Processo: 16349.000331/2010-29 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.850
Processo: 16349.000337/2010-04 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Resolução: 3402-001.851
Processo: 16349.000329/2010-50 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.345
Processo: 16349.000305/2010-09 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.346
Processo: 16349.000312/2010-01 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.347
Processo: 16349.000314/2010-91 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.348
Processo: 16349.000315/2010-36 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.349
Processo: 16349.000319/2010-14 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.350
Processo: 16349.000330/2010-84 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.351
Processo: 16349.000332/2010-73 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.352
Processo: 16349.000333/2010-18 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.353
Processo: 16349.000334/2010-62 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.354
Processo: 16349.000335/2010-15 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.355
Processo: 16349.000336/2010-51 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.356
Processo: 16349.000338/2010-41 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.357
Processo: 16349.000339/2010-95 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.358
Processo: 16349.000340/2010-10 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.359
Processo: 16349.000341/2010-64 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.360
Processo: 16349.000342/2010-17 - ARLIQUIDO COMERCIAL LTDA. - Acórdão: 3402-006.361
Processo: 10315.720660/2013-43 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.362
Processo: 10315.720042/2013-01 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.363
Processo: 10315.720112/2013-13 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.364
Processo: 10315.720698/2013-16 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.365
Processo: 10315.720710/2013-92 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.366
Processo: 10315.720893/2013-46 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.367
Processo: 10315.721088/2013-30 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.368
Processo: 10315.721090/2013-17 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.369
Processo: 10315.721091/2013-53 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.370
Processo: 10315.721092/2013-06 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.371
Processo: 10315.721094/2013-97 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.372
Processo: 10315.721095/2013-31 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.373
Processo: 10315.721096/2013-86 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.374
Processo: 10315.721097/2013-21 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.375
Processo: 10315.721098/2013-75 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.376
Processo: 10315.721099/2013-10 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.377
Processo: 10315.721100/2013-14 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.378
Processo: 10315.721101/2013-51 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.379
Processo: 10315.721103/2013-40 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.380
Processo: 10315.721117/2013-63 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.381
Processo: 10315.900064/2013-45 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.382
Processo: 10315.900126/2013-19 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.383
Processo: 10315.900381/2012-81 - PAU BRASIL VEÍCULOS E PECAS LTDA. - Acórdão: 3402-006.384
Processo: 10930.004044/2001-51 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A PRODASA - Resolução: 3402-001.852
Processo: 13603.001597/2006-66 - SETEM SERVIÇOS TEC DE MONT E MAN LTDA. - Acórdão: 3402-006.385
Processo: 11080.723733/2017-46 - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - Acórdão: 3402-006.386
Processo: 10314.003467/95-11 - PRELUDE COMERCIAL E IMPORTADORA LIMITADA - Acórdão: 3402-006.387
Processo: 16692.721275/2016-45 - LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10940.000765/2002-53 - CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. - Acórdão: 3402-006.388

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção, estando presentes os conselheiros Maria Aparecida Martins de Paula, Diego Diniz Ribeiro, Pedro Sousa Bispo, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Thais de Laurentiis Galkowicz e Waldir Navarro Bezerra (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausente o conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes.
Processo: 10880.904878/2016-87 - F-SECURE DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.389
Processo: 10880.904879/2016-21 - F-SECURE DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.390
Processo: 10880.904880/2016-56 - F-SECURE DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.391
Processo: 10880.904881/2016-09 - F-SECURE DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.392
Processo: 10880.904882/2016-45 - F-SECURE DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. - Acórdão: 3402-006.393
Processo: 10314.001659/97-72 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Acórdão: 3402-006.394
Processo: 12466.002892/2008-51 - SERVER COMPANY COMERCIO INTERNACIONAL S/A - Acórdão: 3402-006.395
Processo: 10880.667929/2011-70 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.396
Processo: 10880.667931/2011-49 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.397
Processo: 10880.667932/2011-93 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.398
Processo: 10880.667933/2011-38 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.399
Processo: 10880.667935/2011-27 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.400
Processo: 10880.667936/2011-71 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.401
Processo: 10880.667937/2011-16 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.402
Processo: 10880.667938/2011-61 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.403
Processo: 10880.667939/2011-13 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.404
Processo: 10880.667940/2011-30 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.405
Processo: 10880.667941/2011-84 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.406
Processo: 10880.667942/2011-29 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.407
Processo: 10880.667944/2011-18 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.408
Processo: 10880.667945/2011-62 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.409
Processo: 10880.667946/2011-15 - PROMORAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP - Acórdão: 3402-006.410
Processo: 10845.002632/99-89 - STOCKLER COMERCIAL E EXPORTADORA LTDA. - Acórdão: 3402-006.411
Processo: 11762.720009/2017-91 - TAKEDA PHARMA LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10930.907906/2011-71 - MOINHO GLOBO ALIMENTOS S/A - Acórdão: 3402-006.412
Processo: 10580.003248/2008-68 - KORDSA BRASIL S/A - Acórdão: 3402-006.413

WALDIR NAVARRO BEZERRA
Presidente da Turma

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião; e

3) O julgamento do Processo nº 15586.720243/2011-62 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 a 87. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 a 87, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 15 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: Denúncia Expontânea, Imunidade, Prova e outros
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
1 - Processo nº: 10980.011990/2005-91 - Recorrente: SOCEPPAR S A SOC CEREALISTA EXP DE PRODUTOS PARANAENSES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
2 - Processo nº: 13888.000941/2007-31 - Recorrente: BOM PEIXE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
3 - Processo nº: 10660.901925/2008-15 - Recorrente: RHODES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
4 - Processo nº: 11684.000898/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANDES OPERADOR MULTIMODAL LTDA
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
5 - Processo nº: 10680.003343/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSPETORIA MADRE MAZZARELLO
6 - Processo nº: 10680.011365/2007-96 - Recorrentes: INSPETORIA MADRE MAZZARELLO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
7 - Processo nº: 10925.001613/2005-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA E EDITORA VISOGRAF LTDA
8 - Processo nº: 11516.000936/2005-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WALGRAFICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
9 - Processo nº: 11522.000154/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: A L ARAUJO
10 - Processo nº: 14041.000413/2005-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUERUBINS GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
11 - Processo nº: 10840.002913/2003-83 - Recorrentes: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13854.000003/2004-86 - Recorrentes: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13854.000311/2003-21 - Recorrentes: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
14 - Processo nº: 10166.100005/2011-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WASHINGTON BRUNO VIEIRA MOTA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
15 - Processo nº: 13660.000062/2003-41 - Recorrente: G. A. PEDRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
16 - Processo nº: 10680.015047/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FASAL S.A.,COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS SIDERURGICOS
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
17 - Processo nº: 10325.000248/2007-46 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
18 - Processo nº: 10840.002294/2002-46 - Recorrente: REFRESCOS IPIRANGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
19 - Processo nº: 10880.657986/2012-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A
20 - Processo nº: 10880.908210/2013-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A
21 - Processo nº: 10880.945394/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2: Base de Cálculo e outros
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
22 - Processo nº: 10166.730294/2013-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO BANCO CENTRAL DE PREVIDENCIA PRIVADA-CENTRUS
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
23 - Processo nº: 11080.011718/2007-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
24 - Processo nº: 16327.720989/2012-71 - Recorrente: ALVORADA CARTOES, CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
25 - Processo nº: 11065.725121/2013-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RAPIDO TRANSPAULO LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
26 - Processo nº: 11516.005971/2007-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TUBOZAN INDUSTRIA PLASTICA LTDA
27 - Processo nº: 16682.722461/2015-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
28 - Processo nº: 10830.917549/2009-62 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10830.918764/2009-81 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10830.918769/2009-11 - Recorrente: CLICHERLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE CLICHES E MATRIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10860.721673/2015-15 - Recorrentes: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
32 - Processo nº: 10860.721986/2012-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
33 - Processo nº: 13896.721004/2015-24 - Recorrente: AES TIETE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
34 - Processo nº: 10880.909831/2006-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPECTRUM BRANDS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE BENS DE CONSUMO LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
35 - Processo nº: 10675.001693/00-61 - Recorrente: ELETROMAC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13976.000113/2004-61 - Recorrente: CAHDAM VOLTA GRANDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10240.001587/99-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAKEDA PORTO VELHO COMERCIO LTDA
38 - Processo nº: 10830.004198/2005-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COLEGIO DOM BARRETO
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
39 - Processo nº: 15578.000312/2008-11 - Recorrentes: COMPANHIA COREANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO-KOBRASCO e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13038.000056/2003-30 - Recorrente: ARTHUR LANGE SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13038.000055/2003-95 - Recorrente: ARTHUR LANGE SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13856.000241/2004-71 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
43 - Processo nº: 19791.000199/2004-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
44 - Processo nº: 12466.002663/2007-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATHENAS TRADING S/A

DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: Nulidadese outros
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
45 - Processo nº: 10380.004208/2002-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA INDUSTRIAL DE OLEOS DO NORDESTE CIONE
46 - Processo nº: 13674.000179/2002-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAPITOLIO ALIMENTOS LTDA
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
47 - Processo nº: 13971.001812/2002-15 - Recorrente: AUTO VIACAO RAINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
48 - Processo nº: 10166.003205/2003-69 - Recorrentes: POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
49 - Processo nº: 13894.000222/2002-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAQUAREIA INDUSTRIA EXTRATIVA DE MINERIOS LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
50 - Processo nº: 10680.900007/2009-11 - Recorrente: TEIXEIRA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10680.900006/2009-77 - Recorrente: TEIXEIRA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
52 - Processo nº: 12266.721325/2013-11 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 12266.722195/2013-33 - Recorrente: ALIANCA NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10715.004468/2010-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIETE AIR FRANCE
55 - Processo nº: 19396.720006/2011-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAN MARINE DO BRASIL LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
56 - Processo nº: 15469.000463/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOLIMODE ROUPAS S A
57 - Processo nº: 13855.000592/2002-21 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13839.002509/2003-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KSB BOMBAS HIDRAULICAS S A
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
59 - Processo nº: 13808.003890/2001-57 - Recorrente: IMPORT CENTER COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
60 - Processo nº: 11020.002481/2004-16 - Recorrentes: SAN MARINO MOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
61 - Processo nº: 16327.720993/2012-39 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
62 - Processo nº: 13830.000156/2005-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARILAN ALIMENTOS S/A
63 - Processo nº: 10280.000411/99-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DENDE DO PARA S/A - DENPASA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
64 - Processo nº: 11128.003097/2002-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DYSTAR LTDA
65 - Processo nº: 11128.000941/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AKZO NOBEL LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
66 - Processo nº: 17878.000255/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BR METALS FUNDICOES LTDA
Relator(a): DEMES BRITO
67 - Processo nº: 13044.720175/2015-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
68 - Processo nº: 16327.000443/2002-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTANDER CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A.
69 - Processo nº: 10880.000999/99-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERGUS CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: Crédito
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
70 - Processo nº: 11020.720024/2009-11 - Recorrentes: PENASUL ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11020.720025/2009-58 - Recorrentes: PENASUL ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
72 - Processo nº: 10380.911780/2009-98 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10580.002416/2003-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOM - BRASIL OLEO DE MAMONA LTDA.
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
74 - Processo nº: 15586.720146/2011-70 - Recorrentes: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
75 - Processo nº: 11065.725095/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOP VISION CALCADOS EIRELI
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
76 - Processo nº: 11543.002755/2001-17 - Recorrentes: A D M EXPORTADORA E IMPORTADORA S/A e FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15586.720243/2011-62 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15586.720241/2011-73 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15586.720242/2011-18 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15586.720244/2011-15 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15586.720246/2011-04 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15586.720247/2011-41 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15586.720249/2011-30 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 15586.720259/2011-75 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 15586.720260/2011-08 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 15586.720263/2011-33 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 15586.720264/2011-88 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
88 - Processo nº: 11543.000992/2003-13 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
89 - Processo nº: 15578.000293/2009-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADM DO BRASIL LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
90 - Processo nº: 11543.002376/2003-99 - Recorrentes: ADM DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
91 - Processo nº: 13005.900915/2010-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
92 - Processo nº: 13005.900914/2010-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
93 - Processo nº: 13005.900916/2010-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
94 - Processo nº: 18470.731952/2011-69 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
95 - Processo nº: 10384.900137/2010-32 - Recorrente: ECB ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11543.005939/2002-10 - Recorrente: CIA ITALO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO ITABRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
97 - Processo nº: 10675.720026/2009-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MATABOI ALIMENTOS LTDA
98 - Processo nº: 10675.720025/2009-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MATABOI ALIMENTOS LTDA
99 - Processo nº: 10410.002447/98-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRAL ACUCAREIRA SANTO ANTONIO S A
100 - Processo nº: 10325.000685/2001-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE
101 - Processo nº: 10768.005688/2003-57 - Recorrente: CEMEX COMERCIAL MADEIRAS EXPORTACAO SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: Crédito, Compensação e outros
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
102 - Processo nº: 13746.000253/2003-62 - Recorrentes: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13746.001221/2002-01 - Recorrente: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
104 - Processo nº: 10860.002456/2005-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: S.M. SISTEMAS MODULARES LTDA
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
105 - Processo nº: 10725.000807/2008-96 - Recorrente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11159.000238/2004-90 - Recorrente: VEMAQ VEICULOS E MAQUINAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
107 - Processo nº: 10640.907806/2009-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
108 - Processo nº: 10480.008752/2002-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL MARPERVAS LTDA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
109 - Processo nº: 17878.000031/2007-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SPACO 2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
110 - Processo nº: 10480.004686/2002-86 - Recorrente: TCA TECNOLOGIA EM COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
111 - Processo nº: 11020.005002/2007-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRALE SOCIEDADE ANONIMA
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
112 - Processo nº: 10730.900923/2009-19 - Recorrente: ENEL CIEN S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
113 - Processo nº: 10925.723015/2012-13 - Recorrente: VINHOS DUELO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
114 - Processo nº: 13312.900021/2006-59 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
115 - Processo nº: 10320.000355/2001-29 - Recorrentes: SOUTH32 MINERALS SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
116 - Processo nº: 11080.011018/2005-23 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10480.720062/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERNACIONAL GRAFICA E EDITORA LTDA
118 - Processo nº: 10380.900130/2006-74 - Recorrentes: PAQUETA CALCADOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13811.000614/2003-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PEPSICO DO BRASIL LTDA
120 - Processo nº: 10735.903831/2012-46 - Recorrente: LORENPET INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMES BRITO
121 - Processo nº: 10283.005906/2006-49 - Recorrente: EMPRESA DE REVITALIZACAO DO PORTO DE MANAUS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10814.016412/2007-25 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10715.006824/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AMERICAN AIRLINES INC

DIA 18 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: Decadência,Juros, Multa e outros
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
124 - Processo nº: 13893.000376/2005-71 - Recorrente: VALTRA DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13858.000410/2003-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FOZ DO MOGI AGRICOLA S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
126 - Processo nº: 16327.002244/2003-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PATENTE PARTICIPACOES S.A.
127 - Processo nº: 13858.000380/2003-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAEDA S.A. AGROINDUSTRIAL
Relator(a): JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
128 - Processo nº: 13820.000563/2001-85 - Recorrente: CIA LECO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10280.005328/2006-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAMPA EXPORTACOES LTDA
130 - Processo nº: 10675.001020/2007-01 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
131 - Processo nº: 19395.720024/2012-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA
132 - Processo nº: 10980.004259/2007-71 - Recorrente: GREGOR PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11020.000350/2004-96 - Recorrentes: FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
134 - Processo nº: 10314.002258/2001-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE LUIZ FERREIRA DE MATTOS
135 - Processo nº: 13830.720655/2014-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CERVEJARIA MALTA LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
136 - Processo nº: 13897.001272/2003-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL

ROBERTO CARLOS DE ABREU COSTA
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento
Substituto

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 257ª SESSÃO DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019

A ser realizada no Palácio da Fazenda, Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1.111, Centro, Rio de Janeiro.

Em 17 de abril de 2019, às 13h30m

1. Embargo de declaração no Recurso 4.124 - Processo 15414.200320/2002-43. Embargante: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP. Interessado: Caixa de Pecúlio, Pensões e Montepios Beneficente - CAPEMI. Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.
2. Embargo de declaração no Recurso: 5.205 - Processo 15414.003979/2008-49. Embargante: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP. Interessado: LUTERPREV - Entidade Luterana de Previdência. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628.
3. Pedido de Esclarecimento no Recurso 6.987 - Processo 15414.002617/2012-17. Requerente: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Requerido: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP. Interessada: Menezes Júnior Corretora de Seguros Ltda. Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
4. Pedido de Esclarecimento no Recurso 7.031 - Processo 15414.100123/2011-16. Requerente: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Requerido: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP. Interessada: DFB Corretora de Seguros Ltda. Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão. Advogado: Robson Rogério Orgaide, OAB/SP 192.311.
5. Recurso: 7.119 - Processo 15414.200582/2011-07. Recorrente: Bernard e Bernard Assessoria e Corretora De Seguros Ltda. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Washington Luis Bezerra da Silva. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 239ª por pedido de vista do Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.
6. Embargos de declaração no Recurso 7.225 - Processo 15414.100108/2012-59. Embargante: Chubb Seguros Brasil S.A (atual denominação da Ace Seguradora S.A). Embargado: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP. Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão. Advogado: Daniela de Matos Silva Rodrigues, OAB/RJ 97.678.
7. Recurso 7.261 - Processo 15414.629596/2017-96. Recorrente: Investprev Seguradora S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Juliana Ribeiro Barreto Paes. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628
8. Recurso 7.288 - Processo 15414.003741/2012-08. Recorrentes: Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Richard Emiliano Soares Vinhosa. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão. Advogado: Daniel Schmitt, OAB/RJ 103.479.
9. Recurso 7.301 - Processo 15414.001812/2013-19. Recorrentes: AIG Resseguros Brasil S.A e José Reinaldo Caparroz Júnior. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628.
10. Recurso 7.365 - Processo 15414.003276/2013-88. Recorrente: Pedro Purm Junior. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Juliana Ribeiro Barreto Paes. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 254ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
11. Recurso 7.397 - Processo 15414.100648/2012-32. Recorrentes: Mapfre Vera Cruz Previdência S.A. (Atual Denominação Da Mapfre Seguradora de Garantias e Crédito S.A.) e Wilson Toneto. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão. Advogado: Dinir Salvador Rios da Rocha, OAB/SP 138.090.
12. Processo 15414.100276/2013-25. Recorrentes: Zurich Vida e Previdência S.A. e Richard Emiliano Soares Vinhosa. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Juliana Ribeiro Barreto Paes. Advogada: Ramane Passos, OAB/RJ 186.087.
13. Processo 15414.622672/2017-32. Recorrente: Nilton Celente Bermudez. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Luciana Duarte Carus, OAB/RS 46.371. Julgamento adiado na 256ª por pedido de vista do Conselheiro Robson Carlos dos Santos Braga.
14. Processo 15414.617452/2017-97. Recorrente: Gerson Cardoso Camargo. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Julgamento adiado na 255ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
15. Processo 15414.602023/2018-04. Recorrentes: Confiança Companhia de Seguros - em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Jesus Cláudio da Silveira e Gerson Cardoso Camargo. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 255ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
16. Processo 15414.601860/2018-16. Recorrentes: Confiança Cia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial -Liquidante: Jesus Cláudio da Silveira e Gerson Cardoso Camargo. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 255ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
17. Processo 15414.601784/2018-31. Recorrentes: Confiança Companhia de Seguros S.A. - em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Jesus Cláudio da Silveira e Gerson Cardoso Camargo. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 255ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
18. Processo 15414.601782/2018-41. Recorrentes: Confiança Companhia de Seguros S.A. - em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Jesus Cláudio da Silveira e Gerson Cardoso Camargo. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Thompson da Gama Moret Santos. Advogada: Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha, OAB/RJ 24.628. Julgamento adiado na 255ª por pedido de vista do Conselheiro Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão.
a) Aditamento ou retiradas de pauta: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.
b) Suspensão dos trabalhos: Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016, e alterado pela Portaria MF nº 213, de 20 de abril de 2018 e pela Portaria MF nº 351 de 24 de julho de 2018: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".
c) Pedidos de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento: As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral ou de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP na página "Serviços > Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.
d) Envio de memoriais: Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/servicos/envio-memorial.

Rio de Janeiro-RJ, 4 de abril de 2019.
THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária-Executiva Adjunta do CRSNSP

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 17, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto na alínea c, inciso X, do art. 85 do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta dos autos públicos do Processo SEI nº 12120.100115/2019-34, decide:

1. Acolher a Nota Técnica SEI nº 4/2019/COPOL/SUREC/SAIN/SECINT-ME, de 22 de fevereiro de 2019, elaborada pelo Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público desta Secretaria de Comércio Exterior, e integrar suas considerações à presente decisão, inclusive como sua motivação.

2. Instaurar avaliação de interesse público referente às medidas antidumping definitivas aplicadas sobre as importações brasileiras de magnésio metálico, comumente classificadas no item 8104.11.00 da NCM, originárias da China, nos termos da Resolução Camex nº 91, de 24 de setembro de 2015, e originárias da Rússia, nos termos da Resolução Camex nº 18, de 27 de março de 2018.

3. Ressalte-se que os autos públicos, conforme Processo SEI nº 12120.100115/2019-34, encontra-se disponível em: https://sei.fazenda.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ1KT6hSfGt6LatZOoyMUKo_o7wGO134lFtUH7MhsjJSh.

4. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 18, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto na alínea c, inciso X, do art. 85 do Decreto nº 9.679, de 2 de

janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta dos autos públicos do Processo SEI nº 19972.100135/2019-23, decide:

1. Acolher a Nota Técnica SEI nº 40/2018/COPOL/SUREC/SAIN/MF-DF, de 19 de dezembro de 2018, elaborada pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, e integrar suas considerações à presente decisão, inclusive como sua motivação.

2. Instaurar avaliação de interesse público referente às medidas antidumping definitivas sobre as importações brasileiras de resina termoplástica de polipropileno dos tipos PP homo e PP copo, comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00, originárias dos EUA, nos termos da Resolução CAMEX nº 104/2016, de 1º de novembro de 2016, e originárias da África do Sul, Coreia do Sul e Índia, nos termos da Resolução CAMEX nº 104/2016, de 28 de abril de 2014.

3. Ressalte-se que os autos públicos, conforme Processo SEI nº 19972.100135/2019-23, encontra-se disponível em: https://sei.fazenda.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ7yOGDlIwUo0ppLj1amXxzrnJHcztY4iXfZfO6j8MYu-.

4. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto na alínea c, inciso X, do art. 85 do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta dos autos públicos do Processo SEI nº19972.100136/2019-78, decide:

1. Acolher o Parecer de Instauração de Interesse Público nº 1/2019, de 6 de fevereiro de 2019, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público desta Secretaria de Comércio Exterior, e integrar suas considerações à presente decisão, inclusive como sua motivação.

2. Instaurar avaliação de interesse público referente à possível aplicação de medida antidumping sobre as importações brasileiras de tubos de ferro fundido para canalização, comumente classificadas no item 7303.00.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, Emirados Árabes Unidos e Índia, em decorrência do Processo nº 52272.001502/2018-99.

3. Ressalte-se que os autos públicos, conforme Processo SEI nº 19972.100136/2019-78, encontra-se disponível em: https://sei.fazenda.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ8gqb4JqGn0rC5GCZfvOMuRlkJvn2HphmlHoa4sID5wh.

4. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 20, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, bem como no Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, especialmente o previsto no art. 85, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.001909/2018-16, decide:

1. No âmbito do Processo MDIC/SECEX 52272.001668/2018-13- atualizar o cronograma contendo os prazos a que fazem referência os artigos 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013, que servirão de parâmetro para o restante da revisão de final da do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de pneus de automóveis, comumente classificadas no item 4011.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, iniciada por meio da Circular SECEX nº 32, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2018.

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão.	03/05/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	23/05/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	10/06/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	01/07/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	16/07/2019

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 21, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, bem como no Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, especialmente o previsto no art. 85, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.001909/2018-16, decide:

1. Prorrogar por até dois meses, a partir de 13 de setembro de 2019, o prazo para conclusão da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de cadeados, comumente classificadas no item 8301.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, objeto do processo MDIC/SECEX nº 52272.001909/2018-16.

2. Tornar públicos os prazos a que fazem referência os artigos 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 2013:

Disposição legal Decreto nº 8.058/2013	Prazos	Datas previstas
Art. 59	Encerramento da fase probatória da revisão.	12/07/2019
Art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos.	01/08/2019
Art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final.	30/08/2019
Art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo.	19/09/2019
Art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final.	09/10/2019

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 126 do Anexo I ao Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, e no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º As contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP serão disciplinadas por esta Instrução Normativa.

§ 1º Para contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993, a aplicação desta norma é facultativa, exceto quanto ao disposto no art. 6º, devendo o órgão ou entidade realizar procedimentos de contratação adequados, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Os órgãos e entidades deverão observar os limites de valores para os quais as contratações de TIC deverão ser submetidas à aprovação do Órgão Central do SISP, conforme disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 2011.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Área Requisitante da solução: unidade do órgão ou entidade que demande a contratação de uma solução de TIC;

II - Área de TIC: unidade setorial, seccional ou correlata do SISP, responsável por gerir a Tecnologia da Informação e Comunicação e pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações relacionadas às soluções de TIC do órgão ou entidade;

III - Área Administrativa: unidades setoriais e seccionais do Sistema de Serviços Gerais - SISG com competência para planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas aos processos de contratação;

IV - Equipe de Planejamento da Contratação: equipe responsável pelo planejamento da contratação, composta por:

a) Integrante Técnico: servidor representante da Área de TIC, indicado pela autoridade competente dessa área;

b) Integrante Administrativo: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área; e

c) Integrante Requisitante: servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área;

V - Equipe de Fiscalização do Contrato: equipe responsável pela fiscalização do contrato, composta por:

a) Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Requisitante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

b) Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de TIC, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;

c) Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos; e

d) Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC;

VI - preposto: representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

VII - solução de TIC: conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações;

VIII - processo de negócio: é uma agregação de atividades e comportamentos executados por pessoas ou máquinas que entrega valor para o cidadão ou apoia outros processos de suporte ou de gerenciamento do órgão ou entidade;

IX - requisitos: conjunto de características e especificações necessárias para definir a solução de TIC a ser contratada;

X - Documento de Oficialização da Demanda: documento que contém o detalhamento da necessidade da Área Requisitante da solução a ser atendida pela contratação;

XI - Estudo Técnico Preliminar da Contratação: documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e que demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação;

XII - identificação de riscos: processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos. Envolve a identificação das principais fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais. Também pode envolver dados históricos, análises teóricas, parecer de especialistas e as necessidades das partes interessadas;

XIII - nível de risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação dos impactos e de suas probabilidades;

XIV - tratamento de riscos: processo para responder ao risco, cujas opções, não mutuamente exclusivas, envolvem evitar, reduzir ou mitigar, transferir ou compartilhar, e aceitar ou tolerar o risco;

XV - análise de riscos: processo de compreensão da natureza do risco e determinação do nível de risco. Fornece a base para a avaliação de riscos e para as decisões sobre o tratamento de riscos;

XVI - avaliação de riscos: processo de comparar os resultados da análise de riscos para determinar se o risco e/ou sua magnitude é aceitável ou tolerável. A avaliação de riscos auxilia na decisão sobre o tratamento de riscos;

XVII - gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização pertinentes com a contratação;

XVIII - Mapa de Gerenciamento de Riscos: instrumento de registro e comunicação da atividade de gerenciamento de riscos ao longo de todas as fases da contratação;

XIX - listas de verificação: documentos ou ferramentas estruturadas contendo um conjunto de elementos que devem ser acompanhados pelos Fiscais do contrato durante a execução contratual, permitindo à Administração o registro e a obtenção de informações padronizadas e de forma objetiva;

XX - Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens: documento utilizado para solicitar à contratada a prestação de serviço ou fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato;

XXI - Termo de Recebimento Provisório: declaração formal de que os serviços foram prestados ou os bens foram entregues, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação, de acordo com a alínea "a" do inciso I, e alínea "a" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

XXII - Termo de Recebimento Definitivo: declaração formal de que os serviços prestados ou bens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação, de acordo com a alínea "b" do inciso I, e alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

XXIII - critérios de aceitação: parâmetros objetivos e mensuráveis utilizados para verificar se um bem ou serviço recebido está em conformidade com os requisitos especificados;

XXIV - Prova de Conceito: amostra a ser fornecida pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência ou Projeto Básico; e

XXV - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC: instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

Art. 3º Não poderão ser objeto de contratação:

I - mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12; e

II - o disposto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive gestão de processos de TIC e gestão de segurança da informação.

Parágrafo único. O apoio técnico aos processos de gestão, de planejamento e de avaliação da qualidade das soluções de TIC poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

Art. 4º Nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização.

Art. 5º É vedado:

I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada;

II - prever em edital a remuneração dos funcionários da contratada;

III - indicar pessoas para compor o quadro funcional da contratada;

IV - demandar a execução de serviços ou tarefas estranhas ao objeto da contratação, mesmo que haja anuência do preposto ou da própria contratada;

V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna dos fornecedores;

VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação;

VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;

IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido;

X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada; e

XI - nas licitações do tipo técnica e preço:

a) incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame; e

b) fixar fatores de ponderação distintos para os índices "técnica" e "preço" sem que haja justificativa para essa opção.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO ESTRATÉGICA DE CONTRATAÇÕES

Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar:

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019;

II - previstas no Plano Anual de Contratações;

III - alinhadas à Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016; e

IV - integradas à Plataforma de Cidadania Digital, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos.

Seção I

Do Plano Anual de Contratações

Art. 7º As contratações de soluções de TIC deverão constar no Plano Anual de Contratações, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

§ 1º Os setores requisitantes deverão encaminhar à Área de TIC as contratações de soluções de TIC que pretendem realizar ou prorrogar no exercício subsequente, até 15 (quinze) dias antes da data prevista no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019.

§ 2º Até a data prevista no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019, a Área de TIC deverá verificar a consonância dos itens de TIC com o PDTIC, podendo excluir, incluir, ajustar, agregar e consolidar os itens, e encaminhar ao setor de licitações para continuidade do procedimento de elaboração do Plano.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 8º As contratações de soluções de TIC deverão seguir as seguintes fases:

I - Planejamento da Contratação;

II - Seleção do Fornecedor; e

III - Gestão do Contrato.

§ 1º As atividades de gerenciamento de riscos devem ser realizadas durante todas as fases do processo de contratação, observando o disposto no art. 38.

§ 2º As contratações de soluções de TIC devem atender às normas específicas dispostas no ANEXO e observar os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

Seção I

Planejamento da Contratação

Art. 9º A fase de Planejamento da Contratação consiste nas seguintes etapas:

I - instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

II - elaboração do Estudo Técnico Preliminar da Contratação; e

III - elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º É obrigatória a execução de todas as etapas da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de:

I - inexigibilidade;

II - dispensa de licitação ou licitação dispensada;

III - formação de Ata de Registro de Preços;

IV - adesão à Ata de Registro de Preços;

V - contratações com uso de verbas de organismos nacionais ou internacionais; ou

VI - contratação de empresas públicas de TIC.

§ 2º É dispensável a realização da etapa III do caput deste artigo nos casos em que o órgão ou entidade seja participante da licitação, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 7.892, de 2013.

§ 3º A participação de órgão ou entidade em registro de preços será fundamentada na compatibilidade do Estudo Técnico Preliminar e outros documentos de planejamento da contratação do órgão interessado na participação com o Termo de Referência ou Projeto Básico do órgão gerenciador, facultada a solicitação de informações adicionais.

§ 4º O órgão interessado em aderir a ata de registro de preços deverá encaminhar os artefatos de planejamento relacionados no caput deste artigo para análise do órgão gerenciador da ata que autorizará ou não a sua adesão, observando-se o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013.

§ 5º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, e acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor quando solicitado pelas áreas responsáveis.

§ 6º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá manter registro histórico de:

I - fatos relevantes ocorridos, a exemplo de comunicação e/ou reunião com fornecedores, comunicação e/ou reunião com grupos de trabalho, consulta e audiência públicas, decisão de autoridade competente, ou quaisquer outros fatos que motivem a revisão dos artefatos do Planejamento da Contratação; e

II - documentos gerados e/ou recebidos, a exemplo dos artefatos previstos nesta norma, pesquisas de preço de mercado, e-mails, atas de reunião, dentre outros.

Subseção I

Da instituição da Equipe de Planejamento da Contratação

Art. 10. A fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento pela Área de TIC do Documento de Oficialização da Demanda, elaborado pela Área Requisitante da solução, que conterá no mínimo:

I - necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do órgão ou entidade, bem como o seu alinhamento ao PDTIC e ao Plano Anual de Contratações;

II - explicitação da motivação e dos resultados a serem alcançados com a contratação da solução de TIC;

III - indicação da fonte dos recursos para a contratação; e

IV - indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

§ 1º Após o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda, a Área de TIC avaliará o alinhamento da contratação ao PDTIC e Comunicação e ao Plano Anual de Contratações e indicará o Integrante Técnico para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

§ 2º O Documento de Oficialização da Demanda será encaminhado à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:

I - decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

II - indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e

III - instituir a Equipe de Planejamento da Contratação.

§ 3º Os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

§ 4º Os papéis de integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de Integrante Requisitante e Técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, e aprovados pelo Comitê de Governança Digital do órgão ou entidade.

§ 5º A indicação e a designação de dirigente da Área de TIC para integrar a Equipe de Planejamento da Contratação somente poderá ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos.

Subseção II

Do Estudo Técnico Preliminar da Contratação

Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

II - análise comparativa de soluções, que deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação, observando:

a) a disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;

b) as alternativas do mercado;

c) a existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016;

d) as políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;

e) as necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual;

f) os diferentes modelos de prestação do serviço;

g) os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;

h) a possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço; e

i) a ampliação ou substituição da solução implantada;

III - A análise comparativa de custos deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo:

a) comparação de custos totais de propriedade (Total Cost Ownership - TCO) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção; e

b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados;

IV - estimativa do custo total da contratação; e

V - declaração da viabilidade da contratação, contendo a justificativa da solução escolhida, que deverá abranger a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

§ 1º As soluções identificadas no inciso II consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.

§ 2º O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC.

§ 3º Caso a autoridade máxima da Área de TIC venha a compor a Equipe de Planejamento da Contratação, a autoridade que assinará o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aquela superior à autoridade máxima da Área de TIC.

Subseção III

Do Termo de Referência ou do Projeto Básico

Art. 12. O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

I - definição do objeto da contratação, conforme art. 13;

II - código(s) do Catálogo de Materiais - Catmat ou do Catálogo de Serviços - Catser relacionado(s) a cada item da contratação, disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal;

III - descrição da solução de TIC, conforme art. 14;

IV - justificativa para contratação da solução, conforme art. 15;

V - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 16;

VI - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 17;

VII - Modelo de Execução e Gestão do Contrato, conforme arts. 18 e 19;

VIII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 20;

IX - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 21;

X - regime de execução do contrato, conforme art. 22;

XI - critérios técnicos para seleção do fornecedor, conforme art. 23; e

XII - índice de correção monetária, quando for o caso, conforme art. 24.

§ 1º Nos casos de necessidade de realização de Prova de Conceito, os procedimentos e critérios objetivos a serem utilizados na avaliação da mesma deverão constar no Termo de Referência.

§ 2º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de:

I - realizar o parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução; e

II - permitir consórcio ou subcontratação da solução de TIC, observado o disposto nos arts. 33 e 72 da Lei nº 8.666, de 1993, respectivamente, justificando-se a decisão.

§ 3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º Nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 3º, § 5º da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 5º O Termo de Referência ou Projeto Básico, a critério da Área Requisitante da solução ou da Área de TIC, poderá ser disponibilizado em consulta ou audiência pública, a fim de avaliar a completude e a coerência da especificação dos requisitos, a adequação e a exequibilidade dos critérios de aceitação.

§ 6º O Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Art. 13. A definição do objeto da contratação deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento da solução.

Art. 14. A descrição da solução de TIC deverá conter de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição.

Art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

I - alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º; e

II - relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto.

Parágrafo único. A justificativa deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar as reais necessidades da contratação.

Art. 16. Na especificação dos requisitos da contratação, compete:

I - ao Integrante Requisitante, com apoio do Integrante Técnico, definir, quando aplicáveis, os seguintes requisitos:

a) de negócio, que independem de características tecnológicas e que definem as necessidades e os aspectos funcionais da solução de TIC;

b) de capacitação, que definem a necessidade de treinamento, de carga horária e de materiais didáticos;

c) legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade;

d) de manutenção, que independem de configuração tecnológica e que definem a necessidade de serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa;

e) temporais, que definem datas de entrega da solução de TIC contratada;

f) de segurança, juntamente com o Integrante Técnico; e

g) sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros;

II - ao Integrante Técnico especificar, quando aplicáveis, os seguintes requisitos tecnológicos:

a) de arquitetura tecnológica, composta de hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagens de programação, interfaces, dentre outros;

b) de projeto e de implementação, que estabelecem o processo de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros;

c) de implantação, que definem o processo de disponibilização da solução em ambiente de produção, dentre outros;

d) de garantia e manutenção, que definem a forma como será conduzida a manutenção e a comunicação entre as partes envolvidas;

e) de capacitação, que definem o ambiente tecnológico dos treinamentos a serem ministrados, os perfis dos instrutores, dentre outros;

f) de experiência profissional da equipe que executará os serviços relacionados à solução de TIC, que definem a natureza da experiência profissional exigida e as respectivas formas de comprovação dessa experiência, dentre outros;

g) de formação da equipe que projetará, implementará e implantará a solução de TIC, que definem cursos acadêmicos e técnicos, formas de comprovação dessa formação, dentre outros;

h) de metodologia de trabalho;

i) de segurança da informação; e

j) demais requisitos aplicáveis.

Parágrafo único. A Equipe de Planejamento da Contratação deverá garantir o alinhamento entre os requisitos definidos no inciso I e especificados no inciso II deste artigo.

Art. 17. A definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador do registro de preços, quando aplicável, deverá observar:

I - a definição das obrigações da contratante contendo, pelo menos, a obrigação de:

a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 29;

b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32;

c) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

d) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

h) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

II - a definição das obrigações da contratada contendo, pelo menos, a obrigação de:

a) indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

III - a definição das obrigações do órgão gerenciador do registro de preços contendo, além do disposto no Decreto nº 7.892, de 2013, e atualizações, pelo menos a obrigação de:

a) efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

b) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

c) definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

d) definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e

3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

Art. 18. O Modelo de Execução do Contrato deverá contemplar as condições necessárias ao fornecimento da solução de TIC, observando, quando possível:

I - fixação das rotinas de execução, com a definição de processos e procedimentos de fornecimento da solução de TIC, envolvendo:

a) prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega, quando aplicáveis;

b) documentação mínima exigida, observando modelos adotados pela contratante, padrões de qualidade e completude das informações, a exemplo de modelos de desenvolvimento de software, relatórios de execução de serviço e/ou fornecimento, controles por parte da contratada, ocorrências, etc.; e

c) papéis e responsabilidades, por parte da contratante e da contratada, quando couber;

II - quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle;

III - definição de mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a Administração, adotando-se preferencialmente as Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens;

IV - forma de pagamento, que será efetuado em função dos resultados obtidos; e

V - elaboração dos seguintes modelos de documentos, em se tratando de contratações de serviços de TIC:

a) Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal da contratada; e

b) Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação.

Art. 19. O Modelo de Gestão do Contrato, definido a partir do Modelo de Execução do Contrato, deverá contemplar as condições para gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da solução de TIC, observando:

I - fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis mínimos de serviços com os valores aceitáveis para os principais elementos que compõe a solução de TIC;

II - procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, abrangendo:

a) metodologia, formas de avaliação da qualidade e adequação da solução de TIC às especificações funcionais e tecnológicas, observando:

1. definição de mecanismos de inspeção e avaliação da solução, a exemplo de inspeção por amostragem ou total do fornecimento de bens ou da prestação de serviços;

2. adoção de ferramentas, computacionais ou não, para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos;

3. origem e formas de obtenção das informações necessárias à gestão e à fiscalização do contrato;

4. definição de vistas de verificação e de roteiros de testes para subsidiar a ação dos Fiscais do contrato; e

5. garantia de inspeções e diligências, quando aplicáveis, e suas formas de exercício;

b) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato, inclusive quanto à qualificação técnica e disponibilidade de tempo para aplicação das listas de verificação e roteiros de testes;

III - fixação dos valores e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, que só deverá ocorrer quando a contratada:

a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

IV - definição clara e detalhada das sanções administrativas, de acordo com os arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 1993, juntamente com o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, observando:

a) vinculação aos termos contratuais;

b) proporcionalidade das sanções previstas ao grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações;

c) as situações em que advertências serão aplicadas;

d) as situações em que as multas serão aplicadas, com seus percentuais correspondentes, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes;

e) as situações em que o contrato será rescindido por parte da Administração devido ao não atendimento de termos contratuais, da recorrência de aplicação de multas ou outros motivos;

f) as situações em que a contratada terá suspensa a participação em licitações e impedimento para contratar com a Administração; e

g) as situações em que a contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, conforme previsto em Lei;

V - procedimentos para o pagamento, descontados os valores oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções.

Art. 20. A estimativa de preço da contratação deverá ser realizada pelo Integrante Técnico com o apoio do Integrante Administrativo para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e de acordo com a Instrução

Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, e suas atualizações, que versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

§ 1º A estimativa de preço derivada exclusivamente de propostas de fornecedores somente deverá ser utilizada mediante justificativa, nos casos em que não for possível obter preços de contratações similares de outros entes públicos ou do Painel de Preços.

§ 2º A pesquisa de preço descrita no parágrafo anterior deverá considerar, sempre que possível, os valores praticados diretamente pelos fabricantes.

Art. 21. A adequação orçamentária e o cronograma físico-financeiro serão elaborados pelos Integrantes Requisitante e Técnico, contendo:

I - a estimativa do impacto no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso; e

II - cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas.

Art. 22. A definição do regime de execução do contrato de prestação de serviços deverá observar o disposto no inciso VIII do art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 23. A definição, pelo Integrante Técnico, dos critérios técnicos para seleção do fornecedor, deverá observar o seguinte:

I - a utilização de critérios correntes no mercado;

II - a necessidade de justificativa técnica nos casos em que não seja permitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos relativos ao mesmo quesito de capacidade técnica;

III - a vedação da indicação de entidade certificadora, exceto nos casos previamente dispostos em normas da Administração Pública;

IV - a vedação de exigência, para fins de qualificação técnica na fase de habilitação, de atestado, declaração, carta de solidariedade, comprovação de parceria ou credenciamento emitidos por fabricantes;

V - a vedação de pontuação com base em atestados relativos à duração de trabalhos realizados pelo licitante, para licitações do tipo técnica e preço; e

VI - a justificativa dos critérios de pontuação em termos do benefício que trazem para a contratante, para licitações do tipo técnica e preço.

Art. 24. Nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária, é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Seção II

Seleção do Fornecedor

Art. 25. A fase de Seleção do Fornecedor observará as normas pertinentes, incluindo o disposto na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 9.507, de 2018, no Decreto nº 3.555, de 2000, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 7.174, de 2010, e no Decreto nº 7.892, de 2013, e respectivas atualizações supervenientes.

Parágrafo único. É obrigatória a utilização da modalidade Pregão para as contratações de que trata esta Instrução Normativa sempre que a solução de TIC for enquadrada como bem ou serviço comum, conforme o disposto no § 1º, art. 9º do Decreto nº 7.174, de 2010.

Art. 26. A fase de Seleção do Fornecedor inicia-se com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico pela Área de TIC à Área de Licitações e encerra-se com a publicação do resultado da licitação após a adjudicação e a homologação.

Art. 27. Caberá à Área de Licitações conduzir as etapas da fase de Seleção do Fornecedor.

Art. 28. Caberá à Equipe de Planejamento da Contratação, durante a fase de Seleção do Fornecedor:

I - analisar as sugestões feitas pelas Áreas de Licitações e Jurídica para o Termo de Referência ou Projeto Básico e demais documentos de sua responsabilidade;

II - apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na resposta aos questionamentos ou às impugnações dos licitantes; e

III - apoiar tecnicamente o pregoeiro ou a Comissão de Licitação na análise e julgamento das propostas e dos recursos apresentados pelos licitantes e na condução de eventual Prova de Conceito.

Seção III

Gestão do Contrato

Art. 29. A fase de Gestão do Contrato se iniciará com a assinatura do contrato e com a nomeação dos seguintes integrantes da Equipe de Fiscalização do Contrato:

I - Gestor do Contrato;

II - Fiscal Técnico do Contrato;

III - Fiscal Requisitante do Contrato; e

IV - Fiscal Administrativo do Contrato.

§ 1º As nomeações descritas neste artigo serão realizadas pela autoridade competente da Área Administrativa.

§ 2º Os Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato poderão ser os mesmos servidores que realizaram o planejamento da contratação.

§ 3º Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de Fiscal Requisitante e Técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, e aprovados pelo Comitê de Governança Digital do órgão ou entidade.

§ 4º A indicação e a designação de dirigente da Área de TIC para os papéis de fiscais somente poderá ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos.

§ 5º Os integrantes da Equipe de Fiscalização do Contrato devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

§ 6º O encargo de gestor ou fiscal não poderá ser recusado pelo servidor, que deverá reportar ao superior hierárquico as deficiências ou limitações que possam impedir o cumprimento do exercício das atribuições.

§ 7º A Administração deverá providenciar os meios necessários para que o servidor desempenhe adequadamente as atribuições de fiscais, conforme a natureza e a complexidade do objeto.

§ 8º A Equipe de Planejamento da Contratação será automaticamente destituída quando da assinatura do contrato.

Art. 30. A fase de Gestão do Contrato visa acompanhar e garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a solução de TIC durante todo o período de execução do contrato.

Subseção I

Do início do contrato

Art. 31. As atividades de início do contrato compreendem:

I - a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma;

b) entrega, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V; e

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

II - o repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e

III - a disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é dispensável para soluções compostas exclusivamente por fornecimento de bens de TIC.

Subseção II

Do encaminhamento formal de demandas

Art. 32. O encaminhamento formal de demandas, a cargo do Gestor do Contrato, deverá ocorrer por meio de Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou conforme definido no Modelo de Execução do Contrato, e deverá conter, no mínimo:

I - a definição e a especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos;

II - o volume estimado de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato;

III - o cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e

IV - a identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da solução.

Parágrafo único. O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Subseção III

Do monitoramento da execução

Art. 33. O monitoramento da execução deverá observar o disposto no Modelo de Gestão do Contrato, e consiste em:

I - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;

II - avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

III - identificação de não conformidade com os termos contratuais, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

IV - verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

V - verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do Contrato;

VI - encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;

VII - encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;

VIII - confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a cargo do Fiscal Requisitante e Fiscal Técnico do Contrato, com base nas informações produzidas nos incisos I a VII deste artigo;

IX - autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato com base nas informações produzidas no inciso VIII deste artigo, a ser encaminhada ao preposto da contratada;

X - verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

XI - verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato;

XII - verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

XIII - encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e

XIV - manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato, com apoio dos Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo.

Parágrafo único. No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Subseção IV

Da transparência

Art. 34. O órgão ou entidade deverá providenciar a publicação de, pelo menos, os seguintes documentos em sítio eletrônico de fácil acesso, observando a legislação específica relativa à proteção de informações:

I - Documento de Oficialização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar da Contratação, Termo de Referência ou Projeto Básico:

a) até a data de publicação do edital da licitação; ou

b) até a data de publicação do extrato de contratação, nos casos de contratação direta; ou

c) até a data de assinatura do contrato, nos casos de adesão à ata de registro de preços;

II - O inteiro teor do contrato e seus Termos Aditivos, se houver, em até 30 (trinta) dias após suas assinaturas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é facultativo para os contratos assinados até a data prevista no inciso III do art. 44 desta norma.

Subseção V

Da transição e do encerramento contratual

Art. 35. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;

IV - a devolução de recursos;

V - a revogação de perfis de acesso;

VI - a eliminação de caixas postais; e

VII - outras que se apliquem.

Art. 36. Para fins de renovação contratual, o Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para o aditamento.

Art. 37. Os produtos de software resultantes de serviços de desenvolvimento deverão ser catalogados pela contratante, observando-se os normativos do Órgão Central do SISP quanto à disponibilização de software público.

Seção IV

Gerenciamento de Riscos

Art. 38. O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão prevista na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016.

§ 1º Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos que deverá conter no mínimo:

I - identificação e análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, mediante a combinação do impacto e de suas probabilidades, que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC;

II - avaliação e seleção da resposta aos riscos em função do apetite a riscos do órgão; e

III - registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

§ 2º Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos.

§ 3º Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, realizando as seguintes atividades:

I - reavaliação dos riscos identificados nas fases anteriores e atualização de suas respectivas ações de tratamento; e

II - identificação, análise, avaliação e tratamento de novos riscos.

§ 4º O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser juntado aos autos do processo administrativo, pelo menos:

I - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;

II - ao final da fase de Seleção do Fornecedor;

III - uma vez ao ano, durante a gestão do contrato; e

IV - após eventos relevantes.

§ 5º O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão Central do SISP, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 40. O Órgão Central do SISP poderá definir políticas e diretrizes, orientar normativamente e supervisionar as atividades de gestão dos recursos de TIC do SISP do Poder Executivo Federal.

Art. 41. Aplica-se subsidiariamente às contratações de serviços de TIC o disposto nos arts. 1º a 18, 33 a 38, e 49 ao 68 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Não há aplicação subsidiária se houver tratamento específico em norma, guia, manual ou modelo publicados pelo Órgão Central do SISP.

Art. 42. As Áreas de Compras, Licitações e Contratos dos órgãos e entidades apoiarão as atividades da contratação, de acordo com as suas atribuições regimentais.

Art. 43. Fica revogada a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014.

I - permanecem regidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 11 de setembro de 2014, os processos de contratação de soluções de TIC encaminhados ao órgão de assessoramento jurídico até o dia anterior à data constante no inciso III do art. 44 desta Instrução Normativa; e

II - incluem-se na previsão do inciso I deste artigo, além do contrato eventualmente firmado, todos os seus aditamentos e respectivas renovações ou prorrogações de vigência, ainda que venham a ocorrer já na vigência desta Instrução Normativa.

Art. 44. Esta Instrução Normativa entra em vigor:

I - na data da sua publicação, quanto ao Plano Anual de Contratações, disposto no art. 7º;

II - em 2 de janeiro de 2020, quanto ao alinhamento das contratações ao Plano Anual de Contratações, disposto no inciso II do art. 6º, e no inciso I do art. 10; e

III - em 1º de julho de 2019, quanto aos demais dispositivos.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

ANEXO

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS AGREGADOS:

1.1. O licenciamento de software consiste em qualquer forma de aquisição de direitos de uso de software, quer seja por tempo indeterminado (licença perpétua), quer seja por meio de cessão temporária de direito de uso (locação ou subscrição).

1.2. Serviços agregados são aqueles relacionados ao licenciamento de software, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico.

1.3. Na especificação dos requisitos da contratação do licenciamento de software e serviços agregados, deve-se:

1.3.1. Alinhar a aquisição de licenças de software e seus serviços agregados às necessidades do órgão ou entidade para evitar gastos com produtos e serviços não utilizados;

1.3.2. Avaliar a necessidade da contratação de serviços agregados ao software; e

1.3.3. Prospectar alternativas de atendimento aos requisitos junto a diferentes fabricantes e viabilizar a participação de revendedores de fabricantes distintos.

1.4. No Estudo Técnico Preliminar da Contratação, deve-se:

1.4.1. Avaliar e definir ações para viabilizar a possível substituição da solução a ser contratada adotando medidas que minimizem a dependência tecnológica, a exemplo da adoção de padrões tecnológicos comuns de mercado ou padrões abertos e da previsão de serviços e funcionalidades de migração;

1.4.2. Avaliar a diferença entre o preço de manter a solução implantada e o de substituí-la por outra semelhante, considerando-se os valores das licenças e dos serviços agregados, e os custos indiretos como migração de dados, aquisição de novos equipamentos, implantação e treinamento;

1.4.3. Identificar a compatibilidade de produtos alternativos que viabilizem a utilização da solução, de modo a não aceitar que se condicione o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de solução específica, nos casos de indicação pelo fabricante da necessidade de produtos específicos para viabilizar a utilização da solução a ser contratada;

1.4.4. Avaliar a viabilidade de permitir que empresas concorrentes participem da disputa pela contratação do serviço de suporte técnico; e

1.4.5. Avaliar o custo-benefício de contratar os serviços de suporte técnico e de atualização de versões, sejam ambos ou somente um deles, ou de não contratar nenhum desses serviços, considerando elementos como a necessidade de negócio e os riscos envolvidos.

1.5. O volume de licenças e de serviços agregados a serem contratados deve refletir a necessidade do órgão, sendo vedado:

1.5.1. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança retroativa de valores referentes a serviços de suporte técnico e de atualização de versões relativa ao período em que o órgão ou entidade tenha ficado sem cobertura contratual;

1.5.2. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança de valores para reativação de serviços agregados;

1.5.3. Incluir cláusula que direta ou indiretamente permita a cobrança de valores relativos a serviço de correção de erros, inclusive retroativos, que devem ser corrigidos sem ônus à contratante, durante o prazo de validade técnica dos softwares, nos termos do Capítulo III da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Caso os erros venham a ser corrigidos em versão posterior do software, essa versão deverá ser fornecida sem ônus para a contratante;

1.5.4. Incluir cláusula que direta ou indiretamente exija a contratação conjugada de serviços de suporte técnico e de atualização de versões, quando não houver a necessidade de ambos; e

1.5.5. Aceitar carta de exclusividade emitida pelos próprios fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços, devendo ser observado o disposto no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.6. O órgão ou entidade deverá demandar os volumes de licenças e serviços agregados, de forma gradual, seguindo cronograma de implantação, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantados.

1.7. O órgão ou entidade deverá exigir das empresas licitantes declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

1.8. O órgão ou entidade, durante o planejamento da contratação, deverá compatibilizar prazos e níveis de serviços dos termos contratuais com as condições oferecidas pelo fabricante do produto, mesmo nos casos de contratação de revendedores.

2. CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE AUTENTICAÇÃO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS:

2.1. É vedada a contratação de soluções de autenticação em aplicações destinadas a serviços públicos digitais, salvo nos casos em que o órgão ou entidade tenha obtido autorização prévia pelo Órgão Central do SISP.

3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, SUSTENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE:

3.1. É vedada a utilização dos serviços contratados para o desenvolvimento de softwares de atividades de área meio, salvo nos casos em que o órgão ou entidade tenha obtido autorização do órgão central do SISP ou do Órgão Central do respectivo sistema estruturador.

3.1.1. São considerados softwares de atividades de área meio os que são utilizados para apoio de atividades de gestão ou administração operacional, como, por exemplo, softwares de gestão de recursos humanos, ponto eletrônico, portaria, biblioteca, almoxarifado, patrimônio, contratos, frotas, gestão eletrônica de documentos, e que não têm por objetivo o atendimento às áreas finalísticas para a consecução de políticas públicas ou programas temáticos.

3.2. Todas as atividades inerentes ao ciclo de vida de desenvolvimento e manutenção de software devem estar incluídas na métrica de pagamento em função dos resultados e produtos entregues, abstendo-se a Administração do pagamento por atividades já incluídas no escopo dos serviços aferidos pela métrica, como levantamento de requisitos e reuniões, exceto nos casos de interrupção do projeto de software por parte do órgão.

3.3. O órgão ou entidade poderá estabelecer no edital patamar de preço para presunção de inexequibilidade, com base em pesquisas de mercado e de contratações similares.

4. CONTRATAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CENTRO DE DADOS, SERVIÇOS EM NUVEM, SALA-COFRE E SALA SEGURA:

4.1. Os órgãos e entidades que necessitem criar, ampliar ou renovar infraestrutura de centro de dados deverão fazê-lo por meio da contratação de serviços de computação em nuvem, salvo quando demonstrada a inviabilidade em estudo técnico preliminar da contratação.

4.2. As contratações de serviços em nuvem devem observar o disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008, e suas Normas Complementares, notadamente a Norma Complementar 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR.

4.2.1. Os órgãos e entidades devem exigir mediante justificativa prévia, no momento da assinatura do contrato, que fornecedores privados de serviços em nuvem possuam certificações de normas de segurança da informação aplicáveis ao objeto da contratação, assim como outros requisitos que objetivem mitigar riscos relativos à segurança da informação.

4.2.2. Os órgãos e entidades devem assegurar, por meio de cláusulas contratuais, que os serviços em nuvem a serem contratados permitirão a portabilidade de dados e softwares e que as informações do contratante estarão disponíveis para transferência de localização, em prazo adequado.

4.3. É vedada a contratação para criação ou ampliação de salas-cofre e salas seguras, salvo nos casos em que o órgão ou entidade tenha obtido autorização prévia do Órgão Central do SISP.

4.3.1. Considera-se sala segura sistema modular composto por painéis remontáveis, formando um ambiente autoportante e estanque para proteção física de equipamentos de hardware, construído no interior da edificação existente, podendo ser ampliado ou removido e remontado em outro local, preservando suas características de proteção. Esse ambiente inclui sistemas de infraestrutura elétrica, de climatização, de monitoramento ambiental, de detecção e alarme de incêndio e demais subsistemas relacionados à proteção contra ameaças físicas.

4.3.2. Considera-se sala cofre ambiente que possui todas as características de uma sala segura, devendo ser certificado pela norma ABNT NBR 15.247 (Unidades de armazenagem segura - Salas-cofre e cofres para hardware - Classificação e métodos de ensaio de resistência ao fogo).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Regulamenta o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e o art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e dispõe sobre a composição e as competências do Colegiado Interno de Referencial Técnico.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 126 do Anexo I ao Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, o art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e a Portaria GM/ME nº 103, de 21 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta os requisitos e procedimentos a serem efetuados por órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para aprovação de:

I - contratações relativas a bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, para efeito do disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 2011; e

II - atas de registro de preços de serviços de TIC passíveis de adesão por parte de órgãos ou entidades não participantes, para efeito do disposto no art. 22, § 10, inciso II do Decreto nº 7.892, de 2013.

Art. 2º Os órgãos e entidades previstos no art. 1º deverão submeter à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia proposta para aprovação de:

I - contratação de bens ou serviços de TIC com valor global estimado do objeto superior a 20 (vinte) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea "c", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

II - atas de registro de preços de serviços de TIC passíveis de adesão por parte de órgãos ou entidades não participantes, para efeito do disposto no art. 22, § 10, inciso II, do Decreto nº 7.892, de 2013.

§ 1º Para contratações no sistema de registro de preços, o valor global estimado que trata o inciso I deverá contemplar o montante das demandas dos órgãos participantes da licitação, incluindo os volumes previstos para possíveis utilizações da ata de registro de preços por órgão ou entidade não participante, e considerar os Decretos de atualizações expedidos na forma do art. 120 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º A necessidade de aprovação de propostas a que se refere o inciso I não se aplica às contratações enquadradas no art. 24, incisos I a XII, XV, XVI, XVIII a XXIII, XXVII a XXX, XXXIII e XXXV da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º As solicitações de aprovação dispostas no caput devem ser realizadas antes da fase externa da licitação ou, nos casos de contratação direta, antes da assinatura do contrato.

CAPÍTULO I

DA FORMALIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO

Art. 3º As solicitações de aprovação de que trata o art. 2º serão encaminhadas por meio de expediente endereçado à Secretaria de Governo Digital.

§ 1º As solicitações de que trata o art. 2º, inciso I, deverão partir do órgão ou entidade que pretende realizar o certame.

§ 2º As solicitações de que trata o art. 2º, inciso II, deverão ser encaminhadas pelo órgão gerenciador.

§ 3º A Secretaria de Governo Digital poderá, de ofício, dar início a processos de aprovação de que trata o art. 2º, caso identifique tal necessidade, solicitando o encaminhamento dos documentos descritos no art. 4º.

Art. 4º As solicitações de aprovação deverão conter todos os documentos referentes à fase de planejamento da contratação, quais sejam: Documento de Oficialização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico, documentos relacionados à pesquisa de preços e o Mapa de Gerenciamento de Riscos.

Parágrafo único. A não apresentação dos documentos elencados no caput deste artigo resultará na devolução sumária da solicitação sem exame de mérito.

Art. 5º A Secretaria de Governo Digital terá o prazo de até trinta dias, contados a partir do recebimento do expediente de que trata o art. 3º, prorrogável uma única vez por igual período, para análise da documentação descrita no art. 4º.

Parágrafo único. Até que ocorra a aprovação da proposta, o órgão ou entidade solicitante fica autorizado a prosseguir apenas com procedimentos internos da contratação, sem que haja celebração de contrato ou instrumento assemelhado ou publicação de instrumento convocatório para certame licitatório.

Art. 6º Obtida a aprovação a que se refere o art. 2º, inciso I, eventual acréscimo ou supressão do quantitativo estimado em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do estimado na proposta inicial implicará na necessidade de submissão de nova proposta.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 7º O Colegiado Interno de Referencial Técnico - CIRT, de caráter consultivo, realizará a análise inicial das propostas submetidas à Secretaria de Governo Digital.

Art. 8º O CIRT será composto pelos seguintes servidores:

I - Diretor de Operações Compartilhadas da Secretaria de Governo Digital, que o presidirá;

II - dois servidores com conhecimentos técnicos relacionados ao objeto da contratação em análise; e

III - um servidor com conhecimento do processo de contratação de soluções de TIC.

§ 1º É facultado ao CIRT convidar servidores do quadro de outros órgãos para sua composição, que atendam ao disposto nos incisos II ou III do caput.

§ 2º Poderão ser convidados representantes do órgão ou entidade solicitante para participar das análises e discussões, sem direito a voto.

Art. 9º Cabe ao Colegiado Interno de Contratações de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - CITIC decidir sobre a aprovação da proposta do órgão ou entidade solicitante, para contratações com valor global estimado do objeto superior a 20 (vinte) vezes e inferior ou igual a 40 (quarenta) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea "c" da Lei nº 8.666, de 1993, com base no parecer emitido pelo CIRT.

Art. 10. Cabe ao Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados - SCCC decidir sobre a aprovação da proposta do órgão ou entidade solicitante, para contratações com valor global estimado do objeto superior a 40 (quarenta) vezes o previsto no art. 23, inciso II, alínea "c" da Lei nº 8.666, de 1993, com base no parecer emitido pelo CIRT.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 11. Compete ao CIRT realizar a análise inicial de todas as solicitações a que se refere o art. 2º, bem como iniciar de ofício as que julgar necessário, emitindo um parecer com sugestões de encaminhamento, após analisar a documentação encaminhada pelo órgão ou entidade solicitante.

§ 1º O parecer com sugestões de encaminhamento será elaborado a partir do entendimento prevalecente no CIRT, sendo registradas as posições divergentes entre os participantes.

§ 2º O parecer com sugestões de encaminhamento não é vinculativo, cabendo aos colegiados deliberativos, previstos nos arts. 9º e 10, motivar suas decisões, especialmente caso sejam contrárias ao parecer do CIRT.

§ 3º O CIRT poderá devolver, de forma fundamentada, a proposta ao órgão ou entidade solicitante com indicação de alterações ou complementações.

§ 4º A apresentação pelo órgão ou entidade solicitante da alteração ou complementação de informações requeridas pelo CIRT ensejará a interrupção do prazo previsto para análise no art. 5º.

Art. 12. O CIRT deverá submeter o parecer ao CITIC ou SCCC, considerando o valor global estimado do objeto da contratação, da forma prevista nos arts. 9º e 10.

Art. 13. A análise da Secretaria de Governo Digital nas hipóteses de que trata o art. 2º estará circunscrita à contratação submetida à exame e restringir-se-á aos aspectos técnicos e de conformidade relacionados ao processo de planejamento da contratação de soluções de TIC, excluídos os aspectos jurídicos.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre o preenchimento do Autodiagnóstico no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 126 do Anexo I ao Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019:, resolve:

Art. 1º O Autodiagnóstico constitui instrumento de avaliação que permite o direcionamento das políticas públicas aplicáveis ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, dentre outras ações que visem ao desenvolvimento e à implementação de melhorias nas áreas de Tecnologia da Informação.

Art. 2º O preenchimento do Autodiagnóstico é obrigatório para os órgãos integrantes do SISP.

Art. 3º A Secretaria de Governo Digital utilizará os dados e informações disponíveis no Autodiagnóstico para coordenar a definição da unidade de exercício dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação, bem como para embasar outras atividades que estejam sob sua responsabilidade.

Art. 4º A realização do Autodiagnóstico ocorrerá a cada dois anos.

§ 1º Excepcionalmente e mediante justificativa escrita, a realização do Autodiagnóstico poderá ocorrer em periodicidade inferior ao disposto no caput.

§ 2º Os documentos que instruem a justificativa de que trata o § 1º serão comunicadas à Comissão de Coordenação do SISP, bem como, diretamente aos gestores das áreas de Tecnologia da Informação, por meio de correio eletrônico.

Art. 5º Ficam revogadas:

I - a Portaria SLTI nº 7, de 8 de abril de 2013;
II - a Portaria SLTI nº 3, de 24 de março de 2015;
III - a Portaria STI nº 40, de 14 de setembro de 2016;
IV - a Portaria STI nº 48, de 28 de setembro de 2016;
V - a Resolução SLTI nº 2, de 11 de março de 2010;
VI - a Resolução SLTI nº 3, de 11 de março de 2010;
VII - a Resolução SLTI nº 4, de 11 de março de 2010;
VIII - a Resolução SLTI nº 5, de 21 de dezembro de 2010; e
IX - a Resolução SLTI nº 6, de 21 de dezembro de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

PORTARIA Nº 778, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no art. 126, I e II, do Anexo I ao Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e no art. 4º, V, do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para implantar, desenvolver e aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, conforme disciplinado nesta Portaria.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - tecnologia da informação e comunicação: ativo estratégico que suporta processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações;

II - alta administração: agentes públicos ou políticos responsáveis pela Governança de TIC nos órgãos e entidades do SISP, a saber:

a) Ministros e Secretários de Estado;
b) Reitores de universidades;
c) dirigentes máximos de autarquias e fundações; e
d) outros ocupantes de cargos de natureza especial ou de cargo de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 6, ou equivalentes;

III - governança de TIC: sistema pelo qual o uso atual e futuro de TIC é dirigido e controlado, mediante avaliação e direcionamento, para atender às necessidades prioritárias e estratégicas da organização e monitorar sua efetividade por meio de planos, incluída a estratégia e as políticas de uso de TIC no âmbito da organização; e

IV - gestão de TIC: é o conjunto de ações relacionadas ao planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, em linha com a direção definida pela função de governança, a fim de atingir os objetivos institucionais.

Art. 3º A governança de TIC deverá ser implantada em consonância com os seguintes princípios:

I - foco nas partes interessadas;
II - TIC como ativo estratégico;
III - gestão por resultados;
IV - transparência;
V - prestação de contas e responsabilização; e
VI - conformidade.

Art. 4º Visando atender aos princípios descritos nesta Portaria, os órgãos e entidades pertencentes ao SISP deverão observar as seguintes diretrizes:

I - considerar as práticas definidas no Guia de Governança de TIC do SISP, observando as especificidades e o nível de maturidade atual da organização;

II - fomentar a integração visando ao compartilhamento e à otimização dos recursos de TIC entre órgãos e entidades;

III - é papel da alta administração exercer a governança de TIC nos órgãos e entidades do SISP, conduzindo os processos de direção, monitoramento e avaliação do desempenho de TIC;

IV - o gestor de TIC é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, devendo assessorar a alta administração na governança de TIC, provendo todas as informações de gestão para a tomada de decisão das instâncias superiores; e

V - o Plano Diretor de TIC - PDTIC e demais instrumentos de gestão utilizados pelo órgão serão publicados em seu portal institucional, visando dar maior transparência às informações e decisões tomadas, à exceção das informações classificadas como não públicas, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º Para a obtenção de melhores resultados, a área de TIC de cada órgão ou entidade devem, preferencialmente, estar vinculada à alta administração com o intuito de apoiá-la na tomada de decisões e no alcance dos objetivos estratégicos.

§ 2º Os cargos de gestão de TIC dos órgãos e entidades deverão ser ocupados, preferencialmente, por servidores efetivos, empregados públicos e militares.

§ 3º A Secretaria de Governo Digital pode auxiliar os órgãos e entidades no recrutamento, seleção e desenvolvimento das capacidades dos gestores de TIC.

Art. 5º Os assuntos relacionados à Governança de TIC serão deliberados pelo Comitê de Governança Digital, instituído pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, ou estrutura equivalente.

Parágrafo único. O Comitê é responsável pelo estabelecimento e alcance dos objetivos e das metas de TIC, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos em TIC.

Art. 6º O PDTIC é o instrumento de alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e as estratégias organizacionais, e deverá:

I - observar, no que couber, o guia de PDTIC do SISP;

II - estar alinhado à Estratégia de Governança Digital - EGD e ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI e, na ausência deste, ao Plano Plurianual - PPA;

III - conter, no mínimo:

a) inventário de necessidades priorizado;
b) plano de metas e ações;
c) plano de gestão de pessoas;
d) plano orçamentário; e
e) plano de gestão de riscos;

IV - possuir uma ou mais metas para cada objetivo estratégico ou necessidade de TI, devendo cada meta ser composta por indicador, valor e prazo;

V - ter um processo de acompanhamento formalizado para monitorar e avaliar a implementação das ações, o uso dos recursos e a entrega dos serviços, com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos institucionais e, primordialmente, verificar o alcance das metas estabelecidas e, se necessário, estabelecer ações para corrigir possíveis desvios; e

VI - ter vigência mínima de dois anos com revisão anual.

Art. 7º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá editar normas complementares para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 8º Fica revogada a Portaria STI nº 19, de 29 de maio de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO

DECISÃO

No exercício das atribuições a mim conferidas no art. 91, inciso I, do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, em atendimento ao art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 04972.008002/2013-33 e com base no Parecer Jurídico nº 01748/2018/ACS/CGJPU/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 19 de dezembro de 2018, o qual faz parte integrante desta Decisão, conheço do recurso apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina - OAB/SC e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo a decisão proferida pelo então Secretário do Patrimônio da União que indeferiu o requerimento de perdão/isenção de multa por ocupação irregular de terreno de marinha localizado na Praça Tancredo Neves (em frente ao Tribunal de Contas da União).

GUSTAVO MONTEZANO
Secretário
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Processo nº 17944.105073/2018-77

Assunto: Retificação de Despacho de Remanejamento de recursos equalizáveis da Safra 2018/19

No Despacho: Considerando o exposto na Nota Técnica SEI nº 2/2019/GEAMF/CGFIS/SUGEF/STN/FAZENDA-ME; RETIFICO as informações relativas às taxas de juros ao tomador final das linhas de financiamento "ABC Ambiental" e "PCA - Até 6.000 ton.", publicadas na Tabela III do Anexo I do Despacho publicado no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 2019 da seguinte forma:

Onde se lê: "$Tx_{pós}$: parte fixa de 0,39% acrescida do FAM"

Leia-se: "$Tx_{pós}$: parte fixa de -0,39% acrescida do FAM"

As demais informações constantes no referido Despacho mantêm-se inalteradas.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 45, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, e

Considerando a frustração da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros e o excesso de arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e a necessidade de viabilizar o atendimento das ações "Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial" e "Administração da Unidade", no âmbito da referida unidade orçamentária, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, no que concerne ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							499.087
		ATIVIDADES							
04 127	2029 20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial							499.087
04 127	2029 20WQ 0020	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Região Nordeste							499.087
			F	3	2	80	0	250	499.087
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional							499.088
		ATIVIDADES							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							499.088
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							499.088
			F	3	2	90	0	250	499.088
TOTAL - FISCAL									998.175
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									998.175

ANEXO II

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							499.087
		ATIVIDADES							
04 127	2029 20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial							499.087
04 127	2029 20WQ 0020	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Região Nordeste							499.087
			F	3	2	80	0	280	499.087
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional							499.088
		ATIVIDADES							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							499.088
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							499.088
			F	3	2	90	0	280	499.088
TOTAL - FISCAL									998.175
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									998.175

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 2 - SEI, 3 DE ABRIL DE 2019

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB para "SONDA DE TEMPERATURA PARA USO COM APARELHO CONTROLADOR OU INDICADOR".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3788-consulta-ppb-2019

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

CAIO MEGALE

ANEXO

PROPOSTA Nº 054/2018 - FIXAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA SONDA DE TEMPERATURA PARA USO COM APARELHO CONTROLADOR OU INDICADOR, A SER INDUSTRIALIZADA NA ZONA FRANCA DE MANAUS.

(OBS.: A Consulta está na forma de Portaria)

Art. 1º Estabelecer para o produto "SONDA DE TEMPERATURA PARA USO COM APARELHO CONTROLADOR OU INDICADOR", industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - soldagem do elemento termo sensível no conector ou cabo de ligação;

II - sobre injeção plástica do elemento termo sensível, quando aplicável;

III - inserção do elemento termo sensível (encapsulado ou não) no invólucro de proteção, quando aplicável;

IV - selagem do conjunto formado, quando aplicável;

V - teste de estanqueidade;

VI - teste de isolação elétrica; e

VII - teste de calibração do sensor.

§ 1º As etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º As atividades ou operações inerentes à etapa de produção constante do item II poderão ser realizadas por terceiros.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.879, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a celebração de convênio entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em nome da União, o Distrito Federal e os municípios para delegação das atribuições de fiscalização, de lançamento e de cobrança relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso III do § 4º do art. 153 e no inciso II do caput do art. 158 da Constituição Federal, na Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, e no Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

.....

§ 2º A protocolização, nos termos do caput, importa em adesão formal ao modelo de convênio específico, a depender do ente federativo optante, conforme os Anexos I e II desta Instrução Normativa.

....." (NR)

"Art. 19. O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo:

.....

§ 1º A denúncia do convênio pela RFB será precedida de comunicação escrita para que o ente conveniado possa adequar-se no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, observado o disposto no art. 20.

§ 2º A denúncia pelos conveniados será feita mediante protocolização do termo de denúncia, exclusivamente por meio eletrônico, com assinatura eletrônica do ente federativo conveniado realizada com utilização de certificado digital válido.

§ 3º O termo de denúncia a que se refere o § 2º estará disponível no Portal do ITR, na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico <http://rfb.gov.br>." (NR)

"Art. 20. Acarretará a denúncia automática do convênio, sem a concessão do prazo previsto no § 1º do art. 19:

....." (NR)

"Art. 26. .....

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, será assinado pelos representantes legais da RFB e do ente conveniado novo instrumento de convênio, de acordo com o modelo de convênio específico constante nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, sem solução de continuidade do convênio anteriormente firmado." (NR)

"Art. 30. Se, na vigência de convênio celebrado, a RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, editar ato que altere os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios e que implique alteração das cláusulas previstas no modelo de convênio específico, constante nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, o ente conveniado deve:

I - na hipótese de concordância em relação às novas cláusulas, adequar-se a elas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o que implica adesão formal ao novo modelo de convênio específico, a ser consubstanciada por meio de assinatura de novo instrumento; ou

....." (NR)

Art.2º O Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016, fica substituído pelo Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º A Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016, passa a vigorar acrescida do Anexo II, nos termos do Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO PAULO RAMOS FACHADA MARTINS DA SILVA

ANEXO I

CONVÊNIO PARA DELEGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016)

Convênio que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão do Ministério da Economia e o Município ...../....., conforme a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, o Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, e a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, com a finalidade de delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Economia, doravante denominada RFB, CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, e o Município ...../....., CPNJ nº ....., doravante denominado Conveniado, neste ato representado pelo(a) prefeito(a) senhor(a) ....., CPF nº ....., de acordo como disposto na Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, no Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, e na Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, celebram, por seus representantes legais, o presente Convênio que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O objeto deste Convênio é firmar a opção realizada pelo Conveniado, na forma prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 6.433, de 2008, para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

PARÁGRAFO ÚNICO- A celebração deste Convênio não prejudicará a competência supletiva da RFB de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do ITR.

CLÁUSULA SEGUNDA- O presente Convênio será regulado pelo disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016, e em normas complementares expedidas pela RFB e pelo Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR).

CLÁUSULA TERCEIRA- O Conveniado fará jus a 100% (cem por cento) do produto da arrecadação do ITR, referente aos imóveis rurais situados em seu território, a partir do cadastramento no Sistema de Fiscalização e Cobrança do ITR para Municípios Conveniados do servidor habilitado nos termos do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016.

CLÁUSULA QUARTA- A RFB compromete-se a:

I- estabelecer parâmetros nacionais para a revisão das declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR);

II- disponibilizar acesso aos sistemas e aplicativos necessários ao desempenho das atribuições de que trata este Convênio;

III- elaborar, quando for o caso, cronograma de expedição de avisos de cobrança conjuntamente com o Conveniado;

IV- disponibilizar a relação dos débitos do ITR sujeitos à cobrança;

V- estabelecer modelos de notificação de lançamento, de intimação, avisos e outros documentos a serem expedidos pelos conveniados;

VI- prestar ao Conveniado as informações necessárias à adequada execução das atividades previstas no presente Convênio;

VII- disponibilizar ao Conveniado os atos administrativos e normativos por ela emitidos, referentes à matéria objeto deste Convênio, bem como suas alterações e atualizações, e dirimir dúvidas, quando necessário; e

VIII- elaborar e executar plano de treinamento para os conveniados nos sistemas referentes ao ITR e na legislação do imposto.

CLÁUSULA QUINTA- O Conveniado compromete-se a:

I- manter estrutura de tecnologia da informação adequada e suficiente para acessar os sistemas da RFB, que contemple equipamentos e redes de comunicação;

II- manter servidor habilitado para a fiscalização e a cobrança do ITR, mediante treinamento realizado pela RFB, que tenha sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos para cargo com atribuição legal de lançamento de créditos tributários;

III- informar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) de sua circunscrição, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos pela RFB, os valores de terra nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB;

IV- expedir notificação de lançamento, intimação, avisos e outros documentos, em conformidade com modelos aprovados pela RFB;

V- instruir e encaminhar à unidade de julgamento da RFB os processos administrativos fiscais, nos casos de impugnação e recursos relativos ao ITR fiscalizado e cobrado sob a égide deste Convênio;

VI- prestar, aos sujeitos passivos, atendimento decorrente das ações de procedimentos fiscais por ele efetuados;

VII- guardar em boa ordem as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento, bem como aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos, no caso de a conclusão do trabalho resultar em liberação da DITR sem lançamento de ofício;

VIII- elaborar, conjuntamente com a unidade da RFB de sua circunscrição, cronograma de expedição de avisos de cobrança; e

IX- arcar com os custos de:

a) treinamento de seus servidores; e

b) expedição de notificação de lançamento, intimação, avisos e outros documentos.

CLÁUSULA SEXTA- Na execução deste Convênio, o Conveniado deve cumprir metas mínimas de fiscalização definidas pela RFB, observadas as resoluções do CGITR.

PARÁGRAFO ÚNICO- As metas de que trata esta cláusula poderão ser revistas mediante ato da RFB.

CLÁUSULA SÉTIMA- O Conveniado e seus servidores estão sujeitos às regras do sigilo fiscal estabelecidas no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), sem prejuízo da observância das normas de Política de Controle de Acesso e de Segurança da Informação, da RFB.

PARÁGRAFO ÚNICO- O servidor que divulgar, revelar ou facilitar a divulgação ou revelação de qualquer informação, bem como aquele que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida nos termos deste Convênio, em finalidade ou hipótese diversa da prevista em lei, regulamento ou ato administrativo, será responsabilizado administrativamente por descumprimento do dever funcional de observar normas legais ou regulamentares, sem prejuízo de sua responsabilização em ação regressiva própria e da responsabilidade penal cabível.

CLÁUSULA OITAVA- Durante a execução deste Convênio, a qualquer momento, a RFB poderá verificar o cumprimento das cláusulas avençadas e das normas pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para fins do que dispõe esta cláusula, a RFB poderá solicitar do Conveniado, mediante comunicação escrita, a apresentação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, de esclarecimentos e documentos que comprovem o cumprimento e a manutenção das obrigações do Conveniado, sob pena de denúncia deste Convênio.

CLÁUSULA NONA- Se, durante a vigência deste Convênio, qualquer das obrigações não puder ser satisfeita pelo Conveniado, este deverá informar a situação à RFB, a qual determinará prazo suficiente para a adequação, sob pena de denúncia deste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO- A informação de que trata esta cláusula será prestada no respectivo processo digital responsável pela gestão deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA- O acesso aos sistemas da RFB será efetuado mediante utilização de certificação digital e habilitação dos usuários, indicados pelo Conveniado, conforme normas expedidas pela RFB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- As dúvidas porventura surgidas em relação à aplicação do presente Convênio serão resolvidas pela SRRF da circunscrição do Conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo:

I- pelo Conveniado, a seu critério, por simples desistência de sua opção mediante protocolização do termo de denúncia, exclusivamente por meio eletrônico, com assinatura eletrônica do ente federativo conveniado, mediante utilização de certificado digital válido; ou

II- pela RFB, quando o conveniado deixar de cumprir qualquer das obrigações previstas nas cláusulas quinta, sexta e sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A denúncia deste Convênio pela RFB será precedida de comunicação escrita para que o Conveniado possa adequar-se no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Acarretará a denúncia automática deste Convênio, sem a concessão do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula:

I - a execução pelo Conveniado, por pelo menos 2 (dois) trimestres consecutivos, de procedimentos fiscais em desacordo com as normas vigentes que implique necessidade de revisão de ofício pela RFB e cancelamento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos lançamentos realizados;

II - o transcurso in albis do prazo de que trata o parágrafo único da cláusula oitava;

III- a não habilitação do servidor nos termos do art. 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016; e

IV- o descumprimento da cláusula sétima.

PARÁGRAFO TERCEIRO- Na hipótese de o Conveniado não cumprir as metas mínimas de fiscalização definidas pela RFB, observadas as resoluções do CGITR, a denúncia deste Convênio pela RFB será precedida de avaliação dos motivos para o não cumprimento das metas.

PARÁGRAFO QUARTO- A denúncia deste Convênio, em qualquer caso, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO- Em qualquer das hipóteses de que trata a cláusula décima segunda, o Conveniado compromete-se a juntar ao respectivo processo digital de gestão deste Convênio, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da denúncia, as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento e aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O presente Convênio terá vigência por prazo indeterminado a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial da União (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- A RFB providenciará a publicação deste Convênio, em extrato, no DOU.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As eventuais dúvidas e controvérsias oriundas deste Convênio, que não puderem ser dirimidas de comum acordo pelos convenentes, serão submetidas ao Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Caso haja anterior Convênio entre a RFB e o Conveniado para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do ITR, o referido Convênio fica automaticamente revogado com a entrada em vigor do presente Convênio.

Assinatura digital	Assinatura digital
Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil	Prefeito(a) do Município ...../.....

ANEXO II

CONVÊNIO PARA DELEGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

(Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016)

Convênio que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil(RFB), órgão do Ministério da Economia, e o Distrito Federal, conforme a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, o Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, e a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, com a finalidade de delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), órgão do Ministério da Economia, doravante denominada RFB, CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, e o Distrito Federal, CPNJ nº ....., doravante denominado Conveniado, neste ato representado pelo(a) representante legal senhor(a) ....., CPF nº ....., de acordo como disposto na Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, no Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, e na Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016, celebram, por seus representantes legais, o presente Convênio que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- O objeto deste Convênio é firmar a opção realizada pelo Conveniado, na forma prevista no § 1º do art. 10 do Decreto nº 6.433, de 2008, para exercer as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

PARÁGRAFO ÚNICO- A celebração deste Convênio não prejudicará a competência supletiva da RFB de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do ITR.

CLÁUSULA SEGUNDA- O presente Convênio será regulado pelo disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016, e em normas complementares expedidas pela RFB e pelo Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR).

CLÁUSULA TERCEIRA- O Conveniado fará jus a 100% (cem por cento) do produto da arrecadação do ITR, referente aos imóveis rurais situados em seu território, a partir do cadastramento no Sistema de Fiscalização e Cobrança do ITR para Municípios Conveniados do servidor habilitado nos termos do art. 15 da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016.

CLÁUSULA QUARTA- A RFB compromete-se a:

I- estabelecer parâmetros nacionais para a revisão das declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR);

II- disponibilizar acesso aos sistemas e aplicativos necessários ao desempenho das atribuições de que trata este Convênio;

III- elaborar, quando for o caso, cronograma de expedição de avisos de cobrança conjuntamente com o Conveniado;

IV- disponibilizar a relação dos débitos do ITR sujeitos à cobrança;

V- estabelecer modelos de notificação de lançamento, de intimação, avisos e outros documentos a serem expedidos pelos conveniados;

VI- prestar ao Conveniado as informações necessárias à adequada execução das atividades previstas no presente Convênio;

VII- disponibilizar ao Conveniado os atos administrativos e normativos por ela emitidos, referentes à matéria objeto deste Convênio, bem como suas alterações e atualizações, e dirimir dúvidas, quando necessário; e

VIII- elaborar e executar plano de treinamento para os conveniados nos sistemas referentes ao ITR e na legislação do imposto.

CLÁUSULA QUINTA- O Conveniado compromete-se a:

I- manter estrutura de tecnologia da informação adequada e suficiente para acessar os sistemas da RFB, que contemple equipamentos e redes de comunicação;

II- manter servidor habilitado para a fiscalização e a cobrança do ITR, mediante treinamento realizado pela RFB, que tenha sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos para cargo com atribuição legal de lançamento de créditos tributários;

III- informar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) de sua circunscrição, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos pela RFB, os valores de terra nua por hectare (VTN/ha), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB;

IV- expedir notificação de lançamento, intimação, avisos e outros documentos, em conformidade com modelos aprovados pela RFB;

V- instruir e encaminhar à unidade de julgamento da RFB os processos administrativos fiscais, nos casos de impugnação e recursos relativos ao ITR fiscalizado e cobrado sob a égide deste Convênio;

VI- prestar, aos sujeitos passivos, atendimento decorrente das ações de procedimentos fiscais por ele efetuados;

VII- guardar em boa ordem as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento, bem como aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos, no caso de a conclusão do trabalho resultar em liberação da DITR sem lançamento de ofício;

VIII- elaborar, conjuntamente com a unidade da RFB de sua circunscrição, cronograma de expedição de avisos de cobrança; e

IX- arcar com os custos de:

a) treinamento de seus servidores; e

b) expedição de notificação de lançamento, intimação, avisos e outros documentos.

CLÁUSULA SEXTA- Na execução deste Convênio, o Conveniado deve cumprir metas mínimas de fiscalização definidas pela RFB, observadas as resoluções do CGITR.

PARÁGRAFO ÚNICO- As metas de que trata esta cláusula poderão ser revistas mediante ato da RFB.

CLÁUSULA SÉTIMA- O Conveniado e seus servidores estão sujeitos às regras do sigilo fiscal estabelecidas no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), sem prejuízo da observância das normas de Política de Controle de Acesso e de Segurança da Informação, da RFB.

PARÁGRAFO ÚNICO- O servidor que divulgar, revelar ou facilitar a divulgação ou revelação de qualquer informação, bem como aquele que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida nos termos deste Convênio, em finalidade ou hipótese diversa da prevista em lei, regulamento ou ato administrativo, será responsabilizado administrativamente por descumprimento do dever funcional de observar normas legais ou regulamentares, sem prejuízo de sua responsabilização em ação regressiva própria e da responsabilidade penal cabível.

CLÁUSULA OITAVA- Durante a execução deste Convênio, a qualquer momento, a RFB poderá verificar o cumprimento das cláusulas avençadas e das normas pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para fins do que dispõe esta cláusula, a RFB poderá solicitar do Conveniado, mediante comunicação escrita, a apresentação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, de esclarecimentos e documentos que comprovem o cumprimento e a manutenção das obrigações do Conveniado, sob pena de denúncia deste Convênio.

CLÁUSULA NONA- Se, durante a vigência deste Convênio, qualquer das obrigações não puder ser satisfeita pelo Conveniado, este deverá informar a situação à RFB, a qual determinará prazo suficiente para a adequação, sob pena de denúncia deste Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO- A informação de que trata esta cláusula será prestada no respectivo processo digital responsável pela gestão deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA- O acesso aos sistemas da RFB será efetuado mediante utilização de certificação digital e habilitação dos usuários, indicados pelo Conveniado, conforme normas expedidas pela RFB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- As dúvidas porventura surgidas em relação à aplicação do presente Convênio serão resolvidas pela SRRF da circunscrição do Conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo:

I- pelo Conveniado, a seu critério, por simples desistência de sua opção mediante protocolização do termo de denúncia, exclusivamente por meio eletrônico, com assinatura eletrônica do ente federativo conveniado, mediante utilização de certificado digital válido; ou

II- pela RFB, quando o conveniado deixar de cumprir qualquer das obrigações previstas nas cláusulas quinta, sexta e sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A denúncia deste Convênio pela RFB será precedida de comunicação escrita para que o Conveniado possa adequar-se no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Acarretará a denúncia automática deste Convênio, sem a concessão do prazo previsto no parágrafo primeiro desta cláusula:

I - a execução pelo Conveniado, por pelo menos 2 (dois) trimestres consecutivos, de procedimentos fiscais em desacordo com as normas vigentes que implique necessidade de revisão de ofício pela RFB e cancelamento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos lançamentos realizados;

II - o transcurso in albis do prazo de que trata o parágrafo único da cláusula oitava;

III- a não habilitação do servidor nos termos do art. 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 2016; e

IV- o descumprimento da cláusula sétima.

PARÁGRAFO TERCEIRO- Na hipótese de o Conveniado não cumprir as metas mínimas de fiscalização definidas pela RFB, observadas as resoluções do CGITR, a denúncia deste Convênio pela RFB será precedida de avaliação dos motivos para o não cumprimento das metas.

PARÁGRAFO QUARTO- A denúncia deste Convênio, em qualquer caso, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO- Em qualquer das hipóteses de que trata a cláusula décima segunda, o Conveniado compromete-se a juntar ao respectivo processo digital de gestão deste Convênio, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da denúncia, as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento e aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O presente Convênio terá vigência por prazo indeterminado a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial da União (DOU).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- A RFB providenciará a publicação deste Convênio, em extrato, no DOU.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As eventuais dúvidas e controvérsias oriundas deste Convênio, que não puderem ser dirimidas de comum acordo pelos convenentes, serão submetidas ao Juízo da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Caso haja anterior Convênio entre a RFB e o Conveniado para delegação das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do ITR, o referido Convênio fica automaticamente revogado com a entrada em vigor do presente Convênio.

Assinatura digital
Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil

Assinatura digital
Representante Legal do Distrito Federal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.880, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera as Instruções Normativas RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, e nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, que dispõem sobre regimes aduaneiros especiais.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 89 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nos arts. 9º e 10 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 10 do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, no parágrafo único do art. 79 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no § 1º do art. 59 e nos arts. 61, 62 e 92 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no art. 14 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no art. 6º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, no art. 61 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na Lei nº 13.586, de 28 de dezembro de 2017, nos arts. 364, 365, 372, 377, 426 e 462 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, no § 3º do art. 14 do Decreto nº 7.545, de 2 de agosto de 2011, e no art. 2º do Decreto nº 9.128, de 17 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º .....

.....

.....

II - .....

.....

.....

b) a subcontratada da pessoa jurídica mencionada na alínea "a" para a execução das atividades previstas no art. 1º.

....." (NR)

"Art. 15. Aplica-se ao Repetro os mesmos procedimentos para aplicação e extinção da aplicação do regime previstos para o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) na modalidade de importação prevista no inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017.

§ 1º O disposto no caput não se aplica à movimentação de bens, que deverá ser controlada com base no sistema informatizado de que trata o inciso I do art. 6º.

§ 2º A aplicação do regime e os demais procedimentos simplificados poderão ser requeridos pelo interessado até 31 de dezembro de 2018.

§ 3º Na hipótese de encerramento definitivo das atividades do beneficiário do regime no Repetro ou de migração total para o Repetro-Sped, fica dispensada a utilização do sistema de controle informatizado a que se refere o art. 7º.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, o beneficiário do regime deverá adotar as seguintes providências:

I - imprimir relatório completo de todos os dados gerenciais do sistema;

II - formalizar a abertura de dossiê digital;

III - solicitar a juntada dos dados gerenciais a que se refere o inciso I ao dossiê digital referido no inciso II; e

IV - solicitar a vinculação do dossiê digital a que se refere o inciso II ao processo de habilitação ao Repetro." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

I - os veículos terrestres, aeronaves e embarcações utilizados no transporte internacional de carga ou passageiro, que ingressem no País exercendo essa atividade;

....." (NR)

"Art. 123. .....

.....

§ 4º No caso de embarcações autorizadas a operar no transporte de mercadoria nacional e que se encontravam automaticamente admitidas, na forma prevista no art. 5º, antes da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.880, de 3 de abril de 2019, deverá ser providenciado pedido de aplicação do regime no enquadramento apropriado, nos termos do art. 13, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.880, de 3 de abril de 2019." (NR)

Art. 3º A Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O regime tributário e aduaneiro especial de utilização econômica de bens destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), será aplicado com observância do disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º O Repetro-Sped aplica-se também aos bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e nas atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se destinação de bens a instalação ou a disponibilização dos bens nos locais indicados nos contratos de concessão, autorização, cessão ou de partilha de produção ou a utilização dos bens nas atividades a que se refere este artigo." (NR)

"Art. 2º A aplicação do Repetro-Sped compreende a utilização dos seguintes tratamentos aduaneiros ou tributários:

.....

§ 6º Os tratamentos tributários previstos nos incisos III e VI e o tratamento aduaneiro previsto no inciso IV do caput poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2040.

....." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 1º .....

.....

III - sob a forma de admissão temporária, aos bens:

a) cuja permanência no País seja de natureza definitiva; ou

b) que, por sua natureza, sejam consumidos ou inutilizados pelo uso durante a vigência do regime.

.....

§ 3º Os bens submetidos ao regime deverão ser destinados exclusivamente nos blocos de exploração ou nos campos de produção indicados nos contratos de concessão, autorização, cessão ou de partilha de produção, incluídas as jazidas unitizadas ou os campos que compartilham o mesmo ativo.

§ 4º .....

.....

III - quando os contratos de locação, de cessão, de disponibilização ou de arrendamento não contemplarem a individualização completa dos bens e o valor unitário de locação, cessão, disponibilização ou arrendamento para cada bem individualmente; ou

.....

§ 8º .....

.....

I - o contrato de afretamento, de locação, de cessão, de disponibilização ou de arrendamento do bem esteja combinado com o serviço de operação da plataforma ou unidade flutuante e que as empresas fretadora e prestadora de serviços contratada não sejam vinculadas à operadora contratante; ou

II - o bem se destine à utilização temporária em testes de produção ou em sistemas de produção antecipada, em campo de produção ou bloco de exploração.

.....

§ 12. As vedações previstas no § 4º não se aplicam no caso de bem admitido com base em contrato de prestação de serviços por empreitada global, assim considerado aquele em que os valores pagos pela operadora sejam exclusiva e integralmente decorrentes de prestação de serviços, sem qualquer outra parcela contratual relativa a locação, cessão, disponibilização ou arrendamento de bens.

§ 13. No caso de contratos em que seja previsto fornecimento de bens a serem consumidos durante a prestação de serviços, estes deverão ser relacionados separadamente, no contrato, dos bens a serem admitidos temporariamente.

§ 14. Os bens a serem consumidos durante a prestação de serviços, nos termos do § 13, deverão ser despachados para consumo.

§ 15. No caso previsto no inciso I do § 4º, o prazo temporal para o cálculo de enquadramento na hipótese será o período em que o bem permanecer em utilização econômica no território aduaneiro, incluídas eventuais prorrogações do prazo de vigência, ou o prazo de 5 (cinco) anos, o que for menor." (NR)

"Art. 4º A utilização do Repetro-Sped nas modalidades previstas nos incisos III, IV e VI do art. 2º será permitida exclusivamente a pessoa jurídica habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

§ 1º .....

.....

II - .....

.....

.....

b) a subcontratada da pessoa jurídica mencionada na alínea "a", para a execução das atividades previstas no art. 1º.

....." (NR)

"Art. 5º .....

.....

.....

III - estar adimplente com as obrigações de entrega da Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI (EFD-ICMS/IPI), nos termos da legislação específica em vigor, quando a pessoa jurídica a ser habilitada optar por industrializar bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso VI do art. 2º ou importar bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso III do art. 2º;

IV - emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ou Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e) referente à movimentação de bens entre estabelecimentos, depósitos e os locais de utilização, observada a legislação específica;

.....

IX - relacionar cada estabelecimento por seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), inclusive de plataforma de produção e armazenamento de petróleo e gás natural, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, e do depósito para armazenamento de bens de que trata o art. 32;

.....

§ 1º A habilitação ao Repetro-Sped é obrigatória apenas para a pessoa jurídica que admitir bens nas modalidades previstas nos incisos III, IV e VI do art. 2º.

.....

§ 6º A obrigatoriedade de inscrição a que se refere o inciso IX do art. 5º somente se aplica para plataforma de produção e armazenamento que permaneça em utilização econômica, de forma ininterrupta ou não, no território aduaneiro por período superior a 12 (doze) meses.

§ 7º No que concerne ao requisito previsto no inciso III do caput, ficam obrigados à entrega da EFD-ICMS/IPI apenas os estabelecimentos que industrializam bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso VI do art. 2º ou que importam bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso III do art. 2º.

§ 8º No que concerne ao requisito previsto no inciso IV do caput, fica obrigada à emissão de NF-e a pessoa jurídica habilitada para industrializar bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso VI do art. 2º ou importar bens no Repetro-Sped na modalidade prevista no inciso III do art. 2º." (NR)

"Art. 8º .....

.....

.....

III - de 3 (três) anos, contado da data do registro da DI, quando se tratar de armazenamento nos termos do art. 32.

.....

§ 3º O termo final do prazo de vigência do regime não poderá ser posterior à data indicada no ADE de habilitação.

§ 4º Na hipótese de bens importados com fundamento no inciso III do art. 2º, decorrido o prazo de 3 (três) anos sem que haja o início da destinação dos bens nas atividades mencionadas no caput do art. 1º, sobre eles incidirão os tributos aplicáveis ao regime comum de importação, acrescidos de juros e multa de mora, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores." (NR)

"Art. 9º O montante dos tributos incidentes na importação com pagamento suspenso em decorrência da aplicação do regime aduaneiro especial nas modalidades previstas nos incisos IV e V do art. 2º será consubstanciado em Termo de Responsabilidade (TR), conforme modelo constante do Anexo III desta Instrução Normativa." (NR)

"Art. 10. Fica dispensada a prestação de garantia no âmbito do Repetro-Sped." (NR)

"Art. 13. .....

.....

Parágrafo único. Quando se tratar de 2 (dois) ou mais bens principais idênticos, o importador poderá utilizar-se de um único processo administrativo de controle do regime." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 1º .....

.....

.....

VI - contrato de prestação de serviços e, quando houver, contrato de afretamento por tempo;

VII - número do processo de habilitação vigente na data da formalização do pedido, na hipótese de admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro;

VIII - apólice de seguro de casco e máquinas, contratada no País ou no exterior, no caso de embarcação ou plataforma; e

IX - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped.

.....

§ 3º Os contratos a que se referem os incisos V e VI do § 1º deverão estar acompanhados de todos os respectivos anexos, apêndices, autorizações complementares ou outros contratos vinculados.

....." (NR)

"Art. 15. O importador deverá solicitar a formação de um processo administrativo de controle do regime e a juntada do RCR, previamente ao registro da declaração de importação.

....." (NR)

"Art. 17. Na hipótese de o bem ter sido armazenado, atracado ou fundeado na forma prevista no inciso I do § 1º do art. 15, o importador deverá instruir previamente o processo administrativo de controle do regime com a informação da data e do local de início da sua destinação nas atividades a que se refere o art. 1º." (NR)

"Art. 18. .....

.....

.....

Parágrafo único. Na ausência de procedimento fiscal, o benefício fiscal de que trata o caput será homologado tacitamente depois de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, contado do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte à data da conversão a que se referem os incisos I e II do caput." (NR)

"Art. 19. A análise do cabimento da aplicação do regime e do controle do prazo de sua vigência será realizada pela unidade de despacho aduaneiro da RFB responsável pelo desembaraço aduaneiro.

.....

§ 2º A concessão inicial do regime referida no § 1º, ou a prorrogação automática a que se refere o inciso II do § 1º do art. 21, subsistirá sob condição resolutória de ulterior revisão, sem prejuízo da imediata destinação do bem:

I - pela unidade da RFB a que se refere o caput, quanto aos requisitos e condições para aplicação do regime; ou

II - pela unidade da RFB com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da pessoa jurídica habilitada para fins de fiscalização de tributos incidentes sobre o comércio exterior, quanto à regularidade da aplicação do benefício e à conformidade dos contratos apresentados para instrução do regime.

.....

§ 4º A análise de conformidade do contrato de prestação de serviços ou de afretamento por tempo será realizada pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento fiscal.

.....

§ 6º O chefe da unidade da RFB a que se refere o caput poderá estabelecer percentual mínimo para análise dos pedidos concedidos ou prorrogados automaticamente, baseado em gestão de riscos." (NR)

"Art. 20. .....

.....

.....

§ 2º Na hipótese de não atendimento de requisito para a aplicação do regime na modalidade referida no inciso IV do art. 2º, ou de ser desfavorável ao importador a revisão a que se refere o § 2º do art. 19, serão devidos os tributos proporcionais previstos no art. 373 do Decreto nº 6.759, de 2009, acrescidos de juros e multa de mora, contados a partir:

.....

§ 3º Na hipótese de não atendimento de requisito para a aplicação do regime na modalidade referida no inciso III do art. 2º, ou de ser desfavorável ao importador a revisão a que se refere o § 2º do art. 19, serão devidos os tributos incidentes no regime comum de importação acrescidos de juros e multa de mora, calculados a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

.....

§ 5º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 3º do art. 19, se ficar constatado que o importador não cumpre os requisitos necessários à aplicação do regime ou que um dos contratos apresentados para instrução do regime está em desconformidade com a legislação ou contém vícios que o tornam inválido, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento fiscal de revisão deverá:

.....

II - intimar o beneficiário do regime a adotar, no que lhe for aplicável, uma das providências previstas no art. 27, quando se tratar de Repetro-Sped nas modalidades referidas nos incisos IV e V do art. 2º; e

.....

§ 6º O disposto no § 2º não se aplica quando o beneficiário incidir em uma das hipóteses de descumprimento do regime previstas no art. 369 do Decreto nº 6.759, de 2009, hipótese em que deverão ser observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 51 a 55 da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015, no que couber." (NR)

"Art. 21. O prazo de vigência do regime poderá ser prorrogado na mesma medida da extensão do prazo estabelecido no contrato de importação ou no contrato de afretamento por tempo, quando se tratar de admissão temporária para utilização econômica, com ou sem dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro.

§ 1º .....

II - concedido automaticamente, sob condição resolutória de ulterior revisão nos termos do § 2º do art. 19, à pessoa jurídica interessada, desde que atendidos os requisitos e condições para aplicação do regime.

.....

§ 3º Na hipótese de formalização de aditivo contratual, de novo contrato para instrução do regime sem alteração de finalidade, ou de mudança de proprietário do bem no exterior, o beneficiário deverá solicitar a juntada, ao mesmo processo administrativo de controle do regime, do RPR e dos seguintes documentos instrutivos:

.....

III - aditivo ou novo contrato, sempre que houver alteração em algum dos contratos apresentados para instrução do regime;

.....

V - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped.

.....

§ 5º .....

III - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped.

§ 6º .....

III - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped." (NR)

"Art. 22. Durante a vigência do regime, poderá ser autorizado o uso compartilhado de bens para atendimento a outro tomador de serviços ou a mudança de finalidade de utilização do bem principal, observado o disposto no art. 21, mediante requerimento juntado ao processo administrativo de controle do regime, sem necessidade de registro de nova declaração.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se mudança de finalidade o atendimento a objeto diverso do que constava do último contrato de prestação de serviços ou de afretamento por tempo apresentado para instrução do regime.

.....

§ 4º .....

V - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped.

....." (NR)

"Art. 24. Poderá ser concedida nova admissão do bem ao amparo do Repetro-Sped nas modalidades de importação previstas nos incisos IV e V do art. 2º, sem exigência de sua saída do território aduaneiro, desde que atendidos aos requisitos e às formalidades para a sua concessão, e será dispensada a verificação física do bem, nas hipóteses de:

.....

§ 1º .....

III - novo contrato de prestação de serviços e, quando houver, novo contrato de afretamento por tempo;

.....

VI - planilha de consolidação de contratos e de bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped.

.....

§ 3º Na hipótese prevista no inciso II do caput, o regime será concedido na forma prevista no art. 19 e o beneficiário deverá atender a todos os requisitos e formalidades para a concessão do regime, inclusive ao que prevê o registro de nova declaração de importação e a formalização de TR, quando exigidos.

....." (NR)

"Art. 24-A. Antes de decorrido o prazo previsto no caput do art. 18, poderá ser requerida a substituição de beneficiário do Repetro-Sped para o bem que foi importado na modalidade prevista no inciso III do art. 2º, dispensada sua verificação física, observado o disposto no art. 124 do Decreto nº 6.759, de 2009, e atendidas as formalidades para a concessão do regime.

§ 1º O requerimento de que trata o caput será decidido por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da unidade da RFB que controla o prazo de vigência do regime.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o regime será concedido na forma prevista no art. 15, e o novo beneficiário deverá, quando houver tratamento administrativo, obter o deferimento do órgão anuente responsável, dispensado o registro de nova declaração de importação." (NR)

"Art. 25. .....

§ 1º O beneficiário deverá comunicar à unidade da RFB que controla o prazo de vigência do regime a transferência de que trata o caput.

.....

§ 3º A comunicação de transferência de que trata o § 1º deve ser formalizada antes da movimentação do bem, sem prejuízo da emissão da correspondente NF-e ou NFA-e.

....." (NR)

"Art. 26. .....

.....

§ 3º .....

II - autorizada automaticamente com a emissão da NF-e ou NFA-e, quando realizados no País.

§ 4º Caso os bens submetidos ao procedimento previsto neste artigo não retornem ao País durante a vigência do regime, seja em decorrência de decisão do interessado ou de caso fortuito ou força maior:

I - a remessa realizada na forma prevista no § 2º fundamentará o requerimento do beneficiário para extinção da aplicação do regime por reexportação; ou

II - aplicar-se-á o disposto no § 6º do art. 5º da Lei nº 13.586, de 2017, quando se tratar da modalidade de importação prevista no inciso III do art. 2º.

.....

§ 7º Será permitida, ainda, a movimentação de tanques e recipientes no País para reabastecimento, hipótese em que o beneficiário do regime deve emitir a correspondente NF-e ou NFA-e da movimentação, sob pena de caracterização de desvio de finalidade e aplicação das sanções cabíveis." (NR)

"Art. 27. .....

§ 4º Na hipótese de adoção da providência prevista no inciso III do caput, o pedido de extinção da aplicação do regime a bens cuja retirada do local de sua destinação seja inviável por questões regulatórias ou ambientais deverá, sem prejuízo do disposto no art. 28, ser acompanhada de:

.....

§ 5º A competência para atestar a extinção da aplicação do regime será da unidade de despacho aduaneiro da RFB:

I - onde ocorrer o despacho de reexportação, na hipótese prevista no inciso I do caput;

II - que controla o prazo de vigência do regime aplicado ao bem, na hipótese prevista no inciso V do caput; e

III - com jurisdição sobre o local onde se encontram os bens, nas demais hipóteses.

§ 6º O deferimento de pedido tempestivo de extinção da aplicação do regime, inclusive na hipótese de ser realizado pela própria unidade da RFB que controla o prazo de vigência do regime, não convalida os pedidos de aplicação do regime ainda não analisados." (NR)

"Art. 27-A. A extinção da aplicação do regime na modalidade de importação definitiva com suspensão total do pagamento de tributos é automática após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do registro da DI a que se refere o art. 16.

§ 1º As modalidades de extinção da aplicação do regime elencadas no art. 27 e os procedimentos aduaneiros previstos nos arts. 28 a 31 não se aplicam ao regime tributário especial a que se refere o caput.

§ 2º Depois da destinação do bem, antes ou depois do transcurso do prazo previsto no caput, caso haja desativação das instalações de exploração e produção, abandono de campo de produção ou bloco de exploração ou seja impossível sua utilização por determinação de órgão da União, o bem poderá:

I - ser alocado em outro campo ou bloco do mesmo beneficiário para destinação nas atividades previstas no art. 1º;

II - ter sua propriedade transferida para outro beneficiário habilitado no Repetro-Sped, nos termos do art. 24-A, para destinação nas atividades previstas no art. 1º;

III - permanecer instalado no campo ou bloco caso sua utilização seja inviável por questões regulatórias ou ambientais; ou

IV - ser revertido para a União, nos termos da legislação específica.

§ 3º Depois de transcorrido o prazo previsto no caput, o beneficiário poderá dispor livremente do bem." (NR)

"Art. 27-B. Se os bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped na modalidade de importação definitiva com suspensão total do pagamento de tributos forem perdidos, inutilizados ou consumidos durante a utilização nas atividades a que se refere o art. 1º ou danificados por incêndio, abalroamento, naufrágio, maremoto ou por qualquer outro sinistro, o valor aduaneiro será reduzido proporcionalmente ao valor do prejuízo, observado o disposto nos arts. 127 e 128 do Decreto nº 6.759, de 2009." (NR)

"Art. 27-C. Se os bens admitidos ao amparo do Repetro-Sped nas modalidades de admissão temporária para utilização econômica, com ou sem dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de sua permanência no território aduaneiro, forem danificados em consequência de incêndio, abalroamento, naufrágio, maremoto ou por qualquer outro sinistro ocorrido durante a utilização nas atividades a que se refere o art. 1º, e desde que não haja culpa ou dolo do usuário dos bens, o valor aduaneiro será reduzido proporcionalmente ao valor do prejuízo." (NR)

"Art. 27-D. Para habilitar-se à redução ou exoneração de tributos de que trata o art. 27-B ou 27-C, o interessado deverá requerer a apresentação de laudo pericial, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018, à unidade da RFB responsável pelo controle do prazo de vigência do regime, acompanhado de:

I - relatório técnico circunstanciado emitido por engenheiro ou técnico responsável pela operação do bem sinistrado, com base no boletim diário, elaborado de acordo com as regras da International Association of Drilling Contractors (IADC), ou outro documento adotado pelas partes contratantes para essa finalidade, acompanhado de todas as provas necessárias para comprovar que o sinistro não ocorreu por culpa ou dolo do usuário dos bens;

II - comprovante do recolhimento do ICMS ou, se for o caso, comprovante de exoneração do pagamento do imposto relativo ao qual foi pedida a redução ou exoneração tributária; e

III - comprovante de indenização do sinistro, sempre que houver.

Parágrafo único. Os custos com a perícia serão devidos pelo importador, nos mesmos termos do inciso II e, quando for o caso, dos incisos V e VI do art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 2018." (NR)

"Art. 27-E. No caso de perda de bens durante a utilização nas atividades de que trata o art. 1º, na hipótese de bem admitido no Repetro-Sped nas modalidades de admissão temporária para utilização econômica, com ou sem dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro, aplica-se o disposto no inciso III do art. 369 do Decreto nº 6.759, de 2009." (NR)

"Art. 32. Os bens submetidos ao Repetro-Sped, quando não estiverem sendo destinados nas atividades referidas no art. 1º, poderão permanecer armazenados, pelo prazo necessário para o início de sua destinação na atividade ou seu retorno a ela ou para a extinção da aplicação do regime, em:

I - depósito não alfandegado do próprio beneficiário, desde que o CNPJ do depósito esteja incluído no ADE de habilitação ao Repetro-Sped; ou

II - estaleiro ou oficina de teste, conserto, reparo ou manutenção dos bens, desde que seja emitida nota fiscal de serviço da referida prestação de serviços.

§ 1º O local de armazenamento a que se refere o inciso I do caput deverá dispor de instalações que proporcionem a segurança fiscal necessária à manutenção ou extinção da aplicação do regime.

.....

§ 3º .....

II - seja emitida, conforme o caso, NF-e ou NFA-e de entrada no depósito não alfandegado do próprio beneficiário ou nota fiscal de serviço do estaleiro ou oficina pela prestação de serviços; e

.....

§ 4º .....

II - seja emitida, conforme o caso, NF-e ou NFA-e de entrada no depósito não alfandegado do próprio beneficiário ou nota fiscal de serviço do estaleiro ou oficina pela prestação de serviços;

.....

IV - não haja utilização de contratos, simultâneos ou não, para outros bens no Repetro ou no Repetro-Sped em formato diverso do contrato de prestação de serviços por empreitada global previsto no § 12 do art. 3º.

§ 5º Caso haja movimentação de bens entre os locais de destinação nas atividades referidas no art. 1º e os estabelecimentos referidos no caput, o beneficiário deverá providenciar a emissão da correspondente NF-e ou NFA-e previamente a cada movimento, salvo quando se tratar de bem admitido com base no contrato de prestação de serviços por empreitada global previsto no § 12 do art. 3º.

§ 6º A permanência dos bens em local não alfandegado, nos termos do caput, será:

I - comunicada à unidade da RFB que controla o prazo de vigência do regime; e

II - fiscalizada pela unidade da RFB com jurisdição de zona secundária sobre o depósito não alfandegado ou oficina para fins de fiscalização de tributos incidentes sobre o comércio exterior, nos termos da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010." (NR)

"Art. 33. .....

§ 5º A competência para análise do cabimento da aplicação do regime e do controle do prazo de vigência do regime será da unidade de despacho aduaneiro da RFB responsável pelo desembaraço aduaneiro." (NR)

"Art. 34. Se for constatada falta ou incorreção de documentos instrutivos na revisão de pedido de concessão, de nova admissão, de permanência em local não alfandegado, ou de extinção da aplicação do regime, o beneficiário será intimado a sanear os autos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de não conhecimento do pedido apresentado.

.....

§ 3º O disposto no caput não se aplica aos casos em que um dos contratos apresentados seja incompatível com o regime ou que um dos contratos apresentados para instrução do regime esteja em desconformidade com a legislação ou contenha vícios que o tornem inválido, hipótese em que o beneficiário deverá providenciar a extinção da aplicação do regime no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência da decisão definitiva.

§ 4º O prazo previsto no caput não se aplica quando se tratar de regime concedido automaticamente com base em DI selecionada para o canal verde ou prorrogado automaticamente na forma prevista no inciso II do § 1º do art. 21, hipótese que caracteriza o descumprimento de requisito, condição ou norma operacional para utilizar o regime." (NR)

"Art. 35. Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 369 do Decreto nº 6.759, de 2009, para o Repetro-Sped na modalidade admissão temporária para utilização econômica, com ou sem dispensa do pagamento dos tributos federais proporcionalmente ao tempo de permanência dos bens no território aduaneiro, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 51 a 55 da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015, no que couber." (NR)

"Art. 38. Das decisões denegatórias relativas ao regime caberá recurso na forma estabelecida no art. 121 da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 2015." (NR)

"Art. 39. .....

§ 3º Os bens a que se refere o § 2º poderão migrar para o Repetro-Sped, mediante procedimento simplificado na forma definida pela Coana, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 30 de junho de 2019, desde que atendidos os requisitos e condições para aplicação do regime, sem dispensa do registro de nova DI, inclusive quando se tratar de substituição do beneficiário.

.....

§ 9º O disposto no inciso I do § 4º do art. 3º não se aplica, até 31 de dezembro de 2020, para embarcações ou plataformas admitidas no Repetro antes da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.880, de 3 de abril de 2019.

§ 10. O disposto no inciso I do § 4º do art. 3º não se aplica, até de 31 de dezembro de 2020, para bens vinculados a contratos juntados a dossiê digital ou a processo digital antes da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.880, de 3 de abril de 2019." (NR)

Art. 4º A ementa da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre o regime tributário e aduaneiro especial de utilização econômica de bens destinados às atividades de exploração, desenvolvimento e produção das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) e altera as Instruções Normativas RFB nºs 1.415, de 4 de dezembro de 2013, e 1.600, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 5º O item 101 do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 2017, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 6º A Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 2017, fica acrescida do Anexo III, nos termos do Anexo II desta Instrução Normativa.

Art. 7º Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013:

a) os incisos I, IV e V do § 4º do art. 3º;
b) os incisos I a V do art. 15; e
c) os arts. 16 a 34;

II - o art. 56-A da Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015; e

III - os seguintes dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017:

a) o inciso V do § 4º do art. 3º;
b) o § 4º do art. 5º;
c) os §§ 2º e 3º do art. 6º;
d) os §§ 1º a 4º do art. 10;
e) os arts. 11 e 12;
f) o inciso III do § 1º do art. 14;
g) o inciso III do § 1º do art. 16;
h) os incisos I e II do caput e o § 5º do art. 19;
i) as alíneas "a" e "b" do inciso II do § 1º, o inciso I do § 3º, o § 4º, o inciso I do § 5º, e o inciso I do § 6º do art. 21;
j) o inciso I do § 4º do art. 22;
k) o inciso I do § 1º do art. 24;
l) o parágrafo único do art. 38;
m) o § 8º do art. 39; e
n) o inciso III do art. 41.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

ANEXO I

(Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017.)

ITEM	NCM	DESCRIÇÃO NCM	DESCRIÇÃO COMERCIAL
101	8906.90.00	OUTS.EMBARC.INC.BARC.SALVA-VIDAS EXC.B.REMO	Embarcações destinadas a atividades de pesquisa e aquisição de dados geológicos, geofísicos e geodésicos relacionados com a exploração de petróleo ou gás natural
			Plataformas de perfuração, bem como as destinadas ao apoio, manutenção e segurança nas respectivas atividades
			Embarcações destinadas a apoio às atividades de pesquisa, exploração, perfuração, produção e estocagem de petróleo ou gás natural, bem como as destinadas ao apoio, manutenção e segurança nas respectivas atividades. - PLSV - Pipe Laying Support Vessel - Utilizada para lançamento de dutos rígidos ou flexíveis - RSV - ROV Support Vessel - Utilizada para suporte ao ROV e na inspeção e manutenção submarina, além de acionamento de válvulas submarinas. Equipada com posicionamento dinâmico, sistemas hidroacústicos de precisão, guindaste e guincho de pequeno porte (10 a 30ton). - DSV - Diving Support Vessel - Utilizada para suporte ao mergulho saturado com características similares ao RSV, acrescido de sistema de mergulho saturado (câmaras de compressão e descompressão para profundidade de até 350m com 3 níveis de trabalho). - SESV - Subsea Equipment Support Vessel - Utilizada para instalação e manutenção de equipamentos submarinos. - LWI - Light Well Intervention - Utilizada para realizar intervenções em poços - Heavy Lift - Embarcação de engenharia para manuseio de cargas acima de 1400 ton. - Deck Barge - Utilizada no transporte em seco de grandes cargas flutuantes (transporte de embarcações, unidades de produção, plataformas de perfuração e outras grandes cargas flutuantes). - Well Estimulation Vessel - Utilizada para injeção de produtos químicos para estimulação de poços. - Seismic Vessel - Utilizada para coleta de dados sísmicos. - AHTS - Anchor Handling Tug Supply - Reboque, manuseio de âncoras e suprimento. - MPSV - Multi Purpose Support Vessel - Embarcação com múltiplas operações em atividades de engenharia offshore. Operam também com instalação de equipamentos submarinos. - OCV - Offshore Construction Vessel - Utilizada para instalação de equipamentos submarinos e construção offshore. - UMS - Utilizada para instalação de equipamentos e revitalização dos sistemas para ampliação da produção. É uma Unidade de apoio à produção de Petróleo e Gás. - PSV - Plataform Supply Vessel - Embarcações de suprimento às plataformas
			Barco salva-vidas
			Embarcação de Estimulação de poços - WSSV
			Estrutura flutuante com acessórios, barcos e lanchas para apoio às atividades de construção e demais intervenções em poços de petróleo

ANEXO II

(Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017.)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO REGIME

Razão social	CNPJ
Endereço	**Telefone**

2. COMPOSIÇÃO DO VALOR DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Imposto de Importação (R$)	IPI-Vinculado à Importação (R$)	PIS/Pasep- Importação (R$)
Cofins-Importação (R$)	**AFRMM (R$) (importação via marítima)**	**Total dos Tributos (R$)**

3. DECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO REGIME

Declaro assumir inteira responsabilidade pelo integral cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação do regime tributário e aduaneiro especial aos bens constantes da declaração de importação, e comprometo-me, em caso de descumprimento, a recolher aos cofres públicos o valor total dos tributos cuja exigibilidade tenha sido suspensa.

Este termo de responsabilidade é válido enquanto vigorar o regime tributário e aduaneiro especial concedido e abrange o período inicial de concessão e os períodos correspondentes a prorrogações concedidas, e é subscrito pelo preposto ou pelo responsável legal pela pessoa jurídica beneficiária do regime, com mandato específico.

4. OUTRAS OBSERVAÇÕES RELEVANTES

5. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL / REPRESENTANTE LEGAL

Nome do signatário	CPF
Correio eletrônico (e-mail)	**Telefones de contato**
Cargo do signatário	**Qualificação**
	☐ Responsável legal ☐ Representante

Declaro que as informações acima são verdadeiras e completas, caso contrário estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro 1990.

6. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/ REPRESENTANTE LEGAL / LOCAL E DATA

Assinatura do Responsável ou Representante Legal	Local e Data

(Modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº XX, de XX de XX de 2018)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.881, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, que dispõe sobre IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. .....

§ 3º .....

I - não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

..... " (NR)

"Art. 13. .....

§ 3º-A. As fundações de apoio às Instituições de Ensino Superior e as Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) poderão remunerar o seu dirigente máximo que:

I - seja não estatutário e tenha vínculo empregatício com a instituição; ou

II - seja estatutário, desde que receba remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal.

..... " (NR)

"Art. 26. .....

§ 4º Salvo disposição em contrário, a receita bruta será reconhecida no período de apuração em que for configurada a aquisição de sua disponibilidade econômica ou jurídica, independentemente da avaliação quanto à probabilidade de não recebimento do valor pactuado ou contratado.

§ 5º Na hipótese da exportação de bens para o exterior, a receita bruta será determinada pela conversão, para reais, de seu valor expresso em moeda estrangeira à taxa de câmbio fixada no boletim de abertura pelo Banco Central do Brasil, para compra, em vigor na data de embarque dos bens para o exterior, nos termos da legislação tributária.

§ 6º Se for adotado procedimento contábil do qual resulte valor de receita bruta ou momento de reconhecimento dessa receita diferente do estabelecido pela legislação tributária, a pessoa jurídica deverá registrar a diferença mediante lançamento a débito ou a crédito em conta específica de ajuste da receita bruta, que será considerada no cálculo da receita líquida a que se refere o § 1º.

§ 7º A diferença de que trata o § 6º será apurada entre a receita bruta reconhecida e mensurada conforme determinado pela legislação tributária e a receita reconhecida e mensurada de acordo com o procedimento contábil adotado pela pessoa jurídica.

§ 8º A conta de ajuste da receita bruta será analítica e registrará os lançamentos em último nível, devendo ser criada de acordo com a origem da diferença verificada ou, de forma alternativa, a pessoa jurídica poderá criar uma única conta, desde que mantenha detalhamento específico, por origem, dos valores nela registrados, que permita a identificação da operação da qual seja decorrente.

§ 9º Caso a diferença observada nos termos dos §§ 6º e 7º possua a natureza de dedução da receita bruta, conforme os incisos I, II, III ou IV do § 1º, ela deverá ser registrada na conta representativa da respectiva dedução.

§ 10 O disposto nos §§ 6º a 9º aplica-se inclusive:

I - às diferenças verificadas em adiantamentos recebidos de clientes nas operações de exportação de bens para o exterior; e

II - aos procedimentos contábeis relacionados nos itens 1 a 3 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 30 de outubro de 2017, incluído pela Instrução Normativa RFB nº 1.771, de 20 de dezembro de 2017, relativos ao Pronunciamento Técnico nº 47 - Receita de Contrato com Cliente, divulgado em 22 de dezembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 47)." (NR)

"Art. 33. .....

§ 1º .

IV - ..

h) exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;

i) prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e

j) prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste parágrafo.

...

§ 7º As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionadas nas alíneas "b", "c", "d", "f", "g" e "j" do inciso IV do § 1º, cuja receita bruta anual seja de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderão utilizar, na determinação da parcela da base de cálculo do IRPJ de que trata o caput do § 1º, o percentual de 16% (dezesseis por cento).

..... " (NR)

"Art. 34. .....

§ 1º .

IV - prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

V - prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, independentemente do emprego parcial ou total de materiais;

VI - exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;

VII - coleta de resíduos e o transporte destes até aterros sanitários ou local de descarte;

VIII - prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e

IX - construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra ou com emprego parcial de materiais.

..... " (NR)

"Art. 37-A A pessoa jurídica arrendadora que realiza operações em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeita ao tratamento tributário disciplinado pela Lei nº 6.099, de 1974, deverá computar o valor da contraprestação na determinação das bases de cálculo estimadas do IRPJ e da CSLL.

§ 1º As receitas financeiras reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial relativas ao arrendamento mercantil que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo conforme art. 39.

§ 2º Na hipótese das contraprestações a receber e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo conforme art. 39.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 4ª O disposto neste artigo também se aplica aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 39. .....

....

§ 18. No caso de pessoa jurídica arrendatária de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, e na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização não serão acrescidas às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

§ 19. O disposto no § 18 não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 20. O disposto nos §§ 18 e 19 também se aplicam aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 43. .....

....

X - à remuneração da empregada ou do empregado paga no período de prorrogação da licençamaternidade ou da licença-paternidade.

..... " (NR)

"Art. 67-A Para cada operação e em cada período de apuração, a pessoa jurídica deverá computar na determinação do lucro real e do resultado ajustado a diferença decorrente da aplicação de procedimento contábil que resulte em valor e/ou momento diferente daquele em que a receita bruta deva ser reconhecida e/ou mensurada nos termos da legislação tributária, calculada conforme disposto no § 7º do art. 26.

§ 1º A diferença de que trata o caput será:

I - adicionada ao lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, caso seja positiva; e

II - excluída do lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, caso seja negativa.

§ 2º Os valores adicionados ou excluídos nos termos do § 1º deverão ser relacionados com a respectiva conta contábil representativa do ajuste da receita bruta, bem como com uma conta específica na parte B do e-Lalur e do e-Lacs, por meio da qual tais valores serão controlados.

§ 3º Em obediência ao regime de competência, a parcela dos custos e despesas, pagos ou incorridos, correspondente ao ajuste da receita bruta do período de apuração será:

I - excluída do lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, na hipótese do inciso I do § 1º, caso não tenha sido registrada na escrituração comercial da pessoa jurídica; e

II - adicionada ao lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, na hipótese do inciso II do § 1º, caso tenha sido registrada na escrituração comercial da pessoa jurídica.

§ 4º Os valores adicionados ou excluídos nos termos do § 3º deverão ser relacionados com a respectiva conta contábil que os registre, quando existente na escrituração comercial do período de apuração, bem como deverão ser relacionados com uma conta específica na parte B do e-Lalur e do e-Lacs, por meio da qual serão controlados.

§ 5º O controle na parte B do e-Lalur e do e-Lacs de que tratam os §§ 2º e 4º poderá ser feito por meio de valores globais, desde que a pessoa jurídica mantenha detalhamento específico por origem da diferença, que permita a identificação da operação da qual seja decorrente.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica aos casos de que trata o inciso I do § 10 do art. 26." (NR)

"Art. 71. .....

§ 4º Para fins de se efetuar o registro da perda, os créditos a que se referem os incisos II e III do § 1º serão considerados pelo seu valor original acrescido de reajustes previstos em contrato, inclusive juros e outros encargos pelo financiamento da operação e eventuais acréscimos moratórios decorrentes da não liquidação, considerados até a data da baixa, deduzidos os valores amortizados.

.....

§ 12. Para fins de se efetuar o registro da perda, os créditos a que se refere o inciso II do § 11 serão considerados pelo seu valor original acrescido de reajustes previstos em contrato, inclusive juros e outros encargos pelo financiamento da operação e eventuais acréscimos moratórios decorrentes da não liquidação, considerados até a data da baixa, deduzidos os valores amortizados.

§ 13. Poderão ser deduzidos como despesas somente créditos decorrentes das atividades das pessoas jurídicas para os quais tenham sido cumpridos os requisitos previstos neste artigo, ainda que vencidos há mais de cinco anos sem que tenham sido liquidados pelo devedor, notadamente em relação aos créditos que exigirem procedimentos judiciais.

§ 14. A dedução de perdas de que trata este artigo pode ser efetuada em período de apuração posterior àquele em que forem cumpridos os requisitos para a sua dedutibilidade, desde que mantidas as condições no momento da dedução." (NR)

"Art. 75. .....

§ 8º-A A incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre os juros não se aplica à parcela paga ou creditada a pessoa jurídica imune.

§ 8º-B No caso de retenção indevida da pessoa jurídica imune, o pedido de restituição ou de compensação do imposto somente poderá ser formulado pela própria entidade.

..... " (NR)

"Art. 96. .....

§ 1º Na hipótese de os saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente se referirem às operações:

I - de venda a prazo de que trata o art. 91 ou demais operações de que trata art. 92, as variações monetárias a que se refere o caput serão adicionadas ou excluídas, conforme o caso, na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs, e deverão ser controladas na Parte B, nas mesmas contas que registram os valores relativos a juros a apropriar;

II - de aquisição de ativos de que trata o § 1º do art. 94 ou demais operações relacionadas a um ativo de que trata o § 2º do art. 95, as variações monetárias a que se refere o caput serão adicionadas ou excluídas, conforme o caso, na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs, sem controle na Parte B;

III - de aquisição de bem ou serviço contabilizado diretamente como despesa ou custo de que tratam os §§ 11 a 13 do art. 94 ou demais operações relacionadas a uma despesa ou custo de que tratam os §§ 7º ao 9º do art. 95, as variações monetárias a que se refere o caput serão adicionadas ou excluídas, conforme o caso, na Parte A do e-Lalur e do e-Lacs, e deverão ser controladas na Parte B, nas mesmas contas que registram os valores relativos a juros a apropriar.

§ 2º A parcela da variação monetária em razão da taxa de câmbio controlada na Parte B do e-Lalur e do e-Lacs nos termos do inciso I do § 1º deverá ser computada nas exclusões relativas às receitas apropriadas a partir da conta de juros a apropriar ou equivalente a que se referem o § 2º do art. 91 e o § 1º do art. 92.

§ 3º As variações monetárias em razão da taxa de câmbio adicionadas ou excluídas no e-Lalur e no e-Lacs nos termos do inciso II do § 1º deverão ser computadas nas adições relativas às despesas apropriadas a partir da conta de juros a apropriar ou equivalente a que se referem o § 2º do art. 94 e o § 1º do art. 95.

§ 4º A parcela da variação monetária em razão da taxa de câmbio controlada na Parte B do e-Lalur e do e-Lacs nos termos do inciso III do § 1º deverá ser computada nas adições relativas à despesas apropriadas a partir da conta de juros a apropriar ou equivalente a que se referem o § 2º do art. 94 e o § 1º do art. 95." (NR)

"Art. 106. .....

.....

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do caput, a parcela das perdas adicionadas poderá, em cada período de apuração subsequente, ser excluída na determinação do lucro real, até o limite correspondente à diferença positiva apurada em cada período, entre os ganhos e perdas decorrentes das operações realizadas.

..... " (NR)

"Art. 139. .....

III - ..

c) a entidade beneficiária deverá ser organização da sociedade civil, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 1999, independentemente de certificação.

..... " (NR)

"Art. 141. A dedutibilidade das doações a que se referem o inciso III do caput do art. 139 e o art. 140 independe tanto de certificação quanto de reconhecimento da condição de utilidade pública das beneficiárias das doações, mas fica condicionada a que as beneficiárias estejam enquadradas no inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, e cumpram os requisitos dos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 1999.

..... " (NR)

"Art. 153. .....

§ 3º A pessoa jurídica em situação inativa poderá exercer o direito de opção pelo regime de competência a que se refere o caput no mês em que retornar à atividade." (NR)

"Art. 173. .....

§ 6º O resultado da operação de que trata o caput será adicionado ao lucro líquido na apuração do lucro real e do resultado ajustado em cada período de apuração em valor proporcional às contraprestações vencidas no período.

§ 7º As receitas financeiras reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial relativas ao arrendamento mercantil que estiverem computadas no resultado da operação de que trata o caput serão excluídas do lucro líquido na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 8º Na hipótese das contraprestações a receber e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, o resultado da operação de que trata o caput ainda não tributado será recalculado mediante correção no valor do contrato de que trata o inciso I do § 5º.

§ 9º As variações monetárias ativas ou passivas decorrentes da atualização de que trata o § 8º computadas no resultado da operação de que trata o caput serão excluídas ou adicionadas ao lucro líquido na apuração do lucro real e do resultado ajustado nos períodos de apuração em que forem reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial.

§ 10. Às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas aplicam-se, conforme o caso, o disposto nos arts. 148 a 160 e no caput e §§ 1º a 3º do art. 73, não sendo aplicável o disposto nos §§ 7º e 9º.

§ 11. No caso de contratos que prevejam alterações nos valores das contraprestações a receber em decorrência de alterações na quantidade fornecida ou no serviço prestado, o resultado da operação de que trata o caput ainda não tributado será recalculado mediante alterações no valor do contrato e nos custos de que tratam os §§ 2º e 5º." (NR)

"Art. 175. .....

§ 8º Na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas ou passivas decorrentes desta atualização que tiverem sido computadas na contraprestação de que trata o inciso I do caput serão excluídas ou

adicionadas ao lucro líquido na apuração do lucro real e do resultado ajustado nos períodos de apuração em que forem reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial.

§ 9º Às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas aplicam-se, conforme o caso, o disposto nos arts. 148 a 160 e §§ 4º e 5º do art. 73, não sendo aplicável o disposto no § 8º." (NR)

"Art. 185. .....

§ 1º O disposto no caput aplicase inclusive quando a empresa incorporada, fusionada ou cindida for aquela que detinha a propriedade da participação societária.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do caput, e observado o disposto nos arts. 188 e 196, a pessoa jurídica procederá às exclusões do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, com o respectivo registro nas contas da parte B originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182.

§ 3º As reduções registradas na contabilidade após o evento de incorporação, fusão ou cisão do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o § 2º serão adicionadas ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, com o respectivo registro nas contas da parte B originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182.

§ 4º Nas situações previstas nos §§ 2º e 3º, caso a sucessora do evento de incorporação, fusão ou cisão não seja a antiga investidora:

I - os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182, relativamente ao ágio por rentabilidade futura (goodwill), deverão ser baixados pela antiga investidora, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado; e

II - os saldos de que trata o inciso I deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs pela sucessora para controle de futuras adições e exclusões a serem realizadas conforme os §§ 2º e 3º.

§ 5º Na hipótese de o ágio por rentabilidade futura (goodwill) ser decorrente de aquisição de participação societária entre partes dependentes ou de ocorrer alguma das situações previstas no art. 188, os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182 e pelo § 3º deverão ser baixados, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 6º As reduções registradas na contabilidade após o evento de incorporação, fusão ou cisão do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o § 5º serão adicionadas ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs.

§ 7º Na hipótese prevista no inciso IV do caput, a pessoa jurídica deverá proceder às adições ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do e-Lacs, com a respectiva baixa nas contas da parte B originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do § 11 do art. 178.

§ 8º Na situação prevista no § 7º, caso a sucessora do evento de incorporação, fusão ou cisão não seja a antiga investidora:

I - os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do § 11 do art. 178 deverão ser baixados pela antiga investidora, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado; e

II - os saldos de que trata o inciso I deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs pela sucessora para controle de futuras adições a serem realizadas conforme o § 7º." (NR)

"Art. 186. .....

§ 1º Nas hipóteses tratadas nos incisos I e II do caput, e observado o disposto no inciso IV do caput e no art. 196, a pessoa jurídica procederá às exclusões do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do eLalur e do eLacs, com a respectiva baixa nas contas da parte B originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182.

§ 1º-A Na situação prevista no § 1º, caso a sucessora do evento de incorporação, fusão ou cisão não seja a antiga investidora:

I - os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182, relativamente à mais-valia, deverão ser baixados pela antiga investidora, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado; e

II - os saldos de que trata o inciso I deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs pela sucessora para controle de futuras exclusões a serem realizadas conforme o § 1º.

.....

§ 5º Na hipótese de a mais-valia ser decorrente de aquisição de participação societária entre partes dependentes ou de ocorrer alguma das situações previstas no inciso III do caput:

I - os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso I do parágrafo único do art. 182, relativamente à mais-valia, deverão ser baixados, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado; e

II - o valor da mais-valia existente na contabilidade na data do evento de incorporação, fusão ou cisão que vier a integrar o custo do bem ou direito que lhe deu causa deverá ser registrado na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras adições a serem efetuadas à medida da realização do ativo." (NR)

"Art. 187. .....

§ 1º Nas hipóteses tratadas nos incisos I, II e III do caput, a pessoa jurídica deverá proceder às adições ao lucro líquido para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado na parte A do e-Lalur e do eLacs, com a respectiva baixa nas contas da parte B originadas dos ajustes previstos no inciso II do parágrafo único do art. 182.

§ 1º-A Na situação prevista no § 1º, caso a sucessora do evento de incorporação, fusão ou cisão não seja a antiga investidora:

I - os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso II do parágrafo único do art. 182 deverão ser baixados pela antiga investidora, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado; e

II - os saldos de que trata o inciso I deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs pela sucessora para controle de futuras adições a serem realizadas conforme o § 1º.

.....

§ 5º Caso o bem já tenha sido alienado ou baixado conforme previsto no inciso V do caput e no § 4º, os saldos nas contas da parte B do e-Lalur e do e-Lacs originadas dos ajustes determinados pelo inciso II do parágrafo único do art. 182 deverão ser baixados, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado." (NR)

"Art. 190. .....

I - deve proceder à baixa dos valores controlados na parte B do eLalur e do eLacs, a que se refere o § 1º do art. 183, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado;

.....

§ 1º Os saldos na parte B do e-Lalur e do e-Lacs decorrentes dos ajustes determinados pelo art. 182, combinado com o § 2º do art. 183, relativamente às reduções nos valores de que trata o inciso II do § 3º do art. 183 deverão ser baixados, sem qualquer efeito na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 2º Os valores das variações da mais-valia ou menos-valia existentes na contabilidade na data do evento de incorporação, fusão ou cisão que vierem a ser considerados no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, conforme alínea "a" do inciso II do caput, deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras adições ou exclusões a serem feitas na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 3º Os valores das variações do ágio por rentabilidade futura existentes na contabilidade na data do evento de incorporação, fusão ou cisão conforme inciso III do caput deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras adições ou exclusões a serem feitas na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 4º Excetuadas as hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, aplicase ao saldo existente na contabilidade, na data da aquisição da participação societária, referente à mais-valia ou menosvalia e ao ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que tratam os incisos II e III do caput do art. 178, o disposto nos arts. 185 a 189." (NR)

"Art. 191. .....

§ 3º-A Os valores das variações da mais-valia ou menos-valia existentes na contabilidade na data do evento de incorporação, fusão ou cisão que vierem a ser considerados no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, conforme inciso I do § 2º, deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras adições ou exclusões a serem realizadas na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

§ 3º-B Os valores das variações do ágio por rentabilidade futura (goodwill) existentes na contabilidade na data do evento de incorporação, fusão ou cisão, conforme § 3º, deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras adições ou exclusões a serem realizadas na apuração do lucro real e do resultado ajustado.

..... " (NR)

"Art. 198. .....

§ 8º Os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimento, vedada a exigência de outros requisitos ou condições não previstos no caput e nos §§ 1º a 4º deste artigo." (NR)

"Art. 214. .....

§ 3º-A A pessoa jurídica que houver pago o IRPJ com base no lucro presumido e que, em relação ao mesmo ano-calendário, incorrer na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real por ter auferido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior, deverá apurar o IRPJ e a CSLL sob o regime de apuração pelo Lucro Real trimestral a partir do trimestre da ocorrência do fato.

.....

§ 5º-A As pessoas jurídicas de que tratam os incisos I, III, IV e V do caput do art. 59 poderão optar, durante o período em que submetidas ao Refis, pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

§ 5º-B Na hipótese prevista no § 5º-A, as pessoas jurídicas referidas no inciso III do caput do art. 59 deverão adicionar os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior ao lucro presumido e ao resultado presumido.

§ 5º-C As pessoas jurídicas referidas no § 5º-A deverão observar o disposto na Instrução Normativa SRF nº 16, de 15 de fevereiro de 2001.

..... " (NR)

"Art. 215. .....

§ 3º-A Na aplicação dos percentuais a que se refere o caput, deve ser observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 33.

.....

§ 10. As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionadas nas alíneas "b", "c", "d", "f", "g" e "j" do inciso IV do § 1º do art. 33, cuja receita bruta anual seja de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderão utilizar, na determinação da parcela da base de cálculo do IRPJ de que trata o caput, o percentual de 16% (dezesseis por cento).

.....

§ 30 No caso de pessoa jurídica arrendatária de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, e na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido conforme § 3º.

§ 31 O disposto no § 30 não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 32 O disposto nos §§ 30 e 31 também se aplicam aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 218. .....

§ 1º As receitas financeiras reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial relativas ao arrendamento mercantil que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido conforme § 3º do art. 215.

§ 2º Na hipótese das contraprestações a receber e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro presumido e do resultado presumido conforme § 3º do art. 215.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 4ª O disposto neste artigo também se aplica aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 221. .....

§ 1º Para efeitos de pagamento, a pessoa jurídica poderá deduzir do IRPJ apurado em cada trimestre o imposto sobre a renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integraram a base de cálculo do imposto devido.

§ 2º Não será permitida dedução a título de incentivo fiscal do IRPJ apurado." (NR)

"Art. 223-A. A pessoa jurídica optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido que adotar o critério de reconhecimento de suas receitas à medida do recebimento e passar a adotar o critério de reconhecimento segundo o regime de competência deverá reconhecer no mês de dezembro do ano-calendário anterior àquele em que ocorrer a mudança de regime as receitas auferidas e ainda não recebidas.

§ 1º A pessoa jurídica optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido que durante o ano-calendário incorrer na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real deverá oferecer à tributação as receitas auferidas e ainda não recebidas, no período de apuração anterior àquele em que ocorrer a mudança do regime de tributação.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, as receitas auferidas e ainda não recebidas deverão ser adicionadas às receitas do período de apuração anterior à mudança do regime de tributação, para fins de recalcular o IRPJ e a CSLL do período, e a diferença apurada, após compensação do tributo pago, deverá ser recolhida, sem multa ou juros moratórios, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que incorreu na obrigação de apurar o imposto pelo lucro real." (NR)

"Art. 227. .....

§ 4º .....

IV - .

g) coleta e transporte de resíduos até aterros sanitários ou local de descarte;

h) exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, inclusive execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, em atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos;

i) prestação de serviços de suprimento de água tratada e os serviços de coleta e tratamento de esgotos deles decorrentes, cobrados diretamente dos usuários dos serviços pelas concessionárias ou subconcessionárias de serviços públicos; e

j) prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste parágrafo.

...

§ 4º-A O percentual de que trata o caput será de 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) sobre a receita bruta auferida pela pessoa jurídica decorrente da prestação de serviços em geral, como limpeza e locação de mão de obra, ainda que sejam fornecidos os materiais.

§ 4º-B Para fins de aplicação da alínea "a" do inciso II do § 4º deve ser observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 33.

...

§ 22. As pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, mencionadas nas alíneas "b", "c", "d", "f", "g" e "j" do inciso IV do § 4º, cuja receita bruta anual seja de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), poderão utilizar, para determinação do lucro arbitrado trimestral, o percentual de 19,2% (dezenove inteiros e dois décimos por cento).

...

§ 32 No caso de pessoa jurídica arrendatária de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, e na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro arbitrado e do resultado arbitrado conforme § 3º.

§ 33 O disposto no § 32 não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 34 O disposto nos §§ 32 e 33 também se aplica aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 230. .....

§ 1º As receitas financeiras reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial relativas ao arrendamento mercantil que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro arbitrado e do resultado arbitrado conforme § 3º do art. 227.

§ 2º Na hipótese das contraprestações a receber e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do lucro arbitrado e do resultado arbitrado conforme § 3º do art. 227.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 4ª O disposto neste artigo também se aplica aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 242. .....

§ 4º Na determinação das bases de cálculo estimadas, do lucro presumido, do lucro arbitrado, do resultado presumido e do resultado arbitrado, serão aplicados os percentuais de 32% (trinta e dois por cento) ou 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento), conforme o caso, sobre a receita bruta definida no § 2º.

..... " (NR)

"Art. 277. .....

§ 3º No caso de pessoa jurídica arrendadora que realiza operações em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeita ao tratamento tributário disciplinado pela Lei nº 6.099, de 1974:

I - as receitas financeiras reconhecidas conforme as normas contábeis e legislação comercial relativas ao arrendamento mercantil que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins; e

II - na hipótese das contraprestações a receber e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização que estiverem computadas na contraprestação de que trata o caput não serão acrescidas às bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

§ 4º O disposto nos incisos I e II do § 3º não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas." (NR)

"Art. 278-A No caso de pessoa jurídica arrendatária de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem arrendado, e na hipótese das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente serem atualizados em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, as variações monetárias ativas decorrentes desta atualização não serão acrescidas às bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

§ 1º O disposto no caput não se aplica às atualizações feitas sobre contraprestações vencidas.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica aos contratos não tipificados como arrendamento mercantil que contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial." (NR)

"Art. 309-A. Os saldos credores existentes na data da adoção inicial nas contas de ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976, poderão ser excluídos do lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado quando forem reclassificados para o resultado como receitas.

§ 1º Os saldos devedores existentes na data da adoção inicial nas contas de ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976, deverão ser adicionados ao lucro líquido na determinação do lucro real e do resultado ajustado quando forem reclassificados para o resultado como despesas.

§ 2º Os saldos de que tratam o caput e o § 1º deverão ser registrados na parte B do e-Lalur e do e-Lacs para controle de futuras exclusões ou adições a serem feitas na apuração do lucro real e do resultado ajustado." (NR)

"Art. 315. Ficam aprovados os Anexos I a XI desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os Anexos IV a XI estão disponíveis no sítio da RFB na Internet, no endereço rfb.gov.br." (NR)

Art. 2º O Título X do Livro I da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, passa a vigorar acrescido do Capítulo V-A, posicionado entre o inciso IV do parágrafo único do art. 67 e o caput do art. 67-A, com o seguinte enunciado:

"DO AJUSTE DA RECEITA BRUTA"

Art. 3º Os Anexos I e II da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, ficam substituídos pelos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 4º Ficam aprovados os Anexos X e XI da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, nos termos dos Anexos III e IV desta Instrução Normativa, respectivamente.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017:

I - o inciso VII do caput do art. 43;

II - o § 1º do art. 141;

III - o parágrafo único do art. 185;

IV - o parágrafo único do art. 190;

V - o parágrafo único do art. 218;

VI - o parágrafo único do art. 221; e

VII - o parágrafo único do art. 230.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBURQUERQUE

ANEXO I

TABELA DE ADIÇÕES AO LUCRO LÍQUIDO
(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.)

Nº	Assunto	Descrição do Ajuste	Aplica-se ao IRPJ?	Aplica-se à CSLL?	Dispositivo na IN	Controle na Parte B? (*)	Adição ou Exclusão Relacionada(*)
A.001	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Ajustes de Avaliação Patrimonial	O saldo devedor existente na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, na conta de ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976, a ser adicionado no período de apuração em que for reclassificado para o resultado como despesa.	Sim	Sim	Art. 291 e art. 309-A, §§ 1º e 2º	Sim (C)	-
A.002	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos	O valor calculado pela divisão da diferença negativa a que se refere o inciso IV do caput do art. 69 da Lei nº 12.973, de 2014, pelo prazo restante, em meses, de vigência do contrato, multiplicado pelo número de meses do período de apuração, no caso de contrato de concessão de serviços públicos vigente na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 dessa Lei.	Sim	Sim	Arts. 291 e 305, inciso IV	Sim (C)	-
A.003	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Positiva de Ativo - Não Controlada por Subconta	A diferença positiva entre valores de ativo de que trata o caput do art. 66 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 dessa Lei, caso não tenha sido evidenciada contabilmente em subconta vinculada ao ativo.	Sim	Sim	Art. 291, art. 294, caput, e art. 307, § 2º	Não	-
A.004	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Positiva de Ativo - Controlada por Subconta	A diferença positiva entre valores de ativo de que trata o caput do art. 66 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada à medida da realização do ativo, caso tenha sido evidenciada contabilmente em subconta a ele vinculada.	Sim	Sim	Art. 291, art. 294, caput, art. 295 e art. 307, caput e § 1º	Não	-
A.005	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Negativa de Passivo - Não Controlada por Subconta	A diferença negativa entre valores de passivo de que trata o parágrafo único do art. 66 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 dessa Lei, caso não tenha sido evidenciada contabilmente em subconta vinculada ao passivo.	Sim	Sim	Art. 291, art. 294, parágrafo único e art. 307, § 2º	Não	-
A.006	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Negativa de Passivo - Controlada por Subconta	A diferença negativa entre valores de passivo de que trata o parágrafo único do art. 66 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada à medida da baixa ou liquidação do passivo, caso tenha sido evidenciada contabilmente em subconta a ele vinculada.	Sim	Sim	Art. 291, art. 294, parágrafo único, art. 296 e art. 307, caput e § 1º	Não	-
A.007	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Reserva de Reavaliação - Ativos de Coligadas ou Controladas	O valor controlado na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs relativo à diferença negativa na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, entre valores de reserva constituída na reavaliação de ativos por coligada ou controlada, a ser adicionado no período de apuração em que o contribuinte alienar ou liquidar o investimento, ou em que utilizar a reserva para aumento do seu capital social.	Sim	Sim	Art. 291 e art. 309, caput e §§ 1º e 4º	Sim (C)	-
A.008	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Reserva de Reavaliação - Subscrição	O valor controlado na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs relativo à diferença negativa na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, entre valores de reserva constituída na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários emitidos por companhia, a ser adicionado: a) na alienação ou liquidação da participação societária ou dos valores mobiliários, pelo montante realizado; ou b) em cada período de apuração, em montante igua	Sim	Sim	Art. 291 e art. 309, caput e §§ 2º e 4º	Sim (C)	-

		l à parte dos lucros, dividendos, juros ou participações recebidos pelo contribuinte, que corresponder à participação ou aos valores mobiliários adquiridos com o aumento do valor dos bens do ativo; ou c) proporcionalmente ao valor realizado, no período de apuração em que a pessoa jurídica que houver recebido os bens reavaliados realizar o valor dos bens mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou com eles integralizar capital de outra pessoa jurídica.					
A.009	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Reserva de Reavaliação - Ativos Próprios	O valor controlado na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs relativo à diferença negativa na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, entre valores de reserva constituída na reavaliação voluntária de ativos do próprio contribuinte, a ser adicionado à medida que o ativo a que a reserva se referia se realizar por depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.	Sim	Sim	Art. 291 e art. 309, caput e §§ 3º e 4º	Sim (C)	-
A.010	Ajuste a Valor Presente - Ativo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do ativo de que trata o art. 4º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação de venda a prazo, a serem adicionados no período de apuração em que a receita ou o resultado da operação deva ser oferecido à tributação.	Sim	Sim	Arts. 90 e 91, § 3°	Sim (D ou C)	A.196, E.007 e E.138
A.011	Ajuste a Valor Presente - Ativo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do ativo de que trata o art. 4º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja venda a prazo, a serem adicionados: (a) no período de apuração em que a receita ou o resultado da operação deva ser oferecido à tributação; (b) à medida que o outro ativo relacionado à operação for realizado; ou (c) no período de apuração em que a despesa ou custo relacionado à operação for incorrido.	Sim	Sim	Arts. 90 e 92, §§ 2º e 3°	Sim (D ou C)	A.197, E.008 e E.139
A.012	Ajuste a Valor Presente - Passivo	As despesas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do passivo de que tratam o caput e os incisos I, II e III do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação de aquisição a prazo, a serem adicionadas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 93, incisos I, II e III e §§ 1º e 2º, art. 94, § 2° e art. 96, § 3º	Não	A.198, E.009 e E.140
A.013	Ajuste a Valor Presente - Passivo	As despesas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do passivo de que tratam o caput e os incisos IV e V do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação de aquisição a prazo, a serem adicionadas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 93, incisos IV e V e § 2º, art. 94, §§ 2° e 14, e art. 96, § 4º	Sim (D ou C)	A.199, E.010 e E.141
A.014	Ajuste a Valor Presente - Passivo	As despesas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do passivo de que trata o caput do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja aquisição a prazo e que esteja relacionada a um ativo, a serem adicionadas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 93, incisos I, II e III e §§ 1º e 2º, art. 95, § 1º, e art. 96, § 3º	Não	A.200, E.011 e E.142
A.015	Ajuste a Valor Presente - Passivo	As despesas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do passivo de que trata o caput do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja aquisição a prazo e que esteja relacionada a uma despesa ou custo, a serem adicionadas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 93, incisos IV e V e § 2º, art. 95, § 1º, e art. 96, § 4º	Sim (D ou C)	A.201, E.012 e E.143
A.016	Aluguéis	O valor das despesas de aluguéis que não atenderem às condições do caput do art. 71 da Lei nº 4.506, de 1964, e a parcela que exceder ao preço ou valor de mercado dos aluguéis pagos a sócios ou dirigentes de empresas e a seus parentes ou dependentes.	Sim	Não	Art. 83, inciso I, e art. 84	Não	-
A.017	Aporte do Poder Público	O valor do aporte de recursos excluído conforme inciso I do § 3º do art. 6º da Lei nº 11.079, de 2004, dividido pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante do contrato, considerado a partir do início da prestação dos serviços públicos.	Sim	Sim	Art. 171, §§ 1º e 2º	Sim (C)	A.018, A.019 e E.013
A.018	Aporte do Poder Público	O saldo remanescente do aporte excluído conforme inciso I do § 3º do art. 6º da Lei nº 11.079, de 2004, ainda não adicionado, dividido pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante do contrato, no caso em que, na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, a concessionária já tenha iniciado a prestação dos serviços públicos.	Sim	Sim	Art. 171, § 3º, e art. 291	Sim (C)	A.017, A.019 e E.013
A.019	Aporte do Poder Público	O saldo do aporte excluído conforme inciso I do § 3º do art. 6º da Lei nº 11.079, de 2004, ainda não adicionado, no caso de extinção da concessão antes do advento do termo contratual.	Sim	Sim	Art. 171, § 4º	Sim (C)	A.017, A.018 e E.013
A.020	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	O resultado positivo das operações de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeito ao tratamento tributário previsto pela Lei nº 6.099, de 1974, proporcionalmente ao valor da contraprestação, conforme previsto no caput do art. 46 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º e 6º	Não	A.021, E.016 e E.015
A.021	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	Os ajustes, previstos no § 1º do art. 46 da Lei nº 12.973, de 2014, das operações de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeito ao tratamento tributário previsto pela Lei nº 6.099, de 1974, decorrentes da neutralização dos novos métodos e critérios contábeis, cuja tributação deva ser o resultado proporcional ao valor da contraprestação.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º e 9º	Não	A.020, E.016 e E.015
A.022	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	O resultado positivo de contrato não tipificado como arrendamento mercantil que contenha elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, proporcionalmente ao valor da contraprestação, conforme previsto no caput do art. 46 e no inciso III do art. 49 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º, 3º e 6º	Não	A.023, E.018 e E.017
A.023	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	Os ajustes, previstos no § 1º do art. 46 e no inciso III do art. 49 da Lei nº 12.973, de 2014, decorrentes da neutralização dos novos métodos e critérios contábeis, de contrato não tipificado como arrendamento mercantil que contenha elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, cuja tributação deva ser o resultado proporcional ao valor da contraprestação.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º, 3º e 9º	Não	A.022, E.018 e E.017
A.024	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	A diferença a menor entre o valor contábil residual do bem arrendado e o seu preço de venda, quando do exercício da opção de compra.	Sim	Sim	Art. 174	Não	-
A.025	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	O valor das despesas de depreciação, amortização e exaustão geradas por bem objeto de arrendamento mercantil na arrendatária, na hipótese em que esta reconheça contabilmente o encargo.	Sim	Sim	Art. 175, inciso III e § 1º	Não	A.026, A.028, A.030, A.032, E.019 e E.021
A.026	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	O valor dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão apropriado como custo de produção pela pessoa jurídica arrendatária, na hipótese em que esta reconheça contabilmente o encargo.	Sim	Sim	Art. 175, inciso IV e §§ 1º e 2º	Não	A.025, A.028, A.030, A.032, E.019 e E.021
A.027	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	O valor da depreciação, amortização e exaustão contabilizado como despesa ou custo, de ativos reconhecidos em função de contratos que, embora não tipificados como arrendamento mercantil, contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial.	Sim	Sim	Art. 175, incisos III e IV e §§ 1º a 3º	Não	A.029, A.031, A.033, E.020 e E.022
A.028	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As despesas financeiras incorridas, inclusive as decorrentes de ajuste a valor presente, consideradas nas contraprestações pagas ou creditadas pela arrendatária em contratos de arrendamento mercantil e que podem ser excluídas conforme item E.019 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 175, inciso II e § 1º	Não	A.025, A.026, A.030, A.032, E.019 e E.021
A.029	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As despesas financeiras incorridas, inclusive as decorrentes de ajuste a valor presente, consideradas nas contraprestações pagas ou creditadas em contratos que, embora não tipificados como arrendamento mercantil, contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial e que podem ser excluídas conforme item E.020 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 175, inciso II e §§ 1º e 3º	Não	A.027, A.031, A.033, E.020 e E.022
A.030	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As variações monetárias passivas decorrentes da atualização em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente que tiverem sido computadas nas contraprestações excluídas conforme item E.019 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 175, §§ 1º e 8º	Não	A.025, A.026, A.028, A.032, E.019 e E.021

A.031	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As variações monetárias passivas decorrentes da atualização em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente que tiverem sido computadas nas contraprestações excluídas conforme item E.020 do Anexo II desta Instrução Normativa, referentes a contratos que, embora não tipificados como arrendamento mercantil, contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial.	Sim	Sim	Art. 175, §§ 1º, 3º e 8º	Não	A.027, A.029, A.033, E.020 e E.022
A.032	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária - Ganho de Capital	O valor do bem ou direito adquirido em operação de arrendamento mercantil em que tenha havido transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade, diminuído, se for o caso, da depreciação, amortização ou exaustão acumulada, mas não diminuído das perdas estimadas, a ser adicionado no período de apuração em que ocorrer sua alienação ou baixa.	Sim	Sim	Art. 177, §§ 1º e 2º	Não	A.025, A.026, A.028, A.030, E.019 e E.021
A.033	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária - Ganho de Capital	O valor do bem ou direito adquirido em contrato que, embora não tipificado como arrendamento mercantil, contenha elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, diminuído, se for o caso, da depreciação, amortização ou exaustão acumulada, mas não diminuído das perdas estimadas, a ser adicionado no período de apuração em que ocorrer sua alienação ou baixa.	Sim	Sim	Art. 177, §§ 1º, 2º e 3º	Não	A.027, A.029, A.031, E.020 e E.022
A.034	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária - Perda na Alienação de Bem	A perda apurada na alienação de bem que vier a ser tomado em arrendamento mercantil pela própria vendedora ou com pessoa jurídica a ela vinculada, conforme disposto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 6.099, de 1974.	Sim	Não	-	Não	-
A.035	Atividade Imobiliária - Diferimento da Tributação	A parcela do lucro bruto proporcional à receita recebida no período de apuração, cuja tributação tenha sido diferida nos termos do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.023
A.036	Atividade Imobiliária - Permuta	O lucro bruto decorrente da avaliação a valor justo de unidades imobiliárias recebidas em operação de permuta, quando o imóvel recebido for alienado, inclusive como parte integrante do custo de outras unidades imobiliárias ou realizado a qualquer título, ou quando, a qualquer tempo, for classificada no ativo não circulante investimentos ou imobilizado, conforme disposto no § 3º do art. 27 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.024
A.037	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionado nos períodos de apuração e na proporção em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado ou baixado.	Sim	Sim	Art. 97, §§ 1°, 2º, 11 e 12, art. 98, §§ 5° e 6°, art. 99, §§ 5º e 6º, art. 100, § 4°, art.	Não	E.025
		Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a			101, § 4º, art. 118, parágrafo único, e art. 119, §§ 1º, 3º e 4º		
		sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014.					
A.038	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Não Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e não registrado em conta de receita do período. Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva	Sim	Sim	Art. 97, §§ 3º, 4º, 10, 11 e 12, art. 118, parágrafo único, e art. 119,	Sim (D)	E.026
		troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo			§§ 1º, 3º e 4º. Anexo IV, Exemplos 4 (b), 5 (c) e 6 (c)		
		, posteriormente, a sucessora abandonado a evidenciação por meio de subconta; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, abandonado a evidenciação por meio de subconta.					
A.039	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor anteriormente excluído conforme item E.027 do Anexo II desta Instrução Normativa, na hipótese de haver lucro real (ou resultado ajustado positivo) antes do cômputo da adição. Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em	Sim	Sim	Art. 97, § 7º, I e II, 'a'; § 9º, I e II, 'a' e §§ 11 e 12, art. 118, parágrafo único, e art. 119, §§ 1º	Sim (C)	E.027
		relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, a sucessora abandonado a evidenciação por meio de subconta; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido			, 3º e 4º. Anexo IV, Exemplos 2 (d), 3 (d), 5 (d) e 6 (d)		
		e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, abandonado a evidenciação por meio de subconta.					
A.040	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor do prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho, na hipótese: a) do ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014; b) de haver prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e c) do prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser menor	Sim	Sim	Art. 97, § 7º, II, 'b', § 9º, II, 'b' e §§ 11 e 12, art. 118, parágrafo	Sim (D)	-
		que o ganho. Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a			único, e art. 119, §§ 1º, 3º e 4º. Anexo IV, Exemplos 3 (c) e 6 (c)		

		sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, a sucessora abandonado a evidenciação por meio de subconta; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, abandonado a evidenciação por.					
		meio de subconta					
A.041	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Perda - Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo controlada por meio de subconta conforme caput do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa.	Sim	Sim	Art. 102, art. 103, § 2º, art. 104, § 2º, art. 118, parágrafo único, e art. 119, §§ 2º, 3º e 5º	Não	E.028
		Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação à perda decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta					
		tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014; e b) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e mantém a evidenciação por meio de subconta prevista no art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, conforme disposto nos §§ 2º e 3º do art. 16 dessa Lei.					
A.042	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Perda - Não Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não controlada por meio de subconta conforme caput do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa.	Sim	Sim	Art. 102, § 2º, art. 118, parágrafo único, e art. 119, §§ 2º, 3º e 5º	Não	-
		Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação à perda decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida; e b) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido.					
A.043	Avaliação a Valor Justo - Incorporação, Fusão e Cisão - Ganho	O ganho verificado na sucedida, decorrente de avaliação com base no valor justo de ativo incorporado ao patrimônio da sucessora em evento de incorporação, fusão ou cisão, a ser adicionado nos períodos de apuração e na proporção em que o ativo for realizado na pessoa jurídica sucessora, na hipótese da sucedida não ter feito a avaliação com base no valor justo	Sim	Sim	Art. 118, caput e parágrafo único	Não	-
		nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, ou não ter ocorrida a transferência da subconta conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014. Observação: na hipótese da sucedida ter feito a avaliação com base no valor justo nas					
		condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e ter ocorrida a transferência da subconta conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, aplicam-se os itens A.037, A.038, A.039 e A.040 deste Anexo, e os itens E.025, E.026 e E.027 do Anexo II desta Instrução Normativa.					
A.044	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, controlado por meio de subconta nos termos do caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionado nos períodos de apuração em que ocorrerem as hipóteses relacionadas no § 1º do mesmo artigo.	Sim	Sim	Art. 110, §§ 1º, 10 e 11; art. 111, §§ 3º e 4º	Não	E.029
A.045	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Não Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, não controlado por meio de subconta nos termos do caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014, e não registrado em conta de receita do período.	Sim	Sim	Art. 110, §§ 2º e 3º	Sim (D)	E.030
A.046	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor anteriormente excluído conforme item E.031 do Anexo II desta Instrução Normativa, na hipótese de haver lucro real (ou resultado ajustado positivo) antes do cômputo da adição.	Sim	Sim	Art. 110, § 6º, I e II, 'a', e § 8º, I e II, 'a'	Sim (C)	E.031
A.047	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor do prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho, na hipótese: a) do ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou	Sim	Sim	Art. 110, § 6º, II, 'b', § 8º, II, 'b'	Sim (D)	-
		de valores mobiliários, não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014; b) de haver prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e c) do prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser menor que o ganho.					
A.048	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Perda - Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, controlada por meio de subconta conforme caput do art. 18 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa.	Sim	Sim	112 e 113, § 2°	Não	E.032
A.049	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Perda - Não Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, não controlada por meio de subconta conforme caput do art. 18 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa.	Sim	Sim	Art. 112, § 1º	Não	-
A.050	Bens Intrinsecamente Relacionados com a Produção ou Comercialização de Bens e Serviços	O valor das despesas de contraprestação de arrendamento mercantil, aluguel, depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços	Sim	Sim	Art. 83	Não	-
A.051	Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução do ágio por rentabilidade futura (goodwill) que não seja oriundo de aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 194	Não	-
A.052	Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	O ganho proveniente de compra vantajosa que não seja oriundo de aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, anteriormente excluído conforme item E.033 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado à razão de 1/60 (um sessenta avos), no mínimo, para cada mês dos períodos de apuração relativos ao evento de combinação de negócios e posteriores.	Sim	Sim	Art. 195	Sim (C)	E.033
A.053	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Financeiro	O lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida tenha sido ativo financeiro, a ser adicionado à medida do efetivo recebimento desse ativo financeiro, no caso de contrato de concessão de serviços públicos de que trata o art. 36 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 168, caput e § 2º, inciso II, e § 3º	Sim (C)	E.034
A.054	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Financeiro	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente do ativo financeiro de que trata o art. 36 da Lei nº 12.973, de 2014, a serem adicionados na proporção em que o lucro diferido da fase de construção for adicionado conforme item A.053 deste Anexo.	Sim	Sim	Art. 169, caput e § único, inciso II	Sim (D ou C)	E.035
A.055	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Intangível	O resultado decorrente do reconhecimento como receita do direito de exploração recebido do poder concedente, a ser adicionado proporcionalmente à realização do ativo intangível representativo do direito, no caso de contrato de concessão de serviços públicos de que trata o art. 35 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 167, caput e § 2°	Sim (C)	E.036
A.056	Contratos de Longo Prazo - Divergência de Critério	A diferença de resultados decorrente da utilização de critério distinto dos previstos no § 1º do art. 10 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, para determinação da porcentagem do contrato ou da produção executada.	Sim	Sim	Art. 164, inciso II, alínea "b"	Sim (D ou C)	E.037

A.057	Contratos de Longo Prazo - Pessoa Jurídica de Direito Público	A parcela do lucro da empreitada ou fornecimento, contratado com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, anteriormente excluída conforme item E.038 do Anexo II desta Instrução Normativa, cuja respetiva receita tenha sido recebida.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.038
A.058	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	O valor da CSLL subtraído do lucro líquido antes da provisão para a CSLL para se obter o lucro líquido antes da provisão para o IRPJ.	Sim	Não	Art. 131. § 3º	Não	-
A.059	Cooperativas	O valor dos juros sobre o capital integralizado pago pelas cooperativas a seus associados que exceder a 12% ao ano, no caso do IRPJ, e o valor total destes juros, no caso da CSLL.	Sim	Sim	Art. 77	Não	-
A.060	Cooperativas	Os resultados negativos das operações realizadas com seus associados, no caso de sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica e que não tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores.	Sim	Sim	Arts. 23 e 25	Não	-
A.061	CPC 47 - Diferença entre Receita ou Despesa	A diferença positiva entre a receita que teria sido reconhecida e mensurada conforme a legislação tributária e os critérios contábeis anteriores e a receita reconhecida e mensurada conforme o CPC 47, no caso de a pessoa jurídica adotar procedimento contábil estabelecido do CPC 47 que cause a referida diferença (itens 1, 2, 3 e 13, inciso I, do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017). Observação. O controle na parte B não será feito no caso da adição se referir ao efeito cumulativo reconhecido na adoção inicial do CPC 47 (item 21 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.062, E.041 e E.042
A.062	CPC 47 - Diferença entre Receita ou Despesa	A diferença negativa entre o custo ou a despesa que teria sido reconhecida e mensurada conforme a legislação tributária e os critérios contábeis anteriores e o custo ou a despesa reconhecida e mensurada conforme o CPC 47, no caso de a pessoa jurídica adotar procedimento contábil estabelecido do CPC 47 que cause a referida diferença (itens 1, 2, 3 e 17, inciso II, do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017). Observação. O controle na parte B não será feito no caso da adição se referir ao efeito cumulativo reconhecido na adoção inicial do CPC 47 (item 21 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.061, E.041 e E.042
A.063	Depreciação - Diferença entre as Depreciações Contábil e Fiscal	O valor correspondente à depreciação constante da escrituração comercial, a partir do período de apuração em que o total da depreciação acumulada, computado para fins de apuração do lucro real e do resultado ajustado, atingir o custo de aquisição do bem.	Sim	Sim	Art. 124, § 5°	Sim (C)	A.064 e E.043
A.064	Depreciação - Diferença entre as Depreciações Contábil e Fiscal - Alienação ou Baixa de Ativo	O saldo da depreciação existente na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, no caso de alienação ou baixa a qualquer título do bem ou direito.	Sim	Sim	Art. 200, § 3°	Sim (C)	A.063 e E.043
A.065	Despesa com Instrumentos de Capital ou de Dívida Subordinada - Estorno	O estorno da remuneração, encargos, despesas e demais custos, referentes a instrumentos de capital ou de dívida subordinada, emitidos pela pessoa jurídica, exceto na forma de ações, quando registrado em contrapartida de conta do patrimônio líquido, na hipótese de valor anteriormente deduzido.	Sim	Sim	Art. 163, § 2°	Não	E.045
A.066	Despesas com a Alimentação de Sócios, Acionistas e Administradores	As despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, ressalvado o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 74 da Lei nº 8.383, de 1991.	Sim	Sim	Art. 143	Não	-
A.067	Despesas com Propaganda	O valor das despesas de propaganda que não atendam às condições previstas no art. 54 da Lei nº 4.506, de 1964.	Sim	Não	-	Não	-
A.068	Despesas Financeiras - Lucros e/ou Dividendos	Os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no art. 15 da Lei nº 6.404, de 1976, classificados como despesa financeira na escrituração comercial.	Sim	Sim	Art. 238, § 10	Não	-
A.069	Despesas Não Necessárias	As despesas que não sejam consideradas necessárias à atividade da empresa.	Sim	Sim	Arts. 68 e 69	Não	-
A.070	Despesas Pré-Operacionais	As despesas de organização pré-operacionais ou pré-industriais e de expansão das atividades industriais referidas no art. 11 da Lei nº 12.973, de 2014, no período de apuração em que forem incorridas.	Sim	Sim	Art. 128, caput e § 2º	Sim (D)	E.046
A.071	Devolução de Capital Social	A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens e direitos entregues ao titular ou a sócio ou a acionista, a título de devolução de participação no capital social.	Sim	Sim	Art. 244, § 1º	Não	-
A.072	Doações	As doações, exceto as referidas no § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995.	Sim	Sim	Arts. 139 ao 141	Não	-
A.073	Doações e Subvenções	O valor das doações e subvenções para investimentos recebidas do Poder Público, anteriormente excluído conforme item E.047 do Anexo II desta Instrução Normativa, quando descumpridas as condições previstas no art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 198	Sim (C)	E.047
A.074	Doações e Subvenções	O valor das despesas ou dos custos já considerados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, em períodos anteriores ao do recebimento das subvenções governamentais de que trata o art. 30 da Lei nº 12.350, de 2010	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.075 e E.048
A.075	Doações e Subvenções	Os recursos decorrentes das subvenções governamentais de que trata o art. 30 da Lei nº 12.350, de 2010, empregados pela pessoa jurídica beneficiária, contabilizados como despesa ou custo do período.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.074 e E.048
A.076	Furto	O valor correspondente aos prejuízos por desfalque, apropriação indébita e furto, por empregados ou terceiros, quando não houver inquérito instaurado nos termos da legislação trabalhista ou quando não apresentada queixa perante a autoridade policial, conforme disposto no § 3º do art. 47 da Lei nº 4.506, de 1964.	Sim	Sim	-	Não	-
A.077	Ganho de Capital - Recebimento após o Término do Ano-Calendário Seguinte ao da Contratação	O lucro proporcional à parcela do preço recebida referente à venda de bens do ativo não circulante classificados como investimentos, imobilizado ou intangível, para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação.	Sim	Sim	Art. 200, § 2°	Sim (C)	E.049
A.078	Impostos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	As despesas com impostos e contribuições cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos dos incisos II a V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 1966 - Código Tributário Nacional, haja ou não depósito judicial.	Sim	Sim	Art. 131, § 1°	Sim (D)	E.051
A.079	Incentivo Fiscal - Amortização Acelerada Incentivada - Ativo Intangíve l Vinculado à Pesquisa Tecnológica e ao Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O encargo de amortização constante da escrituração comercial de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, objeto de amortização acelerada incentivada, a partir do período de apuração em que a amortização acumulada, incluindo a contábil e acelerada, atingir o custo de aquisição dos ativos nos termos dos §§ 9º, 10 e 11 do art. 17 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.087 e E.052
A.080	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada - Atividade Rural	O encargo de depreciação constante da escrituração comercial de bem integrante do ativo imobilizado, exceto a terra nua, utilizado na exploração da atividade rural, a partir do ano seguinte ao da aquisição do bem.	Sim	Sim	Art. 260, § 3°	Sim (C)	A.081, E.053 e E.054
A.081	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada - Atividade Rural	O saldo da depreciação acelerada de bem integrante do ativo imobilizado, exceto terra nua, utilizado na exploração da atividade rural, existente na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, no caso de alienação ou baixa a qualquer título do bem ou no caso em que o bem seja desviado exclusivamente para utilização em outras atividades.	Sim	Sim	Art. 260, §§ 5° e 7°	Sim (C)	A.080, E.053 e E.054
A.082	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - Inovação Tecnológica	O encargo de depreciação constante da escrituração comercial de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, objeto de depreciação acelerada incentivada, a partir do período de apuração em que a depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, atingir o custo de aquisição dos ativos nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 17 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.087 e E.055
A.083	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - Sudene e Sudam	O encargo de depreciação constante da escrituração comercial de bens integrantes de projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, a partir do período de apuração em que a depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, atingir o custo de aquisição dos bens, conforme disposto nos §§ 5º e 6º do art. 31 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.087 e E.056

A.084	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - Veículos Automóveis para Transporte de Mercadorias e Vagões, Locomotivas, Locotratores e Tênderes	O encargo de depreciação constante da escrituração comercial de veículos automóveis para transporte de mercadorias e de vagões, locomotivas, locotratores e tênderes, objeto de depreciação acelerada incentivada, a partir do período de apuração em que a depreciação acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, atingir o custo de aquisição dos ativos, conforme disposto nos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 12.788, de 2013.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.087 e E.057
A.085	Incentivo Fiscal - Depreciação ou Amortização Acelerada Incentivada - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	O encargo de depreciação ou amortização constante da escrituração comercial em cada período de apuração posterior ao da exclusão referida no item E.058 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.087 e E.058
A.086	Incentivo Fiscal - Exaustão Acelerada Incentivada - Petróleo e Gás Natural	O encargo de exaustão constante da escrituração comercial de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural, objeto de exaustão acelerada incentivada, a partir do período de apuração em que a exaustão acumulada, incluindo a contábil e a acelerada, atingir o custo do ativo, conforme disposto nos §§ 3º e 4º do art. 1º da Lei nº 13.586, de 2017.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.059 e A.087
A.087	Incentivo Fiscal - Depreciação, Amortização ou Exaustão Acelerada Incentivada - Alienação ou Baixa de Ativo	O saldo da depreciação, amortização ou exaustão existente na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, no caso de alienação ou baixa a qualquer título do bem ou direito.	Sim	Sim	Art. 200, § 3º	Sim (C)	A.079, A.082, A.083, A.084, A.085, A.086, E.052, E.055, E.056, E.057, E.058 e E.059
A.088	Incentivo Fiscal - Gastos com Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O valor da realização do ativo intangível, inclusive por amortização, alienação ou baixa, na situação a que se refere o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 127, parágrafo único	Sim (C)	E.061
A.089	Incentivo Fiscal - Microempresa e EPP - Pesquisa e Inovação Tecnológica	Os dispêndios efetuados por microempresa e empresa de pequeno porte com a execução de projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica por encomenda, nos termos dos §§ 2º e 3º do art.18 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	E.063
A.090	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - Construção no Âmbito do PMCMV	Até 31 de dezembro de 2018, os custos e despesas próprios da construção de unidades habitacionais de valor comercial de até R$ 100.000,00 contratada no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida -PMCMV, com opção pelo pagamento unificado de tributos de que trata o art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.	Sim	Sim	-	Não	-
A.091	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET	Os custos e as despesas próprios da incorporação imobiliária sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que trata a Lei nº 10.931, de 2004.	Sim	Sim	-	Não	-
A.092	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET - Estabelecimento de Educação Infantil	Até 31 de dezembro de 2018, os custos e despesas próprios da construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que tratam os arts. 24 ao 27 da Lei nº 12.715, de 2012.	Sim	Sim	-	Não	-
A.093	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET - PMCMV	Até 31 de dezembro de 2018, os custos e as despesas próprios da incorporação imobiliária contratada no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 4º da Lei n° 10.931, de 2004.	Sim	Sim	-	Não	-
A.094	Incentivo Fiscal - Pesquisa Científica e Tecnológica e de Inovação Tecnológica	Os dispêndios registrados como despesa ou custo operacional realizados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, no valor estabelecido pelo art. 19-A da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Não	E.068
A.095	Incentivo Fiscal - Pesquisas Tecnológicas e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O valor da depreciação ou amortização de que trata o § 3º do art. 26 da Lei nº 11.196, de 2005, registrado na escrituração comercial, relativo aos dispêndios excluídos conforme item E.069 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	-	Não	E.069
A.096	Investimento Adquirido Mediante Dedução do IRPJ Devido	A perda apurada na alienação ou baixa de investimento adquirido mediante dedução do IRPJ devido pela pessoa jurídica, conforme disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.648, de 1978.	Sim	Não	-	Não	-
A.097	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida referente ao ajuste proveniente da redução do valor de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, quando registrada em conta de resultado. Observação: este ajuste é realizado de forma independente: a) dos ajustes relativos às contrapartidas das reduções da mais-valia e da menos-valia (itens A.099, A.106 e A.111 deste Anexo e itens E.076, E.082 e E.085 do Anexo II desta Instrução Normativa) (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa); e b) dos ajustes decorrentes de avaliação a valor justo na investida (itens A.118 e A.120 deste Anexo e item E.087 do Anexo II desta Instrução Normativa) (ver exemplo 2 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 181	Não	-
A.098	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	O ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, anteriormente excluído conforme item E.073 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado por ocasião da alienação ou baixa do investimento.	Sim	Sim	Art. 178, §§ 10 e 11	Sim (C)	A.127 e E.073
A.099	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução da mais-valia de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens A.097 deste Anexo e E.072 do Anexo II desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (D)	E.074, E.094 e E.095
A.100	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 182 e art. 181, § 2º. Anexo X, Exemplo 3	Sim (D ou C)	A.125, E.075 e E.096
A.101	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução da menos-valia, anteriormente excluída conforme item E.076 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada por ocasião da alienação ou liquidação de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (C)	A.123, A.124 e E.076
A.102	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A perda reconhecida no resultado por variação na porcentagem de participação no capital social da pessoa jurídica investida.	Sim	Sim	Art. 184, § 2º	Não	-
A.103	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	O ganho na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso I do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente excluído conforme item E.078 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado por ocasião da alienação ou baixa do investimento.	Sim	Sim	Art. 183, inciso I e § 4º	Sim (C)	E.078
A.104	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	O ganho na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso III do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente excluído conforme item E.079 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado por ocasião da alienação ou baixa do investimento.	Sim	Sim	Art. 183, inciso III e § 4º	Sim (C)	E.079
A.105	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A perda relacionada à avaliação da participação societária anterior com base no valor justo na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso II do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 183, inciso II e § 4º	Sim (D)	E.080
A.106	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens A.097 deste Anexo e E.072 do Anexo II desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (D)	E.081
A.107	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente excluída conforme item E.082 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (C)	E.082

A.108	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (D)	E.083
A.109	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente excluída conforme item E.084 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (C)	E.084
A.110	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente excluída conforme item E.085 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (C)	E.085
A.111	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens A.097 deste Anexo e E.072 do Anexo II desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º a 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (D)	E.086
A.112	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente excluído conforme item E.087 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado por ocasião da realização do ativo da investida ou liquidação ou baixa do passivo da investida, na hipótese de ter sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária. A adição não será realizada caso a investida tenha computado o ganho respectivo na determinação do lucro real e do resultado ajustado, ou esteja desobrigada de computá-lo na determinação do lucro real e do resultado ajustado.	Sim	Sim	Art. 114, §§ 1º e 2º, e art. 115, caput e §§ 3º e 4º	Não	A.113, A.114 e E.087
A.113	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente excluído conforme item E.087 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado por ocasião da alienação ou liquidação da participação societária, na hipótese de ter sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária.	Sim	Sim	Art. 114, §§ 1º e 3º, e art. 115, caput e §§ 5º e 6º	Não	A.112, A.114 e E.087
A.114	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente excluído conforme item E.087 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado no período de apuração em que deixar de ser evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, na hipótese do ativo da investida ainda não ter sido totalmente realizado ou o passivo da investida ainda não ter sido liquidado ou baixado.	Sim	Sim	Art. 114, § 1º, e art. 115	Não	A.112, A.113 e E.087
A.115	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrado diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser adicionado por ocasião da realização do ativo da investida ou liquidação ou baixa do passivo da investida. A adição não será realizada caso a investida tenha computado o ganho respectivo na determinação do lucro real e do resultado ajustado, ou esteja desobrigada de computá-lo na determinação do lucro real e do resultado ajustado.	Sim	Sim	Art. 114, §§ 1º e 2º, e art. 115, caput e §§ 3º e 4º	Não	A.116 e E.088
A.116	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrado diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser adicionado por ocasião da alienação ou liquidação da participação societária.	Sim	Sim	Art. 114, §§ 1º e 3º, e art. 115, caput e §§ 5º e 6º	Não	A.115 e E.088
A.117	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrado diretamente em conta de patrimônio líquido e não tiver sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária.	Sim	Sim	Art. 114, § 1º	Sim (D)	E.089
A.118	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando não registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens A.097 deste Anexo e E.072 do Anexo II desta Instrução Normativa (ver exemplo 2 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 116, § 1º, e art. 117, caput e §§ 1º e 2º	Não	E.090 e E.091
A.119	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa pela investidora.	Sim	Sim	Art. 116, § 1º, e art. 117, caput e §§ 1º e 2º	Não	E.092 e E.093
A.120	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando não registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e não tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens A.097 deste Anexo e E.072 do Anexo II desta Instrução Normativa (ver exemplo 2 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 4º	Não	-
A.121	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e não tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser adicionada no período de apuração em que for apropriada como despesa pela investidora.	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 4º	Não	-
A.122	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	A realização da mais-valia integrante do custo do bem ou direito que lhe deu causa, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão, quando não atendido o disposto nos arts. 20, 24 e 25 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 185, inciso I e § 1º, art. 186, inciso III e §§ 2º e 5º, e art. 189	Sim (C)	-
A.123	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	A diferença entre o valor da menos-valia registrado contabilmente na data de aquisição da participação societária e o valor lançado em contrapartida à conta que registra o bem ou direito que lhe deu causa, em decorrência do evento de incorporação, fusão ou cisão, anteriormente excluída conforme item E.076 do Anexo II desta Instrução Normativa, a se r adicionada à medida que o bem ou direito que deu causa à menos-valia, transferido na incorporação, fusão ou cisão, for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, observado o disposto nos §§ 2º a 5º do art. 21 e no art. 24 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 185, inciso II e § 1º, e art. 187, incisos I e III e §§ 1º e 1º-A	Sim (C)	A.101, A.124 e E.076
A.124	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	O valor da menos-valia registrado contabilmente na data de aquisição da participação societária, anteriormente excluído conforme item E.076 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado em quotas fixas mensais e no prazo máximo de 5 anos contados da data do evento, no caso do bem ou direito que deu causa à menos-valia não houver sido transferido, na hipótese de cisão, para o patrimônio da sucessora, observado o disposto nos §§ 2º a 5º do art. 21 e no art. 24 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 185, inciso II e § 1º, e art. 187, incisos II e III e §§ 1º e 1º-A	Sim (C)	A.101, A.123 e E.076
A.125	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	A contrapartida da redução do ágio por rentabilidade futura (goodwill) oriundo de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão, quando o ágio for decorrente de aquisição de participação societária entre partes não dependentes e não ocorrer qualquer das situações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 185, §§ 3º e 4º, Art. 194. Anexo X, Exemplo 3	Sim (D ou C)	A.100, E.075 e E.096
A.126	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	A contrapartida da redução do ágio por rentabilidade futura (goodwill) oriundo de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão, quando o ágio for decorrente de aquisição de participação societária entre partes dependentes ou de ocorrer alguma das situações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 185, §§ 5º e 6º, e art. 194	Não	-
A.127	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	O ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, anteriormente excluído conforme item E.073 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado à razão de 1/60 (um sessenta avos), no mínimo, para cada mês dos períodos de apuração subsequentes ao evento de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 185, inciso IV e §§ 1º, 7º e 8º	Sim (C)	A.098 e E.073

A.128	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação positiva da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 190, inciso II, alínea "a" e § 2º	Sim (C)	-
A.129	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 183, § 2º, art. 190, inciso III e § 3º, e art. 194	Sim (C)	-
A.130	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação negativa da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 190, inciso II, alínea "a" e § 2º	Sim (C)	-
A.131	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A perda decorrente de avaliação da participação societária anterior com base no valor justo na situação prevista no inciso I do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 191, inciso I	Não	-
A.132	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação positiva da mais-valia de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa.	Sim	Sim	Art. 191, § 2º, inciso I e § 3º-A	Sim (C)	-
A.133	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 191, §§ 3º e 3º-B, e art. 194	Sim (C)	-
A.134	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação negativa da menos-valia de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa.	Sim	Sim	Art. 191, § 2º, inciso I e § 3º-A	Sim (C)	-
A.135	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Regra de Transição	Ajustes decorrentes da aplicação das disposições contidas no art. 65 da Lei nº 12.973, de 2014, nas operações de incorporação, fusão e cisão ocorridas até 31 de dezembro de 2017, cuja participação societária tenha sido adquirida até 31 de dezembro de 2014.	Sim	Sim	Art. 192	Não	E.105
A.136	Juros de Empréstimos - Custos de Empréstimos	A parcela dos juros e outros encargos, anteriormente contabilizados como custo do ativo, associados a empréstimos contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de bens classificados como estoques de longa maturação, propriedade para investimentos, ativo imobilizado ou ativo intangível, excluídos conforme item E.107 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada no período de apuração em que o respectivo ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa.	Sim	Sim	Art. 145, § 4°	Sim (C)	E.107
A.137	Juros de Empréstimos - Empresa Controlada ou Coligada	Os juros, decorrentes de empréstimos, pagos ou creditados a empresa controlada ou coligada, independentemente do local de seu domicílio, incidentes sobre valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas controladas, domiciliadas no exterior.	Sim	Sim	Art. 145, § 5°	Não	-
A.138	Juros Produzidos por NTN	Os juros produzidos por Notas do Tesouro Nacional (NTN) emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Privatização (PND) anteriormente excluídos conforme item E.108 do Anexo II desta Instrução Normativa, a serem adicionados no período do seu recebimento.	Sim	Sim	Art. 146, parágrafo único	Sim (C)	E.108
A.139	Juros sobre o Capital Próprio - Auferidos	Os juros sobre o capital próprio auferidos, no caso de não terem sido contabilizados como receita.	Sim	Sim	Art. 76, parágrafo único	Não	-
A.140	Juros sobre o Capital Próprio - Pagos ou Creditados	O excesso de juros sobre o capital próprio pagos ou creditados de que trata o art. 9° da Lei n° 9.249, de 1995, no caso de terem sidos contabilizados como despesa.	Sim	Sim	Art. 75	Não	-
A.141	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, o resultado positivo da consolidação das parcelas de que trata o art. 78 da Lei nº 12.973, de 2014, relativas a filiais, sucursais, controladas e coligadas de investidora equiparada a controladora nos termos do art. 83 da mesma Lei, domiciliadas no exterior, observados os demais termos e condições dos Capítulos VIII e IX da Lei.	Sim	Sim	-	-	-
A.142	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, a parcela do ajuste do valor do investimento equivalente aos lucros auferidos pela filial, sucursal, controlada ou coligada de investidora equiparada a controladora nos termos do art. 83 da Lei nº 12.973, de 2014, domiciliadas no exterior, de que tratam os arts. 77 e 79, inciso I, da mesma Lei, que não tenham sido objeto da consolidação prevista no art. 78, observados os demais termos e condições dos Capítulos VIII e IX da Lei.	Sim	Sim	-	-	-
A.143	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os lucros disponibilizados por coligada domiciliada no exterior que atenda aos requisitos estabelecidos no caput do art. 81 da Lei nº 12.973, de 2014, no caso da investidora coligada domiciliada no Brasil não ter feito a opção a que se refere o art. 82-A da mesma lei.	Sim	Sim	-	-	-
A.144	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, o resultado da coligada domiciliada no exterior equivalente aos lucros por ela apurados, no caso em que a investidora coligada no Brasil tenha feito a opção a que se refere o art. 82-A da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	-	-	-
A.145	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, o resultado da coligada domiciliada no exterior equivalente aos lucros por ela apurados, no caso de descumprimento de ao menos uma das condições previstas no caput do art. 81 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	-	-	-
A.146	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Na data do balanço de encerramento da liquidação da investidora domiciliada no Brasil, os lucros auferidos por suas filiais, sucursais, controladas, diretas ou indiretas, e coligadas domiciliadas no exterior, disponibilizados e ainda não tributados.	Sim	Sim	-	-	-
A.147	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os lucros auferidos por filiais, sucursais, controladas, diretas ou indiretas, e coligadas domiciliadas no exterior, disponibilizados e ainda não tributados na investidora domiciliada no Brasil, no caso de encerramento de atividades das referidas investidas no exterior.	Sim	Sim	-	-	-
A.148	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os lucros auferidos por filiais, sucursais, controladas, diretas ou indiretas, e coligadas domiciliadas no exterior, disponibilizados e ainda não tributados na investidora domiciliada no Brasil, em caso de evento de absorção de patrimônio dessas entidades por empresa sediada no exterior.	Sim	Sim	-	-	-
A.149	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os lucros auferidos por filiais, sucursais, controladas, diretas ou indiretas, e coligadas domiciliadas no exterior, disponibilizados e ainda não tributados na investidora domiciliada no Brasil, em caso de alienação do patrimônio da filial ou sucursal ou de alienação da participação societária das investidas domiciliadas no exterior.	Sim	Sim	-	-	-
A.150	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os lucros provenientes de investimentos no exterior não avaliados pela equivalência patrimonial que tenham sido excluídos no primeiro, segundo e terceiro trimestres conforme previsto no item E.110 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.110
A.151	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Em 31 de dezembro de cada ano, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior que tenham sido excluídos no primeiro, segundo e terceiro trimestres conforme previsto no item E.111 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	-	Sim (C)	E.111
A.152	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	As perdas incorridas em operações no exterior e reconhecidas nos resultados da pessoa jurídica, inclusive as perdas de capital apuradas no exterior.	Sim	Sim	-	-	-
A.153	Multas	O valor das multas impostas por transgressões de leis de natureza não tributária.	Sim	Sim	Art. 133	Não	-
A.154	Multas	O valor das multas por infrações fiscais, salvo as de natureza compensatória e as impostas por infrações de que não resultem falta ou insuficiência de pagamento de tributo.	Sim	Sim	Art. 132	Não	-
A.155	Operações Realizadas em Mercados de Liquidação Futura	Os resultados negativos incorridos nas operações realizadas em mercados de liquidação futura, inclusive os sujeitos a ajustes de posições, reconhecidos na escrituração contábil antes da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição.	Sim	Sim	Art. 105, § 2°	Sim (D ou C)	A.156, E.113 e E.114

A.156	Operações Realizadas em Mercados de Liquidação Futura	Os resultados positivos incorridos nas operações realizadas em mercados de liquidação futura, inclusive os sujeitos a ajustes de posições, que, antes da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição, foram reconhecidos na escrituração contábil e excluídos na apuração do lucro real e do resultado ajustado, a serem adicionados na data da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição.	Sim	Sim	Art. 105, § 2°	Sim (D ou C)	A.155, E.113 e E.114
A.157	Pagamento Baseado em Ações	O valor da remuneração dos serviços prestados por empregados ou similares, apropriado como custo ou despesa, cujo pagamento é objeto de acordo com pagamento baseado em ações.	Sim	Sim	Art. 161	Sim (D)	E.115
A.158	Pagamento Baseado em Ações	O valor da remuneração dos serviços prestados por pessoa física que não seja considerada empregado ou similar, conforme previsto no art. 33 da Lei n° 12.973, de 2014, cujo pagamento seja efetuado por meio de acordo com pagamento baseado em ações.	Sim	Sim	Art. 161, § 7°	Não	-
A.159	Pagamentos a Países com Tributação Favorecida	As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas, a qualquer título, a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou constituídas no exterior e submetidas a um tratamento de país ou dependência com tributação favorecida ou sob regime fiscal privilegiado, de que trata o art. 26 da Lei n° 12.249, de 2010.	Sim	Sim	-	Não	-
A.160	Pagamentos Efetuados a Sociedade Simples	Os pagamentos efetuados a sociedade simples quando esta for controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes ou controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das referidas pessoas.	Sim	Não	Art. 81	Não	-
A.161	Pagamentos sem Causa	As importâncias declaradas como pagas ou creditadas a título de comissões, bonificações, gratificações ou semelhantes, quando não for indicada a operação ou a causa que deu origem ao rendimento e quando o comprovante do pagamento não individualizar o beneficiário do rendimento, conforme disposto no art. 2° da Lei n° 3.470, de 1958.	Sim	Sim	-	Não	-
A.162	Participações nos Resultados	Os valores das participações nos lucros de debêntures e de empregados que não satisfaçam as condições de dedutibilidade previstas no art. 58 do Decreto-Lei n° 1.598, de 1977, no § 1° do art. 3° da Lei n° 10.101, de 2000, e no parágrafo único do art. 2° do Decreto-Lei n° 691, de 1969.	Sim	Não	-	Não	-
A.163	Participações nos Resultados e Gratificações	Os valores das gratificações atribuídas a administradores e dirigentes e das participações nos lucros de administradores e de partes beneficiárias, conforme previsto no § 3° do art. 45 da Lei n° 4.506, de 1964, e parágrafo único do art. 58 do Decreto-Lei n° 1.598, de 1977.	Sim	Não	-	Não	-
A.164	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas apuradas nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e em Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I), conforme previsto no art. 3º da Lei nº 11 478, de 2007.	Sim	Não	-	Não	-
A.165	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas apuradas nas operações com os ativos a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, conforme previsto no § 4º do mesmo dispositivo legal.	Sim	Não	-	Não	-
A.166	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas apuradas nas operações com cotas dos fundos a que se refere o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.431, de 2011, conforme previsto no § 10 do mesmo dispositivo legal.	Sim	Não	-	Não	-
A.167	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas em aplicações financeiras de renda variável de que tratam os arts. 72 ao 74 da Lei nº 8.981, de 1995, que ultrapassarem os ganhos auferidos nas operações da mesma espécie, conforme previsto no § 4º do art. 76 da lei mencionada.	Sim	Não	-	Sim (D)	E.116
A.168	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), realizadas em mercados de renda fixa ou de renda variável, conforme previsto no § 3º do art. 76 da Lei º 8.981, de 1995.	Sim	Não	-	Não	-
A.169	Perdas no Recebimento de Créditos - Instituição Financeira	O valor da receita reconhecida em virtude de renegociação de dívida e anteriormente excluída conforme item E.117 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionada no momento do efetivo recebimento.	Sim	Sim	Art. 74, § 3º	Sim (C)	E.117
A.170	Perdas no Recebimento de Créditos - PJ Credora	As perdas no recebimento de créditos registradas nos termos dos arts. 9º e 10 da Lei nº 9.430, de 1996, que não tiverem sido contabilmente estornadas, no caso de desistência da cobrança pela via judicial ou se a solução da cobrança se der em virtude de acordo homologado por sentença judicial, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 10 da Lei nº 9.430, de 1996.	Sim	Sim	Art. 72, §§ 1º a 3º	Não	-
A.171	Perdas no Recebimento de Créditos - PJ Credora	O valor dos encargos financeiros incidentes sobre o crédito vencido e não recebido, anteriormente excluído conforme item E.118 ao Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado no período de apuração em que, para os fins legais, se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica credora ou em que reconhecida a respectiva perda.	Sim	Sim	Art. 73, § 3º	Sim (C)	E.118
A.172	Perdas no Recebimento de Créditos - PJ Devedora	O valor dos encargos incidentes sobre o débito vencido e não pago, que tenham sido deduzidos pela pessoa jurídica devedora como despesa ou custo, incorridos a partir da data da citação inicial para o pagamento.	Sim	Sim	Art. 73, § 4º	Sim (D)	E.119
A.173	Preços de Transferência	Os ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferências de que tratam os arts. 18 ao 24-B da Lei nº 9.430, de 1996.	Sim	Sim	-	Não	-
A.174	Prejuízo na Alienação de Participações	O valor dos prejuízos havidos na alienação de ações, títulos ou quotas de capital integrantes do ativo circulante ou do ativo realizável a longo prazo, com deságio superior a dez por cento dos respectivos valores de aquisição, caso a venda não tenha sido realizada em bolsa de valores ou, onde esta não existir, não tenha sido efetuada por meio de leilão público, com divulgação do respectivo edital, na forma da lei, durante três dias no período de um mês, na venda efetuada por pessoa jurídica que não seja sociedade de investimento fiscalizada pelo Banco Central do Brasil.	Sim	Não	Art. 82	Não	-
A.175	Prêmio na Emissão de Debêntures	O valor dos prêmios recebidos na emissão de debêntures anteriormente excluído conforme item E.120 do Anexo II desta Instrução Normativa, a ser adicionado quando descumpridas as condições previstas no art. 31 da Lei 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 199	Sim (C)	E.120
A.176	Provisões ou Perdas Estimadas - Gastos com Desmontagem	A parcela do valor realizado do ativo imobilizado referente à provisão para gastos de desmontagem e retirada de item do ativo ou restauração do local em que está situado.	Sim	Sim	Art. 125, § 1°	Sim (D)	E.122
A.177	Provisões ou Perdas Estimadas - Teste de Recuperabilidade	A perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos reconhecida no período de apuração. Observação: ao ágio por rentabilidade futura (goodwill) aplicam-se os ajustes previstos nos assuntos "Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" e "Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" deste Anexo e do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 129, caput e § 3°	Sim (D)	E.123 e E.124
A.178	Provisões ou Perdas Estimadas Não Dedutíveis	As despesas de provisões ou perdas estimadas no valor de ativos não dedutíveis, conforme disposto no inciso I do art. 13 da Lei n° 9.249, de 1995, e art. 59 da Lei n° 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Arts. 70 e 284	Sim (D)	E.125
A.179	Receitas com Planos de Benefício	O valor das receitas recebidas pela pessoa jurídica patrocinadora, originárias de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar, que foram registradas contabilmente pelo regime de competência, na forma estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador	Sim	Sim	Art. 136	Sim (C)	E.126
A.180	Regras de Subcapitalização	Os ajustes decorrentes da aplicação das regras de subcapitalização de que tratam os arts. 24 e 25 da Lei nº 12.249, de 2010.	Sim	Sim	-	Não	-
A.181	Remuneração de Sócios, Diretores, Administradores, Titulares de Empresas Individuais e Conselheiros Fiscais e Consultivos	As remunerações dos sócios, diretores, administradores, titulares de empresa individual e conselheiros fiscais e consultivos, indedutíveis nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 4.506, de 1964, e das alíneas "b" e "d" do § 1º do art. 43 do Decreto-Lei nº 5.844, de 1943.	Sim	Sim	Art. 78	Não	-
A.182	Remuneração Indireta a Administradores e Terceiros	Os dispêndios de que trata o art. 74 da Lei nº 8.383, de 1991, quando pagos a beneficiários não identificados ou não individualizados, inclusive o imposto incidente na fonte.	Sim	Sim	Art. 137	Não	-
A.183	Reserva de Reavaliação	O valor da reserva de reavaliação realizado conforme previsto na legislação tributária.	Sim	Sim	Art. 308	Sim (C)	-
A.184	Resultados não Realizados nas Operações Intercompanhias	Os resultados não realizados positivos a que se referem o inciso I do caput do art. 248 e o inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.404, de 1976, não registrados na escrituração comercial.	Sim	Sim	Art. 285, caput e parágrafo único, inciso I, alínea "a"	Sim (D)	E.128

A.185	Resultados não Realizados nas Operações Intercompanhias	Os resultados não realizados negativos a que se referem o inciso I do caput do art. 248 e o inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.404, de 1976, anteriormente excluídos conforme item E.129 do Anexo II desta Instrução Normativa, a serem adicionados nos períodos de apuração em que forem registrados na escrituração comercial proporcionalmente à sua realização.	Sim	Sim	Art. 285, caput e parágrafo único, inciso II, alínea "b"	Sim (C)	E.129
A.186	Royalties e Assistência Técnica, Científica e Administrativa	O valor dos royalties e das importâncias pagas a título de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, que forem indedutíveis nos termos: (1) dos arts. 52 e 71, caput, alínea "a", e parágrafo único, alíneas "c" a "g", da Lei nº 4.506, de 1964; (2) do art. 50 da Lei nº 8.383, de 1991; (3) do art. 74, caput, da Lei nº 3.470, de 1958; (4) do art. 12 da Lei nº 4.131, de 1962; e (5) do art. 6º do Decreto-Lei nº 1.730, de 1979.	Sim	Não	Arts. 85 ao 88	Não	-
A.187	Serviços Assistenciais e Benefícios Previdenciários a Empregados e Dirigentes	As contribuições não compulsórias, inclusive as destinadas a custear seguros e planos de saúde e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social que não satisfaçam as condições de dedutibilidade da legislação.	Sim	Sim	Arts. 134 e 135	Não	-
A.188	Serviços Assistenciais e Benefícios Previdenciários a Empregados e Dirigentes	O excesso, em relação ao limite de 20%, das despesas com contribuições para a previdência privada, a que se refere o inciso V do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei nº 9.477, de 1997.	Sim	Sim	Art. 135	Não	-
A.189	Variação Cambial - Regra Geral	O valor correspondente à variação cambial ativa cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração, exceto na hipótese da opção pelo regime de competência, nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.	Sim	Sim	Arts. 152, 158 e 159	Sim (D ou C)	A.190, A.191, E.131, E.132 e E.133
A.190	Variação Cambial - Regra Geral	O valor correspondente à variação cambial passiva reconhecida no período de apuração, exceto na hipótese da opção pelo regime de competência, nos termos do § 1° do art. 30 da Medida Provisória n° 2.158-35, de 2001.	Sim	Sim	Art. 152, 158 e 159	Sim (D ou C)	A.189, A.191, E.131, E.132 e E.133
A.191	Variação Cambial - Regra Geral - Mudança de Regime de Caixa para Competência	O saldo credor existente na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, na hipótese de alteração do critério de reconhecimento das variações cambiais pelo regime de caixa para o regime de competência, a ser adicionado em 31 de dezembro do ano precedente ao da opção.	Sim	Sim	Art. 157	Sim (D ou C)	A.189, A.190, E.131, E.132 e E.133
A.192	Variação Cambial - Utilização de Taxa Diferente da Divulgada pelo BCB	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração com base em taxa de câmbio diferente da divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB), na hipótese de a pessoa jurídica utilizar taxa de câmbio diferente da divulgada pelo BCB na elaboração de suas demonstrações financeiras e optar pelo regime de competência nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (alínea "a" do inciso I do item 1 do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.193, E.134 e E.135
A.193	Variação Cambial - Utilização de Taxa Diferente da Divulgada pelo BCB	A variação cambial ativa que teria sido reconhecida no período de apuração com base em taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB), na hipótese de a pessoa jurídica utilizar taxa de câmbio diferente da divulgada pelo BCB na elaboração de suas demonstrações financeiras e optar pelo regime de competência nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (alínea "c" do inciso I do item 1 do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.192, E.134 e E.135
A.194	Variação Cambial - Instituição Financeira - Hedge	A variação cambial ativa reconhecida no patrimônio líquido no período de apuração, no caso de instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que utilizarem o procedimento contábil para definição, apuração e registro da parcela efetiva do hedge de ativos e passivos financeiros não derivativos estabelecido na Resolução CMN nº 4.524, de 2016 (alínea "a" do inciso I do item 1 do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.195, E.136 e E.137
A.195	Variação Cambial - Instituição Financeira - Hedge	A variação cambial passiva reclassificada para o resultado no período de apuração, no caso de instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que utilizarem o procedimento contábil para definição, apuração e registro da parcela efetiva do hedge de ativos e passivos financeiros não derivativos estabelecido na Resolução CMN nº 4.524, de 2016 (alínea "b" do inciso I do item 1 do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.194, E.136 e E.137
A.196	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do ativo referente a operação de venda a prazo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso I, e § 2º. Anexo XI	Sim (D ou C)	A.010, E.007 e E.138
A.197	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do ativo referente a operação que não seja venda a prazo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso I, e § 2º	Sim (D ou C)	A.011, E.008, E.139
A.198	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação de aquisição a prazo de bem ou serviço contabilizado diretamente no ativo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso II, e § 3º	Não	A.012, E.009, E.140
A.199	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação de aquisição a prazo de bem ou serviço contabilizado diretamente como despesa ou custo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso III, e § 4º	Sim (D ou C)	A.013, E.010 e E.141
A.200	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação que não seja aquisição a prazo e esteja relacionada a um ativo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso II, e § 3º	Não	A.014, E.011 e E.142
A.201	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial passiva reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação que não seja aquisição a prazo e esteja relacionada a uma despesa ou custo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes A.190 deste anexo e E.131 do Anexo II desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso III, e § 4º	Sim (D ou C)	A.015, E.012 e E.143
A.202	Outras	Demais adições decorrentes da legislação tributária.	Sim	Sim	-	-	-

(*) Observações:
Coluna "Controle na Parte B?": indica se há ou não o controle e, caso haja, se o saldo na Parte B do e-Lalur ou e-Lacs é sempre devedor (D), sempre credor (C), ou se pode ser devedor ou credor (D ou C).
Coluna "Adição ou Exclusão Relacionada": o número da adição relacionada inicia-se com A (Anexo I), e o número da exclusão relacionada inicia-se com E (Anexo II).

ANEXO II

TABELA DE EXCLUSÕES DO LUCRO LÍQUIDO
(Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017)

Nº	Assunto	Descrição do Ajuste	Aplica-se ao IRPJ?	Aplica-se à CSLL?	Dispositivo na IN	Controle na Parte B? (*)	Adição ou Exclusão Relacionada(*)
E.001	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Ajustes de Avaliação Patrimonial	O saldo credor existente na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, na conta de ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 1976, a ser excluído no período de apuração em que for reclassificado para o resultado como receita.	Sim	Sim	Art. 291 e art. 309-A, caput e § 2º	Sim D)	-

E.002	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Ativo Diferido - Reconhecido na Contabilidade Societária - Controlado por Subconta	A diferença negativa entre valores de ativo diferido na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída em cada período de apuração proporcionalmente à parcela equivalente à amortização do ativo diferido de acordo com as normas e critérios tributários vigentes em 31 de dezembro de 2007, no caso de ativo diferido reconhecido na data de adoção inicial na contabilidade societária e cuja diferença tenha sido evidenciada contabilmente em subconta.	Sim	Sim	Art. 291, art. 302, caput e § 2º, e art. 307, caput e § 1º	Não	-
E.003	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Ativo Diferido - Não Reconhecido na Contabilidade Societária	A diferença negativa entre valores de ativo diferido na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída em cada período de apuração proporcionalmente à parcela equivalente à amortização do ativo diferido de acordo com as normas e critérios tributários vigentes em 31 de dezembro de 2007, no caso de ativo diferido não reconhecido na data de adoção inicial na contabilidade societária, mas reconhecido no FCONT.	Sim	Sim	Art. 291 e art. 302, §§ 1º e 2º	Sim D)	-
E.004	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos	O valor calculado pela divisão da diferença positiva a que se refere o inciso IV do caput do art. 69 da Lei n° 12.973, de 2014, pelo prazo restante, em meses, de vigência do contrato, multiplicado pelo número de meses do período de apuração, no caso de contrato de concessão de serviços públicos vigente na data de adoção inicial dos arts. 1º ao 71 dessa Lei.	Sim	Sim	Arts. 291 e 305, inciso IV	Sim D)	-
E.005	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Negativa de Ativo - Controlada por Subconta	A diferença negativa entre valores de ativo de que trata o caput do art. 67 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída à medida da realização do ativo, caso tenha sido evidenciada contabilmente em subconta a ele vinculada.	Sim	Sim	Art. 291, art. 297, caput, art. 298 e art. 307, caput e § 1º	Não	-
E.006	Adoção Inicial dos arts. 1º ao 71 da Lei nº 12.973, de 2014 - Diferença Positiva de Passivo - Controlada por Subconta	A diferença positiva entre valores de passivo de que trata o parágrafo único do art. 67 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída à medida da baixa ou liquidação do passivo, caso tenha sido evidenciada contabilmente em subconta a ele vinculada.	Sim	Sim	Art. 291, art. 297, parágrafo único, art. 299 e art. 307, caput e § 1º	Não	-
E.007	Ajuste a Valor Presente - Ativo	As receitas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do ativo de que trata o art. 4º da Lei n° 12.973, de 2014, referentes a operação de venda a prazo, a serem excluídas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 90, art. 91, § 2º, e art. 96, § 2º	Sim D ou C)	A.010, A.196 e E.138
E.008	Ajuste a Valor Presente - Ativo	As receitas financeiras decorrentes de ajuste a valor presente de elementos do ativo de que trata o art. 4º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja venda a prazo, a serem excluídas nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 90, art. 92, § 1º, e art. 96, § 2º	Sim D ou C)	A.011, A.197 e E.139
E.009	Ajuste a Valor Presente - Passivo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do passivo de que tratam o caput e os incisos I, II e III do art. 5º da Lei n° 12.973, de 2014, referentes a operação de aquisição a prazo, a serem excluídos nos períodos de apuração em que ocorrerem as situações relacionadas nos incisos mencionados, observadas as demais condições estabelecidas no artigo.	Sim	Sim	Art. 93, incisos I, II e III e §§ 1º e 2º, e art. 94, §§ 6º e 9º	Não	A.012, A.198 e E.140
E.010	Ajuste a Valor Presente - Passivo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do passivo de que tratam o caput e os incisos IV e V do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação de aquisição a prazo, a serem excluídos nos períodos de apuração em que ocorrerem as situações relacionadas nos incisos mencionados, observadas as demais condições estabelecidas no artigo.	Sim	Sim	Art. 93, incisos IV e V e § 2º e art. 94, §§ 11, 13 e 14	Sim D ou C)	A.013, A.199 e E.141
E.011	Ajuste a Valor Presente - Passivo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do passivo de que trata o caput do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja aquisição a prazo e que esteja relacionada a um ativo, a serem excluídos à medida da realização deste ativo, e desde que o valor realizado seja dedutível.	Sim	Sim	Art. 93, incisos I, II e III e §§ 1º e 2º, e art. 95, §§ 2º ao 5º	Não	A.014, A.200 e E.142
E.012	Ajuste a Valor Presente - Passivo	Os valores decorrentes do ajuste a valor presente de elementos do passivo de que trata o caput do art. 5º da Lei nº 12.973, de 2014, referentes a operação que não seja aquisição a prazo e que esteja relacionada a uma despesa ou custo, a serem excluídos no período de apuração em que a despesa ou custo forem incorridos, e desde que a despesa ou o custo sejam dedutíveis.	Sim	Sim	Art. 93, incisos IV e V e § 2º, e art. 95, §§ 7º, 9º e 10	Sim D ou C)	A.015, A.201 e E.143
E.013	Aporte do Poder Público	O valor do aporte de recursos efetivado pelo Poder Público em função de contrato de parceria público-privada nos termos do § 2º do art. 6º da Lei nº 11.079, de 2004	Sim	Sim	Art. 171, caput	Sim C)	A.017, A.018 e A.019
E.014	Aquisição de Bens e Direitos no Âmbito do PND	O valor dos créditos utilizados correspondentes às dívidas novadas do Fundo de Compensação de Variações Salariais, como contrapartida da aquisição de bens e direitos no âmbito do PND, conforme disposto no art. 9º da Lei nº 10.150, de 2000.	Sim	Sim	-	Não	-
E.015	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	O resultado negativo das operações de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeito ao tratamento tributário previsto pela Lei n° 6.099, de 1974, proporcionalmente ao valor da contraprestação, conforme previsto no caput do art. 46 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º e 6º	Não	A.020, A.021 e E.016
E.016	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	Os ajustes, previstos no § 1º do art. 46 da Lei nº 12.973, de 2014, das operações de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não esteja sujeito ao tratamento tributário previsto pela Lei nº 6.099, de 1974, decorrentes da neutralização dos novos métodos e critérios contábeis, cuja tributação deva ser o resultado proporcional ao valor da contraprestação.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º, 7º e 9º	Não	A.020, A.021 e E.015
E.017	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	O resultado negativo de contrato não tipificado como arrendamento mercantil que contenha elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, proporcionalmente ao valor da contraprestação, conforme previsto no caput do art. 46 e no inciso III do art. 49 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º, 3º e 6º	Não	A.022, A.023 e E.018
E.018	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendadora	Os ajustes, previstos no § 1º do art. 46 e no inciso III do art. 49 da Lei nº 12.973, de 2014, decorrentes da neutralização dos novos métodos e critérios contábeis, de contrato não tipificado como arrendamento mercantil que contenha elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, cuja tributação deva ser o resultado proporcional ao valor da contraprestação.	Sim	Sim	Art. 173, §§ 1º, 3º, 7º e 9º	Não	A.022, A.023 e E.017
E.019	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As contraprestações pagas ou creditadas por força de contrato de arrendamento mercantil em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, inclusive as despesas financeiras nelas consideradas e adicionadas conforme item A.028 do Anexo I desta Instrução Normativa, atendidas as condições do art. 47 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 175, inciso I e §§ 1º e 4º	Não	A.025, A.026, A.028, A.030, A.032 e E.021
E.020	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As contraprestações pagas ou creditadas, inclusive as despesas financeiras nelas consideradas e adicionadas conforme item A.029 do Anexo I desta Instrução Normativa, em contratos que, embora não tipificados como arrendamento mercantil, contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial, e em que haja transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, atendidas as condições do art. 47 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 175, inciso I, e §§ 1º, 3º e 4º	Não	A.027, A.029, A.031, A.033 e E.022
E.021	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As variações monetárias ativas decorrentes da atualização em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente que tiverem sido computadas nas contraprestações excluídas conforme item E.019 deste Anexo.	Sim	Sim	Art. 175, §§ 1º e 8º	Não	A.025, A.026, A.028, A.030, A.032 e E.019
E.022	Arrendamento Mercantil - PJ Arrendatária	As variações monetárias ativas decorrentes da atualização em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual das contraprestações a pagar e respectivos saldos de juros a apropriar decorrentes de ajuste a valor presente que tiverem sido computadas nas contraprestações excluídas conforme item E.020 deste Anexo, referentes a contratos que, embora não tipificados como arrendamento mercantil, contenham elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis e da legislação comercial.	Sim	Sim	Art. 175, §§ 1º, 3º e 8º	Não	A.027, A.029, A.031, A.033, E.020
E.023	Atividade Imobiliária - Diferimento da Tributação	O lucro bruto decorrente da venda, a prazo ou em prestações, de unidade imobiliária, cuja tributação venha a ser diferida nos termos do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	-	Sim C)	A.035

E.024	Atividade Imobiliária - Permuta	A parcela do lucro bruto decorrente da avaliação a valor justo de unidades imobiliárias recebidas em operações de permuta, conforme disposto no § 3º do art. 27 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	-	Sim C)	A.036
E.025	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo controlado por meio de subconta nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, no período de apuração em que for apropriado como receita. Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva	Sim	Sim	Art. 97, caput e §§11 e 12; art. 98, caput e § 2º; art. 99, caput e § 2º, art. 100,	Não	A.037
		troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e			caput e § 2º, art. 101, caput e § 2º, art. 118, parágrafo		
		optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014.			único, e art. 119, §§ 1º, 3º e 4º		
E.026	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Não Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e anteriormente adicionado conforme item A.038 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluído no período de apuração em que for apropriado como receita.	Sim	Sim	Art. 97, art. 118, parágrafo único, e art.	Sim D)	A.038
		. Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo,			119, §§ 1º, 3º e 4º. Anexo IV, Exemplos 4 (c), 5 (d) e 6 (d)		
		posteriormente, a sucessora abandonado a evidenciação por meio de subconta; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei n° 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, abandonado a evidenciação por meio de subconta					
E.027	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor: a) do ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo, na hipótese de: a1) não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014; a2) haver prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e a3) o prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser maior ou igual ao ganho; ou b) do prejuízo fiscal (ou base de cálculo	Sim	Sim	Art. 97, § 7º, I e II, 'a', § 9º, I e II, 'a', e §§ 11 e 12, art. 118, parágrafo.	Sim C)	A.039
		negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho, na hipótese de: b1) o ganho decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014; b2) haver prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e b3) o prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser menor que o ganho.					
		Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) operação de permuta que envolva troca de ativo ou passivo; b) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação ao ganho decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 13 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, a sucessora abandonado a evidenciação por meio de subconta; e c) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e optou pelo diferimento da tributação do ganho nos termos e condições do caput e §§ 1º e 3º do art. 16 da Lei nº 12.973, de 2014, tendo, posteriormente, abandonado a evidenciação por meio de subconta.			único, e art 119, §§ 1º, 3º e 4º. Anexo IV, Exemplos 2 (c), 3 (c), 5 (c) e 6 (c).		
E.028	Avaliação a Valor Justo - Ativo ou Passivo da Pessoa Jurídica - Perda - Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo controlada por meio de subconta conforme caput do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída nos períodos de apuração e na proporção em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado ou baixado, nos termos e condições do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 102, art. 103, § 5º, art. 104, § 4º, art. 118,	Não	A.041
		Observação. O disposto neste item aplica-se também à: a) pessoa jurídica sucessora por incorporação, fusão ou cisão em relação à perda decorrente de avaliação com base no valor justo feita pela sucedida nas condições do art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, e cuja subconta tenha sido transferida para a sucessora conforme parágrafo único do art. 26 da Lei nº			parágrafo único, e art. 119, §§ 2º, 3º e 5º		
		12.973, de 2014; e b) pessoa jurídica que fez avaliação com base no valor justo quando era tributada pelo lucro presumido e mantém a evidenciação por meio de subconta prevista no art. 14 da Lei nº 12.973, de 2014, conforme disposto nos §§ 2º e 3º do art. 16 dessa Lei.					
E.029	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, controlado por meio de subconta nos termos do caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluído no período de apuração em que for apropriado como receita.	Sim	Sim	Art. 110, caput; e art. 111, caput e § 2º	Não	A.044
E.030	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Não Controlado por Subconta	O ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, não controlado por meio de subconta nos termos do caput do art. 17 da Lei nº	Sim	Sim	Art. 110, §§ 2º e 3º	Sim D)	A.045
		12.973, de 2014, e anteriormente adicionado conforme item A.045 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluído no período de apuração em que for apropriado como receita.					
E.031	Avaliação a Valor Justo - Subscrição - Ganho - Não Controlado por Subconta - Com Prejuízo Fiscal	O valor: a) do ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, na hipótese de: a1) não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014; a2) haver prejuízo fiscal (ou base de	Sim	Sim	Art. 110, § 6º, I e II, 'a', e § 8º, I e II, 'a'	Sim (C)	A.046
		cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e a3) o prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser maior ou igual ao ganho; ou b) do prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho, na hipótese de: b1) o ganho decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social					

		ou de valores mobiliários, não ser controlado por meio de subconta conforme caput do art. 17 da Lei nº 12.973, de 2014; b2) haver prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho; e b3) o prejuízo fiscal (ou base de cálculo negativa da CSLL) antes do cômputo do ganho ser menor que o ganho.					
E.032	Avaliação a Valor Justo Subscrição - Perda - Controlada por Subconta	A perda decorrente de avaliação com base no valor justo de bem do ativo incorporado ao patrimônio de outra pessoa jurídica, na subscrição em bens de capital social ou de valores mobiliários, controlada por meio de subconta conforme caput do art. 18 da Lei nº 12.973, de 2014, a ser excluída nos períodos de apuração em que ocorrerem as hipóteses dos incisos I a III do caput do art. 18 da Lei nº 12.973, de 2014, observadas as condições desse artigo.	Sim	Sim	Arts 112 e 113, § 4º	Não	A.048
E.033	Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	O ganho proveniente de compra vantajosa que não seja oriundo de aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 195	Sim (C)	A.052
E.034	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Financeiro	O lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida for ativo financeiro, no caso de contrato de concessão de serviços públicos de que trata o art. 36 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 168, caput e § 2º, inciso I	Sim (C)	A.053
E.035	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Financeiro	As receitas financeiras decorrentes do ajuste a valor presente do ativo financeiro de que trata o art. 36 da Lei nº 12.973, de 2014, nos períodos de apuração em que forem apropriadas.	Sim	Sim	Art. 169, caput e § único, inciso I	Sim (D ou C)	A.054
E.036	Contratos de Concessão de Serviços Públicos - Ativo Intangível	O resultado decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida for ativo intangível representativo do direito de exploração, no caso de contrato de concessão de serviços públicos de que trata o art. 35 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 167, caput e § 2º	Sim (C)	A.055
E.037	Contratos de Longo Prazo - Divergência de Critério	A diferença de resultados decorrente da utilização de critério distinto dos previstos no § 1º do art. 10 do Decreto-Lei nº 1.598, 1977, para determinação da porcentagem do contrato ou da produção executada.	Sim	Sim	Art. 164, inciso II, alínea "a"	Sim (D ou C)	A.056
E.038	Contratos de Longo Prazo - Pessoa Jurídica de Direito Público	A parcela do lucro da empreitada ou fornecimento, contratado com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, computado no resultado do período de apuração, proporcional à receita dessas operações considerada nesse resultado e não recebida até a data de encerramento do mesmo período de apuração, conforme disposto na alínea "a" do § 3º do art. 10 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.057
E.039	Cooperativas	Os resultados positivos das operações realizadas com seus associados, no caso de sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica e que não tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores.	Sim	Sim	Arts. 23 e 25	Não	-
E.040	Cotas de Fundo para Cobertura de Riscos de Seguro Rural	O valor das cotas de fundo que tenha por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, as quais sejam adquiridas por seguradoras, resseguradoras e empresas agroindustriais, conforme disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 137, de 2010.	Sim	Sim	-	Não	-
E.041	CPC 47 - Diferença entre Receita ou Despesa	A diferença negativa entre a receita que teria sido reconhecida e mensurada conforme a legislação tributária e os critérios contábeis anteriores e a receita reconhecida e mensurada conforme o CPC 47, no caso de a pessoa jurídica adotar procedimento contábil estabelecido do CPC 47 que cause a referida diferença (itens 1, 2, 3 e 13, inciso II, do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017). Observação. O controle na parte B não será feito no caso da exclusão se referir ao efeito cumulativo reconhecido na adoção inicial do CPC 47 (item 21 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.061, A.062 e E.042
E.042	CPC 47 - Diferença entre Receita ou Despesa	A diferença positiva entre o custo ou a despesa que teria sido reconhecida e mensurada conforme a legislação tributária e os critérios contábeis anteriores e o custo ou a despesa reconhecida e mensurada conforme o CPC 47, no caso de a pessoa jurídica adotar procedimento contábil estabelecido do CPC 47 que cause a referida diferença (itens 1, 2, 3 e 17, inciso I, do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017). Observação. O controle na parte B não será feito no caso da exclusão se referir ao efeito cumulativo reconhecido na adoção inicial do CPC 47 (item 21 do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.061, A.062 e E.041
E.043	Depreciação - Diferença entre as Depreciações Contábil e Fiscal	A diferença entre a quota de depreciação calculada com base no prazo de vida útil admissível estabelecido no Anexo III desta Instrução Normativa - Tabela de Quotas de Depreciação e a quota de depreciação registrada na contabilidade da pessoa jurídica.	Sim	Sim	Art. 124, § 4º	Sim (C)	A.063 e A.064
E.044	Despesa com Emissão de Ações	Os custos incorridos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, contabilizados no patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 162	Não	-
E.045	Despesa com Instrumentos de Capital ou de Dívida Subordinada	A remuneração, os encargos, as despesas e demais custos, contabilizados no patrimônio líquido, referentes a instrumentos de capital ou de dívida subordinada, emitidos pela pessoa jurídica, exceto na forma de ações.	Sim	Sim	Art. 163	Não	A.065
E.046	Despesas Pré-Operacionais	As despesas de organização pré-operacionais ou pré-industriais e de expansão das atividades industriais, adicionadas conforme caput do art. 11 da Lei nº 12.973, de 2014, a serem excluídas na forma, prazo e períodos de apuração previstos no parágrafo único desse artigo.	Sim	Sim	Art. 128, § 1º	Sim (D)	A.070
E.047	Doações e Subvenções	O valor das doações e subvenções para investimentos recebidas do Poder Público reconhecido no resultado, desde que atendidas as condições previstas no art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 198	Sim (C)	A.073
E.048	Doações e Subvenções	As subvenções governamentais de que trata o art. 30 da Lei nº 12.350, de 2010, contabilizadas como receita do período, observadas as condições estabelecidas nesse artigo.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.074 e A.075
E.049	Ganho de Capital - Recebimento após o Término do Ano-Calendário Seguinte ao da Contratação	Parcela do lucro proporcional à receita não recebida no período de apuração, decorrente da venda de bens do ativo não circulante classificados como investimentos, imobilizado ou intangível, para recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação.	Sim	Sim	Art. 200, § 2º	Sim (C)	A.077
E.050	Horário Gratuito de Televisão e Rádio	O valor da compensação fiscal efetuada pelas emissoras de rádio e televisão pela cedência do horário gratuito, conforme disposto no caput e § 1º do art. 99 da Lei nº 9.504, de 1997.	Sim	Não	-	Não	-
E.051	Impostos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	O valor pago ou revertido como receita referente aos impostos e contribuições cuja exigibilidade estava suspensa nos termos dos incisos II a V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 1966 - Código Tributário Nacional, anteriormente adicionado conforme item A.078 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 131, § 1º	Sim (D)	A.078
E.052	Incentivo Fiscal - Amortização Acelerada Incentivada - Ativo Intangível Vinculado à Pesquisa Tecnológica e ao Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	A quota de amortização acelerada incentivada referente aos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, conforme disposto no inciso IV do art. 17 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.079 e A.087
E.053	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada - Atividade Rural	A quota de depreciação acelerada de bem integrante do ativo imobilizado, exceto a terra nua, utilizado na exploração da atividade rural, em montante igual à diferença entre o custo de aquisição do bem e o respectivo encargo de depreciação constante da escrituração comercial no ano de aquisição do ativo.	Sim	Sim	Art. 260, §§ 1º e 2º	Sim (C)	A.080, A.081 e E.054
E.054	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada - Atividade Rural	A diferença entre o custo de aquisição e a depreciação acumulada até a época em que o bem integrante do ativo imobilizado, exceto a terra nua, esteja retornando à utilização na exploração da atividade rural, no caso do bem ter sido anteriormente desviado exclusivamente para utilização em outras atividades.	Sim	Sim	Art. 260, § 8º	Sim (C)	A.080, A.081 e E.053
E.055	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - Inovação Tecnológica	A quota de depreciação acelerada de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, conforme disposto no inciso III do art. 17 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.082 e A.087
E.056	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - SUDENE e SUDAM	A quota da depreciação acelerada incentivada concedida às pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme disposto no art. 31 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.083 e A.087

E.057	Incentivo Fiscal - Depreciação Acelerada Incentivada - Veículos Automóveis para Transporte de Mercadorias e Vagões, Locomotivas, Locotratores e Tênderes	A quota de depreciação acelerada de veículos automóveis para transporte de mercadorias e de vagões, locomotivas, locotratores e tênderes, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.788, de 2013.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.084 e A.087
E.058	Incentivo Fiscal - Depreciação ou Amortização Acelerada Incentivada - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	O saldo não depreciado ou não amortizado dos dispêndios incorridos em instalações fixas e na aquisição de aparelhos, máquinas e equipamentos, destinados à utilização em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, metrologia, normalização técnica e avaliação da conformidade, aplicáveis a produtos, processos, sistemas e pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos de proteção de propriedade intelectual, no período de apuração em que for concluída sua utilização, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Não	-	Sim (C)	A.085 e A.087
E.059	Incentivo Fiscal - Exaustão Acelerada Incentivada - Petróleo e Gás Natural	A quota da exaustão acelerada incentivada de ativo formado mediante gastos aplicados nas atividades de desenvolvimento para viabilizar a produção de campo de petróleo ou de gás natural, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 13.586, de 2017.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.086 e A.087
E.060	Incentivo Fiscal - Empresas de TI e TIC	O valor correspondente aos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software), pelas empresas dos setores de tecnologia da informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação - TIC, limitado ao valor do lucro real antes da própria exclusão, vedado o aproveitamento de eventual excesso em período de apuração posterior, conforme disposto no art. 13-A da Lei nº 11.774, de 2008.	Sim	Não	-	Não	-
E.061	Incentivo Fiscal - Gastos com Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	Os gastos com desenvolvimento de inovação tecnológica registrados no ativo não circulante intangível, nos termos do art. 42 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 127	Sim (C)	A.088
E.062	Incentivo Fiscal - Investimento em Projeto Aprovado pela ANCINE	Até o exercício 2019, inclusive, as quantias referentes a investimento em projeto previamente aprovado pela ANCINE para a produção de obra audiovisual brasileira de produção independente e para produção (em áreas específicas) cinematográfica de exibição, distribuição e infraestrutura técnica, cujo projeto tenha sido apresentado por empresa brasileira, conforme disposto caput e nos §§ 4º e 5º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993.	Sim	Não	-	Não	-
E.063	Incentivo Fiscal - Microempresa e EPP - Pesquisa e Inovação Tecnológica	As importâncias recebidas pela microempresa e empresa de pequeno porte pela execução de projeto de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica por encomenda, desde que utilizadas integralmente na realização do projeto, conforme disposto no § 2º do art.18 da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.089
E.064	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - Construção no Âmbito do PMCMV	Até 31 de dezembro de 2018, as receitas próprias da construção de unidades habitacionais de valor comercial de até R$ 100.000,00 contratada no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, com opção pelo pagamento unificado de tributos de que trata o art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.	Sim	Sim	-	Não	-
E.065	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET	As receitas próprias da incorporação imobiliária sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que trata a Lei nº 10.931, de 2004.	Sim	Sim	-	Não	-
E.066	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET - Estabelecimento de Educação Infantil	Até 31 de dezembro de 2018, as receitas próprias da construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que tratam os arts. 24 ao 27 da Lei nº 12.715, de 2012.	Sim	Sim	-	Não	-
E.067	Incentivo Fiscal - Pagamento Unificado de Tributos - RET - PMCMV	Até 31 de dezembro de 2018, as receitas próprias da alienação de unidades habitacionais de valor comercial de até R$ 100.000,00 integrantes da incorporação imobiliária contratada no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV sujeita ao Regime Especial de Tributação - RET de que tratam os §§ 6º e 7º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004.	Sim	Sim	-	Não	-
E.068	Incentivo Fiscal - Pesquisa Científica e Tecnológica e de Inovação Tecnológica	Os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, no valor e nas condições previstas no art. 19-A da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Não	A.094
E.069	Incentivo Fiscal - Pesquisas Tecnológicas e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O valor correspondente aos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, relativamente às atividades de informática e automação, determinado conforme os §§ 1° e 2º do art. 26 da Lei nº 11.196, de 2005, e observadas as demais condições previstas no artigo mencionado.	Sim	Sim	-	Não	A.095
E.070	Incentivo Fiscal - Pesquisas Tecnológicas e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O valor correspondente a até 60% ou 80%, conforme o caso, da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do imposto, observado o disposto no art. 19 e seus §§ 1º, 2º, 5º e 6º da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Não	-
E.071	Incentivo Fiscal - Pesquisas Tecnológicas e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica	O valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado, observado o disposto no art. 19 e seus §§ 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 11.196, de 2005.	Sim	Sim	-	Não	-
E.072	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida referente ao ajuste proveniente do aumento do valor de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, quando registrada em conta de resultado. Observação: este ajuste é realizado de forma independente: a) dos ajustes relativos às contrapartidas das reduções da mais-valia e da menos-valia (itens E.076, E.082 e E.085 deste Anexo e itens A.099, A.106 e A.111 do Anexo I desta Instrução Normativa) (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa); e b) dos ajustes decorrentes de avaliação a valor justo na investida (item E.087 deste Anexo e itens A.118 e A.120 do Anexo I desta Instrução Normativa) (ver exemplo 2 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 181	Não	-
E.073	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	O ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 178, §§ 10 e 11	Sim (C)	A.098 e A.127
E.074	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução da mais-valia, anteriormente adicionada conforme item A.099 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, observado o disposto no inciso I do art. 117 da Lei nº 5.172, de 1966.	Sim	Sim	Art. 182, art. 181, § 2º, e arts. 184 e 196	Sim (D)	A.099, E.094 e E.095
E.075	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução do ágio por rentabilidade futura (goodwill), adicionada conforme item A.100 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido, observado o disposto no inciso I do art. 117 da Lei nº 5.172, de 1966.	Sim	Sim	Art. 182, art. 181, § 2º, e arts. 184 e 196. Anexo X, Exemplo 3	Sim (D ou C)	A.100, A.125 e E.096
E.076	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	A contrapartida da redução da menos-valia de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens E.072 deste Anexo e A.097 do Anexo I desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (C)	A.101, A.123 e A.124
E.077	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido	O ganho reconhecido no resultado por variação na porcentagem de participação no capital social da pessoa jurídica investida.	Sim	Sim	Art. 184, § 2º	Não	-
E.078	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	O ganho decorrente de avaliação da participação societária anterior com base no valor justo na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso I do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 183, inciso I e § 4º	Sim (C)	A.103
E.079	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	O ganho decorrente do excesso do valor justo dos ativos líquidos da investida, na proporção da participação anterior, em relação ao valor dessa participação avaliada a valor justo, na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso III do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 183, inciso III e § 4º	Sim (C)	A.104
E.080	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A perda na aquisição de participação societária em estágios de que trata o inciso II do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente adicionada conforme item A.105 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou baixa do investimento.	Sim	Sim	Art. 183, inciso II e § 4º	Sim (D)	A.105

E.081	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente adicionada conforme item A.106 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (D)	A.106
E.082	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens E.072 deste Anexo e A.097 do Anexo I desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (C)	A.107
E.083	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente adicionada conforme item A.108 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (D)	A.108
E.084	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (C)	A.109
E.085	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação positiva da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens E.072 deste Anexo e A.097 do Anexo I desta Instrução Normativa (ver exemplo 1 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182 e art. 181, § 2º	Sim (C)	A.110
E.086	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, anteriormente adicionada conforme item A.111 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação do investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido.	Sim	Sim	Art. 183, §§ 2º ao 4º, art. 182, art. 181, § 2º, e art. 184	Sim (D)	A.111
E.087	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando não registrado diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes previstos nos itens E.072 deste Anexo e A.097 do Anexo I desta Instrução Normativa (ver exemplo 2 do Anexo X desta Instrução Normativa).	Sim	Sim	Art. 114, § 1º, e art. 115, caput e §§ 1º e 2º	Não	A.112, A.113 e A.114
E.088	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrado diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciado contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser excluído no período de apuração em que for apropriado como receita pela investidora.	Sim	Sim	Art. 114, § 1º, e art. 115, caput e §§ 1º e 2º	Não	A.115 e A.116
E.089	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Ganho	O ganho decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente adicionado conforme item A.117 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluído no período de apuração em que for apropriado como receita pela investidora.	Sim	Sim	Art. 114, § 1º	Sim (D)	A.117
E.090	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente adicionada conforme item A.118 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da realização do ativo da investida ou liquidação ou baixa do passivo da investida, na hipótese de ter sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária. A exclusão não poderá ser realizada caso a investida tenha deduzido a perda respectiva na determinação do lucro real e do resultado ajustado, ou esteja impedida de deduzi-la na determinação do lucro real e do resultado ajustado.	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 2º, e art. 117, caput e §§ 3º e 4º	Não	A.118 e E.091
E.091	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, anteriormente adicionada conforme item A.118 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação da participação societária, na hipótese de ter sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária.	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 3º, e art. 117, caput e §§ 5º e 6º	Não	A.118 e E.090
E.092	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser excluída por ocasião da realização do ativo da investida ou liquidação ou baixa do passivo da investida. A exclusão não poderá ser realizada caso a investida tenha deduzido a perda respectiva na determinação do lucro real e do resultado ajustado, ou esteja impedida de deduzi-la na determinação do lucro real e do resultado ajustado.	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 2º, e art. 117, caput e §§ 3º e 4º	Não	A.119 e E.093
E.093	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - AVJ na Investida - Perda	A perda decorrente de avaliação pelo valor justo na investida de que trata o § 1º do art. 24-B do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, quando registrada diretamente em conta de patrimônio líquido e tiver sido evidenciada contabilmente por meio de subconta vinculada à participação societária, a ser excluída por ocasião da alienação ou liquidação da participação societária.	Sim	Sim	Art. 116, §§ 1º e 3º, e art. 117, caput e §§ 5º e 6º	Não	A.119 e E.092
E.094	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	A diferença entre o valor da mais-valia registrado contabilmente na data de aquisição da participação societária e o valor lançado em contrapartida à conta que registra o bem ou direito que lhe deu causa, em decorrência do evento de incorporação, fusão ou cisão, anteriormente adicionada conforme item A.099 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluída à medida que o bem ou direito que deu causa à mais-valia, transferido na incorporação, fusão ou cisão, for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, observado o disposto nos §§ 2º ao 5º do art. 20 e nos arts. 24 e 25 da Lei nº 12.973, de 2014, e o inciso I do art. 117 da Lei nº 5.172, de 1966.	Sim	Sim	Art. 185, inciso I e § 1º, art. 186, inciso I e §§ 1º e 1º-A, e arts. 189 e 196	Sim (D)	A.099, E.074 e E.095
E.095	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	O valor da mais-valia registrado contabilmente na data de aquisição da participação societária, anteriormente adicionado conforme item A.099 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluído em quotas fixas mensais e no prazo mínimo de 5 anos contados da data do evento, no caso do bem ou direito que deu causa à mais-valia não houver sido transferido, na hipótese de cisão, para o patrimônio da sucessora, observado o disposto nos §§ 2º ao 5º do art. 20 e nos arts. 24 e 25 da Lei nº 12.973, de 2014, e o inciso I do art. 117 da Lei nº 5.172, de 1966.	Sim	Sim	Art. 185, inciso I e § 1º, art. 186, inciso II e §§ 1º e 1º-A, e arts. 189 e 196	Sim (D)	A.099, E.074 e E.094
E.096	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão	O valor do ágio por rentabilidade futura (goodwill) existente na contabilidade na data da aquisição da participação societária avaliada pelo valor de patrimônio líquido, a ser excluído pela pessoa jurídica sucessora à razão de 1/60 (um sessenta avos), no máximo, para cada mês dos períodos de apuração subsequentes ao evento de incorporação, fusão ou cisão, observado o disposto nos arts. 22, 24 e 25 da Lei nº 12.973, de 2014, e o inciso I do art. 117 da Lei nº 5.172, de 1966.	Sim	Sim	Art. 185, inciso III e §§ 1º, 2º e 4º, e arts. 188, 189 e 196. Anexo X, Exemplo 3	Sim (D ou C)	A.100, A.125 e E.075
E.097	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação negativa da mais-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 190, inciso II, alínea "a" e § 2º	Sim (D)	-
E.098	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 183, § 2º, art. 190, inciso III e § 3º, e art. 194	Sim (D)	-
E.099	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Aquisição em Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação positiva da menos-valia de que trata o inciso II do § 3º do art. 37 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa, após a pessoa jurídica ter absorvido o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão.	Sim	Sim	Art. 190, inciso II, alínea "a" e § 2º	Sim (D)	-
E.100	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	O ganho decorrente de avaliação da participação societária anterior com base no valor justo na situação prevista no inciso I do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 191, inciso I	Não	-

E.101	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	O ganho decorrente do excesso do valor justo dos ativos líquidos da investida, na proporção da participação anterior, em relação ao valor dessa participação avaliada a valor justo, na situação prevista no inciso II do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 191, inciso II	Não	-
E.102	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação negativa da mais-valia de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa.	Sim	Sim	Art. 191, § 2º, inciso I e § 3º-A	Sim (D)	-
E.103	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A contrapartida da redução da variação negativa do ágio por rentabilidade futura (goodwill) de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 191, §§ 3º e 3º-B, e art. 194	Sim (D)	-
E.104	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Estágios	A realização, baixa ou liquidação da variação positiva da menos-valia de que trata o inciso II do § 1º do art. 39 da Lei nº 12.973, de 2014, considerada contabilmente no custo do ativo ou no valor do passivo que lhe deu causa.	Sim	Sim	Art. 191, § 2º, inciso I e § 3º-A	Sim (D)	-
E.105	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido - Incorporação, Fusão e Cisão - Regra de Transição	Ajustes decorrentes da aplicação das disposições contidas no art. 65 da Lei nº 12.973, de 2014, nas operações de incorporação, fusão e cisão ocorridas até 31 de dezembro de 2017, cuja participação societária tenha sido adquirida até 31 de dezembro de 2014.	Sim	Sim	Art. 192	Não	A.135
E.106	Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido ou pelo Custo de Aquisição	Os lucros e dividendos recebidos de pessoa jurídica domiciliada no Brasil que tenham sido contabilizados como receita, exceto: (a) se percebidos após a alienação ou liquidação de investimento avaliado pelo valor de patrimônio líquido e não tenham sido computados na determinação do ganho ou perda de capital, ou (b) se percebidos de investimento avaliado pelo custo de aquisição que tenha sido adquirido até seis meses antes da data da respectiva percepção. Lei nº 9.249, de 1995, art. 10, Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 22, parágrafo único e art. 33, Decreto-Lei nº 2.072, de 1983, art. 2º, e Lei nº 7.689, de 1988, art. 2º, § 1º, alínea "c", item 5.	Sim	Sim	-	Não	-
E.107	Juros de Empréstimos - Custos de Empréstimos	Os juros e outros encargos incorridos, contabilizados como custo do ativo, associados a empréstimos contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de bens classificados como estoques de longa maturação, propriedade para investimentos, ativo imobilizado ou ativo intangível, se o contribuinte fizer a opção de que trata o § 3º do art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977.	Sim	Sim	Art. 145, § 3º	Sim (C)	A.136
E.108	Juros Produzidos por NTN	Os juros produzidos por Notas do Tesouro Nacional (NTN) emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Privatização (PND) nos termos do art. 100 da Lei nº 8.981, de 1995.	Sim	Sim	Art. 146	Sim (C)	A.138
E.109	Juros sobre o Capital Próprio - Pagos ou Creditados	O valor dos juros sobre o capital próprio pagos ou creditados que não tenha sido contabilizado como despesa, observados os limites e condições do art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995.	Sim	Sim	Art. 75, § 6º	Não	-
E.110	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	No primeiro, segundo e terceiro trimestres, os lucros provenientes de investimentos no exterior não avaliados pela equivalência patrimonial, no caso de apuração trimestral.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.150
E.111	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	No primeiro, segundo e terceiro trimestres, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, no caso de apuração trimestral.	Sim	Sim	-	Sim (C)	A.151
E.112	Lucros, Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior	Os valores espontaneamente adicionados pela pessoa jurídica domiciliada no Brasil, conforme itens A.173 e A.180 do Anexo I desta Instrução Normativa, exceto os relativos a coligadas de que trata o art. 81 da Lei nº 12.973, de 2014, decorrentes da aplicação das regras de preços de transferência e de subcapitalização, desde que observados os termos e condições do art. 86 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	-	Não	-
E.113	Operações Realizadas em Mercados de Liquidação Futura	Os resultados positivos incorridos nas operações realizadas em mercados de liquidação futura, inclusive os sujeitos a ajustes de posições, reconhecidos na escrituração contábil antes da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição.	Sim	Sim	Art. 105, § 2º	Sim (D ou C)	A.155, A.156 e E.114
E.114	Operações Realizadas em Mercados de Liquidação Futura	Os resultados negativos incorridos nas operações realizadas em mercados de liquidação futura, inclusive os sujeitos a ajustes de posições, que, antes da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição, foram reconhecidos na escrituração contábil e adicionados na apuração do lucro real e do resultado ajustado, a serem excluídos na data da liquidação do contrato, cessão ou encerramento da posição.	Sim	Sim	Art. 105, § 2º	Sim (D ou C)	A.155, A.156 e E.113
E.115	Pagamento Baseado em Ações	O valor da remuneração dos serviços prestados por empregados ou similares, objeto de acordo com pagamento baseado em ações, após a liquidação conforme § 1° do art. 33 da Lei nº 12.973, de 2014, e quantificado conforme o § 2º desse artigo.	Sim	Sim	Art. 161, §§ 1º, 2º e 5º	Sim (D)	A.157
E.116	Perdas em Aplicações Financeiras	As perdas anteriormente adicionadas conforme item A.167 do Anexo I desta Instrução Normativa, a serem excluídas até o limite correspondente à diferença positiva apurada no período de apuração entre os ganhos e perdas, conforme previsto no § 5º do art. 76 da Lei nº 8.981, de 1995.	Sim	Não	-	Sim (D)	A.167
E.117	Perdas no Recebimento de Créditos - Instituição Financeira	O valor da receita reconhecida em virtude de renegociação de dívida e ainda não recebida, no caso de que trata o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.430, de 1996.	Sim	Sim	Art. 74, § 3º	Sim (C)	A.169
E.118	Perdas no Recebimento de Créditos - PJ Credora	O valor dos encargos financeiros incidentes sobre o crédito vencido e não recebido nos termos do art. 11 da Lei nº 9.430, 1996, contabilizado como receita e desde que atendidas as condições do referido artigo.	Sim	Sim	Art. 73, caput e §§ 1º e 2º	Sim (C)	A.171
E.119	Perdas no Recebimento de Créditos - PJ Devedora	O valor dos encargos incidentes sobre o débito vencido e não pago, que tenham sido anteriormente adicionados pela pessoa jurídica devedora conforme item A.172 do Anexo I desta Instrução Normativa, a ser excluído no período de apuração em que ocorrer a quitação do débito por qualquer forma.	Sim	Sim	Art. 73, § 5º	Sim (D)	A.172
E.120	Prêmio na Emissão de Debêntures	O valor dos prêmios recebidos na emissão de debêntures reconhecido no resultado, desde que atendidas as condições previstas no art. 31 da Lei nº 12.973, de 2014.	Sim	Sim	Art. 199	Sim (C)	A.175
E.121	Programas de Estímulo à Solicitação de Documento Fiscal	As receitas decorrentes de valores em espécie pagos ou creditados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao ICMS e ao ISS, no âmbito de programas de concessão de crédito voltados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços, conforme disposto no art. 4º da Lei nº 11.945, de 2009.	Sim	Sim	-	Não	-
E.122	Provisões ou Perdas Estimadas - Gastos com Desmontagem	Os gastos de desmontagem e retirada de item de ativo imobilizado ou restauração do local em que está situado, efetivamente incorridos, correspondentes aos valores anteriormente adicionados conforme item A.176 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 125	Sim (D)	A.176
E.123	Provisões ou Perdas Estimadas - Teste de Recuperabilidade	O saldo da perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos não revertida, quando da ocorrência da alienação ou baixa do bem correspondente. Observação: ao ágio por rentabilidade futura (goodwill) aplicam-se os ajustes previstos nos assuntos "Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" e "Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" deste Anexo e do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 129, caput e §§ 1º e 3º	Sim (D)	A.177 e E.124
E.124	Provisões ou Perdas Estimadas - Teste de Recuperabilidade	A reversão da perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos. Observação: ao ágio por rentabilidade futura (goodwill) aplicam-se os ajustes previstos nos assuntos "Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" e "Combinação de Negócios, Exceto Investimento Avaliado pelo Valor de Patrimônio Líquido" deste Anexo e do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Arts. 129 e 130	Sim (D)	A.177 e E.123
E.125	Provisões ou Perdas Estimadas Não Dedutíveis	O valor correspondente ao uso ou à reversão das provisões ou perdas estimadas no valor de ativos não dedutíveis, anteriormente adicionadas conforme item A.178 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Arts. 70 e 284	Sim (D)	A.178
E.126	Receitas com Planos de Benefício	O valor das receitas originárias de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar, registradas contabilmente pelo regime de competência pela pessoa jurídica patrocinadora, na forma estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, para ser adicionada na data de sua realização.	Sim	Sim	Art. 136	Sim (C)	A.179
E.127	Rendimentos de Aplicações Financeiras	Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte nas operações com os ativos a que se refere o art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011, conforme previsto no § 3º do mesmo dispositivo legal.	Sim	Não	-	Não	-

E.128	Resultados não Realizados nas Operações Intercompanhias	Os resultados não realizados positivos a que se referem o inciso I do caput do art. 248 e o inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.404, de 1976, anteriormente adicionados conforme item A.184 do Anexo I desta Instrução Normativa, a serem excluídos nos períodos de apuração em que forem registrados na escrituração comercial proporcionalmente à sua realização.	Sim	Sim	Art. 285, caput e parágrafo único, inciso I, alínea "b"	Sim (D)	A.184
E.129	Resultados não Realizados nas Operações Intercompanhias	Os resultados não realizados negativos a que se referem o inciso I do caput do art. 248 e o inciso III do caput do art. 250 da Lei nº 6.404, de 1976, não registrados na escrituração comercial.	Sim	Sim	Art. 285, caput e parágrafo único, inciso II, alínea "a"	Sim (C)	A.185
E.130	Seguros ou Pecúlio por Morte do Sócio	O capital das apólices de seguros ou pecúlio em favor da pessoa jurídica, pago por morte do sócio segurado, de que trata a alínea "f' do § 2º do art. 43 do Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, a ser excluído no período de apuração em que for contabilizado como receita.	Sim	Não	-	Não	-
E.131	Variação Cambial - Regra Geral	O valor correspondente à variação cambial ativa reconhecida no período de apuração, exceto na hipótese da opção pelo regime de competência, nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.	Sim	Sim	Art. 152, 158 e 159	Sim (D ou C)	A.189, A.190, A.191, E.132 e E.133
E.132	Variação Cambial - Regra Geral	O valor correspondente à variação cambial passiva cujas operações tenham sido liquidadas no período de apuração, exceto na hipótese da opção pelo regime de competência, nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.	Sim	Sim	Art. 152, 158 e 159	Sim (D ou C)	A.189, A.190, A.191, E.131 e E.133
E.133	Variação Cambial - Regra Geral - Mudança de Regime de Caixa para Competência	O saldo devedor existente na parte "B" do e-Lalur e do e-Lacs, na hipótese de alteração do critério de reconhecimento das variações cambiais pelo regime de caixa para o regime de competência, a ser excluído em 31 de dezembro do ano precedente ao da opção.	Sim	Sim	Art. 157	Sim (D ou C)	A.189, A.190, A.191, E.131 e E.132
E.134	Variação Cambial - Utilização de Taxa Diferente da Divulgada pelo BCB	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração com base em taxa de câmbio diferente da divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB), na hipótese de a pessoa jurídica utilizar taxa de câmbio diferente da divulgada pelo BCB na elaboração de suas demonstrações financeiras e optar pelo regime de competência nos termos do § 1° do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 (alínea "b" do inciso I do item 1 do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.192, A.193 e E.135
E.135	Variação Cambial - Utilização de Taxa Diferente da Divulgada pelo BCB	A variação cambial passiva que teria sido reconhecida no período de apuração com base em taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB), na hipótese de a pessoa jurídica utilizar taxa de câmbio diferente da divulgada pelo BCB na elaboração de suas demonstrações financeiras e optar pelo regime de competência nos termos do § 1º do art. 30 da Medida Provisória n° 2.158-35, de 2001 (alínea "d" do inciso I do item 1 do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.192, A.193 e E.134
E.136	Variação Cambial - Instituição Financeira - Hedge	A variação cambial passiva reconhecida no patrimônio líquido no período de apuração, no caso de instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que utilizarem o procedimento contábil para definição, apuração e registro da parcela efetiva do hedge de ativos e passivos financeiros não derivativos estabelecido na Resolução CMN nº 4.524, de 2016 (alínea "a" do inciso I do item 1 do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.194, A.195 e E.137
E.137	Variação Cambial - Instituição Financeira - Hedge	A variação cambial ativa reclassificada para o resultado no período de apuração, no caso de instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que utilizarem o procedimento contábil para definição, apuração e registro da parcela efetiva do hedge de ativos e passivos financeiros não derivativos estabelecido na Resolução CMN nº 4.524, de 2016 (alínea "b" do inciso I do item 1 do Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 2017).	Sim	Sim	-	Sim (D ou C)	A.194, A.195 e E.136
E.138	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do ativo referente a operação de venda a prazo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso I, e § 2º. Anexo XI	Sim (D ou C)	A.010, A.196 e E.007
E.139	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do ativo referente a operação que não seja venda a prazo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso I, e § 2º	Sim (D ou C)	A.011, A.197 e E.008
E.140	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação de aquisição a prazo de bem ou serviço contabilizado diretamente no ativo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso II, e § 3º	Não	A.012, A.198 e E.009
E.141	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação de aquisição a prazo de bem ou serviço contabilizado diretamente como despesa ou custo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso III, e § 4º	Sim (D ou C)	A.013, A.199 e E.010
E.142	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação que não seja aquisição a prazo e esteja relacionada a um ativo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso II, e § 3º	Não	A.014, A.200 e E.011
E.143	Variação Cambial Sobre Juros a Apropriar Decorrentes de Ajuste a Valor Presente	A variação cambial ativa reconhecida no período de apuração relativa aos juros a apropriar decorrentes do ajuste a valor presente de elemento do passivo referente a operação que não seja aquisição a prazo e esteja relacionada a uma despesa ou custo. Observação: este ajuste é realizado de forma independente dos ajustes E.131 deste Anexo e A.190 do Anexo I desta Instrução Normativa.	Sim	Sim	Art. 96 caput, § 1º, inciso III, e § 4º	Sim (D ou C)	A.015, A.201 e E.012
E.144	Outras	Demais exclusões decorrentes da legislação tributária.	Sim	Sim	-	-	-

(*) Observações:

Coluna "Controle na Parte B?": indica se há ou não o controle e, caso haja, se o saldo na Parte B do e-Lalur ou e-Lacs é sempre devedor (D), sempre credor (C), ou se pode ser devedor ou credor (D ou C).

Coluna "Adição ou Exclusão Relacionada": o número da adição relacionada inicia-se com A (Anexo I), e o número da exclusão relacionada inicia-se com E (Anexo II).

ANEXO III

QUESTÕES RELATIVAS A PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS
(Anexo X da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.)
EXEMPLO 1 - TRATAMENTO DA MAIS-VALIA
PREMISSAS DO EXEMPLO:
em 01/01/20x1, a Cia Alfa adquire 100% do capital social da Cia Beta por R$ 120.000;
nessa data, o patrimônio líquido contábil da Cia Beta atinge o valor de R$ 100.000, e o valor justo de seus ativos líquidos, R$ 120.000;
a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos e o patrimônio líquido contábil da Cia Beta decorre da diferença entre o valor justo do equipamento XPTO e o seu valor contábil;
em 31/12/20x1, a Cia Beta apura aumento de R$ 30.000 em seu patrimônio líquido, em decorrência de lucros do exercício, e o equipamento XPTO é depreciado em 20%;
para simplificar, as receitas auferidas e as despesas incorridas pela Cia Alfa em suas atividades principais não são consideradas;
Cia Alfa é tributada pelo lucro real anual.
a) Lançamentos contábeis em 01/01/20x1:

D Part.Societ.Cia.Beta	100.000
D Part.Societ.Cia.Beta Mais Valia	20.000
C Caixa	120.000

b) Lançamentos contábeis em 31/12/20x1:

D Part.Societ.Cia.Beta	30.000

C Resultado da Equiv.Patrimonial	30.000
D Resultado da Equiv.Patrimonial	4.000
C Part.Societ.Cia.Beta Mais-Valia	4.000

c) Demonstração do resultado de 20x1:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Resultado da Equiv.Patrimonial	26.000
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	26.000

d) Demonstração do Lucro Real de 20x1:

Lucro líquido antes do IRPJ	26.000
(+) Adições (art. 182)	4.000
(-) Exclusões (art. 181)	(30.000)
(=) Lucro Real	0

Observação 1. A exclusão de R$ 30.000 é definitiva. Ou seja, não haverá adição posterior.

Observação 2. A adição de R$ 4.000 é temporária. O valor será, portanto, controlado na parte B do e-Lalur. A exclusão poderá ser feita: (1) na alienação ou liquidação do investimento conforme previsto nos arts. 182 e 184; ou (2) após o evento de incorporação, fusão ou cisão, à medida que o equipamento XPTO for realizado, conforme disposto no inciso I do art. 186, mas desde que atendidas as condições previstas nos arts. 185 e 186.

EXEMPLO 2 - AVJ NA INVESTIDA

PREMISSAS DO EXEMPLO:

em 01/01/20x1, a Cia Alfa adquire 100% do capital social da Cia Beta por R$ 100.000;

nessa data, tanto o patrimônio líquido contábil da Cia Beta quanto o valor justo de seus ativos líquidos atingem o valor de R$ 100.000;

em 31/12/20x1, a Cia Beta apura aumento em seu patrimônio líquido em decorrência de lucros do exercício, compostos por um ganho na avaliação com base em valor justo de uma propriedade para investimento (terreno), no valor de R$ 35.000, e outros resultados negativos, no valor de R$ 30.000;

em 31/12/20x2, a Cia Beta apura novo aumento em seu patrimônio líquido em decorrência de lucros do exercício, no valor de R$ 50.000, incluídos aí os resultados da venda da propriedade para investimento, que, nesse exercício, não teve seu valor justo alterado;

ao proceder à avaliação com base em valor justo na propriedade para investimento em 20x1, a Cia. Beta controlou o ganho por meio de subconta conforme previsto nos arts. 97 e 98, e na venda, em 20x2, computou-o na determinação do lucro real, conforme § 1º do art. 97 e § 5º do art. 98;

para simplificar, as receitas auferidas e as despesas incorridas pela Cia Alfa em suas atividades principais não são consideradas;

Cia Alfa é tributada pelo lucro real anual.

1º HIPÓTESE: CIA ALFA EVIDENCIA O GANHO DA AVJ NA INVESTIDA POR MEIO DE SUBCONTA VINCULADA À PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

a) Lançamentos contábeis na Cia. Alfa em 01/01/20x1:

D Part. Societ. Cia. Beta	100.000
C Caixa	100.000

b) Lançamentos contábeis na Cia. Alfa em 31/12/20x1:

D Part. Societ. Cia. Beta Subconta cf. Lei 12973	35.000
C Part. Societ. Cia. Beta	30.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	5.000

Observação. Os ajustes na apuração do lucro real relativamente aos outros resultados negativos (R$ 30.000) e ao ganho na avaliação com base em valor justo (R$ 35.000) são independentes. Desta forma, com o objetivo único de esclarecer como estes ajustes são feitos, desmembramos o valor lançado na conta "Resultado Equiv. Patrimonial" e apresentamos a seguir dois lançamentos contábeis equivalentes ao efetuado acima.

D Part. Societ. Cia. Beta Subconta cf. Lei 12973	35.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	35.000
D Resultado Equiv. Patrimonial	30.000
C Part. Societ. Cia. Beta	30.000

c) Demonstração do resultado de 20x1:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Resultado Equiv. Patrimonial	5.000
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	5.000

d) Demonstração do Lucro Real de 20x1:

Lucro líquido antes do IRPJ	5.000
(+) Adições (art. 181)	30.000
(-) Exclusões (arts. 114, § 1º e 115, § 2º)	(35.000)
(=) Lucro Real	0

Observação. O valor excluído de R$ 35.000 está controlado por meio da subconta vinculada à participação societária. O tratamento a ser dado a este valor é o previsto nos §§ 2º e 3º do art. 114 e §§ 3º a 6º do art. 115.

e) Lançamentos contábeis na Cia. Alfa em 31/12/20x2:

D Part. Societ. Cia. Beta	50.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	50.000
D Part. Societ. Cia. Beta	35.000
C Part. Societ. Cia. Beta Subconta cf. Lei 12973	35.000

f) Demonstração do resultado de 20x2:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Resultado Equiv. Patrimonial	50.000
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	50.000

g) Demonstração do Lucro Real de 20x2:

Lucro líquido antes do IRPJ	50.000
(+) Adições	(50.000)
(-) Exclusões (art. 181)	
(=) Lucro Real	0

Observação. A Cia Alfa ficou dispensada de adicionar os R$ 35.000 baixados da subconta "Part. Societ. Cia. Beta Subconta cf. Lei 12973" na apuração do lucro real porque a Cia Beta computou o ganho respectivo na apuração de seu lucro real. Caso a Cia Beta não tivesse feito o cômputo deste ganho, a Cia Alfa ficaria obrigada a adicionar os R$ 35.000 (art. 114, § 2º e art. 115, §§ 3º e 4º).

2º HIPÓTESE: CIA ALFA NÃO EVIDENCIA O GANHO DA AVJ NA INVESTIDA POR MEIO DE SUBCONTA VINCULADA À PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

a) Lançamentos contábeis na Cia Alfa em 01/01/20x1:

D Part. Societ. Cia. Beta	100.000
C Caixa	100.000

b) Lançamentos contábeis na Cia Alfa em 31/12/20x1:

D Part. Societ. Cia. Beta	5.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	5.000

Observação. Os ajustes na apuração do lucro real relativamente aos outros resultados negativos (R$ 30.000) e ao ganho na avaliação com base em valor justo (R$ 35.000) são independentes. Desta forma, com o objetivo único de esclarecer como estes ajustes são feitos, desmembramos o valor lançado na conta "Resultado Equiv. Patrimonial" e apresentamos a seguir dois lançamentos contábeis equivalentes ao efetuado acima.

D Part. Societ. Cia. Beta	35.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	35. 000
D Resultado Equiv. Patrimonial	30.000
C Part. Societ. Cia. Beta	30.000

c) Demonstração do resultado de 20x1:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Resultado Equiv. Patrimonial	5.000
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	5.000

d) Demonstração do Lucro Real de 20x1:

Lucro líquido antes do IRPJ	5.000
(+) Adições (art. 181)	30.000
(-) Exclusões	
(=) Lucro Real	35.000

e) Lançamentos contábeis na Cia. Alfa em 31/12/20x2:

D Part. Societ. Cia. Beta	50.000
C Resultado Equiv. Patrimonial	50.000

f) Demonstração do resultado de 20x2:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Resultado Equiv. Patrimonial	50.000
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	50.000

g) Demonstração do Lucro Real de 20x2:

Lucro líquido antes do IRPJ	50.000
(+) Adições	
(-) Exclusões (art. 181)	(50.000)
(=) Lucro Real	0

EXEMPLO 3 - GOODWILL - CONTROLE NA PARTE B
PREMISSAS DO EXEMPLO:
em 01/01/20x1, a Cia Alfa adquire 100% do capital social da Cia Beta por R$ 120.000;
nesta data, tanto o patrimônio líquido contábil da Cia Beta quanto o valor justo de seus ativos líquidos atingem o valor de R$ 100.000;
em 31/12/20x1, a Cia Beta apura um aumento de R$ 30.000 em seu patrimônio líquido, proveniente de lucros do exercício;
em 31/12/20x1, a Cia Alfa reduz o valor do ágio por rentabilidade futura (goodwill) em R$ 8.000 (teste de recuperabilidade);
em 01/01/20x2, a Cia Alfa incorpora a Cia Beta;
em 31/12/20x2, a Cia Alfa reduz o valor do goodwill em R$ 10.000;
para simplificar, as receitas auferidas e as despesas incorridas pela Cia Alfa em suas atividades principais não são consideradas;
Cia Alfa é tributada pelo lucro real anual.
a) Lançamentos contábeis em 01/01/20x1:

D Part.Societ.Cia.Beta	100.000
D Part.Societ.Cia.Beta Goodwill	20.000
C Caixa	120.000

b) Lançamentos contábeis em 31/12/20x1:

D Part.Societ.Cia.Beta	30.000
C Ganho Equiv.Patrimonial	30.000
D Redução Goodwill	8.000
C Part.Societ.Cia.Beta Goodwill	8.000

c) Demonstração do resultado de 20x1:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(+) Ganho Equiv.Patrimonial	30.000
(-) Redução Goodwill	(8.000)
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	22.000

d) Demonstração do Lucro Real de 20x1:

Lucro líquido antes do IRPJ	22.000
(+) Adições (art. 182)	8.000
(-) Exclusões (art. 181)	(30.000)
(=) Lucro Real	0

Observação 1. A exclusão de R$ 30.000 é definitiva. Ou seja, não haverá adição posterior.
Observação 2. A adição de R$ 8.000 é temporária sendo, portanto, controlada na parte B do e-Lalur, que ficará com saldo devedor de R$ 8.000.
e) Lançamento contábil em 01/01/20x2 relativo ao goodwill:

D Goodwill (ativo intangível)	12.000
C Part.Societ.Cia.Beta Goodwill	12.000

f) Lançamentos contábeis em 31/12/20x2:

D Redução Goodwill	10.000
C Goodwill (ativo intangível)	10.000

g) Demonstração do resultado de 20x2:
Receita Bruta
(-) CMV
(=) Lucro Bruto

(-) Redução Goodwill	(10.000)
(=) Lucro líquido antes do IRPJ	(10.000)

h) Demonstração do Lucro Real de 20x2:

Lucro líquido antes do IRPJ	(10.000)
(+) Adições (art. 194)	10.000
(-) Exclusões (art. 185, inciso III)	(4.000)
(=) Lucro Real	(4.000)

Observação 1. A adição de R$ 10.000 aumentou o saldo devedor controlado na parte B do e-Lalur para R$ 18.000 (8.000 + 10.000).
Observação 2. O valor excluído de R$ 4.000 foi obtido com base no valor do goodwill na data da aquisição da participação societária: R$ 20.000 x (12/60). Este exemplo pressupõe que as condições previstas nos arts. 185 e 188 foram plenamente atendidas.
Observação 3. A exclusão de R$ 4.000 diminuiu o saldo devedor controlado na parte B do e-Lalur para R$ 14.000 (18.000 - 4.000).
Observação 4. O saldo contábil do goodwill (ativo intangível) é de R$ 2.000. De acordo com o art. 194 haverá, portanto, mais R$ 2.000 a serem adicionados futuramente. Por outro lado, o inciso III do art. 185 permite que a Cia Alfa exclua R$ 16.000 [20.000 x (48/60)] nos próximos quatro anos. Após feitas estas adições e exclusões, o saldo final na parte B do e-Lalur será zero.

ANEXO IV

VARIAÇÕES CAMBIAIS REFERENTES AOS JUROS A APROPRIAR DECORRENTES DE AJUSTES A VALOR PRESENTE
(Anexo XI da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.)
EXEMPLO
PREMISSAS DO EXEMPLO:
Venda de mercadoria (exportação) no final do período P1 para recebimento no final do período P3;
Valor da venda: US$ 121.000;
Câmbio: a) final do período P1: US$ 1,00 = R$ 2,00; b) final do período P2: US$ 1,00 = R$ 2,50; c) final do período P3: US$ 1,00 = R$ 2,70;
Final do período P1: valor da venda: R$ 242.000; valor presente: R$ 200.000;
Variações cambiais relativas ao valor a receber: R$ 60.500 em P2 e R$ 24.200 em P3;
Variações cambiais relativas aos juros a apropriar: R$ 8.000 em P2 e R$ 1.100 em P3;
Valores apropriados a partir da conta juros a apropriar: R$ 22.500 em P2 e R$ 28.600 em P3;
Custo da mercadoria vendida: R$ 150.000;
Pessoa jurídica optou por tributar a variação cambial pelo regime de competência (art. 153);
Pessoa jurídica tributada pelo lucro real.
a) Lançamentos contábeis em P1:

D Contas a Receber	242.000
C Receita Bruta	242.000
D AVP s/ Receita Bruta	42.000
C Juros a Apropriar	42.000
D CMV	150.000
C Estoques	150.000

b) Demonstração do resultado de P1:

Receita Bruta	242.000
(-) AVP s/ Receita Bruta	(42.000)
(=) Receita Líquida	200.000
(-) CMV	(150.000)
(=) Lucro líquido	50.000

c) Demonstração do Lucro Real de P1:

Lucro líquido	50.000
(+) Adições (art. 91, § 3º)	42.000
(=) Lucro Real	92.000

Observação. A adição de R$ 42.000 é temporária. Desta forma, será lançada na parte A do e-Lalur (art. 91, § 3º) em contrapartida a uma conta na parte B (art. 91, § 4º), cujo saldo no final do período será de R$ 42.000, devedor.
d) Lançamentos contábeis em P2:

D Contas a Receber	60.500
C Variação Cambial Ativa	60.500
D Variação Cambial Passiva	8.000
C Juros a Apropriar	8.000
D Juros a Apropriar	22.500
C Receita Financeira	22.500

e) Demonstração do resultado de P2:

Variação Cambial Ativa	60.500
(-) Variação Cambial Passiva	(8.000)
(+) Receita Financeira	22.500
(=) Lucro líquido	75.000

f) Demonstração do Lucro Real de P2:

Lucro líquido	75.000
(+) Adições (art. 96, § 1º, I)	8.000
(-) Exclusões (arts. 91, § 2º, e 96, § 2º)	(22.500)
(=) Lucro Real	60.500

Observação. A adição de R$ 8.000 é temporária, sendo lançada na parte A do e-Lalur em contrapartida à conta na parte B criada no período P1 (art. 96, § 1º, inciso I). A exclusão de R$ 22.500 também será lançada na parte A do e-Lalur em contrapartida à mesma conta na parte B, reduzindo seu saldo (arts. 91, § 2º, e 96, § 2º). O saldo da conta na parte B do e-Lalur no final do período P2 será de R$ 27.500, devedor (42.000+8.000-22.500).
g) Lançamentos contábeis em P3:

D Contas a Receber	24.200
C Variação Cambial Ativa	24.200
D Variação Cambial Passiva	1.100
C Juros a Apropriar	1.100
D Juros a Apropriar	28.600
C Receita Financeira	28.600
D Bancos	326.700
C Contas a Receber	326.700

h) Demonstração do resultado de P3:

Variação Cambial Ativa	24.200
(-) Variação Cambial Passiva	(1.100)
(+) Receita Financeira	28.600
(=) Lucro líquido	51.700

i) Demonstração do Lucro Real de P3:

Lucro líquido	51.700
(+) Adições (art. 96, § 1º, I)	1.100
(-) Exclusões (arts. 91, § 2º, e 96, § 2º)	(28.600)
(=) Lucro Real	24.200

Observação. A adição de R$ 1.100 é temporária, sendo lançada na parte A do e-Lalur em contrapartida à conta na parte B criada no período P1 (art. 96, § 1º, inciso I). A exclusão de R$ 28.600 também será lançada na parte A do e-Lalur em contrapartida à mesma conta na parte B, reduzindo seu saldo (arts. 91, § 2º, e 96, § 2º). O saldo da conta na parte B do e-Lalur no final do período P3 será zero (27.500+1.100-28.600).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Co-habilitação para operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso da atribuição prevista no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, com fundamento no § 2º do artigo 7º, do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, bem como o que consta do processo administrativo MF nº 14112.720422/2018-80, resolve:

Art. 1º - Co-habilitar a pessoa jurídica, abaixo identificada, a operar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com relação ao projeto aprovado pela Portaria nº 336, de 20 de abril de 2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no D.O.U. de 24/04/2017.

EMPRESA: ZORTEA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ/MF: 83.693.366/0001-10

SETOR: PORTOS

PROJETO: Projeto de investimento em infraestrutura no setor portos organizados e Instalações Portuárias de uso privado, denominado de "Projeto TES", localizado no município de Santos-SP, de titularidade da empresa TES - Terminal Exportador de Santos S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 18.845.076/0001-83.

Art. 2º - Na hipótese de inobservância dos requisitos estabelecidos para habilitação ao regime, inclusive sua manutenção, sujeita-se ao disposto no art. 12, inc. II, seus §§ 6º a 8º, e art. 18, todos da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, que trata de cancelamento de ofício da habilitação ao REIDI, e consequências decorrentes.

Art. 3º - Este Ato declaratório entra em vigor a partir de sua publicação.

HENRY TAMASHIRO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 9 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014) e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 (DOU 11/10/2017), considerando o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 e no art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002 e no art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002; com base no Laudo Constitutivo nº 048/2016, emitido pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e processo administrativo nº 18365.721633/2018-19, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 59.476.770/0001-58, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de Aparelhos de Barbear, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 9 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014) e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 (DOU 11/10/2017), considerando o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 e no art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002 e no art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002; com base no Laudo Constitutivo nº 050/2016, emitido pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e processo administrativo nº 18365.721633/2018-19, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 59.476.770/0001-58, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de Cartuchos de Lâminas, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 9 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014) e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 (DOU 11/10/2017), considerando o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 e no art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002 e no art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002; com base no Laudo Constitutivo nº 051/2016, emitido pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e processo administrativo nº 18365.721633/2018-19, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 59.476.770/0001-58, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de Escova Dental, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT, DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 9 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014) e no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 (DOU 11/10/2017), considerando o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001 e no art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002 e no art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002; com base no Laudo Constitutivo nº 049/2016 emitido pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e processo administrativo nº 18365.721633/2018-19, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa PROCTER & GAMBLE DO BRASIL LTDA, CNPJ: 59.476.770/0001-58, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de Lâminas de Barbear, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios ou acionistas, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º . Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento do setor da indústria de transformação na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, com base na competência delegada pela Portaria DRF/MNS/AM nº 71, de 09 de junho de 2014 (DOU 12/06/2014) e art. 340, incisos II e III do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 (DOU 11/10/2017); considerando o disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, no art. 3º do Decreto nº 4.212, de 2002 e no art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002; com base no Laudo Constitutivo nº 035, de 22 de junho de 2010, emitido pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério da Integração Nacional e conforme consta no processo administrativo nº 18365.721622/2017-58, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da empresa Valfilm Amazonia Industria e Comercio Ltda, CNPJ nº 03.071.894/0001-07, à redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento industrial na área de atuação da SUDAM, com capacidade instalada anual para a produção de 78.170.000 Kg de Chapa, folha, tira, fita, película de plástico (exceto de poliestireno expansível), com fruição a partir de 25/01/2011, e término no ano-calendário 2019.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em caso de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de capital.

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SEVERINO CAVALCANTE DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270, "caput", atividade de cadastro, inciso VIII, do artigo 340, ambos, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, seção 1, página 22, e com base no inciso I e parágrafos 1º e 2º, do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (DOU de 09/05/2016, Seção 1, Pág.39), e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10469.724.754/2018-42, declara:

Nula a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 30.822.628/0001-33 (MATRIZ), por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento de nome LAGOA NOVA PARTICIPAÇÕES S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 09.500.806/0001-13 (MATRIZ), situação ativa.

Este Ato declaratório Executivo produz efeitos a partir de 29/06/2018 conforme disciplina o parágrafo 2º, do artigo 35, da supracitada instrução normativa.

Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se a requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB n° 1.863, de 27 de dezembro de 2018 (publicada no DOU de 28.12.2018).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6°, inciso V, da Portaria DRF Recife n° 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos art. 41, Inciso I e 42 § 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.863, de 27 de dezembro de 2018 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.723524/2019-99, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA, perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o CNPJ n^{0} 27.184.936/0001-76 da empresa CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO, por estar omissa da entrega da entrega da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições) relativas ao período de outubro/2016 a janeiro/2019.

Art. 2°. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes do art. 45 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

PORTARIA Nº 26, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Estabelece que o dia 05 de abril de 2019 não será considerado como de expediente normal e prorroga prazos, para os fins do parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 70.235, de 1972, no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, 283, 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela PORTARIA MF Nº 430, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017, Publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, conforme o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto Lei nº 200, de 25/02/1967, regulamentado pelo Decreto 83.937, de 06/09/1979, alterado pelo Decreto 86.377, de 17/09/1981, resolve:

Art. 1º Suspender, em caráter excepcional, o atendimento ao público no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, no dia 05 de abril de 2019, não sendo, por conseguinte, o respectivo dia considerado como de expediente normal, para os fins do parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235/1972.

Art. 2º PRORROGAR para o dia 08 de abril de 2019 os prazos que venceriam naquela data, relativos a processos, parcelamentos e protocolos dos contribuintes da circunscrição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 28 DE MARÇO DE 2019

Cancelamento, a pedido do beneficiário, da Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 9 e 12, §1º e §2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e considerando o que consta do processo administrativo nº 10730.721874/2013-36, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do beneficiário, a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, de 3 de julho de 2007, e pela Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, com suas alterações posteriores, a pessoa jurídica CIEN - COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 01.983.856/0001-97.

Art. 2º A referida habilitação havia sido concedida ao projeto aprovado pela Portaria nº 15, de 23 de janeiro de 2013, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União nº 17, de 24 de janeiro de 2013, conforme informações abaixo:

Pessoa Jurídica Titular: Companhia de Interconexão Energética - CIEN

CNPJ: 01.983.856/0001-97

Setor de Infraestrutura: Energia

Nome do Projeto: conforme descrito no Anexo da Portaria nº 15, de 23/01/2013, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 24/01/2013

Tipo: Reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica.

Ato Autorizativo: Resolução Autorizativa Aneel nº 3.749, de 20 de novembro de 2012.

Localização: Estado do Rio Grande do Sul

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 29/11/2012 a 29/11/2014

Art. 3º Cumpridas as condições estabelecidas no art. 9º da IN RFB 758/2007, o beneficiário do referido regime especial, solicitou, conforme art. 12, I e §§ 1º e 2º da mesma IN, o cancelamento de sua habilitação.

Art 4º Diante do acima exposto, fica CANCELADA A HABILITAÇÃO AO REIDI da pessoa jurídica CIEN - COMPANHIA DE INTERCONEXÃO ENERGÉTICA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.983.856/0001-97.

Art. 5º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF RJ I Nº 18, de 28 de março de 2019, publicado no D.O.U. de 02/04/2019, Seção 1, pág. 29:

Onde se lê: "DE 28 DE MARÇO DE 2018."

Leia-se: "DE 28 DE MARÇO DE 2019."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.724500/2018-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: SOMAFEL - OBRAS FERROVIARIAS E MARÍTIMAS LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 11.354.235/0001-06

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria GM/MT nº 335, de 09/09/2014 (DOU: 10/09/14)

Nome do projeto: Programa de Capacitação Logística Norte S11D - CLN S11D, compreendendo o Ramal Ferroviário Sudeste do Pará, a Expansão da Estrada de Ferro Carajás e a Ampliação do Terminal Ferroviário de Ponta da Madeira.

Setor de infraestrutura favorecido: Transportes.

Nº de matrícula CEI: não obrigatória apresentação, conforme art. 19, inciso II, alínea c, da IN RFB nº 971/2009

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017,, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.720402/2019-87, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: VILA RIO GRANDE DO NORTE 2 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

Nº Inscrição no CNPJ: 29.320.977/0001-78

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 06, de 17/01/2019 (DOU: 18/01/2019)

Nome do projeto: EOL Vila Rio Grande do Norte II

Setor de infraestrutura favorecido: Energia Elétrica

Prazo estimado da obra: De 01/06/2019 a 01/07/2020

Nº de matrícula CEI: não obrigatória apresentação, conforme art. 19, inciso II, alínea c, da IN RFB nº 971/2009

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.720397/2019-11, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: VILA RIO GRANDE DO NORTE 1 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

Nº Inscrição no CNPJ: 29.401.264/0001-39

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 07, de 17/01/2019 (DOU: 18/01/2019)

Nome do projeto: EOL Vila Rio Grande do Norte I

Setor de infraestrutura favorecido: Energia Elétrica

Prazo estimado da obra: De 01/06/2019 a 01/07/2020

Nº de matrícula CEI: não obrigatória apresentação, conforme art. 19, inciso II, alínea c, da IN RFB nº 971/2009

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.008, DE 1º DE MARÇO DE 2019

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA OU CONCENTRADA. COMERCIANTE VAREJISTA.

O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1°/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei n° 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3°, I, "b", c/c art. 2°, § 1°, I da Lei n° 10.637, de 2002, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3° desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, de 1998, art. 4°; Medida Provisória n° 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei n° 10.637, de 2002, art. 3°.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação

monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1°/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei n° 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a Cofins pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3°, I, "b", c/c art. 2°, § 1°, I da Lei n° 10.833, de 2003, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3° desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014

Dispositivos Legais: Lei n° 9.718, de 1998, art. 4°; Medida Provisória n° 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei n° 10.833, de 2003, art. 3°.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 6 DE MARÇO DE 2019

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU-SC, em observância ao disposto no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Dossiê Digital de Atendimento nº 10100.005662/0318-10 e no processo administrativo nº 13971.721036/2019-11, declara:

Art. 1º- Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: LACTICÍNOS LACTOVALE LTDA.

CNPJ: 00.314.794/0001-68

Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no Diário Oficial da União nº 37, de 23 de fevereiro de 2018, Seção 3, Pág. 5.

Período de vigência do Projeto: 01/02/2018 a 31/01/2021.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Declara Cancelada a certidão constante do presente ADE.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU/SC, usando da atribuição que lhe confere o Anexo I, artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de Outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU 03/10/2014, e o constante do Processo 13971.721.535/2019-09 declara:

Art. 1º - O Cancelamento da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em favor do contribuinte ADALBERTO LUIS DEMMER, CPF: 463.336.309-34, de código de controle: CA97.F6FE.7AA8.C197, emitida em 21/01/2019 às 10h11m33s.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação.

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017, com base no preceituado nos arts. 307, 480 a 487 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e na Instrução Normativa SRF nº 386 de 14 de janeiro de 2004, e considerando ainda o que consta do processo administrativo nº 10120.003437/0219-29, declara:

Art. 1º Fica a empresa SD INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ n.º 03.135.637/0001-83, habilitada a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro de Depósito Especial - DE.

Parágrafo único. O local para a operação do regime é no estabelecimento matriz da empresa, na Rua das Embaúbas, 601, Bairro Fazenda Santo Antônio, São José/SC.

Art. 2º Poderão ser admitidos no DE, com suspensão de tributos, partes, peças, acessórios e materiais de reposição ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos, e de seus componentes estrangeiros, nacionalizados ou não, e empregados na prestação de serviços médicos de diagnóstico, cirurgia e terapia, bem assim em pesquisas realizadas por hospitais, clínicas de saúde e laboratórios.

Parágrafo único. Somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial e consignadas a SD INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI.

Art. 3º A auditoria prevista no art. 26 da Instrução Normativa SRF n.º 386, de 14 de janeiro de 2004, deverá ser iniciada em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Ato, observando os termos da Instrução Normativa SRF nº 682, de 4 de outubro de 2006.

Art. 4º O prazo de vigência do regime é de um ano, podendo ser prorrogado por período não superior, no total, a cinco anos (Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, art. 307).

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos com imunidade constitucional.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições estabelecidas na alínea b, inciso I, do art. 6º, da Lei 11.457/2007e no art. 5º, da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando os termos do despacho exarado no Processo Administrativo 11516.721.213/2019-01, em conformidade com os artigos 1º e 2º da Lei 11.945/2009, e de acordo com os dispositivos da Instrução Normativa RFB 1.817, de 20 de julho 2018, declara:

Art. 1º - inscrito no Registro Especial de Controle de Papel Imune para a atividade de impressão gráfica, sob número GP-09.201/100, o contribuinte FLORIGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 13.932.096/0001-78, estabelecido na Rua Vergilino Domingos Silva, nº 4531, CEP 88115-170, Bairro Serraria, São José/SC.

Art. 3º - O estabelecimento inscrito no Registro Especial fica obrigado ao cumprimento dos requisitos e obrigações estabelecidos em lei e nos atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro na forma do art. 11, da IN 1.817/2018.

Art. 4º - A concessão deste Registro Especial tem validade de 3 (três) anos, contados a partir da publicação deste Ato declaratório no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO DO NASCIMENTO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

PORTARIA Nº 75, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Regulamenta o cadastramento inicial e atualização da tara dos veículos de transporte de cargas no âmbito do Porto Seco de Foz do Iguaçu

O DELEGADO DA ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º - Todos os veículos de transporte de cargas que trafeguem pelo Porto Seco de Foz do Iguaçu deverão ter sua tara cadastrada no sistema de gerenciamento do concessionário.

§ 1º - O cadastramento de taras deve ser feito de forma individualizada para cavalo-trator e semi-reboque, e ser vinculado à placa de cada veículo.

§ 2º - A tara deve ser cadastrada em quilogramas.

§ 3º - A apuração da tara do cavalo-trator deverá levar em consideração os tanques de combustível cheios e o peso do motorista.

§ 4º - A apuração da tara do semi-reboque deverá levar em consideração os equipamentos normalmente utilizados para carregamento e, se for o caso, os tanques suplementares de combustível cheios.

Art. 2º - O cadastramento inicial de tara de veículo deve ser feito previamente à entrada do mesmo no recinto alfandegado, por meio de requerimento, preenchido em duas vias, cujo modelo está previsto no Anexo I desta Portaria, instruído com os seguintes documentos:

I - Boleto de pesagem do veículo, emitido há no máximo 60 dias por balança rodoviária certificada pelo Inmetro ou por órgão oficial estrangeiro;

II - Cópia autenticada do documento de identificação do requerente;

III - Cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, quando for o caso.

§ 1º - O boleto de pesagem a que se refere o inciso I deve conter no mínimo: placa do veículo, data e horário da pesagem e peso apurado.

§ 2º - O requerimento e os demais documentos devem ser entregues ao concessionário que, após verificar a documentação e providenciar o cadastro da tara em seu sistema de gerenciamento, os arquivará.

§ 3º - O cadastramento inicial de tara independe de análise e anuência da RFB.

§ 4º - Através de indicação no requerimento, opcionalmente, a pesagem do veículo poderá ser realizada na balança rodoviária presente no recinto alfandegado, mediante agendamento junto ao concessionário, ou ser utilizado cadastro de tara realizado em outra unidade da RFB.

§ 5º - No caso do parágrafo anterior, fica autorizada a entrada do veículo no recinto alfandegado, descarregado, única e exclusivamente para realização do procedimento de aferição da tara, com permanência máxima de 1 (uma) hora.

§ 6º - No caso do § 4º, o boleto de pesagem anexado ao requerimento será o emitido pelo próprio concessionário ou documento que comprove o cadastramento da tara homologado por outra unidade da RFB.

§ 7º - Requerimentos apresentados em desacordo com este artigo não serão aceitos pelo concessionário.

Art. 3º - Veículos carregados com mercadoria que ingressarem no recinto alfandegado sem o prévio cadastramento previsto no artigo anterior terão suas taras cadastradas pelo concessionário conforme informações presentes no sistema da ANTT ou da CNRT e estarão sujeitos à fiscalização em função de eventual divergência de peso.

Art. 4º - A RFB poderá, caso julgue necessário à fiscalização em curso, solicitar confirmação dos valores de taras cadastradas no sistema de gerenciamento do concessionário mediante a pesagem dos veículos na balança rodoviária do recinto alfandegado.

Art. 5º - O pedido de atualização de tara já cadastrada no sistema de gerenciamento do concessionário deve ser feito previamente à entrada do veículo no recinto alfandegado, por meio de requerimento, preenchido em duas vias, cujo modelo está previsto no Anexo II desta Portaria, instruído com os seguintes documentos:

I - Boleto de pesagem do veículo, emitido há no máximo 60 dias por balança rodoviária certificada pelo Inmetro ou por órgão oficial estrangeiro;

II - Cópia autenticada do documento de identificação do requerente;

III - Cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, quando for o caso.

IV - Cópia autenticada do recibo ou nota fiscal do equipamento, peça e/ou serviço que provocou a modificação na tara do veículo.

§ 1º - O requerimento de atualização de tara deve ser motivado, com exposição clara dos motivos que levaram à sua alteração.

§ 2º - O requerimento de atualização de tara e os demais documentos deverão ser apresentados à RFB, que após análise decidirá por seu deferimento ou indeferimento, e o encaminhará ao concessionário.

§ 3º - A RFB poderá, durante a análise dos pedidos de atualização de tara, solicitar a confirmação dos valores de taras constantes do requerimento mediante a pesagem do veículo na balança rodoviária do recinto alfandegado.

§ 4º - Através de indicação no requerimento, opcionalmente, a pesagem do veículo poderá ser realizada na balança rodoviária presente no recinto alfandegado, mediante agendamento junto ao concessionário.

§ 5º - No caso do parágrafo anterior, fica autorizada a entrada do veículo no recinto alfandegado, descarregado, única e exclusivamente para realização do procedimento de aferição da tara.

§ 6º - No caso do § 4º, o boleto de pesagem anexado ao requerimento será o emitido pelo próprio concessionário.

§ 7º - Requerimentos de atualização de tara apresentados em desacordo com este artigo, inclusive os referentes a veículos que já se encontrem dentro do recinto alfandegado, não serão aceitos pelo concessionário.

§ 8º - O concessionário deverá armazenar, em sistema informatizado, o histórico das alterações de tara dos veículos.

§ 9º - O concessionário arquivará os requerimentos e demais documentos apresentados relativos à atualização de tara.

Art. 6º - É proibido ao concessionário realizar atualizações de tara sem expressa autorização por parte da RFB.

Art. 7º - Os cadastros de taras realizados até a data de início de vigência desta Portaria continuarão a valer e serão considerados para efeitos de fiscalização.

Art 8º - O descumprimento do exposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na legislação.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor 15 (quinze) dias após sua publicação.

PAULO SERGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Concede Registro Especial de Importador de bebidas alcoólicas do contribuinte que específica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria DRF/JOI nº 26, de 31 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, de acordo com a competência definida pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o que consta no processo nº 10920.722609/2019-23, declara:

Art. 1º Inscrito no REGISTRO ESPECIAL de estabelecimento IMPORTADOR de bebidas alcoólicas relacionadas no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob nº 09202/0038, o estabelecimento da empresa PLURAL BEBIDAS E ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 23.792.776/0001-97, situada na Rodovia BR 280, 3203 - Sala A1, Porto Grande, Araquari/SC, CEP 89245-000.

Art. 2º A empresa fica obrigada a comunicar a esta Delegacia, no prazo de trinta dias da efetivação, as alterações ocorridas nos elementos constantes do artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º A ocorrência de qualquer dos fatos previstos no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, poderá ensejar o cancelamento deste Registro Especial.

Art. 4º Este Ato declaratório entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

HOMERO COELHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

NOME	CPF	Processo
Rodrigo Pinto Rodrigues Pereira	038.649.940-39	11050.720086/2019-30
Felipe Braz Quaresma	022.994.980-01	11050.720097/2019-10
Douglas Aires Gonçalves	030.858.440-66	11050.720113/2019-74

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLO FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

NOME	CPF	PROCESSO
Natanael Amaro Fernandes	009.430.070-46	11050.720181/2019-33

2. Cancelar a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, da seguinte pessoa:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.642	Natanael Amaro Fernandes	009.430.070-46

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.934, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a vedação do registro de novas emissões de instrumentos para curso no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) e altera a Circular nº 3.871, de 21 de dezembro de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 3 de abril de 2019, com base no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, resolve:

Art. 1º Fica vedado o registro de novas emissões de instrumentos para curso no âmbito do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR).

Art. 2º São extintos todos os atos que integram os procedimentos de solicitação de adesão para operar no CCR.

Art. 3º São preservadas as garantias de pagamento vinculadas a instrumentos registrados pelas instituições financeiras, para curso no CCR, antes da entrada em vigor desta Circular.

Art. 4º O registro de novas negociações vinculadas a instrumentos emitidos ou avalizados pelas instituições financeiras antes da entrada em vigor desta Circular está condicionado à sua aceitação pelo banco central emissor do Código de Reembolso.

Art. 5º A Circular nº 3.871, de 21 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 1º A comunicação entre o Sistema CCR e as IFAs é realizada por mensagens definidas no Catálogo de Serviços do Sistema Financeiro Nacional.

§ 2º A inclusão referida no inciso III do caput é válida somente para negociações cujas emissões correspondentes já estavam registradas no Sistema CCR antes da vigência da Circular nº 3.934, de 3 de abril de 2019, e desde que seu registro seja aceito pelo banco central emissor do Código de Reembolso." (NR)

"Art. 35. No caso de exportações, os registros das negociações de letras avalizadas e de notas promissórias devem ser efetuados no Sistema CCR em até vinte dias corridos da data de seu aval e estão condicionados à aceitação do banco central do país emissor do Código de Reembolso." (NR)

"Art. 37. O registro da negociação do instrumento, que é facultativo no caso de importações, deve ser efetuado pelo valor efetivamente negociado, com informação das datas da negociação e do vencimento.

§ 3º Os registros assinalados no caput são enviados para o Sistema Sicap/Aladi, e, caso não haja divergências e se efetive o registro em referido sistema, a operação assume a situação "registrada"." (NR)

Art. 6º Ficam revogados:

I - o parágrafo único do art. 3º da Circular nº 3.871, de 2017;

II - os arts. 8º a 11 da Circular nº 3.871, de 2017;

III - o art. 22 da Circular nº 3.871, de 2017;

IV - os arts. 25 e 26 da Circular nº 3.871, de 2017;

V - o parágrafo único do art. 35 da Circular nº 3.871, de 2017;

VI - o art. 36 da Circular nº 3.871, de 2017;

VII - os §§ 1º e 2º do art. 37 da Circular nº 3.871, de 2017;

VIII - os arts. 45 e 46 da Circular nº 3.871, de 2017; e

IX - o Anexo I da Circular nº 3.871, de 2017.

Art. 7º Esta Circular entra em vigor em 15 de abril de 2019.

TIAGO COUTO BERRIEL

Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 814, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera a Deliberação CVM nº 558, de 12 de novembro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 02 de abril de 2019, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso I, e no art. 9º, §2º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, deliberou:

Art. 1º. O artigo 5º da Deliberação CVM nº 558, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O nome do Relator sorteado será excluído dos sorteios seguintes, até que todos os membros do Colegiado tenham sido contemplados em iguais condições." (NR)

Art. 2º. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

COORDENAÇÃO DE CONTROLE
DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM
CONTINUAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO
PAS CVM Nº RJ2017/3090 - Parking Stock

Acusado	Advogados
Aminadable Firmino da Silva	Não constituiu advogado.
Greyfade Brasil Administração e Participações Ltda.	Não constituiu advogado.

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de 01 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág. 24, para informar que a continuação da Sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2017/3090 (SEI nº 19957.006343/2017-63), suspensa em 26 de fevereiro de 2019 em razão do pedido de vista dos autos feito pelo Diretor Gustavo Machado Gonzalez, foi marcada para o próximo dia 07 de maio de 2019, terça-feira, às 15h.

Rio de Janeiro-RJ, 4 de abril de 2019.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.042, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 19/03/2019, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
MATOS AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 19.000.508/0001-18

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.051, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 29/03/2019, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
MESSIAS AUDITORIA E CONSULTORIA S/S
CNPJ: 08.469.157/0001-72

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.052, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 29/03/2019, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
RIO BRANCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 62.469.028/0001-20

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DE 3 DE ABRIL DE 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/8378
(19957.010904/2018-18)
JBS SA

Objeto: Apurar eventual responsabilidade de (i) Wesley Mendonça Batista, na qualidade de Diretor Presidente da JBS S/A, por infração aos artigos 153 e 154, § 2°, 'a' da Lei 6.404/76; e (ii) Joesley Mendonça Batista, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da JBS S/A, por infração ao artigo 154, § 2°, 'a' da Lei 6.404/76.

Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa.

Acusado	Advogados
Joesley Mendonça Batista	Luiz Henrique De Carvalho Vieira Gonçalves OAB/SP 246.328
Wesley Mendonça Batista	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa, formulado por Joesley Mendonça Batista, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas impreterivelmente em 08/07/2019, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 3 DE ABRIL DE 2019

Nº 17.053 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUIZ DA SILVA VEIGA FILHO, CPF nº 014.209.051-47, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.054 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ANTÔNIO ROBERTO MARTINELLI BUENO, CPF nº 338.799.628-47, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.055 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FABIO ROBERTO DE OLIVEIRA, CPF nº 097.137.477-55, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.056 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LEONARDO LIMA BORTOLINI, CPF nº 850.119.597-91, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.057 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PEDRO LABORÃO DO NASCIMENTO, CPF nº 014.142.731-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

RICARDO MAIA DA SILVA
Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 17.040, DE 29 DE MARÇO DE 2019

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza ORGANISMO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., CNPJ nº 31.957.961/0001-12, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 47, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro SEI nº 0052600.016958/2018-94 e do sistema Orquestra nº 1217194, resolve:

Aprovar a família de modelos PBD769-X, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão , marca Mettler Toledo, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 57, DE 13 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para sistemas de medição dinâmica de quantidades de líquidos utilizados em medição de petróleo, aprovado pela pela Portaria Inmetro nº 64, de 11 de abril de 2003;

Considerando a Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 10 de junho de 2013, bem como a Portaria Inmetro nº 83, de 3 de abril de 2006, ou suas substitutivas;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.014864/2018-81 e do sistema Orquestra nº 1266052, resolve:

Aprovar o medidor de vazão ultrassônico para líquidos modelo 3814, classe de exatidão 0.3, marca Daniel, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 69, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012, nº 520/2014 e nº 95/2015;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.001093/2018-61 e do sistema Orquestra nº 1125022, resolve:

Art. 1º Aprovar o modelo IM100-BD1013, de medição eletrônica de energia elétrica, classe de exatidão B, marca SIEMENS, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 70, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012, nº 520/2014 e nº 95/2015;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.001096/2018-03 e do sistema Orquestra nº 1125208, resolve:

Art. 1º Aprovar o modelo IM100-BD1023, de medição eletrônica de energia elétrica, classe de exatidão B, marca SIEMENS, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 71, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bico de descarga para bomba medidora de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 559/2016;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.000790/2019 e do sistema Orquestra nº 1374072, resolve:

Incluir no item 3 (IDENTIFICAÇÃO DO MODELO) da Portaria Inmetro/Dimel nº 107, de 18 de julho de 2018 os modelos MIX-BI12 E MIX-BI1, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 72, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544/2014;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 0052600.002597/2019-80 e do sistema Orquestra nº 1412965, resolve:

Alterar o endereço do requerente e do fabricante constantes dos itens 1 (REQUERENTE) e 2 (FABRICANTE) da Portaria Inmetro nº 239, de 19 de dezembro de 2018, e demais condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 73, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544/2014;

E considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 0052600.002597/2019-80 e do sistema Orquestra nº 1412965, resolve:

Alterar o endereço do requerente constante do item 1 (REQUERENTE) da Portaria Inmetro nº 214, de 16 de novembro de 2016, e demais condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

PORTARIA Nº 76, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro por meio Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 520/2014;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.019618/2018-15 e do sistema Orquestra nº 1259702, resolve:

Modificar o tipo de bateria utilizada e, determinar que o modelo ELO 2133TI passa a atender aos requisitos estabelecidos nos Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de energia elétrica aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 520/2014, classe de exatidão B, marca ELO, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

MARCOS TREVISAN VASCONCELLOS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 264, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.007709/2018-10 e Juntada nº 44011.001356/2019-25, resolve:

Art. 1º Aprovar o estatuto e autorizar o funcionamento da ELANCO PREV Previdência Complementar, como entidade fechada de previdência complementar.

Art. 2º Estabelecer o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para o início efetivo das atividades, contados a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 265, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004533/2018-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada parcial de patrocínio da empresa Sociedade Mineira Catoca LDA, Registro Fiscal nº 0052836002, do Plano de Benefícios Odeprev Brasil, CNPB nº 1994.0040-29, administrado pela Odebrecht Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA NO PERÍODO DE 28 A 29 DE MARÇO DE 2019

REC-02/2019-BNDES

O Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi convocado por correspondência eletrônica de 28 de março de 2019, a pedido do Presidente do Conselho, George Alberto de Aguiar Soares, a deliberar, entre o dia 28 de março de 2019, às 15h, e o dia 29 de março de 2019, às 20h, sobre: (i) a destituição do Diretor do BNDES, o Sr. Ricardo Luiz de Souza Ramos, no dia 29 de março de 2019; (ii) a eleição do Sr. Roberto Carlos Marucco Junior como Diretor do BNDES no dia 29 de março de 2019, no lugar do Sr. Ricardo Luiz de Souza Ramos, com prazo de gestão até 26 de fevereiro de 2020; (iii) a destituição da Diretora do BNDES, a Sra. Claudia Pimentel Trindade Prates, no dia 29 de março de 2019; e (iv) a eleição da Sra. Denise Pauli Pavarina como Diretora do BNDES no dia 29 de março de 2019, no lugar da Sra. Claudia Pimentel Trindade Prates, com prazo de gestão até 26 de fevereiro de 2020. A convocação foi feita em razão do disposto no artigo 142, inciso II, da Lei n.º 6.404/1976, dispositivo no qual é previsto que Conselho de Administração deve destituir e eleger os membros da Diretoria. A eleição pelo Conselho de Administração do BNDES dos membros da sua Diretoria também é prevista nos artigos 16, inciso XXI, e 18 do Estatuto Social do BNDES. A seguinte documentação foi disponibilizada aos Conselheiros pelo Sistema MeetX: (i) Ofício SEI n.º 1/2019/GABIN/SEST/SEDD-ME, de 18 de março de 2019; (ii) Ofício SEI n.º 15/2019/GABIN/SEST/SEDD-ME, de 25 de março de 2019; (iii) Currículo do Sr. Roberto C. Marucco Jr; (iv) Ficha de Background Check n.º 15/2019, referente ao Sr. Roberto Carlos Marucco Junior; (v) Ofício CE 03/2019, de 22 de março de 2019; (vi) Ata da Quadragésima Segunda Reunião do Comitê de Elegibilidade, de 22 de março de 2019; (vii) Ofício SEI n.º 2/2019/GABIN/SEST/SEDD-ME, de 20 de março de 2019; (viii) Currículo da Sra. Denise Pauli Pavarina; (ix) Ficha De Background Check n.° 16/2019, referente à Sra. Denise Pauli Pavarina; (x) Ata da Quadragésima Terceira Reunião do Comitê de Elegibilidade, de 22 de março de 2019; (xi) Cópia da Carta de renúncia da Sra. Denise Pauli Pavarina aos seus cargos na sociedade Vale S.A., de 27 de março de 2019; (xii) Nota DIR6 003/2019, de 27 de março de 2019, e anexos; (xiii) Ofício SEI n.º 17/2019/GABIN/SEST/SEDD-ME, de 27 de março de 2019; (xiv) Denúncia Força Tarefa Greenfield; (xv) Petição do escritório de advocacia Vilardi Advogados; (xvi) Ofício CE 04/2019, de 28 de março de 2019; (xvii) Ata da Quadragésima Quarta Reunião do Comitê de Elegibilidade, de 28 de março de 2019; (xviii) Minuta da Decisão CA BNDES; e (xix) Nota AJ/SG-06/2019, de 28 de março de 2019. O Presidente do Conselho, GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES, registrou o agradecimento do Colegiado à colaboração do Sr. Ricardo Luiz de Souza Ramos e da Sra. Claudia Pimentel Trindade Prates durante o período na Diretoria. Ato contínuo, quanto à eleição do Sr. Roberto Carlos Marucco Junior como Diretor do BNDES no dia 29 de março de 2019, após verificação do parecer favorável do Comitê de Elegibilidade do BNDES, e de sua sólida experiência profissional e acadêmica, votou favoravelmente à sua eleição como Diretor do BNDES. Com relação à eleição da Sra. Denise Pauli Pavarina como Diretora do BNDES no dia 29 de março de 2019, após verificação do parecer favorável do Comitê de Elegibilidade do BNDES, considerando o cumprimento da condição necessária de desligamento da indicada do Conselho de Administração da Vale S.A., a minimização do risco de imagem e a sua sólida experiência profissional e acadêmica, votou favoravelmente à sua eleição. O Conselheiro WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO aderiu às razões de voto do Presidente do Conselho de Administração do BNDES, deliberando de forma favorável às destituições e eleições constantes da pauta. Por fim, os demais membros do Colegiado também deliberaram a favor das referidas destituições e eleições. Dessa forma, o Colegiado deliberou a favor das matérias supracitadas, tendo expedido, em 29.03.2019, a Decisão n.º CA 10/2019-BNDES, nos seguintes termos: "O Conselho de Administração do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, no uso da atribuição prevista no artigo 16, inciso XXI, e no artigo 18 do Estatuto Social do BNDES, considerando os pareceres favoráveis do Comitê de Elegibilidade desta Instituição decide: (i) destituir Ricardo Luiz de Souza Ramos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 04.414.139-8, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 804.112.237-04, do cargo de Diretor do BNDES, no dia 29 de março de 2019; (ii) eleger Roberto Carlos Marucco Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade n.º 07693548-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 010.983.407-01, para o cargo de Diretor do BNDES, no dia 29 de março de 2019, em substituição a Ricardo Luiz de Souza Ramos, com prazo de gestão até 26 de fevereiro de 2020; (iii) destituir Cláudia Pimentel Trindade Prates, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade n.º 08.367.354-1, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 949.490.777-91, do cargo de Diretora do BNDES, no dia 29 de março de 2019; e (iv) eleger Denise Pauli Pavarina, brasileira, convivente em união estável, economista, portadora da carteira de identidade n.º 119745495, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º076.818.858-03, para o cargo de Diretora do BNDES, no dia 29 de março de 2019, em substituição a Cláudia Pimentel Trindade Prates, com prazo de gestão até 26 de fevereiro de 2020". Findos os trabalhos, a presente ata foi lavrada em 29 de março de 2019, para assinatura dos Conselheiros.

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES
Presidente do Conselho

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO
Conselheiro

DANIEL SIGELMANN
Conselheiro

JUAN PEDRO JENSEN PERDOMO
Conselheiro

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Conselheira

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB
Conselheiro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.432, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018 (*)

Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com o art. 36 da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e o art. 33 da Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, e tendo em vista o que consta dos autos do Processo nº 23000.041127/2018-11, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos de modo a orientar os sistemas de ensino na construção dos itinerários formativos, visando atender as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, publicadas na Resolução MEC/CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, e a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação.

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

ANEXO

REFERENCIAIS CURRICULARES PARA A ELABORAÇÃO DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS

1. Introdução:

O Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade.

Coerentes com essa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), atualizadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em novembro de 2018, indicam que os currículos dessa etapa de ensino devem ser compostos por:

- Formação Geral Básica: Conjunto de competências e habilidades das Áreas de Conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) previstas na etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles, com carga horária total máxima de 1.800 horas;

- Itinerários Formativos: Conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas.

O parágrafo 2º do art. 12 das DCNEM estabelece, ainda, que os Itinerários Formativos organizam-se a partir de quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo), que serão apresentados em maior detalhe na seção 4 deste documento.

Tais eixos estruturantes visam integrar e integralizar os diferentes arranjos de Itinerários Formativos, bem como criar oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas profundamente associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã. Para tanto, buscam envolvê-los em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros.

2. Objetivos dos Itinerários Formativos:

- Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional;

- Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida;

- Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e

- Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.

3. Implementação dos Itinerários Formativos:

Como os quatro eixos estruturantes são complementares, é recomendado que os Itinerários Formativos incorporem e integrem todos eles, a fim de garantir que os estudantes experimentem diferentes situações de aprendizagem e desenvolvam um conjunto diversificado de habilidades relevantes para sua formação integral.

Cabe às redes e escolas definir:

a) a sequência em que os eixos estruturantes serão percorridos e as formas de conexão entre eles;

b) o tipo de organização curricular a ser mobilizado: por disciplinas, por oficinas, por unidades/campos temáticos, por projetos, entre outras possibilidades de flexibilização dos currículos no Ensino Médio;

c) se os Itinerários Formativos terão como foco uma ou mais Áreas de Conhecimento, a combinação de uma Área de Conhecimento com a Formação Técnica e Profissional ou apenas a Formação Técnica e Profissional.

Essas decisões precisam levar em conta, também, a indicação das DCNEM de que os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um Itinerário Formativo em cada município, em áreas distintas.

No caso da Formação Técnica e Profissional, os Itinerários também se organizam a partir da integração dos diferentes eixos estruturantes, ainda que as habilidades a eles associadas somem-se a outras habilidades básicas requeridas indistintamente pelo mundo do trabalho e a habilidades específicas requeridas pelas distintas ocupações, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT e na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

Os estudantes deverão realizar um Itinerário Formativo completo, passando, necessariamente, por um eixo estruturante ou, preferencialmente, por todos os quatro eixos.

Após a conclusão da carga horária total do Ensino Médio, os estudantes poderão cursar novos Itinerários Formativos, caso haja disponibilidade de vaga na rede.

4. Eixos Estruturantes dos Itinerários Formativos:

4.1. Investigação Científica

Este eixo tem como ênfase ampliar a capacidade dos estudantes de investigar a realidade, compreendendo, valorizando e aplicando o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e produções científicas relativas a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse.

Justificativa: Para participar da sociedade da informação, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam acessar, selecionar, processar, analisar e utilizar dados sobre os mais diferentes assuntos, seja para compreender e intervir na realidade, seja para lidar de forma crítica, reflexiva e produtiva com a quantidade cada vez maior de informações disponíveis.

Objetivos:

- Aprofundar conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos;

- Ampliar habilidades relacionadas ao pensar e fazer científico;

- Utilizar esses conceitos e habilidades em procedimentos de investigação voltados à compreensão e enfrentamento de situações cotidianas, com proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Foco Pedagógico: Neste eixo, os estudantes participam da realização de uma pesquisa científica, compreendida como procedimento privilegiado e integrador de áreas e componentes curriculares. O processo pressupõe a identificação de uma dúvida, questão ou problema; o levantamento, formulação e teste de hipóteses; a seleção de informações e de fontes confiáveis; a interpretação, elaboração e uso ético das informações coletadas; a identificação de como utilizar os conhecimentos gerados para solucionar problemas diversos; e a comunicação de conclusões com a utilização de diferentes linguagens.

4.2. Processos Criativos

Este eixo tem como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de idealizar e realizar projetos criativos associados a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse.

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais pautada pela criatividade e inovação, os estudantes precisam aprender a utilizar conhecimentos, habilidades e recursos de forma criativa para propor, inventar, inovar.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos sobre as artes, a cultura, as mídias e as ciências aplicadas e sobre como utilizá-los para a criação de processos e produtos criativos;

- Ampliar habilidades relacionadas ao pensar e fazer criativo;

- Utilizar esses conhecimentos e habilidades em processos de criação e produção voltados à expressão criativa e/ou à construção de soluções inovadoras para problemas identificados na sociedade e no mundo do trabalho.

Foco Pedagógico: Neste eixo, os estudantes participam da realização de projetos criativos, por meio da utilização e integração de diferentes linguagens, manifestações sensoriais, vivência artísticas, culturais, midiáticas e científicas aplicadas. O processo pressupõe a identificação e o aprofundamento de um tema ou problema, que orientará a posterior elaboração, apresentação e difusão de uma ação, produto, protótipo, modelo ou solução criativa, tais como obras e espetáculos artísticos e culturais, campanhas e peças de comunicação, programas, aplicativos, jogos, robôs, circuitos, entre outros produtos analógicos e digitais.

4.3. Mediação e Intervenção Sociocultural

Este eixo tem como ênfase ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos relacionados a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temas de seu interesse para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente.

Justificativa: Para participar de uma sociedade desafiada por questões socioculturais e ambientais cada vez mais complexas, os estudantes precisam se apropriar de conhecimentos e habilidades que os permitam atuar como agentes de mudanças e de construção de uma sociedade mais ética, justa, democrática, inclusiva, solidária e sustentável.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos sobre questões que afetam a vida dos seres humanos e do planeta em nível local, regional, nacional e global, e compreender como podem ser utilizados em diferentes contextos e situações;

- Ampliar habilidades relacionadas à convivência e atuação sociocultural;

- Utilizar esses conhecimentos e habilidades para mediar conflitos, promover entendimentos e propor soluções para questões e problemas socioculturais e ambientais identificados em suas comunidades.

Foco Pedagógico: Neste eixo, privilegia-se o envolvimento dos estudantes em campos de atuação da vida pública, por meio do seu engajamento em projetos de mobilização e intervenção sociocultural e ambiental que os levem a promover transformações positivas na comunidade. O processo pressupõe o diagnóstico da realidade sobre a qual se pretende atuar, incluindo a busca de dados oficiais e a escuta da comunidade local; a ampliação de conhecimentos sobre o problema a ser enfrentado; o planejamento, execução e avaliação de uma ação social e/ou ambiental que responda às necessidades e interesses do contexto; a superação de situações de estranheza, resistência, conflitos interculturais, dentre outros possíveis obstáculos, com necessários ajustes de rota.

4.4. Empreendedorismo

Este eixo tem como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida.

Justificativa: Para participar de uma sociedade cada vez mais marcada pela incerteza, volatilidade e mudança permanente, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais.

Objetivos:

- Aprofundar conhecimentos relacionados ao contexto, ao mundo do trabalho e à gestão de iniciativas empreendedoras, incluindo seus impactos nos seres humanos, na sociedade e no meio ambiente;

- Ampliar habilidades relacionadas ao autoconhecimento, empreendedorismo e projeto de vida;

- Utilizar esses conhecimentos e habilidades para estruturar iniciativas empreendedoras com propósitos diversos, voltadas a viabilizar projetos pessoais ou produtivos com foco no desenvolvimento de processos e produtos com o uso de tecnologias variadas.

Foco Pedagógico: Neste eixo, os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Para tanto, busca desenvolver autonomia, foco e determinação para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais ou criar empreendimentos voltados à geração de renda via oferta de produtos e serviços, com ou sem uso de tecnologias. O processo pressupõe a identificação de potenciais, desafios, interesses e aspirações pessoais; a análise do contexto externo, inclusive em relação ao mundo do trabalho; a elaboração de um projeto pessoal ou produtivo; a realização de ações-piloto para testagem e aprimoramento do projeto elaborado; o desenvolvimento ou aprimoramento do projeto de vida dos estudantes.

5. Habilidades Relacionadas aos Itinerários Formativos

As habilidades associadas aos Itinerários Formativos encontram-se detalhadas nas tabelas a seguir.

A Tabela 1 traz as habilidades relacionadas às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a serem desenvolvidas indistintamente por todos os Itinerários Formativos.

A Tabela 2 apresenta as habilidades de natureza mais específica, associadas a cada uma das Áreas de Conhecimento e à Formação Técnica e Profissional.

Tabela 1: Habilidades dos Itinerários Formativos Associadas às Competências Gerais da BNCC

Eixo estruturante	Área de Linguagens e suas Tecnologias	Área de Matemática e suas Tecnologias	Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Formação Técnica e Profissional
Investigação Científica	HABILIDADES RELACIONADAS AO PENSAR E FAZER CIENTÍFICO: (EMIFCG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais. (EMIFCG02) Posicionar-se com base em critérios científicos, éticos e estéticos, utilizando dados, fatos e evidências para respaldar conclusões, opiniões e argumentos, por meio de afirmações claras, ordenadas, coerentes e compreensíveis, sempre respeitando valores universais, como liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade. (EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções para problemas diversos.				
Processos Criativos	HABILIDADES RELACIONADAS AO PENSAR E FAZER CRIATIVO: (EMIFCG04) Reconhecer e analisar diferentes manifestações criativas, artísticas e culturais, por meio de vivências presenciais e virtuais que ampliem a visão de mundo, sensibilidade, criticidade e criatividade. (EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática. (EMIFCG06) Difundir novas ideias, propostas, obras ou soluções por meio de diferentes linguagens, mídias e plataformas, analógicas e digitais, com confiança e coragem, assegurando que alcancem os interlocutores pretendidos.				
Mediação e Intervenção Sociocultural	HABILIDADES RELACIONADAS À CONVIVÊNCIA E ATUAÇÃO SOCIOCULTURAL: (EMIFCG07) Reconhecer e analisar questões sociais, culturais e ambientais diversas, identificando e incorporando valores importantes para si e para o coletivo que assegurem a tomada de decisões conscientes, consequentes, colaborativas e responsáveis. (EMIFCG08) Compreender e considerar a situação, a opinião e o sentimento do outro, agindo com empatia, flexibilidade e resiliência para promover o diálogo, a colaboração, a mediação e resolução de conflitos, o combate ao preconceito e a valorização da diversidade. (EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.				
Empreendedorismo	HABILIDADES RELACIONADAS AO AUTOCONHECIMENTO, EMPREENDEDORISMO E PROJETO DE VIDA: (EMIFCG10) Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade. (EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade. (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.				

Tabela 2: Habilidades Específicas dos Itinerários Formativos Associadas aos Eixos Estruturantes

Eixo estruturante	Área de Linguagens e suas Tecnologias	Área de Matemática e suas Tecnologias	Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Formação Técnica e Profissional
Investigação Científica	(EMIFLGG01) Investigar e analisar a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias. (EMIFLGG02) Levantar e testar hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), situando-os no contexto de um ou mais campos de atuação social e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica. (EMIFLGG03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre português brasileiro, língua(s) e/ou linguagem(ns) específicas, visando fundamentar reflexões e hipóteses sobre a organização, o funcionamento e/ou os efeitos de sentido de enunciados e discursos materializados nas diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o	(EMIFMAT01) Investigar e analisar situações-problema identificando e selecionando conhecimentos matemáticos relevantes para uma dada situação, elaborando modelos para sua representação. (EMIFMAT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na explicação ou resolução de uma situação-problema elaborando modelos com a linguagem matemática para analisá-la e avaliar sua adequação em termos de possíveis limitações, eficiência e possibilidades de generalização. (EMIFMAT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a contribuição da Matemática na explicação de fenômenos de natureza científica, social, profissional, cultural, de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	(EMIFCNT01) Investigar e analisar situações-problema e variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais. (EMIFCNT02) Levantar e testar hipóteses sobre variáveis que interferem na dinâmica de fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica. (EMIFCNT03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre a dinâmica dos fenômenos da natureza e/ou de processos tecnológicos, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	(EMIFCHS01) Investigar e analisar situações-problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias. (EMIFCHS02) Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica. (EMIFCHS03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.	(EMIFFTP01) Investigar, analisar e resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias, planejando, desenvolvendo e avaliando as atividades realizadas, compreendendo a proposição de soluções para o problema identificado, a descrição de proposições lógicas por meio de fluxogramas, a aplicação de variáveis e constantes, a aplicação de operadores lógicos, de operadores aritméticos, de laços de repetição, de decisão e de condição. (EMIFFTP02) Levantar e testar hipóteses para resolver problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica. (EMIFFTP03) Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre problemas do cotidiano pessoal, da escola e do trabalho, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.

	cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.				
Processos Criativos	(EMIFLGG04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre obras ou eventos de diferentes práticas artísticas, culturais e/ou corporais, ampliando o repertório/domínio pessoal sobre o funcionamento e os recursos da(s) língua(s) ou da(s) linguagem(ns). (EMIFLGG05) Selecionar e mobilizar intencionalmente, em um ou mais campos de atuação social, recursos criativos de diferentes línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; música; linguagens corporais e do movimento, entre outras), para participar de projetos e/ou processos criativos. (EMIFLGG06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, utilizando as diversas línguas e linguagens (imagens estáticas e em movimento; línguas; linguagens corporais e do movimento, entre outras), em um ou mais campos de atuação social, combatendo a esterDeotipia, o lugar-comum e o clichê.	(EMIFMAT04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica na produção do conhecimento matemático e sua aplicação no desenvolvimento de processos tecnológicos diversos. (EMIFMAT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados à Matemática para resolver problemas de natureza diversa, incluindo aqueles que permitam a produção de novos conhecimentos matemáticos, comunicando com precisão suas ações e reflexões relacionadas a constatações, interpretações e argumentos, bem como adequando-os às situações originais. (EMIFMAT06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação dos conhecimentos matemáticos associados ao domínio de operações e relações matemáticas simbólicas e formais, de modo a desenvolver novas abordagens e estratégias para enfrentar novas situações.	(EMIFCNT04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre a dinâmica dos fenômenos naturais e/ou de processos tecnológicos, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais (como softwares de simulação e de realidade virtual, entre outros). (EMIFCNT05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos relacionados às Ciências da Natureza para resolver problemas reais do ambiente e da sociedade, explorando e contrapondo diversas fontes de informação. (EMIFCNT06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais, considerando a aplicação de design de soluções e o uso de tecnologias digitais, programação e/ou pensamento computacional que apoiem a construção de protótipos, dispositivos e/ou equipamentos, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e/ou os processos produtivos.	(EMIFCHS04) Reconhecer produtos e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global. (EMIFCHS05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global. (EMIFCHS06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.	(EMIFFTP04) Reconhecer produtos, serviços e/ou processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre as funcionalidades de ferramentas de produtividade, colaboração e/ou comunicação. (EMIFFTP05) Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação. (EMIFFTP06) Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados à produtividade, à colaboração e/ou à comunicação, observando a necessidade de seguir as boas práticas de segurança da informação no uso das ferramentas.
Mediação e Intervenção Sociocultural	(EMIFLGG07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio de práticas de linguagem. (EMIFLGG08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre formas de interação e de atuação social, artístico-cultural ou ambiental, visando colaborar para o convívio democrático e republicano com a diversidade humana e para o cuidado com o meio ambiente. (EMIFLGG09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção sociocultural e ambiental, selecionando adequadamente elementos das diferentes linguagens.	(EMIFMAT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais aplicando conhecimentos e habilidades matemáticas para avaliar e tomar decisões em relação ao que foi observado. (EMIFMAT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos matemáticos para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e problemas ambientais. (EMIFMAT09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental relacionados à Matemática.	(EMIFCNT07) Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais relacionadas a fenômenos físicos, químicos e/ou biológicos. (EMIFCNT08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências da Natureza para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas socioculturais e problemas ambientais. (EMIFCNT09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental relacionados às Ciências da Natureza.	(EMIFCHS07) Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. (EMIFCHS08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental. (EMIFCHS09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.	(EMIFFTP07) Identificar e explicar normas e valores sociais relevantes à convivência cidadã no trabalho, considerando os seus próprios valores e crenças, suas aspirações profissionais, avaliando o próprio comportamento frente ao meio em que está inserido, a importância do respeito às diferenças individuais e a preservação do meio ambiente. (EMIFFTP08) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho, demonstrando comprometimento em suas atividades pessoais e profissionais, realizando as atividades dentro dos prazos estabelecidos, o cumprimento de suas atribuições na equipe de forma colaborativa, valorizando as diferenças socioculturais e a conservação ambiental. (EMIFFTP09) Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para atuar em equipes de forma colaborativa, respeitando as diferenças individuais e socioculturais, níveis hierárquicos, as ideias propostas para a discussão e a contribuição necessária para o alcance dos objetivos da equipe, desenvolvendo uma avaliação crítica dos desempenhos individuais de acordo com critérios estabelecidos e o feedback aos seus pares, tendo em vista a melhoria de desempenhos e a conservação ambiental.
Empreendedorismo	(EMIFLGG10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias	(EMIFMAT10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados à Matemática podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias	(EMIFCNT10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências da Natureza podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais. (EMIFCNT11) Selecionar e mobilizar	(EMIFCHS10) Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania. (EMIFCHS11)	(EMIFFTP10) Avaliar as relações entre a formação escolar, geral e profissional, e a construção da carreira profissional, analisando as características do estágio, do programa de aprendizagem profissional, do programa de trainee, para identificar os programas alinhados a cada objetivo profissional. (EMIFFTP11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal,

	disponíveis e os impactos socioambientais. (EMIFLGG11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo. (EMIFLGG12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as práticas de linguagens socialmente relevantes, em diferentes campos de atuação, para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.	considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais. (EMIFMAT11) Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo. (EMIFMAT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.	intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências da Natureza para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo. (EMIFCNT12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências da Natureza e suas Tecnologias para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo, em âmbito local, regional, nacional e/ou global. (EMIFCHS12) Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.	profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios. (EMIFFTP12) Empreender projetos pessoais ou produtivos, considerando o contexto local, regional, nacional e/ou global, o próprio potencial, as características dos cursos de qualificação e dos cursos técnicos, do domínio de idiomas relevantes para o mundo do trabalho, identificando as oportunidades de formação profissional existentes no mundo do trabalho e o alinhamento das oportunidades ao projeto de vida.

(*) Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº 250, de 31-12-2018, Seção 1, página 60, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 758, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a realização da renegociação dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, nos termos da Resolução nº 28, de 31 de outubro de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e o deliberado pelo Comitê-Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies, por meio da Resolução nº 28, de 31 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que a renegociação autorizada na forma da Resolução nº 28, de 31 de outubro de 2018, do Comitê-Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies, aplicar-se-á aos contratos de financiamento inadimplentes, concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - contratos concedidos até o 2º semestre de 2017;

II - estejam, à época do pedido de renegociação, com no mínimo noventa dias de atraso na Fase de Amortização;

III - pagamento do valor da parcela de entrada, correspondente ao maior valor entre 10% do valor consolidado da dívida vencida e R$ 1.000,00 (um mil reais);

§1º Para fins da renegociação, a fase de amortização corresponde à última fase contratual, que se estende até a efetiva liquidação do saldo devedor.

§2º Para fins do disposto no inciso III deste artigo, a dívida vencida consolidada corresponde às parcelas vencidas, a multa e a juros decorrentes da mora.

§3º O prazo de amortização remanescente e a taxa de juros de que trata o art. 3º da Resolução nº 28, de 2018, são aqueles contratualmente vigentes no momento da solicitação da renegociação.

Art. 2º O estudante financiado interessado em renegociar a dívida com o Fies poderá optar pela modalidade de renegociação que apresentar a melhor condição de pagamento.

Parágrafo único. A prerrogativa constante do caput não se aplica aos contratos com prazo de amortização decursado, os quais poderão ser renegociados em prazo não superior a quarenta e oito meses.

Art. 3º A celebração do termo de renegociação será efetuada mediante aditivo ao contrato de financiamento, a ser assinado presencialmente ou por assinatura eletrônica, pelo financiado(a), nos contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC, e pelo financiado(a) e seu(s) fiador(es) para os contratos garantidos por fiança convencional ou solidária, no local indicado pelo Agente Financeiro do contrato.

Parágrafo único. Em caso de pagamento da parcela de entrada para a contratação da renegociação sem assinatura e formalização do termo de renegociação pelo estudante, o valor será utilizado para amortização do saldo devedor do FIES, considerando que não será levada a efeito a solicitação da renegociação.

Art. 4º O Agente Financeiro deverá encaminhar ao FNDE relatório com as informações e alterações contratuais referentes às formalizações das renegociações dos contratos de financiamento estudantil, por meio das interfaces existentes entre o Agente Financeiro e o FNDE.

Parágrafo único. Encerrado o prazo definido para renegociação, nos termos do parágrafo único, art.1º, da Resolução 28, de 2018, o Agente Financeiro terá o prazo máximo de quinze dias para finalizar a contratação da renegociação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

PORTARIA Nº 792, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Altera a Portaria nº 1.591, de 27 de dezembro de 2017, atualizando a composição do Comitê da Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais - CPI-RED, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 15 e 33 do Anexo I do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.591, de 27 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - quatro representantes da Secretaria de Educação Básica:

a) Diretor de Políticas e Regulação da Educação Básica;

b) Diretor de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação Básica;

c) Diretor de Acompanhamento de Políticas da Educação Básica; e

d) Diretor de Apoio às Redes de Educação Básica;

II - um Diretor indicado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO VÉLEZ RODRÍGUEZ

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 167, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a determinação de medidas cautelares em face da Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código 3148), entre outras providências. Processo nº 23709.000228/2016-01

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 43/2019/CGSO/DISUP/SERES-MEC, bem como nas normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento na Portaria MEC nº 315, de 2018 e no Decreto nº 9.235/2017, determina:

Art. 1º A revogação do art. 2º da Portaria nº 876/2016, publicada no DOU em 18/12/2018.

Art. 2º A imposição de medida cautelar de suspensão de ingresso de novos estudantes em todos os cursos ministrados pela Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código 3148), de graduação, de pós-graduação e de extensão até a decisão do procedimento sancionador instaurado pela Portaria nº 876/2016, publicada no DOU em 18/12/2018.

Art. 3º O sobrestamento de todos os processos regulatórios protocolados em nome da Faculdade Anchieta do Recife (código 3148) até a decisão do procedimento sancionador instaurado em desfavor da IES pela Portaria nº 876/2018, publicada no DOU em 18/12/2018.

Art. 4º O impedimento, em caráter cautelar, de protocolo de novos processos regulatórios por parte da Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código 3148), até a decisão do procedimento sancionador instaurado em desfavor da IES pela Portaria nº 876/2018, publicada no DOU em 18/12/2018.

Art. 5º A publicação da decisão em sua página eletrônica (http://www.faculdadea.com.br/), de forma visível na página principal pelo tempo em que vigerem as medidas cautelares.

Art. 6º A notificação à Faculdade Anchieta do Recife - FAR (código e-MEC nº 3148) da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação no prazo de trinta dias, em conformidade com o art. 63, § 2º do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 168, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815495	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário FBV Wyden	ADTALEM EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
2	201801954	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
3	201802681	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC	RUA SCIPIÃO, 67, , LAPA, SÃO PAULO/SP
4	201715007	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	ASSOCIACAO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	RUA DOUTOR ÁLVARO ALVIM, 123, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
5	201802436	TEOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE CATÓLICA DE FEIRA DE SANTANA	ARQUIDIOCESE DE FEIRA DE SANTANA	AVENIDA DOM JACKSON BERENGUER PRADO, S/N, , PAPAGAIO, FEIRA DE SANTANA/BA
6	201608205	MEDICINA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE BARRETOS DR. PAULO PRATA	SISTEMA MED SERVICOS EDUCACIONAIS S.A.	AVENIDA LOJA MAÇÔNICA RENOVADORA 68, 100, - LADO PAR, NOVA AMÉRICA, BARRETOS/SP
7	201715768	MATEMÁTICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Uberlândia	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA FERNANDO VILELA, 795, - ATÉ 1261/1262, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
8	201801372	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA GOIÁS, 2151, ESTAÇÃO, SETOR CENTRAL, GOIÂNIA/GO
9	201715500	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE FORTIUM DE TAGUATINGA	FACULDADE EVANGELICA DE TAGUATINGA LTDA - ME	RUA 55, 11, UNIDADE SÃO SEBASTIÃO, CENTRO (SÃO SEBASTIÃO), BRASÍLIA/DF
10	201605501	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE INTEGRADA CARAJÁS	FACULDADES INTEGRADAS CARAJAS S/C LTDA - EPP	BR 155, KM 03, 3, , PARQUE DOS BURITIS ? 3, REDENÇÃO/PA
11	201709646	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Integral Diferencial Wyden	ADTALEM EDUCACIONAL DO BRASIL S/A	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
12	201801400	TEOLOGIA (Bacharelado)	70 (setenta)	Faculdade Latino-americana	JOVENS DA VERDADE ASSOCIACAO CIVIL	ESTRADA DOS FERNANDES, 2680, , MIRANTE DO ARUJÁ, ARUJÁ/SP
13	201817709	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, , ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
14	201714261	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE - FSPOA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC AR/RS	RUA CORONEL GENUÍNO, 130, , CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
15	201506482	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS - ME	RUA ADALBERTO CARVALHO DE ARAUJO, S/N, UNIDADE OLARIAS, PRINCESA, PONTA GROSSA/PR
16	201817553	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA LUIZ TARQUÍNIO PONTES, 600, , CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
17	201817469	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	ESTRADA TAQUARA/ROLANTE, S/N, , ERS 239, ROLANTE/RS
18	201715118	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	AE 310 SUL (AESE 34) - AV. LO-5, S/N, , CENTRO, PALMAS/TO
19	201714944	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTÔNIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULÁLIA, TAUBATÉ/SP
20	201802511	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA	AV. PROF. PINTO DE AGUIAR, 2589, , PITUAÇU, SALVADOR/BA

PORTARIA Nº 169, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o Parecer CNE/CES nº 483/2018, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por intermédio do Despacho publicado no Diário Oficial da União em 18 de março de 2019, seção 1, página 165, conforme consta do processo SEI 00732.001787/2018-08 (e-MEC nº 201508550), do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Educação Física, licenciatura, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Ensino Paschoal Dantas, instalada na Rua Frei Inocêncio, 40, Jardim São Gabriel, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, mantida pela Faculdade Nova Geração Ltda, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da linha 1 do anexo da Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 506, de 17 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 138 em 19 de julho de 2018, Seção 1, página 19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 170, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o Parecer CNE/CES nº 733/2018, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por intermédio do Despacho publicado no Diário Oficial da União em 18 de março de 2019, seção 1, página 165, conforme consta do processo SEI 00732.002550/2018-36 (e-MEC nº 201502640), do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Farmácia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Juazeiro, instalada na Rua Canadá, 309, Santa Maria Gorete, no município de Juazeiro, no estado da Bahia, mantida pela Organização Tecnológica de Ensino Ltda, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia.

Art. 2º Tornar sem efeito os termos da linha 13 do anexo da Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 1062, de 6 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 194 em 9 de outubro de 2017, Seção 1, página 15.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 842, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pelo Decreto MEC de 17.10.2017, publicado no DOU de 18.10.2017, Seção 2, página 1 no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Alterar, em decorrência do PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00041/2019/NADM/PFES/PGF/AGU, referente ao PROCESSO JUDICIAL: 0000084-06.2012.4.02.5006, o anexo I à Portaria nº 1375 de 07/12/2011, publicada no DOU de 08/12/2011, seção 01, pág 17, que homologou os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas, regido pelo Edital nº. 04/2011, de 13/10/2011, publicado no DOU de 14/10/2011, para os Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, do Quadro de Pessoal Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológico do Espírito Santo, de modo a constar o classificado do perfil TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/Serra na forma do anexo I.

Art. 2º Ficam mantidos os demais termos da referida portaria.

ANEXO I

242 - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / Serra			
INSC.	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
1120418217	DIONE SOUSA ALBUQUERQUE	60	1º

JADIR JOSE PELA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº. 1.712, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR EXECUTIVO NO EXERCÍCIO DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, designado pela Portaria nº 1.687, de 02 de abril de 2019; e, Considerando o que consta no artigo 12 da Portaria nº 450, de 06.11.2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 07.02.2002; e, considerando o Edital de Homologação nº 04, de 05.05.2017, publicado no DOU de 08.05.2017, Seção 3, página 77, o que dispõe o inciso III, artigo 37 da CF/88 associado com o art. 12 da Lei nº 8.112/90, e a solicitação constante no Processo nº 23249.064609.2019-18, resolve:

Prorrogar por mais 02 (dois) anos a validade do Concurso Público para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico efetivado por este Instituto Federal, conforme quadro em anexo.

AGENOR ALMEIDA FILHO

ANEXO

Edital de Homologação	Validade	Prorrogação de Validade
Edital n° 04, de 05.05.2017, publicado no DOU de 08.05.2017 - Concurso Público para cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	02 (dois) anos, de 08.05.2017 a 08.05.2019	02 (dois) anos, de 09.05.2019 a 09.05.2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 1.077, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no item 7.1 do Edital nº 02, de 22/02/2018, publicado no DOU de 23/02/2018, resolve:

Prorrogar, por 01 (um) ano, a contar de 05/04/2019, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de Professor Substituto das Áreas de Língua Portuguesa e Contabilidade, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - Campus Pedro II, a que se refere o Edital de Homologação nº 08, de 03/04/2018, publicado no DOU de 05/04/2018.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 60, DE 18 DE MARÇO DE 2019

A Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Estatuto da UFMG, resolve:

Acrescentar os Códigos de Classificação Nacional de Atividade Econômica Secundária do CNPJ nº 17.217.985/0066-50 - Departamento de Atenção à Saúde do Trabalhador (DAST) - abaixo descritos:

8630503 01 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas - Consultório médico
8650001 00 - Atividades de enfermagem
8650003 00 - Atividades de psicologia e psicanalise
8650004 00 - Atividades de fisioterapia
8650005 00 - Atividades de terapia ocupacional
8650099 00 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente

PROF. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE MARÇO DE 2019

A Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28 do Estatuto da UFMG, resolve:

Acrescentar os Códigos de Classificação Nacional de Atividade Econômica Secundária do CNPJ nº 17.217.985/0023-10 - Faculdade de Farmácia - abaixo descritos:

8531700 00 Educação Superior - Graduação
8532500 00 Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação
8533300 00 Educação Superior - Pós-Graduação e Extensão
7210000 00 Pesquisa e Desenvolvimento Experimental em Ciências Físicas e Naturais

SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 171, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.013154/2019-32 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Metodologia de Ensino - MEN/CED, instituído pelo Edital nº 09/2019/DDP, de 13 de março de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 51, Seção 3, de 15/03/2019.

Campo de conhecimento: Educação/Educação e Infância
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Marta Corrêa de Moraes	9,70
2º	Danielle Torri	9,65
3º	Éverton Vasconcelos de Almeida	9,46
4º	Silvana Rodrigues de Souza Sato	9,37
5º	Juliana Costa Muller	9,12
6º	Davi Henrique Correia de Codes	8,66
7º	Rodrigo Mafalda	8,62
8º	Fernanda Gonçalves	8,30
9º	Maria Fernanda d´Ávila Coelho	8,08

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 201, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor Substituto nº 23109.001057/2019-31; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 025/2019, realizado para a contratação de professor substituto, Área História da Arquitetura e do Urbanismo / Teoria da Arquitetura e do Urbanismo / Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico/ Projeto de Intervenção em Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Anna Maria de Grammont Machado de Araújo, Flora de'l Rei Lopes Passos, Tiago Cícero Alves, Éric Ferreira Crevels, Daniel Athias de Almeida, Larissa Faloni Ferreira, Maria Cristina Cairo Silva e Luís Roberto Alfonso Prado Júnior. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

PORTARIA Nº 204, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor Substituto nº 23109.000870/2019-84; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 011/2019, realizado para a contratação de professor substituto, Área Parasitologia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Liliane Maria Vidal Siqueira e Adalberto Miguel de Araújo Júnior. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COLÉGIO TÉCNICO DE BOM JESUS

PORTARIA Nº 11, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O Diretor do Colégio Técnico de Bom Jesus, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando o edital 001/2019 - CTBJ publicado no D.O.U. de 01/03/2019, Seção 3, págs. 97 e 98 e o processo nº 23111.002199/2019-57, resolve:

Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo, habilitando os candidatos KAROLINE VELOSO RIBEIRO (1ª colocada), LEILSON ALVES DOS SANTOS (2º colocado), JAERLE RODRIGUES CAMPELO (3ª colocada), RICARDO DOS SANTOS LOPES (4º colocado) e JOSEFA LUSTOSA LOBATO E SILVA (5ª colocada), classificando para contratação a 1ª colocada para exercer a função de professor substituto na área de Geografia no Colégio Técnico de Bom Jesus. Comunique-se, publique-se e cumpra-se.

RAIMUNDO FALCÃO NETO

CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL

PORTARIA Nº 21, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORA PRÓ TEMPORE DO CAMPUS "AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL", no uso de suas atribuições legais e, considerando o Ato da Reitoria Nº 494/2019, o Edital Nº. 03/2019 - CAFS de 27 de fevereiro de 2019, publicado no DOU de 07 de março de 2019, Seção 3, edição nº 45, pág. 38, o Processo nº. 23111.0064745/2018-88 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto para o Curso de Pedagogia, Área de Fundamentos Psicológicos da Educação, Regime de Tempo Integral TI-40 (40 horas semanais), do Campus Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano-PI, habilitando e classificando para contratação a seguinte candidata: JOYCE MESQUITA NOGUEIRA (1ª colocada).

FLÁVIA LORENNE SAMPAIO BARBOSA

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA N° 32, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O Diretor do Campus "Senador Helvídio Nunes de Barros" no uso de suas atribuições legais, considerando:

- O Processo N° 23111.050788/2018-82,
- A portaria 022/2019, de 19/03/2019 - CSHNB, resolve:

Retificar a Publicação da Portaria 022/2019, de 19/03/2019, publicada em 20/03/2019, que homologa o resultado previsto no Edital para Professor Substituto do Curso de Enfermagem deste Campus, publicado em 30/01/2019, da forma como segue:

Onde se lê: "SILEA", leia-se: "SYLCA".

FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 199, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 59 de 29 de março de 2016, considerando o Decreto nº 83.937/79, o art. 31 do Estatuto da UNIVASF, e tendo em vista o Ofício nº 036/2019/GR, resolve:

I. DELEGAR COMPETÊNCIA ao Pró-Reitor de Gestão e Orçamento da UNIVASF, pelo prazo de 02 anos, para assinar Atas de Registro de Preços, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, cabendo recurso ao Reitor.

II. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03 de agosto de 2018.

TELIO NOBRE LEITE
Vice-Reitor
No Exercício do cargo de Reitor

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIAS DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, resolve:

Nº 333 - Aplicar à empresa EMPREENDIMENTO COMERCIAL SAARA LTDA, CNPJ nº 00.944.944/0001-17, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano e 7 (sete) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2018NE801537, com sua consequente rescisão, com fincas no arts. 7º e 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c o art. 79, I, da Lei nº 8.666/1993 e nos subitens 19.1, 19.1.6, 19.2 e 19.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 214/2017, Ata de Registro de Preços nº 255/2017, determinando, ainda, o cancelamento do registro do fornecedor, com base no art. 20, I, do Decreto-Lei nº 7.892/2013, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf. (Processo 009075/2017)

Nº 335 - Aplicar à empresa CASA DA SOGRA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA - ME, CNPJ nº 13.021.891/0001-04, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos contratos representados pelas Nota de Empenho nºs 2017NE802694 e 2017NE802701, com sua consequente rescisão, com fincas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 15.1, 15.1.6, 15.2 e 15.2.2 do Edital de Pregão Eletrônico nº 282/2017, determinando, ainda, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf, nos termos do subitem 15.6. (Processo 011629/2017)

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 774, DE 28 DE MARÇO DE 2019 (*)

Revoga a Resolução CONTRAN nº 709, de 25 de outubro de 2017, que dispõe sobre a publicação na internet dos nomes e códigos dos agentes e autoridades de trânsito, bem como os convênios de fiscalização de trânsito celebrados pelos órgãos e entidades de trânsito.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.022306/2017-11, resolve:

Art. 1º Esta Resolução revoga a Resolução CONTRAN nº 709, de 25 de outubro de 2017, que dispõe sobre a publicação na internet dos nomes e códigos dos agentes e autoridades de trânsito, bem como os convênios de fiscalização de trânsito celebrados pelos órgãos e entidades executivos de trânsito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Presidente do Conselho

ADILSON ANTÔNIO PAULUS
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério da Infraestrutura

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Economia

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

JOÃO PAULO DE SOUZA
Pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

(*)Republicada por ter saído com incorreções no original no DOU de 29-03- 2019, Seção 1, página 75.

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 1.043, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos, proposto pela empresa TUP Porto São Luís S/A.

A SECRETÁRIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MTPA nº 314, de 24 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição; o art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; o Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, bem como o disposto na Portaria GM/MTPA nº 512, de 27 de setembro de 2018, e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério da Infraestrutura por meio de registro pelo Processo nº 50000.033326/2018-29, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos, proposto pela empresa TUP Porto São Luís S.A., que consiste na construção e operação do terminal portuário privativo, denominado Terminal Portuário de São Luís, objetivando a movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, granel líquido, carga geral e carga conteinerizada, destinada ou proveniente de transporte aquaviário, especialmente soja em grãos, farelo de soja, fertilizantes, celulose, cargas gerais e hidrocarbonetos, no Estado do Maranhão, referente ao Contrato de Adesão nº 01/2016 - Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa TUP Porto São Luís S.A. deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação ou co-habilitação, no prazo de 30 dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 18, da Portaria GM/MTPA nº 512/2018, de 27 de setembro de 2018.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.033326/2018-29 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

ANEXO	
Nome Empresarial	TUP Porto São Luís S.A.
CNPJ	18.729.181/0001-57
Tipo	Porto / Instalações Portuárias de Uso Privativo
Descrição do Projeto	O Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário consiste na construção e operação do terminal portuário privativo, denominado Terminal Portuário de São Luís, objetivando a movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, granel líquido, carga geral e carga conteinerizada, destinada ou proveniente de transporte aquaviário, especialmente soja em grãos, farelo de soja, fertilizantes, celulose, cargas gerais e hidrocarbonetos, no Estado do Maranhão, referente ao Contrato de Adesão nº 01/2016 - Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR. Principais áreas de operação e características técnicas: - Administração - área total de cerca de 84.190 m², destina-se às diversas atividades a serem exercidas diretamente pela administração geral do Porto ou por instituições governamentais por determinação legal; - Instalações para Exportação de Grãos e Farelo de Soja - área total de cerca de 451.350 m², com um píer exclusivo, com profundidade de - 15,50 m para atracação dos navios de até 125.000 dwt, com até 16,5 m de calado e capacidade de operação total de 10.684.000 t/ano; - Instalações para Contêineres - área total de cerca 385.910 m², a instalação contará com um píer com dois berços de atracação de navios de até 123.000 dwt, com profundidade de - 18 m, para atracação dos navios com até 14 m de calado e capacidade de operação total de 240.000 TEU's/ano; - Instalações para Importação de Fertilizantes - área à instalação de Fertilizantes de cerca de 130.725 m², para a operação de descarga de fertilizantes está previsto um píer com profundidade de - 15,50 m, para atracação dos navios de até 125.000 dwt, com até 16,5 m de calado e capacidade de operação de 3.696.000 t/ano; - Instalações para Exportação de Celulose - área à instalação de celulose de cerca de 262.452 m², a operação para celulose terá um píer com dois berços para atracação de navios de até 40.000 dwt, profundidade de - 15 m, para atracação dos navios com até 13,5 m de calado e capacidade de operação de 2,40 Mtpa; - Instalações para Granéis Líquidos - área de cerca de 202.000 m², com um píer com dois berços para atracação de navios de até 65.000 dwt, profundidade de - 15 m, para atracação dos navios com até 13,5 m de calado e capacidade de operação de 3,24 Mtpa para exportação e 4,68 Mtpa para importação.
Localização	Estado do Maranhão
Estimativa de Investimento	R$ 780.290.000,00
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 65.737.355,00

DEPARTAMENTO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA

CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO Nº 169, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Concede e dá publicidade ao cancelamento de prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e seus respectivos projetos.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VIII e IX do art. 2º e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 8º-A da Portaria GM nº 253, de 3 de dezembro de 2009, e as deliberações da 40ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Conceder prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e respectivos projetos, pelo prazo de 450 dias:

Conversão

I. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA (CNPJ nº 07.864.634/0001-31): conversão de 2 (duas) embarcações do tipo PSV para o tipo SDSV, denominadas Santos Scout e Santos Solution, com valor total de R$ 23.265.723,54 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos), que correspondem a US$ 6.284.806,06 (seis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e seis dólares norte-americanos e seis centavos), com data-base de 30/10/2018, processo nº 50000.047980/2018-10.

Estaleiro

II. ESTALEIRO NAVSHIP LTDA (CNPJ nº 07.171.021/0001-19): suplementação de recursos para a construção de Dique Flutuante, casco NAV 1608, originalmente priorizada conforme o inciso V do art. 1º da Resolução CDFMM nº 138, de 23 de dezembro de 2014, com valor total de R$ 5.837.040,55 (cinco milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), que correspondem a US$ 1.566.570,20 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta dólares norte-americanos e vinte centavos), com data-base de 14/01/2019, processo nº 50000.003209/2019-11.

III. OXNAVAL MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA (CNPJ nº 14.795.444/0001-75): construção de Estaleiro de manutenção e construção de embarcações, em Pelotas/RS, com valor total de R$ 56.750.734,67 (cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e sete centavos), que correspondem a US$ 15.262.138,20 (quinze milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e oito dólares norte-americanos e vinte centavos), com data-base de 08/02/2019, processo nº 50000.003891/2019-42.

Exportação

IV. VARD PROMAR S.A. (CNPJ nº 11.084.194/0001-77): produção de 1 (uma) embarcação do tipo Plataforma Flutuante para transbordo de pessoas e cargas, com valor total de R$ 16.384.869,15 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quinze centavos), que correspondem a US$ 4.188.254,17 (quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro dólares norte-americanos e dezessete centavos), com data-base de 17/12/2018, processo nº 50000.002988/2019-38.

Reparo

V. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA (CNPJ nº 07.864.634/0001-31): reparo de 4 (quatro) embarcações, denominadas Bram Breeze, Bram Atlas, Santos Supplier e Santos Supporter, com valor total de R$ 14.170.116,21 (quatorze milhões, cento e setenta mil, cento e dezesseis reais e vinte e um centavos), que

correspondem a US$ 3.803.037,09 (três milhões, oitocentos e três mil, trinta e sete dólares norte-americanos e nove centavos), com data-base de 14/01/2019, processo nº 50000.002597/2019-13.

Art. 2º Dar publicidade ao cancelamento, por decurso de prazo, das prioridades de apoio financeiro do FMM, concedidas por meio da Resolução CDFMM nº 165, de 10 de julho de 2018, para os postulantes e respectivos projetos:

I. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA (CNPJ nº 07.864.634/0001-31): construção de 3 (três) embarcações do tipo PSV-4.500, cascos NAV-145, NAV-146, NAV-147 (art. 2º, inciso I), processo nº 50000.116366/2016-43;

II. PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO (CNPJ nº 02.709.449/0001-59): suplementação de recursos para a construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio Petroleiro Suezmax, casco EAS-008, denominado Machado de Assis (art. 2º, inciso II), processo nº 50000.004943/2017-36;

III. MARLIN NAVEGAÇÃO S/A (CNPJ nº 20.854.869/0001-00): conversão da embarcação denominada Skandi Flamengo, do tipo PSV para o tipo OSRV (art. 2º, inciso IV), processo nº 50000.119141/2016-49;

IV. BRASIL BASIN DRYDOCK COMPANY INVESTIMENTOS EM ESTALEIRO LTDA (CNPJ nº 25.425.193/0001-53): construção de Estaleiro de Reparos para embarcações de médio e grande porte, localizado no Município de Lucena - PB (art. 2º, inciso V), processo nº 50000.119136/2016-36;

V. MARLIN NAVEGAÇÃO S/A (CNPJ nº 20.854.869/0001-00): reparo de 3 (três) embarcações, denominadas Skandi Copacabana, Skandi Flamengo e Skandi Leblon (art. 2º, inciso VIII), processo nº 50000.119140/2016-02.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE

RETIFICAÇÕES

Na Retificação da Portaria nº 4.101, de 12 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 247, de 26 de dezembro de 2018, Seção 1, página 71 a 72, que trata do programa de trabalho proposto pelo Distrito Federal:

Onde se lê:

Unidade da Federação: DISTRITO FEDERAL
Processo n° 50000.037725/2018-60

Leia - se:

Unidade da Federação: DISTRITO FEDERAL
Processo n° 50000.037725/2018-69

Onde se lê:
C - Programa de Pavimentação

Rodovia	Trecho	Custo (R$ 1,00)
01. DF-001	Entroncamento DF-430 ao Entroncamento	15.000.000,00
		15.000.000,00

Leia - se:
C - Programa de Pavimentação

Rodovia	Trecho	Custo(R$ 1,00)
01. DF-001	Entroncamento DF-430 ao Entroncamento DF-170	15.500.000,00
Total do programa C		15.500.000,00

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.003, DE 27 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.003924/2019-15, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FRANCIDALVO GOMES - ME, inscrita no CNPJ nº 32.054.530/0001-09, localizada na Rua Abelardo Meira, nº 360, bairro Penedo, Caicó - RN, CEP: 59.300-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 1.005, DE 27 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.011768/2019-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACAR PARANÁ COMÉRCIO DE PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.982.706/0001-12, localizada na Rua General Potiguara, nº 89, Loja 02, Térreo, Bloco Brunatto Centro Comercial, bairro Cidade Industrial, Curitiba - PR, CEP: 81.050-500, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 1.008, DE 27 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.013064/2019-67, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ALEXIA S. DOS SANTOS PLACAS AUTOMOTIVAS - ME, inscrita no CNPJ nº 32.918.210/0001-50, localizada na Avenida Aliomar Baleeiro, nº 3, CCMM 503, Sala 108, bairro São Cristóvão, Salvador - BA, CEP: 41.500-660, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 1.010, DE 27 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 50000.013317/2019-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa BRUNA FRANTZ MAHLER - ME, inscrita no CNPJ nº 32.699.114/0001-68, localizada na Avenida JK, nº 3563, Sala 17, bairro Jardim Imperial, Luís Eduardo Magalhães - BA, CEP: 47.850-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 1.013, DE 27 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.008142/2019-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa ALEX OLIVEIRA DOS SANTOS - ME, inscrita no CNPJ nº 11.167.663/0001-11, localizada na Rua Herculano Vieira Torres, nº 338-B, bairro Caetitu, Itaberaba - BA, CEP: 46.880-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

PORTARIA Nº 1.121, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Homologa, pelo período de 4 (quatro) anos, o sistema informatizado (software) denominado "Talonário Eletrônico", desenvolvido pelo DETRAN/CE.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando as disposições das Portarias DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017 e nº 124, de 19 de junho de 2017;

Considerando o que consta do processo nº 50000.016472/2019-71. resolve:

Art. 1º Homologar, pelo período de 4 (quatro) anos, a contar da data de publicação desta Portaria, o sistema informatizado (software) denominado "Talonário Eletrônico", desenvolvido pelo DETRAN/CE.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a sua homologação, sendo exigida nova homologação.

Art. 3º A entidade responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deverá comunicar ao DENATRAN o fornecimento/comercialização do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 958, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.510483/2016-66, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar IS nº 43-012, Revisão B (IS nº 43-012B), intitulada "Manutenção preventiva por pilotos".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 993, DE 1º DE MAIO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.033115/2018-63, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Juvenal Loureiro Cardoso;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0018;

III - município (UF): Pato Branco (PR); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 13' 02"S / 052° 41' 40"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria nº 009/SOP, de 14 de janeiro de 1980, publicada no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1980, e a Portaria nº 528/SOP, de 24 de outubro de 1995, publicada no Diário Oficial de 9 de novembro de 1995.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 994, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgadas pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo no 00058.515443/2017-91, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional Provisório de Aeroporto no 036-P/SBPO/2019 à Prefeitura Municipal de Pato Branco/PR, operador do Aeródromo Municipal Juvenal Loureiro Cardoso, em Pato Branco/PR (SBPO).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 2C;

b) O aeroporto pode ser utilizado regularmente por quaisquer aeronaves compatíveis com o código de referência 2C ou inferior;

c) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 07: VFR / IFR NP - diurna/noturna;

Cabeceira 25: VFR / IFR NP - diurna/noturna.

d) Nível de Proteção Contraincêndio Existente - NPCE: não habilitado ou inexistente;

e) Autorizações de Operações Especiais:

Operação da aeronave ATR-72, sob as restrições apresentadas no inciso IV deste artigo;.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves:

Não aplicável.

III - Restrição aos serviços aéreos:

Não aplicável.

IV - Restrições operacionais:

Permitida a operação da aeronave ATR-72 apenas em Condições Meteorológicas de Voo Visual (VMC).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 917, DE 26 DE MARÇO DE 2019

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.005113/2019-65, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Pousada das Águias;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0094;

III - município (UF): Presidente Castelo Branco (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 17' 26" S / 052° 07' 45" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 11 de março de 2021

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 456/SIA, de 10 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2011, Seção 1, Página 8.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

PORTARIA Nº 954, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00066.005838/2019-43, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Nossa Senhora da Conceição;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0142;

III - município (UF): São Manuel (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 45' 31" S / 048° 32' 33" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 15 de fevereiro de 2022

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 305/SIA, de 14 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2012, Seção 1, Página 9.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 963, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 12 e 13 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e no item 2.8.1 a 2.8.3 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Credenciar, por prazo indeterminado, o examinador Felipe Gonçalves Volcov, CANAC 106602, para realização de exames de proficiência técnica previstos no RBAC 61, de acordo com os critérios da IS nº 00-002, conforme estabelecido abaixo:

Área	Aeródromos abrangidos	Prerrogativas e limitações
São Paulo	SBSP, SBGR, SBMT, SBBP, SBJD, SDCO	Realizar exames de proficiência para a concessão, convalidação e revalidação das seguintes licenças e habilitações: PPH, PCH, PLAH, HMLT e IFRH, em helicópteros de classe multimotor

Art. 2º A ANAC designará previamente, por intermédio de comunicação eletrônica, os exames de proficiência técnica que deverão ser aplicados pelo examinador credenciado.

Parágrafo único. O examinador credenciado está limitado à aplicação dos exames de proficiência técnica previamente determinados, conforme estabelecido no Art. 2º desta portaria.

Art. 3º O examinador fará jus a remuneração prevista na Portaria nº 3.796/SPO, de 16 de novembro de 2017.

Art. 4º O examinador poderá ser descredenciado ou ter seu credenciamento suspenso, a qualquer tempo, nos termos do previsto nos arts. 26, 29, 31, 32, 33 e 34 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 947, DE 28 DE MARÇO DE 2019

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.014721/2019-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves Leves - ABUL a realizar a décima primeira turma do Curso Básico de Perícia Médica, modalidade à distância.

Parágrafo Único: A realização de turmas subsequentes será autorizada mediante avaliação da Gerência Técnica de Fatores Humanos quanto à adequação do curso às normas e regulamentos vigentes na ANAC, bem como ao cumprimento dos procedimentos descritos nos autos do respectivo processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.038, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão C, aprovado pela Portaria nº º 2710, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119), no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.513882/2017-71, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2000-08-0CBC-03-02, Revisão 02, emitido em 3 de abril de 2019, em favor da sociedade empresária AERÓLEO TÁXI AÉREO S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.823, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003001/2017-56 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa HENVIL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.892.117/0001-51, denominada "Henvil - Terminal Hidroviário de Belém (Icoaraci)", situada na Rua Siqueira Mendes, nº 1.096, Distrito de Icoaraci - Belém/PA, localizada em área integrante da poligonal do porto organizado de Belém, nos termos do que dispõe o § 1º do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, ressaltando que caberá à interessada a obtenção das autorizações e licenças afetas às competências da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros e do Órgão de Meio Ambiente.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, que promova o assentamento do presente registro junto ao processo de outorga da EBN, conforme estabelecido no § 2º do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, cabendo à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, providenciar a elaboração de cronograma destinado à promoção de melhorias das condições da instalação portuária em tela, nos termos preconizados no art. 4º do citado diploma normativo.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.824, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009018/2017-17 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa DETROIT BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.988.669/0001-94, denominada "Estaleiro", localizada na Rua César Augusto Dalçóquio, nº 4.500, Salseiros - Itajaí/SC, nos termos do que dispõe o inciso II do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, ressaltando que caberá à interessada a obtenção das autorizações e licenças afetas às competências da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros e do Órgão de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.827, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009899/2017-76 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa RAIMUNDO CUNHA COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.918.520/0001-39, denominada "Super Posto São Benedito", localizada na Av. Bernardo Sayão, nº 4.038, Condor - Belém/PA, nos termos do que dispõe o inciso V do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, ressaltando que caberá à interessada a obtenção das autorizações e licenças afetas às competências da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros e do Órgão de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.828, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020913/2018-73 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa R DE JESUS COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.838.057/0001-25, localizada na Rodovia PA-404, Ramal dos Madeireiros, Lado A, Murinim - Benevides/PA, nos termos do que dispõe o inciso V do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, ressaltando que caberá à interessada a obtenção das autorizações e licenças afetas às competências da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros e do Órgão de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.829, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018801/2018-52 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa D MELO DE SOUZA HELITEC CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE EMBARCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.106.604/0001-01, denominada "Estaleiro Helitec", situada na Rua Nelson Rodrigues, nº 100, Compensa - Manaus/AM, nos termos do que dispõe o inciso II do art. 2º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, ressaltando que caberá à interessada a obtenção das autorizações e licenças afetas às competências da Marinha do Brasil, do Corpo de Bombeiros e do Órgão de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.830, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001361/2019-85 e tendo em vista o deliberado em sua 458ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar a desincorporação física e contábil dos bens pertencentes à União sob guarda e gestão da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, elencados no Termo de Vistoria nº 01/2019, consoante o disposto na Resolução nº 443-ANTAQ.

Art. 2º Determinar à CODESP que observe, na hipótese de alienação, o disposto no art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos artigos 14 e 17 da Resolução nº 443-ANTAQ, de 2005.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.840, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003951/2017-81 e tendo em vista o que foi deliberado por ocasião de sua 456ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o art. 2º da Resolução nº 6.738-ANTAQ, uma vez que a instalação de apoio ao transporte aquaviário denominada "Porto Amazongás" não efetuará movimentação de passageiros, não se sujeitando, portanto, às condições previstas no art. 4º do anexo da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

ACÓRDÃO Nº 18, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo: 50300.002175/2018-82
Parte: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS (04.903.587/0001-08)
Ementa:
Trata o presente Acórdão do exame de proposta de procedência da Superintendência de Regulação - SRG, dessa Agência, no sentido de sistematizar a análise de abusividade de preços praticados por terminais portuários levando em consideração, inclusive, a avaliação de possíveis infrações à ordem econômica, associado ao cumprimento de determinação por parte do Tribunal de Contas da União - TCU, nos termos do Acórdão nº 2310/2018-TCU-Plenário.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 456ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada realizada em 13/02/2019, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, votou como segue:

"Pela aprovação da proposta de metodologia acostada aos presentes autos, com as ressalvas e supressões acima referidas, de análise de denúncias sobre abusividade de preços e tarifas praticados por terminais e operadores portuários na movimentação de contêineres, com vistas a harmonizar objetivos de usuários e prestadores de serviço, preservado o interesse público, nos termos do artigo 20 da Lei 10.233, de 2001, nos termos do contido no Acórdão nº 2310/2018-Plenário, com vistas a sua submissão em audiência pública."

O Diretor Francisval Mendes divergiu verbalmente do voto proferido pelo Relator, pugnando pela submissão de terminais autorizados (e não somente terminais arrendados) à metodologia em análise, no que foi acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67 da Lei nº 10.233, de 2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto proferido pelo Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, com a inclusão, proposta pelo Diretor Francisval Mendes e acompanhada pelo Diretor Mário Povia, de submissão de terminais autorizados à metodologia em análise, aspecto no qual ficou vencido o voto proferido pelo Diretor Relator.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Francisval Mendes, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Moysés, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FRANCISVAL MENDES
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 15, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 50300.003363/2017-47. Fiscalizada: CABOTO COMERCIAL MARÍTIMA LTDA, CNPJ nº 13.856.075/0001-10. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 101.860,00 (cento e um mil, oitocentos e sessenta reais) pela prática das infrações previstas nos incisos II, V e XXI do art. 32 e incisos VIII e IX do art. 34, todos da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 16, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 50300.007934/2016-31. Fiscalizada: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, dada sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 96.250,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta reais) pelo cometimento das infrações tipificadas no inciso IV do art. 32 da Resolução n° 2.922/2013-ANTAQ e no inciso III do art. 25 da Resolução n° 2.919/2013-ANTAQ, ambas vigentes à época.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

DESPACHO Nº 17, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 50300.007952/2016-13. Fiscalizada: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A., CNPJ nº 04.616.210/0001-60. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, dada sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 43.750,00 (quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais) pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos II e IV do art. 32 da Resolução n° 2.922/2013-ANTAQ, vigente à época.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

UNIDADE REGIONAL DE VITÓRIA-ES

DESPACHO DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 50300.006997/2018-32. Fiscalizada: HIPER EXPORT TERMINAIS RETROPORTUÁRIOS LTDA., CNPJ nº 31.807.464/0001-38. Objeto e Fundamento Legal: Tornar sem efeito a publicação do Despacho de Julgamento nº 3/2019/UREVT/SFC, publicado no DOU de 18/03/2019, Seção 1, pág. 176, tendo em vista que este foi rerratificado pelo Despacho de Julgamento nº 6/2019/UREVT/SFC, que concedeu novo prazo recursal à empresa autuada.

RAPHAEL CRUZEIRO CARPES
Chefe

DESPACHO Nº 4, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019

Processo nº 50300.016864/2018-74. Fiscalizada: MARTINS NAVEGAÇÃO, SERVIÇOS MARÍTIMOS E MERGULHO LTDA - ME, CNPJ nº 11.444.245/0001-24. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência pela prática da infração prevista no inciso II do art. 26 da Resolução Normativa nº 18/2017-ANTAQ.

RAPHAEL CRUZEIRO CARPES
Chefe

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO Nº 34, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.003221/2017-80. Fiscalizada: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 51.536,32 (cinquenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), pelo cometimento das infrações previstas no inciso I do art. 21 da Resolução nº 2.510/2012-ANTAQ e no inciso II do art. 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ, vigentes à época.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 359, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 074, de 21 de março 2019, e no que consta do Processo nº 50501.355248/2018-70, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido para a implantação da linha Florianópolis (SC) - São Leopoldo (RS) da empresa Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ n° 82.647.884/0001-35.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 360, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 077, de 25 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50520.014892/2017-81, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela CONCEPA - Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A, para conceder-lhe efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos nele trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar penalidade de multa no patamar de 450 (quatrocentas e cinquenta) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, por violação ao artigo 7º, inciso VII da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF que promova a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão PG-016/97-00.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, § 3º da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão PG-016/97-00.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 361, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 080, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.060732/2011-57, delibera:

Art. 1º Aplicar a Pena de declaração de Inidoneidade à empresa Irmãos Nascimento Turismo ltda., CNPJ: 02.909.758/0001-72 pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação desta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 362, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 079, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.302730/2019-06, delibera:

Art. 1º Autorizar a empresa Bueno Viagens EIRELI-ME e outras relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BUENO VIAGENS EIRELI-ME	00.1885	05.493.209/0001-58
EXPRESSO GARDÊNCIA	00.1886	49.914.641/0001-40
ALEKA TURISMO LTDA	00.1887	31.327.342/0001-44
ALLEGRATUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	00.1888	19.627.377/0001-01
AMÉRICA TRAVEL LOCADORA EXECUTIVA EIRELI	00.1889	05.240.885/0001-10
AMP TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.1890	09.331.895/0001-11
ATHENAS TRANSPORTES LTDA	00.1891	26.079.629/0001-62
AZUL TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	00.1892	18.295.605/0001-12
BONEDELLA BONES PROMOCIONAIS EIRELI	00.1893	04.893.307/0001-10
C & K TOUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA	00.1894	23.097.150/0001-60

DELIBERAÇÃO Nº 363, DE 2 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 380, de 27 de dezembro de 2018, e no que consta do Processo nº 50501.305963/2018-61, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Transbraz Ltda - EPP, CNPJ nº 03.465.707/0001-03, autorizando a implantação da linha Campina Grande (PB) - São José do Egito (PE), com os mercados a seguir como seções:

I - De: Congo (PB), Ouro Velho (PB), Prata (PB) e Sumé (PB), para: Santa Cruz do Capibaribe (PE), Jataúba (PB), São José do Egito (PE) e Tuparetama (PE).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 110 da empresa Transbraz Ltda - EPP, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 364, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 111, de 19 de março de 2019, no que consta do Processo nº 50500.280289/2014-81;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos dos Processos nºs 50500.280289/2014-81; 50535.005369/2014-52; 50500.280276/2014-11; 50500.280286/2014-48; 50500.280288/2014-37 e 50535.005440/2014-05, delibera:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Revisão, apresentado pela empresa Viabahia Concessionária de Rodovias S/A, indeferir o efeito suspensivo, e, no mérito, julgá-lo improcedente, mantendo-se a penalidade aplicada e a autorização para a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF executar a caução prevista no Contrato de Concessão Edital nº 001/2008, caso persista a inadimplência.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 365, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 117, de 22 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.331934/2018-55, delibera:

Art. 1º Conhecer o pedido de impugnação apresentado pela empresa Rota Transportes Rodoviários Ltda., CNPJ nº 14.492.342/0001-80, e no mérito negar provimento, mantendo os termos da Deliberação nº 65, de 2019 que autorizou à empresa Kandango Transportes e Turismo Ltda a implantação da linha Recife/PE - Salvador/BA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 366, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 123, de 26 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.014211/2019-85, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da Empresa Princesa do Norte S/A, CNPJ nº 81.159.857/0001- 50, prefixo nº 09-0103-00, para a implantação das seções abaixo listadas na linha Curitiba (PR) - Araçatuba (SP):

I - De: Araçatuba (SP) e Lins (SP), para: Joaquim Távora (PR), Quatiguá (PR), Siqueira Campos (PR), Wenceslau Braz (PR), Arapoti (PR), Piraí do Sul (PR) e Castro (PR).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 367, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 118, de 22 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.017149/2019-83, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da Empresa Princesa do Norte S/A, CNPJ nº 81.159.857/0001-50, prefixo nº 06-0180-00, para a implantação das seções abaixo listadas na linha Uberlândia (MG) - Florianópolis (SC):

I - São Paulo (SP) - Curitiba (PR);

II - São Paulo (SP) - Joinville (PR);

III - São Paulo (SP) - Balneário Camboriú (SC);

IV - São Paulo (SP) - Itapema (SC);

V - São Paulo (SP) - Florianópolis (SC);

VI - São Paulo (SP) - Uberaba (MG), e

VII - São Paulo (SP) - Uberlândia (MG).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 368, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 114, de 20 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.025213/2019-08, delibera:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Deliberação no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em Resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Deliberação implicará na aplicação das sanções previstas em Resolução específica.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
A & M TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	00.1845	02.065.283/0001-85
AR TURISMO JP LTDA.	00.1846	31.864.377/0001-12
ARLINDO CUSTÓDIO VIANA E CIA LTDA.	00.1847	04.671.511/0001-96
AVANTS TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	00.1848	14.056.946/0001-84
BAHIA TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA.	00.1849	03.180.963/0001-02
BRUNU'S RENTA CAR LTDA.	00.1850	01.313.39110001-6l
CARMEM E. DE BORBA TRANSPORTES EIRELI	00.1851	17.310.666/0001-49
CLEMENTE PEREIRA TEIXEIRA EIRELI	00.1852	32.325.242/0001-41
COOPTTEGO - COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLA TURISMOS FRETAMENTOS E LOCAÇÃO DE GOIÁS	00.1853	31.835.491/0001-14
CORREIA & SÁ VIAGENS E TURISMO LTDA.	00.1854	31.384.862/0001-99
D N SIQUEIRA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.	00.1855	15.689.479/0001-92
EDSON SOUCHIE EIRELI	00.1856	19.480.825/0001-89
ESTT BRASIL EMPRESA DE SERVIÇOS E TRANSPORTES TERRESTRES LTDA	00.1857	03.107.256/0002-71
F&C TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA.	00.1858	29.735.144/0001-78
FELIPPETUR TRANSPORTES LTDA.	00.1859	71.294.904/0001-15
G 2 RIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA. - ME	00.1860	17.870.834/0001-50
IMPACTUR AGÊNCIA DE VIAGENS EIRELI	00.1861	11.197.377/0001-07
ISMAEL TRANSPORTES EIRELI	00.1862	32.240.885/0001-92
JARD TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	00.1863	08.602.869/0001-18
JONAS & JULIETA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	00.1864	22.430.337/0001-71
JR SERVICE CAR AGÊNCIA DE TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI	00.1865	31.094.601/0001-34
LOCALYNE TRANSPORTE TURISMO LTDA.	00.1866	03.551.401/0001-28
LOIAN'TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.	00.1867	04.818.165/0001-26
MARCOS ADEMIR ARAUJO - EIRELI	00.1868	19.950.629/0001-20
MARCOS ROBERTO LEITE TRANSPORTES LTDA. - ME	00.1869	09.507.772/0001-99
NISE TURISMO EIRELI	00.1870	32.555.293/0001-60
NISVAN DA SILVA BACELAR EIRELI	00.1871	32.291.306/0001-30
OSCAR CHIEZA JUNIOR EIRELI	00.1872	48.806.707/0001-16
PAULINHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	00.1873	24.635.451/0001-63
PEDRA BRANCA TURISMO E TRANSPORTE LTDA.	00.1874	09.556.746/0001-50
PLENITUDE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	00.1875	15.575.922/0001-02
ROBSON E ORLANDO TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA.	00.1876	30.735.162/0001-39
SANTIAGO SERVIÇOS DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	00.1877	16.797.867/0001-50
SJR TRANSPORTES LTDA.	00.1878	11235932/0001.30
TRANSBUSS AGÊNCIA DE VIAGENS EIRELI	00.1879	19.571.430/0001-91
TRANSPORTADORA PÁSSARO AZUL LTDA.	00.1880	86.571.270/0001-78
TRANSPORTES VÁRZEA GRANDE LTDA.	00.1881	07.600.413/0001-56
ZM TRANSPORTES E BEBIDAS LTDA.	00.1882	02.273.111/0001-05
ZUMIR & SOUZA TRANSPORTES LTDA.	00.1883	18.581.367/0001-01

DELIBERAÇÃO Nº 369, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 112, de 20 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.007148/2019-21, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Planalto Transportes Ltda para a supressão da linha Curitiba/PR - Campinas/SP, prefixo nº 09-0381-00.

Art. 3º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa Planalto Transportes Ltda, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 370, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 115, de 21 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.003749/2019-64, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa Rotas de Viação do Triângulo Ltda para a implantação do mercado Uberlândia/MG - Campinas/SP, como seção na linha Uberlândia/MG - Santos/SP, prefixo nº 06-0200-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 040 da empresa Rotas de Viação do Triângulo Ltda., conforme modificação operacional deferida.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 371, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 113, de 21 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.004622/2019-62, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda, CNPJ nº 86.431.749/0001-09, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação apresentado pela empresa Reunidas Turismo S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, em razão da perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 372, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 120, de 28 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.352699/2018-55, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar mercados pleiteado pela empresa Viação União Santa Cruz ltda, CNPJ nº 95.424.735/0001-59, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017, bem como no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer do pedido de impugnação apresentado pelas Empresas Princesa do Norte S/A., CNPJ nº 81.159.857/0001-50, protocolo nº 50500.010969/2019-44, e Auto Viação Catarinense Ltda., CNPJ nº 30.069.314/0001-01 , protocolo nº 50505.016136/2019-47, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 373, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 121, de 25 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.004232/2019-92, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Expresso de Prata Ltda., CNPJ nº 45.007.937/0001-27, Viação União Santa Cruz Ltda., CNPJ nº 95.592.077/0001-04 e Auto Viação Catarinense Ltda., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, em razão da perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 374, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 124, de 26 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.004223/2019-00, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar mercados pleiteado pela empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017, bem como no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer do pedido de impugnação apresentado pela empresa Viação Cometa S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, protocolo nº 50505.023720/2019-59, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 375, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 125, de 26 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.001785/2019-93, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar mercados pleiteados pela empresa Viação União Santa Cruz Ltda, CNPJ nº 95.424.735/0001-59, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017, bem como no artigo 4º da Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Unesul de Transportes Ltda e Auto Viação Catarinense Ltda, mediante os protocolos nºs 50500.017421/2019-25 e 50505.023630/2019-68, respectivamente, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 376, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 106, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50510.037952/2014-19, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Autopista Fernão Dias S/A, para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 272,25 (duzentos e setenta e dois inteiros e vinte e cinco centésimos) URT, por violação ao art. 7, inciso I, da Resolução nº 4071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 002/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §30, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 002/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 377, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 111, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.311189/2018-28, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Auto Viação Catarinense Ltda, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 para a implantação da linha Balneário Camboriú (SC) - Santa Maria (RS).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 378, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 114, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.011472/2019-43, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de implantação das seções abaixo listadas na linha Uberlândia (MG) - Florianópolis (SC), prefixo nº 06-0180-00, da Empresa Princesa do Norte S/A, CNPJ Nº 81.159.857/0001-50:

I - De: São Paulo (SP), para: Curitiba (PR); Joinville (PR); Balneário Camboriú (SC); Itapema (SC); Florianópolis (SC); Uberaba (MG) e Uberlândia (MG).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 379, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 108, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.014215/2019-63, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da Empresa Princesa do Norte S/A de inclusão dos mercados abaixo como seções na linha Santo Antônio de Platina (PR) - São Paulo (SP) , prefixo nº 09-0900-00:

I - De: Santo Antônio de Platina (PR) e Jacarezinho (PR); para: Sorocaba (SP).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 380, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 103, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.004235/2019-26, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, nos termos da Resolução nº 4.770, de 2015 e por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 2017.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação apresentado pela Auto Viação Catarinense Ltda., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, Viação Cometa S/A., CNPJ nº 61.084.018/0001-03, e Auto Viação 1001 Ltda., CNPJ nº 30.069.314/0001-01, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 381, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 104, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.353080/2018-68, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa Viação Esmeralda Transportes Ltda, para operar os mercados abaixo como seção da linha Campina da Lagoa (PR) - São Paulo (SP), via Assis/SP, prefixo nº 09-0170-00, nos termos da Resolução nº 4.770, de 2015 e por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 2017:

I - De: Ubiratã (PR), Mamborê (PR), Campo Mourão (PR), Maringá (PR), Apucarana (PR), Arapongas (PR), Rolândia (PR), Cambé (PR) e Londrina (PR); para: São Paulo (SP).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 382, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 113, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.004221/2019-11, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Planalto Transportes Ltda, CNPJ nº 95.592.077/0001-04, nos termos da Resolução nº 4.770, de 2015 e por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 383, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 115, de 27 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.359986/2018-96, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Rota do Mar Viagens Ltda, CNPJ nº 08.284.332/0001-57, por inobservância ao disposto no artigo 4° da Resolução nº 5.629, de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 384, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 107, de 2 de abril de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.025454/2019-49, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizatárias relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

Diretor-Geral

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ	Processo
AG TUR - TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	31.7137	10.511.532/0001-47	50500.025323/2019-61
AMO, AMO FILHO & MATOS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. - ME	41.9378	06.033.696/0001-39	50500.025324/2019-14
AUTO ÔNIBUS SABADINI LTDA. - ME	35.9243	11.089.974/0001-00	50500.025326/2019-03
BERGAMIN, FRANCA & CIA LTDA. - ME	24.9275	00.893.767/0001-97	50500.025328/2019-94
CEDRO LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA.	33.7315	11.243.817/0001-07	50500.025329/2019-39
COLINA TUR TRANSPORTES LTDA.	42.6365	07.592.349/0001-09	50500.025332/2019-52
EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA.	42.1202	82.563.891/0001-59	50500.025334/2019-41
ESATUR TURISMO LTDA.	42.0548	00.185.069/0001-37	50500.025362/2019-69
GMAI TRANSPORTES LTDA. - ME	42.8296	16.959.320/0001-03	50500.025365/2019-01
HELIODORA TURISMO EIRELI	31.0522	25.512.971/0001-41	50500.025367/2019-91
ISRAEL TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA.	41.3809	80.770.381/0001-27	50500.025386/2019-18
JOVANITUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	42.3656	03.311.208/0001-10	50500.025387/2019-62
LEVARE TRANSPORTES LTDA.	35.6388	09.399.877/0001-71	50500.025391/2019-21
M C TRANSPORTE & TURISMO EIRELI	29.4963	01.745.523/0001-20	50500.025392/2019-75
MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA LOCAÇÃO E TRANSPORTES - EIRELI - ME	41.3897	04.327.092/0001-70	50500.025394/2019-64
MRJ TURISMO TODA.	31.9278	23.717.521/0001-60	50500.025396/2019-53
NANDO'S TRANSPORTES LTDA. - ME	35.6389	04.938.407/0001-15	50500.025397/2019-06
NASCITUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	31.8339	18.448.744/0001-39	50500.025398/2019-42
NATURETOUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME	42.3014	01.675.520/0001-67	50500.025399/2019-97
NEUZA TURISMO LTDA	26.9389	11.465.110/0001-45	50500.025402/2019-72
OFÉLIA PETITO FOLLONE - EIRELI	35.9108	01.856.428/0001-01	50500.025406/2019-51
OPÇÃO JCA TURISMO E FRETAMENTO LTDA.	33.7440	00.091.382/0001-06	50500.025407/2019-03
OROTUR TURISMO EIRELI	41.8068	18.232.406/0001-65	50500.025413/2019-52
PERSONALLE TUR LTDA. - ME	41.9341	05.078.396/0001-03	50500.025415/2019-41
PORFIRIO RIBEIRO NETO EIRELI	23.9263	07.670.761/0001-08	50500.025417/2019-31
RCS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA.	41.9334	11.740.946/0001-00	50500.025418/2019-85
RECPAZ TRANSPORTES E TURISMO LTDA.	35.1519	00.026.572/0001-40	50500.025419/2019-20
SHIFT MOBILIDADE CORPORATIVA E AGÊNCIA LTDA.	35.8147	13.921.195/0001-54	50500.025421/2019-07
STAR TURISMO & TRANSPORTE LTDA	26.7234	05.917.434/0001-74	50500.025422/2019-43
STYLLUS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO EIRELI	28.8130	09.369.167/0001-07	50500.025423/2019-98
TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA.	41.4501	77.147.387/0001-38	50500.025425/2019-87
TRANSPORTES E SERVIÇOS ASTRO LTDA. - ME	26.0376	41.070.889/0001-60	50500.025427/2019-76
TURISMO PRESIDENTE LTDA.	42.5546	82.661.828/0001-55	50500.025429/2019-65
VIAÇÃO XAVANTE LTDA.	51.0856	03.143.492/0001-62	50500.025430/2019-90

DELIBERAÇÃO Nº 385, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 110, de 25 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.015644/2019-58, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da Viação Progresso e Turismo S/A, CNPJ nº 32.404.063/0001-08, para a supressão da linha Barra Mansa (RJ) - Carangola (MG), prefixo nº 07-0163-60 e implantação da linha Barra Mansa (RJ) - Carangola (MG), operada com veículo convencional.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 64 da Viação Progresso e Turismo s/a., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR

Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 49, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.019697/2019-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução do Projeto de Interesse Próprio-PIP para implantação do pátio de cruzamento (TMO-TIN), do km 123+870 m ao km 126+896 m, no município de Inocência/MS, na malha concedida à Rumo Malha Norte S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07

Palavra da Diretoria

O ano de 2018 envolveu a superação de grandes desafios. Apesar do período marcado por adversidades nos cenários macroeconômico e político, a movimentação de cargas cresceu, registrando novo recorde anual de 133,2 milhões de toneladas, ao superar em 2,5% o resultado de 2017.

Seguimos firmes no objetivo de nos mantermos como uma empresa eficiente no setor portuário e comprometida com o crescimento sustentável. Para isso, a área de Engenharia trabalhou no propósito de manter e ampliar a infraestrutura do Porto de Santos, com destaque para as obras no sistema viário entre o canal 4 e a Ponta da Praia e para as intervenções no sistema ferroviário interno. Vale mencionar os serviços de dragagem para manutenção das profundidades do canal de navegação e berços de atracação que, aliados a novas tecnologias, permitiram manter o calado operacional em 13,50 metros, viabilizando a vinda de navios de maior porte ao complexo portuário santista.

Tivemos realizações importantes também no que se refere às nossas operações logísticas, com destaque para a consolidação do Sistema Portolog, que assegurou o escoamento da safra 2017/2018, sem transtornos, por meio do agendamento da chegada de caminhões ao Porto.

Continuamos avançando na área de Tecnologia da Informação, instituindo o Comitê Gestor de TI, objetivando o direcionamento tático e estratégico tecnológico da empresa, bem como garantir a aplicação de boas práticas de governança nesse setor.

Investimos em tecnologia para tornar nossos procedimentos mais rápidos, seguros e eficientes. Encontram-se em andamento vários projetos na área de TI, destacando-se a reestruturação de uma rede administrativa de dados, com a instalação de novas fibras ópticas interligando edifícios administrativos da Companhia e a implantação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), conhecido como Docas Digital, que possibilita a eliminação do papel nos trâmites administrativos da Codesp.

Reforçamos nossas ações de governança o que nos permitiu alcançar, no 1º semestre, a certificação de Nível 1 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, pela participação no Índice de Gestão das Empresas Estatais. Essa atuação foi intensificada com a criação da Gerência de *Compliance* (Gecop) e com processos de gestão de riscos e de controles internos que aperfeiçoarão nossos procedimentos em relação a aspectos importantes para a governança da empresa. Destacam-se a elaboração de uma política de gerenciamento de riscos e a Carta de Serviços ao Cidadão, que informa a sociedade sobre o rol de serviços prestados, aprimorando a qualidade do atendimento.

Com relação à Operação Tritão, deflagrada pela Polícia Federal, a Diretoria que permaneceu à frente da empresa nos meses de novembro e dezembro, consciente de sua responsabilidade no curto período em que atuou, envidou esforços na implementação das boas práticas administrativas e na adequação de importantes contratações a serem realizadas pela empresa, seja mediante saneamento de processos, com as devidas apurações de responsabilidade, ou de atos administrativos que promovam os princípios da administração pública, sobretudo a eficiência.

Outro tema que avançamos envolve duas de nossas maiores prioridades: a sustentabilidade ambiental e a segurança das pessoas. Nosso compromisso com o crescimento sustentável foi expresso em iniciativas ambientais que tiveram como foco o cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Operação, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no processo de regularização ambiental do Porto de Santos. Visando maior segurança nas atividades portuárias, os integrantes do Plano de Ajuda Mútua (PAM), juntamente com o Corpo de Bombeiros, conheceram os acessos aos terminais, suas rotas de fuga e estrutura para combate a incêndios, visando aprimorar e agilizar o atendimento a emergências.

Dedicamos, também, atenção à capacitação de nossos profissionais e ao desenvolvimento de novas lideranças, elementos-chave na construção da empresa que queremos, totalizando 56 mil horas de treinamentos.

Com o desempenho do movimento de cargas em 2018 e a implementação das ações acima descritas poderíamos ter atingido um resultado financeiro superavitário em torno de R$ 50,0 milhões. Entretanto, apresentamos um déficit de R$ 468,4 milhões, devido, basicamente, à apropriação da provisão de créditos de liquidação duvidosa da ordem de R$ 793,5 milhões, relativos ao Grupo Libra, que gerou uma compensação de R$ 268,5 milhões com Imposto de Renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), como consequência do pedido de recuperação judicial daquela empresa, anunciado em julho.

Temos grandes desafios a enfrentar e para atingir nossos objetivos vamos concentrar nossa atenção em iniciativas que aperfeiçoem nossos colaboradores e manter o foco nas estratégias de aprimoramento de nossos processos e em ganhos de eficiência, visando crescimento futuro e a consolidação de uma cultura de alto desempenho. Para vencer esses desafios, temos a certeza de continuar contando com o costumeiro apoio dos nossos Órgãos Colegiados, nossos colaboradores, Governo Federal, clientes e a sociedade.

Obs.: A íntegra do Relatório de Administração, encontra-se disponível na homepage da Codesp no endereço:

http://www.portodesantos.com.br/acesso-a-informacao/institucional/relatorio-anual-e-demonstracoes-contabeis/Balanço

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
Circulante		345.422	199.210	*Circulante*		441.142	353.387
Caixa e equivalentes de caixa	5	206.441	108.959	Salários, provisão e encargos sociais	15	57.934	52.994
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.756	13.893	Fornecedores e prestadores de serviços		19.557	38.874
Contas a receber de clientes, líquidas	7	61.994	56.147	Impostos e contribuições	16	25.429	19.736
Estoques		531	574	Juros sobre capital próprio a pagar		-	1.500
Créditos tributários	8	49.530	3.893	Plano de pensão	18	2.543	13.339
Despesas antecipadas		-	51	Obras efetuadas por arrendatários	19	17.192	15.477
Outros créditos	23	14.170	15.693	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	285.329	170.400
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários		16.561	26.494
				Outras obrigações	24	16.597	14.573
Não Circulante		2.432.693	2.978.514	*Não Circulante*		1.387.299	1.405.495
Realizável a Longo Prazo		698.832	1.209.005	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários		300	13.061
Contas a receber de clientes, líquidas	7	46.125	832.873	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	103.998	161.634
Partes relacionadas	9	8.705	4.582	Receita diferida	21	337.686	360.808
Depósitos judiciais	11	131.695	89.079	Obras efetuadas por arrendatários	19	114.162	117.985
Bens destinados à alienação	10	342	246	Créditos da União para aumento de capital	20	791.715	719.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.1	489.141	270.616	Outras obrigações	24	39.438	32.393
Outros créditos	23	22.824	11.609				
				Patrimônio Líquido		949.674	1.418.842
Imobilizado	12	1.723.282	1.754.724	Capital social	22	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	10.579	14.785	Prejuízos acumulados		(464.426)	-
				Reservas de lucros		-	4.742
TOTAL DO ATIVO		2.778.115	3.177.724	*TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*		2.778.115	3.177.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	25	893.425	848.608
Custo dos produtos e dos serviços prestados	26	(440.059)	(517.957)
Lucro bruto		**453.366**	**330.651**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(1.104.009)**	**(255.755)**
Despesas administrativas e gerais	27	(236.258)	(378.059)
Outras receitas operacionais	29	366.568	136.678
Outras despesas operacionais	30	(1.234.319)	(14.374)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado Financeiro		**(650.643)**	**74.895**
Resultado financeiro		**(36.607)**	**(35.220)**
Receitas financeiras	28	27.185	27.626
Despesas financeiras	28	(63.792)	(62.846)
Lucro (prejuízo) operacional		**(687.250)**	**39.676**
Imposto de renda e Contribuição Social	31	**218.525**	**5.132**
Corrente		-	-
Diferido		218.525	5.132
Lucro antes da participação dos empregados		(468.725)	44.807
Participação dos empregados no lucro	32	-	(375)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(468.725)**	**44.432**
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(1,71)	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS - RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS - RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2016	**1.414.100**	**-**	**-**	**(38.190)**	**1.375.910**
Resultado do exercício	-	-	-	44.432	44.432
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	312	-	(312)	-
Reserva de retenção de lucros		-	4.430	(4.430)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	(1.500)	(1.500)
SALDOS EM 31/12/2017	**1.414.100**	**312**	**4.430**	**-**	**1.418.842**
Resgate de ações minoritários privados	-	-	(443)	-	(443)
Resultado do exercício	-	-	-	(468.725)	(468.725)
Compensação do Prejuízo	-	(312)	(3.987)	4.299	-
SALDOS EM 31/12/2018	**1.414.100**	**-**	**-**	**(464.426)**	**949.674**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	991.911	897.749
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(230.987)	(309.967)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(272.125)	(286.895)
Valores pagos de encargos sociais	(78.117)	(93.531)
Valores pagos de contigências	(113.017)	(118.218)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(112.439)	(75.071)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(40.775)	-
Valores pagos de juros	(5.360)	(4.992)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(26.152)	(14.805)
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**112.939**	**(5.730)**
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(43.352)	(95.925)
Aquisição de intangível	(303)	(5.998)
Alienação de imobilizado	2.296	2.370
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	**(41.359)**	**(99.553)**
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	27.402	78.281
Juros sobre capital próprio pagos	(1.500)	-
Disponibilidades liquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	**25.902**	**78.281**
Aumento (redução) nas disponibilidades	**97.482**	**(27.002)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	108.959	135.961
Saldo final de caixa e equivalentes	206.441	108.959
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	**97.482**	**(27.002)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 3 2017
(em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas)	1.370.830	1.020.027
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	649.507	644.966
Arrendamentos operacionais e aluguéis	377.022	382.447
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	354.487	(4.870)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(10.186)	(2.516)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.431.021)	(456.170)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(222.113)	(293.373)
Outros custos	(1.208.908)	(162.797)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	(60.191)	563.857
Depreciação e amortização	(44.399)	(43.884)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(104.590)	519.973
Valor adicionado recebido em transferência	27.186	27.626
Receitas financeiras	27.186	27.626
Valor adicionado a distribuir	**(77.404)**	**547.599**
Distribuição do valor adicionado	**(77.404)**	**547.599**
Pessoal	**362.772**	**276.366**
Remuneração direta	224.721	238.600
Benefícios	30.869	32.994
Benefícios pós-emprego	8.199	27.917
Participação no lucro	-	375
FGTS	17.530	18.145
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	59.161	(44.477)
Honorários da diretoria	2.292	2.812
Tributos	**(46.865)**	**152.019**
Federais	135.671	133.681
IRPJ e CSLL diferidos	(218.525)	(5.131)
Estaduais	7.991	6.903
Municipais	27.998	16.566
Remuneração de capitais de terceiros	**75.414**	**74.782**
Despesas financeiras	63.792	62.846
Aluguéis	11.622	11.936
Remuneração de capitais próprios	**(468.725)**	**44.432**
Juros sobre capital próprio propostos	-	1.500
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(468.725)	42.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

O valor adicionado a distribuir foi impactado pela contabilização da perda definitiva dos clientes decorrente de concessão de recuperação judicial para empresa arrendatária conforme Nota Explicativa nº 7.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em milhares de reais)

1 - Base de cálculo		**2018**			**2017**	
Receita líquida (RL)			893.425			848.608
Resultado operacional (RO)			(687.250)			39.675
Folha de pagamento bruta (FPB)			224.721			227.486
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.193	6,76%	1,70%	16.309	7,17%	1,92%
Encargos sociais compulsórios	77.439	34,46%	8,67%	84.121	36,98%	9,91%
Previdência privada	17.234	7,67%	1,93%	17.574	7,73%	2,07%
Saúde	15.460	6,88%	1,73%	14.027	6,17%	1,65%
Segurança e medicina no trabalho	109	0,05%	0,01%	177	0,08%	0,02%
Capacitação e desenvenvolvimento profissional	355	0,16%	0,04%	475	0,21%	0,06%
Creches ou auxílio – creche	114	0,05%	0,01%	108	0,05%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	849	0,38%	0,10%	1.021	0,45%	0,12%
Bolsa/estágio	1.830	0,81%	0,20%	1.812	0,80%	0,21%
Outros	2.932	1,30%	0,33%	1.750	0,77%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	131.515	58,52%	14,72%	137.374	60,39%	16,19%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	414	-0,06%	0,05%	150	0,38%	0,02%
Esporte	38	-0,01%	0,00%	38	0,10%	0,00%
Outros	255	-0,04%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	707	-0,10%	0,08%	188	0,47%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	131.353	-19,10%	14,70%	103.976	262,08%	12,25%
Total - Indicadores sociais externos	132.060	-19,22%	14,78%	104.164	262,54%	12,27%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	880	-0,13%	0,10%	842	2,12%	0,10%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	880	-0,13%	0,10%	842	2,12%	0,10%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a Empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre 51% a 75% ( ) cumpre 76% a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1351			1402		
Nº de admissões durante o período	18			19		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	828			974		
Nº de estagiários(as)	131			103		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	744			775		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	173			176		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,00%			5,45%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	340			323		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	17,45%			7,27%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	2			10		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		**2018**			**Metas 2019**	
Relação entre a maior e a menor remuneração		28,77			-	
Número total de acidentes de trabalho		11			-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de Responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 35	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 A 2017
Em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública, de capital autorizado, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.
Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), como o CPC 46 entre outros, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda
São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Empréstimos e recebíveis
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.
Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48 (verificar Nota Explicativa nº 7).

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 17.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido
Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 31.1.
Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.
A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:
CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, estão previstos para ocorrerem no menor período de tempo possível.
CPC33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras (verificar Nota Explicativa nº 18).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	10.945	7.297
Aplicações financeiras	195.496	101.662
Total	206.441	108.959

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	2018	2017	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	37.470	22.306	108,89% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	158.026	79.356	107,62% do CDI
Total	195.496	101.662	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para

aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2018.
Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.
Por vezes, a CODESP é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 31/12/2018 à empresa é credora do valor de R$ 35 (R$ 41 em 31/12/2017).

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2018	2017
Valores a receber de serviços prestados	138.269	1.280.735
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(30.150)	(391.715)
Total	108.119	889.020
Circulante	61.994	56.147
Não Circulante	46.125	832.873

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A em 31/12/2017, correspondia a 90,19% do valor do contas a receber e 92,30% do total de Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Os valores a receber decorreram do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ (vide Nota Explicativa nº 34). Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico, a empresa indicou apenas um crédito quirografário de R$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R$ 1.155.089 sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R$ 793.524. Em 2018, em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, o valor total da dívida e seguindo as condições legais contidas na Lei 9430/1996, Medida Provisória 656/2014 e RIR (Regulamento do Imposto de Renda), a CODESP, em conformidade com as normas contábeis especificamente do CPC 48 - Instrumentos Financeiros considerou o valor no Contas a Receber relativa aquela arrendatária como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e contabilizando como perda definitiva em razão de ser incobrável.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

12.1 – COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVOS

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2018
Mobiliário em Geral	1.842	202	-	(312)	(41)	1.691
Veículos	987	11	-	(123)	-	875
Máquinas Motores e Aparelhos	8.213	131	-	(1.295)	(18)	7.031
Equipamentos Diversos	2.064	12	(1)	(214)	(7)	1.854
Outros Bens Móveis	117	-	-	(10)	-	107
Equipamentos de Informática	7.018	549	-	(1.358)	(74)	6.135
Edifícios	31.720	-	-	(1.165)	-	30.555
Instalações	512.553	4.941	-	(10.615)	242.084	748.963
Obras em Andamento	303.231	13.367	(7.292)	-	(259.268)	50.038
Bens Móveis para Fins Industriais	6.091	-	-	(526)	(437)	5.128
Bens Imóveis para Fins Industriais	33.525	-	-	(3.238)	-	30.287
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	178.557	-	(2.593)	(10.529)	12.476	177.911
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	21.667	-	-	(1.003)	-	20.664
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	552.705	-	-	(9.799)	4.702	547.608
Total	1.754.724	19.213	(9.886)	(40.187)	(583)	1.723.282

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2017
Mobiliário em Geral	2.849	30	-	(1.276)	239	1.842
Veículos	1.140	24	-	(117)	(60)	987
Máquinas Motores e Aparelhos	9.469	370	-	(1.522)	(103)	8.214
Equipamentos Diversos	1.023	677	-	(199)	564	2.065
Outros Bens Móveis	288	(1)	-	(40)	(132)	115
Equipamentos de Informática	7.412	1.171	-	(1.797)	233	7.019
Edifícios	32.967	-	-	(1.178)	(70)	31.719
Instalações	520.992	267	-	(8.599)	(109)	512.551
Obras em Andamento	221.172	82.630	-	-	(570)	303.232
Bens Móveis para Fins Industriais	6.847	-	(58)	(615)	(83)	6.091
Bens Imóveis para Fins Industriais	36.816	1	-	(3.257)	(35)	33.525
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	189.309	-	(308)	(10.443)	-	178.558
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	22.672	-	-	(1.005)	-	21.667
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	562.343	-	-	(9.638)	-	552.705
Total	1.709.733	85.169	(366)	(39.686)	(126)	1.754.724

e RIR (Regulamento do Imposto de Renda), a CODESP, em conformidade com as normas contábeis especificamente do CPC 48 - Instrumentos Financeiros considerou o valor no Contas a Receber relativa aquela arrendatária como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito e contabilizando como perda definitiva em razão de ser incobrável.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2018	2017
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	49.233	3.626
Impostos retidos sobre faturamento	73	267
FGTS pago a maior	224	-
Total	49.530	3.893

O aumento no valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL em 2018 se deve a consideração do saldo em aberto da Libra como perda definitiva de crédito e, portanto, dedutível.

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério da Infraestrutura. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi constituída Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	2018	2017
Ministério da Infraestrutura (liquido)	49.234	38.071
Ministério da Fazenda	23	21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	37	7
Ministério do Trabalho e Emprego	110	104
(-) Perdas estimadas c/créditos de liquidação duvidosa	(40.699)	(33.621)
Total	8.705	4.582

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

Detalhe	2018	2017
Depósitos Recursais Cíveis	27.400	4.193
Depósitos Recursais Trabalhistas	97.240	82.327
Depósitos Recursais Tributários	2.961	2.559
Ações Regressivas Trabalhistas	4.094	-
Total	131.695	89.079

O aumento no valor dos depósitos recursais cíveis se deve a dois depósitos efetuados neste exercício: Depósito Recursal 7,4 milhões no Proc. 3494/2017 3ª VFS – Intermédica; Depósito Judicial de 15 milhões referente ao Portus – Contribuição Patronal. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de setença e sua recuperação pode ser considerada remota.

12.2 – POR TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA

Vida útil Estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2018
Até 5 anos (*)	204.788	(35.801)	168.987
6 - 10 anos	43.496	(27.838)	15.658
11 - 15 anos	100.032	(69.199)	30.833
16 - 20 anos	325.864	(121.147)	204.717
21 - 25 anos	22.327	(15.850)	6.477
26 - 30 anos	68.265	(50.036)	18.229
31 anos em diante	1.482.250	(203.869)	1.278.381
Total	2.247.022	(523.740)	1.723.282

13. INTANGÍVEL

O valor de R$ 10.579 (R$ R$ 14.785 em 2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-18 a 01-05-19.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2018	2017
Riscos operacionais	425.844	422.357
Automóveis	4.249	4.249
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	2018	2017
Salários a pagar	11.446	11.316
Provisão de férias	38.658	33.243
Encargos sociais	7.711	7.721
Participação no Resultado 2017	119	714
Total	57.934	52.994

A participação no resultado de 2017 refere-se à Remuneração Variável dos Administradores 2017.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	420	499
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	994	1.946
Retenção para seguridade social – INSS	579	932
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.906	8.476
Programa de integração social – PIS	1.326	1.182
Contribuição financiamento seguridade social–COFINS	6.230	5.542
Imposto sobre serviços – ISS	1.088	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.886	-
Total – Circulante	25.429	19.736

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação das Provisões	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	194.924	193.637	388.561
(+) Adições	20.475	65.142	85.617
(-) Reversão e baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	65.682	28.669	94.351
(-) Reversão e baixas	(6.894)	(30.164)	(37.058)
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.342	389.327
Circulante	185.654	99.675	285.329
Não Circulante	23.331	80.667	103.998

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo departamento jurídico.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados é desnecessária a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 31/12/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R$ 130.237 (R$ 281.730 em 2017) e para processos cíveis R$ 39.198 (R$ 39.940 em 2017).

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de beneficio definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R$ 1.276.789 (R$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. A redução do valor acima apontado, conforme explicação por escrito do Portus provém em quase sua totalidade, do efeito nos valores das provisões matemáticas avaliadas em 31/12/2018 considerando o ajuste no Plano de Custeio do PBP1, que passou a vigorar a partir de 01/04/2018, cujos repasses não ocorreram em função de liminares concedidas aos representantes dos participantes e a quitação da dívida de RTSA pela CODESP. As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R$ 16.674 (R$ 18.350 em 2017).

Por iniciativa dos representantes das Patrocinadoras, dos Participantes e Assistidos do Instituto de Seguridade, foi realizada avaliação atuarial de segunda opinião pela consultoria Rodarte Nogueira & Ferreira referente aos valores das Provisões Matemáticas calculadas pelo PORTUS em 31.12.2017. A divergência entre os valores foi de apenas 0,74% a menor do que o contabilizado e concluiu pela razoabilidade dos resultados apresentados na avaliação original. Considerando a necessidade das Patrocinadoras como dos Participantes e Assistidos de encontrar uma solução para o impasse e que viabilize a continuidade do plano com seu equacionamento, foi desenvolvida modelagem para alcançar a solvência e liquidez daquele Instituto. A proposta de forma geral apresentada pela Rodarte Nogueira & Ferreira engloba a participação das Patrocinadoras em razão de dívidas e da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA , bem como, do Governo Federal pela extinção da PORTOBRÁS sem o aporte de recursos devidos ao PBP1 para a cobertura dos benefícios dos participantes. A contribuição dos participantes e assistidos foi definida mediante a redução de 16% dos benefícios concedidos e a conceder. Esta proposta foi aceita pelas patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e foi encaminhada para o Ministério da Infraestrutura para que se obtenha um acordo geral com a União, juntamente com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e Advocacia Geral da União - AGU. Com estas bases principais servindo de amparo, estão em tratativas para a celebração de acordo entre as partes e que permeiam o pedido de intervenção do Ministério para que possa requisitar a instauração de procedimento de conciliação no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal — CCAF, a fim de obter ambiente favorável à negociação entre todas as partes.

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.
Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.
A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	24.750	72.087
Encargos financeiros – Decreto nº 2673/98	47.351	60.680
Saldo em 31 de dezembro	791.715	719.614

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

Arrendatário	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	24.750	72.087
Encargos financeiros – Decreto nº 2673/98	47.351	60.680
Saldo em 31 de dezembro	791.715	719.614

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R$ 25.556 (R$ 25.404 em 2017), conforme composição abaixo:

	PRES.69/97	DP-DC.02/09	DP-DC.01/10	DIPRE 45/16	TOTAL
Saldo 31/12/2016	30.183	157.523	192.113	3.807	383.626
Receita diferida no período	-	-	2.586	-	2.586
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.674)	(878)	(25.404)
Saldo em 31/12/2017	25.082	148.772	184.025	2.929	360.808
Receita diferida no período	-	-	2.434	-	2.434
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.826)	(878)	(25.556)
Saldo em 31/12/2018	19.981	140.021	175.633	2.051	337.686

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 era representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015. Em junho de 2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações dos acionistas minoritários privados. Portanto, a partir desta data a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP passou a ser uma empresa pública. O pagamento do resgate das ações foi feito com recursos provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, não ensejando redução do capital social, mas o cancelamento das respectivas ações. A CODESP tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

23. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Renegociação de faturas a receber	25.417	23.009
Férias a apropriar	2.895	1.548
Sinistros cobertos por apólice	282	288
Cobrança de Plano de Saúde	441	303
Recuperação de Plano de Pensão – Assistidos	-	1.847
Diversos	28	181
Multa – Prefeitura de Santos – Proc. 54014/2006	126	126
Créditos de empresas em recuperação judicial	7.805	-
Total	36.994	27.302
Circulante	14.170	15.693
Não Circulante	22.824	11.609

O valor referente a renegociação de faturas a receber é composto por faturas emitidas e não pagas, sobre as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados e, cujas faturas foram dadas baixa do Contas a Receber e transferidas para esta conta.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	3.402	2.230
Cauções	4.868	4.307
Empréstimos para funcionários	399	474
Pensões Judiciais	585	534
Contribuições Sociais e Sindicais	275	289
Diversos	592	263
Convênio 002/1990 - União	39.438	32.393
Total	56.035	46.966
Circulante	16.597	14.573
Não Circulante	39.438	32.393

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	477.769	429.361
- Utilização da infraestrutura terrestre	113.311	98.428
- Fornecimento de energia	43.726	37.822
- Outras receitas	11.381	12.181
Receitas de arrendamento	-	-
- arrendamentos e alugueis	377.022	382.447
Impostos incidentes sobre vendas	-	-
- Imposto sobre serviços – ISS	(27.270)	(16.018)
- Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(7.871)	(6.807)
- Programa de integração social – PIS	(16.882)	(15.841)
- Contribuição financiamento seguridade social–COFINS	(77.761)	(72.965)
Total	893.425	848.608

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	175.745	185.763
Encargos sociais	53.928	56.184
Serviços de terceiros	154.522	219.294
Depreciação	44.399	43.884
Aluguéis	1.701	1.959
Utilidades e serviços, materiais	9.764	10.873
Total	440.059	517.957

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2018	2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	108.043	113.749
Encargos sociais	22.811	24.132
Serviços de terceiros	27.036	31.744
Aluguéis	9.921	9.977
Utilidades e serviços e materiais	10.111	10.783
Demandas judiciais	49.565	177.424
Outras despesas	8.771	10.250
Total	236.258	378.059

28. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2018	2017
Juros e variação monetária	14.891	11.396
Rendimentos de aplicações financeiras	11.206	15.005
Outras	1.088	1.225
Subtotal	27.185	27.626
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(49.328)	-
Juros pagos ou incorridos	(14.464)	(62.846)
Subtotal	(63.792)	(62.846)
Resultado Financeiro, líquido	(36.607)	(35.220)

O valor referente a juros pagos e incorridos são relativos à correção de dívidas junto ao Plano de Pensão dos empregados (RTSA), adiantamento para futuro aumento de capital e outros passivos da empresa.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Reversão de provisões	363.061	125.786
Venda de ativo imobilizado	2.114	813
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	878	878
Diversas	515	9.201
Total	366.568	136.678

O aumento na Reversão de provisões se deve a perda definitiva dos créditos da Libra (Nota 7).

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Perda Definitiva de Clientes	1.155.090	-
Provisão por insuficiência atuarial - Plano de pensão	-	3.263
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	58.788	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.078	5.430
Outras	13.364	5.681
Total	1.234.320	14.374

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais.

O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. O Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

A provisão do Imposto de Renda sobre os lucros diferidos não é despesa incorrida, ou seja, não se trata de obrigação tributária. Se a pessoa jurídica sofrer prejuízo fiscal nos períodos-base subsequentes, os lucros diferidos poderão ser compensados com o prejuízo fiscal e a provisão será revertida para lucros acumulados. No Brasil, o tratamento dos ativos e passivos fiscais diferidos, além do Imposto de Renda, também deve ser aplicado em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que também é calculada a partir do lucro contábil das empresas.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos foram calculados à alíquota de 34%. Na CODESP, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

DETALHAMENTO	31/12/2017			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	150.197	37.549	13.518	51.067
PROV.CÍVEL	181.837	45.459	16.365	61.824
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	71.157	-	6.405	6.405
PREJ.FISCAL IRPJ	72.549	18.137	-	18.137
TOTAL	867.455	199.074	71.542	270.616
DETALHAMENTO	**31/12/2018**			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	208.985	52.246	18.809	71.055
PROV.CÍVEL	180.341	45.085	16.231	61.316
CRED.LIQ.DUVIDOSA	30.150	7.537	2.714	10.251
BASE NEGATIVA CSLL	1.017.163	-	91.545	91.545
PREJ.FISCAL IRPJ	1.019.897	254.974	-	254.974
TOTAL	2.456.536	359.842	129.299	489.141

31.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de IR e CSLL e taxa efetiva	2018	2017
Lucro Antes do Imposto de Renda	(687.249)	39.301
34% alíquota oficial de Imposto de Renda e CSLL	233.665	(13.362)
(Adições) e exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	-	107
Outras exclusões permanentes	-	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(2.515)	(3.728)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(121)	(125)
Outras adições permanentes	(12.521)	(605)
Imposto de Renda contabilizado	218.525	5.132
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	-	-
Contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda diferido no ano	218.525	5.132
Imposto de renda diferido de exercícios anteriores	-	-
Total	218.525	5.132
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro	31,80%	13,06%

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	37.487,01

EMPREGADOS	
- maior remuneração	39.291,22
- menor remuneração	1.365,45
- salário médio	12.766,29

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07/01/2019 o Centro de Arbitragem e Mediação Brasil-Canadá (CAM-CCBC) no procedimento arbitral nº 78/2016/SEC7 decidiu por unanimidade a condenação solidária das Requerentes (Grupo Libra) a arcar com a totalidade dos valores devidos pelo Contrato de Arrendamento 32/98, corrigidos monetariamente pela TR e acrescidos juros de mora de 1% ao mês, desde a data do vencimento de cada fatura até a do efetivo pagamento integral, abatidos os pagamentos parciais realizados (em tesouraria ou mediante depósitos judiciais levantados pela CODESP), na forma legal, acrescidos de 2% de multa pela inadimplência. Na sentença todos os pedidos do Grupo Libra foram julgados improcedentes e os da CODESP julgados procedentes com exceção do pedido de lucros cessantes.

O valor da condenação pelos cálculos efetuados pela CODESP é de aproximadamente R$ 3.300.000 tendo como base dezembro de 2018, nos termos fixados na sentença arbitral parcial. A alocação final do valor da sentença e dos custos da arbitragem será decidida por ocasião da Sentença Arbitral Final.

Quanto ao valor da sentença, a companhia está aguardando a Sentença Arbitral Final, prevista para setembro de 2019, que definirá o montante exato da decisão e se este valor será incorporado à recuperação judicial, conforme está requerendo o Grupo Libra ou prevalecerá o despacho do Juiz de que este valor não deve fazer parte do crédito da referida recuperação judicial. Independentemente do resultado final, a CODESP decidiu considerar todo o crédito da Libra como perda definitiva. (Vide nota Explicativa 07).

Cópia integral da sentença parcial encontra-se disponível no link:
https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/643200

CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Presidente

CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro
(em substituição)

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações Logísticas

DANILO DE MORAIS VERAS
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade

JENNYFER TSAI
Diretora de Engenharia

EUGÊNIO DE CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

1) Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras companhias do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de beneficio definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de **(i)** 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e **(ii)** o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por companhia contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R$ 1.276.789 (R$ 1.724.967 em 2017), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da companhia com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2018, foram no montante de R$ 16.674.187 mil (R$ 18.349.651 mil em 2017).

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, **o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

2) A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27. Não há, por outro lado, evidência de que a companhia tenha feito uma análise de perda por recuperabilidade nos últimos dois anos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima e na Nota Explicativa nº 18, existe uma demanda judicial entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP e a PORTUS – Instituto de Seguridade Social.

2. A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27. Embora a companhia não tenha feito uma análise sistematizada para avaliar eventuais perdas por recuperabilidade de seus ativos nos últimos anos, a administração tem baixado, anualmente, os ativos não recuperáveis e não há evidência de que existam ativos registrados em valores maiores que os de mercado.

3. A companhia baixou o total de seus créditos com a LIBRA contra resultados.

A Secretaria de Portos havia celebrado, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada do contrato com a LIBRA até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento.

O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi concedido em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial é da ordem de R$ 1.800.000, sendo que desse total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias no Porto de Santos. Conforme informação do departamento jurídico aquela empresa indicou apenas um crédito quirografário de R$ 10.852 em favor da CODESP. Na demonstração financeira da CODESP relativa ao ano de 2017, o montante a receber decorrente do contrato de arrendamento, em valores não atualizados, correspondia a R$ 1.155.089, sendo que dessa importância estava provisionado em Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa, o valor de R$ 361.565 perfazendo o valor líquido registrado no Ativo Não Circulante de R$ 793.524. Em decorrência do pedido de recuperação judicial efetivado pela Libra, a administração da CODESP resolveu levar todo o saldo do crédito com a LIBRA que ainda não estava provisionado e estava em aberto no Contas a Receber da companhia, para o resultado, como perda.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

(1) Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, levantada em 31/12/2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação suplementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(2) Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira e, portanto, considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.

(3) As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2017 foram auditadas por nossa firma de auditoria, em 16 de fevereiro de 2018, cujo relatório continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 22 de fevereiro de 2019.
AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O-0

PARECER CONSAD Nº 002.2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, com as devidas alterações conforme registrado na Ata 555ª, desta data, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 11 de março de 2019.
Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE
João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO
Maria da Gloria Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA
Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO
Marcio Calves
CONSELHEIRO

PARECER CONSAD Nº 001.2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP,** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar as Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como o Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais), recomendando o encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas, com a seguinte ressalva: que a opção de considerar a dívida do Grupo Libra como perda, ao invés de Provisão para Devedores Duvidosos foi da Diretoria Executiva, conforme registrada na Ata 1916ª, datada de 01/03/2019. Segundo as informações recebidas da Auditoria Independente e do setor Contábil da Codesp, qualquer uma das opções resultaria em resultado contábil final da mesma ordem.

Santos, 11 de março de 2019.
Ogarito Borgias Linhares
PRESIDENTE
João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO
Maria da Gloria Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA
Hélio Marques Azevedo
CONSELHEIRO
Marcio Calves
CONSELHEIRO

PARECER CONFIS N° 001.2019

O CONSELHO FISCAL da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, à vista da Nota Técnica da Auditoria Interna nº 001.2019, bem como o Parecer da **AGUIAR FERES - Auditores Independentes S/S,** de 22.02.2019, cujos pontos ressalvados e/ou enfatizados no âmbito de cada um dos referidos documentos estão contidos na Nota Explicativa nº 18 e na ausência de teste de "impairment" conforme determina NBC's TG 01 e 27.

Ressalva ainda a ausência de ressarcimento do pagamento efetuado sem base em nenhum documento legal, à empresa **DOMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS EM INFORMATICA - EPP,** no valor de R$ 1.209.689,34 (um milhão e duzentos e nove mil e seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), e registra que o assunto foi ressalvado nos exercícios anteriores.

Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição:

Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2019 a 2022, com valor estimado de R$ 162.338.894,00 (cento e sessenta e dois milhões e trezentos e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e quatro reais),

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta contida no item acima mencionado à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 11 de março de 2019.
Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE
Fernanda Barbosa Garcia
CONSELHEIRA
Maria da Conceição Campos Cei
CONSELHEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.565, DE 13 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/822 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOLEDO SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 24.051.577/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 461/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.732, DE 22 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/12421 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0009-51, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
822 (oitocentas e vinte e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.753, DE 22 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/19877 - DPF/URA/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa A PRECISÃO SEGURANÇA E PROTEÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.670.197/0001-31, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
252 (duzentas e cinquenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.804, DE 25 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/20990 - DPF/FIG/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa LOPAO CURSOS E FORMAÇAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.833.764/0001-93, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8000 (oito mil) Espoletas calibre 38
2074 (dois mil e setenta e quatro) Gramas de pólvora
6000 (seis mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.888, DE 29 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/7320 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 20.509.337/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 523/2019 (CNPJ nº 20.509.337/0001-36); nº 391/2019 (CNPJ nº 20.509.337/0003-06) e nº 514/2019 (CNPJ nº 20.509.337/0002-17).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.889, DE 29 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/7354 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CADIZ - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 01.894.837/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 383/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.895, DE 29 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/22266 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFAT - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 01.141.037/0001-00, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Carabina calibre 38
2 (duas) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
4 (quatro) Revólveres calibre 38
3000 (três mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Granadas fumígenas de sinalização
5 (cinco) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
10 (dez) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
200 (duzentas) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
5 (cinco) Armas de choque elétrico de contato direto
5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
400 (quatrocentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
5 (cinco) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
10 (dez) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
5 (cinco) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.910, DE 1º DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/21235 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS XI DE AGOSTO LTDA, CNPJ nº 18.204.033/0001-19, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
2524 (duas mil e quinhentas e vinte e quatro) Buchas calibre 12
30 (trinta) Quilos de chumbo calibre 12
2524 (duas mil e quinhentas e vinte e quatro) Espoletas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
5 (cinco) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
5 (cinco) Granadas fumígenas de sinalização
2 (dois) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
2 (duas) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
2 (dois) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
1 (um) Espargidor de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
2 (dois) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.922, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/7526 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0007-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 486/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.925, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/8089 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 566/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.932, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/13530 - DPF/FIG/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIVISA VEICULOS LTDA, CNPJ nº 03.866.211/0001-08 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.937, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/8588 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAÇA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 09.942.594/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 356/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.946, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/9106 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Autorizar a empresa RENASEB - EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA - EIRELI., CNPJ Nº 21.156.308/0001-09, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser RENASEB - EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.961, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/110903 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ nº 62.447.032/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2919/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.403, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.000534/2019-53 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Cancelar a Autorização concedida, para exercer atividade em SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA, à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ: 17.428.731/0143-57, localizada no Estado de PERNAMBUCO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO

Diante dos novos elementos constantes dos autos, torno insubsistentes os Atos publicados no Diário Oficial da União de 17/03/2017, seção 1, pág. 38 e de 25/03/2019, Seção 1, pág. 64, e DEFIRO o pedido de autorização de residência, com base em reunião familiar, vez que restou provado que o estrangeiro está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro, salientando que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo nº 08280.306041/2016-95 - YOISEL BELEN RUIZ

GUSTAVO DE PAULA PORTO FERNANDES PEIXOTO
Chefe
Substituto

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL
COORDENAÇÃO DE TÉCNICA DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, nos termos do Despacho nº 27/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial, Processo n° 0811367-20.2018.4.05.8200, procedente da 3ª Vara Federal da SJPB, que determinou a análise do processo no prazo máximo de 10 (dez) dias, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria n.º 115, de 20 de março de 2019, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do SINDSERV ITATUBA PB - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITATUBA PB, CNPJ: 21.539.617/0001-50, Processo n° 46224.005841/2016-55(SC18703), do inteiro do OFÍCIO N° 15/2019/CGRS/DPJUS/SNJ/MJ, o qual restou devolvido, pelo motivo: ausente, conforme Aviso de Recebimento BI694082400BR (8376795), que terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do citado pedido de registro sindical, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria n.º 115, de 20 de março de 2019, com fundamento na Nota Técnica n.º 42/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ (SEI nº 8268291), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 46213.025757/2016-87, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Jaboatão dos Guararapes/PE - SINSMUJG, CNPJ 24.131.781/0001-11, nos termos do art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria n.º 115, de 20 de março de 2019, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001042-47.2018.5.10.0003, procedente da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a análise e a conclusão do processo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, com fundamento na Nota Técnica n.º 77/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46210.002018/2014-85, de interesse do SESSAMT - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de MT, CNPJ n° 24.771.842/0001-05, nos termos do Art. 5°, inciso II, da Port. 186/2008, devido à irregularidade da documentação apresentada.

O Coordenador de Técnica de Registro Sindical, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria nº 115, de 20 de março de 2019, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do processo em comento, em continuidade ao cumprimento de sentença judicial (SEI nº 8407828), processo nº 0000313-81.2014.5.02.0068, procedente da 68ª Vara do Trabalho de São Paulo, Justiça do Trabalho da 2ª Região, na qual fora declarada a nulidade do ato que determinou o arquivamento do processo de pedido de registro sindical, determinando a retomada de sua análise; com fundamento na Nota Técnica nº 84/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ (SEI nº 8407462), resolve: PUBLICAR o pedido de registro (PPR) de interesse do SINTERCISP - Sindicato dos Empregados das Empresas de Reciclagem de Cartuchos de Impressão de São Paulo, processo nº 46474.001946/2009-64 (SC04929), CNPJ nº 10.676.972/0001-54, para a representação da categoria dos trabalhadores empregados nas empresas de reciclagem, remanufatura e recarga de cartuchos de impressão, abrangendo todos aqueles trabalhadores empregados contratados sob qualquer forma de regime, que prestam serviços nessas empresas, com abrangência municipal e base territorial no município de São Paulo, no estado de São Paulo; abrindo-se o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e Portaria 326/2013.

LUIZ FERNANDO FAVARO BUSNARDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 437, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo: nº 08700.000351/2019-53. Representante: Marimex - Despachos, Transportes e Serviços Ltda. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Lorena Leite Nisiyama e outros. Representado: Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. Advogados: Luiz Alberto Bettiol, Gustavo Assis de Oliveira e outros. Acolho a Nota Técnica 13/2019/CGAA3/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no § 1° do art. 50, da Lei n° 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela admissão da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (''ABRATEC'') e da Associação Brasileira dos Terminais Privados (''ATP'') como terceiras interessadas aptas a intervir no presente feito nos termos delimitados na referida Nota Técnica. Concedo, ainda, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente despacho, para que apresentem as manifestações que julgarem pertinentes acerca do objeto da conduta ora analisada. Adicionalmente, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a juntada da procuração, nos termos do §10 do art. 104 do Código de Processo Civil.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 111, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS SUBSTITUTA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, usando da competência atribuída pela Portaria nº 147/SECEX/MMA, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2016, e Portaria nº 474/ICMBio, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público relatório trimestral de desempenho e execução das atividades da modalidade de teletrabalho no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, regulamentado por meio da Portaria nº 462-MMA, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2017, atendendo ao disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THAIS FERRARESI PEREIRA

ANEXO

Unidade Organizacional: Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo-Coman/Diman.

Período de Avaliação: 28/09/18 A 27/12/2018.

MATRÍCULA SIAPE DO SERVIDOR	GANHO DE PRODUTIVIDADE INSTITUCIONAL (%)*
1365180	+23,92%

Período de Avaliação: 23/09/18 A 22/12/2018.

MATRÍCULA SIAPE DO SERVIDOR	GANHO DE PRODUTIVIDADE INSTITUCIONAL (%)*
1365180	+23,92%

*Fórmula GP: GP = média do prazo pactuado - média do prazo executado / média do prazo pactuado * 100.

Os Relatórios Trimestrais de Desempenho - Teletrabalho CGIMP detalhados estão disponíveis no processo SEI nº 02070.000649/2018-60.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 91, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, e no Edital do Leilão nº 04/2018-ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001218/2019-95. Interessada: Mata Verde Transmissora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.801.515/0001-87. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 8 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 08/2019-ANEEL, de 22 de março de 2019), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 187, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o que consta do Processo nº 48300.001033/2019-37, e

Considerando a busca, pelo Ministério de Minas e Energia, de melhores soluções que permitam a modernização do Setor Elétrico, fundamentada na governança, estabilidade jurídico-regulatória e na previsibilidade; e

Considerando as contribuições recebidas na vigência da Consulta Pública nº 33, de 5 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho que desenvolva propostas de Modernização do Setor Elétrico, tratando de forma integrada, inclusive, dos seguintes temas:

I - ambiente de mercado e mecanismos de viabilização da expansão do Sistema Elétrico;

II - mecanismos de formação de preços;

III - racionalização de encargos e subsídios;

IV - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE;

V - alocação de custos e riscos;

VI - inserção das novas tecnologias; e

VII - sustentabilidade dos serviços de distribuição.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por membros, titulares e suplentes, das seguintes Unidades do Ministério de Minas e Energia:

I - Secretaria Executiva, que o coordenará;

II - Secretaria de Energia Elétrica;

III - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;

IV - Assessoria Especial de Assuntos Econômicos; e

V - Consultoria Jurídica.

Parágrafo único. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS poderão ser convidados para participar das reuniões do Grupo de Trabalho.

Art. 3º O Grupo de Trabalho se reunirá, de forma ordinária, semanalmente ou, extraordinariamente, mediante convocação prévia do Coordenador, que encaminhará pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 1º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convocar reuniões temáticas, com a participação de membros específicos do grupo, para tratar de assuntos a eles relacionados, comunicando a realização dessas reuniões aos demais membros na reunião ordinária subsequente.

§ 2º As reuniões do Grupo de Trabalho ocorrerão, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros ou, em segunda convocação, dez minutos após a hora estabelecida, com a presença mínima de três de seus membros.

§ 3º As deliberações do Grupo de Trabalho serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Coordenador voto de qualidade em caso de empate.

Art. 4º O Coordenador do Grupo de Trabalho poderá convidar especialistas de outros Órgãos e Entidades, bem como representantes da sociedade civil e associações, para participarem das reuniões e dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Parágrafo único. As despesas relacionadas à participação dos representantes e convidados correrão por conta de dotações orçamentárias das respectivas organizações que representam.

Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos será de cento e oitenta dias, contados da data de instituição do Grupo de Trabalho, prorrogáveis por noventa dias, desde que devidamente justificado.

§ 1º Ficam estabelecidos prazos intermediários, que devem ser observados em sequência, para:

I - diagnóstico geral e apresentação de propostas de aprimoramentos: cento e dez dias, contados da data de publicação da Portaria;

II - proposição das diretrizes das políticas energéticas: trinta dias, contados da data de conclusão das atividades de que trata o inciso I;

III - priorização e estabelecimento de Regras de Transição: trinta dias, contados da data de conclusão das atividades de que trata o inciso II; e

IV - apresentação de propostas de atos: dez dias, contados da data de conclusão das atividades de que trata o inciso III.

§ 2º Poderão ser realizadas reuniões públicas para apresentação do desenvolvimento do trabalho e coleta de contribuições.

§ 3º O desenvolvimento dos trabalhos, bem como a realização das reuniões, poderá contar com cooperação técnica internacional.

§ 4º Ao final das suas atividades, o Grupo de Trabalho deverá apresentar, ao Ministro de Estado de Minas de Energia, relatório final contendo plano de ação e, se couber, proposta de atos normativos.

Art. 6º O apoio administrativo necessário ao Grupo de Trabalho será prestado pela Secretaria Executiva.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.719, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001994/2010-57. Interessado: Hidrelétrica São João II SPE Ltda. Objeto: Alterar (i) o cronograma de implantação da PCH São João II, autorizada por meio da Portaria nº 479, de 27 de setembro de 2016, do Ministério de Minas e Energia. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.525, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.00006217/2018-56. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul- Distribuidora de Energia S.A. - EMS , Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Brilhante II Transmissora de Energia S.A. - Brilhante II, Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, Linhas de Transmissão do Itatim S.A. - Itatim, Linha de Transmissão Corumbá Ltda - LTC, Pantanal Transmissão S.A. - Pantanal, Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE , concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Energisa Mato Grosso do Sul- Distribuidora de Energia S.A. - EMS, a vigorar a partir de 08 de abril de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.526, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006218/2018-09. Interessados: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, CPFL Transmissão Piracicaba S.A. - CPFL Transmissão, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Furnas Centrais elétricas S.A. - Furnas, Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros, CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. - Morro Agudo e Transenergia São Paulo S.A. - TSP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, a vigorar a partir de 08 de abril de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.527, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006221/2018-14. Interessados: Energisa Mato Grosso - EMT, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Brasnorte Transmissora de Energia S.A. - Brasnorte, Canarana Transmissora de Energia, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE, Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG, Apiacás Energia S.A., Juruena Energia S.A. e Primavera Energia S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Energisa Mato Grosso - EMT, a vigorar a partir de 8 de abril de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 843, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Estabelece critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 2º e inciso XIX, art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; incisos IV e VII do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; art. 13 da Lei nº 9.648, de 28 de maio de 1998; § 4º do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; arts. 1º, 3º e 9º, do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004; § 1º e § 4º do art. 57 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE Nº 7, de 14 de dezembro de 2016 e o que consta dos Processos nºs 48500.003207/2010-10 e 48500.001825/2018-74, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para elaboração do Programa Mensal da Operação Energética - PMO e para a formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.

Capítulo 1DA ESTRUTURA DO PMO

Art. 2º O PMO tem por objetivo estabelecer as metas e diretrizes eletroenergéticas da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN, de forma a assegurar a otimização dos recursos disponíveis para atendimento da carga.

Art. 3º O PMO será elaborado e coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com apoio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e participação dos agentes setoriais, em reunião mensal, a qual deverá ser gravada e transmitida via internet.

§ 1º Os estudos para o PMO compreenderão até 5 (cinco) anos, em base mensal e por patamar de carga, sendo o primeiro mês discretizado em etapas semanais.

§ 1º § 2º As semanas operativas compreendidas no estudo correspondem ao período que se inicia à 0h00min do sábado e termina às 24h00min da sexta-feira subsequente e abrangem todos os dias do mês a que se refere o estudo, podendo também incluir dias dos meses adjacentes.

§ 1º § 3º A atualização da Função de Custo Futuro - FCF, será feita mensalmente, quando da elaboração do PMO, observado o disposto no art. 23 desta Resolução.

§ 1º § 4º Os estudos para o PMO deverão ser revistos, com periodicidade máxima semanal.

§ 1º § 5º Nas revisões semanais deverão ser incorporadas informações atualizadas referentes ao estado do sistema, às previsões de carga e afluências e aos demais dados que tenham a periodicidade de atualização inferior a 1 (um) mês, conforme Art. 5º.

Art. 4º Para a elaboração do PMO deverão ser adotados modelos de otimização compatíveis com o horizonte de simulação, cujo uso deverá ser previamente autorizado pela ANEEL.

§ 1º § 6º O modelo para otimização hidrotérmica para subsistemas equivalentes interligados de médio prazo determina a estratégia de operação de até cinco anos, de forma a minimizar o valor esperado do custo total de operação ao longo do período de planejamento da operação.

§ 1º § 7º O modelo para otimização da operação de curto prazo com base em usinas individualizadas determina a estratégia que minimize o valor esperado do custo total de operação para o horizonte do planejamento da operação, considerando as usinas individualizadas que compõem os sistemas hidrotérmicos interligados.

Art. 5º A sistemática, prazos, responsabilidades e produtos para elaboração do PMO deverão constar dos Procedimentos de Rede do ONS, devendo conter, no mínimo:

I - base de dados do PMO e de suas revisões;

II - responsabilidades dos participantes do PMO;

III - cronograma de envio e análise das informações necessárias para a elaboração do PMO e de suas revisões;

IV - cronograma de atualização das informações necessárias para a elaboração do PMO e de suas revisões;

V - descrição das etapas do processo do PMO;

VI - produtos do PMO.

§ 1º § 8º Caso haja necessidade de atualização de informação para o PMO cujo prazo esteja em desacordo com os cronogramas de que trata o inciso IV, deverá ser dada publicidade aos agentes com antecedência não inferior a um mês do PMO.

§ 1º § 9º Não se aplica o disposto no § 1º para os casos de erros de que trata o art. 22 desta Resolução.

Capítulo 2DAS DIRETRIZES E INFORMAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS NO PMO E SUAS REVISÕES

Art. 6º É de responsabilidade do ONS incorporar as informações e os dados nos modelos utilizados no PMO e suas revisões.

§ 1º § 10º Os agentes participantes do PMO deverão analisar as informações e os dados e submeter ao ONS os eventuais comentários e as necessidades de alterações detectadas.

§ 1º § 11º As informações consideradas no PMO devem ser rastreáveis e os processos do ONS para o PMO devem ser reprodutíveis.

§ 1º § 12º No horizonte comum dos modelos de otimização, os dados e informações considerados deverão estar compatíveis.

Art. 7º A oferta considerada nos estudos energéticos é composta pelos empreendimentos de geração em operação comercial e por suas previsões de expansão, além dos intercâmbios internacionais.

§ 1º § 13º Serão simuladas individualmente:

I - usinas hidrelétricas e termelétricas com Custo Variável Unitário - CVU declarado, despachadas centralizadamente;

II - usinas hidrelétricas cuja operação hidráulica afete ou seja afetada pela operação de usinas simuladas individualmente; e

III - excepcionalmente, usinas não enquadradas nos critérios anteriores, desde que respaldadas por justificativa técnica do ONS ou regulamentação específica.

§ 1º § 14º As demais usinas, não enquadradas no § 1º, serão representadas por blocos de energia a serem abatidos da carga global.

§ 1º § 15º No caso de decisão da ANEEL de encaminhar ao MME proposta de declaração de caducidade de Contrato de Concessão de empreendimento de geração, o ONS deverá retirar o referido empreendimento da base de dados do PMO.

Art. 8º O ONS deverá atualizar os pontos de fronteira entre os submercados que compõem o SIN a cada revisão quadrimestral do Plano da Operação Energética - PEN.

§ 1º § 16º A atualização de que trata o caput não poderá alterar o submercado de agente de geração ou de consumo.

§ 1º § 17º O ONS deverá dar publicidade, com a possibilidade de participação dos agentes setoriais, antes de sua implementação.

§ 1º § 18º As informações relacionadas à atualização dos pontos de fronteira deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico do ONS.

Seção I

Usinas Simuladas Individualmente

Art. 9º O ONS deverá atualizar a oferta a ser considerada no PMO e revisões, com base na disponibilidade dos empreendimentos de geração.

§ 1º § 19º Para atualização da oferta relacionada à expansão da geração, deverá ser considerado o cronograma de entrada em operação comercial, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 3º da Resolução CNPE nº 7, de 2016.

§ 1º § 20º No caso de suspensão da operação comercial de unidade geradora, o agente de geração responsável pela usina deverá declarar ao ONS cronograma de restabelecimento da operação.

§ 1º § 21º Poderá ser adotado cronograma diferente do citado no § 2º caso o acompanhamento da ANEEL não esteja aderente ao cronograma declarado pelo agente responsável.

§ 1º § 22º O agente de geração de usina termelétrica deverá declarar para o PMO e revisões a disponibilidade da usina de forma compatível com o período que este disponha de comprovação de suprimento de combustível.

Art. 10. Para o PMO e revisões deverá ser utilizado o Custo Variável Unitário - CVU constante do Contrato de Comercialização em Ambiente Regulado - CCEAR ou o CVU aprovado pela ANEEL, no caso de usina termelétrica não comprometida com CCEAR.

§ 22º § 1º O agente de geração poderá declarar para o PMO suas revisões, valor inferior ao CVU aprovado pela ANEEL ou atualizado pela CCEE.

§ 22º § 2º A declaração de CVU de que trata o 0 deverá viger de acordo com o período declarado pelo agente, limitado ao mínimo da semana operativa e máximo ao mês operativo em questão, e, para os demais meses será considerado o CVU aprovado pela ANEEL ou atualizado pela CCEE, observado o § 4º do Art. 9º.

§ 3º No caso de declaração do CVU inferior ao CVU constante do CCEAR por opção do agente termelétrico, o valor declarado substituirá, para todos os fins, o valor do CVU do respectivo contrato, conforme Regras de Comercialização.

§4º Para a substituição do CVU conforme o §3º, os agentes termelétricos interessados deverão se manifestar perante a CCEE e ONS, conforme procedimento específico a ser estabelecido pelas entidades.

§5º A manifestação de que trata o parágrafo anterior será de inteira responsabilidade do agente vendedor e não modificará suas obrigações previstas no CCEAR.

§6º O disposto nos parágrafos 1º a 5º deste artigo poderá ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 11. O ONS decidirá, em caráter definitivo, pelo acionamento de usina termelétrica que utiliza como combustível o gás natural proveniente do Gás Natural Liquefeito - GNL quando o valor do Benefício GNL, resultante do modelo de Curto Prazo, "m" meses à frente, for maior ou igual ao CVU da usina.

§ 1º O procedimento de que trata o caput aplica-se exclusivamente ao empreendimento com previsão de utilização de GNL que for objeto de CCEAR na modalidade Disponibilidade de Energia Elétrica, decorrente de leilão de novos empreendimentos de geração realizados a partir de 5 de outubro de 2007.

§ 2º O valor de "m" será aquele utilizado para o cálculo do Índice de Custo Benefício - ICB.

§ 3º Quando decidido pelo acionamento de que trata o caput, a usina termelétrica a GNL será despachada após "m" meses, independentemente do valor do CMO.

§ 4º Quando despachada, a usina termelétrica irá receber o seu CVU, independentemente do valor do CMO no momento do seu despacho.

§ 5º Incorrerá em indisponibilidade por falta de combustível, nos termos dos regulamentos vigentes, a usina termelétrica a GNL que, tendo sido acionada com a antecedência estabelecida no caput desta Resolução, não cumprir com a geração pré-determinada pelo ONS, independentemente do valor do CMO.

Art. 12. A usina termelétrica a GNL poderá ser despachada para atender razões elétricas e de segurança energética, respeitada a antecedência estabelecida no Art. 11 desta Resolução.

Seção II

Usinas Não Simuladas Individualmente

Art. 13. A representação da geração das usinas não simuladas individualmente em operação comercial, deverá ser considerada com base na média mensal do histórico dos últimos cinco anos de geração líquida disponibilizada ao SIN de cada usina, agregada por subsistema, por mês e por patamar de carga, para todo o horizonte de planejamento.

§ 22º § 1º A CCEE deverá informar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS os valores de geração de que trata o caput, conforme acordo operacional.

§ 22º § 2º O ONS deverá obter os valores de geração de que trata o caput das usinas que injetam energia na rede de distribuição ou nas Demais Instalações de Transmissão - DIT, e que não possuam medição registrada na CCEE.

§ 22º § 3º Para as usinas não simuladas individualmente com menos de 5 anos de histórico de geração líquida disponibilizada ao SIN, deverá ser considerada a média do histórico existente.

§ 22º § 4º Caso a usina tenha menos de um ano de operação comercial, serão utilizados nos meses sem histórico de geração, os montantes de energia conforme metodologia de que trata o Art. 14, de forma a completar um ano de informações.

§ 22º § 5º No caso de usinas de autoprodução, com carga associada no mesmo sítio, a geração de que trata o caput deverá ser bruta.

§ 22º § 6º Usina com operação comercial suspensa não deve ser representada na oferta de que trata o caput a partir do PMO posterior à referida suspensão.

Art. 14. Para as usinas não simuladas individualmente que não iniciaram sua operação comercial, o montante de energia a ser considerado será calculado pela soma de suas potências instaladas multiplicada por um fator calculado pelo ONS.

§ 22º § 7º Para usinas hidrelétricas, eolioelétricas e fotovoltaicas, o fator de que trata o caput será calculado, por mês, fonte, submercado e patamar de carga, e será dado pela soma da razão entre a média da geração líquida e a média da potência dos últimos cinco anos de cada usina, dividido pelo número de usinas.

§ 22º § 8º Para usinas termelétricas o fator de que trata o caput será calculado, por mês, fonte, submercado, patamar de carga e ambiente de comercialização, e será dado pela soma da razão entre a média da geração líquida e a média da potência dos últimos cinco anos de cada usina alocada a cada ambiente, dividido pelo número de usinas de cada ambiente.

§ 22º § 9º Para as usinas de que trata o § 2º, a potência por usina será alocada proporcionalmente ao seu montante contratado no Ambiente de Contratação Regulada e a sua Disponibilidade para o Ambiente de Contratação Livre.

§ 22º § 10º Para fins de aplicação do disposto § 3º, no Ambiente de Contratação Regulada deverão ser considerados montantes contratados nos leilões de energia elétrica, incluindo os Leilões de Energia de Reserva, e no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

§ 22º § 11º No caso de usinas com menos de 5 anos de operação, serão considerados no cálculo do fator somente os meses em que a usina esteve em operação.

Art. 15. As gerações de que trata o Art. 13 e os fatores de que trata o Art. 14 serão atualizados anualmente e utilizados a partir do PMO de maio de cada ano, sendo contemplada a apuração de dados pelo período de cinco anos, encerrado no mês de dezembro do ano anterior.

Parágrafo único. A atualização e utilização de que trata o caput, no que se refere aos patamares de carga, ocorrerá a partir do PMO de maio de 2020.

Art. 16. As usinas não simuladas individualmente com cronograma de entrada em operação comercial futuro deverão ser representadas a partir de sua data de entrada em operação comercial conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 3º da Resolução CNPE nº 7, de 2016.

Capítulo 3DOS RESULTADOS DO PMO

Art. 17. O PMO e suas revisões terão como um dos produtos o Custo Marginal de Operação - CMO, por submercado e patamar de carga, que servirá de referência para a política ótima de operação e para a formação do preço.

§ 22º § 1º A divulgação do CMO deverá ocorrer até às 18 horas da sexta-feira que antecede a semana operativa.

§ 22º § 2º Os resultados do PMO devem ser disponibilizados para todos os agentes simultaneamente.

Art. 18. O ONS deverá emitir documento contendo os principais resultados e diretrizes do PMO e suas revisões, bem como seus pontos de destaque.

§ 22º § 1º No documento de que trata o caput, deverão estar explicitados os despachos programados fora da ordem de mérito de custo, bem como as respectivas motivações para cada despacho.

§ 22º § 2º No caso dos despachos por restrição elétrica, deverão ser indicadas, quando couber, as obras previstas nos estudos de planejamento da transmissão necessárias para evitar o despacho.

Capítulo 4DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DAS DIFERENÇAS - PLD

Art. 19. O PLD tem por objetivo valorar os montantes que serão liquidados no Mercado de Curto Prazo - MCP, tendo por base principal o resultado do PMO.

Parágrafo único. O PLD será determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no CMO, limitado por um valor máximo e mínimo, conforme regulamento da ANEEL.

Art. 20. O processo de cálculo do PLD será elaborado e coordenado pela CCEE, com apoio do ONS.

§ 22º § 1º Para a formação do PLD, a CCEE deverá utilizar os mesmos modelos e dados de entrada adotados pelo ONS para elaboração do PMO e revisões, desconsiderando-se as restrições elétricas internas a cada submercado.

§ 22º § 2º Deverão ser representadas na formação do PLD as restrições elétricas internas que impactam a capacidade de intercâmbio entre submercados:

I - cuja eliminação necessita de solução de planejamento; ou

II - que a previsão de recomposição seja superior a um mês.

§ 22º § 3º A alteração de que trata o inciso II do § 2º deve ser feita sempre na elaboração do PMO.

§ 22º § 4º O ONS deverá manter atualizado na internet relatório com as restrições elétricas internas aos submercados que possam impactar a capacidade de intercâmbio entre os mesmos, conforme estabelecido no §2º.

§ 22º § 5º A divulgação do PLD deverá ocorrer até às 21 horas da sexta-feira que antecede a semana operativa.

Art. 21. A CCEE deverá realizar reuniões mensais com os agentes para tratar da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados dos modelos de otimização.

Parágrafo único. A reunião de que trata o caput deverá ser realizada após a reunião do PMO, e tratará, no mínimo, dos seguintes temas:

I - apresentação das principais modificações nos arquivos de entrada dos modelos de formação de preço;

II - análise dos principais fatores que influenciam na formação do PLD; e

III - validação, pelos agentes, da adequabilidade dos dados, procedimentos e resultados.

Capítulo 5DA IDENTIFICAÇÃO DE ERROS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PLD

Art. 22. Na hipótese de identificação de erro no processo de formação do PLD, o ONS e a CCEE deverão corrigi-lo, produzindo-se efeito na semana operativa subsequente à identificação.

§ 1º Os erros de que se trata o caput referem-se:

I - à inserção de dados;

II - ao código fonte em qualquer programa da cadeia de modelos; ou

III - à representação de qualquer componente do sistema.

§ 2º A correção de que trata o caput deverá ser realizada inclusive na função de custo futuro.

§ 3º O ONS e a CCEE deverão informar à ANEEL a identificação de qualquer erro de que trata este artigo, devendo ser justificada eventual impossibilidade de correção no prazo estabelecido no caput.

§ 4º O ONS e a CCEE deverão dar publicidade à correção dos erros de que trata este artigo.

§ 5º O ONS e a CCEE deverão disponibilizar na internet, relatório contendo o apontamento das falhas relacionadas ao erro e as propostas de ação de melhorias, além de relatório de acompanhamento de sua implantação, quando for o caso.

§ 6º O prazo para disponibilização do relatório contendo o apontamento das falhas e as propostas de ação de melhorias é de 30 (trinta) dias a contar da identificação do erro.

Capítulo 6DO COMITÊ TÉCNICO

Art. 23. Deverá ser constituído comitê técnico, sob coordenação compartilhada do ONS e CCEE, para tratar de assuntos relacionados à elaboração do PMO e do PLD.

§ 22º § 1º O comitê poderá ser dividido em subcomitês temáticos para avaliação dos dados de entrada do PMO ou de propostas específicas relacionadas à elaboração do PMO e do PLD.

§ 22º § 2º Proposta de aprimoramento da regulação relacionada à elaboração do PMO e do PLD deverá ser previamente submetida e aprovada pelo comitê técnico para ser submetida ao processo de avaliação pela ANEEL.

§ 22º § 3º Deverá ser assegurada a representatividade dos diversos segmentos setoriais associados ao ONS e à CCEE.

Art. 24. A estrutura do comitê técnico, regimento interno, os subgrupos temáticos e demais medidas necessárias à sua instituição deverão ser definidas pelo ONS e pela CCEE até 1º de janeiro de 2020.

Parágrafo único. O regimento mencionado no caput deverá conter, no mínimo:

I - os mecanismos de governança do comitê;

II - a forma de representação no comitê dos diversos segmentos setoriais associados ao ONS e à CCEE;

III - a forma de determinação e seleção dos temas a serem a tratados pelo comitê; e

IV - o modelo de decisão do comitê.

Capítulo 7DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Na impossibilidade de divulgação do PLD no prazo de que trata o §5º do art. 20, por indisponibilidade do CMO, a programação semanal observará os resultados referentes ao 2º estágio da semana operativa imediatamente anterior, incluindo os valores de CMO e de PLD.

Parágrafo Único. Caso o CMO tenha sido divulgado no prazo de que trata o §1º do Art. 17, este será utilizado como PLD, respeitados os limites máximo e mínimo do PLD.

Art. 26. O ONS, com apoio da CCEE, deverá manter plataforma virtual relacionada ao Programa Mensal da Operação - PMO e suas revisões, de forma a:

I - disponibilizar o arquivo de dados preliminares do PMO - deck preliminar, dos modelos computacionais, bem como os documentos que o subsidiam, até o 1º dia útil da semana da reunião do Programa Mensal da Operação - PMO;

II - permitir a participação dos membros associados do ONS, da CCEE, além da ANEEL, Ministério de Minas e Energia - MME e Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

III - permitir que sejam dirimidas dúvidas quanto aos dados de entrada e informações referentes aos modelos de curto e médio prazo; e

IV - assegurar que os fatos relevantes que impactem a formação do preço sejam divulgados aos agentes de forma simultânea e homogênea.

Art. 27. O ONS deverá compatibilizar os Procedimentos de Rede com o disposto nesta Resolução.

Art. 28. A CCEE deverá compatibilizar as Regras e Procedimentos de Comercialização com o disposto nesta Resolução.

Art. 29. Ficam revogados:
I - o parágrafo único do art. 4° da Resolução n° 290, de 3 de agosto de 2000;
II - a Resolução nº 402, de 21 de setembro de 2001;
III - a Resolução Normativa nº 282, de 1ª de outubro de 2007;
IV - a Resolução Normativa nº 440, de 5 de julho de 2011;
V - a Resolução Normativa nº 476, de 13 de março de 2012;
V - a Resolução Normativa nº 477, de 13 de março de 2012; e
VI - a Resolução Normativa nº 799, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 30. A presente Norma será objeto de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR decorridos 3 (três) anos de vigência.

Art. 31. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 5.702, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, e conforme deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº. 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	19 03 17 12
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	10 04 18
ASSISTÊNCIA	CAS I CAS II	01 02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	16 83 01 43 59

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.373.713,83 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, setecentos e treze reais e oitenta e três centavos), inferior ao limite de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos), estipulado pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 923, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004256/2016-57, decide conhecer e, no mérito, dar parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A - Chesf em face do Auto de Infração nº 0022/2017-SFE, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, conforme adequações realizadas em sede de juízo de reconsideração pela SFE, mantendo-se a multa aplicada no valor total de R$ 130.219,10 (cento e trinta mil, duzentos e dezenove reais e dez centavos). Este valor deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 924, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002555/2018-19, decide (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao recurso interposto pelo consumidor Praça XV Buffet Ltda. ME, mantendo-se a decisão da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS no âmbito do processo administrativo AGERGS 001629-39.00/16-3; e (ii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 925, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005317/2018-65, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Artemio Poles em face da decisão proferida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp e, no mérito, negar provimento, para (i) manter a decisão da Arsesp, no sentido de permitir que a Elektro Redes S/A efetue a cobrança da diferença de consumo ativo de 12.952 kWh, correspondente ao período de junho a outubro de 2015, já deduzidos os consumos faturados, com base no inciso III do art. 130 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, utilizando a tarifa em vigor na data de emissão da fatura, considerando-se a ocorrência de cada bandeira durante o período irregular e o desconto tarifário a que o consumidor eventualmente tenha direito; e (ii) determinar que a decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias a partir da sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 926, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005685/2018-11, decide por conhecer o Recurso Administrativo interposto pelo Sr. Antônio Marques das Neves Neto em face da decisão proferida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão exarada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp, que determinou o indeferindo do pedido de ressarcimento de danos elétricos do Macbook Pro 17'.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 928, DE 2 DE ABRIL DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.003061/2018-51, 48500.003062/2018-04, 48500.003063/2018-41, 48500.003064/2018-95, 48500.003065/2018-30, 48500.003066/2018-84, 48500.003067/2018-29, 48500.003068/2018-73, 48500.003069/2018-18, 48500.003070/2018-22, 48500.003298/2018-32, decide por (a) corrigir o erro material contido no Despacho nº 536, de 26 de fevereiro de 2019, no sentido de conhecer dos recursos administrativos interpostos pela Coelba pela Sulgipe, diante da sua tempestividade para, no mérito, negar-lhes provimento; (b) manter íntegras as demais deliberações contidas no Despacho nº 536, de 26 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 935, DE 26 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria, com fundamento no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004971/2018-51, decide por conhecer e não dar provimento ao Pedido de Reconsideração apresentado pelo Conselho de Consumidores da Área de Concessão das Centrais Elétricas de Rondônia (CERON) contra a Resolução Homologatória nº 2.496/2018.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 29 DE MARÇO DE 2019

Nº 947. Processo nº 48500.006402/2013-36. Interessado: CLWP Eólica Parque XXII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XXII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034648-9.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 948. Processo nº 48500.006410/2013-82. Interessado: CLWP Eólica Parque XIX Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XIX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034645-4.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 949. Processo nº 48500.006482/2013-20. Interessado: CLWP Eólica Parque XIII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034622-5.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 950. Processo nº 48500.006409/2013-58. Interessado: CLWP Eólica Parque XIV Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XIV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034634-9.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 951. Processo nº 48500.006479/2013-14. Interessado: CLWP Eólica Parque VIII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo VIII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034614-4.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 952. Processo nº 48500.006394/2013-28. Interessado: CLWP Eólica Parque IX Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo IX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034631-4.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 953. Processo nº 48500.006478/2013-61. Interessado: CLWP Eólica Parque X Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo X, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034630-6.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 954. Processo nº 48500.006481/2013-85. Interessado: CLWP Eólica Parque XI Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034625-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 955. Processo nº 48500.006480/2013-31. Interessado: CLWP Eólica Parque XII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034623-3.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 956. Processo nº 48500.006403/2013-81. Interessado: CLWP Eólica Parque XVII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XVII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034638-1.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

Nº 957. Processo nº 48500.006400/2013-47. Interessado: CLWP Eólica Parque XX Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034647-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 974, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Processo nº 48500.001389/2019-14. Interessado: MAC 01 Comercialização e Serviços de Energia EIRELI Decisão: Autorizar a MAC 01 Comercialização e Serviços de Energia EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.594.206/0001-00, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 981, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processos nº Listados no Anexo 1. Interessado: Listados no Anexo 1. Decisão: (i) transferir a titularidade, a pedido do interessado, dos Despachos de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) referente às usinas listadas no Anexo 1, da empresa CEI Solar Empreendimentos Energéticos S.A. para as empresas constantes do Anexo 1 e (ii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 676/2015. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 986, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo nº: 48500.005792/2018-31. Interessados: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda. e Brasil Bio Fuels S.A. Decisão: alterar as características técnicas da UTE Envira - CGA, CEG UTE.PE.AM.035821-5.01; da UTE Ipixuna - CGA, CEG UTE.PE.AM.035817-7.01, UTE Estirão do Equador - CGA, CEG UTE.PE.AM.035825-8.01; e da UTE Palmeiras - CGA, CEG UTE.PE.AM.035827-4.01, outorgadas por meio da REA 5.989/2016 e da REA 5.990/2016, localizadas no estado do Amazonas. A íntegra deste Despacho (e seu anexo) constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 989, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 48500.000530/2018-81. Interessado: AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração do endereço da sede da empresa, detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, objeto do Despacho nº 1.377, de 21 de junho de 2018. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 990, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 48500.001994/2010-57 Interessados: Hidrelétrica São João II SPE Ltda. Decisão: indeferir o pleito de revisão da série hidrológica da PCH São João II, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.PR.035146-6.01, localizada no município de Prudentópolis, estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 984, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando a Resolução Normativa nº 635, de 2 de dezembro de 2014 e o Processo nº 48500.001224/2019-42, decide: I - aprovar o pedido de Credenciamento da empresa Berkan Assessoria E Consultoria Empresarial LTDA.; II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

TICIANA FREITAS DE SOUSA

DESPACHO Nº 985, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo nº 48500.006473/2018-43. Interessada: Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. - Elejor Decisão: anuir previamente à transferência de controle da Interessada, que passará a ser controlada pela empresa Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GT. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 684, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Processo nº: 48500.00001/2019-68. Interessado: Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S.A. - ESE. Decisão: (i) não autorizar a execução do projeto de Eficiência Energética "Aprendiz Energético" cuja proponente é a empresa Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S.A. - ESE; A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 8/2019

Fase de Requerimento de Lavra

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, resolve:(2132)

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 872.366/1996 -SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA - AREIA - Municipio(s) de PETROLINA/PE, JUAZEIRO/BA

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.114/1998 -TERFAL MAT. CONST. LTDA - AREIA - Municipio(s) de TUBARÃO/SC, CAPIVARI DE BAIXO/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 820.672/1998 -EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA. - ARGILA, AREIA - Municipio(s) de MOGI DAS CRUZES/SP

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 890.519/2001 -AREAL ANASTACIA DE CAMPOS LTDA. - AREIA - Municipio(s) de CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.152/2003 -TERFAL MAT. CONST. LTDA - AREIA - Municipio(s) de LAGUNA/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.600/2003 -LINOZILLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - AREIA - Municipio(s) de JAGUARUNA/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.050/2005 -OTILIA JULIETA DE AMORIM & CIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de ARAQUARI/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 860.792/2005 -CERÂMICA CATALÃO EIRELI - ARGILA - Municipio(s) de CUMARI/GO

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 803.140/2006 -MINERADORA DE CALCÁRIO ANTÔNIO ALMEIDA LTDA - CALCÁRIO - Municipio(s) de ANTÔNIO ALMEIDA/PI

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.318/2006 -RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP - AREIA - Municipio(s) de BLUMENAU/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 832.427/2006 -MINERAÇÃO E TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA. - AREIA - Municipio(s) de BELO VALE/MG

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 800.247/2009 -NATANAEL DE QUEIROZ LOURO EPP - AREIA - Municipio(s) de CHOROZINHO/CE

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.410/2009 -VENEZIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE FERRO VELHO LTDA - ARGILITO, CASCALHO - Municipio(s) de NOVA VENEZA/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.492/2010 -SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA. - BASALTO - Municipio(s) de MARACAJÁ/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.579/2010 -ITAPIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP - SAIBRO - Municipio(s) de IMARUÍ/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.778/2010 -JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. EPP - AREIA - Municipio(s) de JAGUARUNA/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 860.684/2010 -ARM NAKAGAVA LTDA ME - AREIA - Municipio(s) de NIQUELÂNDIA/GO, VILA PROPÍCIO/GO

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 815.641/2014 -SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA - ARGILA - Municipio(s) de MELEIRO/SC

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 860.576/2014 -ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de CRISTALINA/GO, IPAMERI/GO

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº , de 3 DE ABRIL DE 2019 - Processo nº 860.277/2016 -ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de CRISTALINA/GO, IPAMERI/GO

Fase de Concessão de Lavra

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra retificada(s):(2133)

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº - Retifica a PORTARIA DE LAVRA Nº 402/2006, DOU de 06/11/2006 - Processo nº 800.033/1995 - EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 15/2019

Fase de Requerimento de Lavra

Retificação de despacho(1388)

831.332/2002-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA - Publicado DOU de 26/02/2014, Relação n° , Seção 1, pág. - Onde se lê:"...Municipio(s) de Monte Alegre de Minas e Ituiutaba/MG...". Leia-se: "Município(s) de Monte Alegre de Minas e Prata/MG...".

833.036/2002-MINE INVEST BRAZIL LTDA - Publicado DOU de 08/11/2016, Relação n° , Seção 1, pág. - Onde se lê "município(s) de Itambacuri/MG...". Leia-se:"municipío(s) de Franciscopólis/MG...".

846.113/2002-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 09/04/2009, Relação n° , Seção 1, pág. - Onde se lê "...no(s)município(s) de São José de Espinharas e São Mamede, Estado da Paraíba, área reduzida de 1000ha para 936,72ha...", Leia-se "...no(s) município(s) de São Mamede, Estado da Paraíba, área reduzida de 936,72ha para 761,23ha..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 16/2019

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

846.601/2012-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-FAGUNDES/PB - Guia n° 07/2019-120.000toneladas-Filito- Validade:UM ANO

848.306/2016-IRRIGACAO DIAS CRUZ LTDA-PUREZA/RN, TOUROS/RN - Guia n° 06/2019-800toneladas-Diatomito- Validade:07/03/2022

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

826.928/1996-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-GUAÍRA/PR - Guia n° 05/2019-200.000toneladas-Areia- Validade:31/03/2020

815.207/2007-VERDE VALE GRAMAS E TRANSPORTES LTDA EPP-ANTÔNIO CARLOS/SC - Guia n° 01/2019-75.000toneladas-saibro- Validade:29/11/2020

826.191/2010-CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S A-TOLEDO/PR - Guia n° 02/2019-300.000toneladas-Basalto (Brita)- Validade:31/03/2020

846.035/2011-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-BARRA DE SANTA ROSA/PB - Guia n° 03/2019-120.000toneladas-Bentonita- Validade:05/09/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 17/2019

Fase de Requerimento de Lavra

Retificação de despacho(1388)

830.486/2001-MINERAÇÃO BONSUCESSO LTDA - Publicado DOU de 05/07/2001, Relação n° 395, Seção 1, pág. 96/104- Onde se lê:''... nos Municípios de Barão de Cocais e Caeté, Estado de Minas Gerais...'', leia-se: ''... no Município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais...''

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos Relação 17, 18 e 19/ 2019, publicadas no DOU de 25/03/2019, páginas 70 e 71 no Título, aponha-se por ter sido omitido, GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ. Ainda nos despachos, relação 18 e 19, onde se lê: "Gerente", leia-se "Chefe".

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 11/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.059/2018-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°94/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
868.178/2013-IRONE ALVES RIBEIRO BARBOSA-ÁGUA MINERAL
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.104/2014-CALCARIO MIRANDA LTDA EPP-OF. N°23/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
868.004/2004-TOSSIO NOMURA ME-OF. N°6/2019
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.047/2003-PEDREIRA AMAMBAI LTDA ME- Registro de Licença N° 17/2004 - Vencimento em 18/09/2022
868.261/2005-PORTO DE AREIA PALMITO LTDA EPP- Registro de Licença N° 33/2005 - Vencimento em 24/06/2020
868.243/2013-KARRÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- Registro de Licença N° 49/2013 - Vencimento em 01/10/2022
868.176/2014-DUARTE E BENITES COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA ME- Registro de Licença N° 22/2014 - Vencimento em 04/10/2022
868.235/2015-A R MAÇANEIRO ME- Registro de Licença N° 6/2016 - Vencimento em 31/10/2023

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 16/2019

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.131/2005-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°121/2019
868.215/2014-FRANCISCO DE ASSIS MOURA-OF. N°134/2019
868.132/2015-JOÃO CAETANO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°122/2019
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
868.040/2017-PORTO DE AREIA PALMITO LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
868.261/2016-WILSON SILVA PINTO-OF. N°132/2019
868.262/2016-WILSON SILVA PINTO-OF. N°133/2019
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.716/1984-INTERCEMENT BRASIL S A-OF. N°98/2019
868.096/2008-MINERAÇÃO MS LTDA-OF. N°129/2019
868.454/2009-MINERAÇÃO MS LTDA-OF. N°129/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
868.036/2011-CALCÁRIO BELA VISTA LTDA- Alvará de Pesquisa n° 3805/2012 - Cessionário: CPX SUL MATOGROSSENSE MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA- CNPJ 19.178.592/0001-64
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
868.108/2010-TREVO AREEIRO COMERCIAL LTDA ME - Registro de Licença N° 33/2010 - Publicado no DOU de 09/12/2010
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.987/1991-MINERPAN EMPRESA DE RECURSOS MINERAIS EIRELI-OF. N°116/2019
868.001/2006-CÍCERO FERMINO DA SILVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ME-OF. N°115/2019
868.123/2011-PORTO DE AREIA SANTO ANTONIO LTDA EPP-OF. N°135/2019
868.190/2012-PORTO DE AREIA SANTO ANTONIO LTDA EPP-OF. N°135/2019
868.191/2012-PORTO DE AREIA SANTO ANTONIO LTDA EPP-OF. N°135/2019
868.192/2012-PORTO DE AREIA SANTO ANTONIO LTDA EPP-OF. N°135/2019
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.008/2004-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- Registro de Licença N° 09/2004 - Vencimento em 28/05/2028
868.159/2011-RUBENS ALVES DA SILVA E CIA LTDA EPP- Registro de Licença N° 22/2011 - Vencimento em 24/03/2019
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
866.003/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP
866.004/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP
866.007/1990-PORTO DE AREIA ILHA CAROLINA LTDA EPP
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
868.032/2001-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.049/2016-CALCARIO MIRANDA LTDA EPP- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DO MIRANDA LTDA- CNPJ 31.484.403/0001-87- Registro de Licença N° 01/2017- Vencimento da Licença: 25/08/2019
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
868.161/2011-IRMÃOS DAGOSTIN LTDA ME-Cascalho - Registro de Licença N° 10/2014, DOU de 13/06/2014
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
868.022/2014-DARIO PEGORARO
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
868.108/2010-TREVO AREEIRO COMERCIAL LTDA ME
Autoriza redução de área(1207)
868.073/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME- Área reduzida de 50,00 para 49,47
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.166/2017-PORTO DE AREIA PALMITO LTDA EPP-Registro de Licença N° 4/2019 - Vencimento em 11/07/2023
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.001/2013-MARIA REZENDE DA SILVEIRA-OF. N°131/2019
868.152/2017-CELPA ATERRO E LOCAÇÃO LTDA-OF. N°112/2019
868.090/2018-HELENO RADEKE PERIN-OF. N°125/2019
868.129/2018-EDUARDO IBANHES-OF. N°114/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
868.167/2017-PORTO DE AREIA PALMITO LTDA EPP-OF. N°127/2019
868.189/2018-W. BARIZOM EIRELI ME-OF. N°123/2019
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
868.184/2017-ECOMIX PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELLI EPP
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
868.080/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO-OF. N°124/2019

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 19/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
1654/2019 - Gerência Regional / RJ-890.205/2018-MARCIO LUIS SCHMIDT-
1655/2019 - Gerência Regional / RJ-890.263/2018-AREAL DA SERVERINA LTDA ME-
1656/2019 - Gerência Regional / RJ-890.264/2018-AREAL DA SERVERINA LTDA ME-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1657/2019 - Gerência Regional / RJ-890.142/2016-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-
1658/2019 - Gerência Regional / RJ-890.163/2017-JOSÉ CARLOS SAKAMOTO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELE ME-
1659/2019 - Gerência Regional / RJ-890.102/2018-GUIDONI EXPORTAÇÃO LTDA.-
1660/2019 - Gerência Regional / RJ-890.103/2018-GUIDONI EXPORTAÇÃO LTDA.-
1661/2019 - Gerência Regional / RJ-890.125/2018-ENGELIDER CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-
1662/2019 - Gerência Regional / RJ-890.184/2018-MINERADORA PRP EIRELI-
1663/2019 - Gerência Regional / RJ-890.218/2018-BARREIRA SOCRIS LTDA-
1664/2019 - Gerência Regional / RJ-890.235/2018-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA-
1665/2019 - Gerência Regional / RJ-890.236/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
1666/2019 - Gerência Regional / RJ-890.237/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
1667/2019 - Gerência Regional / RJ-890.239/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
1668/2019 - Gerência Regional / RJ-890.246/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1669/2019 - Gerência Regional / RJ-890.247/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1670/2019 - Gerência Regional / RJ-890.249/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1671/2019 - Gerência Regional / RJ-890.250/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1672/2019 - Gerência Regional / RJ-890.252/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1673/2019 - Gerência Regional / RJ-890.254/2018-MARBRASA NORTE MINERADORA LTDA-
1674/2019 - Gerência Regional / RJ-890.258/2018-M.B. DE SOUZA ME-
1675/2019 - Gerência Regional / RJ-890.259/2018-EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIANGULO DE XERÉM LTDA-
1676/2019 - Gerência Regional / RJ-890.260/2018-EMPRESA DE MINERAÇÃO TRIANGULO DE XERÉM LTDA-
1677/2019 - Gerência Regional / RJ-890.261/2018-PEDRAS DECORATIVAS JORGE ARTHUR LTDA ME-
1678/2019 - Gerência Regional / RJ-890.272/2018-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS-
1679/2019 - Gerência Regional / RJ-890.277/2018-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA.-
1680/2019 - Gerência Regional / RJ-890.278/2018-CERÂMICA PORTO VELHO LTDA.-
1681/2019 - Gerência Regional / RJ-890.285/2018-CERÂMICA VILA NOVA LTDA.-
1682/2019 - Gerência Regional / RJ-890.286/2018-CERÂMICA R J NUNES LTDA-
1683/2019 - Gerência Regional / RJ-890.287/2018-CERÂMICA SERFIL LTDA. ME-
1684/2019 - Gerência Regional / RJ-890.288/2018-ELITE MINERAÇÃO LTDA ME-
1685/2019 - Gerência Regional / RJ-890.289/2018-ELITE MINERAÇÃO LTDA ME-
1686/2019 - Gerência Regional / RJ-890.312/2018-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-
1687/2019 - Gerência Regional / RJ-890.018/2019-ALEXANDRE ANTONIO CHAVES MAURO-
1688/2019 - Gerência Regional / RJ-890.019/2019-VICTOR VALLE DE PAULA-
1689/2019 - Gerência Regional / RJ-890.024/2019-EMPRESA DE MINERAÇÃO PENA BRANCA LTDA-
1690/2019 - Gerência Regional / RJ-890.031/2019-HACA PARTICIPAÇÕES LTDA.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1691/2019 - Gerência Regional / RJ-890.283/2018-OSVALDO DA COSTA CARDOSO FILHO-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 12/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.045/2018-BRENO J. D. DA FÔNSECA MINERAÇÃO EPP-Registro de Licença N° 3/2019 - Vencimento em 24/09/2028
844.048/2018-PREFEITURA MUN MAL DEODORO AL-Registro de Licença N° 4/2019 - Vencimento em 26/06/2038

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 3/2019

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Mineração São Jorge Ltda Cpf/cnpj :14.746.937/0001-15 - Processo minerário: 872534/09 - Processo de cobrança: 970070/19 Valor: R$.1.104.025,70

Titular: Mineração São Vicente Ltda Cpf/cnpj :06.537.334/0001-85 - Processo minerário: 870246/88 - Processo de cobrança: 970055/19 Valor: R$.528.540,04, Processo minerário: 870441/11 - Processo de cobrança: 970056/19 Valor: R$.36.659,46, Processo minerário: 870826/09 - Processo de cobrança: 970057/19 Valor: R$.480,85

Titular: Pedreira Amorim LTDA. Cpf/cnpj :40.530.602/0001-75 - Processo minerário: 871209/01 - Processo de cobrança: 973594/18 Valor: R$.89.636,56, Processo minerário: 870804/02 - Processo de cobrança: 973591/18 Valor: R$.199.598,24, Processo minerário: 870534/98 - Processo de cobrança: 973587/18 Valor: R$.37.994,68

Titular: Pedreira Interativa Ltda Cpf/cnpj :05.667.864/0001-85 - Processo minerário: 870322/00 - Processo de cobrança: 970037/19 Valor: R$.225.294,29, Processo minerário: 871035/00 - Processo de cobrança: 970038/19 Valor: R$.79.931,97

Titular: Pedreiras Omacil Comercio e Indústria Ltda Cpf/cnpj :15.132.871/0001-36 - Processo minerário: 870222/01 - Processo de cobrança: 970028/19 Valor: R$.7.696,65, Processo minerário: 974772/14 - Processo de cobrança: 970027/19 Valor: R$.1.033.830,67

Titular: Pedreiras Valeria S.A. Cpf/cnpj :15.851.413/0001-57 - Processo minerário: 804317/73 - Processo de cobrança: 970044/19 Valor: R$.1.246.809,82

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 4/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Casabranca Negócios Imobiliários Ltda me - 870808/14 - A.I. 31/19, 870809/14 - A.I. 32/19, 870812/14 - A.I. 33/19

Cbg Mineração s a - 873853/11 - A.I. 3/19, 873984/11 - A.I. 4/19, 870294/12 - A.I. 5/19, 870621/12 - A.I. 6/19, 870622/12 - A.I. 7/19, 870623/12 - A.I. 8/19, 870624/12 - A.I. 9/19, 870625/12 - A.I. 10/19, 870626/12 - A.I. 11/19, 870627/12 - A.I. 12/19, 870629/12 - A.I. 14/19, 870630/12 - A.I. 15/19, 870631/12 - A.I. 16/19, 870632/12 - A.I. 17/19, 870633/12 - A.I. 18/19, 870634/12 - A.I. 19/19, 870635/12 - A.I. 20/19

Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 870667/13 - A.I. 21/19, 870669/13 - A.I. 22/19, 870670/13 - A.I. 23/19, 870671/13 - A.I. 24/19, 870672/13 - A.I. 25/19, 870674/13 - A.I. 26/19, 870675/13 - A.I. 27/19, 870676/13 - A.I. 28/19, 870702/13 - A.I. 29/19

Elane Queiroz Vieira - 871074/14 - A.I. 34/19
f2 Extração e Transportes Ltda - 872689/15 - A.I. 44/19
Greenfields Mineração Ltda - 870133/15 - A.I. 40/19, 870254/16 - A.I. 49/19
Helio Josue de Oliveira me - 870545/14 - A.I. 41/19
Ironlake Exploração Mineral Ltda me - 870318/16 - A.I. 50/19
Jose Fernandes Pereira Neto - 870065/16 - A.I. 46/19
Mediterraneo Mineração Ltda - 870569/16 - A.I. 52/19
Mineração Ferros Mgm Ltda - 872086/11 - A.I. 2/19
Patrícia Dos Santos Reis - 870285/14 - A.I. 30/19
Paulo Cesar de Lima - 870097/16 - A.I. 48/19
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870079/16 - A.I. 47/19
Raimundo Nunes da Costa - 872498/15 - A.I. 43/19
Road Comercial Exportadora Importadora e Industria Ltda - 871999/14 - A.I. 36/19, 872150/14 - A.I. 37/19, 872151/14 - A.I. 38/19, 872152/14 - A.I. 39/19
Romilton Melo de Souza - 871190/14 - A.I. 35/19
Teogles Ireno Santana Eireli me - 873090/15 - A.I. 45/19
Uilmo Pereira de Oliveira & Cia Ltda me - 872320/15 - A.I. 42/19
Weliton Carlos Santos Araujo Eireli me - 870415/16 - A.I. 51/19

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 5/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

a g Pierrout Comércio Atacadista de Minerios me - 870006/17 - A.I. 75/19
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 870029/17 - A.I. 76/19
Ailton Sebastiao da Silva - 870800/17 - A.I. 103/19
Ana Carina Pires da Silva - 870639/17 - A.I. 95/19
Antonio de Souza Jorge - 870269/17 - A.I. 127/19, 871400/16 - A.I. 59/19
Barions Marmores Ltda - 870640/16 - A.I. 54/19
Belly Granitos Exportacao e Importacao Ltda me - 871321/16 - A.I. 58/19
Casablanca Mineração Ltda - 872622/16 - A.I. 73/19
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 870072/17 - A.I. 79/19
e f da Silva Filho me - 870415/17 - A.I. 84/19
Edmilson Feliciano Dos Santos - 870496/17 - A.I. 87/19
Edson Dourado - 870675/17 - A.I. 97/19
Extração e Comércio de Areia Santos Ltda me - 870271/17 - A.I. 82/19
Flauzina Aparecida Ferreira Neves me - 870585/17 - A.I. 91/19
Friedrich Franz Hacki - 871567/16 - A.I. 64/19
Greenfields Mineração Ltda - 871450/16 - A.I. 61/19, 870794/17 - A.I. 102/19
Guimarães & Souza Mineração e Comércio Ltda me - 872193/16 - A.I. 448/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 870781/16 - A.I. 56/19
j e c Comercio e Servicos em Construcoes Ltda me - 870421/17 - A.I. 85/19, 870422/17 - A.I. 86/19
j. Damacena de Jesus Serviços me - 870309/17 - A.I. 83/19
js Gems Ltda me - 870585/16 - A.I. 53/19
lg Construtora Ltda me - 870625/17 - A.I. 93/19
Lima Consultoria Ambiental Mineração e Agronomia Ltda - 872751/16 - A.I. 74/19
Luciano Araujo Menezes - 870631/17 - A.I. 94/19
Luiz Eduardo Fernandez Leiro - 870758/17 - A.I. 99/19, 870612/17 - A.I. 92/19
Manoel Alvaro Lima Soriano me - 870834/17 - A.I. 104/19
Marcelo Pereira Dos Santos - 870578/17 - A.I. 89/19
Mediterraneo Mineração Ltda - 870670/16 - A.I. 55/19
Mineração Brasferros Bahia Ltda - 871688/16 - A.I. 65/19
Mineração Caiçara Ltda - 872032/16 - A.I. 69/19, 872033/16 - A.I. 70/19
Mineração Concorde Alpha 1 Importação e Exportação Ltda me - 870976/16 - A.I. 57/19
Mineração Ferros Mgm Ltda - 871558/16 - A.I. 63/19
Mineração Itagran Ltda - 870069/17 - A.I. 77/19, 870070/17 - A.I. 78/19
Minerxx Exploracao, Comercio, Importacao e Exportacao de Minerios LTDA. me - 871730/16 - A.I. 66/19
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870257/17 - A.I. 80/19
Presmag Extração de Minerais Eireli - 871771/16 - A.I. 67/19
Roberto Gabriel Duarte - 870669/17 - A.I. 96/19
Romilton Melo de Souza - 872009/16 - A.I. 68/19, 872190/16 - A.I. 71/19
Shekinah Granitos Ltda me - 870509/17 - A.I. 88/19
Sila Florestamento e Participações Ltda - 870772/17 - A.I. 100/19, 870773/17 - A.I. 101/19
Terezinha Cardoso Dos Santos - 870702/17 - A.I. 98/19
Wallasse Guedes Correia - 872584/16 - A.I. 72/19

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 6/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

a3 Mineração, Exportação e Importação Ltda me - 871158/17 - A.I. 122/19
Ageandro Laerte Pereira da Silva - 870266/18 - A.I. 178/19, 870267/18 - A.I. 179/19, 870275/18 - A.I. 180/19, 870276/18 - A.I. 181/19, 870277/18 - A.I. 184/19
Alcides Silva Santos - 870975/17 - A.I. 111/19
Bioground Mineração Ltda - 871445/17 - A.I. 135/19
Cooperativa Dos PEQ. Produt., TRANSPOR. e COMERCIL. de Minerio do MUN. Jaborandi - 870243/18 - A.I. 170/19, 870244/18 - A.I. 171/19, 870245/18 - A.I. 172/19, 870246/18 - A.I. 173/19
Couros Mineração Ltda me - 871364/17 - A.I. 129/19
Danilo Alberto Alves Barbosa - 871453/17 - A.I. 138/19
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 870664/18 - A.I. 186/19, 870666/18 - A.I. 187/19
Exótica Stone Granitos e Marmores Ltda me - 871378/17 - A.I. 131/19, 870856/17 - A.I. 105/19
Fazendas Reunidas Santa Maria LTDA. - 871300/17 - A.I. 128/19
Flory Nonato Dos Santos - 871100/17 - A.I. 118/19
Geovan da Anunciação Cordeiro - 871367/17 - A.I. 130/19
Gran g5 Export LTDA. - 870994/17 - A.I. 114/19, 870996/17 - A.I. 115/19
Grancosta Granitos e Mineração Ltda me - 870990/17 - A.I. 112/19, 870991/17 - A.I. 113/19
Guimarães & Souza Mineração e Comércio Ltda me - 870255/18 - A.I. 175/19
Helmo Bagdá Gama - 870258/18 - A.I. 176/19, 870259/18 - A.I. 177/19, 870247/18 - A.I. 174/19
Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 871280/17 - A.I. 126/19
Jeriba Mineração de Pedras Ornamentais, Estração, Import e Exportação Ltda me - 871180/17 - A.I. 125/19, 871056/17 - A.I. 117/19
João Roberto Rodrigues Alves - 871637/17 - A.I. 141/19
José Rosa Machado - 871743/17 - A.I. 143/19, 871153/17 - A.I. 120/19, 871154/17 - A.I. 121/19, 870892/17 - A.I. 106/19
Leildo Lima Ribeiro me - 870945/17 - A.I. 110/19
Luciano Cassimiro de Oliveira - 870287/18 - A.I. 182/19
Maria Emilia de Freitas Palhares Prais - 870899/17 - A.I. 107/19, 870900/17 - A.I. 108/19, 870908/17 - A.I. 109/19, 871395/17 - A.I. 132/19
Matos Materiais de Construção Ltda me - 871137/17 - A.I. 119/19
Mibras Mineração do Brasil Ltda - 871167/17 - A.I. 124/19
Mineração Emil Ltda me - 871461/17 - A.I. 139/19, 871462/17 - A.I. 140/19
Mineração Gran Premium Ltda - 870292/18 - A.I. 183/19, 870637/18 - A.I. 185/19
Nilson Natal Silva - 871693/17 - A.I. 142/19
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870221/18 - A.I. 167/19
Poliex Acabamentos Especiais Ltda - 871451/17 - A.I. 136/19, 871452/17 - A.I. 137/19
Pulu Terraplanagem & Mineração Ltda me - 871748/17 - A.I. 144/19
Roberto Ferreira de Souza - 871035/17 - A.I. 116/19
Segovia Comércio de Mármores e Granitos LTDA. - 871160/17 - A.I. 123/19
Wagner Alves Teixeira Junior - 871289/17 - A.I. 127/19

CLAUDIA MARTINEZ MAIA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 25/2019

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.427/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°167/2019
861.655/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°159/2019
861.386/2010-MINERADORA AMERICAL LTDA - EPP-OF. N°157/2019
861.388/2010-MINERADORA AMERICAL LTDA - EPP-OF. N°162/2019
861.470/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°158/2019
861.475/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°168/2019
861.477/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°155/2019
861.481/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°156/2019
862.423/2011-UNION MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°144/2019
861.514/2012-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°160/2019
861.153/2015-BRITAGO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-OF. N°166/2019
861.506/2015-MINERAÇÃO RAVAZE LTDA ME-OF. N°146/2019
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
860.893/2009-ACTO MNERADORA EIRELI-OF. N°269/2017 e 270/2017.
861.082/2013-D. G. DE OLIVEIRA MINERADORA ME-OF. N°916/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
861.091/2015-IRMÃOS CHAVES MATERIAIS E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME-OF. N°161/2019-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
861.427/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°175/2019
861.655/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°174/2019
862.039/2008-MAVEA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°137/2019
862.047/2008-MAVEA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°137/2019
861.386/2010-MINERADORA AMERICAL LTDA - EPP-OF. N°171/2019
861.388/2010-MINERADORA AMERICAL LTDA - EPP-OF. N°176/2019
861.470/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°177/2019

861.475/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°173/2019
861.477/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°169/2019
861.481/2010-EMFOL EMPRESA DE MINERAÇÃO FORMOSA LTDA.-OF. N°170/2019
862.423/2011-UNION MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°143/2019
861.514/2012-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA-OF. N°172/2019
862.096/2012-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°138/2019
860.609/2014-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME-OF. N°138/2019
861.153/2015-BRITAGO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-OF. N°165/2019
861.506/2015-MINERAÇÃO RAVAZE LTDA ME-OF. N°145/2019
860.075/2016-AREIALTO EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-OF. N°164/2019
860.076/2016-AREIALTO EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-OF. N°164/2019
860.077/2016-AREIALTO EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA-OF. N°164/2019
861.213/2016-MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°136/2019
861.214/2016-MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°136/2019
861.215/2016-MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°136/2019
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
861.647/2011-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA- Registro de Licença N° 276/2013 - Vencimento em 19/12/2019
861.738/2011-LUCIMEIRE ALVES SOUZA- Registro de Licença N° 03/2018 - Vencimento em 04/06/2019
860.142/2012-WEBER FELIX GOUVEA- Registro de Licença N° 204/2012 - Vencimento em 17/11/2019
861.102/2014-BL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 90/2016 - Vencimento em 03/01/2020
861.103/2014-BL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 166/2015 - Vencimento em 03/01/2020
861.137/2014-MARCIA VALERIANO- Registro de Licença N° 20/2016 - Vencimento em 09/07/2022
861.232/2014-CERÂMICA BARREIRÃO LTDA- Registro de Licença N° 105/2016 - Vencimento em Indeterminado
861.267/2014-MARCONDES LOPES DE SOUZA- Registro de Licença N° 63/2015 - Vencimento em 18/05/2019
860.091/2015-TRINDADE MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 143/2012 - Vencimento em 04/02/2021
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
860.096/2019-MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-OF. N°128/2019
860.097/2019-MUNICÍPIO DE SILVÂNIA-OF. N°128/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
860.222/2018-IDAIANE COSTA VIEIRA-OF. N°130/2019

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 8/2019

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.235/2007-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-AI N°95/2019
866.932/2011-DARLEY CARLOS GONÇALVES GALLO-AI N°98/2019
866.526/2012-ARDENI EDNO REBEQUI-AI N°100/2019
866.831/2012-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP-AI N°94/2019
867.175/2013-ROBERTO BASSO-AI N°87/2019
866.044/2014-EUZEBIO PEREIRA DE ALMEIDA-AI N°86/2019
866.153/2014-NILTON DA SILVA-AI N°83/2019
866.180/2014-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA ME-AI N°85/2019
866.357/2014-BELCHIOR PRESTES DALLAGNOL-AI N°90/2019
866.558/2014-TRANSMIDAL TRANSPORTES E MINERAÇÃO DALSOQUIO LDTA EPP-AI N°91/2019
866.761/2014-DANIELA TERESA CORTI DI RETORBIDO E DI CASTEL SAN VITALE DELLE CARPINETE-AI N°92/2019
866.808/2014-MINERAÇÃO BICA DÁGUA LTDA ME-AI N°81/2019
866.866/2014-CAIRO ROBERTO DA SILVA-AI N°93/2019
866.989/2014-CERÂMICA MN LTDA ME-AI N°78/2019
866.998/2014-ELIAS DE SOUZA FILHO-AI N°77/2019
866.067/2015-RICARDO SGUISSARDI TOLEDO-AI N°79/2019
866.093/2015-ECO AMBIENTAL IND., COMERCIO E RECICLAGEM DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME-AI N°96/2019
866.332/2015-MARCELIANA ALVES SCHUINDT-AI N°99/2019
866.590/2015-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL P CERAMICAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL MT-AI N°89/2019
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
866.163/2016-MINERPAV MINERADORA LEVERGER LTDA - AI N°870/2017

SERAFIM CARVALHO MELO
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 29/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cerâmica Fkm Ltda - 866617/06 - Not.1/2019 - R$ 3.748,82, 866617/06 - Not.2/2019 - R$ 3.936,99
Marcus Vitor Nunes Lindote - 866842/10 - Not.15/2019 - R$ 3.280,81, 866840/10 - Not.16/2019 - R$ 3.280,81

SERAFIM CARVALHO MELO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 70/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
832.963/2015-HUMBERTO FARIA-Registro de Licença N° 5.132/2019 - Vencimento em 01/09/2020

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 10/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.264/2018-J.B. CORREA & CIA LTDA-OF. N°170/2019
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
886.215/2012-JOSÉ DE SOUZA CARVALHO ME
886.177/2015-M. A. PERON
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
886.089/2014-L A DE OLIVEIRA ME
886.067/2017-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
886.424/2010-VALENTIM MANDUCA PACIOS-ALVARÁ N°16065/2015
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.215/2012-JOSÉ DE SOUZA CARVALHO ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.324/2007-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ESTANHO DO BRASIL-OF. N°150/2019
886.167/2012-ANTONIO A. S. FILHO ME-OF. N°148/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
886.295/2008-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ESTANHO DO BRASIL-OF. N°984/2018-60 dias
886.216/2010-COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ESTANHO DO BRASIL-OF. N°985/2018-60 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
886.312/2001-MARCOS DA SILVA PINHO- 6.710 n° 2002 - Cessionário: MINERAÇÃO COSTA MARQUES LTDA ME- CNPJ 27.808.180/0001-99
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
886.113/2001-AREAL PORTO SULAMERICA LTDA ME-OF. N°145/2019
886.029/2005-LUCIMONE MARIA DE ALMEIDA SILVA EPP-OF. N°147/2019
886.497/2014-CARLOS GOMES CONSULTORIA E SERVIÇOS GEOLÓGICOS E AMBIENTAIS EIRELI-OF. N°155/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
886.136/2008-AREIA BRANCA MATERIAL BÁSICO LTDA.-OF. N°154/2019
886.531/2008-S. R. DOS SANTOS SOLON - ME-OF. N°149/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
880.087/1985-AGUA MINERAL LIND ÁGUA LTDA-OF. N°153/2019
880.002/1992-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL MONTE MÁRIO LTDA-OF. N°172/2019
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
886.057/2014-EXTRAÇÃO LATERITA QUINARI LTDA-OF. N°168/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
886.086/2018-AMAZÔNIA CONSTRUÇOES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°162/2019
886.088/2018-AMAZÔNIA CONSTRUÇOES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°166/2019
886.093/2018-AMAZÔNIA CONSTRUÇOES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°161/2019
886.094/2018-AMAZÔNIA CONSTRUÇOES ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-OF. N°160/2019
886.130/2018-CONSTRUTORA CENTRO LESTE ENGENHARIA LTDA-OF. N°164/2019
886.131/2018-CONSTRUTORA CENTRO LESTE ENGENHARIA LTDA-OF. N°163/2019

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 17/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Antônio Edegar de Santiago - 886358/10 - Not.20/2019 - R$ 190,62
Elvis Padilha Gomes me - 886174/14 - Not.17/2019 - R$ 810,37, 886174/14 - Not.18/2019 - R$ 356,38
Erismar Paulino de Góes - 886288/10 - Not.19/2019 - R$ 4.332,46
Geovani de Oliveira - 886324/11 - Not.12/2019 - R$ 183,95
João Daniel Almeida da Silva Neto - 886143/09 - Not.15/2019 - R$ 397,34, 886143/09 - Not.16/2019 - R$ 96,93
s a Projetos e Engenharia Tecnica Ltda - 886552/11 - Not.11/2019 - R$ 198,98
Vicente Osowski - 886069/12 - Not.13/2019 - R$ 834,56, 886069/12 - Not.14/2019 - R$ 398,03

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 18/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Antônio Vieira Cordeiro - 886047/13
Mineração Lirio Branco - 886038/16, 886021/15, 886282/16, 886029/16

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 40/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adilson Maciel me - 815054/13 - Not.11/2019 - R$ 3.744,06
Areal Prata Ltda me - 815371/11 - Not.9/2019 - R$ 5.223,80, 815199/17 - Not.20/2019 - R$ 410,41
Célio Bruno Apolinario - 815079/17 - Not.19/2019 - R$ 417,28
Diego da Rosa Cardoso - 815407/13 - Not.13/2019 - R$ 288,73
Fernando Heil - 815204/17 - Not.21/2019 - R$ 65,00
Jazida Guimaraes Eireli me - 815839/16 - Not.18/2019 - R$ 410,41
Joaia Administradora de Bens Eireli Epp - 815151/95 - Not.8/2019 - R$ 417,28

Minas Minerais Industriais LTDA. - 815006/15 - Not.16/2019 - R$ 397,34
Mineração Zanatta Ltda - 815097/90 - Not.6/2019 - R$ 3.739,62, 815097/90 - Not.7/2019 - R$ 3.956,40
Mpm Madre Paulina Mineração e Comércio Ltda - 815411/16 - Not.17/2019 - R$ 407,98
Paraiso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda - 815101/13 - Not.12/2019 - R$ 1.588,45
Porto de Areia Santa Maria Ltda - 815776/87 - Not.1/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.2/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.3/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.4/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.5/2019 - R$ 4.172,49
Salesio Farias de Souza me - 815685/14 - Not.15/2019 - R$ 397,34
Valmir Luiz Mella - 815121/12 - Not.10/2019 - R$ 401,07
Zanette Industria Ceramica Ltda Epp - 815158/14 - Not.14/2019 - R$ 397,34

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 40/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adilson Maciel me - 815054/13 - Not.11/2019 - R$ 3.744,06
Areal Prata Ltda me - 815371/11 - Not.9/2019 - R$ 5.223,80, 815199/17 - Not.20/2019 - R$ 410,41
Célio Bruno Apolinario - 815079/17 - Not.19/2019 - R$ 417,28
Diego da Rosa Cardoso - 815407/13 - Not.13/2019 - R$ 288,73
Fernando Heil - 815204/17 - Not.21/2019 - R$ 65,00
Jazida Guimaraes Eireli me - 815839/16 - Not.18/2019 - R$ 410,41
Joaia Administradora de Bens Eireli Epp - 815151/95 - Not.8/2019 - R$ 417,28
Minas Minerais Industriais LTDA. - 815006/15 - Not.16/2019 - R$ 397,34
Mineração Zanatta Ltda - 815097/90 - Not.6/2019 - R$ 3.739,62, 815097/90 - Not.7/2019 - R$ 3.956,40
Mpm Madre Paulina Mineração e Comércio Ltda - 815411/16 - Not.17/2019 - R$ 407,98
Paraiso Comércio de Materiais de Construção e Terraplanagem Ltda - 815101/13 - Not.12/2019 - R$ 1.588,45
Porto de Areia Santa Maria Ltda - 815776/87 - Not.1/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.2/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.3/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.4/2019 - R$ 4.172,49, 815776/87 - Not.5/2019 - R$ 4.172,49
Salesio Farias de Souza me - 815685/14 - Not.15/2019 - R$ 397,34
Valmir Luiz Mella - 815121/12 - Not.10/2019 - R$ 401,07
Zanette Industria Ceramica Ltda Epp - 815158/14 - Not.14/2019 - R$ 397,34

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 6/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Adriana Morishigue Strioli - 820879/09 - Not.28/2019 - R$ 774,92
Botuquara Administração, Empreendimentos e Participações Ltda - 8220/41 - Not.177/2019 - R$ 459,23, 6174/46 - Not.178/2019 - R$ 459,23
Cgs Construção e Comércio Ltda - 820434/09 - Not.2/2019 - R$ 771,82
Ecomineral Mineracao Ltda - 820954/88 - Not.538/2018 - R$ 485,71
Embu S.a Engenharia e Comércio - 920087/03 - Not.167/2019 - R$ 457,84
Usina Santa Adélia s a - 821483/13 - Not.27/2019 - R$ 784,91

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 12/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Agricola e Comercial Banaurea LTDA. - 820430/11 - Not.36/2019 - R$ 12,80
Águas Claras Mineração e Comércio Ltda - 820475/03 - Not.119/2019 - R$ 4.019,55
Alexandre Duarte Martins - 820919/16 - Not.141/2019 - R$ 4.019,55
Alexandre Whately Paiva - 820140/08 - Not.96/2019 - R$ 4.001,76, 820347/13 - Not.110/2019 - R$ 4.019,55, 821369/13 - Not.21/2019 - R$ 8.006,81
Armando Das Neves Feltrin - 820136/17 - Not.94/2019 - R$ 4.019,55
Artur D´avila Ribeiro me - 820678/01 - Not.153/2019 - R$ 287,66
Azsucil Ltda me - 820408/17 - Not.117/2019 - R$ 4.001,76
Beni Ferreira Fré Landini - 820547/08 - Not.133/2019 - R$ 4.019,55
Beny Alves do Carmo Olaria & Cia Ltda me - 820491/10 - Not.41/2019 - R$ 635,38, 820491/10 - Not.42/2019 - R$ 367,54
Carlos Antônio Cardoso - 820342/94 - Not.106/2019 - R$ 4.019,55
Cerâmica São Marcos de Conchas Ltda - 820949/00 - Not.158/2019 - R$ 4.010,38, 820949/00 - Not.159/2019 - R$ 4.010,38, 820949/00 - Not.160/2019 - R$ 4.010,38, 820949/00 - Not.161/2019 - R$ 4.010,38, 820949/00 - Not.162/2019 - R$ 4.010,38, 820949/00 - Not.163/2019 - R$ 4.120,98
Contern Construções e Comercio Ltda - 821192/15 - Not.139/2019 - R$ 4.019,55
Cristiano Henrique Pessoti - 820790/10 - Not.43/2019 - R$ 1.143,27, 820790/10 - Not.44/2019 - R$ 367,54
Diego de Oliveira me - 820182/92 - Not.84/2019 - R$ 4.086,97
Eduardo Caldas Dalla Vecchia - 820225/09 - Not.102/2019 - R$ 4.019,55
Empresa de Mineração Brissolare Ltda - 821394/99 - Not.64/2019 - R$ 3.362,29, 821394/99 - Not.65/2019 - R$ 3.362,29
Fiasil Ltda Epp - 820223/86 - Not.88/2019 - R$ 3.375,18
Fonte Àgua Mineral Rio Velho Ltda me - 820815/02 - Not.166/2019 - R$ 4.136,21
Fontelli Indústria e Comércio de Bebidas Ltda - 821404/98 - Not.76/2019 - R$ 4.030,12, 821404/98 - Not.77/2019 - R$ 4.070,13
Geraldo Bueno Silveira - 820599/91 - Not.125/2019 - R$ 4.019,55
Granvisa Marmores e Granitos LTDA. - 820438/90 - Not.168/2019 - R$ 4.086,97
Hnk br Industria de Bebidas Ltda - 807144/77 - Not.169/2019 - R$ 3.984,61
Indústria de Cerâmica Cilda LTDA. - 821766/99 - Not.66/2019 - R$ 4.001,46, 821766/99 - Not.67/2019 - R$ 4.001,46, 821766/99 - Not.68/2019 - R$ 3.995,27, 821766/99 - Not.69/2019 - R$ 3.995,27, 821766/99 - Not.70/2019 - R$ 3.995,27, 821766/99 - Not.71/2019 - R$ 3.995,27, 821766/99 - Not.72/2019 - R$ 3.995,27
Industria de Sucos Paturi Ltda - 820432/96 - Not.170/2019 - R$ 4.017,33, 820432/96 - Not.171/2019 - R$ 4.017,33, 820432/96 - Not.172/2019 - R$ 3.956,40, 820432/96 - Not.173/2019 - R$ 3.956,40
Itafonte Comércio e Exploração de Água Mineral Ltda - 820226/85 - Not.174/2019 - R$ 4.086,97, 820226/85 - Not.175/2019 - R$ 4.086,97, 820226/85 - Not.176/2019 - R$ 4.086,97
Joabe Jose Barbosa - 820975/10 - Not.45/2019 - R$ 367,54, 820975/10 - Not.46/2019 - R$ 178,16
João Lopes Neto - 821258/10 - Not.154/2019 - R$ 374,76
José Brandão Filho - 820665/14 - Not.164/2019 - R$ 3.875,59
José Eduardo Ribeiro da Silva me - 821082/96 - Not.87/2019 - R$ 3.990,64
Jose Francisco Romero - 820578/15 - Not.17/2019 - R$ 4.003,41
Jose Maria Leroy - 820149/11 - Not.34/2019 - R$ 53,11, 820149/11 - Not.35/2019 - R$ 365,50
José Roberto Faria - 820632/13 - Not.37/2019 - R$ 112,49
Josiel Domingos Roque - 821092/10 - Not.155/2019 - R$ 374,76
Marisa Bonilha - 820288/17 - Not.8/2019 - R$ 4.003,41
mc Construtora e Topografia LTDA. - 820605/09 - Not.150/2019 - R$ 337,54, 820606/09 - Not.151/2019 - R$ 337,54, 820607/09 - Not.152/2019 - R$ 337,54
Milton Carlos Bonato - 820100/11 - Not.30/2019 - R$ 106,63, 820100/11 - Not.31/2019 - R$ 365,50, 820101/11 - Not.32/2019 - R$ 365,50, 820101/11 - Not.33/2019 - R$ 176,45
Mineração Água Vermelha LTDA. - 821127/99 - Not.61/2019 - R$ 4.071,10, 820253/92 - Not.85/2019 - R$ 3.984,61, 820253/92 - Not.86/2019 - R$ 3.984,61
Mineração Baruel LTDA. - 820099/08 - Not.92/2019 - R$ 4.019,55, 820530/04 - Not.123/2019 - R$ 4.019,55
Mineração e Comércio Hancock Ltda - 820206/94 - Not.127/2019 - R$ 4.019,55
Mineração Ibicatu Ltda - me - 821154/99 - Not.62/2019 - R$ 4.001,46, 821154/99 - Not.63/2019 - R$ 4.001,46
Mineradora Tribo de Judá LTDA. - 820233/12 - Not.104/2019 - R$ 4.019,55
Minermix Mineração LTDA. - 820963/97 - Not.78/2019 - R$ 3.306,24
Navegantes Comércio e Transporte de Areia e Pedra Ltda - 820968/10 - Not.156/2019 - R$ 374,76, 821143/10 - Not.157/2019 - R$ 374,76
Oriental Mineração Ltda - 821271/99 - Not.73/2019 - R$ 4.001,46, 821271/99 - Not.74/2019 - R$ 4.001,46
Pedreira Bonato Ltda - 821259/98 - Not.75/2019 - R$ 3.223,88
Pedreira Maria Teresa LTDA. - 820386/16 - Not.12/2019 - R$ 4.003,41
Pedreira Taquaruçu Ltda - 820032/02 - Not.90/2019 - R$ 4.019,55
Pedro Roque Scanavachi - 820072/11 - Not.29/2019 - R$ 180,64, 820072/11 - Not.38/2019 - R$ 365,50
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820735/12 - Not.135/2019 - R$ 4.019,55
Rafael Ricci - 820354/17 - Not.114/2019 - R$ 4.019,55
rr Participações, Investimentos, Administração e Comércio Ltda - 820698/15 - Not.16/2019 - R$ 8.006,81
Salione Mineração Ltda - 821221/15 - Not.14/2019 - R$ 4.003,41, 820654/16 - Not.10/2019 - R$ 4.003,41
São Bento Extraçãol, Comércio e Transporte de Minérios Ltda - 820437/97 - Not.81/2019 - R$ 4.086,97, 820437/97 - Not.82/2019 - R$ 4.086,97, 820437/97 - Not.83/2019 - R$ 4.086,97
Sérgio de Moraes Filho - 821079/10 - Not.47/2019 - R$ 181,58, 821079/10 - Not.48/2019 - R$ 367,54
Tabajara Mineração e Transportes Ltda me - 820261/97 - Not.79/2019 - R$ 3.278,35, 820261/97 - Not.80/2019 - R$ 3.278,35
Vale do Paititi Ltda me - 820348/13 - Not.112/2019 - R$ 4.001,76, 820616/07 - Not.129/2019 - R$ 4.001,76, 820729/07 - Not.131/2019 - R$ 4.001,76, 820343/13 - Not.108/2019 - R$ 4.001,76, 820150/17 - Not.98/2019 - R$ 4.001,76, 820163/13 - Not.100/2019 - R$ 4.001,76, 820581/11 - Not.7/2019 - R$ 3.837,72, 820154/14 - Not.19/2019 - R$ 3.848,59, 820926/10 - Not.23/2019 - R$ 7.697,19, 820534/14 - Not.137/2019 - R$ 4.001,76, 820503/13 - Not.121/2019 - R$ 4.001,76

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 13/2019

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Águas Claras Mineração e Comércio Ltda - 820475/03 - Not.118/2019 - R$ 2.917,47
Alexandre Duarte Martins - 820919/16 - Not.140/2019 - R$ 16,88
Alexandre Whately Paiva - 820347/13 - Not.109/2019 - R$ 886,02, 821369/13 - Not.20/2019 - R$ 3.836,80, 820140/08 - Not.95/2019 - R$ 192,12
Armando Das Neves Feltrin - 820136/17 - Not.93/2019 - R$ 86,86
Azsucil Ltda me - 820408/17 - Not.115/2019 - R$ 1.014,71
Beni Ferreira Fré Landini - 820547/08 - Not.132/2019 - R$ 782,22
Carlos Antônio Cardoso - 820342/94 - Not.105/2019 - R$ 524,39
Contern Construções e Comercio Ltda - 821192/15 - Not.138/2019 - R$ 917,90
Eduardo Caldas Dalla Vecchia - 820225/09 - Not.101/2019 - R$ 8.173,59
Geraldo Bueno Silveira - 820599/91 - Not.124/2019 - R$ 1.729,62
Mineração Baruel LTDA. - 820530/04 - Not.122/2019 - R$ 2.662,43, 820099/08 - Not.91/2019 - R$ 276,10
Mineração e Comércio Hancock Ltda - 820206/94 - Not.126/2019 - R$ 204,95
Mineradora Tribo de Judá LTDA. - 820233/12 - Not.103/2019 - R$ 7.597,60
Pedreira Maria Teresa LTDA. - 820386/16 - Not.11/2019 - R$ 1.445,47
Pedreira Taquaruçu Ltda - 820032/02 - Not.89/2019 - R$ 3.905,78
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820735/12 - Not.134/2019 - R$ 2.758,51
Rafael Ricci - 820354/17 - Not.113/2019 - R$ 495,25
rr Participações, Investimentos, Administração e Comércio Ltda - 820698/15 - Not.15/2019 - R$ 201,70
Salione Mineração Ltda - 821221/15 - Not.13/2019 - R$ 176,99, 820654/16 - Not.9/2019 - R$ 4.017,48
Vale do Paititi Ltda me - 820581/11 - Not.6/2019 - R$ 2.460,63, 820154/14 - Not.18/2019 - R$ 4.932,91, 820926/10 - Not.22/2019 - R$ 2.645,25, 820150/17 - Not.97/2019 - R$ 186,87, 820163/13 - Not.99/2019 - R$ 2.427,01, 820343/13 - Not.107/2019 - R$ 933,80, 820348/13 - Not.111/2019 - R$ 310,23, 820503/13 - Not.120/2019 - R$ 102,10, 820534/14 - Not.136/2019 - R$ 2.204,37, 820616/07 - Not.128/2019 - R$ 611,74, 820729/07 - Not.130/2019 - R$ 130,51

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 13/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aurobrás Mineração s a - 880356/11 - A.I. 34/19, 880357/11 - A.I. 35/19, 880358/11 - A.I. 36/19, 880359/11 - A.I. 37/19, 880098/12 - A.I. 38/19
Carlos Vitorino da Silva - 880397/11 - A.I. 28/19
Erico Marinho Maia - 880133/15 - A.I. 39/19
Erinaldo Gomes Viana - 880134/15 - A.I. 40/19

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 15/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amazonrios Navegação e Transporte Ltda - 880007/18 - A.I. 65/19
Antonio Jardson Silva de Oliveira - 880069/18 - A.I. 70/19
Carlos Vitorino da Silva - 880397/11 - A.I. 47/19
Cooperativa Extrativista Mineral Dos Garimpeiros de Apuí - 880123/08 - A.I. 46/19
Edna Maria Jatoba - 880115/08 - A.I. 44/19, 880116/08 - A.I. 45/19
Erico Marinho Maia - 880133/15 - A.I. 55/19
Erinaldo Gomes Viana - 880134/15 - A.I. 56/19
Gemas do Norte Comércio, Importação e Exportação de Pedras Preciosas e Semipre - 880062/16 - A.I. 57/19
Ivo Almeida Rodrigues - 880083/17 - A.I. 61/19
João Orestes Schneider Santos - 880095/14 - A.I. 49/19, 880097/14 - A.I. 50/19, 880098/14 - A.I. 51/19, 880099/14 - A.I. 52/19, 880100/14 - A.I. 53/19, 880101/14 - A.I. 54/19
Jose Marcelo Campos Dos Santos - 880016/18 - A.I. 66/19
Mineração Serra do Estreito LTDA. - 880105/17 - A.I. 62/19, 880106/17 - A.I. 63/19, 880109/17 - A.I. 64/19
Pablo Xavier do Prado Martin Cocher - 880053/18 - A.I. 68/19, 880054/18 - A.I. 69/19
Pedreira Figueiredo Ind e Com de Pedras Brit e Art de CIM. Ltda - 880006/17 - A.I. 58/19
Sergam Serviços Geológicos da Amazônia Ltda - 880806/85 - A.I. 41/19, 880807/85 - A.I. 42/19, 880809/85 - A.I. 43/19
t s f Comércio Atacadista de Eletrônicos - 880047/17 - A.I. 60/19
Tadashi Katayama - 880044/17 - A.I. 59/19
Valdir Valter Ferrando - 880036/13 - A.I. 48/19
Velbster Artur Saldanha Birtche - 880075/18 - A.I. 71/19
xr Mineração IMP. Exportação Ltda - 880051/18 - A.I. 67/19

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 32/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.550/1985-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
850.551/1985-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
850.552/1985-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
850.553/1985-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
854.305/1993-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
854.306/1993-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA.
854.612/1994-JENIPAPO RECURSOS NATURAIS S.A.
855.735/1994-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.
851.637/1995-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
851.642/1995-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
851.643/1995-MAMORÉ MINERAÇÃO E METALURGIA LTDA
852.771/1995-GAMELAS INDUSTRIA & COMÉRCIO LTDA-ME
850.267/2010-RODRIGO MILANI
850.655/2018-S R DA SILVA GEOMAPP ME
850.912/2018-ENGEO ENGENHARIA E GEOLOGIA EIRELI
851.067/2018-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.
851.123/2018-LIBRA LIGAS DO BRASIL S A
851.146/2018-DUARTE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI
851.157/2018-J. MAGNESKI EIRELI EPP
850.001/2019-SIDERAL ECO EXPOR EIRELI
850.037/2019-VLADIMIR DA SILVA LEMOS
850.040/2019-DUARTE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.572/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
850.126/2017-XENIA MARIA PAES MACEDO
850.056/2018-CF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
850.071/2018-RUY BARBOSA DE MENDONÇA
850.125/2018-TITÂNIO MINERAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME
850.249/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.262/2018-A M S MINERAÇÃO LTDA ME
850.291/2018-VICENTE PINTO DE LIRA
850.385/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.389/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.394/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.413/2018-3 SCORPIUS GOLD MINERAÇÃO SA
850.506/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.510/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.564/2018-GRACIANE SOARES DE ARAÚJO GONÇALVES
850.585/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.587/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.588/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.590/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.594/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.596/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.599/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.600/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.602/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
850.715/2018-PAIVA & AGRIPINO SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Defere pedido de reconsideração(182)
850.386/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.395/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
850.512/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
851.992/2013-CARAJAS PESQUISA E MINERAÇÃO EIRELI EPP
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
850.661/2010-COOPERATIVA MISTA DO GARIMPO DA CUTIA-Minério de Ouro e Cobre
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.033/2012-ANTÔNIO PEIXOTO DE PAULA-ALVARÁ N°982/2014

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 36/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Amazon Global Consult Ltda - 850012/17
Francisco Antonio Ruiz da Silva - 850017/17
Matheus Soares Filho - 850047/17, 850088/17
Mineração Monte Carmelo Ltda - 850065/17

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 37/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antonio Miguel Siruge - 850563/16, 850564/16, 850565/16

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 9/2019

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli me - 803108/16 - A.I. 153/18
Ceramica Alvorada Ltda (M.A.GL. Gonçalves) - 803356/13 - A.I. 36/19
Marcos Antonio Lages Gonçalves - 803259/13 - A.I. 35/19

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO V NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 1/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
858.024/2018-JOSE EVERSON CARVALHO HOLANDA-Registro de Licença N° 01/2019 - Vencimento em 05/09/2023
858.025/2018-JOSE EVERSON CARVALHO HOLANDA-Registro de Licença N° 02/2019 - Vencimento em 05/09/2023
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
858.070/2010-C. JOSE DE LIMA ME- Registro de Licença N° 04/2010 - Vencimento em 08/07/2022
858.039/2013-HAM COMERCIO LTDA EPP- Registro de Licença N° 09/2013 - Vencimento em 08/02/2021

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 4/2019

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Água Mineral Andina LTDA. Cpf/cnpj :34.939.157/0001-07 - Processo minerário: 858050/06 - Processo de cobrança: 958077/17 Valor: R$.7,50

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 282, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no Processo nº 48610.206200/2018-50, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 224, de 4 de abril de 2019, torna público o seguinte ato:

Fica aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido no período de 29 de novembro a 15 de dezembro de 2018 (5º Período da 3ª Fase), devendo o valor total ser acrescido da correção da taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic até a data do pagamento efetivo em conformidade com § 7º, Art. 8º do Decreto nº 9.454/2018. A execução do pagamento dependerá do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal do beneficiário dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
21.996.818/0001-86	AMAZÔNIA ENERGIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	R$ 24.362.106,10 (vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, cento e seis reais e dez centavos).

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 283, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento na Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018, e no Decreto nº 9.454, de 1º de agosto de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 931, de 7 de agosto de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.204167/2018-23, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 223, de 4 de abril de 2019, resolve:

Conhecer o pedido de reconsideração apresentado pela PETRO ENERGIA Indústria e Comércio Ltda contra a deliberação proferida pela ANP de não aprovar o pagamento da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel à empresa, referente ao período de 31/08/2018 a 29/09/2018 (2º Período da 3ª Fase), e, no mérito, julgar improcedente.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 213, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.018954/2010-05, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada, na REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 33.412.081/0001-96, situada na Av. Brasil, 3.141, Benfica, Rio de Janeiro - RJ, com capacidade de processamento de petróleo de 1.590 m³/d, a operação das seguintes unidades e suas respectivas capacidades nominais:

Unidade	Processo	Identificação	Capacidade nominal
U-2000	Destilação Atmosférica	E-2002	795 m³/d
		E-2004	795 m³/d

Art. 2º Fica autorizada também a operação das demais unidades de tratamento, sistemas auxiliares e tancagem existente de petróleo, intermediários e derivados.

Art. 3º Ficam revogados os itens referentes às instalações de refino e às unidades de processo constantes das Tabelas 1 e 2 do Anexo da Autorização ANP nº 1, de 02/02/1998, publicada no DOU de 03/02/1998, republicada no DOU de 06/02/1998.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 281, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.003599/2014-95, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 186/2014 da Unidade de Pesquisa Grupo de GeoAnálise, vinculado à PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 33.555.921/0001-70.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

ALFREDO RENAULT

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 354, de 12/03/2015, publicado no DOU, edição nº 53, de 19/03/2015, Seção 1, página 52, onde se lê: "579/2014" leia-se: 579/2015".

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 207, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n. 48610.204070/2018-11, autoriza a filial da empresa ALPES DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ n.º 10.354.704/0006-20, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 208, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n. 48610.204071/2018-65, autoriza a filial da empresa ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n.º 02.798.067/0009-04, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 209, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n. 48610.204072/2018-18, autoriza a filial da empresa VETOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n.º 04.677.033/0005-55, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 210, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 204 de 29 de dezembro de 1998, e o que consta do processo n.º 48610.202550/2019-28, autoriza a empresa ETROS COMÉRCIO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 22.588.256/0003-66, a exercer a atividade de importação de QAV.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 211, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.203754/2018-03, autoriza a empresa COOPERATIVA DOS BATATICULTORES DA REGIÃO DE VARGEM GRANDE DO SUL, CNPJ n.º 03.585.024/0001-48, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista na Estrada Municipal Fazenda Campo Vitória - km 01, Zona Rural - Vargem Grande do Sul/SP, 13.880-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -21:50:12.0"; -46 56:12.0" (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 120,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (legislacao.anp.gov.br) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 212, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 314, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.204385/2019-49, autoriza a empresa INTEGRAL TRADING LTDA, CNPJ n.º 29.408.071/0001-00, a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 278, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.203754/2018-03, declara habilitada a empresa COOPERATIVA DOS BATATICULTORES DA REGIÃO DE VARGEM GRANDE DO SUL, CNPJ n.º 03.585.024/0001-48, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 279, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e em razão dos esclarecimentos trazidos posteriormente pelo SJP/SFI-DF, como consta nos autos de nº 48610.201922/2019-07, torna pública a suspensão dos efeitos do Despacho n° 241, publicado no D.O.U. em 22 de março de 2019, com o consequente restabelecimento da Autorização ANP n° 227/2011, para o exercício da atividade de produção de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais, outorgada a FÁBRICA QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.853.347/0001-09.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 280, DE 4 DE ABRIL DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a anulação da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, concedida ao COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS BOLÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 18.036.381/0004-77, publicada no Diário Oficial da União em 04/04/2019 mediante Despacho ANP nº 277.

CEZAR CARAM ISSA

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
Relatório Anual 2018
MENSAGEM DO PRESIDENTE

Terminado o ano de 2018 todos fazemos avaliações de resultados. Alguns subjetivos, outros objetivos.

Humanos que somos, inevitavelmente transitamos nossa avaliação entre a generosidade e a crítica. Nesse período complexo da história brasileira e da humanidade, um elemento sobressai: a mudança. Ela está presente transversalmente na vida das pessoas e instituições.

No Brasil, as transformações, já sinalizadas, serão as mais fortes já vividas pelas gerações de colaboradores que contribuíram ou contribuem para o Serviço Geológico do Brasil, neste meio século de sua existência.

Nesse momento de transição, como membros essenciais que compõem o corpo desta instituição de Estado, devemos nos regozijar pelas conquistas alcançadas, mas também refletir: poderíamos ter feito mais e melhor, tanto individual ou coletivamente? Estamos preparados para transformações e com pensamentos alinhados às diretrizes que se anunciam na reorganização da economia e do próprio Estado Brasileiro de que somos parte?

De minha parte, agradeço o apoio dos funcionários, da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, da administração superior do MME e de outros Ministérios.

Na oportunidade, esta Presidência compartilha a realização, nesses doze meses de sua curta gestão, de algumas relevantes conquistas que constituem a plataforma para o lançamento do Serviço Geológico do Brasil em nova dimensão:

¸Aprovação da qualificação do Serviço Geológico do Brasil como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), com seu respectivo braço operacional NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica e sua Política de Inovação, em conformidade com o novo Marco Regulatório da Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto nº 9.283/2018).

¸Credenciamento junto à ANP - Agência Nacional do Petróleo, o que nos habilita agora a obter recursos referentes às Cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, presentes nos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural para executar projetos de PD&I em parceria com empresas petrolíferas.

¸Credenciamento junto ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, um antigo anseio, que nos permitirá obter benefícios fiscais e de simplificação de despacho aduaneiro previstos na Lei n° 8.010/1990, facilitando importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica com tratamento aduaneiro especial e isenção tributária.

¸Obtenção de decisões judiciais suspendendo débitos de IPTU em todas as nossas unidades regionais, com destaque para o Rio de Janeiro, cuja tutela afastou a cobrança de débitos de cerca de R$ 100 milhões. Algumas sentenças já reconhecem a imunidade tributária da CPRM/SGB.

¸Regularização do Serviço Geológico do Brasil junto à Receita Federal, aspiração de algumas gestões. Tal fato liberou a nossa instituição para a assinatura de convênios com diversos entes da federação.

¸Ampla parceria com a ANP e Petrobras de alto potencial para elevação do patamar do Serviço Geológico do Brasil na área técnico-científica. Tal esforço de cooperação compreendeu desde aprovação de nota técnica pela Diretoria Executiva, acompanhamento do Conselho de Administração até a elaboração de Plano de Trabalho, culminando com assinatura, em 27/03/2018, do Protocolo de Intenções SGB/ANP/Petrobras.

Elaboramos, em integração com a Petrobras, três grandes projetos de Melhoria de Infraestrutura Laboratorial:

1) Centro de Referência em Geociências, que contará com 5 laboratórios voltados à microanálises minerais, geocronologia e isotopia de baixa e alta temperatura;

2) Revitalização do Museu de Ciências da Terra e seus laboratórios, que visa à restauração e readequação generalizada do conjunto arquitetônico com vistas à modernização e ampliação da infraestrutura de pesquisa e salvaguarda do acervo; e,

3) Rede SGB de PD&I com Rochas e Fluidos de Bacias Petrolíferas, na qual disporemos de um enorme acervo de rochas provenientes da exploração de petróleo em subsuperfície e laboratórios equipados para execução de projetos de PD&I com foco em bacias petrolíferas em parceria com outras instituições de pesquisa.

A aprovação dos três projetos de Melhoria de Infraestrutura Laboratorial pela ANP permitirá nos estabelecermos como novo player científico no desenvolvimento de PD&I na área de óleo & gás no Brasil, até então quase 100% restritos às universidades. Isso segue uma tendência mundial onde os centros de pesquisa são hoje os principais núcleos de geração de conhecimento científico, tecnológico e de inovação.

Dada a intensidade e complexidade do esforço intra e interinstitucional no contexto da parceria, acompanhei e participei ativamente do processo e por isso, como resultado de 2018, tenho fundadas expectativas de aprovação desses projetos de Melhoria de Infraestrutura Laboratorial, muito em breve.

Continuemos oferecendo nossa melhor contribuição à sociedade e ao país.

ESTEVES PEDRO COLNAGO
Diretor-Presidente

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

ATIVOS	Nota Explicativa	12/2018	12/2017	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	12/2018	12/2017
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	27.401	23.773	Fornecedores	15	8.947	11.359
Contas a Receber	5	203	326	Financiamentos a Pagar	16	19	15
Materiais	6	446	435	Impostos e Encargos Sociais a Pagar	17	51.344	44.573
Impostos a Recuperar	7	1.041	925	Férias e 13o.salário a Pagar	18	40.371	38.118
Adiantamentos para Despesas	8	5.206	5.526	Provisão para Contingências	19	66.574	77.586
Convênios com Entidades Diversas	9	10.650	10.083	Contas e Despesas a Pagar	20	15.624	3.700
Outros Créditos	10	25	51	Convênios com Entidades Diversas	21	5.155	11.426
Total dos Ativos Circulantes		44.972	41.119	Credores Diversos	22	1.672	1.977
				Total dos Passivos Circulantes		189.706	188.754
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Realizável a Longo Prazo	11	26.344	17.624	Financiamentos a Pagar	16	292	264
Investimentos	12	20	20	Impostos e Encargos Sociais a Pagar	17	15.578	17.047
Imobilizado	13	124.920	131.080	Total dos Passivos não Circulantes		15.870	17.311
Intangível	14	0	379				
Total dos Ativos não Circulantes		151.284	149.103				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	23	30.148	30.148
				Reservas de Reavaliação	24	21.901	22.366
				Prejuízos Acumulados	25	(61.369)	(68.357)
				Total dos Patrimônio Líquido		(9.320)	(15.843)
TOTAL DOS ATIVOS		196.256	190.222	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		196.256	190.222

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

D emonstrações dos Resultados
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	Nota Explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	26	2.478	2.522
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(1.010)	(1.904)
LUCRO BRUTO		1.468	618
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	28	538.557	532.722
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	29	(527.158)	(536.286)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.867	(2.946)
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	30	(2.905)	(3.329)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		9.962	(6.275)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32	9.962	(6.275)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		3,38	(2,13)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2016		30.148	22.832	(62.774)	(9.794)
Resultado do Exercício				(6.275)	(6.275)
Realização da Reserva de Reavaliação			(466)	466	-
Ajuste de Exercícios Anteriores				226	226
SALDOS EM 31/12/2017		30.148	22.366	(68.357)	(15.843)
Resultado do Exercício	32			9.962	9.962
Realização da Reserva de Reavaliação	24		(465)	465	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	25.1			(3.439)	(3.439)
SALDOS EM 31/12/2018		30.148	21.901	(61.369)	(9.320)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido do Exercício	32	9.962	(6.275)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		12.524	15.160
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		28	(10)
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		3.848	(1.355)
Ajustes de Exercícios Anteriores	25.1	(3.439)	226
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo		(13.045)	0
Ajustes no Ativo Imobilizado		0	16
Provisão de Contingências		(11.012)	3.470
		(1.134)	11.232
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Contas a receber		124	100
Estoques		(11)	1
Impostos a recuperar		(116)	84
Depósitos Judiciais e para Recursos		350	(1.798)
Outros ativos		(95)	(5.619)
		252	(7.232)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Fornecedores		(2.412)	3.009
Salários e Encargos		2.253	249
Contas e Despesas a Pagar		11.923	1.614
Outros Passivos		(1.269)	8.133
		10.495	13.005
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		9.613	17.005
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do Imobilizado		(13.665)	(12.823)
Baixa de Imobilizado		7.301	9.270
Adição/Baixa de Intangível		379	4
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.985)	(3.549)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0	0
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.628	13.456
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		23.773	10.317
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		27.401	23.773
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.628	13.456

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação; § 1º De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) possui sede e foro em Brasília/DF e atua em todo o território nacional.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 - Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e é feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Trata-se de Demonstração Contábeis individuais, tendo sido autorizadas pela diretoria executiva em 18.02.2019.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a "moeda funcional", que é também a moeda corrente nacional - denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme Macrofunção STN 020303 - Programação e Execução Financeira, a CPRM possui:

Valores demonstrados na conta limite de saldo que descrevem as funções relacionadas com os processos de Programação e Execução Financeira, de forma a compatibilizar a liberação de recursos com as disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, observando os limites de crédito estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

Assim como, valores demonstrados na conta única do tesouro nacional mantida no Banco Central do Brasil, que é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de acordo de cooperação técnica firmado com a STN.

b) Contas a Receber

Os valores registrados em contas a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregado. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Impostos a Recuperar

A contabilização do item impostos a recuperar refere-se à apuração do PIS/COFINS sobre a receita de serviços prestados pela CPRM, conforme legislação tributária específica.

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f)Convênios com entidades Diversas

Os recursos de convênios são contabilizados em conta do ativo circulante e seu resultado apurado após a aplicação destes recursos.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

k) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados primeiramente como passivo não circulante para depois, na data do balanço, serem transferidos para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

l) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

m) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

n) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

o) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios que são contabilizados no passivo circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

p) Capital Social

De acordo com os itens 7, 9, 14, 16 e 32 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF DE 31de julho de 2017, as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas sem a separação das participações dos controladores e não controladores.

q) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação são demonstrados conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUNet (sistema público de gerenciamento dos imóveis do governo federal) e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

r) Apuração do Resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional, que registram os valores do limite de saque estabelecido pelo órgão central de programação financeira para atender despesas com vinculação de pagamento e para a aplicação de recursos de outras entidades onde a Companhia é convenente. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresentou saldo de R$ 27.401 e R$ 23.773, respectivamente.

		R$ Mil
	2018	2017
Limite de Saque com Vinculação Pagamento	24.969	21.590
Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional	2.432	2.183
Total	27.401	23.773

Nota 5 - Contas a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal e por pagamento de despesas de terceiros apropriados pelo regime de competência.

		R$ Mil
	2018	2017
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	203	297
Créditos a Receber por Pagamento de Despesas de Terceiros	-	29
Total	203	326

Ressalta-se a existência de ação proposta pela CPRM em face ao Estado do Amapá, que visa ao ressarcimento das despesas com a cessão do empregado.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

		R$ Mil
	2018	2017
Material de Consumo	386	419
Outros Materiais de Consumo	60	16
Total	446	435

Nota 7 - Impostos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados após a transmissão da Escrituração Fiscal Digital - Contribuições (EFD - Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

		R$ Mil
	2018	2017
Cofins a Recuperar/Compensar	849	754
Pis/Pasep a Recuperar/Compensar	184	163
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	1.041	925

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da empresa.

		R$ Mil
	2018	2017
Adiantamento de Férias	1.717	1.834
Adiantamento de Viagens	1.708	1.832
Adiantamento de Salários	3	3
Benefícios Administrados pelo INSS	-	1
Adiantamento a Prestadores de Serviços	1.778	1.856
Total	5.206	5.526

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

		R$ Mil
	2018	2017
Município de Serra do Mel - Vigência: 09/2015 à 09/2016 Objeto: Perfuração de um poço profundo para reforço da disponibilidade hídrica ao sistema público de abastecimento de água no Município de Serra do Mel/RN.	-	2.000
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM Vigência: 05/2010 à 05/2015. Objeto : Levantamentos Aerogeofísicos Magnetométricos e Gamaespectrométricos no Estado da Bahia	-	833
Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa - Vigência: 02/2016 à 02/2018 Objeto : Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira - RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil - RSIS	3.800	2.400

Universidade Federal do Rio Grande - Vigência: 12/2015 à 11/2017 Objeto : Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC	1.500	1.500
Diretoria de Finanças da Marinha - Vigência: 12/2016 à 12/2017 Objeto : Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC	3.200	3.200
Diretoria de Finanças da Marinha - Vigência: 08/2018 à 08/2019. Objeto : Objeto : Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC.	2.000	-
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro - Vigência 12/2016 à 12/2017 Objeto : Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B-V), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro.	150	150
Total	10.650	10.083

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Depósitos para Interposição de Recursos e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R$ 25 e R$ 51, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados, sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM) e Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

R$ Mil

	2018	2017
Financiamento à Pesquisa Mineral	20.892	11.732
Outros Créditos	5.452	5.892
Total	26.344	17.624

Nota 11.1 - Financiamento à Pesquisa Mineral

Como Financiamento à Pesquisa Mineral estão o Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, a Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Administração da CPRM, por meio do Ato 172/PR/2018, de 06 de junho de 2018, instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para "definir as providências a serem tomadas para regularizar a situação referente ao item Financiamento à Pesquisa Mineral". Conforme conclusão do Relatório construído pelo citado GT, encaminhado à Presidência da CPRM, através do Memorando 163, de 15 de outubro de 2018, do total de 25 (vinte e cinco) processos analisados, 18 (dezoito) foram tidos como inativos e com recomendação de baixa. Os demais processos, ou seja, 7 (sete), estão ativos e com a recomendação de que fossem retomadas as negociações com as empresas financiadas.

A partir do estudo acima, a Consultoria Jurídica da CPRM emitiu o Parecer COJUR/CPRM nº 02/2018, onde manifestou o entendimento de que não haveria óbice jurídico para que se procedesse à baixa e exclusão dos citados financiamentos concedidos e em complemento manifestou-se também, conforme Memorando 114/DICOTE-COJUR/2018 sobre a classificação dos riscos contratuais.

Destaca-se, conforme o citado Parecer, que os 18 (dezoito) processos analisados pelo Grupo de Trabalho foram constituídos com cláusulas de risco, significando que, nestes casos, a lei instituiu uma quota de risco, regulada pelo Decreto 66.522/70. Assim, se o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral/Agência Nacional de Mineração (DNPM/ANM) decidisse pelo arquivamento do relatório final de pesquisa (RFP) por inexistência de jazida, o beneficiário ficaria desobrigado de restituir o saldo do empréstimo, sendo este, considerado quitado.

Considerando as explanações anteriores, a Administração da Companhia deliberou sobre a baixa, no final de 2018, dos seguintes financiamentos a receber:

R$ Mil

PROCESSOS	EMPRESAS DE MINERAÇÃO FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PESQUISA MINERAL (PAFPM) - LEI 764/69, ARTS. 4º, 24 E 25.	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
Financiamento à Pesquisa Mineral			
814.541/70	MINERAÇÃO TIJUCA LTDA	595	553
801.944/73 827.110/72 827.109/72 818.938/72	MINERAÇÃO LEPREVOST & CIA LTDA	289	269
814.739/72	MINERAÇÃO AQUARIUS LTDA *	-	-
800.830/72	MINERAÇÃO NORDESTE DO BRASIL LTDA *	-	-
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais			
840.612/77	BODOMINAS METALURGIA IND S/A	1.763	1.656
805.655/76 805.656/76 812.561/76 812.557/76 812.558/76 812.560/76	OCA MINERAÇÃO (ATUAL BELO SUN MINERAÇÃO LTDA *	-	-
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral			
801.035/76	MINERAÇÃO MORADA NOVA LTDA *	-	-
840.224/80	BODOMINAS METALURGIA IND S/A	2.322	2.182
820.292/72 820.291/72	MINERAÇÃO MORRETES LTDA	282	-
Total		5.251	4.660

(*) Processos baixados em exercícios anteriores.

No que diz respeito aos sete processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a COJUR recomendou a seguinte classificação para os riscos contratuais que, consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

PROCESSOS	EMPRESAS DE MINERAÇÃO FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PESQUISA MINERAL (PAFPM) - LEI 764/69, ARTS. 4º, 24 E 25.	RISCOS CONTRATUAIS (RECEBIMENTO)	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTRATÍFERA DE DIAMANTES LTDA	REMOTO	3.174	3.174
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MINÉRIOS GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	13.258	-
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MINERAÇÃO (À ÉPOCA, OCA MINERAÇÃO/VERENA MINERAÇÃO LTDA)	POSSÍVEL	7.634	-
Total			24.066	3.174

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R$ 20.892 em 31 de dezembro de 2018 e de R$ 11.732 em 31 de dezembro de 2017, atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representam os valores totais de R$ 24.066 e de R$ 27.950 , deduzindo-se R$ R$ 3.174 e R$ 16.218 , relativo à Provisão de Riscos Contratuais (perdas estimadas), respectivamente, conforme abaixo:

R$ Mil

	2018	2017
Financiamento à Pesquisa Mineral	-	31
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais - Belo Sun/Exdibra/Minenar	20.892	10.917
Fundo Financeiro à Pesquisa Mineral - Exdibra	-	784
Total	20.892	11.732

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2018 é de R$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

		R$ Mil
	2018	2017
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	2.335	3.404
Depósitos para Interposição de Recursos	2.449	1.750
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	539	507
Depósitos Compulsórios - Veículos	88	82
Aplicação em Ativos	-	127
Outros	41	22
Total	5.452	5.892

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial, principalmente, da Companhia Riograndense de Telecomunicações e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

		R$ Mil
	2018	2017
Ações de Outras Companhias	20	20
Total	20	20

Nota 13 - Imobilizado

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia após término dos procedimentos de inventário geral de bens móveis poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

O procedimento de Inventário citado acima obedece ao cronograma aprovado pela Diretoria Executiva, conforme Ata nº 1194, consequentemente, a execução desse inventário físico e emissão do referido relatório deverá ser concluído no 1º trimestre 2019, conforme Nota Técnica nº 001/2019/DEAMP/DIPATI.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e consequentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2018, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como seguem:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos	Dez anos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	Cinco anos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	Dez anos	10% a.a.
Veículos	Cinco anos	20% a.a.
Embarcações	Dez anos	10% a.a
Imóveis	Vinte e Cinco anos	4% a.a.
Instalações	Dez anos	10% a.a
Terrenos - Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição - Não depreciável		

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.
Os saldos do Imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão assim representados:

		R$ Mil
	12/2018	12/2017
Imóveis de Uso Especial da União	75.913	75.913
Outros Imóveis	3.790	3.790
Terrenos	391	391
Instalações	940	900
Equipamentos de Operação	60.978	57.472
Máquinas e Utensílios de Escritório	13.087	11.704
Veículos	24.150	24.940
Equipamentos de Processamento de Dados	35.234	31.205
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.926	8.915
Imobilizações em Curso	2.645	5.875
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	426	426
Outros Equipamentos	19.038	18.925
Outras Imobilizações	6.278	4.975
Depreciações Acumuladas de Bens Imóveis	(15..461)	(14.046)
Depreciações Acumuladas de Bens Móveis	(111.415)	(100.305)
	124.920	131.080

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, como galpões para a guarda de materiais e instrumentos destinadas à pesquisa geológica e hidrológica, laboratórios, edificações, salas, escritórios, litotecas, etc., ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Intangível

São registrados no intangível a concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação e outros valores incorpóreos. Os saldos do Intangível em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 representaram:

		R$ Mil
	2018	2017
Marcas e Patentes Industriais	-	1
Concessão Direito Uso Comunicação e Divulgação	-	378
Total	-	379

Em 2018, os valores foram baixados por não atenderem aos critérios de reconhecimento de ativo intangível.

Nota 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 - Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

		R$ Mil
	2018	2017
Contas a Pagar Credores Nacionais	8.937	11.312
Contas a Pagar Credores Nacionais - Intra OFFS	10	20
Fornecedores Nacionais	-	27
Total	8.947	11.359

Nota 16 - Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar no circulante correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar no circulante representam R$ 19 e R$ 15 e no não circulante representam R$ 292 e R$ 264, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

	2018	2017
Empréstimos Externos Circulante	19	15
Empréstimos Externos Não Circulante	292	264

Nota 17 - Impostos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados neste grupo os tributos e encargos apurados da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

		R$Mil
	2018	2017
IPTU	32.235	26.540
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	7.491	8.163
Tributos Renegociados	1.813	1.592
INSS Contribuição sobre Salários e Remunerações	5.297	5.398
INSS	1.182	1.108
FGTS	2.007	189
ISS	45	70
Demais Tributos e Encargos	1.274	1.513
Total	51.344	44.573

Os valores correspondentes ao IPTU relativo ao Escritório do Rio de Janeiro referem-se à cobrança administrativa junto à Prefeitura local ou em cobrança amigável junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Os valores lançados em Dívida Ativa judicial estão registrados como Provisão para Contingências. (Ver Notas 19 e 35).

O FGTS foi apropriado na competência e recolhido até a data de vencimento do mês seguinte.

A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, no Passivo Circulante e no Passivo não Circulante.

As renegociações acontecem, principalmente, de acordo com o estabelecido nas Leis nº 12.865/2013 e Lei nº 13.496/2017. Os saldos dos Tributos Renegociados contabilizado no Passivo não Circulante representam R$ 15.578 e R$ 17.047, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

		R$ Mil
	2018	2017
Tributos Renegociados a Longo Prazo	15.578	17.047
Total	15.578	17.047

Nota 18 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13° Salário pelo Regime de Competência.

		R$ Mil
	2018	2017
Férias a Pagar	40.371	38.118
13º Salário a Pagar	-	-
Total	40.371	38.118

Nota 19 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Tais processos foram classificados como de riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia:

		R$ Mil
	2018	2017
Responsabilidade Civil	315	201
IPTU	55.650	52.895
Processo Administrativo Tributos Federais	-	1.674
Ações Trabalhistas	10.609	22.816
Total	66.574	77.586

Ressalta-se que as execuções fiscais - IPTU são referentes ao imóvel do Escritório do Rio de Janeiro. A Consultoria Jurídica/Divisão de Contencioso, atua para ter, reconhecida, a imunidade recíproca e a extinção dos débitos tributários através de ação declaratória. (Ver Nota 37)

A redução referente ás ações trabalhistas é representada pela atualização dos valores de algumas ações e pelo efetivo pagamento, principalmente, dos Processos 58.2001.5.18.0003 - SENGE, R$7.223.926,70, 7.2011.5.04.0008 - José Eduardo do Amaral - R$ 1.498.564,60, 31.2008.5.04.0003 - Douglas Roberto Trinini, R$ 1.321.041,63.

Nota 19.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como perda possível pela Consultoria Jurídica resultaram em 31 de dezembro de 2018 no valor de R$ 26.412.

	R$ Mil
	2018
Ações de Responsabilidade Civil	2.388
Ações Tributárias	18.036
Ações Trabalhistas	5.988
Total	26.412

Nota 20 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

		R$ Mil
	2018	2017
Salários, Remunerações e Benefícios	14.456	908
Planos de Previdência e Assistência Médica	890	1.231
Retenções Sindicatos e Associações	7	9
Retenções Planos de Seguros	235	137
Outras Contas a Pagar	36	1.415
Total	15.624	3.700

Em 2018, os valores referentes a salários, remunerações e benefícios foram apropriados na competência (dezembro) e pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.

Nota 21 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

As obrigações a pagar a título de Convênio com Entidades Diversas, na qual a Companhia é convenente em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R$ 5.155, sendo:

		R$Mil
	2018	2017
Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC	839	839
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	258	1.494
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo	146	79
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	37	37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	337	1.284
Departamento de Qualidade Ambiental e Resíduos	0	14
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil - FUNPDEC	1.907	2.184
Agência Reguladora de Àguas, Energia e Saneamento - ADASA	520	-
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	1.111	5.495
Total	5.155	11.426

Nota 22 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

		R$ Mil
	2018	2017
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	704	815
Diárias a Pagar	746	869
Depósitos e Cauções Recebidos	211	226
Depósitos Retidos de Fornecedores	0	9
Indenizações, Restituições e Compensações.	10	53
Outros Credores	1	5
Total	1.672	1.977

Nota 23 - Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social integralizado no valor de R$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 31 de dezembro de 2018 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia - COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica - CEEE	467	0	0	0	467	0
Cia. Riograndense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Riograndense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Nota 24 - Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em 2018, o valor da realização corresponde a R$ 465 mil e teve como base os valores registrados como depreciação das benfeitorias nos imóveis de uso especial. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 10 anos e 3 meses e para o imóvel de GO é de 20 anos e 6 meses.

		R$ Mil
	2018	2017
Reserva de Reavaliação		
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	8.895	9.360
Total	21.901	22.366

Nota 25 - Prejuízos Acumulados

Nesta conta são registrados os resultados negativos acumulados da empresa.

Em 2018, a Companhia acumulou prejuízo de R$ 61.369, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

		R$ Mil
	2018	2017
Prejuízo Acumulado	(61.369)	(68.357)
Total	(61.369)	(68.357)

Em 31 de dezembro de 2018, a conta Prejuízos Acumulados apresentou a seguinte composição:

	R$ Mil
Lucros e Prejuízos do Exercício	9.962
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(68.357)
Reversão da Reserva de Reavaliação	465
Ajustes de Exercícios Anteriores	(3.439)
Total	(61.369)

Nota 25.1 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Sobre ajustes de exercícios anteriores, a Companhia evidência que o saldo total da conta, conforme registros no SIAFI, é de (R$ 6.575). Isso em função do lançamento feito em fevereiro de 2018 correspondente às provisões passivas pertencentes ao exercício 2017, conforme Nota Explicativa 5 - Conciliação entre o Balanço Publicado e o SIAFI, parte integrante das Demonstrações Contábeis de 2017, reproduzida abaixo:

"5 Conciliação entre o Balanço Publicado e o Siafi

Conforme descrito nas Notas 1.3.5 e 2.1.7, o relatório da Consultoria Jurídica da Companhia relativo às contingências trabalhistas, cíveis e tributárias foi recebido após a data do encerramento dos registros no SIAFI determinada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Como consequência, as variações contidas no relatório, que ocasionaram um aumento nas Provisões de Contingências em contrapartida ao resultado do exercício, e,

posteriormente, aos Prejuízos Acumulados e que representaram os fatos ocorridos no Exercício não foram registrados no SIAFI 2017.

Portanto, de forma a permitir a representação adequada dos eventos da Companhia durante o Exercício de 2017 e seus reflexos no patrimônio da entidade, a Companhia apresenta uma conciliação entre o Balanço Patrimonial publicado e o apurado pelo SIAFI com base em 31 de dezembro de 2017.

R$Mil

Descrição	Nota Explicativa	SIAFI	Ajuste Extra-SIAFI	Balanço Lei 6.404/76
Provisões para Contingências	1.3.5	74.450	3.136	77.586
Prejuízos Acumulados	1.5.3	(65.221)	(3.136)	(68.357)

A Companhia retificou, durante o exercício, erros referentes à classificação de contas contábeis de exercícios anteriores ao período de 2018. Tais erros resultaram em registros indevidos, principalmente, nas contas dos ativos intangível, imobilizado e imobilizações em curso.

Por tratar-se de ajustes de exercícios anteriores a 2017, torna-se impraticável a divulgação nas demonstrações dos exercícios afetados e, consequentemente, inviabiliza o atendimento as orientações da NBC TG 23, no que diz respeito a comparabilidade e o refazimento como se as práticas tivessem sido atuais e nunca tivesse ocorrido o erro, contudo, ressalta-se que em relação à materialidade, a incorreção não influenciou nem prejudicou os interessados pela informação contábil.

Os ajustes estão assim descritos por naturezas e valores:

	R$ Mil
Ajuste referente à baixa de intangível	(379)
Ajuste referente à baixa de imobilizações em curso	(3.036)
Ajustes Diversos	(24)
Total	(3.439)

Em 2018, a Companhia regularizou o item Imobilização em Curso em função de lançamentos que não atendiam aos critérios de reconhecimentos de ativos.

Nota 26 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R$ Mil	
	2018	2017
Receita Líquida de Serviços	2.478	2.522
	2.478	2.522

Nota 27 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados conforme estudos in loco do LAMIN em 31 de dezembro de 2018 foram de R$ 1.010 e em 31 de dezembro de 2017 foram de 1.904.

Nota 28 - Recursos da União para Operações e Investimentos

A Companhia está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R$ 538.557, sendo R$ 508.895 para operações do ano corrente e R$ 29.662 para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

Os recursos da União para operações referiram-se aos lançamentos efetuados nas contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar e destinaram-se a cobertura de gastos com pessoal e encargos sociais, juros da dívida e outras despesas correntes. Dessa forma, sem recursos destinados a investimentos, a CPRM não segregou, entre os recursos aportados pelo Tesouro, os destinados à receita de custeio daqueles recebidos para investimentos, conforme item 14 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF- DF, de 31 de julho de 2017.

Nota 29 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam, basicamente, as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2018 tiveram a seguinte composição:

	R$ Mil	
	2018	2017
Despesas com Pessoal	(313.239)	(328.024)
Encargos Sociais	(71.252)	(74.491)
Benefícios a Empregados	(1.100)	(1.372)
Plano de Previdência Complementar	(9.745)	(9.086)
Locação e Aquisição	(1.558)	(1.698)
Depreciação e Amortização	(13.581)	(16.550)
Despesas Tributárias	(4.372)	(7.202)
Serviços de Comunicação	(3.371)	(5.215)
Serviços Públicos	(3.883)	(3.089)
Manutenção	(8.492)	(6.642)
Serviços Profissionais Contratados	(119.102)	(112.541)
Materiais	(5.951)	(4.878)
Resultado com Ações Judiciais	(12.145)	(2.550)
Outras Despesas/Receitas	40.633	37.052
	(527.158)	(536.286)

Nota 30 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

As Despesas e Receitas apuradas até 31 de dezembro de 2018 apresentam os seguintes valores:

	R$ Mil	
	2018	2017
Despesas Financeiras	(4.362)	(4.739)
Receitas Financeiras	1.457	1.410
	(2.905)	(3.329)

Nota 31 - Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Lucro Real/Trimestral e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurou, a partir do seu resultado contábil, em 31 de dezembro de 2018, prejuízo fiscal no valor de 12.294 mil, não tendo IRPJ e CSLL a recolher no período.

Nota 32 - Resultado Líquido do Exercício

A Companhia apurou até 31 de dezembro de 2018, lucro contábil de R$ 9.962, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O lucro contábil do período reduziu os prejuízos acumulados, conforme pressupõe o art. 189, da Lei 6.404/1976, onde "do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda". Ver Nota 26

Nota 33 - Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos imóveis, conforme apólice nº 2333/0000059/96, vigência com início em 01/01/2018 e término em 06/01/2019, da MAPFRE Seguros, no valor segurado total de R$ 71.752.

No caso dos ativos móveis (veículos), apólice nº 2342000107931, vigência com início em 01/12/2018 e término em 01/12/2019, também da MAPFRE Seguros, o valor segurado segue as coberturas contratadas e valores máximos de indenizações conforme a citada apólice.

Nota 34 - Remuneração de Dirigentes e Empregados

No exercício de 2018, a maior, menor e remuneração média mensal paga aos empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R$ 26.779,19, R$ 2.670,24 e R$ 9.822,55, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2018 correspondeu a R$ 26.660,86.

Nota 35 - Eventos Subsequentes - Provisões IPTU e IPTU a Pagar

Em 28 de janeiro de 2019, em relação às ações fiscais do IPTU, imóvel do ERJ (ver nota 19), a Consultoria Jurídica da CPRM, conforme Nota Técnica nº 006/DICOTE/COJUR/2019, informou que foi concedida a antecipação da tutela em face do Município do Rio de Janeiro, pelo Juízo da 30ª Vara Federal da Seção Judiciária do RJ, como segue:

"... Pelo exposto, defiro a tutela liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do IPTU referente aos imóveis de propriedade da autora, obstando, inclusive, a inscrição destes em dívida ativa e que a Autora seja incluída ou permaneça em qualquer cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN)".

Assim, considerando para a apreciação da imunidade tributária recíproca pela via dos embargos à execução, bem como, considerando as inúmeras manifestações judiciais e, principalmente, a tutela concedida em face do Munícipio do Rio de janeiro, a Consultoria Jurídica/Divisão de Contencioso da Companhia considera que as demais execuções fiscais devem ser classificadas com o risco remoto para o exercício que se inicia.

A CPRM diante do fato ocorrido subsequentemente à data de encerramento do exercício e antes a elaboração e publicação, considerando que tem efeito relevante sobre a situação patrimonial, tributária, financeira e sobre seus resultados futuros, divulga. (Ver Notas 17 e 19)

ESTEVES PEDRO COLNAGO
Diretor Presidente

JULIANO DE SOUZA OLIVEIRA
Diretor de Administração e Finanças

ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

JOSÉ LEONARDO SILVA ANDRIOTTI
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO
Diretor de Infraestrutura Geocintifíca

SHEILA TEIXEIRA RIBAMAR
Contadora CRC-RJ 091010/O-6 S-DF
CPF. 074.688.177-07

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas do
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 28 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia está incluída no Orçamento da União, recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R$538.557, sendo R$ 508.895 para operações e investimentos do ano corrente e R$ 29.662 para pagamento de despesas e Restos a Pagar. A Companhia em 2018 apresentou Patrimônio Líquido a descoberto no valor de R$ 9.320. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Conciliação entre o Balanço Publicado e o SIAFI

Chamamos atenção para a nota explicativa 25.1, onde menciona que a Companhia efetuou ajuste na conta de contingência e prejuízos acumulados no montante de R$ 3.136, este ajuste foi efetuado de forma a permitir a representação adequada dos eventos da Companhia durante o Exercício de 2017 e seus reflexos no patrimônio da entidade, a Companhia apresenta uma conciliação entre o Balanço Patrimonial publicado e o apurado pelo SIAFI com base em 31 de dezembro de 2017. O efeito deste ajuste

realizado no exercício de 2017 nas demonstrações contábeis foi registrado no SIAFI em 2018 e desconsiderado nas demonstrações financeiras de 2018 devido ao reconhecimento ter sido observado no exercício anterior, e adicionalmente, conforme descrito na mesma nota explicativa, houveram registros de baixa de obras em andamento que não atendiam os critérios de reconhecimento de ativos e outros valores, totalizando 3.439. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a eventos ou condições à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019.
MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS - 5.460/0-O "T" SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS - 71.505/O-3
Sócio Responsável Técnico
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS - 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2018, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil CPRM/SGB obteve um resultado positivo de R$ 9.962 mil, conforme evidenciado nas Demonstrações Contábeis.

A Administração da CPRM/SGB está propondo à Assembleia Geral a seguinte destinação do Resultado:

Deduzir dos Prejuízos Acumulados o valor de R$ 9.962 mil.

Conforme determina o art. 189, da Lei 6.404/76, transcrito abaixo:

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório
Anual e Demonstrações Contábeis da
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando suas Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como o Parecer da Consultoria Jurídica constante do Memorando nº 003/COJUR, de 27 de fevereiro de 2018, e o Parecer do Conselho de Administração, de 11 de março de 2019, e ainda tendo como base as análises efetuadas e o relatório sem ressalvas da MACIEL AUDITORES S/S, é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado as informações nelas contidas, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

O Conselho Fiscal ao analisar as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, reconhece a evolução do Balanço Patrimonial no ano de 2018. Ressalta, entretanto, a necessidade de providências concretas e imediatas no sentido de aprimorar o referido Balanço no que se refere ao Financiamento à Pesquisa Mineral, Nota Explicativa 11.1, conclusão do inventário dos bens móveis, Nota Explicativa 13, ajuste dos créditos por concessão de direito de uso, Nota Explicativa 11.2 e continuidade da análise de impostos e encargos sociais a pagar e provisão de contingências, especificamente o IPTU, Notas Explicativas 17, 19 e 35. As ações a serem desenvolvidas poderão aperfeiçoar as demonstrações, objetivando maior transparência e clareza na apresentação das informações.

Brasília, 12 de março de 2019
FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
ERICK BIILL VIDIGAL
NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA

Parecer sobre a Destinação do Resultado da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM,
em 31 de dezembro de 2018

O Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou e aprovou a seguinte proposta da Administração, quanto à deliberação sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício de R$ 9.961.502,53 (Nove milhões, novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e três centavos), a saber:

Deduzir dos Prejuízos Acumulados o valor de R$ 9.961.502,53 (Nove milhões, novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e três centavos), conforme determina o art. 189, da Lei 6.404/76, transcrito abaixo:

Art. 189. *Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.*

O Conselho Fiscal recomenda o encaminhamento da proposta à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

Brasília, 12 de março de 2019.
FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA

ERICK BIILL VIDIGAL

NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA

Conselho de Administração

OTTO BITTENCOURT NETTO
Presidente

ESTEVES PEDRO COLNAGO
Vice-Presidente

CASSIANO DE SOUZA ALVES

ELMER PRATA SALOMÃO

FREDERICO LOPES MEIRA BARBOZA

CÁSSIO ROBERTO DA SILVA

Diretoria Executiva

ESTEVES PEDRO COLNAGO
Diretor-Presidente

JULIANO DE SOUZA OLIVEIRA

ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES

JOSÉ LEONARDO SILVA ANDRIOTTI

FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO

SHEILA TEIXEIRA RIBAMAR
Contadora CRC-RJ 091010/O-6 S-DF
CPF. 074.688.177-07

Conselho Fiscal
Efetivos

FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA

NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA

ERICK BIILL VIDIGAL

Suplentes

LUÍS MAURO GOMES FERREIRA

ANA CRISTINA BITTAR DE OLIVEIRA

JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 395, DE 14 DE MARÇO DE 2019 (*)

Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 40, § 5º, inciso II, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos estados, Distrito Federal e municípios, no exercício de 2019.

Parágrafo único. Os recursos oriundos de emendas parlamentares de que trata esta Portaria poderão ser destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios para:

I - incremento temporário dos Tetos de Média e Alta Complexidade - Teto MAC e do Piso de Atenção Básica - PAB, nos termos do Capítulo II;

II - financiamento do transporte de pacientes no âmbito do SAMU 192 e da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, nos termos do Capítulo III;

III - financiamento do transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realização de procedimentos de caráter eletivo, nos termos do Capítulo IV; e

IV - financiamento de ambulâncias de transporte tipo "A" destinadas à remoção simples e eletiva no âmbito do SUS, nos termos do Capítulo V.

Art. 2º A execução dos recursos de que trata esta Portaria deverá observar a legislação sobre execução orçamentária e financeira, devendo ser observados:

I - o disposto no art. 3º, § 2º, inciso I, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

II - a vedação da aplicação de recursos oriundos de emendas parlamentares individuais para pagamento de pessoal e encargos sociais; e

III - os requisitos e limites estabelecidos nesta Portaria, que, uma vez não atendidos, configurarão impedimentos de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares.

Art. 3º As orientações gerais sobre programas disponíveis e diretrizes do Ministério da Saúde para a aplicação das emendas parlamentares no exercício de 2019 constarão na Cartilha para Apresentação de Propostas no Ministério da Saúde 2019, que será disponibilizada no sítio www.portalfns.saude.gov.br.

CAPÍTULO II

DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CUSTEIO QUE SE DESTINAM AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DOS TETOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

Art. 4º A aplicação das emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade será destinada ao:

I - custeio de unidades públicas sob gestão de Estados, Distrito Federal e Municípios, devendo o recurso ser destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para o conjunto de estabelecimentos de saúde cadastrados no Sistema do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - SCNES, limitado em até 100% (cem por cento) da produção total aprovada na média e alta complexidade dessas unidades no exercício de 2018; e

II - custeio de unidades de propriedade ou gerenciadas por entidades privadas sem fins lucrativos contratadas, conveniadas ou com instrumento congênere firmado com o ente beneficiado, devendo o recurso ser destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para cada estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES, limitado em até 100% (cem por cento) da produção aprovada na média e alta complexidade da unidade no exercício de 2018.

§ 1º A não observância dos requisitos e limites previstos nos incisos do caput configurará impedimento de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira da emenda parlamentar.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I do caput serão aplicados na manutenção das unidades públicas sob gestão do ente federativo, devendo ser dirigidos às ações e serviços relativos à atenção em média e alta complexidade.

§ 3º Para a transferência dos recursos previstos no inciso II do caput, o gestor local do SUS deverá observar a necessidade de contrato, convênio ou instrumento congênere com o ente federativo, nos termos do parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cujo valor englobe a totalidade dos recursos a serem repassados para o desenvolvimento de ações e serviços relativos à atenção de média e alta complexidade para cumprimento de metas.

Art. 5º A aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica observará o valor máximo, por Município, de até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no exercício de 2018 para desenvolvimento de ações de atenção básica.

§ 1º A não observância dos requisitos e limite previstos no caput configurará impedimento de ordem técnica à obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira da emenda parlamentar.

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão aplicados na manutenção de unidades de atenção básica à saúde, para desenvolvimento de ações e serviços relacionados à atenção básica.

Art. 6º A Secretaria de Atenção à Saúde disponibilizará, no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde, os valores máximos que poderão ser adicionados temporariamente:

I - ao Piso da Atenção Básica de cada Município; e

II - ao Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser considerado:

a) o conjunto da produção das unidades públicas sob gestão do ente federado; ou

b) a produção do estabelecimento de saúde, no caso de entidade privada sem fins lucrativos.

Art. 7º Para a transferência dos recursos de que trata este Capítulo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o gestor do fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município acessará o Sistema de Gerenciamento de Objetos e Propostas do Fundo Nacional de Saúde, disponível em www.portalfns.gov.br, e indicará como objeto o incremento temporário do Piso de Atenção Básica ou da Média e Alta Complexidade; e

II - caso o gestor do fundo de saúde do Estado, do Distrito Federal ou do Município tenha indicado como objeto o incremento temporário da Média e Alta Complexidade, deverá ser informado o número do CNES:

a) do estabelecimento de saúde, quando os recursos forem destinados a entidade privada sem fins lucrativos; ou

b) da Secretaria de Saúde local, quando os recursos forem destinados ao conjunto das unidades públicas sob gestão do ente federativo.

Parágrafo único. Na hipótese de o gestor do fundo de saúde não realizar a indicação, o saldo de recursos será devolvido ao parlamentar autor da emenda, para nova indicação.

Art. 8º As emendas parlamentares de que trata este Capítulo serão realizadas:

I - no caso do art. 4º, nas Modalidades de Aplicação 31 (trinta e um) e 41 (quarenta e um), no Grupo de Natureza de Despesa - GND 3 e na ação orçamentária 2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas; e

II - no caso do art. 5º, na Modalidade de Aplicação 41, na GND 3 e na ação orçamentária 2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas.

Parágrafo único. Os recursos de que trata este Capítulo serão transferidos, nos termos dos § 9º e § 16 do art. 166 da Constituição, em até seis parcelas, a contar da data de publicação do ato específico do Ministro de Estado da Saúde que habilitar o ente federativo ao recebimento do recurso financeiro.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO PARA FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE DE PACIENTES NO ÂMBITO DO SAMU 192 E DA REDE DE CUIDADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 9º O financiamento de veículos para o transporte de pacientes no Programa SAMU 192 e para o transporte adaptado acessível no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deverá ser realizado por meio do acesso do gestor do fundo de saúde estadual, municipal ou do Distrito Federal ao Sistema de Gerenciamento e Cadastro de Propostas do Fundo Nacional de Saúde, após a indicação parlamentar.

§ 1º O gestor do fundo de saúde estadual, municipal ou do Distrito Federal informará o quantitativo de veículos necessários por CNES, conforme o volume de recursos alocados pelo parlamentar.

§ 2º O quantitativo máximo de veículos por município ou CNES será o estabelecido pela área técnica conforme o disposto nos arts. 10 e 11.

§ 3º O parlamentar, em sua indicação, deverá observar o valor de referência para aquisição do veículo, indicando recursos suficientes.

§ 4º Será publicada portaria informando CNPJ do fundo beneficiado, município, CNES, tipo e quantitativo de veículos, número da emenda e valor, cuja contratação está autorizada devido ao aporte de recursos oriundos de emendas parlamentares com execução autorizada pelos órgãos competentes.

§ 5º No caso de transporte adaptado acessível no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, as emendas poderão ser destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, devendo a proposta ser cadastrada pela entidade responsável, em consonância com os critérios dispostos no art. 10, e a sua execução ocorrerá por meio de instrumento de convênio celebrado com o Ministério da Saúde, nos termos da legislação pertinente.

Art. 10. O financiamento de veículo de transporte adaptado para pessoas com deficiência dentro de Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência será realizado conforme os seguintes critérios:

I - o veículo a ser adquirido deverá estar vinculado a um Centro Especializado em Reabilitação - CER, habilitado junto ao Ministério da Saúde;

II - a especificação do veículo de transporte adaptado a ser adquirido deverá seguir a descrição no Sistema de Gerenciamento de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais - SIGEM, disponível para consulta em www.portalfns.saude.gov.br; e

III - a indicação do número de veículos para transporte adaptado por CER deve considerar a tipologia de habilitação, nos seguintes termos:

a) CER II: até um veículo de transporte adaptado;

b) CER III: até dois veículos de transporte adaptado; e

c) CER IV: até três veículos de transporte adaptado.

Art. 11. O financiamento de ambulâncias para o SAMU 192 será realizado exclusivamente para renovação de frota de veículos cadastrados no SCNES e habilitados, observados os seguintes critérios:

I - poderão ser renovadas as ambulâncias com três ou mais anos de uso habilitadas e sem renovação; e

II - não poderão ser renovadas as ambulâncias que:

a) descumpram os requisitos previstos no Capítulo I do Título II do Livro II do Anexo III à Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e nas Seções VI, VII e VIII do Capítulo II do Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 2017 e suas alterações;

b) apresentem habilitações pendentes;

c) tenham irregularidade apontada por órgãos de controle ou pela área técnica; ou

d) estejam inoperantes por falta de recursos humanos.

§ 1º A especificação de veículo a ser adquirido deverá seguir a disponível no SIGEM, disponível para consulta em www.portalfns.saude.gov.

§ 2º Será utilizado o critério de idade da frota, em anos, conforme o ano de habilitação do veículo para início da contagem.

§ 3º O veículo renovado deverá ser destinado prioritariamente a suprir a necessidade de reserva técnica, que é 30% da frota habilitada.

Art. 12. A destinação e manutenção dos veículos adquiridos são de responsabilidade do ente beneficiado, o qual deverá observar as normas técnicas e dispositivos legais que regem a matéria.

Art. 13. Os veículos de que trata esse Capítulo deverão ser adquiridos pela gestão local contemplada, conforme os fluxos e procedimentos atuais de execução das referidas políticas.

§ 1º Dentro do cronograma para operacionalização das emendas individuais ao orçamento, os recursos serão transferidos aos entes beneficiados, nos termos do Capítulo I do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§ 2º Após a transferência dos recursos, os entes poderão aderir à ata de registro de preços vigente do Ministério da Saúde.

§ 3º Será permitida a aquisição por mecanismo diverso do previsto no § 2º deste artigo, contanto que se demonstre a vantajosidade econômica da aquisição, e que o bem a ser adquirido cumpre os requisitos técnicos descritos no Termo de Referência ao último Edital publicado pelo Ministério da Saúde.

Art. 14. A emenda parlamentar que financiar a aquisição de veículo nos termos deste Capítulo deverá ser realizada na ação orçamentária 8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Grupo de Natureza de Despesa 4, e, no caso do SAMU, também na ação 8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial.

Art. 15. As coordenações responsáveis pelos Programas de que trata este Capítulo divulgarão, na página do Fundo Nacional de Saúde, instruções para orientar os Estados, Distrito Federal e Municípios interessados, informando e atualizando, a qualquer momento, os Municípios e cadastros no SCNES identificados como passíveis de serem beneficiados, bem como os valores de referência por veículo, obtidos no SIGEM.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO PARA FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE SANITÁRIO ELETIVO DESTINADO AO DESLOCAMENTO DE USUÁRIOS PARA REALIZAR PROCEDIMENTOS DE CARÁTER ELETIVO NO ÂMBITO DO SUS

Art. 16. Fica autorizada a execução de transferência financeira fundo a fundo de recursos de emendas parlamentares para aquisição de veículos destinados à implantação e/ou qualificação do transporte sanitário eletivo para o deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

Art. 17. O transporte sanitário eletivo coletivo é destinado ao deslocamento programado de pessoas para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS, observadas as seguintes condições:

I - deve ser utilizado em situações previsíveis de atenção programada, com a realização de procedimentos regulados e agendados, sem urgência, realizado por veículos tipo lotação conforme especificação disponível no SIGEM;

II - destina-se à população usuária que demanda serviços de saúde e que não apresentam risco de vida, necessidade de recursos assistenciais durante o deslocamento ou de transporte em decúbito horizontal; e

III - aplica-se ao deslocamento programado no próprio município de residência ou em outro município nas regiões de saúde de referência, conforme pactuação.

Art. 18. As emendas parlamentares deverão ser destinadas ao financiamento de veículos componente de projetos técnicos de implantação do transporte sanitário coletivo para o deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS, inseridos em políticas estaduais, municipais e do Distrito Federal de sistemas de transporte em saúde e previstos no planejamento regional integrado, conforme estabelecido no art. 30 da Lei Complementar no 141, de 13 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. Os gestores municipais e estaduais deverão observar a elaboração dos projetos técnicos, que deverá considerar as diretrizes do Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito SUS, conforme Resolução nº 13/CIT, de 23 de fevereiro de 2017.

Art. 19. O gestor do Fundo de Saúde Municipal, Estadual ou do Distrito Federal informará o quantitativo de veículos necessários conforme o projeto técnico elaborado e aprovado em Comissão Intergestores Bipartite - CIB, observadas as seguintes condições:

I - o quantitativo de veículos descrito no projeto técnico compreende o conjunto de veículos necessários ao cumprimento da programação efetiva de transporte e é definido pela estimativa de assentos/dia por município e pela tipologia de veículos disponíveis no SIGEM; e

II - a metodologia de cálculo para estimar a necessidade de assentos/dia por município deverá considerar os parâmetros de planejamento e programação estabelecidos de acordo com as realidades epidemiológicas e de oferta de serviços e previstos no planejamento, programação anual de saúde e pactuação no âmbito das respectivas CIB.

Parágrafo único. O número máximo de veículos a ser financiado nos termos deste Capítulo, por município e Distrito Federal, será determinado de acordo com o número de habitantes, na seguinte forma:

I - até 19.999 (dezenove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 1 (um) veículo terrestre e 1 (um) veículo aquático;

II - de 20.000 (vinte mil) a 49.999 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 2 (dois) veículos terrestres e 2 (dois) veículos aquáticos;

III - de 50.000 (cinquenta mil) a 99.999 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 3 (três) veículos terrestres e 3 (três) veículos aquáticos; e

IV - acima de 100.000 (cem mil) habitantes: até 4 (quatro) veículos terrestres e 4 (quatro) veículos aquáticos.

Art. 20. A emenda parlamentar deverá onerar as seguintes funcionais programáticas:

I - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, GND 4, na modalidade de aplicação 31 ou 41, quando a proposta de projeto for analisada e aprovada pelo Departamento de Atenção Hospitalar e Urgência, com indicação de CNES de central de gestão em saúde; ou

II - 10.302.2015.8581 - Estruturação de Unidades de Atenção Básica em Saúde, GND 4, na modalidade de aplicação 31 ou 41, quando a proposta de projeto for analisada e aprovada pelo Departamento de Atenção Básica, com indicação de CNES de unidade de atenção básica de saúde ou central de gestão em saúde.

Art. 21. A análise, a aprovação e a execução da proposta de projeto ocorrerão nos termos do Capítulo I do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, observados os seguintes trâmites e condições:

I - a proposta de projeto cadastrada será analisada pelo Departamento de Atenção Básica - DAB/SAS/MS e/ou Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - DAHU/SAS/MS ;

II - a existência de uma estrutura de regulação do acesso à Atenção à Saúde é pré-requisito para a implantação do transporte sanitário eletivo de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS;

III - a inserção da Resolução da CIB que aprovou o projeto técnico de transporte sanitário eletivo destinado ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS, em consonância com o artigo 4º da Resolução nº 13/CIT, de 23 de fevereiro de 2017;

IV - os gestores deverão obedecer o prazo mínimo de 3 (três) anos para aquisição de novos veículos, para os municípios que já receberam recursos e já atingiram o número máximo de veículos por município;

V - a inclusão de justificativa demonstrando a necessidade do transporte eletivo de pacientes, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) municípios beneficiados, público alvo, municípios de referência; e

b) parâmetros aplicados para dimensionar a programação de transporte e necessidade de assentos/dia por município e número de veículos.

VI - apresentação da declaração do gestor descrevendo a necessidade, conforme modelo disponibilizado no portal do Fundo Nacional de Saúde; e

VII - apresentação do Termo de Compromisso assinado pelo gestor local, assegurando o custeio e manutenção referente ao pleno funcionamento do veículo para os objetivos propostos, conforme modelo disponibilizado no Portal do Fundo Nacional de Saúde.

Parágrafo único. A Resolução da CIB de que trata o inciso III, deve ter sido aprovada nos últimos seis meses antes da apresentação do projeto, e caso tenha sido "ad referendum" a aprovação da proposta ficará condicionada a homologação pelo Plenário.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTO PARA FINANCIAMENTO DE AMBULÂNCIAS DE TRANSPORTE TIPO "A" DESTINADAS À REMOÇÃO SIMPLES E ELETIVA NO ÂMBITO DO SUS

Art. 22. Fica autorizada a execução de transferência financeira fundo a fundo de recursos de emendas parlamentares para aquisição de ambulância tipo A para a remoção simples e eletiva de pacientes no âmbito do SUS.

Art. 23. Para efeitos deste Capítulo, a ambulância Tipo A é definida como veículo destinado ao transporte por indicação clínica, por condição de caráter temporário ou permanente, em decúbito horizontal de pacientes que não apresentem risco de vida, para remoção simples e de caráter eletivo, conforme classificação estabelecida pela Portaria nº 2.048/GM/MS, de 05 de novembro de 2002, e observadas as seguintes condições:

I - as ambulâncias de transporte deverão dispor, no mínimo, dos seguintes materiais e equipamentos ou similares com eficácia equivalente:

a) sinalizador óptico e acústico;

b) equipamento de comunicação;

c) maca com rodas;

d) suporte para soro e oxigênio medicinal; e

e) devem ser tripuladas por 2 (dois) profissionais, sendo um o condutor de ambulância e o outro um Técnico ou Auxiliar de enfermagem;

II - aplica-se ao deslocamento programado no próprio município de residência ou para outro município nas regiões de saúde de referência, conforme pactuação e articulação com as estruturas de regulação de acesso; e

III - a ambulância de transporte poderá ser utilizada em casos de alta ou internações hospitalares, atendimentos domiciliares e para realização de procedimentos ambulatoriais na Rede de Atenção à Saúde.

Art. 24. Em relação ao transporte no pré-hospitalar e inter-hospitalar, aplicam-se as diretrizes técnicas estabelecidas pela Portaria nº 2.048/GM/MS, de 05 de novembro de 2002.

§ 1º Onde não houver central de regulação estabelecida para o transporte inter-hospitalar, a responsabilidade pelo transporte do paciente é do médico solicitante.

§ 2º O gestor local deverá observar a vedação de remoção de pacientes sem contato prévio com a instituição/serviço potencialmente receptor.

Art. 25. A emenda parlamentar deverá onerar a funcional programática 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, GND 4, na modalidade de aplicação 31 ou 41.

Art. 26. As emendas parlamentares deverão ser destinadas ao financiamento de veículos componente de projetos técnicos de aquisição de ambulância tipo A para a remoção simples e eletiva de pacientes no âmbito do SUS.

Parágrafo único. Os gestores municipais e estaduais deverão observar a elaboração dos projetos técnicos, para fins do caput, nos termos deste Capítulo.

Art. 27. A análise, a aprovação e a execução da proposta de projeto ocorrerão nos termos da Capítulo I do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, observados os seguintes trâmites e condições:

I - a inclusão de justificativa demonstrando a necessidade do transporte eletivo de pacientes, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) a necessidade do transporte, público alvo e parâmetros aplicados para dimensionar a programação do transporte;

b) informação sobre a pactuação regional que estabelece as referências para atenção hospitalar e especializado;

c) informação sobre a cobertura da Atenção Básica;

d) descrição da organização dos Serviços de Atenção às Urgências e Emergências; e

e) descrição da capacidade instalada e organização da Rede de Atenção à Saúde na região;

II - a existência de uma estrutura de regulação do acesso à Atenção à Saúde é pré-requisito para a aquisição de ambulância tipo A para a remoção simples e eletiva de pacientes no âmbito do SUS;

III - apresentação da declaração do gestor descrevendo a necessidade, conforme modelo disponibilizado no portal do Fundo Nacional de Saúde; e

IV - apresentação do Termo de Compromisso assinado pelo gestor local, assegurando o custeio e manutenção referente ao pleno funcionamento do veículo para os objetivos propostos, conforme modelo disponibilizado no Portal do Fundo Nacional de Saúde.

V - a inserção do Relatório do Sistema Nacional de Regulação - SISREG; e

VI - os gestores deverão obedecer o prazo mínimo de 3 (três) anos para aquisição de novos veículos, para os municípios que já receberam recursos e já atingiram o número máximo de veículos por município.

§ 1º A proposta de projeto cadastrada será analisada pelo Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - DAHU/SAS/MS.

§ 2º A aprovação do quantitativo de veículos, por município, será o estabelecido pela área técnica após análise da justificativa de necessidade informada.

§ 3º O número máximo de veículos a ser financiado nos termos deste Capítulo, por município e Distrito Federal, será determinado de acordo com o número de habitantes, na seguinte forma:

I - até 19.999 (dezenove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 1 (um) veículo terrestre;

II - de 20.000 (vinte mil) a 49.999 (quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 2 (dois) veículos terrestres;

III - de 50.000 (cinquenta mil) a 99.999 (noventa e nove mil novecentos e noventa e nove) habitantes: até 3 (três) veículos terrestres; e

IV - acima de 100.000 (cem mil) habitantes: até 4 (quatro) veículos terrestres.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Para fins do disposto nos Capítulos IV e V, os gestores locais deverão observar o seguinte:

I - a especificação do veículo passível de financiamento é a constante no Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais Permanentes para o SUS - SIGEM, disponível em www.fns.saude.gov.br;

II - nos termos do art. 664 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, os veículos deverão ser inseridos no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES no prazo até 90 (noventa) dias contado da data de seu recebimento pelo ente federativo beneficiário, conforme a lista de códigos e equipamentos cadastráveis no sistema; e

III - Os estados, o Distrito Federal e os municípios beneficiados poderão realizar adesão a ata de registro de preços do Ministério da Saúde vigente com vistas à aquisição dos veículos de que trata esta Portaria.

Parágrafo único. A destinação e o custeio fixo e variável dos veículos adquiridos, nos termos dos Capítulos IV e V, são de responsabilidade do ente beneficiado, o qual deverá observar as normas técnicas e dispositivos legais que regem a matéria, observadas as seguintes definições:

I - custeio fixo: as despesas administrativas e as referentes a impostos, emplacamento e documentação do veículo, seguro contra sinistro, sistema de gestão, recursos humanos, limpeza e rastreamento, entre outras; e

II - custeio variável: as despesas relativas ao custo por quilômetros rodados, entre outras.

Art. 29. Sem prejuízo de outras formas de controle realizadas pelo Ministério da Saúde, a comprovação da aplicação dos recursos repassados será realizada por meio do Relatório de Gestão, nos termos dos arts. 1147 e 1148 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 30. É vedado o repasse de recursos de emendas parlamentares para entidades com fins lucrativos.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 51-A, Edição extra de 15-3- 2019, Seção 1, página 1, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 475, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre o prazo relativo à suspensão do repasse para custeio da Equipe de Saúde da Família (eSF) Subtipo Mais Médicos, em razão da ausência de profissional médico.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O prazo de 60 dias previsto na Política Nacional de Atenção Básica - PNAB referente à suspensão do repasse do incentivo para custeio de Equipe de Saúde da Família (eSF) em razão da ausência de qualquer um dos profissionais que compõem a equipe será acrescido de 120 dias, desde que observadas cumulativamente as seguintes condições:

I - o profissional ausente seja médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil, de que trata a 12.871, de 22 de outubro de 2013;

II - a eSF seja do Subtipo Mais Médicos;

III - a eSF seja de município pertencente ao perfil 4 (Grupo I do PAB), 5 (G 100), 6 (Áreas Vulneráveis), 7 (Extrema Pobreza) ou 8 (Saúde Indígena) da Resolução DEPREPS nº 1, de 2 de outubro de 2015;

IV - não tenha havido comunicação do Ministério da Saúde sobre o fim ou a redução do envio de médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil para o referido município; e

V - a ausência de médico na eSF não tenha iniciado antes de 1º de janeiro de 2019.

Art. 2º Para fins de transparência, a coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil publicará, no prazo de 30 dias a contar da data de entrada em vigor desta Portaria, a relação dos municípios atendidos pelo Projeto, juntamente com o número de médicos participantes por município.

§ 1º A relação de que trata o caput será utilizada para fins de verificação do requisito previsto no inciso IV do caput do art. 1º.

§ 2º A relação de que trata o caput deverá ser disponibilizada no site do Programa Mais Médicos e atualizada sempre que houver modificação dos municípios atendidos ou do número de médicos por município.

§ 3º A coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil deverá comunicar os entes interessados quando o município deixar de ser atendido pelo Projeto ou quando houver modificação no número de médicos participantes para o referido município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao art. 1º, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

PORTARIA Nº 476, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a doação de veículos aos entes federativos, para fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a necessidade de adequação dos critérios técnicos de distribuição e de utilização dos veículos adquiridos pelo Ministério da Saúde para serem doados aos entes federativos, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a doação de veículos aos entes federativos, para fortalecimento das ações de Vigilância em Saúde.

Parágrafo único. Os veículos a serem doados aos entes federativos na forma desta Portaria serão destinados exclusivamente às ações de Vigilância em Saúde, com ênfase na prevenção e controle de doenças transmissíveis e Emergências em Saúde Pública.

Art. 2º A seleção dos entes federativos contemplados considerou:

I - em relação aos Municípios, a pontuação obtida a partir dos seguintes critérios:

a) incidência de casos prováveis de dengue, Zika e Chikungunya no período de 2014 a 2018;

b) resultados do Levantamento de Índice Rápido de Aedes aegypti (LIRAa) no ano de 2018;

c) proporção de Agentes de Combate às Endemias - ACE constantes Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, no período de janeiro a dezembro de 2018;

d) dados do indicador 4 do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde - PQAVS: Proporção de vacinas selecionadas que compõem o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 1 ano de idade com coberturas vacinais preconizadas, referente ao ano de 2017; e

e) estratificação de risco para a transmissão vetorial de doença de Chagas; e

II - em relação aos Estados, o quantitativo de dois veículos para cada Unidade Federativa.

§ 1º A seleção dos Municípios considerou como critério de exclusão:

I - Municípios de Unidades Federativas contempladas com veículos no ano de 2018 e que atingiram pelo menos 20% (vinte por cento) na proporção de veículos doados e número de municípios infestados pelo Aedes; e

II - Estados com mais de 500 (quinhentos) municípios que atingiram 10% (dez por cento) na proporção de veículos doados e número de municípios infestados pelo Aedes.

§ 2º Diante da aplicação dos critérios definidos neste artigo, o Ministério da Saúde realizará a doação da seguinte forma:

I - 52 (cinquenta e dois) veículos para os Estados, conforme Anexo I a esta Portaria; e

II - 301 (trezentos e um) veículos para os Municípios, conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º A doação será realizada por meio de instrumento que conterá, entre outras, cláusulas acerca:

I - do dever do ente federativo de utilizar o bem doado de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 1º;

II - do dever do ente federativo de apresentar à Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS, sempre que solicitado, as informações relativas à utilização do bem doado, para verificação do cumprimento da finalidade constante no instrumento; e

III - da responsabilidade do ente beneficiado pela manutenção do veículo doado.

Art. 4º Constatada a utilização do bem doado em desacordo com o estabelecido no instrumento de doação, o Ministério da Saúde adotará as providências cabíveis, com a possibilidade de promover a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, e realizar doação a outro ente federativo, considerando os critérios estabelecidos no art. 2º.

Art. 5º A doação disposta nesta Portaria será implementada com os veículos adquiridos pelo Ministério da Saúde por meio do Contrato nº 99/2018, decorrente do Pregão Eletrônico nº 39/2018.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica, no que couber, aos veículos adquiridos por meio do Contrato de que trata o caput e que já foram objeto de doação, devendo o Ministério da Saúde adotar, quando for o caso, as medidas cabíveis para adaptar os instrumentos celebrados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

Quantitativo total de veículos a serem doados por Unidade Federativa

ID	UF	DESTINO		TOTAL	
		SES	SMS		
REGIÃO NORTE		*14*	*63*	*77*	
1	RONDONIA	2	0	2	
2	ACRE	2	8	10	
3	AMAZONAS	2	10	12	
4	RORAIMA	2	5	7	
5	PARA	2	30	32	
6	AMAPA	2	10	12	
7	TOCANTINS	2	0	2	
REGIÃO NORDESTE		*18*	*209*	*227*	
8	MARANHÃO	2	34	36	
9	PIAUI	2	20	22	
10	CEARA	2	35	37	
11	RIO GRANDE DO NORTE	2	30	32	
12	PARAÍBA	2	35	37	
13	PERNAMBUCO	2	10	12	
14	ALAGOAS	2	0	2	
15	SERGIPE	2	10	12	
16	BAHIA	2	35	37	
REGÃO SUDESTE		*8*	*7*	*15*	
17	MINAS GERAIS	2	0	2	
18	ESPÍRITO SANTO	2	0	2	
19	RIO DE JANEIRO	2	7	9	
20	SÃO PAULO	2	0	2	
REGIÃO SUL		*6*	*22*	*28*	
21	PARANÁ	2	10	12	
22	SANTA CATARINA	2	0	2	
23	RIO GRANDE DO SUL	2	12	14	
REGIÃO CENTRO-OESTE		*6*	*0*	*6*	
24	MATO GROSSO DO SUL	2	0	2	
25	MATO GROSSO	2	0	2	
26	GOIAS	2	0	2	
27	DISTRITO FEDERAL*	0	0	0	
TOTAL		*52*	*301*	*353*	
* Observação: já contemplado na doação de 2018.					

ANEXO II

Municípios selecionados para a doação, de acordo com pontuação atingida pelos critérios estabelecidos no art. 2º

ID	UF	Mun Re	Municípios	Nota final segundo critérios	Veículo
ACRE					
1	AC	120032	Jordão	227	1
2	AC	120035	Marechal Thaumaturgo	219	1
3	AC	120043	Santa Rosa do Purus	219	1
4	AC	120039	Porto Walter	201	1
5	AC	120030	Feijó	182	1
6	AC	120025	Epitaciolândia	176	1
7	AC	120040	Rio Branco	171	1
8	AC	120005	Assis Brasil	169	1
AMAZONAS					
9	AM	130140	Eirunepé	234	1
10	AM	130200	Itapiranga	230	1
11	AM	130400	Silves	230	1
12	AM	130115	Careiro da Várzea	225	1
13	AM	130020	Atalaia do Norte	224	1
14	AM	130006	Amaturá	222	1
15	AM	130002	Alvarães	221	1
16	AM	130050	Barreirinha	221	1
17	AM	130160	Fonte Boa	221	1
18	AM	130280*	Maraã	220	1
AMAPÁ					
19	AP	160010	Amapá	220	1
20	AP	160055	Pracaúba	215	1
21	AP	160080	Vitória do Jari	215	1

22	AP	160005	Serra do Navio	196	1
23	AP	160020	Calçoene	196	1
24	AP	160060	Santana	184	1
25	AP	160050	Oiapoque	174	1
26	AP	160030	Macapá	172	1
27	AP	160053	Porto Grande	169	1
28	AP	160015	Pedra Branca do Amapari	161	1
			BAHIA		
29	BA	292020	Malhada	259	1
30	BA	290930	Correntina	254	1
31	BA	291780	Jaguaripe	254	1
32	BA	290270	Barra	249	1
33	BA	290755	Caturama	249	1
34	BA	292840	Santa Rita de Cássia	245	1
35	BA	290020	Abaré	244	1
36	BA	291220	Ibicoara	244	1
37	BA	290740	Catolândia	240	1
38	BA	293075	Sítio do Mato	240	1
39	BA	291735	Jaborandi	239	1
40	BA	293150	Teofilândia	239	1
41	BA	293325	Vereda	239	1
42	BA	291590	Itanagra	236	1
43	BA	291125	Gavião	235	1
44	BA	290910	Coribe	234	1
45	BA	292350	Palmeiras	234	1
46	BA	292450	Pindaí	231	1
47	BA	290540	Cairu	230	1
48	BA	291880	Laje	230	1
49	BA	290130	Andaraí	225	1
50	BA	291077	Feira da Mata	225	1
51	BA	291790	Jandaíra	224	1
52	BA	291820	Jiquiriçá	220	1
53	BA	292690	Rio do Pires	220	1
54	BA	290610	Canápolis	219	1
55	BA	292575	Presidente Tancredo Neves	219	1
56	BA	292925	São Gabriel	216	1
57	BA	290682	Canudos	214	1
58	BA	290950	Cravolândia	212	1
59	BA	293020	Sento Sé	211	1
60	BA	290360	Biritinga	211	1
61	BA	291085	Filadélfia	209	1
62	BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	209	1
63	BA	290620	Canarana	206	1
			CEARÁ		
64	CE	231200	Santana do Acaraú	259	1
65	CE	230425	Cruz	254	1
66	CE	231095	Pires Ferreira	254	1
67	CE	231126	Quiterianópolis	254	1
68	CE	231300	Solonópole	254	1
69	CE	230530	Ibiapina	249	1
70	CE	230690	Jaguaribe	249	1
71	CE	230720	Jati	249	1
72	CE	230920	Nova Olinda	249	1
73	CE	230990	Pacujá	249	1
74	CE	231120	Potengi	249	1
75	CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	246	1
76	CE	230020	Acaraú	245	1
77	CE	230250	Brejo Santo	245	1
78	CE	230535	Icapuí	245	1
79	CE	230590	Ipueiras	245	1
80	CE	230620	Itaiçaba	245	1
81	CE	230050	Alcântaras	244	1
82	CE	230150	Arneiroz	244	1
83	CE	230330	Cariús	244	1
84	CE	231000	Palhano	244	1
85	CE	231220	Santa Quitéria	244	1
86	CE	231250	São João do Jaguaribe	244	1
87	CE	230040	Aiuaba	240	1
88	CE	230655	Itarema	240	1
89	CE	231100	Poranga	240	1
90	CE	230490	Groaíras	239	1
91	CE	230870	Morada Nova	239	1
92	CE	231123	Potiretama	239	1
93	CE	230080	Antonina do Norte	235	1
94	CE	230100	Aquiraz	235	1
95	CE	230610	Irauçuba	235	1
96	CE	231350	Trairi	235	1
97	CE	230445	Fortim	230	1
98	CE	230465	Graça	229	1
			MARANHÃO		
99	MA	210667	Milagres do Maranhão	240	1
100	MA	210317	Centro Novo do Maranhão	236	1
101	MA	210390	Duque Bacelar	234	1
102	MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	231	1
103	MA	211023	Santana do Maranhão	231	1
104	MA	210408	Fernando Falcão	230	1
105	MA	211170	São Vicente Ferrer	226	1
106	MA	210170	Barreirinhas	225	1
107	MA	210630	Magalhães de Almeida	224	1
108	MA	211050	São Bento	224	1
109	MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	222	1
110	MA	210180	Benedito Leite	221	1
111	MA	210070	Anajatuba	219	1
112	MA	210193	Bernardo do Mearim	219	1
113	MA	210650	Matinha	219	1
114	MA	211102	São João do Carú	218	1
115	MA	210215	Brejo de Areia	215	1
116	MA	211290	Vitória do Mearim	215	1
117	MA	210250	Cajari	212	1
118	MA	210825	Pedro do Rosário	212	1
119	MA	211227	Tufilândia	208	1
120	MA	210310	Cedral	207	1
121	MA	210760	Palmeirândia	207	1
122	MA	210010	Afonso Cunha	206	1
123	MA	210725	Nova Colinas	204	1
124	MA	210635	Marajá do Sena	204	1
125	MA	211107	São João do Soter	202	1
126	MA	211280	Viana	200	1
127	MA	210220	Buriti	199	1
128	MA	210565	Junco do Maranhão	199	1
129	MA	210730	Nova Iorque	199	1
130	MA	210280	Carolina	196	1
131	MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	196	1
132	MA	211172	Satubinha	195	1

PARÁ					
133	PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	244	1
134	PA	150330	Igarapé-Miri	239	1
135	PA	150307	Garrafão do Norte	234	1
136	PA	150520	Oeiras do Pará	234	1
137	PA	150190	Bujaru	230	1
138	PA	150490	Muaná	230	1
139	PA	150285	Curuá	229	1
140	PA	150590	Porto de Moz	229	1
141	PA	150640	Santa Cruz do Arari	229	1
142	PA	150690	Santarém Novo	229	1
143	PA	150290	Curuçá	225	1
144	PA	150710	São Caetano de Odivelas	221	1
145	PA	150250	Chaves	215	1
146	PA	150747	São João de Pirabas	211	1
147	PA	150100	Aveiro	211	1
148	PA	150125	Bannach	209	1
149	PA	150720	São Domingos do Capim	209	1
150	PA	150375	Jacareacanga	207	1
151	PA	150275	Concórdia do Pará	206	1
152	PA	150470	Moju	206	1
153	PA	150540	Ourém	204	1
154	PA	150230	Capitão Poço	201	1
155	PA	150796	Terra Alta	201	1
156	PA	150070	Anajás	200	1
157	PA	150450	Melgaço	200	1
158	PA	150120	Baião	199	1
159	PA	150611	Quatipuru	199	1
160	PA	150040	Alenquer	197	1
161	PA	150570	Ponta de Pedras	196	1
162	PA	150260	Colares	196	1
PARAÍBA					
163	PB	251365	Joca Claudino (ex Santarém)	254	1
164	PB	250530	Curral Velho	244	1
165	PB	251597	Sobrado	234	1
166	PB	251330	Santa Helena	229	1
167	PB	251440	São José de Espinharas	211	1
168	PB	250115	Areia de Baraúnas	209	1
169	PB	250560	Diamante	209	1
170	PB	250860	Lucena	207	1
171	PB	250355	Cacimbas	206	1
172	PB	251203	Poço Dantas	206	1
173	PB	251460	São José do Bonfim	206	1
174	PB	250135	Assunção	204	1
175	PB	251720	Vieirópolis	204	1
176	PB	250485	Coxixola	204	1
177	PB	250780	Junco do Seridó	203	1
178	PB	250910	Mari	202	1
179	PB	250840	Lastro	201	1
180	PB	251020	Nova Olinda	201	1
181	PB	251420	São José da Lagoa Tapada	201	1
182	PB	251660	Tavares	201	1
183	PB	250370	Cajazeiras	201	1
184	PB	251740	Zabelê	200	1
185	PB	250410	Carrapateira	199	1
186	PB	251300	Salgadinho	199	1
187	PB	250150	Bananeiras	197	1
188	PB	250010	Água Branca	196	1
189	PB	250153	Baraúna	196	1
190	PB	250157	Barra de Santana	196	1
191	PB	250415	Casserengue	196	1
192	PB	250480	Coremas	196	1
193	PB	250670	Imaculada	196	1
194	PB	250740	Jericó	196	1
195	PB	251570	Serra Grande	196	1
196	PB	250140	Baía da Traição	196	1
197	PB	250240	Bonito de Santa Fé	196	1
PERNAMBUCO					
198	PE	260140	Barreiros	235	1
199	PE	261520	Terra Nova	230	1
200	PE	261090	Pesqueira	207	1
201	PE	261400	Serrita	206	1
202	PE	261040	Parnamirim	204	1
203	PE	260760	Ilha de Itamaracá	197	1
204	PE	260200	Bodocó	196	1
205	PE	260250	Brejinho	196	1
206	PE	260390	Carnaíba	196	1
207	PE	260860	Lagoa do Ouro	196	1
PIAUÍ					
208	PI	220280	Conceição do Canindé	249	1
209	PI	220970	São Francisco do Piauí	244	1
210	PI	220060	Angical do Piauí	240	1
211	PI	220640	Monsenhor Gil	240	1
212	PI	220690	Novo Oriente do Piauí	240	1
213	PI	220695	Novo Santo Antônio	240	1
214	PI	220558	Lagoa do Piauí	237	1
215	PI	220887	Ribeira do Piauí	236	1
216	PI	220850	Porto	235	1
217	PI	220960	São Félix do Piauí	235	1
218	PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	235	1
219	PI	221093	Sussuapara	235	1
220	PI	220196	Brasileira	234	1
221	PI	220265	Caxingó	234	1
222	PI	220277	Colônia do Piauí	234	1
223	PI	220465	Ilha Grande	234	1
224	PI	220527	Jatobá do Piauí	234	1
225	PI	220551	Juazeiro do Piauí	234	1
226	PI	220755	Paquetá	234	1
227	PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	234	1
PARANÁ					
228	PR	412640	Sertaneja	145	1
229	PR	410045	Altamira do Paraná	140	1
230	PR	410160	Arapoti	140	1
231	PR	410322	Bom Sucesso do Sul	140	1
232	PR	410370	Cambé	140	1

233	PR	410465	Carambeí	140	1
234	PR	411330	Laranjeiras do Sul	140	1
235	PR	412690	Tapira	140	1
236	PR	412795	Tupãssi	140	1
237	PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	135	1
RIO DE JANEIRO					
238	RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	245	1
239	RJ	330395	Pinheiral	240	1
240	RJ	330570	Sumidouro	239	1
241	RJ	330160	Duas Barras	236	1
242	RJ	330440	Rio Claro	235	1
243	RJ	330022	Areal	234	1
244	RJ	330530	São Sebastião do Alto	232	1
RIO GRANDE DO NORTE					
245	RN	241080	Riacho de Santana	249	1
246	RN	241380	Taboleiro Grande	249	1
247	RN	241320	Senador Georgino Avelino	245	1
248	RN	241270	São Pedro	244	1
249	RN	240330	Encanto	239	1
250	RN	241475	Venha-Ver	239	1
251	RN	240725	Major Sales	235	1
252	RN	240485	Itajá	234	1
253	RN	241180	São Fernando	234	1
254	RN	241480	Vera Cruz	230	1
255	RN	240810	Natal	225	1
256	RN	241490	Viçosa	221	1
257	RN	240480	Ipueira	219	1
258	RN	241255	São Miguel do Gostoso	219	1
259	RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	219	1
260	RN	240120	Arês	215	1
261	RN	240830	Nova Cruz	215	1
262	RN	241370	Sítio Novo	215	1
263	RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	214	1
264	RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	214	1
265	RN	240630	Lagoa de Pedras	214	1
266	RN	240690	Lucrécia	214	1
267	RN	240850	Ouro Branco	214	1
268	RN	240860	Paraná	214	1
269	RN	241030	Serra Caiada (Ex Presid. Juscelino)	214	1
270	RN	241210	São João do Sabugi	214	1
271	RN	241250	São Miguel	214	1
272	RN	241280	São Rafael	214	1
273	RN	241355	Serrinha dos Pintos	214	1
274	RN	241410	Tenente Ananias	214	1
RORAIMA					
275	RR	140017	Cantá	184	1
276	RR	140030	Mucajaí	176	1
277	RR	140060	São Luiz	176	1
278	RR	140023	Caroebe	172	1
279	RR	140010	Boa Vista	171	1
RIO GRANDE DO SUL					
280	RS	430040	Alegrete	244	1
281	RS	430300	Cachoeira do Sul	244	1
282	RS	431244	Morrinhos do Sul	241	1
283	RS	430350	Camaquã	239	1
284	RS	431842	São João da Urtiga	239	1
285	RS	430860	Garibaldi	235	1
286	RS	431140	Lajeado	235	1
287	RS	430160	Bagé	234	1
288	RS	431337	Nova Santa Rita	234	1
289	RS	431440	Pelotas	234	1
290	RS	432310	Vicente Dutra	232	1
291	RS	430790	Farroupilha	231	1
SERGIPE					
292	SE	280130	Capela	162	1
293	SE	280370	Macambira	162	1
294	SE	280340	Japoatã	166	1
295	SE	280150	Carmópolis	167	1
296	SE	280220	Feira Nova	167	1
297	SE	280230	Frei Paulo	167	1
298	SE	280060	Barra dos Coqueiros	168	1
299	SE	280360	Laranjeiras	168	1
300	SE	280500	Pedra Mole	168	1
301	SE	280350	Lagarto	171	1

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 359, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Define obrigatoriedade da informação de Localização Geográfica e Horário de Funcionamento para todos os estabelecimentos constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS/2017, Título VII, Capítulo IV, que trata do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica definida a obrigatoriedade da informação de Localização Geográfica e Horário de Funcionamento para todos os estabelecimentos constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Parágrafo Único. As informações deverão ser adequadas em até 03 (três) competências após a publicação desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 430, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Caridade de Capela, com sede em Capela (SE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 257/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001067/2019-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Caridade de Capela, CNPJ nº 13.911.698/0001-49, com sede em Capela (SE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de junho de 2019 a 23 de junho de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 432, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Indefere a Renovação do CEBAS, da Associação Portuguesa de Beneficência, com sede em Porto Alegre (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 261/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.183573/2018-28, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Portuguesa de Beneficência, CNPJ nº 92.740.539/0001-03, com sede em Porto Alegre (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 433, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco, com sede em Recife (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 260/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.214045/2018-28, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco, CNPJ nº 10.859.817/0001-73, com sede em Recife (PE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 437, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Defere a Concessão do CEBAS, do Centro Terapêutico Cristão Salva Vidas, com sede em Itapeva (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 258/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.189155/2018-44, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, do Centro Terapêutico Cristão Salva Vidas, CNPJ nº 12.628.473/0001-17, com sede em Itapeva (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 438, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Concessão do CEBAS, da AUPACC- Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer, com sede em Paulínia (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 263/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.129972/2018-43, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela a atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da AUPACC- Amigos Unidos por Amor Contra o Câncer, CNPJ nº 07.679.571/0001-43, com sede em Paulínia (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 439, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação Mário Penna, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 264/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.207124/2018-82, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Mário Penna, CNPJ nº 17.513.235/0001-80, com sede em Belo Horizonte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 440, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da FESO Fundação Educacional Serra dos Órgãos, com sede em Teresópolis (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 273/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.214330/2018-49, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da FESO Fundação Educacional Serra dos Órgãos, CNPJ nº 32.190.092/0001-06, com sede em Teresópolis (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 3 de maio de 2015 a 2 de maio de 2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 441, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Indefere a Concessão do CEBAS, da Liga Nordestina de Assistência, Educação e Saúde de Pernambuco, com sede em Agrestina (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 259/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.010722/2019-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Liga Nordestina de Assistência, Educação e Saúde de Pernambuco, CNPJ nº 35.673.300/0001-16, com sede em Agrestina (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 443, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS, da Sociedade Educação e Caridade - SEC, com sede em Porto Alegre (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 134/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.041010/2017-82, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Educação e Caridade - SEC, CNPJ nº 92.812.049/0001-67, com sede em Porto Alegre (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 840/SAS/MS, de 12 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 116, de 19 de junho de 2018, Seção 1, página 81.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 444, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba, com sede em Araçatuba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 279/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.227287/2018-81, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba, CNPJ nº 43.751.502/0001-67, com sede em Araçatuba (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 446, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, com sede em São Luís (MA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 275/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.224435/2018-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, CNPJ nº 06.275.762/0001-87, com sede em São Luís (MA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 447, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação Portuguesa de Beneficência 1º de Dezembro, com sede em Uberaba (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 278/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.152889/2018-78, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Portuguesa de Beneficência 1º de Dezembro, CNPJ nº 25.437.948/0001-30, com sede em Uberaba (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de setembro de 2018 a 27 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 448, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 277/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.119649/2015-19, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo, CNPJ nº 60.502.242/0001-05, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 449, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Indefere a Concessão do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário, com sede em Rosário do Ivaí (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 270/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.224284/2018-96, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora do Rosário, CNPJ nº 78.276.409/0001-22, com sede em Rosário do Ivaí (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 450, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Concessão do CEBAS, do Instituto João Ferreira Lima, com sede em Timbaúba (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 276/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.227405/2018-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto João Ferreira Lima, CNPJ nº 11.812.443/0001-01, com sede em Timbaúba (PE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 451, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Concessão do CEBAS, da Sociedade Beneficente Sagrada Família, com sede em Araguari (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 266/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.227171/2018-42, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela a atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Sociedade Beneficente Sagrada Família, CNPJ nº 10.550.765/0001-59, com sede em Araguari (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 452, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade de Misericórdia do Hospital São José de Itajobi - HMSJ, com sede em Itajobi (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 267/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.222362/2018-18, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia do Hospital São José de Itajobi - HMSJ, CNPJ nº 49.622.327/0001-94, com sede em Itajobi (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de novembro de 2019 a 9 de novembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 453, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação Ataulpho de Paiva, com sede em Rio de Janeiro (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 274/2019-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.490595/2017-61, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela a atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Fundação Ataulpho de Paiva, CNPJ nº 33.485.939/0001-42, com sede em Rio de Janeiro (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DE 2 DE ABRIL DE 2019

Ref.: Processo n.º 25000.125095/2015-99.
Interessado: CARVALHO & SCHIAPATI LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa CARVALHO & SCHIAPATI LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.765.868/0001-61, Ref.: 25000.114313/2013-06, localizada no Município de BARRETOS/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25002.000315/2016-33.
Interessado: DROGARIA BENDEL LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA BENDEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.984.240/0001-54, Ref.: 25000.608202/2009-71, localizada no Município de SERRA/ES, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.147032/2016-74.
Interessado: DROGARIA VIDAL LTDA.
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA VIDAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 89.109.946/0001-02, Ref.: 25000.085950/2011-98, localizada no Município de GETULIO VARGAS/RS, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

DENIZAR VIANNA ARAUJO
Secretário

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 3 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 494ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de outubro de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.002222/2018-91	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 61 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.006372/2018-73	Itauseg Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.002313/2018-26	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010580/2018-77	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011739/2018-71	Unimed Natal Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.013284/2018-28	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.006160/2018-96	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais)
33910.006212/2018-24	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais)
33910.005283/2018-18	Unimed de Manaus Coop. de Trabalho Médico Ltda	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.000693/2018-64	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - CAC	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.003577/2018-05	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.022514/2017-69	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.022075/2017-94	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33910.022211/2017-46	Unimed de Jataí Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 21 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33910.017391/2018-25	Pame - Associação De Assistência Plena Em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.017356/2018-14	Unimed Divinopolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
33910.013276/2018-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25789.071478/2017-81	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil, quinhentos reais)
25789.071122/2017-48	Odontoprev S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.011008/2017-49	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.066051/2017-61	Centro Trasmontano de São Paulo	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25779.016201/2017-13	Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.019686/2017-99	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitoria	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.066042/2017-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.065669/2017-12	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.066047/2017-01	Unimed Do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.066595/2017-23	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
25789.070877/2017-25	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.071820/2017-43	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.017358/2018-03	Unimed Vale do Aço Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.011813/2018-59	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.071831/2017-23	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.258360/2015-89	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012776/2018-04	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.011625/2018-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.017355/2018-61	Cooperativa de Usuários Assistência Médico-Hospitalar Ltda - VIVAMED SAÚDE	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.013506/2018-11	Cooperativa de Usuários Assistência Médico-Hospitalar Ltda - VIVAMED SAÚDE	Art. 82 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)

33910.000910/2018-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.016745/2018-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.020108/2018-42	Unimed de Piracicaba Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.003615/2018-11	Uniodonto São José do Rio Preto - Cooperativa Odontológica	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.010809/2018-73	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Medico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.010947/2018-52	Good Life Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.016161/2018-49	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.016014/2018-79	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.010497/2018-06	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 20-D RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.011355/2018-58	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020146/2018-03	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.007757/2018-58	Good Life Saúde Ltda	Art. 80 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25789.024305/2015-11	Ammr Odontologia Ltda	Art. 18 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
33910.023143/2017-32	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.004104/2018-17	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.006127/2018-66	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.007129/2018-72	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos reais)
33910.003459/2018-99	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.022580/2017-39	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.006155/2018-83	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais)
33910.011688/2018-87	Unimed Joao Pessoa - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.007595/2018-58	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.008366/2018-51	Agemed Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33910.014889/2018-36	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.022284/2017-38	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.025530/2017-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.012113/2018-81	Medisanitas Brasil Assistência Integral À Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001102/2018-76	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.015981/2018-13	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011485/2018-91	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33910.013611/2018-41	Interclínicas do Brasil Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33910.012393/2018-28	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.000657/2018-09	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.022449/2017-71	Sul América Companhia De Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.001197/2018-28	Sul América Companhia De Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010058/2018-95	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.011673/2018-19	Unimed Campina Grande - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.006816/2018-71	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.009834/2018-12	Sompo Saúde Seguros S.A.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.007789/2018-53	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
33910.010050/2018-29	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.003432/2018-04	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.003502/2018-16.	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.012333/2018-13	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.010362/2018-32	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos reais)
33910.022134/2017-24	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.020152/2018-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos reais)
33910.004118/2018-31	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.025082/2017-48	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.001395/2018-91	Sul América Companhia De Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.011747/2018-17	Unimed Joao Pessoa - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.022688/2017-21	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Arts. 20-D e 66 RN 124/2006	83.000,00 (oitenta e três mil reais)
33910.021293/2018-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020722/2018-12	Unimed de Manaus Cooperativa do Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.003376/2018-08	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.001468/2018-45	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.014505/2018-85	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022686/2018-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.009669/2018-91	AMESC - Associação Médica Espírita Cristã	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.017958/2018-63	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.011203/2018-55	Centro Trasmontano de São Paulo	Art. 62-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.003567/2018-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.004105/2018-61	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.010743/2018-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.017502/2017-12	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.008463/2017-62	Hospital Bom Samaritano S/S Ltda	Art. 35 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.008534/2017-27	Cooperativa dos Cirurgiões Dentistas do Estado de Sergipe	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.011692/2017-64	Odonto Card - Assistência Odontológica Ltda - Epp	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.008521/2017-58	J. & R. Operadora de Planos Odontológicos S/S Ltda	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25772.023526/2015-42	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.013367/2018-17	Sobam Centro Médico Hospitalar S.A.	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
33910.023042/2017-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.014320/2017-64	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.006091/2017-33	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.014303/2018-33	Gamec - Grupo de Assistência Medica Empresarial do Ceará Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.011287/2017-30	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25782.009363/2017-38	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.006168/2017-46	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos reais)
33903.014721/2017-39	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med e Hosp Ltda	Art. 62 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.001103/2018-11	Unimed Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil, quatrocentos reais)
25773.011329/2017-32	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

33910.014503/2018-96	Uniodonto De Fortaleza Cooperativa De Trabalho Odontologico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.019557/2017-31	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.019169/2017-51	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25772.009461/2017-94	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.025087/2017-71	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.019540/2017-84	All Care Administradora de Benefícios em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.022150/2017-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.020552/2017-51	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.010467/2017-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.005501/2018-14	Unimed Seguros Saúde S/A	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.005184/2017-31	Unimed de Santos Coop de Trab Medico	Art. 78 RN 124/2006	198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)
25783.021969/2017-31	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011276/2018-47	Bradesco Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.006013/2017-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.002209/2018-31	Fundação Saúde Itaú	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.013333/2017-31	Federação Regional das Cooperativas Médicas Unimeds dos Estados de Goias e Tocantins e do Distrito Federal	Art. 66 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33903.001937/2017-34	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.010733/2018-86	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.002618/2015-65	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.020755/2018-54	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.008468/2017-70	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001661/2018-86	Mediplan Assistencial Ltda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.008995/2017-84	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.019938/2017-11	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.007615/2018-91	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.001784/2018-17	Ameno Assistência Médica S/S Ltda	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25780.017143/2016-17	Ibbca 2008 Gestão eEm Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33910.022077/2017-83	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.020706/2017-13	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25773.006880/2017-64	Elo Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,000 (trinta e seis mil reais)
33910.022670/2017-20	Caixa de Assistência dos Funcionários Do Banco Do Brasil	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25783.021671/2017-21	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.012568/2018-05	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 57 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.126807/2015-51	Associação Policial Militar de Assistência à Saúde	Art. 25 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.010198/2018-63	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda.	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.010959/2018-87	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.019950/2017-25	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.009843/2017-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.005530/2015-14	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.006979/2016-96	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.252170/2015-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.011907/2016-61	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25783.022479/2017-52	E.X.M Brasil Saúde Ltda-Me	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.021799/2017-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25783.020030/2017-50	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.009913/2017-39	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.022251/2017-62	Unimed de Volta Redonda Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.014807/2017-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.001700/2017-68	Saúde Casseb Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.011122/2017-68	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25789.020817/2017-61	Porto Seguro Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.017755/2017-61	Unimed de Manaus Coop. de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.002725/2016-89	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 60 RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33902.252145/2015-74	Fundação Saúde Itaú	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.009717/2018-41	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.004140/2018-81	Sorriden Convênios Odontológicos S.A.	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.023218/2017-85	Notre Dame Intermédica Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.002181/2018-32	Pame - Planos De Assistência Médica	Art. 57 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
25772009106/2014-72	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 79 RN 124/2006	22.000,00 (vinte e dois mil reais)
33910.014674/2018-15	Samp Espírito Santo Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.035817/2014-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.001216/2018-16	Cb Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.022683/2018-80	Saúde Sim Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.006299/2017-48	Ibbca 2008 Gestão eEm Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.022336/2017-76	Unimed de Manaus Coop. de Trabalho Médico Ltda	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011636/2017-20	Uniodonto Cooperativa Odontológica do Seridó Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25780.001161/2016-87	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.008328/2017-17	Unimed Oeste do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33910.008331/2017-31	Unimed Três Pontas - Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.011498/2017-89	Unimed Oeste do Pará - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.538104/2016-53	All Care Administradora De Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.007971/2018-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.011703/2018-97	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
33910.025167/2017-26	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.022256/2017-11	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.000275/2018-77	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.008337/2018-99	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.005579/2015-62	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

25780.005055/2015-91	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.000087/2018-49	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
33910.005304/2018-97	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.002501/2013-39	Exclusiva Administração de Cartão e Comércio Ltda	Art. 18 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
33910.022339/2017-18	Unimed de Manaus Coop. de Trabalho Médico Ltda	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.025253/2017-39	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.005078/2017-63	Cooperativa dos Cirurgiões Dentistas do Estado de Sergipe	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25783.015201/2016-48	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.008359/2017-78	Unihosp - Serviços de Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)
33910.008342/2017-11	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33910.008410/2017-41	Evon Administradora de Benefícios Ltda	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25783.026278/2016-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.014491/2013-40	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25773.003647/2017-20	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.012490/2016-48	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.015465/2017-05	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.007906/2017-97	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
25789.070887/2017-61	Unimed São José do Rio Preto - Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25773.008077/2017-64	Unihosp - Serviços de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25773.008750/2017-66	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.117187/2016-66	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	61.650,00 (sessenta e um mil seiscentos e cinquenta reais)
25773.010129/2017-62	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.015842/2017-06	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.010764/2016-64	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.000693/2017-87	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.021801/2017-26	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.008039/2017-10	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.060933/2016-17	Geap Autogestão em Saúde	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25779.007230/2016-03	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
33902.575947/2016-31	Associação Auxiliadora Das Classes Laboriosas	Art. 88 RN 124/2006	188.753,05 (cento e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e três reais e cinco centavos)
25772.014107/2015-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.084762/2017-01	Geap Autogestão em Saúde	Art. 76-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.471376/2016-66	Uniodonto do Rio de Janeiro Cooperativa Odontológica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.015022/2017-14	Salutar Seguradora S/A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.366370/2014-14	Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores	Art. 36 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.551854/2016-11.	Saúde Quality Ltda. - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25773.011298/2017-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.007308/2017-83	Saúde Pas - Madicina e Odonto	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25785.001125/2016-73	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.019946/2017-67	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.019265/2013-90	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33902.559634/2015-54	Unimed Odonto S/A	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33903.005115/2016-41	Ibbca 2008 Gestão Em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33902.351436/2014-63	Unimed Cuiaba Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 36 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33903.004962/2016-99	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33902.020374/2017-93	Caixa De Assistência À Saúde - Caberj	Art. 88 RN 124/2006	30.660,00 (trinta mil e seiscentos e sessenta reais)
25785.008360/2017-57	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.488871-2015-23	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.002939/2017-45	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.009730/2017-01	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.067594/2017-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.005677/2016-71	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.007341/2017-48	Jardim América Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.007373/2017-43	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.021776/2017-81	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	160.00,00 (cento e sessenta mil reais)
33903.012197/2016-81	Geap Autogestão Em Saúde	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25783.022471/2017-96	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.002472/2017-44	Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.024487/2015-09	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.006018/2017-42	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.551903/2016-15	Prev-System Eireli Epp	Art. 35 RN 124/2006	21.000,00 (vinte e um mil reais)
25783.021748/2017-63	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.005875/2017-45	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais),
25789.037290/2016-23	Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.010515/2017-54	Gamec - Grupo de Assistência Medica Empresarial do Ceará Ltda	Art. 57 RN 124/2006	18.540,00 (dezoito mil quinhentos e quarenta reais)
25782.008935/2017-61	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.549087/2016-80	Absen Administradora de Benefícios Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25782.010256/2017-52	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.494857/2016-40	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25782.013752/2014-15	Unimed de Tubarão - Cooperativa de Trabalho Medico da Região da Amurel	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.006313/2017-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
25773.011262/2017-36	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.013151/2014-21	Promédica - Proteção Médica a Empresas S.A.	Art. 20 RN 124/2006	188.437,90 (cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa centavos)
25783.020707/2017-50	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.073360/2016-91	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	Art. 88 RN 124/2006	52.450,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)
33902.549297/2016-78	Sistema 1 Serviços de Assistência À Saúde Suplementar	Art. 35 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.390967/2014-71	Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Art. 36 RN 124/2006	82.000,00 (oitenta e dois mil reais)
33902.605453/2014-26	Maxi Care Odontologia Empresarial S.A.	Art. 36 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.410293/2014-39	Oral Gam Assistência Odontológica Ltda.	Art. 36 RN 124/2006	28.000,00 (vinte e oito mil reais)
25789.030216/2017-67	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.236738/2015-93	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.001189/2017-85	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.010069/2017-83	Agemed Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.007346/2017-85	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.071957/2017-82	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33903.016898/2017-70	Geap Autogestão em Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.000573/2017-70	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.011152/2017-74	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.005045/2015-55	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais)
25772.000585/2017-12	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.036315/2017-52	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25785.000185/2017-50	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.015435/2017-91	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.046063/2017-70	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.444543/2016-04	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
25783.002525/2017-05	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.058927/2017-04	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.007134/2017-07	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.001733/2017-06	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

25773.008746/2017-06	Geap Autogestão em Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.009146/2017-52	Agemed Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.008225/2017-41	Odonto System Planos Odontológicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.008684/2017-15	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	64.350,00 (sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta reais)
33902.209951/2015-22	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25785.002628/2017-47	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.549073/2016-66	Abbess - Associação Brasileira de Benefícios e Seguridade Social	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.549267/2016-61	Ouro Brasil Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33903.010179/2017-45	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.551206/2016-64	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 35 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.061284/2017-52	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 35 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.035634/2017-41	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.548920/2016-75	Gestão Serviços de Intermediação, Agenciamento e Negócios Ltda	Art. 35 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.549064/2016-75	Associação Casa do Viajante	Art. 35 RN 124/2006	31.000,00 (trinta e um mil reais)
33903.010090/2017-89	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.022544/2015-88	Sanamed - Saúde Santo Antônio Ltda	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25783.026188/2016-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.022032/2017-83	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.445481/2014-88	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.489020/2015-06	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	102.621,05 (cento e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e cinco centavos)
25773.011321/2017-76	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.033818/2016-70	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.002052/2015-04	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 20 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.013474/2015-05	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.028285/2015-13	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado do Mato Grosso do Sul	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25780.013174/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.010289/2016-10	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.010208/2015-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.017350/2014-49	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.060404/2017-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25772.005736/2016-30	Odontoprev S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.009648/2017-69	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.014385/2017-18	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.372437/2015-22	Centro Médico Estância Velha Ltda	Art. 36 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.008317/2016-21	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.001386/2016-33	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.025398/2016-73	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.004406/2017-36	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)
25772.000290/2017-38	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Arts. 66 e 78 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25789.077952/2016-06	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.010597/2016-04	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.017490/2017-09	Ami - Assistência Médica Infantil Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25773.011340/2017-01	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.011284/2017-04	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33903.016962/2017-12	Unimed Goiânia Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33902.201120/2016-93	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 43 RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
25783.021693/2017-91	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.005612/2017-35	Ibbca 2008 Gestão em Saúde Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.006846/2017-95	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.006247/2013-23	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.060,00 (trinta mil e sessenta reais)
25773.001364/2017-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.006599/2017-27	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.001986/2016-96	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.072367/2017-92	Unimed do Estado de Santa Catarina Fed. Est. das Coop. Méd.	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.071362/2016-61	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25773.003650/2017-43	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	50.787,00 (cinquenta mil, setecentos e oitenta e sete reais)
25783.017674/2017-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.031209/2017-67	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.002431/2017-47	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.009777/2017-67	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.009509/2017-65	Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25773.010182/2017-63	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25780.015933/2016-68	Unimed Sul do Para Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25772.006244/2017-42	Coopus Planos de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25772.007858/2017-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.024749/2015-27	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 20 RN 124/2006	55.100,00 (cinquenta e cinco mil e cem reais)
25783.022008/2017-44	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.004418/2016-51	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.019948/2017-56	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.650610/2014-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25780.010177/2017-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.003186/2016-15	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 59 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.021205/2015-84	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.011327/2017-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
25789.040711/2017-84	Bradesco Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.008001/2017-34	Hospital Bom Samaritano S/S Ltda	Art. 77 RN 124/2006	14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)
33903.014780/2017-15	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 62 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.017603/2017-68	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.015198/2016-62	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25772.011315/2015-67	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.022781/2015-16	Nepomuceno Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.002448/2016-24	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.008696/2017-54	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.015359/2017-13	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.007120/2018-61	Unimed Imperatriz Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.005413/2017-12	Unimed São Carlos - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.000025/2017-50	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.007298/2018-11	Interclínicas do Brasil Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.034717/2017-12	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
33910.006238/2018-72	Vita Assistência à Saúde Ltda	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.462509/2016-11	SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.074616/2017-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.010813/2018-31	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.073458/2016-64	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.026862/2016-49	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	46.170,00 (quarenta e seis mil, cento e setenta reais)
25789.053134/2017-91	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais)
25783.014835/2017-64	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.006143/2018-59	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
25783.012547/2016-94	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
25789.065536/2017-38	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.001823/2017-94	Caixa De Previdência E Assistência Dos Servidores Da Fundação Nacional De Saúde - Capesesp	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

25772.001871/2017-97	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25782.007703/2017-96	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.009772/2017-34	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.006240/2018-41	Casa de Saúde São Bernardo S/A	Art. 57 RN 124/2006	54.135,00 (cinquenta e quatro mil e cento e trinta e cinco reais)
25783.014318/2017-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.012530/2017-32	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.007134/2017-98	Unimed Macapa Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 76-B RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33910.009758/2018-37	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25782.010474/2017-97	Geap Autogestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.012058/2017-32	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.462421/2016-91	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010970/2018-47	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.012347/2018-29	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.462235/2016-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.011991/2018-80	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.043227/2017-91	Samp Espírito Santo Assistência Médica Ltda.	Art. 76-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.025332/2017-64	Unimed do Abc - Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.022451/2017-41	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.023104/2017-35	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.020550/2017-62	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.007855/2018-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.004002/2018-00	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.025116/2017-02	Promed Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.022399/2017-22	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.002602/2018-25	Unimed de Tubarão Coop. de Trab. Médico da Região da Amurel	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.013446/2018-28	Postal Saúde Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.012783/2017-17	Orion Planos e Serviços Odontológicos Ltda	Art. 35 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
33910.019288/2018-10	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.017645/2018-13	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33910.000126/2018-16	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.002268/2018-18	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.004464/2018-19	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017702/2018-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.006367/2018-61	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - Cac	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.007642/2018-63	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.017683/2018-68	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.004782/2018-80	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.016701/2018-94	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071611/2017-08	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	102.080,00 (cento e dois mil e oitenta reais)
25779.001723/2017-11	Medgold Assistência Médica Ltda	Arts. 20 e 74 RN 124/2006	20,000,00 (vinte mil reais) + advertência
25779.032779/2016-28	Camboriú Saúde Ltda	Arts. 25 RN 124/2006	94.000,00 (noventa e quatro mil reais)
25773.005957/2017-89	Bradesco Saúde S/A	Art. 62 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.019556/2017-97	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.004602/2017-83	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.022723/2017-11	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.071253/2017-25	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.022045/2017-52	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 76-B RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.009004/2017-95	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.017689/2017-54	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
33902.556523/2015-96	Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.016752/2017-50	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25780.015371/2015-71	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - CAC	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.055712/2017-23	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.003708/2015-78	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33903.010674/2017-54	Unihosp Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25785.015105/2015-07	Odontoprev S/A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.003080/2017-00	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33910.017687/2017-65	Vidaplan Saúde Ltda. - Epp	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25780.006554/2015-04	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.093412/2014-08	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 61-A RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.023826/2016-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25780.008052/2016-91	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.041569/2017-92	Caixa Econômica Federal	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.056230/2017-91	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.007132/2017-90	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.010284/2017-90	Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33903.023363/2015-93	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008154/2017-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.485512/2016-03	Unimed de Corumba Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25783.032156/2016-96	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio De Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.020367/2017-92	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.486355/2016-45	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.017903/2016-95	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.016809.2016-19	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.053984/2017-99	Unimed Cruzeiro - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33902.469730/2016-92	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25782.002552/2017-80	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.001092/2018-79	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.002114/2018-18	Unimed Uberlândia Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.002155/2018-12	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.487256/2016-81	Amazônia Planos de Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33910.002426/2018-21	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.505330/2016-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33910.002547/2018-73	Sobam Centro Médico Hospitalar S.A.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.005320/2018-80	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.006460/2016-98	Agemed Saúde S.A.	Art. 71 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33910.006504/2018-67	Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde	Art. 57 RN 124/2006	29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais)
25789.110004/2016-81	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Art. 71 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33910.008560/2018-36	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.015178/2016-91	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.011324/2018-05	Amil Assistência Médica Internacional S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.514444/2016-99	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 88-A RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.535223/2016-54	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.009587/2017-59	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.013534/2017-38	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.011366/2018-38	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012495/2018-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.013311/2018-62	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.017794/2017-93	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 20-D RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.018678/2017-91	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 20-C RN 124/2006	99.500,00 (Noventa e nove mil e quinhentos reais)
25773.000572/2017-25	Multi Saúde - Assistência Médica e Hospitalar Ltda	Art. 19 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)

33910.018866/2017-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.020634/2017-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.000151/2017-95	Odontoprev S/A	Art. 62-F RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.020817/2017-47	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 76-B e 78 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25779.003153/2017-95	Premium Saúde Eireli	Art. 62 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.019960/2017-19	Unimed de Penápolis - Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 62 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33910.020894/2017-05	Cooperativa de Usuários Assistência Médico-Hospitalar Ltda - Vivamed Saúde	Art. 20-C e 20-D RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.021490/2017-21	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.014695/2017-49	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 67 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.008452/2017-87	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022612/2017-04	Coopus Planos de Saúde Ltda	Art. 61-D RN 124/2006	67.215,79 (sessenta e sete mil, duzentos e quinze reais e setenta e nove centavos)
33910.022695/2017-23	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.022772/2017-45	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.022846/2017-43	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (Dezoito mil reais)
33910.022854/2017-90	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022925/2017-54	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33903.010728/2017-81	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 78 RN 124/2006	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
33910.023220/2017-54	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.009805/2017-51	Unimed de Dracena - Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.084029/2017-88	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25779.005496/2017-94	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.024976/2017-11	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.033042/2017-94	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.009618/2017-71	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.052585/2017-95	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.005173/2016-75	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.003975/2018-13	Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda.	Art. 80 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25773.010208/2017-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.007208/2018-83	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.017361/2018-19	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Medico Ltda	Art. 71 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33903.016657/2017-21	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.026397/2017-10	Bradesco Saúde S.A.	Art. 66 RN 124/2006	161.984,84 (cento e sessenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
33910.018864/2017-21	Unimed Sergipe - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.083908/2017-92	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25785.003735/2017-92	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25773.004668/2017-62	Unimed Natal Soc.Coop.de Trab. Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.020097/2017-10	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - CASSI	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33903.009144/2017-63	Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.006086/2017-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.020098/2017-64	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.020627/2017-20	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.038046/2017-69	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.016924/2017-60	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020115/2017-63	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.017336/2017-54	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais)
33910.017353/2017-91	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.017696/2017-56	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.018789/2017-06	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.017350/2017-58	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.017187/2017-23	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.004505/2016-90	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.011088/2016-91	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25772.011147/2016-91	Terramar Administradora de Plano de Saúde	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25773.000517/2014-92	Multi Clínicas Assist. Med. Cirurg. e Hosp. Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25789.035692/2016-93	Associação Santa Casa Saúde de Sorocaba	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.005808/2012-96	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.014582/2017-98	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017105/2017-84	Associação Santa Casa Saúde de Sorocaba	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.000959/2017-87	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.057538/2016-72	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.010871/2018-65	Associação dos Servidores Municipais, Estaduais e Federais do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.003521/2018-42	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.252074/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.260364/2015-27	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.010396/2018-27	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.514737/2016-76	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.009247/2017-39	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.001257/2018-11	Fundação Saúde Itaú	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.013382/2017-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.011738/2018-26	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.009833/2018-60	Bradesco Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25772.008310/2016-38	Nunes e Grossi Administradora de Benefícios e Serviços Ltda	Art. 66 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.003192/2017-33	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.004133/2018-89	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.008121/2017-47	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.011313/2018-17	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.010615/2017-71	Agemed Saúde S.A.	Art. 20-C RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.011063/2018-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011815/2018-48	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.018846/2017-82	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.534898/2016-86	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33903.005031/2017-99	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.003936/2018-16	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.006771/2017-57	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33902.616358/2014-58	Contem Administradora De Planos De Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33910.014253/2018-94	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.074715/2017-41	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33902.451127/2016-54	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.021013/2018-46	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.002777/2016-55	Agemed Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.011230/2017-31	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.014732/2018-19	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.011801/2016-56	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 79 RN 124/2006	247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
33903.003017/2017-51	All Care Administradora de Benefícios São Paulo S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.017035/2018-10	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.406198/2014-31	IBBCA 2008 Gestão Em Saúde Ltda	Art. 78 e 66 RN 124/2006	155.886,32 (cento e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e trinta e dois centavos)
25782.009313/2017-51	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.013883/2018-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.007167/2017-49	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.002247/2015-31	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)

33902.443999/2016-49	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.014032/2017-79	Promed Assistência Medica Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.067489/2017-41	Salutar Saúde Seguradora	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.023411/2015-29	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	325.600,00 (trezentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais)
25779.013575/2017-79	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.012388/2017-78	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Arts. 66 e 20-D RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25773.010102/2017-70	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.054653/2017-76	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.016391/2017-61	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.029207/2016-61	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.004843/2017-61	Sms - Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	31.680,00 (trinta e um mil e seiscentos e oitenta reais)
25779.016063/2017-64	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.012326/2017-66	Caixa de previdência e assistência dos servidores da fundação nacional de saúde - capesesp	Art. 79 RN 124/2006	148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais)
25779.016708/2017-69	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.014526/2017-53	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.012624/2017-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.060947/2016-56	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25779.012695/2017-59	Sms - Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.006837/2017-49	Sms - Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.055337/2016-31	W.S. - Administradora de Planos de Saúde	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.062419/2016-31	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.034168/2014-33	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.574132/2016-34	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25789.056901/2016-32	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.043122/2017-58	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 80 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.020068/2017-57	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.012512/2017-51	Unimed Nordeste Paulista - Fed. Intrafederativa Das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.037683/2016-37	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.006760/2017-58	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.022246/2017-50	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.079052/2017-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25785.005922/2016-20	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071353/2017-51	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.012857/2016-23	Quallity Saúde Assistência Médica Ambulatorial Ltda	Art. 79 RN 124/2006	135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
25782.001184/2017-52	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.016357/2017-27	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25783.020036/2017-27	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.016778/2017-17	Metrus Instituto de Seguridade Social	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33903.004043/2016-15	Vitallis Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.061354/2016-15	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.009650/2017-57	Bradesco Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.013627/2017-15	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.060076/2017-51	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25783.014319/2017-30	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais
25783.017567/2017-32	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.004211/2015-77	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 59 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.543461/2016-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.010925/2014-33	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.060802/2017-36	Green Line Sistema De Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010082/2017-32	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.003365/2017-32	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.002810/2017-37	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.026936/2014-35	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.011676/2017-13	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.103990/2016-13	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25779.019698/2017-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 20-D RN 124/2006	99.500,00 (noventa e nove mil e quinhentos reais)
25785.008146/2015-39	Unimed Porto Alegre Cooperativa Medica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.019788/2016-12	All Care Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.016240/2017-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.011813/2017-10	Unimed do Estado de Sp - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.010517/2017-49	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.019772/2017-00	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
25779.015954/2017-01	Bradesco Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.014213/2017-03	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33902.603981/2014-41	Amil Saúde Ltda	Art. 36 RN 124/2006	85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)
25789.055334/2016-05	Ws Administradora de Planos de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.038066/2017-30	Geap Autogestão em Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.007416/2017-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	119.852,53 (cento e dezenove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos),
25773.006119/2013-07	Multi Clínicas Assist. Med. Cirurg. E Hosp. Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.006592/2016-50	Medisanitas Brasil Assistencia Integral À Saude S/A	Art. 82 RN 124/2006	159.589,47 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos)
25773.000450/2017-39	Postal Saúde caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.509480/2015-50	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.007745/2017-36	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.018825/2017-67	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.775387/2014-51	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.014598/2017-09	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902020294/2017-38	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25779.017360/2017-27	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.012961/2017-43	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.007505/2017-37	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.038219/2014-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25772.002544/2017-52	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071178/2017-01	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.021972/2017-55	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008161/2017-99	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33903.006170/2016-59	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25780.010973/2017-02	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.071264/2017-13	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25789.061020/2017-14	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25783.022052/2017-54	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.071269/2017-38	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
25789.071660/2017-32	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.079144/2017-31	Salutar Saúde Seguradora	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.072216/2017-34	Amil Assistência Medica Internacional S.A.	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.065399/2017-31	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
25789.058936/2017-97	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 66-A RN 124/2006	79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais)
33903.010491/2016-58	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33903.010456/2015-58	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33902.365843/2014-58	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

25783.017285/2017-35	Unimed Maceió Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.042408/2016-35	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62-E RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.006675/2017-90	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.009279/2016-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.478150/2016-96	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.019622/2017-79	Uniconsult - Administradora de Benefícios E Serviços Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25785.008427/2017-53	Postal Saúde Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.010577/2017-77	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.071661/2017-87	Allianz Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25783.020710/2017-73	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.502583/2016-70	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.036043/2017-91	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.007371/2017-10	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25785.007404/2017-21	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.012213/2017-61	Unimed Maceió Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022967/2017-95	Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 76-B RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33910.022697/2017-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000516/2018-88	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.025529/2017-89	Paraná Clínicas - Planos de Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25780.009991/2017-33	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010793/2018-07	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022857/2017-23	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Médico	Arts. 57 e 61-D RN 124/2006	94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)
33910.022918/2017-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.011282/2018-02	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.023003/2017-64	Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.022408/2017-85	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.004184/2018-19	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.021336/2017-59	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.022432/2017-14	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.016766/2018-30	Coopus Plano de Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.022596/2017-41	Agemed Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.025305/2017-77	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.025337/2017-72	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 62 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.009793/2018-56	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.013878/2018-39	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.014407/2018-48	Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.012108/2018-79	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020826/2018-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.021755/2018-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.020151/2018-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.111680/2016-72	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
33910.020734/2018-39	Quallity Saúde Assistência Médica Ambulatorial Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25789.067321/2016-71	Itauseg Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.521632/2016-73	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.021669/2017-52	Unimed Maceió Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 74 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.026447/2017-51	Caberj Integral Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25783.014315/2017-51	Unimed Maceió Cooperativa De Trabalho Médico	Art. 74 RN 124/2006	107.647,16 (cento e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos)
25783.022454/2017-59	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 57 RN 124/2006	44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)
25772.015825/2015-11	E.X.M Brasil Saúde Ltda	Art. 79 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25783.015250/2013-38	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 20 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25780.002853/2016-42	Salutar Saúde Seguradora	Art. 74 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.535420/2016-73	Caberj Integral Saúde S.A.	Art. 84 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25779.009575/2017-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25785.007712/2017-57	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.007409/2017-54	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008119/2017-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 76-B RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25772.004966/2017-62	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.020515/2017-78	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.002922/2017-89	Unimed Curitiba- Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.009327/2017-64	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Função Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.014409/2018-37	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.020898/2017-85	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 20-C RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.595714/2014-92	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 20 RN 124/2006	2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais)
33902.561736/2016-11	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 88 RN 124/2006	128.810,53 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e três centavos)
33910.006654/2018-71	Bem Benefícios Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33910.006675/2018-96	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.000965/2015-58	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 74 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33910.006698/2018-09	Unimed Curitiba- Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.031452/2014-16	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 61-A RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25783.004222/2015-57	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
33910.006887/2018-73	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.389282/2014-82	Prev System Ltda	Art. 36 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
33902.478006/2016-50	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.381983/2014-73	Cooperativa de Trabalho Médico de Araguaína - Unimed Araguaína	Art. 36 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.021273/2016-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
33910.011983/2018-33	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.010962/2018-09	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 76-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.350448/2014-71	Abs - Assistência Bucal Serviços S/C Ltda	Art. 36 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.001559/2017-14	Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.369487/2014-41	Unimed de Mococa Cooperativa de Trab. Médico	Art. 36 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25789.019618/2017-19	Green Line Sistema De Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.359092/2014-31	Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	Art. 36 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.012500/2018-18	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.381559/2014-29	Bardella S/A Indústrias Mecânicas	Art. 36 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33903.015478/2017-76	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25780.005492/2017-77	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25785.018562/2014-64	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 61-A RN 124/2006	59.730,00 (cinquenta e nove mil setecentos e trinta reais)
33910.010779/2018-03	Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.001621/2015-81	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25773.000069/2017-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.010785/2018-52	Unimed - Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.683083/2014-68	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.661756/2013-48	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.010922/2018-59	Unimed Divinopolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
33902.258972/2015-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.003404/2014-44	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.504279/2012-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

25779.007987/2017-70	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.437912/2014-32	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25785.005872/2017-61	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	Art. 71 RN 124/2006	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
25783.006478/2014-18	All Care Administradora de Benefícios São Paulo S.A.	Art. 62 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25789.070632/2017-06	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.008011/2017-70	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.252546/2015-24	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.071493/2017-20	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.006642/2017-30	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.471640/2016-61	Unimed Barretos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	75.000,00 (setenta e cinco mil reais) + advertência
33903.016800/2017-84	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.008723/2015-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais)
33910.003591/2018-09	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.008420/2017-76	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.013147/2015-30	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Arts. 66 e 78 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33903.001242/2017-52	Saúde Sim Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
33910.003661/2018-11	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.003803/2017-58	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.034649/2017-76	Unimed Nova Iguaçu Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.023861/2016-42	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.010919/2016-48	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.003933/2018-82	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.007297/2017-76	Petrobras Distribuidora S/A	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
25780.008118/2016-42	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Função Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta mil reais)
25779.043018/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25772.005567/2017-19	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33903.008089/2016-11	Just Life Benefícios Ltda.	Arts. 20-D e 82 RN 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
25772.006922/2017-77	Promedica Proteção Medica A Empresas S/A	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
25783.014834/2017-10	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25773.011148/2017-14	Gamec - Grupo de Assistência Medica Empresarial do Ceará Ltda.	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (Trinta e dois mil reais)
25780.008062/2017-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.037980/2017-48	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.021837/2012-14	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 65 RN 124/2006	5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
25780.010259/2017-14	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25780.009443/2017-11	Bradesco Saúde S/A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.014597/2017-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.001546/2015-83	Porto Seguro Uti Móvel Ltda	Art. 18 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
25785.004326/2017-11	Saude Pas - Medicina e Odonto	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25779.004933/2016-71	Massa Falida de Administradora Brasileira de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.007130/2017-11	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25780.005830/2017-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
33902.038036/2017-16	Geap Autogestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.003624/2017-14	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.000527/2017-71	All Care Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.019142/2015-25	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.012109/2017-76	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
25783.021887/2015-25	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.007156/2017-49	Clinipam Clinica Paranaense de Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.050903/2017-07	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.014965/2017-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.376523/2014-23	Climesa Clínica Médica Santana Ltda	Art. 36 RN 124/2006	22.000,00 (vinte e dois mil reais)
25782.003735/2017-12	Agemed Saúde S.A.	Art. 20-C RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.059833/2017-44	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
25780.009267/2017-18	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil trezentos e sessenta reais)
33902.351483/2014-15	Unimed do Guarujá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 36 RN 124/2006	42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
25780.003807/2017-41	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 74 RN 124/2006	Advertência
25789.073287/2017-54	Biovida Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25780.005508/2017-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.351372/2014-09	Belo Dente Odontologia Ltda.	Art. 36 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.035641/2017-42	Sompo Saúde Seguros S.A	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.061743/2017-13	Bradesco Saúde S/A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.037902/2017-43	Fundação Saúde Itaú	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.005496/2017-44	Hapvida Assistência Medica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.047312/2017-44	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902406124/2014-02	SP Frigo Ondontologia Ltda	Art. 77 RN 124/2006	6.000,00 (seis mil reais)
25789.068616/2017-45	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33902.383382/2014-03	Massa Falida Atemde - Atendimento Médicos de Empresas Ltda	Art. 36 RN 124/2006	14.000,00 (quatorze mil reais)
25789.069816/2017-15	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.071035/2017-91	Coopus Planos De Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.033924/2016-98	Asben Administradora de Benefícios Ltda	Art. 74 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25779.015315/2017-38	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 28 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 43, em 1 de março de 2019, seção 1, página 58, onde se lê: "25789.056662/2017-50", leia-se: "25789.056622/2017-50".

Na Decisão de 28 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 43, em 1 de março de 2019, seção 1, página 58, onde se lê: "25789.058420/2017-60", leia-se: "25789.059420/2017-50".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa - IN nº 16, de 1º de abril de 2019, da Diretoria de Fiscalização - DIFIS, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 03 de abril de 2019, Seção 1, página 55, onde se lê: "os incisos VI e IX do art. 49-A, a alínea "a" do inciso I do art. 76, a alínea "a" do inciso I do art. 85, todos da Resolução Normativa - RN nº 97, de 16 de julho de 2009," leia-se: "a alínea "a" do inciso I do art. 20 e a alínea "a" do inciso I do art. 29, ambas da Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017,".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 48, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Diretor - Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, IV, aliado ao disposto no art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, tendo em vista a criação da Gerência-Geral de Recursos, pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255 de 2018, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve, ad-referendum, prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente os recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP
CNPJ: 43.640.754/0001-19
Processo: 25351.176702/2014-07
Expediente do recurso: 0053459/19-5
Data do Protocolo: 18/01/2019
Prazo máximo para decisão: 17/07/2019
Recorrente: NOVA QUÍMICA FARMACÊUTICA S/A
CNPJ: 72.593.791/0001-11
Processo: 25351.257645/2015-58
Expediente do recurso: 0050233/19-2
Data do Protocolo: 18/01/2019
Prazo máximo para decisão: Data do Protocolo: 17/07/2019
Recorrente: HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
CNPJ: 01.571.702/0001-98
Processo: 25351.000320/2018-48
Expediente do recurso: 0124200/19-8
Data do Protocolo: 11/02/2019
Prazo máximo para decisão: 10/08/2019
Recorrente: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 05.035.244/0001-23
Processo: 25351.048438/2011-44
Expediente do recurso: 0115585/19-7
Data do Protocolo: 07/02/2019
Prazo máximo para decisão: 06/08/2019
Recorrente: VITAMEDIC INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 30.222.814/0001-31
Processo: 25351.268970/2018-99
Expediente do recurso: 0214902/19-8
Data do Protocolo: 11/03/2019
Prazo máximo para decisão:07/09/2019
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Processo: 25000.028260/96-78
Expediente do recurso: 0220185/19-2
Data do Protocolo: 13/03/2019
Prazo máximo para decisão: 10/09/2019
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Processo: 25351.048726/2017-02
Expediente do recurso: 0111552/19-9
Data do Protocolo: 06/02/2019
Prazo máximo para decisão: 05/08/2019
Recorrente: MYLAN LABORATÓRIOS LTDA.
CNPJ: 11.643.096/0001-22
Processo: 25351.191727/2017-48
Expediente do recurso: 0286330/19-8
Data do Protocolo: 29/03/2019
Prazo máximo para decisão: 28/09/2019
Recorrente: BAXALTA BRASIL BIOCIÊNCIA LTDA.
CNPJ: 22.558.594/0001-93
Processo: 25351.521564/2017-89
Expediente do recurso: 1174814/18-1
Data do Protocolo: 13/12/2018
Prazo máximo para decisão: 11/06/2019
Recorrente: AS ERVAS CURAM INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 79.634.572/0001-82
Processo: N/A
Expediente do recurso: 057065/19-6
Data do Protocolo: 18/01/2019
Prazo máximo para decisão: 17/07/2019
Recorrente: MEDPACE DO BRASIL PESQUISA CLÍNICA LTDA.
CNPJ: 07.437.322/0001-41
Processo: 25351.396687/2018-56
Expediente do recurso: 0115672/19-1
Data do Protocolo: 07/02/2019
Prazo máximo para decisão: 06/08/2019
Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
CNPJ: 54.516.661/0001-01
Processo: 25000.035756/96-43
Expediente do recurso: 0158145/19-7
Data do Protocolo: 20/02/2019
Prazo máximo para decisão: 19/08/2019
Recorrente: ANGELUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S/A
CNPJ: 00.257.992/0001-37
Processo: 25351.588827/2016-08
Expediente do recurso: 0181056/19-1
Data do Protocolo: 26/02/2019
Prazo máximo para decisão: 25/08/2019
Recorrente: JHS LABORATÓRIO QUÍMICO LTDA.
CNPJ: 71.029.631/0001-81
Processo: 25351.762165/2018-57
Expediente do recurso: 0202047/19-5
Data do Protocolo: 07/03/2019
Prazo máximo para decisão: 06/09/2019
Recorrente: INSTITUTO SAPIENS VITA - COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MÉDICOS E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 06.026.815/0001-26
Processo: 25351.771376/2018-81
Expediente do recurso: 0173703/19-1
Data do Protocolo: 25/02/2019
Prazo máximo para decisão: 24/08/2019

WILLIAM DIB

GERÊNCIA-GERAL DE RECURSOS

ARESTO Nº 1.265, DE 4 DE ABRIL DE 2019

A Gerência-Geral de Recursos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Sessão de Julgamento Ordinária - SJO n° 04, realizada em 27 de março de 2019, com fundamento no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 86, inciso I, do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com o art. 22 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

MARCELO MARIO MATOS MOREIRA
Gerente-Geral

ANEXO

Empresa: Vidfarma Indústria de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 03.993.167/0001-99
Processo nº: 25351.823480/2008-57
Expedientes nº: 0349637/18-6, 0349743/18-7 e 0349710/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, determinando o retorno do processo à área técnica para análise, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 041/2019 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Infan Indústria Química Farmacêutica Nacional S.A.
CNPJ: 08.939.548/0001-03
Processo: 25000.013934/99-19
Expediente: 0848849/18-5 e 0848877/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, determinando o retorno do processo à área técnica para análise, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 040/2019 - CRES1/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Accord Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 64.171.697/0001-46
Processo: 25351.803986/2016-34
Expediente: 1064619/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 043/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer n° 011/2019 - CRES1/GGREC.
Recorrente: 1 Farma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 48.113.906/0001-49
Processo: 25351.604382/2017-01
Expediente: 0814521/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição do relator descrita no Voto nº 042/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer n° 392/2018 - COREC/GGMED.
Recorrente: FBM Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 02.060.549/0001-05
Processo nº: 25351.201135/2013-39
Expediente nº: 0850787/18-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, EXTINGUIR o recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 066/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médicos-Hospitalares Ltda.
CNPJ: 00.029.372/0003-02
Processo nº: 25759.218505/2013-16
Expediente nº: 0520933/18-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 067/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 149/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A.
CNPJ: 45.039.237/0001-14
Processo nº: 25351.051527/2015-24
Expediente nº: 0784390/18-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 068/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 146/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: SM Empreendimentos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.015.477/0006-20
Processo nº: 25759.142491/2015-75
Expediente nº: 0950158/18-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 069/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 134/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Verzani & Sandrini Ltda.
CNPJ: 57.559.387/0001-38
Processo nº: 25759.500991/2015-84
Expediente nº: 1059418/18-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 070/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 133/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Sanval Comércio e Indústria Ltda.
CNPJ: 61.068.755/0001-12
Processo nº: 25351.745532/2014-21
Expediente nº: 0473165/18-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 071/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 103/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Casa de Farinha Ltda.
CNPJ: 07.694.626/0002-75
Processo nº: 25757.651685/2012-40
Expediente nº: 2309486/17-9
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 072/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 093/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Galena Química e Farmacêutica Ltda.

CNPJ: 57.442.774/0001-90
Processo nº: 25759.306756/2013-35
Expediente nº: 1621078/17-6
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 077/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 148/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: DHL Express Brasil Ltda.
CNPJ: 58.890.252/0028-33
Processo nº: 25759.482553/2016-37
Expediente nº: 0769695/17-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 073/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Distribuidora de Produtos Panificação e Confeitaria do RN Ltda. - ME
CNPJ: 18.336.314/0001-25
Processo nº: 25750.461658/2015-82
Expediente nº: 0863575/17-7
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, reformando a decisão inicial de ofício para reduzir o valor da multa inicialmente imposta, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 078/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Samsung Medison Brasil Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos Médicos Ltda.
CNPJ: 64.779.374/0001-30
Processo nº: 25759.668596/2013-86
Expediente nº: 0242365/17-1
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 075/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 087/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
CNPJ: 00.352.294/0003-82
Processo nº: 25752.110500/2011-59
Expediente nº: 0797752/14-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 064/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Rádio e Televisão Taubaté Ltda.
CNPJ: 48.665.517/0001-26
Processo nº: 25351.701036/2011-66
Expediente nº: 1757157/16-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 063/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 115/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Beatriz Souza da Silva
CPF: 976.897.695-00
Processo nº: 25759.026864/2014-10
Expediente nº: 620951/17-3
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 062/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 118/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Medworld Indústria, Comércio e Exportação de Móveis e Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda.
CNPJ: 02.910.672/0001-60
Processo nº: 25351.248548/2011-36
Expediente nº: 1424445/16-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 061/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 117/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Mariah Produtos de Beleza Ltda.
CNPJ: 04.220.791/0001-16
Processo nº: 25351.469695/2010-37
Expediente nº: 1097918/15-2
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por INTEMPESTIVIDADE, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 060/2019 - CRES2/GGREC/GADIP/ANVISA e seguindo os fundamentos do Parecer nº 116/2019 - CRES2/GGREC.
Recorrente: Boston Scientific do Brasil Ltda.
CNPJ: 01.513.946/0001-14
Processo: 25351.046615/2004-65
Expediente nº: 0071444/19-5
Processo: 25351.046625/2004-09
Expediente nº: 0071381/19-3
Processo: 25351.046625/2004-09
Expediente nº: 0071465/19-8
Processo: 25351.274079/2005-77
Expediente nº: 0071437/19-2
Processo: 25351.309218/2010-15
Expediente nº: 0071399/19-6
Processo: 25351.327308/2013-71
Expediente nº: 0071407/19-1
Processo: 25351.367320/2013-52
Expediente nº: 0071395/19-3
Processo: 25351.676616/2009-98
Expediente nº: 0071424/19-1
Processo: 25351.704905/2012-22
Expedientes nº: 0071083/19-1 e 0071442/19-9
Processo: 25351.044884/2004-97
Expedientes nº: 0103780/19-3 e 0103810/19-9
Processo: 25351.044971/2004-44
Expedientes nº: 0103753/19-6 e 0103759/19-5
Processo: 25351.187312/2012-45
Expediente nº: 0129623/19-0
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, determinando o retorno do processo à área técnica para análise, acompanhando a posição da relatora descrita, respectivamente, nos Votos nº 086/2019, nº 071/2019, nº 076/2019, nº 084/2019, nº 087/2019, nº 085/2019, nº 088/2019, nº 089/2019, nº 074/2019, nº 071/2019, nº 080/2019, nº 079/2019, nº 082/2019, nº 083/2019 e nº 090/2019 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Aditek do Brasil Ltda.
CNPJ: 64.602.097/0001-95
Processo: 25351.668428/2018-32
Expediente nº: 1214553/18-0
Processo: 25351.668447/2018-69
Expediente nº: 1214508/18-4
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatora descrita, respectivamente, nos Votos nº 073/2019 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA e nº 072/2019 - CRES3/GGREC/GADIP/ANVISA.
Recorrente: Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.
CNPJ: 01.245.055/0001-24
Processo: 25351.655905/2015-91
Expediente: 409454
Decisão: A Gerência-Geral de Recursos decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, reformando a decisão inicial de ofício para substituir a penalidade de advertência para impedimento de licitar e contratar com a União por 2 (dois) meses, acompanhando a posição da relatora descrita no Voto nº 013/2019 - CPROC/GGREC/GADIP/ANVISA.

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.264, DE 3 DE ABRIL DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP 9, realizada em 26 de março de 2019, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 266, de 8 de fevereiro de 2019, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Geolab Indústria Farmacêutica S.A.
CNPJ: 03.485.572/0001-04
Processo: 25351.004770/2003-23
Expediente: 0560800/18-7
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do Voto 13/2019/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: Mundipharma Brasil e Produtos Médicos e Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 15.127.898/0001-30
Processo: 25351.610397/2013-66
Expediente: 0939459/18-1
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o parecer nº 374/2018 - Corec/GGMED.
Recorrente: Hipolabor Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 19.570.720/0001-10
Processo: 25351.002460/2015-76
Expediente: 0296634/18-4
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por maioria, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, nos temos do Voto nº 61/2018/Direg/Anvisa.
Recorrente: União Química Farmacêutica Nacional S.A.
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25351.276813/2015-12
Expediente: 0281608/18-3
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, nos termos do Voto nº 26/2019/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: EMS S. A.
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Processo: 25351.083831/2010-94
Expediente: 0285124/18-5
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, nos termos do Voto nº 26/2019/SEI/DIRE4/Anvisa.
Recorrente: Comissão Nacional De Energia Nuclear
CNPJ: 00.402.552/0005-50
Processo: 25351.401355/2015-15
Expediente: 0398529/18-6
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER do recurso e determinar o retorno do processo à área técnica para que seja analisado, nos termos do Voto nº 23/2019/SEI/DIRE4/ANVISA.
Recorrente: Cimed Indústria de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 02.814.497/0001-07
Processo: 25351.521896/2014-52
Expediente: 0794973/18-1
Processo: 25351.659503/2014-41
Expediente: 0798297/18-6
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, determinando o retorno dos autos para que a área técnica proceda a análise completa dos respectivos dossiês, conforme o Voto nº 28/2019/DIRE2/Anvisa.
Recorrente: 1Farma Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ:48.113.906/0001-49
Processo: 25351.711140/2014-61
Expediente: 0798332/18-8
Área: CRES1/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR provimento ao recurso, determinando o retorno dos autos para que a área técnica proceda a análise completa dos respectivos dossiês, conforme o Voto nº 28/2019/DIRE2/Anvisa.
Recorrente: Kimberly-Clark Brasil Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda.
CNPJ:02.290.277/0001-21
Processo: 25351.317881/2016-44
Expedientes: 0577155/18-2 e 495530/18-7
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do Voto nº26/2019/DIRE3/Anvisa.
Recorrente: Leticia Aparecida De Oliveira EPP.
CNPJ: 26.757.894/0001-52
Processo: 25351.062396/2018-67
Expediente: 0391516/18-6
Processo: 25351.062389/2018-65
Expediente:0391209/18-4
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando, respectivamente, os Pareceres nº 300/2018 e 299/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: DSM Produtos Nutricionais S/A
CNPJ: 56.992.951/0021-92
Processo: 257591.95980/2018-15
Expediente: 0571672/18-1
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por intempestividade, acompanhando o Parecer de Intempestividade nº 13/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: Hitachi Sistemas Médicos do Brasil Ltda.
CNPJ: 02.517.363/0001-24
Processo: 25759.044317/2018-53
Expediente: 0157453/18-1
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o parecer nº 422/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 61.100.004/0018-84
Processo: 25759.175414/2018-97
Expediente: 0340579/18-6
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o parecer nº 411/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: Nucleomed Comércio e Representação Comercial
CNPJ: 14.823.642/0001-03
Processo: 25761.289222/2018-18
Expediente: 0479776/18-1
Área: CRES2/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o parecer nº 429/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: Wix. Com. Brasil Serviços de Internet Ltda.
CNPJ: 14.644.419/0001-90
Processo: 25069.055803/2016-54
Expediente: 0358440/18-2
Área: CRES3/GGREC
- A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando o parecer nº 415/2018 - CRTPS.

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 842, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) cautelar(es) contante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: MR LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 23.668.196/0001-92
Produto - Apresentação (Lote): CUTISANOL - (3 + 1,5 + 93,33) MG/G PO DERM FR PLAS OPC X 150 G(14061809, 14071801, 14071802, 14071803);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1079064/18-1
Assunto: 70351 - MEDIDA CAUTELAR- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado de desvio de qualidade encaminhado pela empresa MR LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA, em razão de contaminação microbiológica, em desacordo com o inciso IV do Art. 62 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976

.....

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 49, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV do art. 99 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 49.351.786/0001-80
25351.397904/2014-95 - AIS:0551563/14-7 - GFIMP/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25752.608067/2010-64 - AIS:802459/10-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ZENDAI LTDA CNPJ/CPF: 03.332.887/0001-03
25767.158802/2015-87 - AIS:0229191/15-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: AERPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A. CNPJ/CPF: 14.522.178/0001-07
25759.527271/2017-22 - AIS:1967834/17-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
AUTUADO: Althaia S.A Indústria Farmacêutica CNPJ/CPF: 48.344.725/0007-19
25759.266850/2017-01 - AIS:0908027/17-9 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Nulidade
AUTUADO: basf s.a CNPJ/CPF: 48.539.407/0089-50
25759.517010/2017-02 - AIS:1935068/17-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: basf s.a CNPJ/CPF: 48.539.407/0089-50
25759.517024/2017-18 - AIS:1935136/17-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BRAILE BIOMEDICA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA CNPJ/CPF: 52.828.936/0001-09
25759.591033/2017-71 - AIS:2122383/17-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: Budpoint Bar e Restaurante Viracopos Eireli CNPJ/CPF: 24.101.236/0001-82
25759.562641/2017-78 - AIS:2077291/17-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0001-92
25759.435363/2017-40 - AIS:1613027/17-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: FEDERAL EXPRESS CORPORATION CNPJ/CPF: 00.676.486/0001-82
25759.473768/2017-13 - AIS:1766081/17-5 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: Feher Serviços Ltda CNPJ/CPF: 05.377.107/0001-77
25759.108684/2017-10 - AIS:0310167/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: Libraport Campinas S/A CNPJ/CPF: 03.795.647/0002-26
25759.360945/2017-19 - AIS:1312558/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: Napolitano Alimentos - EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 17.980.445/0004-20
25759.214049/2017-01 - AIS:0661116/17-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: PNF EMPRESA COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 05.059.768/0001-54
25759.437276/2017-39 - AIS:1618838/17-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
AUTUADO: QNT BRAZIL SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA. CNPJ/CPF: 14.064.707/0001-76
25759.531012/2017-04 - AIS:1990384/17-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: UPS DO BRASIL REMESSAS EXPRESSAS LTDA CNPJ/CPF: 74.155.052/0001-73
25759.365514/2018-11 - AIS:0520145/18-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
AUTUADO: ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR CNPJ/CPF: 598.656.796-04
25759.183981/2015-63 - AIS:0264973/15-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: ACQ & GBM COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO LTDA ME CNPJ/CPF: 14.571.630/0001-20
25351.424096/2015-38 - AIS:0614806/15-9 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: Anthygenus pesquisa comércio manipulação de vacinas especiais para alergia e imunologia ltda CNPJ/CPF: 05.382.206/0001-47
25351.111382/2015-00 - AIS:0159879/15-1 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: APSEN FARMACEUTICA S/A CNPJ/CPF: 62.462.015/0001-29
25351.478044/2015-40 - AIS:0693833/15-7 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15
25351.738720/2013-13 - AIS:1064248/13-0 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: DIVIFAR LTDA CNPJ/CPF: 20.370.151/0001-49
25351.271491/2011-71 - AIS:377632/11-8 - GFIMP1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: DROGA VESPER LTDA - ME CNPJ/CPF: 49.728.652/0002-17
25351.387304/2011-53 - AIS:542093/11-8 - GFIMP1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 3.000,00 (Tres mil reais)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0002-00
25351.671476/2012-61 - AIS:0961492/12-3 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: ESSENCIALLE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA CNPJ/CPF: 07.604.482/0001-38
25351.300200/2015-64 - AIS:0430725/15-9 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A CNPJ/CPF: 61.190.096/0008-69
25351.100416/2015-01 - AIS:0143034/15-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0001-92
25351.316117/2015-59 - AIS:0453345/15-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: GÊNIX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 04.376.121/0001-93
25351.464235/2014-19 - AIS:0646103/14-4 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: J P GESTAO AMBIENTAL INDUSTRIA COMERCIO E SERVICO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA - ME CNPJ/CPF: 14.567.777/0001-47
25757.121889/2017-19 - AIS:0359523/17-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: laboratorio de analises clinicas dr humberto abrao ltda CNPJ/CPF: 20.119.152/0001-15
25759.638625/2008-72 - AIS:823160/08-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: LABORATÓRIOS STIEFEL LTDA CNPJ/CPF: 63.064.653/0001-54
25351.403339/2014-92 - AIS:0559050/14-7 - GGFIS1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR Insubsistência
AUTUADO: LEMOS & RAGO LTDA CNPJ/CPF: 17.226.994/0001-61
25351.303342/2015-02 - AIS:0435473/15-7 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: LOPES E LOPES COMPANHIA LIMITADA - ME CNPJ/CPF: 08.651.600/0001-21
25351.751196/2013-32 - AIS:1080947/13-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 92.265.552/0001-40
25351.454185/2015-71 - AIS:0659126/15-4 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)
AUTUADO: NATULAB LABORATÓRIO S.A CNPJ/CPF: 02.456.955/0001-83
25351.516436/2015-52 - AIS:0750595/15-7 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)
AUTUADO: SELOLAC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 09.506.490/0001-77
25351.265938/2016-26 - AIS:2156242/16-3 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais
AUTUADO: UNIÃO FARMACÊUTICA POTIGUAR LTDA ME CNPJ/CPF: 07.178.804/0002-05
25351.464298/2011-12 - AIS:649804/11-3 - GGFIS1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 136, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O PROCURADOR-CHEFE DA PR/PA, com fundamento no art. 33, inc. XIII, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015 e alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/01/2019, e conforme consta no Processo de Gestão Administrativa nº 1.23.000.002345/2018-85 e 1.23.000.000446/2019-01, resolve:

Art. 1º Aplicar à G.A. SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.637.812/0001-30, a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 04 (quatro) meses, com fundamento no art. 7° da Lei n° 10.520/02 e no art. 28 do Decreto n° 5.450/05 combinados com a Cláusula 24, itens 24.1, 24.5.2, Cláusula 23, itens 23.1, 23.2. e 23.5. do Edital n° 05/2017 e Cláusula 14, itens 14.4. e 14.4.4., do Anexo XII (Minuta do Contrato) do referido Edital.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALAN ROGERIO MANSUR SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

ESTATÍSTICA DO MÊS DE MARÇO DE 2019

I - PRODUTIVIDADE

CONSELHEIRO	RELATOR				REVISOR			
	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Relator	Saldo anterior	Processos Administrativos	Devolvidos	Em poder do Revisor
Jeferson Luiz Pereira Coelho	3	2	1	4	0	0	0	0
Júnia Soares Nader	2	2	4	0	0	0	0	0
Eneas Bazzo Torres	1	2	3	0	0	0	0	0
Manoel Jorge e Silva Neto	2	4	5	1	0	0	0	0
Ricardo Jose Macedo Britto	0	3	1	2	0	0	0	0
André Luís Spies	0	1	0	1	0	0	0	0
Edelamare Barbosa Melo	4	0	0	4	0	0	0	0
Luiz Eduardo Guimarães Bojart	1	22	14	9	0	0	0	0
José de Lima Ramos Pereira	1	1	1	1	0	0	0	0
TOTAIS	14	37	29	22	0	0	0	0

II - SITUAÇÃO

Entrada de processos no mês	28
Distribuição e redistribuição de processos no mês	30
Total de processos decididos/deliberados	9
Outras decisões/deliberações	1
Resoluções	0

Brasília-DF, 2 de abril de 2019.
LUÍZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART
Conselheiro Secretário do CSMPT

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 267ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019

Aos vinte e um dias de março de dois mil e dezenove às nove horas e vinte minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Sexagésima Sétima (267a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho Sandra Lia Simón e as Subprocuradoras-Gerais do Trabalho, Eliane Araque dos Santos e Andréa Isa Rípoli. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) EDIÇÃO DE ENUNCIADOS

Processo CNS-000003.2018.30.000/2 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - CCR - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer da consulta e aprovar o Enunciado n° 27 com o seguinte teor: TRANSFERÊNCIA DE SERVIÇOS A TERCEIROS. IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DE VALIDADE. Compete ao Ministério Público do Trabalho combater a intermediação de mão de obra, verificando os requisitos de validade do contrato de prestação de serviços previstos nos arts. 4°-A, 4°-B, 5°-A e 5°-B da Lei n° 6.019/74 e os elementos caracterizadores da relação de emprego entre o trabalhador e o contratante tomador, na forma dos arts. 2° e 3° da CLT", nos termos do voto do(a) relator(a).

2) CONSULTAS

Processo PAJ-000110.2016.15.005/4 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: COMPANY-TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PRT15ª REGIÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO, INQUIRIDO: TCPP - TRANSPORTE COLETIVO PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer a consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000507.2018.15.006/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE - ASSEJ, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo CNS-000002.2018.30.000/4 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - CCR - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-002376.2017.05.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: JAQUELINE COUTINHO SILVA , SUSCITADO: FLÁVIA VILAS BOAS DE MOURA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições, e devolver os autos a suscitante, Procuradora do Trabalho JAQUELINE COUTINHO SILVA, titular do 28° Ofício Geral de Salvador, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004761.2018.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITADO: JOSÉ REIS SANTOS CARVALHO , SUSCITANTE: MAISA GONÇALVES RIBEIRO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho José Reis Santos Carvalho (1° Ofício - PTM Juiz de Fora), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000468.2018.03.010/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, SUSCITADO: MARCELO DOS SANTOS AMARAL - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, rejeitar a preliminar de intempestividade arguida, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho MARCELO DOS SANTOS AMARAL (1° OFÍCIO GERAL DA PTM DE DIVINÓPOLIS/MG), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000563.2018.04.006/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: RICARDO WAGNER GARCIA, SUSCITADO: CAROLINA MERCANTE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho RICARDO WAGNER GARCIA (PTM DE CAXIAS DO SUL/RS - PRT DA 4ª REGIÃO), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000197.2019.12.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: LUCIANO ARLINDO CARLESSO, SUSCITADO: SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO CARONE GOMES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO CARONE GOMES - 15° Ofício Geral da PRT da 12ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000687.2019.15.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: CINTHIA PASSARI VON AMMON, SUSCITANTE: MARCELA MONTEIRO DÓRIA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Marcela Monteiro Dória (PTM de Ribeirão Preto da 15ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000036.2019.15.003/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: LIA MAGNOLER GUEDES DE AZEVEDO RODRIGUEZ, SUSCITANTE: CÁSSIO CAVALCANTE DALLA-DÉA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho CÁSSIO CALVILANI DALLA-DÉA (1° OFÍCIO GERAL DA PTM DE ARARAQUARA/SP), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000046.2019.15.003/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: LIA MAGNOLER GUEDES DE AZEVEDO RODRIGUEZ, SUSCITANTE: CÁSSIO CAVALCANTE DALLA-DÉA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho LIA MAGNOLER GUEDES DE AZEVEDO RODRIGUEZ (3° OFÍCIO GERAL DA PTM DE ARARAQUARA/SP), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PAJ-000074.2019.17.003/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ANTONIO CARLOS LOPES SOARES , SUSCITADO: BRUNO GOMES BORGES DA FONSECA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho ANTONIO CARLOS LOPES SOARES (8° OFÍCIO GERAL DE VITÓRIA - PRT/17ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo IC-000900.2011.07.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL SÃO CARLOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e dar provimento à proposta retificadora do Termo de Ajuste de Conduta n° 101/2013, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000143.2011.09.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ALEXANDRE CESAR DA SILVA, NOTICIANTE: ERNESTO EMERSON FILLA, NOTICIANTE: ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOTTO, NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: SITEPD - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRIVADAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CURITIBA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e dar provimento à proposta retificadora do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 2434 de 2011, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo NF-002049.2011.09.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CANOAGEM , NOTICIADO: SENALBA - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NO ESTADO DO PARANÁ, NOTICIANTE: SUELLEN FARIAS ANTUNES DA SILVA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e dar provimento à proposta retificadora dos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta 263, 264 e 265 de 2015, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000195.2014.17.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO), INQUIRIDO: SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS SIMILARES NO EES - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Devolvido o feito após pedido de vistas, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o termo aditivo encaminhado, nos termos do voto da Relatora.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dez horas.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Membro

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 275, DE 7 DE MARÇO DE 2019

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de MOTORMAC RENTAL - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A. (Nome Fantasia: MOTORMAC RENTAL), inscrita no CNPJ sob o nº 09.348.706/0001-13, com estabelecimento na avenida Assis Brasil, nº 11000, BLOCO B, Bairro Sarandi, Porto Alegre/RS, noticiando possíveis irregularidades relativas a falta de equipamentos de proteção individual e coletiva e a discriminação por deficiência;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode indicar violação a disposições contidas na Constituição Federal, arts. 1º, inciso III, 3º, incisos I e IV, e 7º, incisos XXII e XXXI; ao disposto nos artigos 157 e 166, ambos do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e na Norma Regulamentadora (NR) de número 6, do Ministério do Trabalho e Emprego, e ao contido nos Decretos 3.956/2001, art. I (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência) e3.298/1999, arts. 3º e 31 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência);

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento MOTORMAC RENTAL - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A. (Nome Fantasia: MOTORMAC RENTAL), a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000813.2019.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 287, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia realizada o sítio eletrônico do Ministério Público do Trabalho em face de QI FACULDADE E ESCOLA TÉCNICA LTDA (Nome Fantasia: QI FACULDADE & ESCOLA TÉCNICA), inscrita no CNPJ sob o nº 93.321.826/0001-33 e QI EDITORA DE PERIÓDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.212.102/0001-45, localizadas na Avenida Alberto Bins, nº 320, 2º andar, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, notícia de irregularidades relativas ao desvirtuamento da condição de autônomo e/ou de trabalho temporário/determinado;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas no Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 3º e 443, e Lei 6019/74;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de QI FACULDADE E ESCOLA TÉCNICA LTDA (Nome Fantasia: QI FACULDADE & ESCOLA TÉCNICA), inscrita no CNPJ sob o nº 93.321.826/0001-33, e QI EDITORA DE PERIÓDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.212.102/0001-45, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 00847.2019.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

DECISÃO NORMATIVA Nº 176, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Altera dispositivo da Decisão Normativa TCU n.º 170, de 2018, que dispõe sobre as unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões referentes ao exercício de 2018.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei n.º 8.443, de 1992, para expedir normativos sobre matéria de sua competência e sobre a organização dos processos a que lhe devam ser submetidos; e

considerando os argumentos trazidos no TC 003.840/2019-0, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 170, de 2018, fica alterado para incluir a Escola Superior do Ministério Público da União no rol das unidades prestadoras de contas relativas a órgãos públicos da administração direta, na Função Essencial à Justiça, de tal sorte que passa a vigorar com a seguinte redação:

FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Advocacia-Geral da União (AGU)	31/03/2019
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	31/03/2019
Defensoria Pública da União (DPU)	31/03/2019
Escola Superior do MPU (ESMPU)	30/04/2019
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT)	31/03/2019
Ministério Público do Trabalho (MPT)	31/03/2019
Ministério Público Federal (MPF)	31/03/2019
Ministério Público Militar (MPM)	31/03/2019

Art. 2º Esta Decisão Normativa entrará em vigor na data da sua publicação e se aplica à prestação de contas para o exercício de 2018.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 3 de abril de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente do Tribunal

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de 1º Câmara, de 09/04/2019, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.459/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wesley Cristian Mercês Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

002.539/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hadenys Ricardo Matos Maia; Laís Souza da Costa; Ysadhora Gomes de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há

002.586/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wendeson Martins de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.672/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Henrique Paetzold; Maurício Zardo Oliveira; Ricardo Tavares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.927/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Dias Beserra; Ana Laura Ferreira Marsico Dalto; Benedito Edson Fortes Ribeiro; Carlos Normando Nascimento Carvalho; Daiana Ferreira Cândido; Eglantine Mamede Bezerra; Georgea Hermógenes Fernandes Torres; Narjara Cristina Marques Rocha; Romaldo Bomfim Medina Junior; Thiane de Vasconcellos Costa Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.946/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Bruno de Melo Oliveira; Itamara Lúcia da Fonseca; Joana Vieira Viana; José Ribamar Silva do Nascimento Junior; Ricardo Andrade Bezerra; Saulo Victor e Silva; Synara Lucien de Lima Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.964/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gean Paulo da Silva; Pâmela Cristina Scheid Rossato; Wlisses da Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

003.996/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gizelda Carneiro Arnaud
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.221/2019-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Patricia Silva Gomes; Valeria Silva Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

004.500/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luis Milman; Luiz Fernando de Lima Diverio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

015.546/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Batista da Silva; Jorge de Castro Brum; Luiz André de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

015.547/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Cotta de Almeida; William Murray
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

015.548/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Mauricio Pandolphi Pereira; Enoi Saldanha da Camara; Francisco Nunes dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

015.552/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Celia Gouveia de Souza; Maria da Salete de Amorim; Maria das Graças do Nascimento Saraiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

015.829/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Mário de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Óbidos - PA
Representação legal: não há

015.899/2018-7
Natureza: Denúncia
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

019.637/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Pedro Ferreira Reis; Maria Sônia Oliveira Campos
Recorrente: Maria Sônia Oliveira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: José Henrique Cabral Coaracy (912/OAB-MA) e outros, representando Maria Sônia Oliveira Campos; Ana Amelia Figueiredo Dino de Castro e Costa (5517/OAB-MA) e outros, representando Maria Sônia Oliveira Campos e Prefeitura Municipal de Axixá - MA

022.920/2018-8
Natureza: Representação
Responsável: Universidade Federal de Santa Maria
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

030.597/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ian do Carmo Marques; Raquel Parente Cruz; Renata Nágela Lima Barros Guedes; Renato Gondim Galdino; Renato Rondinelle Marques Pereira; Thamily Magalhães Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

031.592/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kleryson Martins Soares Francisco; Tânia Eduarda Furini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

031.641/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cláudia Aleixo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

032.859/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria da Luz de Oliveira Freire; Maria de Fatima Carneiro da Silva; Maria de Fatima Leite Madruga; Maria do Desterro Leiros da Costa; Nilo Martinez; Odivan Soares da Silva; Olga Maria Passos Rocha; Paulo Gildo de Oliveira Lima; Paulo Hideo Nakamura
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

033.227/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Sathyabama Chellapa; Wani Fernandes Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.244/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Araujo; Jeremias Avelino da Silveira; Julia Souza de Araujo; Kerginaldo Rodrigues da Silva; Manoel Laurentino Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.246/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Germano Gurgel; Rosemary Lins Barreto; Sebastiao Filgueira Galvao; Selma Maria da Silva Peres; Urbano da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.247/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vilma Alice da Silva de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

034.954/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alaide Maria Santos Oliveira; Dacy Andrade dos Santos; Eloi Telles Ferreira; Eraldo Barreto de Andrade; José Brito da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

034.955/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Neuza Maria Gonçalves Catarino; Osvaldo Ramos; Roque da Silva; Sueli Sacramento Montenegro; Therezinha dos Hulmildes Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

034.959/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Enio Fernandes de Goes; Francisca Francinete Pereira; Francisca Nascimento de Oliveira; Francisco Caninde Batista Campos; Francisco Cleiton Peregrino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

034.966/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Peres Rossi; Denise Rodrigues da Silva; Eliane Maria Severo Gonçalves; Gilberto Natel da Silva; Gilca Maria de Oliveira Santos Cristino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

041.618/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rose Meire Miranda de Souza; Rosemary Figueira; Sandra Carvalho; Sandra Fátima de Almeida dos Reis; Sandra Maria de Assis; Sebastião Fortes de Carvalho; Selma de Aparecida Santos Rosa; Sergio Mauricio de Oliveira; Silvia Maria de Oliveira; Thaís Velloso Cougo Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

041.623/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelia de Medeiros Bernardo; Amalia Rodrigues de Lima; Carlos Crescencio Freire Filho; Luiz Fernandes Torres; Maria Celia de Oliveira; Maria Nazaré da Silva; Nanci de Andrade Costa; Ney Lopes de Souza; Roseane Dias de Medeiros Vidal; Selma Meira e Sá Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

041.709/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ericka Gomes Dantas; Osair Gomes Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

041.732/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Lilian Ruth Branco Jusi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

041.753/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Nei Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

002.404/2019-2
Natureza: Reforma
Interessados: Adao Eurides de Souza; Ademar Alves Dorneles; Albino Jaskulski; Anastacio dos Santos; Danubio de Moraes Guidotti; Luiz Alberto Cueto Espadim; Miguel Dario Goncalves; Ramao Rodrigues; Revair Vieira Machado; Ruben Barcellos de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.474/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Estefano Radames Albuquerque Vieira; Patricia Costa Vaini
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

002.481/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Patricio Mackson da Costa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.484/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcella de Sa Leitao Assuncao; Petterson Michel Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.521/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Cavalcante Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

002.648/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Andres Barria Mancilla; Gabriel Muniz Improta Franca; Leopoldo Guilherme Pio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

002.690/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lara Mendes Perez Zorzi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

002.695/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Elisa Silva Miranda; Francisco Laylson de Almeida Costa; Gabriel Borghoff; Lucas Sadeck dos Santos Moraes; Luciano Lacerda Nunes; Mayara Souza Hartuiq
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

002.750/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana de Andrade Mesquita; Ivana Costa Amorim; Jessica Holl; Yuri Viana Nery de Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

002.798/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Eliel Poggi dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
Representação legal: não há

002.822/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mariana Teixeira Ramalho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

003.003/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aparecida Maria Simoes Mimura; Bruna Del Vechio Koike; Herydiane Rodrigues Correia Wanderley; Joyce Kelly Marinheiro da Cunha Gonsalves; Kelly Florencio Trigueiro; Liberalina Santos de Souza Gondim; Naedja Carla dos Santos Leite da Silva; Violeta Pavao Pampuri Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

003.019/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ederval de Souza Lisboa; Fabio Joel Kochem Mallmann; Josieli Guidolin Rossi; Mauricio Banaszeski da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

003.047/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda de Oliveira Calisto; Ligia Rocha Cavalcante Feitosa; Mirian Lima dos Santos; Paulo Cezar Ribeiro de Noronha Filho; Vanderlea Rodrigues Bazao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

003.064/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alice Bitencourt Haddad; Ana Carolina Goncalves Brito; Carolina Christoph Grillo; Jackeline Christiane Pinto Lobato Vasconcelos; Leandro Gines Egea; Maria Carolina de Lima Jacy Monteiro Barki; Maria da Conceicao Albernaz Crespo; Paola Soares Cardoso; Paula dos Santos Kropf; Robson Moreira Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

004.032/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aurora Silva; Elen de Souza; Mary Quirino dos Santos Fabricio de Barros; Risete de Azevedo Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.387/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Auzendia Pereira Moraes; Carlos Roberto Pierobom; Celso Renato Viana Flores; João Guilherme Werner Brum; Olinto Souto Saldanha; Ulisses Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

004.413/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rita de Cassia Laport
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

004.456/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aladia Barbosa de Souza; Augusta Emília Viana Bandeira; José Matins Mendes; Severo Bernardo da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

004.463/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bolivar Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.502/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Gonçalves Miranda; Luiz Gonçalves Miranda; Luiz Oswaldo Calvete Corrêa; Marcos José Pereira Gomes; Maria José Lopes Augusto; Mario Luiz Dame Wrege; Moysés Moraes da Silva; Nercy de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.553/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Manoel Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.817/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Renato Furstenau
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

004.871/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carla Menezes de Oliveira; Antonio Marcos de Andrade; Heloisa Helena Silva; José Uiliam de Souza Fontes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

004.937/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Paranhos da Silva; Roberto Bressan; Rodrigo Pinheiro Ferreira; Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

005.732/2017-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social - ABCC; Cláudia Perdigão de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Órgãos e Entidades Estaduais
Representação legal: Audaliano Sergio Couto Santos (OAB/MG 28.391) e outros

015.243/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Ananindeua; Sonia Maria de Freitas Targino
Representação legal: Clara Pinto Nardi

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.366/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Silvia Nahas Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

001.381/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Goncalves Dias; Rafael Magalhaes Angrisano; Rafael Rodrigo da Silva; Rafael Rodrigues do Prado; Raione Lucas Pedrosa; Raissa Fernandes Lima Campos; Raphael Anderson da Silva; Raphaela Benetello Marques; Raquel Pereira de Souza; Rayssa Parreira Silva Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.433/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar Bastos Fernandes; Kassya Christinna Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

001.564/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Fátima Chagas Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.611/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldifran Santos Serra; Jesse Brito da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.680/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Mattar; Henrique Gerhard Friedrich; Henrique Gerhard Friedrich; Iraci Sandrini; Iranete Nunes Machado; Irte Fernandes da Silva; Izonete Tereza Palmieri; Jamil Calil Sader; José Adan Cedeno Borgen; José Gilberto Terra Tallarico; João Guilherme Soares Hoelz; Julio Cesar Camara Felga; Julio Moribe; Julio Moribe
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

001.730/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Arthur Gabriel de Carvalho Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

002.111/2019-5
Natureza: Representação
Representante: Município de Araripina/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araripina/PE
Representante Legal: não há

002.112/2019-1
Natureza: Representação
Representante: Município de Olinda/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Olinda/PE
Representação legal: Rafael Carneiro Leão (Procurador-Geral do Município de Olinda/PE); e outros

002.196/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Claudia Fidelis Bernacchi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.206/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo Ganzerli Fortes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: não há

002.217/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Flavia de Lima Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

002.252/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Vaz da Silva; Antonia Eliana Reis dos Santos; Cinthia Furtado Mendes; Danielle Camara Pires; Eliana Menezes de Albuquerque; Emanuela do Amaral Bacelar Pontes da Silva; Marizieli Beatriz Ferreira dos Santos; Rute Rodrigues Saldanha Costa; Valdinete Ferreira Costa Monteiro; Vinicius Guerra Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.348/2019-5
Natureza: Reforma
Interessados: Edimilson Lourenco dos Santos; Joao Francisco dos Santos Filho; Josemar Ramos dos Santos; Juarez Cabral da Cunha; Julio Cesar Pereira de Sa; Manoel Antao da Silva; Sebastiao Rodrigues Pereira; Sergio Silva Neves; Udilson Cassiano Ribeiro; Walter Magalhaes da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha
Representação legal: não há

002.425/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Luz de Castro; Bruna Frio Costa; Virginia Magano Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

002.468/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Davi de Bastos Goncalves e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-geral da União
Representação legal: não há

002.480/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Rodrigo Moura Cavalcante; Cinthia Beatrice da Silva Telles; Rosano Freire Carvalho Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.495/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Vasconcelos de Souza; Evandro Carlos do Nascimento; Iochane Garcia Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

002.573/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wandemberg Rocha Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Representação legal: não há

002.577/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula de Almeida; Cristiane Ayres Botelho; Glaucia Cristina de Azevedo Paixao; Jean Furlam da Silva Cabral; Lilian Rocha Cavalcante; Renata Goncalves Benevides
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.591/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Martins de Toledo Castro; Cleide Regina Campelo Cardinali; Dislene Cruz de Carvalho Pompeu; Fernanda da Costa Antunes Silva; Gabriela Pereira de Oliveira; Julia Lopes do Amaral; Luciane Coelho Balesteiro; Mara Lucia Ribeiro de Souza Britto; Mario Celso Rodrigues; William Almeida de Oliveira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.627/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geisiane Dias Queiroz; Lucienia Libania Pinheiro Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

002.679/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Yokky Ywky Dantas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.706/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jefferson Rodrigues Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

002.742/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Paula Manco Resende; Anara da Luz Oliveira; Fellicia Ferreira da Mota; Fernanda Paes Leme Fernandes Veiga; Gecyca Mascarenhas Gomes Almeida; Lenisse Estelle Abrantes Goncalves Amorim; Marcia Pereira de Jesus; Natalia Rodrigues Querido Fortes; Nivian Mirelly Moraes Feliciano; Tatiane de Oliveira Steil
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.745/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iara Nadja Oliveira Santos; Jaqueline Daniele Santos Barros; Leonel Lucas Smith de Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

002.753/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Haustin Stelmastchuk Vieira; Pricila da Silva Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.764/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lanaiza do Nascimento Silva Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.791/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Almeida de Azevedo Souto; Ivone Damas Guimaraes; Sylvia Astrid de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

002.808/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Barbosa de Andrade; Andressa Folador Pio da Silva; Eliza Svaizer Lustosa; Juliana Carolina Nogueira Bernardino; Julio Cesar Oliveira Teles; Luena Alves da Silva; Marcelo Costa Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

002.868/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cesar Augusto Assis Mascarenhas de Oliveira; Elias Junior Cavalcante Benevides; Ernesto Batista da Silva Filho; Jeuid Oliveira Junior; Joao Luiz Cambiaghi Glass; Jonathas Assuncao Salvador Nery de Castro; Pedro Paulo Vieira de Novaes; Savio Wanderley do O; Teresa Cristina Gama de Paiva; Vinicius Silva Cardoso Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

002.918/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Dala Corte; Heveline Ribeiro Casalecchi; Jullian Torres Braz da Silva; Larissa Barcessat Gabbay; Leandro Silva de Sousa; Loane Pereira da Costa; Lucas Lobato Acatauassu Nunes; Milena de Almeida Giacon Barna; Odalgiro Pazinato; Patricia Schmidt de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.996/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Weber Costa Pinto dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

003.073/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Luz Pereira Moreira; Gesiane Oliveira da Trindade; Joao Andre Pavao Soares; Maria Cristiane Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

003.167/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Luiz Vivan
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

003.908/2019-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Marylene Ribeiro Riente
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.926/2019-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Clara Figueiredo; Anaildes Cerqueira dos Santos; Arlete do Nascimento Damasceno; Arminda Cunha Ribeiro; Aurea Vicente Ferreira; Aurinete de Castro Mello; Bernardice Fontes de Almeida; Cecília Vicente Ferreira; Clelia de Souza Sarkis; Céres Agostinho Antas; Dulcinea Pereira; Elizabeth de Freitas da Trindade; Enedina Santos Abdalla; Izette Lopes Marques; Jaguacy de Andrade Pereira; Joice Pimentel de Sant Ana; Maria Angelina da Silva Camara; Maria Celeida Porciuncula Nevares; Marluce Gomes de Araujo; Marly Gomes de Araujo; Merolha Benedita Machado; Ormi Lopes Marques; Patricia Conceição Hora; Sebastiana Ferreira; Suely Maria de Oliveira; Theda Rosalia Moraes Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

003.998/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Isabel Cardoso da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

004.030/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Celia Roitmann Erckmann
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.047/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raimunda Elza de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

004.073/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ione Maria da Gloria Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

004.080/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Thereza Teruco Kitami
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

004.118/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Neide Cristina Costa Nóbrega
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

004.126/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria de Fátima Campos Dau
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

004.137/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cid Freitas; Grisélide Lins Peixoto Werneck; Therezinha Scoralick Corrêa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

004.236/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Fereira Damasceno; Jose Guilherme Fernandes da Silva; Jose Valdecio da Silva; Jose Valdecio da Silva; José Ernani Silva Lima; José Fernandes da Silva; José Luiz Coluna Machado; José Severino Damasceno; José Valentim Silva; Juarez Pereira Serbeto; Leopoldo Milanezi de Camargo; Luiz Eugenio de Andrade; Manoel Fernandes Moreira; Manoel Francelino da Costa; Manoel Rodrigues da Silva; Manoel dos Santos Silva; Marcelino Jansen Azevedo; Mario Dias da Silva; Melquiades da Silva; Naeve Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

004.241/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Luiz de Souza Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.253/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ironildo da Silva Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

004.262/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.271/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Creuza Mello Gomes; Diomar da Silva Ramos; Jairo Almeida Calhau; Pedro Antonio Theobald
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

004.284/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amir Gaudencio de Queiroz; Manuel Bezerra Cavalcante Filho; Marinaldo Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - João Pessoa/pb - Inss/mps
Representação legal: não há

004.286/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Castro Lima; Valdemar Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

004.288/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Francisca da Conceicao Catharino
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

004.293/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carmelia Teodora de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Representação legal: não há

004.360/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Júlio José de Souza; Odaci Fernandes de Oliveira; Osmir Francisco Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

004.366/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Jorge de Lima; Jael Dias de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

004.403/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Claudio Lopes Viana; José Wandeberg Maia Barreira; Luzia Chaib Bezerra; Murilo dos Santos Nepomuceno; Rosália Bezera de Freitas; Willians Martins de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.423/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Pecanha; Israel Kligierman
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

004.457/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alexandre Martins de Figueiredo Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.537/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Fernando Veras; Manoel Correia Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

004.543/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Roberto Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.545/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Doralice da Silva Theles; Edson Valin

Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.563/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco de Paula Rangel da Cunha; Francisco de Paula Rangel da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer José de Alencar Gomes da Silva
Representação legal: não há

004.586/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Mario Fernandes Maia Filho; Mario Fernandes Maia Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

004.603/2019-2
Natureza: Reforma
Interessados: Edivio Caldas Sanctos; Edson Alcides de Gois; Eudes Dias de Oliveira; Francisco Afonso de Sales; Francisco Antonio da Silva Junior; Francisco Barbosa Neto; Francisco Cordeiro; Geraldo Magela Lelis França; Haroldo Carrielo; Hermes Gilberto Scussel; Isaac Correia de Andrade; Ismael Vieira; Jair Brito Salles; James Raymundo Macedo; Joel Periles dos Santos; Jorge Santos de Araújo; José Alvarez Rivera; José Antônio de Araújo; João Batista de Souza; João de Freitas Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

004.612/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cosme Miguel Santiago dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

004.613/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Oman Menezes Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

004.858/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Suelen Maggi Scheffer Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.870/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Katia Meireles Monteiro dos Santos; Patrick Ramos Silva Pacheco dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Representação legal: não há

004.874/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Angella Ignara Lima dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

004.905/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Nunes de Carvalho Vieira; Augusto de Sene Gonçalves; Paula Ferraz Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

004.919/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raquel Machado dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.a
Representação legal: não há

004.924/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciana Cassia Nogueira Guimarães Rebouças
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

004.974/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldjan Silva da Costa; Andressa Karla Fernandes; Camila Fernandes de Oliveira; Claudio Gomes de Medeiros Filho; Evaristo Pereira da Silva Junior; Gabrielle Leite dos Santos; Yan Pedro Pereira Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da Ect no Rio Grande do Norte - Dr/rn
Representação legal: não há

004.976/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Serejo Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

004.980/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Linvalda Rodrigues Henriques de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins
Representação legal: não há

010.183/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Serviço de Auditoria no Espírito Santo/Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Seaud/ES/Denasus)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Representação legal: não há

022.130/2009-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Lobo da Rosa Borges; Benedito Edson de Brito Lima; Carlos Antonio dos Reis; Cristiano Régis Cesar da Silva; Dener França do Nascimento; Eduardo Thomaz Comber Júnior; Fabiana Coelho David; Fernando José de Brito; Helio Fernandes Pacheco; Juliana Correa Pina; Juliana Grigorio de Azeredo Zanete; Julio Cesar Nogueira Ramos; Keilla Reveilleau Ferlin; Kleber Leonardo da Silva Guerra; Leandro Gontijo Pimenta; Liziane Venancio Queiroz; Lorene Maranhão da Silva Thé; Marcos Antonio da Silva; Marino Signorini; Martha Moreno do Nascimento; Maycon Rebello Menendes; Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva; Silvan da Rocha Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

023.882/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aluízio Bezerra de Oliveira; Metodus Engenharia Ltda.; Município de Cruzeiro do Sul/AC
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC
Representação legal: não há

031.309/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Paulo Andre Braz Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cabaceiras do Paraguaçu - BA
Representação legal:

032.569/2017-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Evaldo Oliveira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipixuna do Pará/PA
Representação legal: não há

036.173/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Henrique Goulart Curty; Carlos Pazos Rodriguez; Maria Elvira Pimentel; Renee Fernando Senger; Rosana Maria Migliora Cypriano; Silvia Justino de Souza; Vanice Tavares Nunes da Costa; Vilma Fontinelle Kilins Gehrt
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.336/2019-7
Natureza: Reforma
Interessados: Ivan Magno de Carvalho Menegassi; Jose da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha
Representação legal: não há

002.987/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano de Souza Fonseca; Kaique Dias Bento; Marcus Vinicius Loss Sperandio; Paula Cristina Fraga Lins; Raimundo Bernadino Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

003.631/2019-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.127/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Antonieta Alberti Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.379/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisa Schapke; Elisette Maria Refatti Tronco; Eloisa Roveda Tschoepke; Gisele Maier; Jose Miguel Pappen
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

012.930/2017-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva; Raimundo Carlos Góes Pinheiro; Sidney Ricardo de Oliveira Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maués/AM
Representação legal: não há

019.696/2015-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos
Representação legal: não há

043.029/2018-3
Natureza: Representação
Representantes: Vereadores Álmiro Pinheiro da Silva, Elieldér Alves Farias, Jildemar da Silva Rodrigues, Mourival Santiago da Silva, Nelson Bispo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaeté/BA
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.653/2015-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de impugnação parcial de despesas verificadas na prestação de contas de recursos do Convênio 42/2006 - SEDES/MA.
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Arnaud Guedes de Paiva Junior; Diomar da Silva Leite; Edimar Costa Ferreira; Hilton Soares Cordeiro; Jorge Paulo de Oliveira Silva; Juscelino Pereira da Silva; Julio Gonçalves Simões; Lucia Regina de Azevedo Pacheco; Lucio Antonio Rabelo Balata; Marcelino Santos de Amorim; Terezinha das Neves Pereira Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Secretária de Estado do Trabalho e da Economia Solidária (SETRES/MA)
Representação legal: não há

020.162/2015-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da não-comprovação da aplicação regular dos recursos do Termo de Compromisso SLIE 0700706-01, cujo objeto é a realização dos eventos "III Copa Internacional de Futebol" e o "X Brazil Cup", na cidade de Poços de Caldas/MG.
Interessado: Ministério do Esporte
Responsáveis: Athletic Center Turismo Esportivo Ltda. - ME; Fundação Athletic Center; Kennedy Donald de Carvalho; NKP Teart Maison Buffet Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Representação legal: Kenya Beatriz de Carvalho

025.266/2013-6
Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial.
Recorrente: Capribom Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação de Ação Comunitária
Representação legal: Rougger Xavier Guerra Junior (151.635-A/OAB-PB), John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB)

Ministro VITAL DO RÊGO

002.017/2008-2
Embargos de declaração opostos em face de deliberação que negou provimento a recurso de reconsideração interposto pela ora embargante.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Chapadinha - MA
Responsável: Magno Augusto Bacelar Nunes
Representação legal: Eneas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756) e outros

004.911/2017-2
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do ora recorrente, condenando-o, solidariamente com a entidade que presidia, a débito correspondente aos valores transferidos e aplicou-lhe multa em processo de tomada de contas especial referente a irregularidades constatadas em convênio para realização de evento junino.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho de Moradores Cultura e Eventos do Bairro da Liberdade
Responsáveis: Conselho de Moradores Cultura e Eventos do Bairro da Liberdade e Joceli dos Santos
Representação legal: não há

012.381/2018-7
Tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades na execução do Programa Farmácia Popular.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Claudir Jankoski; Claudir Jankoski Eireli - ME; Susana Gonçalves de Azevedo Jankoski
Representação legal: Tulio Marcelo Denig Bandeira (OAB/PR 26.713), representando Claudir Jankoski, Claudir Jankoski Eireli - ME e Susana Gonçalves de Azevedo Jankoski

014.295/2015-6
Recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra decisão que julgou irregulares as contas de ex-prefeito da cidade de Medeiros Neto/BA e da empresa contratada para realização de módulos sanitários domiciares na localidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Medeiros Neto/BA
Responsáveis: José Lopes Pereira; V.G Amorim & Cia. Ltda.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU, na pessoa do Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

033.221/2017-0
Pedidos de reexame interpostos em face de decisão que julgou ilegal atos de aposentadoria emitidos em favor dos recorrentes. Apreciação para fins de registro.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Recorrentes: Marli Caixeta Nunes e Souza; Valeria Guerra Mendes; Zelia Albano Duarte
Representação legal: Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.542/2014-8
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Secretário Municipal de Saúde do Município de Vilhena/RO no período de 1º/1/2001 a 22/1/2007, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados na modalidade fundo a fundo no exercício de 2005, em despesas relacionadas a ações administrativas do Fundo Municipal e da Prefeitura do Município de Vilhena/RO.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vilhena/RO
Responsáveis: Zacarias Batista Donadon; Município de Vilhena/RO
Representação legal: Carlos Eduardo Machado Ferreira, Procurador-Geral do Município de Vilhena/RO (OAB/RO 3691)

016.197/2015-1
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da impugnação total das despesas realizadas com recursos de Convênio, ante a inexecução parcial do seu objeto, tendo por finalidade a execução de melhorias sanitárias domiciliares (Projeto Alvorada)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buerarema/BA
Responsáveis: Orlando de Oliveira Filho e Macro Construtora Ltda
Representação legal: Álvaro Luiz Ferreira Santos (OAB/BA 9.465), Alexandra Sousa Chaves Veles (OAB/BA 868B) e outros

017.869/2017-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Incra em desfavor do ex-prefeito de Garrafão do Norte/PA (gestão 2005-2008), diante da não aprovação da prestação de contas de convênios que tinham por objeto, naquele município: a) a execução de obras de infraestrutura destinada à recuperação de 25,5 (vinte e cinco) km de estradas vicinais, localizadas no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária denominado PA Arapuã Simeira e b) a execução de obras de infraestrutura destinadas à abertura e recuperação de 7,8 km de estradas vicinais, no Projeto de Assentamento Arapuã Simeira.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Garrafão do Norte/PA
Responsáveis: José Juraci Linhares de Lima e Município de Garrafão do Norte/PA
Representação legal: não há

021.846/2015-4
Pensão civil
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interessados: Olandina de Lima Vasconcelos; Anecy Rademaker Martins; Hugo Rademaker Martins; Vitor Rademaker Martins; Beatriz de Almeida Sobral; Benedita Ferreira de Souza Campos; Daisy Maria Ribeiro de Medeiros e Jurema Mattos da Silva Lima
Representação legal: não há

027.331/2017-2
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em face da impugnação total das despesas realizadas com recursos de Convênio, celebrado com o município de Arari/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Arari/MA
Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Gilson Alves Barros (7492/OAB/MA) e outros, representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

035.906/2016-2
Representação formulada pelo Serviço de Auditoria no Estado da Bahia (Seaud/BA) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), noticiando o descumprimento, pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibititá/BA, de termo de ajuste sanitário (TAS).
Representante: Serviço de Auditoria no Estado da Bahia (Seaud/BA) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibititá/BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

011.944/2014-5
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de convênio, tendo por objeto a execução de ações de saneamento básico;
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Responsáveis: Alfredo da Silva Pinto; Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - Cerb; Cícero de Carvalho Monteiro; Eduardo José de Santana; Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; Joel de Souza Neiva; Jorge Luiz Gonçalves Farias; José Luciano Dultra Cintra; Justina Mercedes Paiva; Marcello da Silva Britto; Pedro Avelino de Oliveira Neto; Roberto Moussallem de Andrade; Vanderlito Seixas Santos
Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (OAB/BA 48.522) e outros, representando Joel de Souza Neiva; Aluízio Cunha Baptista (OAB/BA 22.581) e outros, representando Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia, José Luciano Dultra Cintra, Vanderlito Seixas Santos, Cícero de Carvalho Monteiro, Jorge Luiz Gonçalves Farias, Pedro Avelino de Oliveira Neto e Alfredo da Silva Pinto; Antonio Rodrigo Machado de Sousa (OAB/DF 34.921) e outros, representando Marcello da Silva Britto; Lucas Barbosa Mollicone (OAB/BA 20.123), representando Roberto Moussallem de Andrade

016.137/2011-6
Ato de registro de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE)
Interessado: Ivaldo Paulo Souza de Jesus
Representação legal: não há

027.213/2018-8
Tomada de Contas Especial instaurado em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com os recursos repassados ao Município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2006, e da omissão no dever de prestar contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), ambos no exercício de 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urucará/AM
Responsáveis: Antônio Taumaturgo Caldas Coelho; Município de Urucará/AM
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Representação legal: não há

035.566/2018-3
Ato de registro de pensão civil.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFA/BA)
Interessados: Arlinda Carvalho Rangel da Silva; Uilson da Silva Bomfim
Representação legal: não há

Em 4 de abril de 2019.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1º Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de 2º Câmara, de 09/04/2019, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

002.050/2019-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Jacqueline Pereira da Silva; Marcelo Saraiva dos Santos; Paulo Saraiva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

002.374/2019-6
Natureza: Reforma
Interessados: Agostinho Antonio Aparecido Netto; Carlos Henrique Pereira; Claudio Edivar Penoni; Edson Guilherme Gallo; Ehud Pereira Celestino; Geraldo Evangelista de Assis; Jose Henrique da Silva Filho; Jose Luis Botelho dos Santos; Julio Cezar Caldas Nery; Mauri Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.400/2019-7
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Carlos Santana; Humberto da Silva Filho; Ildefonso Cosme Cardoso; Joao Bosco Acerbi; Joaquim Rodrigues da Silva; Jose Jonas Ferreira; Julio David Junior; Leandro Lourenco; Luiz Antonio Lobo da Costa; Marco Aurelio Oliveira Camara
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.409/2019-4
Natureza: Reforma
Interessados: Decio Martins Motta; Dorimar Ferreira Ribeiro; Francisco Vieira Pantoja; Joao Melo de Oliveira; Juraci Alves Miranda; Marcos Antonio Peixoto Cavalcanti; Paulo Ferreira da Silva; Paulo Jose Ribeiro; Pedro Rangel Oliveira Silva; Sebastiao Rosa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.488/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celso Fernando Claro de Oliveira; Regiane Aparecida dos Santos Branquinho; Victor Augusto Bianchetti Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

002.542/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Reiner Vinicius Perozzo; Viviane dos Santos Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

002.562/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christine Sant Anna de Almeida; Rafael Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

002.590/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Roberto de Carvalho Barbosa; Rafael de Castro Catao
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

002.635/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Tostes de Aguiar; Cintia Marques Souza dos Santos; Domenio de Souza Faria; Francisco Diogo Lima Goncalves; Leandro Pinheiro Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

002.668/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Camila dos Santos Torres; Nathana da Graca Sartori Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

002.683/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Charlie Silva Fernandes; Luiz Alberto do Couto; Sandra Francisca de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

002.719/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Brasiel Sampaio; Joao Venceslau Fousek Jara; Kamila Pereira da Silva; Luiz Guilherme Scarmagnan Martelli; Marcos Fleury Medeiros; Michele Regina Spegiorin; Rosimeire Popovits Pereira Businaro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

002.754/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Bavier Marcos; Victor Haselmann Arakawa
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

002.852/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mabel Bezerra Pedrosa Carvalho; Pedro Henrique da Rocha dos Santos; Raisa Froufe Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

002.873/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lilia Bispo de Freitas Requia; Anderson Souza de Araujo; Anderson da Silva Costa; Andre Megale Melo; Carlos Gustavo Cordeiro de Andrade; Celma Dolores de Lelis; Diego Oliveira Farias; Guilherme Carvalho Chehab; Irna Marilia Rogerio Evangelista Rocha; Ivson Tiago Muller de Souza

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

002.881/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano de Souza Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

002.949/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Josiane Souza de Paula; Mariana Sant Anna Pereira Nicolau
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

003.059/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edson Alves Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.963/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedita Araujo Ferreira da Silva; Conceição Pio Anselmo; Francisca Alves Martins Segunda; Francisca Alves Martins Segunda; Jaci Bezerra da Silva; Judite Araujo Lins; Maria Aparecida Rodrigues; Maria Augusta Ventura Costa; Maria Batista Oliveira Silva; Maria Clara Nascimento; Maria das Dores Turibio; Maria de Lourdes Pereira Moraes; Odila Neuman Mendes; Ondina Madureira dos Santos; Ophelia Miranda Mariano; Raimunda Pereira de Souza; Raimunda Pereira de Souza; Therezinha Aparecida Rodrigues de Camargo; Therezinha de Oliveira; Yolice Nery Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.988/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jeferson Bastos Aragão
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

004.025/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Juca Brincas da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.038/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Jose do Nascimento de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.255/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Soares Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins
Representação legal: não há

004.274/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Fernando Kruschewsky Brito; Antonio Alves Pereira; Antonio Carlos da Costa Pinto Dias; Antonio Carlos da Costa Pinto Dias; Antonio Carlos da Costa Pinto Dias; Antonio Cosme do Nascimento; Ariosto Teles Evangelista; Arlindo Jose Rodrigues; Eliel Barbosa de Souza; Elisio Rosa Muniz; Helio Bento dos Santos; José de Jesus; Manoel Coelho Brandão; Manoel Pereira Alves; Maria Lucia Santos Costa; Raul Brito da Cruz; Renan Pinto Brandao de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

004.337/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aluisio Villar da Rocha; Carlos Dias Ruiz; Cleto Gouveia Sampaio; Eraldo Pereira de Oliveira; Inaldo Ferreira da Silva; Jacinto Altamiro Guimarães; Sebastião dos Santos; Sérgio Alves Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
Representação legal: não há

004.546/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduardo Alvaro Vieira; Efigenia Moreira Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.620/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio Roberto Espinosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.878/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Itatiane Teresinha de Bittencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Cristo Redentor S.A. - MS
Representação legal: não há

004.904/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alverlan Nascimento Ribeiro; Gizeuda de Lavor da Paz; Samira Amara Gomes Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

004.947/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Eliane Santos do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

004.967/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Fernandes do Nascimento; Jose Junior Morais Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da Ect na Paraíba - Dr/PB
Representação legal: não há

005.021/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aldo Horácio Macedo Pires de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

005.033/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bartolomeu Alves Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Representação legal: não há

008.213/2016-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Joao Deon Benicio Diniz
Responsáveis: Joao Deon Benicio Diniz; Rômulo Antônio Pires Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Conceição/PB
Representação legal: Francisco Francinaldo Bezerra Lopes (OAB/PB 11.635)

011.372/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Rosa Garcia Nunes; Vannilda Tenório de Cerqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Hadad
Representação legal: Fabio Pereira (OAB/RJ 110.801)

011.648/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso
Responsáveis: Construtora Sanches Tripoloni Ltda; Enpa - Engenharia e Parceria Eireli; Prosul Projetos Supervisao e Planejamento Ltda
Representação legal: João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/RS 67637) e outros, representando Enpa - Engenharia e Parceria Eireli; José Roberto Manesco (OAB/SP 61471) e outros, representando Construtora Sanches Tripoloni Ltda

012.074/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Josenice dos Santos Silva; Leonidia Araujo de Santana Sacramento
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

013.250/2005-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2004
Responsáveis: Agenor César Junqueira Leite; Aluísio Teles Ferreira Filho; Ana Maria Carvalho Silva Badaró; Armando Marques da Silva; Claudio Francisco Negrao; Emma Miranda Urzedo Rocha; Faustino Vertamatti; Fernando Sereda; Fundação Cultural Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra; Gladys de Carvalho Goulart; José Eduardo de Barros Dutra; José Sérgio de Oliveira Machado; Julio Cesar Gonçalves Correa; Kensaku Saito; Kátia Aparecida Zanetti de Lima; Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas; Maria das Graças Silva Foster; Miriam Mara Miranda; Neyde Lucia Safadi de Abreu; Paulo Roberto Costa; Raimundo Erivelto de Sousa; Rogério Almeida Manso da Costa Reis; Siddharta Pereira Pinto; Wilson de Barros; Álvaro Gaudêncio Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Transporte S.a. - Mme
Representação legal: Andrea Damiani Maia de Andrade (OAB/RJ 113.985) e outros, representando Petrobras Transporte S.a. - Mme; Ielton Carvalho Pianco (OAB/DF 47965) e outros, representando Aluísio Teles Ferreira Filho; Paulo Monteiro Cerqueira e outros, representando Fundação Cultural Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra; Hulle Barreto Ferraz Nunes Ferreira (OAB/DF 12699/E) e outros, representando Petrobras Transporte S.a. - Mme e Claudio Francisco Negrao; Hércules Saraiva do Amaral (OAB/CE 13643-B), representando Raimundo Erivelto de Sousa

020.179/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Manoel Pires dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araguaína/TO
Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18596)

031.574/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Victor Ugo Magalhães Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

032.766/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Representação legal: não há

036.723/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cleusa Olinda de Melo Pedrosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

037.308/2018-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

041.641/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elizabeth Oliveira Abreu Silva; Isaura Filomena da Silva; Jamil Chati Sobrinho; Marcos Antonio Guimarães; Margarida do Prado dos Santos; Maria Stella Saboia de Almeida Castro Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.464/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Glenio Gomes Nazareno
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.576/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ester Franciane de Oliveira; Jean Pedro Dias de Oliveira; Maria Clara Araujo Milagres; Pietro Pegoraro; Tomas Harduim Medella; Willian Gustavo de Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.669/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Ricardo de Castro Leite Junior; Lais Santana Barbosa; Mariana Cristina do Nascimento; Myriam Marta Soares de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

002.718/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano Macedo Debiazzi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

002.762/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mackson Luiz Fernandes da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.768/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Dias Machado; Bruno Burman; Helouysa Maria Chagas Costa; Igor Eduardo de Sa; Isabela Cristina Pirola Lube; Itallo Rui Costa Oliveira; Luani Mezentier Vellozo da Rosa Machado; Paulo Marcio Rocha de Oliveira; Sara Fonseca Reis Rezende; Vinicius Cabral Trindade do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

002.819/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Guilherme Calixto; Filipe Emanuel Silva Costa; Maria Ivana Patriota Carnauba
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

002.820/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erika Dias Cordeiro Hosken; Filipe da Silva Moreira; Glauber Klay Carreiro Fidelis; Marco Tulio Dinali Viglioni
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.913/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lorena Moreira Sigiliano Alfradique
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

002.975/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ralf Julio de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

003.028/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Guerino Castoldi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

003.048/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonathas Dias Nunes; Jorge Henrique da Silva Dantas; Marcia Moura de Sousa; Mayra da Silva Ferreira; Monica Alves do Espirito Santo da Silva; Nathalia Souza Silva; Stela Maris Fernandes Freitas; Thaynara Pires de Souza; Thiago de Bellis; Valeria de Souza Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.056/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alan Cruz Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.083/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gabriel Paganini Faggioni
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

003.293/2019-0
Natureza: Representação
Representante: BC Prevenção Contra Incêndio Ltda
Interessado: Corpo de Bombeiros Civil - Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: Alan Almeida Sales de Campos (OAB/SE 8593) e outros, representando Corpo de Bombeiros Civil - Brasil

003.967/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Catarina Teles Azevedo; Clotildes Barbosa Melo; Dalva Estela Bandeira; Djacira Alves da Luz Tubino; Edith de Oliveira Cruz; Isle Santos Redig; Ivonete Teles Aragão; Joanna Barreto Moragas; Lezir Ferreira de Castro; Luiza Lopes da Silva; Maria Lelita de Souza Leao; Maria de Lourdes da Silva Lopes; Maria do Carmo Brandao Araujo; Natercia Aragao Marques; Odila da Costa Cabral; Oronildes Alves de Souza; Rachel Chaves Correa; Rosa Ramona Medina Mosquiera; Rosa de Moraes Alexandre; Valdisa da Silva Lopes; Zélia Ramos Carneiro Uhll
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

004.051/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria dos Anjos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Representação legal: não há

004.139/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Lopes Frazão; Terezinha de Lima Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Representação legal: não há

004.257/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Marconi de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Pernambuco - Dnit/MT
Representação legal: não há

004.442/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Lúcia Pimentel Mena Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

004.497/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto Briance; Ismael Rosa da Silva; Israel Roisenberg; Joao Batista Espirito Hofmeister Poli; Joao Marques Matheus; Jorge Henrique Fonseca Ely; João Dorival Machado; João Pedro Escobar Marques Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.528/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulino Rosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.897/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria da Conceicao Fernandes de Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

004.918/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana da Silva Mendes Brasileiro; Nathan Cruz da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

004.932/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maura da Costa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

014.370/2014-0
Natureza: Embargo de declaração (Tomada de Contas Especial)
Embargante: Jucimar de Oliveira Veloso
Responsáveis: Jucimar de Oliveira Veloso; Land Engenharia Ltda; Sidônio Trindade Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Representação legal: Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB/AM 10.225) e outros, representando Jucimar de Oliveira Veloso; Walcimar de Souza Oliveira (OAB/AM 2.469) e outros, representando Land Engenharia Ltda

030.324/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jaqueline Tavares de Oliveira; Joao Batista Costa dos Santos; Sonia Moraes de Souza da Fonseca; Vania Maria dos Santos Belo
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

032.592/2017-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Responsáveis: Alexandre Ribeiro Motta; Andre de Cesero; Antonio Paulo Vogel de Medeiros; Antonio de Padua Ferreira Passos; Antônio João Nocchi Parera; Antônio Luiz Fuschino; Fernando Eurico de Paiva Garrido; Gleisson Cardoso Rubin; Ieda Aparecida de Moura Cagni; Igor Montezuma Sales Farias; Iran Martins Porto Junior; Izabel Cristina da Costa Freitas; Marcelo Daniel Pagotti; Marcos Vinicius Ferreira Mazoni; Maria da Gloria Guimarães dos Santos; Nerylson Lima da Silva; Nina Maria Arcela; Robinson Margato Barbosa; Rodrigo Pereira de Mello; Wilton Itaiguara Gonçalves Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

002.329/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Francisco Carlos da Silva Molina; Pedro Joao Verona
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.893/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Cardoso Gomes; Antonio de Castro Filho; Elisangela Miranda Azevedo; Elton Portela Santos Bezerra; Geani Coelho Penha; Gisele Kristina dos Santos Varela; Janaina Pereira Lopes; Joyce Xavier Martins; Marlene Antunes de Tunes; Osvaldo Simari Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

004.926/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Iung Miranda; Luciana Barreto Coutinho Back; Solange Sayuri Fukuya Sakamoto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

010.906/2018-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT
Responsáveis: Alexandre Russi; Daniel Francisco Farias; Wilson Virginio de Lima
Representação legal: Edmilson Vasconcelos de Moraes (OAB/MT 8.548) e outros, representando Alexandre Russi e Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

030.257/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Antonio Athayde Souto Junior; Niele Vinagre de Gusmao Freire; Rodrigo Sampaio Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

036.912/2018-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017
Responsáveis: Ana Paula Lima Vieira; Antonio Luiz Bronzeado; Carlos Eduardo da Silva Monteiro; Daniele Lunetta; Euclides Renato Deponti; Eugen Smarandescu Filho; Gildenora Batista Dantas Milhomem; Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo; Leonardo Silveira do Nascimento; Marluce dos Santos Borges; Roberto Meira de Almeida Barreto; Rodrigo Toledo Cabral Cota; Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gestora de Ativos
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

031.166/2015-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Antonio Manuel Morgado de Azevedo; Nestor de Moraes Vidal Neto; Rafael Santos de Souza
Representação legal: Fabricio Gaspar Rodrigues (OAB/RJ 120.213) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.819/2019-0
Natureza: Representação
Representante: Construtora Construterra e Serviços EIRELI
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pedra Branca/CE
Representação legal: não há

001.507/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Otacílio de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

002.337/2019-3
Natureza: Reforma
Interessados: Amaury Jorge Batista Abreu; Antônio Bernardo da Silva; Carlos Alberto Silva de Oliveira; João Freitas Krauss; Jorge de Albuquerque; José Ferreira Filho; José Manoel Pascoal de Farias; Leonildo Severino de Souza; Luiz Carlos dos Santos e Sergio de Souza e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha/Ministério da Defesa
Representação legal: não há

002.630/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Byanka Karolyne Dias da Silva; Carlos Eduardo de Oliveira Pereira; Julio Cesar Soares dos Reis; Kelvin de Almeida Carvalho e Laurindo Pimentel da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.702/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Mendes Marques; Artur Oliveira Campos; Deivisson Manoel de Lima; Gustavo Henrique Coimbra Sobreira; Joao Lucas Paiva Fernandes; Lucas Gabriel Pereira Santos; Luisa Ferraz Torres de Luna; Rafaella Arruda Soares de Oliveira; Renan Di Iorio Infante Gomes e Thais Dumas Simoneli Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Representação legal: não há

002.788/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Santos de Andrade; Cleane Pereira do Nascimento; Cleber da Silva Marinho; Felipe Milanez Pereira; Fernanda de Souza Brito; Leandro Jose Silva Andrade; Luiz Guilherme Pinheiro Soares; Luiz Henrique Alves Nunes; Sergio Rocha de Figueiredo e Teresa Sacchet
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

002.938/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Shigueru Sumoyama e Solange Cristina Raimundo Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

003.066/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deyvid Toledo Santiago de Almeida e Rodrigo Bijani Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

003.163/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Macedo de Oliveira; Lidiane de Vilhena Amanajas Miranda; Marcos Alves Nicácio; Munis Pedro Alves; Raquel Nominato Araújo e Welber Carlos Andrade da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Representação legal: não há

004.035/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Valdir Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo Centro /SP
Representação legal: não há

004.122/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Divina dos Santos e Maria do Carmo Araújo Falcão
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

004.182/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Moraes da Silva; Hugo Prado da Silva; Lélio Joaquim Seabra e Neide Álvaro Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.247/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eliseu Candido Henrique
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná
Representação legal: não há

004.519/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Tabosa e Zuleide Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

004.743/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arivaldo Mendonca de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

004.840/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Andre de Carvalho Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: não há

005.151/2019-8
Natureza: Representação
Representante: Simpress Comércio e Locação e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Representação legal: Fernanda Martin Del Campo Furlan (OAB/SP 219.541) entre outros, representando a Simpress Comercio, Locação e Servicos S.A

005.690/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mariana Cristina Pedrino
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

007.754/2016-7
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Aniceto Brasil de Araújo e George Brasil de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

008.379/2017-3
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
Representação legal: não há

016.048/2018-0
Natureza: Representação
Representante: 2ª Vara Federal de Itaboraí
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Representação legal: não há

019.229/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Primavera/PE
Responsáveis: Forrozao Editora Ltda - Me; Jadeildo Gouveia da Silva
Representação legal: Manoel Alves de Oliveira, representando Jadeildo Gouveia da Silva; Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29702) e outros, representando Forrozao Editora Ltda - Me

025.113/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Estadual do Ambiente
Representação legal: não há

027.594/2017-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Anita Garibaldi/SC
Responsáveis: Ivonir Fernandes da Silva e Roberto Marin
Representação legal: não há

027.607/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Cruz Vermelha Brasileira/Filial do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Representação legal: não há

028.864/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Lucas Rocha Superti; Maria Rejane Rocha Superti e Nelson Rocha Superti
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

029.134/2018-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Representação legal: não há

029.752/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Evandwilson Rocha da Silva/ME
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo
Representação legal: Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB/SP 154.087), representando o Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em São Paulo; Ariosto Mila Peixoto (OAB/SP 125.311) e outros, representando a Evandwilson Rocha da Silva - ME

036.317/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nilton Piazza e Rosilda Catarina Martins Auras
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC
Representação legal: não há

041.363/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Futura Comércio de Materiais Educacionais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Representação legal: Gisela Pimenta Gadelha Dantas (OAB/RJ 111.202) entre outros, representando o Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro; Eliza Tiyoko Cavalcante Trauczynski (OAB/PR 38.957), representando a Futura Comercio de Materiais Educacionais Ltda.

041.584/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rosenete Machado Rocha; Vera Aparecida Roveda; Vera Élida de Souza Conceição da Silva; Vilani Maria Rodrigues Falcão e Zulamar Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC
Representação legal: não há

041.588/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alair Almeida; Andresa Rodrigues; Antônio Lima de Aguiar; Aymarde Tiago dos Santos Amorim; Clarice Almeida; Claudia Randazzo Lamounier; Clea Ângela Coelho Gandra; Delia de Oliveira; Flavio Rodrigues Franco e Jose Bernardo Oliveira Said
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte - MG
Representação legal: não há

042.075/2018-1
Natureza: Representação
Representante: RC Restauração e Construções Eirelli
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência Regional em Pernambuco/PE
Representação legal: não há

042.091/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nilton Piazza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro VITAL DO RÊGO

016.753/2016-0
Pedido de reexame interposto pelo MPTCU contra decisão desta Corte de Contas que considerou legal ato de admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU
Interessada: Silvana Rodrigues Quintilhano Tondato
Representação legal: Henriene Cristine Brandão (OAB/PR 24.701) e outros

Interessado em sustentação oral:

- Henriene Cristine Brandão (OAB/PR 24.701), em nome de SILVANA RODRIGUES QUINTILHANO TONDATO

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

008.705/2015-1
Tomada de contas especial instaurada diante de irregularidades na execução do contrato para a construção das obras de arte especiais, consistentes das pontes sobre os rios Tacutu e Arraia.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Carlos Eduardo Levischi, Francisco Augusto Pereira Desideri, Marly Figueiredo Brilhante, Rogério Gonzales Alves e Construtora Queiroz Galvão S.A.
Representação legal: Alana Abilio Diniz Vila Nova (OAB/DF 35.470) e outros, representando a Construtora Queiroz Galvão S.A.; Felipe Gregorio de Velloso Vianna, e outros, representando Francisco Augusto Pereira Desideri; Gardênia de Fátima Figueiredo Pereira (OAB/AM 5.939), representando Marly Figueiredo Brilhante

Interessado em sustentação oral:

- Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605), em nome de FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DESIDERI

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

003.872/2016-5
Embargos de declaração opostos contra acórdão que conheceu e negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelo mesmo recorrente em em processo de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados à prefeitura por intermédio de convênio para a implantação de sistema de abastecimento de água.
Embargante: Fábio Fernandes Fonseca
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mamanguape/PB
Responsáveis: Eduardo Carneiro de Brito; Fábio Fernandes Fonseca
Representação legal: Carlos Roberto Batista Lacerda (OAB/PB 9.450), representando Fábio Fernandes Fonseca

012.569/2018-6
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores da Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Jorge Mendes de Lima; José Carlos de Morais; Marcilio Montoril Teixeira e Marcilio Montoril Teixeira
Representação legal: não há

023.712/2010-4
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessados: Waldir Bahia Luna e Wastir Mariz Pessoa
Representação legal: Yuri Porfirio Castro de Albuquerque (OAB/PB 10673) e outros, representando Wastir Mariz Pessoa

025.320/2010-6
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores vinculados ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessados: Edilvan Ramalho Rangel; Everaldo Ferreira Soares Junior; Everton Nunes Ramalho; Glória Ribeiro Costa; Inaldo Oliveira Pessoa; Jandineide Ribeiro Pereira Gomes; João Alberto Morais Pessoa; Joaquim Monteiro da Franca Filho e Jose Dornelas Bezerra
Representação legal: Nayara Chrystine do Nascimento Nóbrega (OAB/PB 12.657), Karine Cordeiro Xavier de França (OAB/PB 15.322-B), Bruno Souto da Franca (OAB/PB 9595), José Ramos da Silva (OAB/PB 8.109), Yuri Porfírio Castro de Albuquerque (OAB/PB 10.673).

034.416/2017-0
Representação sobre possíveis irregularidades ocorridas no município de Goiandira/GO, relacionadas ao abandono das obras de rede esgoto.
Representante: Procuradoria da República em Goiás
Unidade jurisdicionada: Município de Goiandira/GO
Responsável: Odemir Moreira de Melo
Representação legal: não há

034.895/2018-3
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores vinculados à Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Interessados: Maria Enedina da Costa; Maria das Graças Pereira; Raimundo Beleza Pinheiro; Rosania Regina dos Santos Oliveira e Sonia Maria Verissimo Castro
Representação legal: não há

036.271/2018-7
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores vinculados ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Interessados: Francisco Jose Costa Eleuterio; Francisco Martins Ferreira Filho; Francisco Parente Brandao; Francisco Ridalvo Rocha; Inez Girlande Ildefonso Teixeira; Jose Italo da Silveira; Josias Sampaio Cavalcante; João Alves de Macedo; Maria das Merces Batista; Maria de Lourdes Caltabiano Magalhaes
Representação legal: não há

041.815/2012-2
Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou ilegal o ato de concessão inicial de pensão civil instituída por servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
Interessados: Adriano Romero Silva Campelo; Adriano Romero Silva Campelo e Berenice Siqueira Campos Silva
Representação legal: David Fernandes da Silva (OAB/PE 15.459) e outros, representando Adriano Romero Silva Campelo

Ministro AROLDO CEDRAZ

008.983/2015-1
Embargos de declaração opostos por José Barbosa de Andrade em face do Acórdão 8.668/2018-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas, ao apreciar Recurso de Reconsideração interposto pelo ora embargante contra o Acórdão 3.227/2017 deste mesmo Colegiado, decidiu conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, por conseguinte, a irregularidade das presentes contas, a condenação em débito do ex-prefeito no montante original de R$ 91.846,25 e a aplicação de multa de R$ 50.000,00 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443, de 16/7/1992.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (atual Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania)
Responsáveis/Interessados/Recorrentes:
Responsável: José Barbosa de Andrade
Embargante: José Barbosa de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São José da Coroa Grande-PE
Representação legal: Amaro Alves de Souza Netto (OAB/PE 26.082), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135), Eduardo Diletiere Costa Campos Torres (OAB/PE 26.760) e Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786), representando José Barbosa de Andrade (procuração à peça 9)

015.026/2015-9
Embargos de declaração opostos por Lindalva Carraro Perez, Lucilia Barbosa de Andrade, Maria Helena Pieroni Gazola Silva e Iracema Helena Crespo em face do Acórdão 10.684/2018-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte de Contas, ao apreciar Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 4.496/2016 deste mesmo Colegiado, decidiu conhecer dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento, confirmando, por conseguinte, no que interessa à presente fase processual, a ilegalidade dos atos de alteração de aposentadoria das ora embargantes.
Interessados: Iracema Helena Crespo, Lindalva Carraro Perez, Lucilia Barbosa de Andrade, Maria Alice Monaco, Maria Helena Pieroni Gazola Silva, Maria Helena da Silva Neves, Noeli Vidi e Rosa Tomoko Kazahaya Manzutti
Embargantes: Iracema Helena Crespo, Lindalva Carraro Perez, Lucilia Barbosa de Andrade e Maria Helena Pieroni Gazola Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Londrina-PR
Representação legal: Daniela Volkart Mainardi (OAB/PR 38.042), Fernanda Yasue Kinoshita (OAB/PR 49.060), João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510) e Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095), representando Maria Helena Pieroni Gazola Silva (procuração à peça 25), Noeli Vidi (procuração à peça 26), Rosa Tomoko Kazahaya Manzutti (procuração à peça 27), Lindalva Carraro Perez (procuração à peça 28), Lucilia Barbosa de Andrade (procuração à peça 29) e Iracema Helena Crespo (procuração à peça 30)

017.044/2015-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em razão da impugnação total das despesas do Convênio 797/2008, registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) sob o número 632255 e firmado com o objetivo de "apoiar a promoção e divulgação do turismo, com o projeto intitulado 'Festejos Juninos em Juripiranga - PB', conforme Plano de Trabalho aprovado".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Juripiranga/PB
Interessado: Ministério do Turismo
Responsável: Antônio Maroja Guedes Filho
Representação legal: Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827) e Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), representando Antônio Maroja Guedes Filho (procuração à peça 15)

031.967/2010-8
Aposentadoria concedida a José Luiz Meireles no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e submetida, para fins de registro, à apreciação deste Tribunal de Contas da União, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.
Interessados: José Luiz Meireles
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

033.307/2013-0
Recurso de reconsideração interposto por Ildon Marques de Souza em face do Acórdão 12.769/2016-TCU-2ª Câmara, o qual julgou suas contas irregulares, condenando-o em débito no montante histórico de R$ 133.301,45 e aplicando-lhe multa de R$ 20.000,00.
Interessado: Ministério do Esporte
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Imperatriz/MA
Responsáveis: Ildon Marques de Souza; Jomar Fernandes Pereira Filho; Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA
Representação legal: Alexandre Vieira de Queiroz (OAB/DF 18.976), advogado indicado em substabelecimento como destinatário de comunicações processuais sob pena de nulidade e outros, representando Ildon Marques de Souza

046.675/2012-4
Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em razão de irregularidades na gestão de parte dos R$ 240.000,00 transferidos do Fundo Partidário para o Diretório Estadual do Partido Progressista em São Paulo na gestão 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretório Estadual do Partido Progressista em São Paulo
Responsáveis: Etivaldo Vadão Gomes e Christopher Rezende Guerra Aguiar
Representantes legais: Anderson Luz Reis (OAB/DF 16.066/E), Bianca Maria Gonçalves e Silva (OAB/DF 23.097), Blenda Lara Carvalho Fonseca (OAB/DF 51.338), Bruno Santos de Oliveira (OAB/DF 41.654), Luiz Antônio de Oliveira (OAB/SP 85.692), Luiz Henrique dos Santos Moreira (OAB/SP 263.147) e Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341)

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

005.275/2014-8
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial em razão de omissão no dever de prestar contas do convênio tendo por objeto o melhoramento de 39 KM de estradas vicinais e a complementação de dois sistemas de abastecimento de água nos projetos de assentamento paulo Freire e 17 de Abril, no Município de São Pedro dos Crentes.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Pedro dos Crentes - MA
Recorrente: Luíza Coutinho Macedo
Representação Legal: Leonardo Bringel Vieira (OAB/MA 14.292) e outros

009.423/2009-1
Tomada de contas especial relativa a possível débito nos Convênios relativos à Construção e ampliação, bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Regional do Vale do Juruá, em Cruzeiro do Sul/AC. TCE oriunda de conversão do TC 023.288/2006-0.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado do Acre
Responsáveis: Albuquerque Engenharia Importacao e Exportacao Ltda; Alcério Antônio de Oliveira; Alexsander Menezes Mendes; Ana Cláudia Ramos da Cunha; Cassiano Figueira Marques de Oliveira; Elys Regina Vieira Lima; Emanoel Messias França; Entidades/órgãos do Governo do Estado do Acre; Fábio Augusto Araújo Gallo; Gastao Wagner de Sousa Campos; Jailson Barbosa de Souza; Joy Polanco Ribeiro; Lourival da Silva Nolasco; Maria Jesuíta Arruda da Silva; Marluce Alves da Costa; Mav Construtora Ltda Me; Mário Evangelista de Lima; Mário de Almeida Martins; Roberto de Araújo Gama; Rosimar Gomes de Moura; Suely de Souza Melo da Costa; Wolvenar Camargo Filho
Representação legal: Gillard Nobre Rocha (OAB/AC nº 2.833) e Thales Rocha Bordignon (OAB/AC nº 2.160)

011.815/2015-9
Recurso de reconsideração em razão de irregularidades na aplicação de recursos do convênio destinado à construção de quadra poliesportiva.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São José de Caiana/PB
Responsável: Gildivan Lopes da Silva
Interessado: Ministério do Esporte
Representação legal: Arthur Martins Marques Navarro (OAB/PB 19.341) e outros, representando Gildivan Lopes da Silva

017.758/2014-9
Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Interessadas: Zilda Pereira de Brito, Ranulfa Thomaz Abracado e Odete Dos Santos
Representação legal: Não há

020.225/2010-5
Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
Interessados: Antonio Cristino Lisboa de Meneses; Lucimar Reboucas Machado; Maria Airtes Braga Sousa; Maria Lucimar Cruz
Representação legal: não há

023.205/2018-0
Ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Interessado: Maria Lúcia de Medeiros Faustino
Representação legal: não há

023.417/2016-1
Tomada de Contas Especial em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio Funasa e o município cujo objeto era a implantação do sistema de esgotamento sanitário.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Geraldo do Araguaia/PA
Responsáveis: Jorge Barros de Alencar; Manoel Soares da Costa
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

024.508/2014-4
Tomada de contas especial contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando-lhes débitos e aplicando-lhes multas por omissão no dever de prestar contas da primeira parcela dos recursos transferidos.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Princesa Isabel/PB
Responsáveis: José Sidney Oliveira, Prefeitura Municipal de Princesa Isabel/PB e E P A Construções Ltda. - ME
Interessada: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: Não há

027.347/2018-4
Ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Interessado: Lucia Maria Martins e Martins
Representação legal: não há

027.397/2018-1
Ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Interessado: Mariza de Carvalho Varela
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

017.140/2009-0
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que determinou a rescisão de convênio firmado com a Fundação de Seguridade Social (Geap).
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Recorrente: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.641/2019-7
Monitoramento de determinações proferidas pela 2ª Câmara do TCU por meio dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 11.265/2018, no bojo da representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Maciel Auditores S/S sobre supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 23/2017 conduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para a contratação de serviços de auditoria sobre as atividades da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do INPE e do Inpa (FIPECq) em atendimento à Resolução CGPAR nº 9, de 10 de maio de 2016.
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Representação legal: não há

002.303/2018-3
Embargos de declaração opostos por Inês Sanagiotto Angelin em face do Acórdão 306/2019 proferido pela 2ª Câmara do TCU, diante ilegalidade do ato de aposentadoria emitido em seu favor pela Gerência Executiva do INSS em Santa Maria - RS.
Recorrente: Inês Sanagiotto Angelin
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS
Representação legal: Raquel Paese (OAB/RS 15.663), entre outros, representando Inês Sanagiotto Angelin.

003.144/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Ernane Soares Borba, como ex-prefeito de Cortês - PE (gestão: 2005-2008), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 927/2007 destinado ao apoio à realização do projeto intitulado "Cortês Cultural Ano VI - PE" (Peça nº 1, fls. 31/49), sob o valor de R$ 110.000,00, com R$ 100.000,00 em recursos federais e R$ 10.000,00 em recursos municipais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cortês/PE
Responsável: Ernane Soares Borba
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189), entre outros, representando Ernane Soares Borba.

005.038/2017-0
Acompanhamento realizado sobre as providências adotadas pela atual gestão do Município de Formoso do Araguaia - TO com o intuito de promover a plena consecução dos objetivos pactuados no Convênio nº 3.433/2001 para a execução de sistema de resíduos sólidos, em consonância com as premissas determinadas pelo Acórdão 1.131/2017-TCU-2ª Câmara.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formoso do Araguaia/TO
Responsável: Wagner Coelho de Oliveira
Representação legal: não há

008.988/2016-1
Embargos de declaração em face do Acórdão 602/2019 proferido pela 2ª Câmara do TCU, diante da execução apenas parcial do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse nº 227456-03/2007 celebrado pelo então Ministério do Esporte para a urbanização do Complexo Turístico no Espaço Cultural do Terminal do Trem, na sede do Município de São João - PE, com a previsão do aporte de R$ 292.500,00 em recursos federais e de R$ 50.961,85 em recursos da contrapartida municipal, perfazendo o valor total de R$ 343.461,85.
Embargante: Pedro Antônio Vilela Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São João/PE
Representação legal: José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16.302), entre outros, representando Pedro Antônio Vilela Barbosa

010.665/2017-0
Aposentadorias deferidas em favor de Amilto José Barchet, Luiz Gabriel Bernardi, Marines Ana Argenta e Elisabeth Mozzaquatro Parcianello pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Santa Maria - RS.
Interessados: Amilto José Barchet, Elisabeth Mozzaquatro Parcianello, Luiz Gabriel Bernardi e Marines Ana Argenta
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria/RS
Representação legal: Glênio Sabbad Guedes (OAB/RJ 66.450), entre outros, representando Luiz Gabriel Bernardi e Glênio Luis Ohlweiler Ferreira (OAB/RS 23.021), entre outros, representando Elisabeth Mozzaquatro Parcianello.

010.666/2018-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Município de Nova Iguaçu-RJ, solidariamente com Sheila Chaves Gama de Souza e Nelson Roberto Bornier de Oliveira, como então prefeitos do aludido município (gestões: 2010-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante da não-devolução completa dos recursos repassados à conta do Convênio 3.369/2005, celebrado em 30/12/2005, sob a gestão do Sr. Luiz Lindbergh Farias Filho (gestões: 2005-2008 e 2009-2010), destinado à construção de um mini-hospital no Bairro de Cabuçu, sob o valor total de R$ 1.300.000,00 com o aporte de R$ 1.050.000,00 em recursos federais e R$ 250.000,00 em recursos da contrapartida, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 30/12/2005 a 24/4/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
Responsáveis: Luiz Lindbergh Farias Filho; Nélson Roberto Bornier de Oliveira; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ; e Sheila Chaves Gama de Souza
Representação legal: Wanessa Martinez Vargas (OAB/RJ 168.812), entre outros, representando a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ; e Ernesto Baccherini, representando Sheila Chaves Gama de Souza.

010.672/2017-6
Aposentadoria deferida em favor de Justina Inês Dalpiaz pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul - RS.
Interessada: Justina Inês Dalpiaz
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul/RS
Representação legal: não há

012.384/2018-6
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Cosme José Salles, como então prefeito de Itaboraí - RJ (gestão: 2001-2004 e 2005-2008), em razão da parcial impugnação dos dispêndios realizados no âmbito do Convênio nº 2283/2000 (Siafi 408890) destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior sob o valor de R$ 1.200.000,00, tendo a vigência do aludido ajuste sido estipulada para o período de 29/12/2000 a 26/7/2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Responsável: Cosme José Salles
Representação legal: Michel Valadares Sader (OAB/RJ 135.226), entre outros, representando Cosme José Salles

012.536/2018-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) diante da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse nº 323.661-29/2010 destinado a apoiar o processo de mobilização de agentes de desenvolvimento territorial e de articulação de políticas públicas, bem como contribuir para o fortalecimento dos colegiados territoriais dos Territórios Rurais da Cidadania e de identidade de MT e MS, a partir do aporte de recursos federais pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sob o valor de R$ 2.073.080,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 5/7/2010 a 30/7/2014.
Órgão/Entidade/Unidade: Oikos/Cooperativa de Trabalho Sócio Ambiental
Responsáveis: Kelen Ribeiro e Oikos/Cooperativa de Trabalho Sócio Ambiental
Representação legal: não há

019.030/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur em desfavor da Agência Estadual de Turismo - Goiás Turismo e do Sr. Sebastião Barbosa Neto, como seu então presidente, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 700425/2008 (Siafi 638512) destinado a incentivar o turismo por meio da promoção do evento "Viaje Goiás" a partir de aporte de recursos federais sob o valor total de R$ 530.500,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 21/11/2008 a 10/04/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Goiás
Responsável: Sebastião Augusto Barbosa Neto
Representação legal: Robson Humberto dos Santos (OAB/DF 22.782), entre outros, representando o Sr. Sebastião Augusto Barbosa Neto; Osvandi Raioni Soares Assolari (OAB/GO 35.277), representando a Agência Estadual de Turismo

019.158/2015-7
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de convênio que teve por objeto incentivar o turismo mediante o apoio à implementação do projeto "Interiorização do Turismo com Arte" em diversas cidades do Estado de Pernambuco. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Fundação Quinteto Violado e Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo
Representação legal: Eduardo Porto Carreiro Coelho Cavalcanti (OAB/PE 23.546), entre outros, representando a Fundação Quinteto Violado e Marcelo de Vasconcelos Cavalcanti Melo; Eduardo Albuquerque Pereira de Lira, representando Gabriel Henrique Bezerra Ramos de Oliveira

022.423/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Sra. Neila Pereira dos Santos, como então prefeita de Peixe - TO (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 0717/2009 destinado ao apoio à realização da "Temporada de Praia 2009", tendo a vigência do aludido ajuste sido fixada para o período de 20/7/2009 a 22/12/2009, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 12.500,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o montante de R$ 312.500,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Peixe/TO
Responsável: Neila Pereira dos Santos
Representação legal: não há

022.884/2015-7
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF) em desfavor da Associação Estadual de Cooperação Agrícola - Aesca (entidade sem fins lucrativos sediada em Paraíso do Tocantins/TO), diante da omissão no dever de prestar contas do Contrato de Repasse nº 0157.981-77/2003 destinado à "execução de capacitação de agricultores através da Aesca", sob o valor de R$ 110.260,00 e com vigência prevista para o período de 19/12/2003 a 19/5/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Estadual de Cooperação Agrícola
Responsáveis: Associação Estadual de Cooperação Agrícola; Hailton César Sousa Silva; José Garcia Barbosa de Sousa e Uberlan Rodrigues Oliveira
Representação legal: não há

024.010/2015-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 881/2009 destinado a apoiar a realização do projeto "I Festival da Acerola de Pernambuco" sob o montante de R$ 333.334,00 por meio da previsão do aporte de R$ 300.000,00 em recursos federais, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 21/8 a 28/11/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Paudalho/PE
Responsáveis: José Fernando Moreira da Silva; Carlos Marques Ferreira Júnior; José Adalberto da Silva; ABB L Promoções de Espetáculos Ltda.; Erika Produções de Eventos Eireli; GTA Construções Ltda.
Representação legal: Roberto José de Lima Júnior (OAB/PE 23.682), representando a GTA Construções Ltda.; e José Romariz Rodrigues Gomes Júnior (OAB/PE 962-B), representando José Fernando Moreira da Silva

024.913/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Luiz Alexandre Souza Falcão, como então prefeito de Iati - PE (gestão: 2009-2012), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 408/2009 destinado a apoiar a realização da "Festa de Santo Antônio em Iati", a partir do aporte de recursos federais sob o valor de R$ 100.000,00, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 10/6/2009 a 11/9/2009, com a data fatal para a prestação de contas fixada em 11/12/2009.
Responsável: Luiz Alexandre Souza Falcão
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iati/PE
Representação legal: não há

027.631/2017-6
Tomada de contas especial instaurada diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais despendidos no âmbito do convênio destinado à execução do Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Santa Catarina
Responsáveis: Dejair Vicente Pinto e Ronaldo José Benedet
Representação legal: Pierre Augusto Fernandes Vanderlinde (OAB/SC 24.881) entre outros, representando Ronaldo José Benedet

035.832/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério da Justiça em desfavor de Natanael Alves do Nascimento, como então Secretário de Estado de Justiça e Cidadania (gestão: 31/05/2002 - 31/03/2004), diante da impugnação parcial de despesas dos recursos do Convênio 208/2001 (Siafi 427201), que teve por objeto a execução de obras de construção do presídio provisório feminino da Comarca de Boa Vista - RR, celebrado sob o valor total de R$ 1.637.570,64, tendo a vigência inicial do ajuste sido estipulada para o período de 15/12/2001 a 15/3/2002, e sucessivamente prorrogada até 15/12/2003.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Francisco Flamarion Portela; Governo do Estado de Roraima; Jander Gener Cesar Guerreiro e Jorci Mendes de Almeida
Representação legal: Henrique Keisuke Dasamatsu (OAB/RR 208-A), representando Francisco Flamarion Portela; Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749), representando Jorci Mendes de Almeida; Lucio Augusto Villela da Costa (OAB/RR 666), representando Jander Gener César Guerreiro; Thiciane Guanabara Souza (OAB/DF 22.209), representando o governo do Estado de Roraima

Em 4 de abril de 2019.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 2º Câmara

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 51, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Abre crédito suplementar no valor global de R$ 3.982.424,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) ao Orçamento do CNJ, para os fins que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 47 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; no art. 4º da Lei Orçamentária Anual, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019; e na Portaria nº 1.144/SOF/ME, de 7 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor global de R$ 3.982.424,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais) ao Orçamento do CNJ, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

ANEXO I

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							3.982.424
		ATIVIDADES							
02 122	1389 20TP	Ativos Civis da União							550.264
02 122	1389 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							550.264
			F	1	1	90	0	100	550.264
		PROJETOS							
02 126	1389 152A	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe							3.350.000
02 126	1389 152A 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional							3.350.000
			F	3	2	90	0	100	3.350.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
02 846	1389 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							82.160
02 846	1389 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							82.160
			F	1	0	91	0	100	82.160
TOTAL - FISCAL									3.982.424
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.982.424

ANEXO II

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça

UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	Reserva de Contingência							632.424
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira							82.160
99 999	0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional							82.160
			F	1	0	91	0	100	82.160
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							550.264
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							550.264
			F	1	1	90	0	100	550.264
	1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário							3.350.000
		PROJETOS							
02 126	1389 152A	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe							3.350.000
02 126	1389 152A 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional							3.350.000
			F	4	2	90	0	100	3.350.000
TOTAL - FISCAL									3.982.424
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.982.424

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 533, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Controle de Transferência de Preso (SNCTP) para as penitenciárias federais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido no Processo n. (0000278-23.2019.4.90.8000), na sessão realizada em 25/03/2019, e

CONSIDERANDO a Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, que estabelece que o Departamento Penitenciário Nacional é o órgão executivo da Política Penitenciária Nacional responsável pela fiscalização das penitenciárias de todo o País, tanto federais quanto estaduais, exercendo a supervisão, coordenação e administração dos estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO a Lei n. 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima;

CONSIDERANDO o Decreto n. 6.877, de 18 de junho de 2009, que regulamenta a Lei n. 11.671/2008, dispondo sobre o processo de inclusão e transferência de presos, de caráter excepcional e temporário;

CONSIDERANDO a Resolução n. CJF-RES-2017/00442, de 2 de maio de 2017, que dispõe sobre o Modelo de Gestão para Sistemas de Informação Nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal, definindo ações, seus principais atores e os papéis necessários à adoção de um sistema de informação de âmbito nacional;

CONSIDERANDO a Resolução n. CJF n. 557, de 8 de maio de 2007, que regulamenta os procedimentos de inclusão e de transferência de pessoas presas para unidades do Sistema Penitenciário Federal;

CONSIDERANDO que o Provimento n. 14, de 6 de agosto de 2014, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, determinou a implantação do processo eletrônico nas corregedorias judiciais das penitenciárias federais;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior celeridade na apreciação de pedido de inclusão ou de renovação de transferência de preso para penitenciária federal;

CONSIDERANDO que a inserção, em formato digital, de documentos expedidos pela justiça estadual nos sistemas de processo eletrônico da Justiça Federal favorece a celeridade dos trâmites;

CONSIDERANDO as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ quanto à necessidade do desenvolvimento de microssistemas satélites interligados ao PJe nacional;, resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Controle de Transferência de Preso - SNCTP.

Art. 2º O processamento de inclusão de preso em penitenciária federal, ou renovação de transferência, será realizado somente por meio do SNCTP.

Art. 3º São usuários do SNCTP as corregedorias judiciais das penitenciárias federais, juízos criminais federais e estaduais de primeiro e segundo graus e o Departamento Penitenciário Nacional.

Art. 4º Caberá ao Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN a administração do SNCTP, nos termos do respectivo Manual, anexo a esta resolução.

Art. 5º Compete ao Conselho da Justiça Federal:

I - Manter e sustentar a infraestrutura de tecnologia da informação para o funcionamento do SNCTP de forma centralizada, em especial a manutenção de servidores de aplicação, banco de dados e de comunicação de dados;

II - Realizar a sustentação do SNCTP, compreendendo manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas, sempre que necessário;

III - Manter atualizado o Manual do SNCTP;

IV - Prestar suporte às áreas de tecnologia da informação;

V - Disponibilizar o SNCTP em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. Deverá ser garantido acesso ao SNCTP nos portais dos tribunais regionais federais e seções judiciárias em que há corregedoria de penitenciária federal.

Art. 6º O SNCTP deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção do sistema.

Parágrafo único. As manutenções programadas do sistema serão sempre informadas com antecedência e realizadas, preferencialmente, entre 21 horas de sexta-feira e 22 horas de domingo.

Art. 7º Os tribunais de justiça estaduais prestarão suporte técnico e negocial aos usuários no âmbito de sua jurisdição.

Art. 8º Para efetiva operacionalização do SNCTP, o cadastramento de informações, usuários e unidades judiciais será realizado pelo DEPEN, pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal e pelos gestores nos tribunais de justiça estaduais, nos termos do Manual.

Art. 9º O SNCTP estará disponível para todo juízo, qualquer que seja o sistema processual eletrônico adotado, por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, e mesmo para aquele que tramita processo judicial em meio físico.

Art. 10. Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema de Informação Nacional de Controle de Transferência de Preso, composto pelos seguintes membros:

I - Coordenador do Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, que o presidirá;

II - Um representante da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, indicado pelo Ministro Corregedor;

III - Um representante da área de tecnologia da informação do Conselho da Justiça Federal, indicado pela Secretaria-Geral;

IV - Dois representantes indicados pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sendo um da área de tecnologia da informação;

V - Um técnico do Núcleo de Tecnologia da Informação de cada Tribunal Regional Federal que tenha presídio federal em sua região;

VI - Um representante indicado pelo DEPEN;

§ 1º O DEPEN poderá indicar suplente.

§ 2º O Coordenador do Comitê Gestor será substituído em seus afastamentos ou ausências pelo representante da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

§ 3º O Comitê Gestor poderá convidar representantes da justiça estadual para participar de suas reuniões.

Art. 11. Para eficácia plena desta resolução será firmado Acordo de Cooperação entre o CJF e os demais órgãos envolvidos.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

RESOLUÇÃO Nº 523, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019 (*)

Dispõe sobre o planejamento, a execução, o acompanhamento e a fiscalização das obras e aquisição de imóveis, bem como sobre os critérios de priorização para inclusão de ações orçamentárias nos planos de obras regionais e consolidado do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo SEI 0001610-40.2019.4.90.8000, aprovado na sessão realizada em 25 de fevereiro de 2019,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as diretrizes e critérios para a racionalização do uso dos recursos orçamentários, com vistas ao atendimento do interesse primário da atividade jurisdicional;

CONSIDERANDO as atribuições definidas na Resolução n. CJF-RES-2013/00244, de 9 de maio de 2013, para os Comitês Técnicos de Obras, Nacional e Regionais, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO a Resolução n. CJF-RES-2014/00300, de 18 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução n. 114, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o que consta na Resolução n. 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o art. 45 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000;

CONSIDERANDO a competência estabelecida no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal e nos arts. 1º, 3º e 5º, inciso XII, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO o art. 166 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a instituição do Novo Regime Fiscal, que vigorará por vinte exercícios financeiros, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O planejamento, a execução, o acompanhamento e a fiscalização de obras, bem como a aquisição de imóveis no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus são disciplinados por esta resolução.

Art. 2º Para os fins desta resolução, considera-se:

I - Ação orçamentária (projeto): instrumento de programação orçamentária que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam produtos que concorrem para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo, tais como construção, aquisição, reforma e ampliação de imóveis. Abrange despesas com projetos arquitetônicos e complementares, aquisição de terrenos, aquisição de edificações, execução física da obra, fiscalização da obra etc;

II - Ampliação de imóveis: conjugação de material e trabalho para aumentar a área da edificação, sendo mantida a orientação do projeto originário;

III - Comitê Técnico de Obras Nacional da Justiça Federal (CTO-N): colegiado técnico das áreas de arquitetura e de engenharia do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais com atuação em todo país, cujas deliberações e proposições são submetidas à aprovação do Conselho da Justiça Federal para efeito de uniformização nacional das questões edilícias;

IV - Comitê Técnico de Obras Regional (CTO-R): colegiado técnico composto por arquitetos e engenheiros membros representantes do respectivo tribunal regional federal no CTO-N e por servidores que atuem nas áreas de arquitetura e engenharia de suas seções judiciárias, cujas decisões são submetidas ao Pleno do tribunal a que estiver vinculado;

V - Despesas essenciais: são aquelas relativas aos contratos de duração continuada, bem como as destinadas à manutenção preditiva das unidades da Justiça Federal;

VI - Dotação orçamentária: valores monetários autorizados, consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA e nos créditos adicionais para atender a uma determinada programação orçamentária;

VII - Estudo de ocupação do imóvel: parecer técnico sobre as condições da estrutura física espacial da edificação, resultante da análise de seu uso e de sua ocupação;

VIII - Estudo de viabilidade técnica e econômica: parecer feito por servidor tecnicamente qualificado, equipes técnicas dos quadros da Justiça Federal ou contratadas por meio de terceirização que descreve e avalia a solução técnica mais vantajosa entre as alternativas escolhidas para suprir as necessidades físicas do órgão, considerando a ocupação e localização de seus imóveis, os terrenos disponíveis - quando houver - os estudos sobre localização de imóveis, os aspectos econômicos e construtivos das edificações ou outros elementos que as equipes técnicas julgarem necessários;

IX - Etapa da obra: subdivisão que compõe o processo de uma construção, reforma ou ampliação de uma edificação, tecnicamente justificada e economicamente viável;

X - Execução física da obra: realização material concreta da obra visando a entrega do objeto;

XI - Execução orçamentária: execução dos créditos autorizados na Lei Orçamentária Anual e nos créditos adicionais, por meio do empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII - Execução financeira: pagamento da despesa, inclusive restos a pagar;

XIII - Faixa de fronteira: zona territorial, contígua e interna, de até 150 km dos limites terrestres do Brasil com países da América do Sul;

XIV - Fiscalização residente: atividade exercida de modo sistemático para a fiscalização, supervisão ou gerenciamento diretos da execução de obras em seu canteiro, por profissionais habilitados da área de obras, servidores do órgão ou contratados para esse fim;

XV - Fiscalização técnica pelo órgão: atividade exercida de modo sistemático pela área de arquitetura e engenharia do órgão, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, dos normativos técnicos e dos procedimentos administrativos;

XVI - Fonte de recursos ordinários do Tesouro Nacional: classificação da receita cuja aplicação dos recursos é livre, ou seja, isenta de qualquer tipo de vinculação ou destinação específica;

XVII - Fonte de recursos de contrato: classificação da receita cuja aplicação dos recursos está vinculada ao plano de ação anual, conforme definido em ato específico do CJF;

XVIII - Grupo de prioridade: classificação atribuída às obras e aquisições constantes dos Planos de Obras das unidades da Justiça Federal, com base em critérios técnicos;

XIX - Indicador de necessidade: pontuação atribuída às ações orçamentárias, com base no grau de relevância e de exequibilidade das obras ou aquisições de imóveis pretendidas, visando a classificação da necessidade de implementação da ação dentro de um mesmo grupo de prioridade;

XX - Modernização: obras de reforma das instalações prediais de imóveis que não possuem ação específica no orçamento vigente da região, cujo custo anual por imóvel não ultrapasse o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

XXI - Obra: ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, segundo as determinações de um projeto e das normas a ele pertinentes;

XXII - Obra em andamento: aquela que apresenta percentual de execução financeira igual ou superior ao limite mínimo estabelecido na legislação vigente;

XXIII - Obra iniciada: obra cujo contrato de execução tenha sido iniciado, com emissão de ordem de serviço e mobilização dos trabalhos de canteiro de obras, não considerados para esse fim serviços preliminares de demarcação, fechamento e limpeza de terreno;

XXIV - Obra de grande porte: aquela cujo valor se enquadre no limite estabelecido na alínea "c", inciso I do art. 23, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para a modalidade "concorrência";

XXV - Obra de médio porte: aquela cujo valor se enquadre no limite estabelecido na alínea "b", inciso I do art. 23, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para a modalidade "tomada de preços";

XXVI - Obra de pequeno porte: aquela cujo valor se enquadre no limite estabelecido na alínea "a", inciso I do art. 23 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para a modalidade "convite";

XXVII - Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal: documento aprovado pelo Plenário do Conselho da Justiça Federal, o qual relaciona as obras das unidades da Justiça Federal que poderão ser incluídas na proposta orçamentária anual, classificadas em ordem de prioridade e de necessidade;

XXVIII - Plano de Obras Regional: documento aprovado pelo Pleno ou pela Corte Especial do respectivo tribunal regional federal, ou pelo presidente no caso do Conselho da Justiça Federal, que relaciona as obras pretendidas pelas unidades da Justiça Federal em ordem de prioridade e de necessidade;

XXIX - Programa de Necessidades Estimativo: conjunto genérico da distribuição dos espaços da edificação, considerando as características das atividades exercidas por seus usuários, destinado à estimativa da área de construção, o qual subsidiará a escolha do terreno, a estimativa do custo do empreendimento e o desenvolvimento do projeto arquitetônico;

XXX - Programa de Necessidades Específico: conjunto específico de características e condições das atividades dos usuários da edificação, após levantamento detalhado das necessidades de construção ou de reforma, destinado ao desenvolvimento do projeto arquitetônico;

XXXI - Projeto Executivo: conjunto de informações técnicas minuciosas e suficientes que detalha os elementos necessários à execução completa da obra;

XXXII - Proposta Orçamentária Anual: demandas das unidades da Justiça Federal para o exercício subsequente, ajustadas aos limites orçamentários divulgados pelo Poder Executivo, com a finalidade de inclusão no projeto de lei orçamentária;

XXXIII - Serviço de Arquitetura e/ou Engenharia: toda atividade que necessite a participação e o acompanhamento de profissional habilitado conforme as Leis Federais n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e n. 12.378 de 31 de dezembro de 2010, tais como: conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte ou demolição. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento; e

XXXIV - Serviços técnicos preliminares à obra: trabalhos que antecedem à execução da obra, tais como instalações provisórias de energia elétrica, hidráulica, esgotamento sanitário, lógica e de telefonia para a obra, demolições e retirada de entulho, bem como a movimentação de terra necessária para a obtenção do nível de terreno desejado para o edifício, a drenagem e o esgotamento de lençol freático.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE OBRAS REGIONAIS E CONSOLIDADO DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 3º Compete aos tribunais regionais federais e à Secretaria do Conselho da Justiça Federal elaborar anualmente a proposta do respectivo plano de obras regional e sua aprovação, a partir dos programas de necessidades de cada obra ou aquisição de imóvel, do planejamento estratégico da Justiça Federal e das diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal, para fins de planejamento e de acompanhamento das obras da Justiça Federal, bem como para a inclusão na proposta orçamentária anual.

§ 1º As obras ou aquisições de imóveis, cuja fonte de recursos no orçamento da Justiça Federal decorra de ajuste celebrado entre o Conselho da Justiça Federal, os tribunais regionais federais e as instituições financeiras oficiais, assim como as fontes ordinárias de recursos, comporão os Planos de Obras Regional e Consolidado da Justiça Federal.

§ 2º A seção judiciária interessada em execução de obra ou aquisição de imóvel encaminhará pedido de inclusão no plano de obras ao tribunal regional federal de sua região, que abrirá o correspondente processo, contendo as informações referentes ao detalhamento dos pedidos destinados a obras, conforme orientações do Conselho da Justiça Federal.

§ 3º Cabe ao tribunal regional federal a compilação dos pedidos de obras ou de aquisição de imóveis de suas seções judiciárias para fins de análise técnica e aprovação pelo seu respectivo Pleno.

§ 4º O Plano de Obras da Secretaria do Conselho da Justiça Federal será aprovado pelo seu Presidente.

§ 5º Os pedidos de obras e de aquisições de imóveis serão ordenados por grupos de prioridade (Anexo I).

§ 6º O custo total estimado de cada ação orçamentária deverá ser informado conforme o Anexo III, que resume as informações provenientes do quadro de detalhamento para previsão orçamentária da obra ou da aquisição de imóvel, que será

disponibilizado anualmente pela área de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal.

§ 7º Os pedidos de recursos para obras e aquisições de imóveis constarão na planilha de acompanhamento orçamentário do Plano de Obras Regional e, após aprovação do colegiado do CJF, do Plano de Obras Consolidado, conforme modelo disponibilizado anualmente pela área de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal.

Art. 4º O indicador de necessidade, identificado para cada novo pedido de obra ou aquisição de imóvel classificado nos Grupos de Prioridade 4 e 5 (Anexo I), será resultante dos pontos decorrentes da análise da situação atual do imóvel ocupado pelo requerente, conforme os critérios estabelecidos nas tabelas do Anexo II, que contemplam:

I - taxa de ocupação da área do imóvel utilizado pela unidade beneficiária da obra ou da aquisição de imóvel;

II - dispersão da estrutura física da unidade beneficiária da obra ou da aquisição de imóvel por número de edifícios ocupados localizados em diferentes endereços no município;

III - nível de desgaste do imóvel utilizado pela unidade beneficiária da obra ou da aquisição de imóvel;

IV - condição de a unidade beneficiária da obra ou de a aquisição de imóvel estar localizada em faixa de fronteira ou em local de difícil acesso;

V - análise comparativa de custo-benefício dentre as opções locação, construção, reforma ou aquisição de imóvel para a unidade da Justiça Federal.

§ 1º A relação das obras novas ou aquisições de imóveis deverá ser apresentada em ordem crescente do grupo de prioridade e decrescente do respectivo indicador de necessidade.

§ 2º Os indicadores de necessidades de obras ou aquisições de imóveis estabelecerão as prioridades da indicação de dotações para inclusão no orçamento anual dentro do mesmo grupo de prioridades.

Art. 5º As solicitações de inclusão de ação no Plano de Obras Regional, após instruídas pela área de arquitetura e engenharia e em parecer da unidade de orçamento e do comitê técnico de obras regional, deverão ser aprovadas pelo Pleno ou pela Corte Especial do respectivo tribunal regional federal e encaminhadas ao Conselho da Justiça Federal até o dia 10 de maio de cada exercício financeiro, sob pena de não inclusão da ação orçamentária no Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal.

§ 1º Os comitês técnicos de obras regional farão a análise de conformidade da documentação referente aos pedidos de obras ou de aquisição de imóveis de suas respectivas regiões, de acordo com os normativos vigentes, e manifestar-se-ão sobre a admissibilidade das solicitações das obras ou aquisições de imóveis.

§ 2º A unidade de orçamento do tribunal regional federal fará análise das solicitações de obras e de aquisições de imóveis no que tange à matéria orçamentária.

§ 3º A apresentação e o conteúdo das informações referentes aos anexos desta resolução deverão obedecer às orientações do Conselho da Justiça Federal.

§ 4º As solicitações de inclusão de ação no Plano de Obras da Secretaria do Conselho da Justiça Federal, após instruídas pela área de arquitetura e engenharia e parecer da Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, deverão ser aprovadas por sua presidência até o dia 10 de maio de cada exercício financeiro, sob pena de não inclusão da ação orçamentária no Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal.

Art. 6º Subsidiado por parecer do Comitê Técnico de Obras Nacional da Justiça Federal (CTO-N), o Plenário do Conselho da Justiça Federal decidirá sobre a conveniência da inclusão de cada obra ou aquisição de imóvel no Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal, cuja aprovação deverá ocorrer até o mês de agosto de cada exercício financeiro.

§ 1º A área de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal auxiliará o CTO-N em todas as atividades relacionadas à preparação da documentação do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal a ser submetida à apreciação do Colegiado do Conselho da Justiça Federal.

§ 2º A aprovação do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal não caracteriza garantia de inclusão na proposta orçamentária, devendo ser observados os limites orçamentários disponibilizados pelo Poder Executivo durante o processo de elaboração da proposta orçamentária anual.

§ 3º As unidades de arquitetura e engenharia e de orçamento do Conselho da Justiça Federal poderão solicitar às respectivas áreas técnicas dos tribunais regionais federais complementações ou esclarecimentos acerca dos pedidos apresentados nos respectivos Planos de Obras Regionais.

Art. 7º As alterações dos Planos de Obras Regionais e do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal, decorrentes de modificação da área projetada ou construída em percentual superior a 10% (dez por cento) e de inclusão de obra ou de aquisição de imóvel deverão ser precedidas de aprovação nos respectivos Órgãos Colegiados competentes ou pelo Presidente no caso do Conselho da Justiça Federal.

Art. 8º Fica vedada a inclusão de obras ou aquisição de imóveis nos planos de obras que não se enquadrem nas resoluções do Conselho da Justiça Federal ou do Conselho Nacional de Justiça.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DOS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS

Art. 9º A distribuição dos limites orçamentários, para fins de inclusão na proposta orçamentária anual, terá como parâmetro os critérios estabelecidos nesta resolução, observando a ordem crescente dos Grupos de Prioridade e decrescente do Indicador de Necessidade, constantes dos Anexos I e II, respectivamente, e será subsidiada por parecer conjunto das áreas de orçamento e de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal.

§ 1º Serão destinados limites orçamentários para obras e aquisições de imóvel somente após assegurados recursos suficientes para as despesas obrigatórias, bem como para a manutenção das despesas essenciais ao custeio das unidades da Justiça Federal.

§ 2º Caso seja disponibilizado limite inferior a 20% (vinte por cento) do valor estimado para o custo total de obra nova, somente poderá ser utilizado recurso para realização de estudos preliminares, elaboração ou contratação de projetos básico e executivo e aquisição de terreno ou serviços técnicos preliminares à obra, sendo vedada, nesses casos, a contratação ou execução de etapa posterior da obra.

§ 3º Os limites orçamentários para as obras iniciadas terão como parâmetro a execução físico-financeira constante do Plano de Obras Regional.

§ 4º Serão disponibilizados limites para novas ações somente após assegurados recursos suficientes para a manutenção do cronograma físico-financeiro das obras já iniciadas.

§ 5º Motivado por situações excepcionais devidamente justificadas pelas unidades proponentes (TRF/CJF), a distribuição de limites para obras poderá ser autorizada ad referendum pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal em sequência distinta da ordem de prioridade estabelecida nesta resolução.

§ 6º A aprovação da Proposta Orçamentária Anual pelo Plenário do Conselho da Justiça Federal resultará na alteração do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal.

§ 7º A inclusão de dotação no orçamento anual para o início da execução física de obra constante do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal, independentemente da fonte de recursos, condicionar-se-á ao cumprimento do disposto no art. 10.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO FÍSICA DA OBRA

Art. 10. O início da execução física de obra constante do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal, independentemente da fonte de recursos, condicionar-se-á ao cumprimento dos seguintes requisitos:

I - terreno em condição regular, em caso de construção ou ampliação de imóvel;

II - estudos preliminares arquitetônicos e de engenharia e análise de viabilidade técnica e econômica;

III - existência dos projetos básico e executivo aprovados pelos órgãos competentes até o exercício financeiro em que será iniciada a execução da obra; e

IV - disponibilidade de recursos correspondente a no mínimo 20% (vinte por cento) do valor estimado para o custo total de execução física da obra, em caso de construção ou ampliação de imóvel.

CAPÍTULO V

DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Art. 11. As dotações orçamentárias incluídas na lei orçamentária anual, oriundas de aprovação de emendas parlamentares individuais ou coletivas, concorrerão com os limites estabelecidos para cada tribunal na proposta orçamentária anual.

Art. 12. Observado o interesse de cada tribunal regional federal ou do Conselho da Justiça Federal, as dotações orçamentárias destinadas a novas ações de obras, alocadas na lei orçamentária anual por meio de emendas individuais ou coletivas, somente serão executadas quando corresponderem a, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu custo total estimado.

§ 1º A obra objeto de emenda parlamentar deverá ser analisada pela área de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal que emitirá parecer sobre a viabilidade de execução da obra, com base no programa de necessidades e na estimativa de custos atualizados encaminhados ao CJF pelo tribunal, bem como nas normas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

§ 2º Valores inferiores ao estabelecido no caput deste artigo serão aplicados, quando suficientes, na aquisição de terreno, na realização de estudos preliminares ou na elaboração dos projetos básico e executivos da obra contemplada.

§ 3º A apresentação das emendas parlamentares, após a aprovação do Plenário do Conselho da Justiça Federal, implicará a atualização do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal referente ao exercício financeiro respectivo.

CAPÍTULO VI

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 13. As solicitações de créditos adicionais, suplementares e especiais, referentes a obras ou aquisições de imóveis, deverão ser encaminhadas ao Conselho da Justiça Federal para análise prévia, conforme orientações do CJF.

§ 1º Caberá às áreas de arquitetura e engenharia e de orçamento do Conselho da Justiça Federal a análise das informações, conforme indicação de responsabilidade descrita nos anexos I a III.

§ 2º As solicitações de créditos que implicarem a inclusão de nova ação, deverão estar acompanhadas de:

I - documento comprobatório da aprovação da proposta de crédito adicional, pelo Pleno ou pela Corte Especial do respectivo tribunal regional federal, em se tratando dos tribunais; e

II - deliberação do Presidente do Conselho da Justiça Federal, em se tratando de proposta de crédito adicional solicitada pela Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

§ 3º Em casos excepcionais, o documento mencionado no inciso I do parágrafo anterior poderá ser substituído por ato expedido pelo presidente do tribunal ad referendum e a execução orçamentária estará condicionada à aprovação do Pleno ou Corte Especial.

§ 4º A aprovação pelo Plenário do Conselho da Justiça Federal de solicitação de créditos adicionais tratada neste artigo implicará a atualização do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal referente ao exercício financeiro respectivo.

§ 5º Nas solicitações de créditos especiais deverão ser observados os termos do § 1º ao § 3º do art. 6º.

§ 6º A inclusão de novas ações orçamentárias por meio de créditos especiais obedecerá a sequência da ordem de prioridade estabelecida no Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal.

§ 7º A destinação da dotação proveniente de eventual cancelamento, parcial ou total, de uma determinada obra obedecerá aos seguintes critérios:

I - poderá ser direcionada para a mesma região, caso seja para atendimento de outra obra, condicionada a parecer favorável das áreas de orçamento e de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal; e

II - quando a suplementação se referir a despesas de custeio, ficará a cargo do Conselho da Justiça Federal a análise quanto à sua destinação, podendo ser rateada entre as demais unidades da Justiça Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE OBRAS E AQUISIÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 14. Os projetos arquitetônicos destinados a abrigar as atividades da Justiça Federal deverão ter como premissa:

I - flexibilidade dos espaços e a utilização de sistemas construtivos que permitam a rápida adequação dos ambientes quando necessário, ao menor custo possível;

II - adoção de soluções ecoeficientes, com vistas a baixo consumo de água e energia na operação e na manutenção da edificação;

III - especificação de materiais e de equipamentos que visem o equilíbrio entre economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento, de manutenção e de vida útil do componente da edificação; e

IV - atendimento às normas técnicas vigentes, em especial, às relativas à acessibilidade dos espaços.

Art. 15. As estimativas de área e de custo dos projetos de arquitetura e de engenharia destinados às obras da Justiça Federal terão como base o modelo mais recente do programa de necessidades estimativo aprovado pelo Comitê Técnico de Obras Nacional e fornecido pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 16. Para a elaboração dos projetos de arquitetura e de engenharia, deverá ser feito programa de necessidades específico e estudo de viabilidade técnica e econômica.

Parágrafo único. É obrigatório o acompanhamento técnico da elaboração dos projetos e do orçamento da obra por profissionais legalmente habilitados.

Art. 17. Os programas de necessidades estimativo e específico serão elaborados para todas as obras ou aquisições com base, no mínimo:

I - no caso de construção ou aquisição de novas sedes, a justificativa do número de varas federais a serem abrigadas, de acordo com estudos estatísticos e normativos vigentes;

II - levantamento das unidades do órgão e das atividades de trabalho que serão exercidas no espaço a ser construído ou adquirido;

III - número de servidores, estagiários e contratados que atuarão em cada área; e

IV - levantamento do público externo que utilizará a edificação.

Art. 18. O estudo de viabilidade técnica e econômica deverá conter, no mínimo, a avaliação das alternativas para suprir as demandas colhidas no programa de necessidades e parecer quanto à opção que se mostre mais adequada econômica e tecnicamente.

Art. 19. Os dados dos programas de necessidades estimativo e específico são de responsabilidade do órgão da Justiça Federal demandante do projeto referente à obra ou aquisição a serem executados.

Art. 20. O dimensionamento para as áreas de juízes substitutos não poderá diferir daquele destinado aos juízes titulares, conforme normativos vigentes.

Art. 21. São requisitos básicos para a aquisição de imóveis por compra no âmbito da Justiça Federal, os quais devem instruir o processo de aquisição:

I - demonstração da existência de interesse público na aquisição;

II - estabelecimento, prévio e justificado, dos critérios e características mínimas do imóvel a ser adquirido, observados os programas de necessidades estimativo e específico, especialmente sobre a localização, tipologia do imóvel, proximidade de serviços públicos, qualidade das instalações, segurança da região, facilidade de acesso, dentre outros);

III - indisponibilidade de imóvel da União para atendimento da necessidade do órgão;

IV - ampla pesquisa de mercado/preços dos imóveis que atendam às especificações estabelecidas e forneçam o parâmetro de preço médio do m² da região;

V - fixação do preço máximo a ser pago, conforme a dotação orçamentária específica;

VI - adoção do procedimento licitatório sob a modalidade de concorrência, ou de dispensa de licitação, quando for o caso, nos termos da Lei n. 8.666/93;

VII - adequada identificação, caracterização e avaliação prévia do imóvel a ser adquirido, com as devidas justificativas do preço e da razão de escolha do imóvel correspondente, demonstrando o atendimento dos critérios e características pré-estabelecidas e a compatibilidade com os programas de necessidades do órgão;

VIII - avaliação das condições de alienabilidade e disponibilidade do bem e da capacidade plena do agente transmitente;

IX - disponibilidade de recursos financeiros.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS, DAS OBRAS E DAS AQUISIÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

Art. 22. Caberá à unidade de auditoria interna em seus níveis regionais e nacional, mediante previsão no respectivo Plano Anual de Auditoria, auditar os projetos, as obras e as aquisições de edificações da Justiça Federal, sendo subsidiada, quando necessário, pela área de arquitetura e engenharia dos tribunais regionais federais ou do Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo Único. Em decorrência de situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, as Presidências do Conselho da Justiça Federal ou dos tribunais regionais federais poderão determinar a realização de auditoria especial em projetos, obras ou aquisições de edificações não contempladas no Plano Anual de Auditoria.

Art. 23. A unidade técnica de arquitetura e engenharia do Conselho da Justiça Federal elaborará o Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras - PAVTO, com vistas a certificar a regularidade dos projetos arquitetônicos e da execução das obras e serviços de engenharia, submetendo-o à prévia aprovação da Presidência do Conselho da Justiça Federal.

§ 1º A Presidência do Conselho da Justiça Federal poderá determinar a realização de vistoria técnica não prevista no PAVTO.

§ 2º As obras contempladas no PAVTO serão escolhidas dentre o universo de projetos e obras em execução na Justiça Federal e selecionadas a partir dos critérios de materialidade, risco, relevância e criticidade.

§ 3º Antes da emissão do relatório final de vistoria técnica, o Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal encaminhará as conclusões aos titulares das unidades responsáveis que poderão apresentar esclarecimentos adicionais ou justificativas sob sua responsabilidade.

§ 4º O relatório final de vistoria técnica será submetido ao Presidente do Conselho da Justiça Federal para aprovação, o qual poderá conter orientações técnicas para adequação de contratos, projetos, orçamentos e execução das obras, tanto em seu aspecto quantitativo quanto qualitativo.

Art. 24. A fiscalização técnica pelo órgão será obrigatória nas obras da Justiça Federal.

Parágrafo único. A necessidade de contratação de fiscalização residente nas obras da Justiça Federal será avaliada caso a caso pelos órgãos contratantes.

Art. 25. O disposto neste capítulo não exime a responsabilidade de acompanhamento e de fiscalização do tribunal regional federal no âmbito de sua região.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O tribunal regional federal responsável pela obra encaminhará ao Conselho da Justiça Federal o relatório físico-financeiro de execução das respectivas obras iniciadas para a comprovação do cumprimento do percentual estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como para o cumprimento do art. 45 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 27. Os tribunais regionais federais informarão ao Conselho da Justiça Federal as ocorrências relevantes relacionadas às alterações substanciais dos projetos e dos contratos, bem como a interrupção da obra.

§ 1º As alterações de projeto, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias deverão ser justificadas por escrito pelo corpo técnico de arquitetura e engenharia do órgão contratante ou do tribunal a que estiver vinculado e previamente analisadas e autorizadas pela autoridade competente.

§ 2º Consideram-se ocorrência relevante na obra e alteração substancial no projeto as modificações que impliquem na majoração do valor total da ação em percentual superior a 10% (dez por cento).

§ 3º Os tribunais regionais federais deverão informar ao Conselho da Justiça Federal quando do recebimento definitivo da obra, objetivando o respectivo registro da conclusão da ação orçamentária.

Art. 28. A execução de obras de grande porte aprovadas pelo Plenário do Conselho da Justiça Federal, bem como suas alterações ou interrupção, deverão ser informadas ao Conselho Nacional de Justiça pelos tribunais regionais federais, com cópia para o Conselho da Justiça Federal.

Art. 29. As despesas consideradas como Modernização de Instalações da Justiça Federal não comporão o plano de obras das unidades da Justiça Federal.

§ 1º O detalhamento das despesas com Modernização de Instalações da Justiça Federal será encaminhado para a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal em data e forma estabelecida por aquela unidade.

§ 2º As obras de reforma das instalações prediais de imóveis que não possuem ação específica no orçamento vigente da região poderão ser executadas na ação finalística do órgão até o limite estabelecido na alínea "a", inciso I, do art. 23, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 30. Os tribunais regionais federais e suas respectivas seções judiciárias manterão o cadastro de seus imóveis atualizados em sistema próprio da Justiça Federal.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CJF n. 179, de 21 de dezembro de 2011, a Resolução CJF n. 16, de 19 de maio de 2008, a Resolução CJF n. 381, de 5 de julho de 2004 e a Resolução CJF n. 80, de 19 de novembro de 2009.

Art. 32. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ANEXO I

A classificação das obras, conforme este anexo, será de responsabilidade da área de arquitetura e engenharia do órgão demandante dos recursos orçamentários.

GRUPOS DE PRIORIDADE

PRIORIDADE 1	A	Obras em andamento cuja execução do cronograma físico-financeiro tenha previsão de término no exercício financeiro a que se refere a Lei Orçamentária Anual.
	B	Obras em andamento com execução ou previsão de execução financeira até 30 de junho do exercício corrente seja maior ou igual 20% do valor total da obra.
PRIORIDADE 2	A B C	Obras iniciadas.
		Obras ou aquisições destinadas a suprir necessidade decorrente das instalações prediais severamente comprometidas, respaldadas por laudo técnico.
		Obras destinadas à adequação de imóvel adquirido pela Justiça Federal.
PRIORIDADE 3		Obras destinadas ao cumprimento das iniciativas e metas constantes do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.
PRIORIDADE 4		Demais aquisições de imóveis.
PRIORIDADE 5		Novas obras que possuam projetos executivos ou que esses sejam elaborados até 31 de dezembro do exercício financeiro anterior ao que se refere o pedido de dotação ou novas obras que não possuam projetos executivos, limitado o pedido até o valor referente aos projetos e aos serviços preliminares.

ANEXO II

INDICADOR DE NECESSIDADE

1.A classificação das obras, conforme este anexo, será de responsabilidade da área de arquitetura e engenharia do órgão demandante dos recursos orçamentários.

2.As regras para aferição do indicador de necessidades das obras ou aquisições da Justiça Federal serão aplicadas apenas para os Grupos de Prioridade 4 e 5.

3.Para aferição do indicador de necessidade de construção, reforma ou aquisição de imóvel, serão considerados, no que couber, os requisitos:

DISPERSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO ÓRGÃO A ser aplicado para as demandas do tipo construção, ampliação ou aquisição. OBS: Os edifícios destinados a abrigar especificamente os Juizados Especiais Federais não serão considerados para este cálculo.		
	Pontos	Número
N = número de edifícios com endereços distintos, ocupados pelo órgão no município	0	N = 1
	1	N = 2
	4	N = 3 ou 4
	8	N = 5 ou 6
	12	N de 6 a 8
	15	N > 8
PONTOS		de 0 a 15

NÍVEL DE DESGASTE DO IMÓVEL OCUPADO A ser aplicado para todos os tipos de demandas (construção, reforma, ampliação ou aquisição)		
	Pontos	
E = Estado das Estruturas	0	Perfeito estado de conservação
	2	Trincas ou Fissuras em alvenarias
	4	Trincas ou Fissuras em lajes
	6	Trincas ou Fissuras em vigas ou pilares
I = Idade do Imóvel	0	I ≤ 20 anos
	0,5	20 anos < I ≤ 30 anos
	1	I > 30 anos
W = Condições das Instalações (Elétrica, Dados, Ar Condicionado)	0	Perfeito estado de conservação, com capacidade de ampliação além da demanda atual
	0,5	Perfeito estado de conservação, sem capacidade de ampliação além da demanda atual
	1	Perfeito estado de conservação, mas sem capacidade de atender a demanda atual
	1,5	Atendimento parcial às normas de segurança
	2	Sistema representando perigo a pessoas e equipamentos
å dos PONTOS		de 0 a 9

VARA LOCALIZADA EM FAIXA DE FRONTEIRA OU LOCAL DE DIFÍCIIL ACESSO A ser aplicado para todos os tipos de demandas (construção, reforma, ampliação ou aquisição) destinadas a unidades da 1ª instância.		
	Pontos	
V = Vara em Fronteira ou local de difícil acesso	4	Vara em faixa de fronteira ou local de difícil acesso
	0	Demais Varas
Pontos		de 0 a 4

VANTAGEM DA ATUAL LOCAÇÃO SOBRE A OBRA A ser aplicado para as demandas do tipo construção, aquisição ou ampliação, quando a unidade ocupar imóvel locado.		
	Pontos	
L = Valor da locação imobiliária (Li) + encargos (E), correspondentes a 10 anos, divididos pelo custo total estimado da obra ou da aquisição pretendida (Ce).	0	L ≤ 0,25
	2	0,25 < L ≤ 0,50
	4	0,50 < L ≤ 0,75
	6	0,75 < L ≤ 1,0
	8	1,0 < L ≤ 2,0
	10	2,0 < L ≤ 3,0
	12	L > 3,0
PONTOS		de 0 a 12

BENEFÍCIO DA REFORMA A ser aplicado para as demandas do tipo reforma.		
	Pontos	
RF = Valor da reforma dividido pelo custo total estimado da obra ou da aquisição pretendida (Ce).	6	L ≤ 0,25
	4	0,25 < L ≤ 0,50
	2	0,50 < L ≤ 0,75
	0	L > 0,75
PONTOS		de 0 a 6

CÁLCULO DO INDICADORES DE NECESSIDADES

Somatório dos Pontos

IN = ----------

Máximo de Pontos para o tipo de demanda

Tipo de Demanda	Construção	Reforma	Ampliação	Aquisição
Dispersão	15		15	15
Desgaste	9	9	9	9
Zona de Fronteira	4	4	4	4
Vantagem Locação/Obra	12		12	12
Benefício da Reforma		6		
Máximo de Pontos	40	19	40	40

Observações:

1 A pontuação da demanda de Zona de Fronteira deverá ser desconsiderada nas demandas destinadas às unidades de tribunais regionais federais.

2 Para as demandas destinadas às unidades de tribunais regionais federais o número máximo de pontos será de:

Construção	Reforma	Ampliação	Aquisição
36	15	36	36

ANEXO III

O preenchimento deste anexo será de responsabilidade da área de arquitetura e engenharia com apoio da área de orçamento, de acordo com as especificidades das atribuições.

PLOA EXERCÍCIO ..... - FASE QUALITATIVA
CADASTRO DE AÇÃO NOVA/ALTERAÇÃO DE AÇÃO EXISTENTE
INFORMAÇÕES BÁSICAS
1 ÓRGÃO:
2 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA RESPONSÁVEL:
3 FUNÇÃO:
4 SUBFUNÇÃO:
5 PROGRAMA: AÇÃO: ( ) Inclusão ( ) Alteração
6 CÓDIGO:
7 TÍTULO:
8 TIPO DE AÇÃO:
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
9 ORIGEM DA AÇÃO: ( ) PLOA ( ) EMENDA ( ) CRÉDITO ADICIONAL
10 BASE LEGAL:
11 DESCRIÇÃO:
12 JUSTIFICATIVA:
PRODUTO
13 PRODUTO:
14 ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:
15 UNIDADE DE MEDIDA:
16 BENEFICIÁRIO:
IMPLEMENTAÇÃO
17 UNIDADE RESPONSÁVEL:
18 FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO:
19 DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO:
LOCALIZAÇÃO
20 REGIÃO GEOGRÁFICA:
21 UNIDADE FEDERATIVA:
22 MUNICÍPIO:
REPERCUSSÃO FINANCEIRA SOBRE O CUSTEIO DA UNIÃO
23 VALOR ANUAL:
24 JUSTIFICATIVA:
DADOS DE TERRENO E PROJETOS
25 POSSUI TERRENO? ( ) SIM ( ) NÃO
26 PROVÁVEL AQUISIÇÃO / PERMISSÃO DE USO DO TERRENO POR MEIO DE:
( ) CESSÃO ( ) DESAPROPRIAÇÃO ( ) DOAÇÃO ( ) COMPRA
27 ÁREA DO TERRENO (m2):
28 DADOS DE PROJETOS - Possui todos os projetos para licitação?
( ) SIM ( ) NÃO
29 DADOS DE PROJETOS
A) Projetos a serem executados pela área técnica da justiça federal:
.....
.....
B) Projetos a serem contratados:
.....
.....

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM A AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
30 ÁREA TOTAL DA EDIFICAÇÃO: [1]
31 SINAPI ESTADUAL E CUSTO POR M2
a) Valor Sinapi p/m2: R$ b) Mês/ano ref. Sinapi Considerado:
c) Custo de execução da obra por m2[2]: R$
[1] Área oriunda do Programa de Necessidades
[2] Será calculado mediante a multiplicação do Fator SINAPI estipulado pelo CJF x SINAPI estadual
32 CUSTO PARA AQUISIÇÃO DO TERRENO:
33 CUSTO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS[3]:
34 CUSTO PARA EXECUÇÃO DA OBRA/AQUISIÇÃO[4]:
35 CUSTO PARA FISCALIZAÇÃO DA OBRA[5]:
36 CUSTO TOTAL DA AÇÃO:
CRONOGRAMA PREVISTO PARA A AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
37 PRAZO NECESSÁRIO PARA A CONCLUSÃO DA OBRA: .....(.....) meses
38 A AÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROPOSTA CONSTA NO PLANO PLURIANUAL (PPA)?
( ) SIM ( ) NÃO - Justificativa legal para inclusão na PLOA
.....
39 PREVISÃO DE INÍCIO DA AÇÃO:
40 PREVISÃO DE TÉRMINO DA AÇÃO:
41 EXERCÍCIO:..... R$.....
42 EXERCÍCIO:..... R$.....
43 EXERCÍCIO:..... R$.....
44 EXERCÍCIO:..... R$.....
45 EXERCÍCIO:..... R$.....
46 EXERCÍCIO:..... R$.....
TOTAL: R$.....

OBSERVAÇÃO 1: Na solicitação para cadastramento de ações orçamentárias (projetos) o solicitante deverá encaminhar junto com este documento, o Programa de Necessidades (http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/arquitetura-e-engenharia-capa/programa-de-necessidades) e o Quadro de Detalhamento para Previsão Orçamentária da Obra ou da Aquisição de Imóvel disponibilizado pelo CJF.

[3] Calculado conforme Resolução n. CJF-RES-2015/00339
[4] Será calculado conforme § 3º do Art. 5º da Resolução n. CJF-RES-2017/00461
[5] É de 3% incidente sobre o custo total para a execução da obra.

(*) Republicado por ter saído no D.O.U, 08 de março de 2019, Seção 1, páginas 125/128, com incorreção no original.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 65, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 13ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 1.808.069,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 47, §1º, inciso II da Lei n.º 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "i", item 1 da Lei n.º 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2019), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 1.144, de 7 de fevereiro de 2019, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 8 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 13ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 403f com compensação, no valor global de R$ 1.808.069,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							558.528
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							558.528
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba							558.528
			F	4	2	90	0	100	558.528
TOTAL - FISCAL									558.528
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									558.528

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							535.263
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							535.263
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							535.263
			F	3	2	90	0	100	40.000
			F	4	2	90	0	100	495.263
TOTAL - FISCAL									535.263
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									535.263

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							349.999
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							349.999
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							349.999
			F	4	2	90	0	100	349.999
TOTAL - FISCAL									349.999
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									349.999

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							364.279
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							364.279
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							364.279
			F	3	2	90	0	100	364.279
TOTAL - FISCAL									364.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									364.279

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							558.528
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							558.528
02 061	0571 4224 0025	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado da Paraíba							558.528
			F	3	1	90	0	100	558.528
TOTAL - FISCAL									558.528
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									558.528

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							535.263
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							299.863
02 301	0571 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							299.863
			S	3	1	90	0	100	299.863
02 331	0571 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							235.400
02 331	0571 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							235.400
			F	3	1	90	0	100	235.400
TOTAL - FISCAL									235.400
TOTAL - SEGURIDADE									299.863
TOTAL - GERAL									535.263

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							349.999
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							349.999
02 061	0571 4224 0051	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Mato Grosso							349.999
			F	3	1	90	0	100	298.268
			F	3	1	91	0	100	51.731
TOTAL - FISCAL									349.999
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									349.999

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							364.279
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							364.279
02 061	0571 4224 0054	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							364.279
			F	3	1	90	0	100	303.565
			F	3	1	91	0	100	60.714
TOTAL - FISCAL									364.279
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									364.279

ATO Nº 62, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 5ª e 11ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 8.033.349,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 47, §1º, inciso II da Lei n.º 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens 1 da Lei n.º 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2019), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 1.144, de 7 de fevereiro de 2019, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 8 de março de 2019,resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª, 5ª e 11ª Região, crédito suplementar, tipo 402a com compensação, no valor global de R$ 8.033.349,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.140.944
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.140.944
02 301	0571 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							5.140.944
			S	3	1	90	0	100	5.140.944
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.140.944
TOTAL - GERAL									5.140.944

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.600.000
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.600.000
02 301	0571 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							2.600.000
			S	3	1	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.600.000
TOTAL - GERAL									2.600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							292.405
		ATIVIDADES							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							292.405
02 301	0571 2004 6019	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							292.405
			S	3	1	90	0	100	292.405
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									292.405
TOTAL - GERAL									292.405

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.140.944
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							5.140.944
02 061	0571 4224 0031	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado de Minas Gerais							5.140.944
			F	3	1	90	0	100	5.140.944
TOTAL - FISCAL									5.140.944
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.140.944

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.600.000
		ATIVIDADES							
02 061	0571 4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes							2.600.000
02 061	0571 4224 0029	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado da Bahia							2.600.000
			F	3	1	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									2.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.600.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							292.405
		ATIVIDADES							
02 331	0571 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							292.405
02 331	0571 212B 6019	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							292.405
			F	3	1	90	0	100	292.405
TOTAL - FISCAL									292.405
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									292.405

ATO Nº 64, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 9ª, 11ª, 17ª, 18ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 12.544.570,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 47, §1º, inciso II da Lei n.º 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019) c/c o art. 4º, caput, inciso I, alínea "e", item "1", inciso III, alínea "i", item "1", e § 3º, da Lei n.º 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2019), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 1.144, de 7 de fevereiro de 2019, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 8 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 9ª, 11ª, 17ª, 18ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 12.544.570,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		PROJETOS							
02 122	0571 14WP	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS							150.000
02 122	0571 14WP 5176	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS - No Município de Vacaria - RS							150.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
02 122	0571 159V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS							150.000
02 122	0571 159V 4933	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha - RS - No Município de Lagoa Vermelha - RS							150.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.410.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.410.000
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							1.410.000
			F	3	2	90	0	181	1.410.000
TOTAL - FISCAL									1.410.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.410.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.500.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.500.000
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							1.500.000
			F	3	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.000.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1B51	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES							9.000.000
02 122	0571 1B51 3273	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES - No Município de Vitória - ES							9.000.000
			F	4	2	90	0	100	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							12.940
		ATIVIDADES							
02 131	0571 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							12.940
02 131	0571 219I 0052	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado de Goiás							12.940
			F	3	2	90	0	100	12.940
TOTAL - FISCAL									12.940
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.940

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							300.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							21.630
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							21.630
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							21.630
			F	3	2	90	0	100	21.630
TOTAL - FISCAL									21.630
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.630

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		PROJETOS							
02 122	0571 134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS							300.000

02 122	0571 134F 5071	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS - No Município de Santa Rosa - RS	F	4	2	90	0	181	300.000 300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.410.000
		PROJETOS							
02 122	0571 14R4	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR							1.410.000
02 122	0571 14R4 4089	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Colombo - PR - No Município de Colombo - PR	F	4	2	90	0	181	1.410.000 1.410.000
TOTAL - FISCAL									1.410.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.410.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.500.000
		PROJETOS							
02 122	0571 10WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM							1.500.000
02 122	0571 10WS 0211	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM - No Município de Manaus - AM	F	4	2	90	0	100	1.500.000 1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							12.940
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							12.940
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	F	3	2	90	0	100	12.940 12.940
TOTAL - FISCAL									12.940
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.940

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		PROJETOS							
02 122	0571 7X23	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lucas do Rio Verde - MT							300.000
02 122	0571 7X23 5337	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Lucas do Rio Verde - MT - No Município de Lucas do Rio Verde - MT	F	4	2	90	0	100	300.000 300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							21.630
		ATIVIDADES							
02 131	0571 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							21.630
02 131	0571 219I 0054	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	2	90	0	100	21.630 21.630
TOTAL - FISCAL									21.630
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.630

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							9.000.000
		PROJETOS							
02 122	0571 1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho							9.000.000
02 122	0571 1P66 0001	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho - Nacional							9.000.000
			F	3	2	91	0	100	4.500.000
			F	4	2	90	0	100	4.500.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ATO Nº 63, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 5ª, 8ª, 10ª, 11ª, 18ª e 23ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 14.308.375,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 47, §1º, inciso II da Lei n.º 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1" da Lei n.º 13.808, de 15 de janeiro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2019), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 1.144, de 7 de fevereiro de 2019, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 8 de março de 2019,resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 3ª, 5ª, 8ª, 10ª, 11ª, 18ª e 23ª Região, crédito suplementar, tipo 403d com compensação, no valor global de R$ 14.308.375,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.000.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.000.000
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							10.000.000
			F	4	2	90	0	181	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.100.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.100.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							1.100.000
			F	4	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							651.132
		ATIVIDADES							
02 131	0571 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							151.132
02 131	0571 219I 0029	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado da Bahia							151.132
			F	4	2	90	0	100	151.132
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							500.000
02 122	0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									651.132
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									651.132

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.300
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.300
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							3.300
			F	4	2	90	0	100	3.300
TOTAL - FISCAL									3.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.300

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							250.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							250.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							250.000
			F	4	2	90	0	181	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							188.943
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							188.943
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							188.943
			F	4	2	90	0	100	188.943
TOTAL - FISCAL									188.943
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									188.943

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.035.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.035.000
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							1.035.000
			F	3	2	90	0	100	285.000
			F	4	2	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									1.035.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.035.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.080.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.080.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							1.080.000
			F	4	2	90	0	100	1.080.000
TOTAL - FISCAL									1.080.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.080.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.000.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.000.000
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							10.000.000
			F	3	2	90	0	181	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.100.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.100.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							1.100.000
			F	3	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							651.132
		ATIVIDADES							
02 131	0571 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							151.132
02 131	0571 219I 0029	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado da Bahia							151.132
			F	3	2	90	0	100	151.132
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							500.000
02 122	0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									651.132
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									651.132

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.300
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.300
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							3.300
			F	3	2	90	0	100	3.300
TOTAL - FISCAL									3.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.300

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							250.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							250.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							250.000
			F	3	2	90	0	181	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							188.943
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							188.943
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR							188.943
			F	3	2	90	0	100	188.943
TOTAL - FISCAL									188.943
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									188.943

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.035.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.035.000
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							1.035.000

			F	3	2	90	0	100	750.000
			F	4	2	90	0	100	285.000
TOTAL - FISCAL									1.035.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.035.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.080.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.080.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							1.080.000
			F	3	2	90	0	100	1.080.000
TOTAL - FISCAL									1.080.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.080.000

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional do Gabinete do Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- a Resolução nº TRF2-RSP-2017/00013, de 4 de abril de 2017, que dispõe sobre a estrutura móvel dos Gabinetes de Desembargadores Federais;

- o disposto no caput do art. 2º da mencionada Resolução;

- a necessidade de adequação da estrutura de funções comissionadas do Gabinete, visando a otimizar a força de trabalho, com o fito de favorecer o alcance das metas estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal;

- o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416, de 2006, que autoriza os Órgãos do Poder Judiciário da União a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, os cargos em comissão e as funções comissionadas de seu Quadro de Pessoal, observando que é vedada a transformação de funções em cargos e vice-versa;

- o disposto no ofício nº TRF2-OFI-2019/03035; resolve:

Art. 1º - Extinguir 01 (uma) função comissionada FC-06, da estrutura do Gabinete do Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, para a reserva técnica do referido órgão fracionário.

Art. 2º - Criar 01 (uma) função comissionada de Assistente II (FC-02) e 01 (uma) função comissionada de Assistente IV (FC-04), utilizando o saldo disponível na reserva técnica do órgão fracionário, destinando-as ao referido Gabinete.

Art. 3º - Após as alterações promovidas por esta Resolução, o saldo remanescente na reserva técnica do Gabinete do Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho é de R$ 52,58 (cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FONTES

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional do Gabinete do Desembargador Guilherme Couto

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- a Resolução nº TRF2-RSP-2017/00013, de 4 de abril de 2017, que dispõe sobre a estrutura móvel dos Gabinetes de Desembargadores;

- o disposto no caput do art. 2º da mencionada Resolução;

- a necessidade de adequação da estrutura de funções comissionadas do Gabinete, visando a otimizar a força de trabalho, com o fito de favorecer o alcance das metas estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal;

- o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416, de 2006, que autoriza os Órgãos do Poder Judiciário da União a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, os cargos em comissão e as funções comissionadas de seu Quadro de Pessoal, observando que é vedada a transformação de funções em cargos e vice-versa;

- o disposto no ofício nº TRF2-OFI-2019/03718; resolve:

Art. 1º - Excluir 02 (duas) funções comissionadas de Assistente IV (FC-04), da estrutura do Gabinete do Desembargador Federal Guilherme Couto, transferindo o saldo remanescente para a reserva técnica do referido órgão fracionário.

Art. 2º - Criar 04 (quatro) funções comissionadas de Assistente II (FC-02), utilizando o saldo da reserva técnica, destinando-as ao referido Gabinete.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FONTES

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre alteração na estrutura organizacional do Gabinete da Desembargadora Federal Nizete Antonia Lobato Rodrigues Carmo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando:

- a Resolução nº TRF2-RSP-2017/00013, de 4 de abril de 2017, que dispõe sobre a estrutura móvel dos Gabinetes de Desembargadores Federais;

- o disposto no caput do art. 2º da mencionada Resolução;

- a necessidade de adequação da estrutura de funções comissionadas do Gabinete, visando a otimizar a força de trabalho, com o fito de favorecer o alcance das metas estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal;

- o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416-2006, que autoriza os Órgãos do Poder Judiciário da União a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, os cargos em comissão e as funções comissionadas de seu Quadro de Pessoal, observando que é vedada a transformação de funções em cargos e vice-versa;

- o disposto no ofício nº TRF2-OFI-2019/02815, de 22 de fevereiro de 2019; resolve:

Art. 1º. Extinguir 01 (uma) função comissionada de Coordenador de Núcleo, FC-06, e 04 (quatro) funções comissionadas de Assistente II, FC-2, da estrutura do Gabinete da Desembargadora Federal Nizete Antonia Lobato Rodrigues Carmo, para a reserva técnica do referido órgão fracionário.

Art. 2º. Criar 02 (duas) funções comissionadas de Assistente V, FC-05, 01 (uma) função comissionada de Assistente IV, FC-04, e 01 (uma) função comissionada de Assistente III, FC-03, utilizando o saldo disponível na reserva técnica do órgão fracionário, destinando-as ao referido Gabinete.

Art. 3º. Após as alterações promovidas por esta Resolução, o saldo remanescente na reserva técnica do Gabinete da Desembargadora Federal Nizete Antonia Lobato Rodrigues Carmo é de R$ 42,17 (quarenta e dois reais e dezessete centavos).

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FONTES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PORTARIA Nº 185, DE 3 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre limitação de empenho e movimentação financeira no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região, no exercício de 2019.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 1º, da Resolução n. CJF-RES 2014/00317, de 24 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Tornar indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 5.657.521,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e vinte e um reais) consignados ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região e suas respectivas Seções Judiciárias na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 61, DE 2 DE ABRIL DE 2019

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos LV e LVII do artigo 19 do Regimento Interno do Tribunal; considerando o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; no art. 59 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; na Portaria Conjunta nº 1 STF, de 28 de março de 2019 e, ainda, no Processo SEI n° 0000917-15.2018.6.01.8000, resolve:

Art. 1º Tornar indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 1.613.494,00 (um milhão, seiscentos e treze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Des. REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 78, DE 3 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no art. 59 da Lei 13707, de 14 de agosto de 2018, na Portaria Conjunta nº 1, de 28 de março de 2019, e ainda, no Processo SEI nº 0002850-80.2019.6.12.8000, resolve:

Art. 1º. Fica indisponível para empenho e movimentação o valor de R$ 156.778,00 (cento e cinquenta e seis mil setecentos e setenta e oito reais), consignado ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO MARIA LÓS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 2.005, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Aprova alterações na Seção 2 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - A profissão de economista - o acesso à profissão e o campo profissional. 2.3 - O campo profissional do economista. 2.3.1 - As atividades desempenhadas pelo economista - para regulamentar as iniciativas com o objetivo de promover a formação dos profissionais das respectivas jurisdições por meio da realização de cursos de perícia econômico-financeira e definir regras para concessão de auxílio financeiro.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei n.º 1.411 de 13 de agosto de 1951, artigo 7º, alínea "b", da Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo nº 14.675/2010, apreciado e deliberado nas suas 626ª e 627ª Sessões Plenárias, dos dias 29 a 31 de julho de 2010, resolve:

Art. 1.º Alterar a redação do item 3 e do subitem 3.1 da Seção 2 - A profissão de economista - o acesso à profissão e o campo profissional. 2.3 - O campo profissional do economista. 2.3.1 - As atividades desempenhadas pelo economista da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, que passam a vigorar da seguinte forma: 3 - As atividades listadas no item 2 desta seção ainda se desdobram em: 3.1 - Perícias judiciais e extrajudiciais: 3.1.1 - A atuação do economista em perícias judiciais e extrajudiciais está legalmente fundamentada no que dispõe o artigo 14 da Lei nº 1.411/51 e nos artigos 3º, 4º e 7º do Decreto nº 31.794/52. 3.1.2 - A atuação do economista no campo da perícia judicial e extrajudicial, podendo ser objeto de avaliação, exame e vistoria nos livros e/ou documentos contábeis, fiscais e contratuais das pessoas jurídicas e físicas e órgãos públicos, inclui ainda as atividades: 3.1.2.1 - apuração e avaliação de contratos financeiros, sejam bancários, relacionados ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH, hipotecários, cambiários, de repasses, leasing, seguros e atuariais; 3.1.2.2 - apuração de haveres, incluída a avaliação econômico-financeira de empresas; 3.1.2.3 - apuração de indenizações, inclusive as que envolvem dano material e lucros cessantes; 3.1.2.4 - apuração e análise de execuções fiscais; 3.1.2.5 - apuração e análise de tributos e tarifas; 3.1.2.6 - apuração e análise econômico-financeira de bens corpóreos e incorpóreos de pessoas jurídicas e físicas; 3.1.2.7 - apuração e análise de verbas trabalhistas; 3.1.2.8 - apuração e análise econômico-financeira de insolvência de pessoas jurídicas e físicas; 3.1.2.9 - apuração e análise econômico-financeira de recuperação de pessoas jurídicas e físicas; 3.1.2.10 - apuração e análise de valores previdenciários; 3.1.2.11 - apuração e análise de prestação de contas de pessoas jurídicas e físicas; 3.1.2.12 - as demais atividades que envolvam avaliação econômica e financeira em questões formalmente constituídas ou existentes, seja nos âmbitos judicial ou extrajudicial. 3.1.3 - Considerando a notória importância e a demanda que os trabalhos de perícia têm na sociedade, os Conselhos Regionais de Economia deverão adotar as pertinentes iniciativas com o objetivo de promover a formação dos profissionais das respectivas jurisdições por meio da realização de cursos de perícia econômico-financeira, ministrados, preferencialmente, por instrutores da própria região. 3.1.4 - Para o fim previsto no tópico anterior, o COFECON: 3.1.4.1 - se encarregará, por sua Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem, da elaboração dos programas dos cursos a serem aplicados nas diversas modalidades de perícia, indicando, inclusive, a carga horária total e de cada módulo; 3.1.4.2 - apoiará os Conselhos Regionais na elaboração dos conteúdos dos cursos, buscando adequá-los às necessidades regionais; 3.1.4.3 - expedirá a certificação dos participantes nos cursos de perícia. 3.1.5 - Todas as receitas e despesas inerentes à realização dos cursos de perícia serão administradas, exclusivamente, pelo Conselho Regional que vier a promover os cursos, devidamente detalhadas nas planilhas de custos e receitas. 3.1.6 - Excepcionalmente, caso o resultado financeiro do curso resulte em deficit, o COFECON poderá transferir o valor do deficit em favor do CORECON, observado o limite máximo de R$ 3.000,00 (três mil reais) para cada curso realizado, e desde que o órgão regional tenha obtido a aprovação do plenário do COFECON para o seu pleito, de acordo com as regras vigentes para a concessão de apoios financeiros aos Regionais por parte do COFECON. 3.1.7 - O apoio referido no tópico anterior é destinado exclusivamente aos Conselhos Regionais com até 700 (setecentos) economistas registrados e em condições de voto. 3.1.8 - Para fruição do apoio financeiro referido nos dois tópicos anteriores, bem como para a certificação referida no tópico 3.1.4.3, o CORECON deverá enviar antecipadamente ao COFECON o projeto relativo à realização do curso, incluída a planilha de custos e receitas. 3.1.9 - Ficam os Conselhos Regionais estimulados a apoiarem a criação de Núcleos de Peritos profissionais entre os economistas das respectivas jurisdições que atuam no campo profissional.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 2.008, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Prorroga, em caráter excepcional, a vigência do prazo da moratória para pagamento de débitos perante o Conselho Regional de Economia da 23ª Região - AC.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta nos Processos Administrativos nº 18.633/2018 e 18.792/2018, "ad referendum" do Plenário; CONSIDERANDO a decretação de intervenção no Conselho Regional de Economia da 23ª Região - AC, por meio da Resolução nº 1998, de 14 de dezembro de 2018; CONSIDERANDO a instituição da moratória, em caráter excepcional, perante o Conselho Regional de Economia da 23ª Região - AC, por meio da Resolução nº 1999, de 4 de fevereiro de 2019; CONSIDERANDO a manutenção do elevado índice de inadimplência dos economistas da região, sobretudo dos próprios membros do Plenário do Corecon-AC, bem como a necessidade de adoção de medidas voltadas à reversão do quadro de inadimplência e a evitar a extinção dos créditos; CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo de vigência da moratória instituída no Conselho Regional de Economia da 23ª Região - AC, por meio da Resolução nº 1999, de 4 de fevereiro de 2019, cujo prazo para adesão dos economistas expirou em 29 de março de 2019; resolve:

Art. 1º Prorrogar, "ad referendum" do Plenário do Cofecon, até o dia 30/04/2019, o prazo para pedidos de requerimentos de inclusão dos débitos na moratória prevista no art. 3º da Resolução nº 1999, de 4 de fevereiro de 2019, sendo que a partir do dia útil subsequente voltarão a prevalecer as regras de parcelamento estipuladas nos artigos 18 a 22 do Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons, aprovado pela Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, publicada no D.O.U. 118, de 21 de junho de 2011, Seção 1, página: 171.

Art. 2º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 2.004, de 04 de fevereiro de 2019, publicada no D.O.U. nº 35, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, página: 89, no artigo 15, inciso II, onde se lê: "II - período da competição de 15 a 16 de outubro de 2019", leia-se: "II - período da competição de 16 e 17 de outubro de 2019". Publique-se.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 605, DE 4 DE ABRIL DE 2019

Altera a Resolução Cofen nº 491, de 21 de outubro de 2015.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a competência do Cofen descrita no art. 8º, inciso IX e art. 15, inciso XII, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, e no artigo 23, inciso XIV, ambos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar resoluções e deliberar sobre pareceres e instruções para uniformidade de procedimentos para o regular funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que o teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, autoriza aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a normatizarem a concessão de auxílios representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o Ofício nº 83, de 14 de fevereiro de 2019, do COREN-RS e o Parecer ASSLEGIS nº 030/2019;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 511ª Reunião Ordinária de Plenário, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução Cofen nº 491, de 21 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União número 203, de 23 de outubro de 2015, Seção 1, página 169, que passará a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 2º O auxílio representação consiste em verba de natureza indenizatória referente aos gastos relativos a deslocamento e alimentação ocorridos com a prática de atividades político-representativas, de gerenciamento superior e outras atividades correlatas."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário porventura existentes em normas do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

LAURO CESAR DE MORAIS
1º Secretário

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO Nº 2.226, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Revoga a Resolução CFM nº 1.649/2002, os artigos 4º e 5º e seu parágrafo único da Resolução CFM nº 2.170/2017 e altera o artigo 72 do Código de Ética Médica, que proíbem descontos em honorários médicos através de cartões de descontos e a divulgação de preços das consultas médicas de forma exclusivamente interna.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n° 44.045, de 19 de julho de 1958, respectiva e posteriormente alterados pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e

CONSIDERANDO o disposto contido no art. 2º e nas atribuições constantes do art. 15 da Lei nº 3.268/1957;

CONSIDERANDO a natureza jurídica de direito público da instituição Conselho Federal de Medicina (CFM), bem como o múnus do qual é dotada;

CONSIDERANDO o Inquérito Administrativo nº 08700.005969/2018-29, instaurado no Conselho de Defesa Econômica (CADE) para apurar eventual ação praticada pelo CFM contra a utilização de cartões de descontos pelos médicos e publicidade de preços, conforme estabelecem a Resolução CFM nº 1.939/2010 e o artigo 4º da Resolução CFM nº 2.170/2017;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 1.16.000.001771-36, em trâmite no Ministério Público Federal, que também apura suposta ilegalidade das Resoluções CFM nº 1.649/2002 e nº 1.939/2010 e nos artigos 4º e 5º da Resolução CFM nº 2.170/2017;

CONSIDERANDO as Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde (ANS) nº 025/2003 e nº 040/2003, que dispõem sobre cadastro e demais providências que regem as pessoas jurídicas que operam com sistemas de desconto e veda às operadoras de planos de assistência à saúde e às seguradoras especializadas em saúde a comercialização de produtos de assistência à saúde não previstos na Lei nº 9.656/1998, e dão outras providências;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na reunião plenária realizada em 21 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução CFM nº 1.649/2002, publicada no Diário Oficial da União nº 232, de 2 de dezembro de 2002, Seção 1, p. 80, e os artigos 4º e 5º e seu parágrafo único da Resolução CFM nº 2.170/2017, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2018, Seção 1, p. 80.

Art. 2º O artigo 72 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 publicada no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 2018, Seção 1, p. 179) passa a ter a seguinte redação:

É vedado ao médico:

Art. 72 Estabelecer vínculo de qualquer natureza com empresas que anunciam ou comercializam planos de financiamento ou consórcios para procedimentos médicos.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO

Acórdão nº 24 de 19 de fevereiro de 2019 - 2T. PA CFMV nº 5667/2018. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Zoot. Wendell José de Lima Melo.

WANDERSON ALVES FERREIRA
Presidente da 2ª Turma

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera a Resolução CFO-80/2007, que dispõe sobre o Regimento Eleitoral, e dá outras providências.

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, art. 53, inciso XXIII do Regimento Interno, "ad referendum" do Plenário, resolve:

Art. 1º. Incluir o parágrafo 6º, ao art. 40, do Regimento Eleitoral com a seguinte redação:

§6º - Ao cirurgião-dentista impedido de votar em razão de se encontrar inadimplente não será cobrada multa eleitoral decorrente de falta à eleição.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial.

JULIANO DO VALE, CD

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

ACÓRDÃO DE 28 DE MARÇO DE 2019

Recurso Administrativo nº 001/2015 - Core-PE.

Processo Disciplinar. Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco - Core-PE. Recurso Administrativo ao Conselho Federal contra a decisão do Core-PE. Negado Provimento. Maioria.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Administrativo nº 001/2015, em que são partes a recorrente IMPOLUZ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e o recorrido EMERSON GONÇALVES DE SOUZA, adotado, por maioria, o voto do Conselheiro Relator, Marcelo Marino Simonetti e a motivação constante da ata de julgamento:

"ACORDAM os Delegados presentes, integrantes do Plenário do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por maioria de votos, em conhecer e negar mérito ao recurso, para manter a decisão do Plenário do Core-PE, que julgou improcedentes as acusações imputadas pela demandante ao Sr. Emerson Gonçalves de Souza, representante comercial, então inscrito no CORE-PE sob o nº 12.699/2005".

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros, Arthur Georges Guillou, Manoel Baia Siqueira Neto, José Doracy Cavalcante Melo, Emydio Soares Alves Neto, Herval Dorea da Silva, Jaciel Barreto Lopes, Raimundo Oliveira Viana, Luis José de Menezes e Souza, Wiliam Vicente Bernardes, Milton Carlos da Silva, Marcelo Marino Simonetti, Benedicto Emmanoel Ferreira, Antonio Lopes da Trindade, Aliomar Xavier das Chagas, José Eurico Silva Oliveira, Alexandre Ferreira Lopes, Álvaro Alves Nunes Fernandes, Antônio José Maciel Ribeiro, José Alcides dos Santos, Jairo Jorge Duarte de Rezende, José Pereira Filho, Abel Souza Barbosa, Hely Ricardo de Lima, Rita de Cássia de Oliveira, Marconi Barros dos Santos, Marcos Antonio de Oliveira Silva, Archimedes Cavalcanti Júnior, Douglas Alexandre Sena Lima, José Antonio de Araújo, Roberto Moaci Campos Drumond, Paulo César Nauiack, Celso Luiz de Andrade, Rodolfo Tavares, Manoel Affonso Mendes de Farias Mello, Francisco Sales de Souza Neto, Braz Henrique de Medeiros Neto, Josias da Silveira França, José Soares Barbosa, Roberto Salvo, Luis Carlos Pedroso, Gilberto da Silva, Tarcisio da Silva Oliveira, Emerson Natal de Almeida Sousa, Petrucio da Silva, Sidney Fernandes Gutierrez, Marcelo Cavallo, Davi Aparecido Silva Pereira e Romeu Capra.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente do Confere

MARCELO MARINO SIMONETTI
Conselheiro-Relator

IZAAC PEREIRA INÁCIO
Secretário do Relator

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARÁ

DECISÃO Nº 402, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento para o corrente exercício, no valor de R$ 513.993,50

O Conselho Regional de Enfermagem do Pará - Coren/PA, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento Interno do Coren-Pa, Inciso XXI, art. 15, e o Regimento Interno do Cofen, inciso XXVI, art 23, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012; CONSIDERANDO a necessidade de reajustar algumas dotações do orçamento para o exercício de 2018 que se apresentam insuficientes; CONSIDERANDO o disposto nos artigos 40 a 46 da Lei 4.230/64; CONSIDERANDO os demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento da Autarquia, em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício; CONSIDERANDO deliberação do Plenário em sua 61ª Reunião Extraordinária do Plenário; decide:

I - Autorizar a abertura de crédito adicional suplementar às diversas dotações que se apresentam insuficientes para suporte das despesas a serem ordenadas no exercício de 2018, no valor de R$ 513.993,50 (quinhentos e treze mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta centavos);

II - Os recursos indispensáveis para cobertura do crédito ora aberto é proveniente da seguinte fonte: A) Redução total ou parcial das dotações orçamentárias, discriminadas no demonstrativo, no valor de R$ 377.270,13 (trezentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta reais e treze centavos); nos termos do preceituado no inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/64; B) Excesso de arrecadação, decorrente de acordo celebrado entre o Cofen e o Coren-Pa, por meio do acordo formal de contribuição nº 027/2018, no valor de R$ 51.682,37(cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos) e acordo formal de contribuição nº 034/2018, no valor de R$ 85.041,00 (oitenta e cinco mil e quarenta e um reais), nos termos do preceituado no inciso II do art. 43 da Lei nº 4.320/64;

III - O valor do orçamento para o corrente exercício em face das alterações ora aprovadas será de R$ 12.045.409,08 (doze milhões, quarenta e cinco mil, quatrocentos e nove reais e oito centavos);

IV - A presente decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial;

V - Este orçamento poderá sofrer alterações e adequações conforme deliberação de Plenário.

DANIELLE CRUZ ROCHA
Presidente do Conselho

HORÁCIO FERREIRA CUNHA BASTOS
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ

DECISÃO Nº 34, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a anistia das multas eleitorais referentes ao pleito eleitoral de 2017 pelo Coren-PI

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - COREN-PI, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a lei 5.905/73; CONSIDERANDO o Regimento Interno do COREN-PI, aprovado pela Decisão COFEN Nº 0001/2019; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n° 523/2016 que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem e dá outras providências; CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Regionais de Enfermagem, estabelecida pela Lei de Criação do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, Lei n° 5.905/1973; CONSIDERANDO o art. 12 §2°, Lei 5.905/1973 e art. 25 do código eleitoral do sistema Cofen/Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução Cofen n° 523/2016; CONSIDERANDO o Parecer Cofen/ASSLEGIS n° 138/2018 que aprova a possibilidade de anistia das multas eleitorais referentes ao pleito de 2017 pelos Conselhos Regionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o Parecer do Procurador Geral do Coren-PI n° 050/2019; CONSIDERANDO os termos da deliberação do Plenário do Coren-PI em sua 532° Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 25 de março de 2019, decide:

Art. 1° - Conceder anistia das multas eleitorais referentes ao pleito eleitoral de 2017 pelo Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - Coren-PI, considerando a constatação de problemas de acesso e geração de senha pelos profissionais ao sistema de votação, hospedado na rede mundial de computadores.

Art. 2º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

TATIANA MARIA MELO GUIMARÃES
Presidente do Conselho

AMANDA LÚCIA BARRETO DANTAS
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 489, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

(Homologada pela DECISÃO COFEN nº 043/2019 de 22 de março de 2019). Dispõe sobre a participação de profissionais de Enfermagem na realização da manobra de Kristeller.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - Coren/RJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais e previstas na Decisão Coren/RJ nº 1848/13; CONSIDERANDO: a) CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil; b) CONSIDERANDO que a lei federal nº 5.905/73 investe o COREN/RJ do poder de disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de enfermagem; c) CONSIDERANDO que o COREN/RJ é dotado do poder de polícia, para defender os interesses públicos, da coletividade e do cidadão que utiliza dos serviços de enfermagem; d) CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de Enfermagem e dá outras providencias; e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que a regulamenta; e) CONSIDERANDO os princípios fundamentais e normas dispostas no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituído através da Resolução COFEN nº 564/2017; f) CONSIDERANDO a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina as bases para a promoção, proteção e recuperação da saúde baseados em princípios e diretrizes que também norteiam as ações de Enfermagem e a Enfermagem Obstétrica na assistência à saúde da mulher e ao recém-nascido; g) CONSIDERANDO a Portaria nº 2.815, de 29/05/1998 - inclui na Tabela do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), e na Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais (SAI/SUS), o Grupo de Procedimentos Parto Normal sem Distórcia realizado por Enfermeiro Obstetra, e a Assistência ao Parto sem Distórcia por Enfermeiro Obstetra. CONSIDERANDO a Portaria nº 1459/2011 do Ministério da Saúde, que institui no âmbito do SUS a Rede Cegonha; h) CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 516/2016, que normatiza a atuação e a responsabilidade do enfermeiro, enfermeiro obstetra e obstetriz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos serviços de obstetrícia, centros de parto normal elou casas de parto e outros locais onde ocorra essa assistência; estabelece critérios para registro de títulos de enfermeiro obstetra e obstetriz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências; i) CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 524, de 04 de outubro de 2016, que altera o inciso 3º, do art. 1º, da Resolução COFEN nº 516; j) CONSIDERANDO as Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal, publicada pelo Ministério da Saúde em 2017; k) CONSIDERANDO que é dever dos profissionais de Enfermagem proporcionar às mulheres um atendimento digno e de qualidade baseado nas melhores e mais atuais evidencias científicas, e que este é um direito inalienável da cidadania; l) CONSIDERANDO que a Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde investe na ampliação da inserção de profissionais de Enfermagem, em especial as Enfermeiras Obstétricas/Obstetrizes no âmbito do SUS, de modo a contribuir para a mudança do modelo de atenção ao parto, previsto nos Princípios e Objetivos da Rede Cegonha; m) CONSIDERANDO que a estratégia Rede Cegonha do Ministério da Saúde há perspectiva de aumento da demanda por partos assistidos por Enfermeiras Obstétricas/Obstetrizes no Brasil; n) CONSIDERANDO a necessidade do apoio técnico e legal ao exercício da Enfermagem e da Enfermagem Obstétrica; o) CONSIDERANDO a necessidade de normatização da atividade profissional de enfermagem na realização da manobra de Kristeller. p) CONSIDERANDO que a manobra de Kristeller, no trabalho de parto não deve ser realizada por ser considerada uma violência obstétrica, segundo as organizações civis de mulheres e apoiadores das políticas de humanização do parto e nascimento, associadas às evidências cientificas que demonstram ser a manobra de Kristeller ineficiente e danosa a saúde materna e neonatal. q) Considerando os autos do PAD Coren-RJ nº 194/2017; r) Considerando a deliberação do Plenário na 547 ROP, ocorrida em 09/01/2019. decide:

Art. 1º - Vedar a participação de profissionais de enfermagem na realização da Manobra de Kristeller; Parágrafo único - Ao presenciar a realização da manobra de Kristeller o profissional de Enfermagem deverá registrar no prontuário da mulher sua não participação no procedimento, de modo a resguardar suas responsabilidades sob o ato.

Art. 2º - Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua Publicação, após homologação pelo Cofen.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
1º Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 245, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2017/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2017/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. M. C. M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 246, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2018/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2018/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. R. A. T., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 247, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2021/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2021/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. S. T., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 248, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2022/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2022/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. T. L., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 250, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2026/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2026/2018, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. G. D. DA C. F., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 251, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2027/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2027/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. F. C., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 252, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2028/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2028/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. A. T., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 253, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2030/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2030/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. F. DE O., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 254, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2031/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2031/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. G. DE S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 255, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2034/2018
EMENTA: EXTINÇÃO E POSTERIOR ARQUIVAMENTO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2034/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. J. DA S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção e posterior arquivamento do feito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 256, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2038/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2038/2018, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. R. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 257, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2045/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2045/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). A. C. C. DE C. M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 258, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2049/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2049/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). A. C. G. DE S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 259, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2062/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2062/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. P. M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 260, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2063/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2063/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). A. P. M. DE A., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação do profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou comprovação de quitação das parcelas em atraso e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 262, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2070/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2070/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). A. R. F. DE M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 263, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2072/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2072/2018, em que é representado o profissional, Dr (a). A. L. DE O., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 264, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2141/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2141/2018, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr (a) A. C. DA L., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 265, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2148/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2148/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). B. DE O. S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2149/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2149/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). B. A. G. P., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 267, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2212/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2212/2018, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr (a). D. DE A. S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 268, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2213/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2213/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). D. E. DE A. H., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2218/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2218/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). D. T., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 270, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2221/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2221/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). D. A. L., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2463/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2463/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dr (a). J. A. F., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2497/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2497/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dr (a). J. M. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2499/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2499/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). J. P. L. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2503/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2503/2018, em que é representada a profissional Dr (a). J. T. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2534/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2534/2018, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr (a). J. DE A. T., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação do profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou comprovação de quitação das parcelas em atraso e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2536/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2536/2018, em que é representada a profissional Dr (a). K. C. R. M., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 277, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2537/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2537/2018, em que é representada a profissional Dr (a). K. F. DOS S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 278, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2541/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2541/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). K. S. DA S., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 279, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2654/2018
EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2654/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dr (a). M. L. H. A., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 280, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2146/2018
EMENTA: EMENTA: DÉBITOS. ANUIDADES. QUINZE DIAS PARA ACORDO OU COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E IMPOSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DE NOVO ACORDO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. V.U

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2146/2018, em que é representada a profissional, Dr (a). A. C. H., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela notificação da profissional pelo Departamento de Cobrança para que se conceda o prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação do débito ou celebração de acordo financeiro e, caso o mencionado não se concretize ou seja o acordo descumprido, que seja suspenso o exercício profissional até o pagamento integral do débito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza. "

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃO Nº 281, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 2214/2018
EMENTA: SUSPENSÃO DO PRESENTE FEITO ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.EM CASO DE QUEBRA DO ACORDO SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 2214/2018, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr (a). D. B. B., e adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do presente feito até a quitação do débito e, em caso de quebra do acordo, que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Jonatas Silva Souza."

A sessão de julgamento teve a presença dos Conselheiros: O Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, o Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, o Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto os Conselheiros Efetivos, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi, Dra. Tatiani Marques Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dr. Demosthenes Santana Silva Júnior e o Conselheiro Suplente, que nesta Plenária atua como Efetivo, Dr. Jonatas Silva Souza.

Ausências justificadas: o Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues

JONATAS SILVA SOUZA
Conselheiro-Relator

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 6, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

A Diretora-Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro - CORE-RJ, no uso das suas atribuições, legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 2º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, estabelece que os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas estão autorizados a normatizar a concessão de diárias;

CONSIDERANDO que a concessão de diárias encontra-se prevista na Norma nº 05 do Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema CONFERE/COREs, 2ª edição, aprovado pela Resolução nº 832/2013 do Confere;

CONSIDERANDO que no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, a norma pertinente autoriza o pagamento de diárias, aos conselheiros, funcionários e colaboradores eventuais;

CONSIDERANDO que no âmbito do sistema CONFERE/COREs, a concessão de diárias encontra-se regulamentada pela Resolução nº 955/2014 do Confere, com alteração dos incisos V e VI do art. 1º, feito pela Resolução nº 1.115/2018 do Confere, resolve:

Art. 1º - O conselheiro, o funcionário ou o colaborador eventual que a serviço do CORE/RJ, se afastar da sede da Entidade onde exerce suas atividades habituais para localidade dentro do mesmo Estado, porém, distante da região metropolitana e de município limítrofes, fará jus à percepção de diárias segundo as disposições desta Portaria, de acordo com os valores abaixo consignados:

I - para conselheiros, R$ 600,00 (seiscentos reais);

II - para funcionários, R$ 400,00 (quatrocentos reais);

III - sempre que o funcionário ou o colaborador eventual acompanhar um conselheiro terá direito a mesma diária deste, caso tenha que se hospedar no mesmo local;

IV - o conselheiro, o funcionário ou o colaborador eventual que se afastar da sede da Entidade onde exerce suas atividades habituais para localidade dentro do mesmo Estado, porém, distante da região metropolitana e de municípios limítrofes, receberá diária equivalente a 70% (setenta) por cento dos valores fixados com observância dos limites estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, de acordo com as funções exercidas, observadas as situações previstas no artigo 3º incisos I e II da Resolução 955/2014 do Confere, desde que autorizado pelo gestor da Entidade e justificada, pormenorizadamente, a necessidade de pernoite. Quando o afastamento não exigir pernoite, o percentual da diária será de 50% (cinqüenta por cento);

V - quando o deslocamento ocorrer dentro da região metropolitana ou municípios limítrofes, o conselheiro, o funcionário ou o colaborador eventual, terá direito ao ressarcimento das despesas realizadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes, desde que aprovadas pelo contador e pela diretora-presidente da entidade;

Art. 2º - As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade concedente:

I - quando a solicitação for de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas no decorrer do afastamento;

II - quando o afastamento compreender período superior a 05 (cinco) dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º - As diárias, inclusive as que se referem ao seu próprio afastamento, serão concedidas pela Diretora-Presidente do Conselho, ou no seu impedimento eventual, pelo Conselheiro Diretor que o substituir, na forma do Regimento Interno da entidade.

§ 2º - Quando o afastamento iniciar-se a partir da sexta-feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, deverão estar expressamente justificadas pelo proponente e autorizadas pelo ordenador da despesa.

§ 3º - Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação pela Diretora-Presidente, o agente fará jus ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado, a ser processada em caráter emergencial, conforme inciso I deste artigo.

Art. 3º - Na reserva e emissão dos bilhetes de passagens aéreas serão observados, os seguintes procedimentos:

I - A solicitação da emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica;

II - A reserva deverá ser realizada tendo como parâmetro o horário e o período da participação do agente no evento ou compromisso, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho a ser executado.

Art. 4º - São elementos essenciais do ato de concessão de diárias, as informações constantes abaixo:

I - nome, cargo ou função do proponente;

II- nome, cargo ou função do agente;

III- descrição objetiva do serviço a ser executado;

IV- indicação dos locais onde o serviço será realizado;

V- período provável do afastamento;

VI- valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;

VII - autorização de pagamento pelo ordenador de despesas.

Art. 5º - Serão restituídas pelo beneficiado, em até cinco dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso ou quando por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento da sede de origem.

Art. 6º - Para a prestação de contas das despesas com diárias e passagens, é necessário que o agente apresente, no prazo de 05 (cinco) dias os seguintes documentos:

a) Relatório de viagem, conforme modelo disponibilizado no Manual Normas e Procedimentos do Sistema Confere/Cores;

b) Comprovantes de embarque de todos os trechos, anexados ao Relatório.

Art. 7º - Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Portaria o proponente, o ordenador de despesas e o beneficiado que houver recebido as diárias e passagens.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

Diário Oficial da União Digital

Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão



O portal da Imprensa Nacional oferece:

Acesso livre e gratuito às edições do DOU publicadas desde 1990

Edições certificadas desde agosto de 2009, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital

Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas

Filtros por data, órgão e tipo de ato na busca por matéria

Aquisição das edições completas em PDF, pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir da publicação, ou, gratuitamente, das 12h às 23h59

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial
www.IN.gov.br